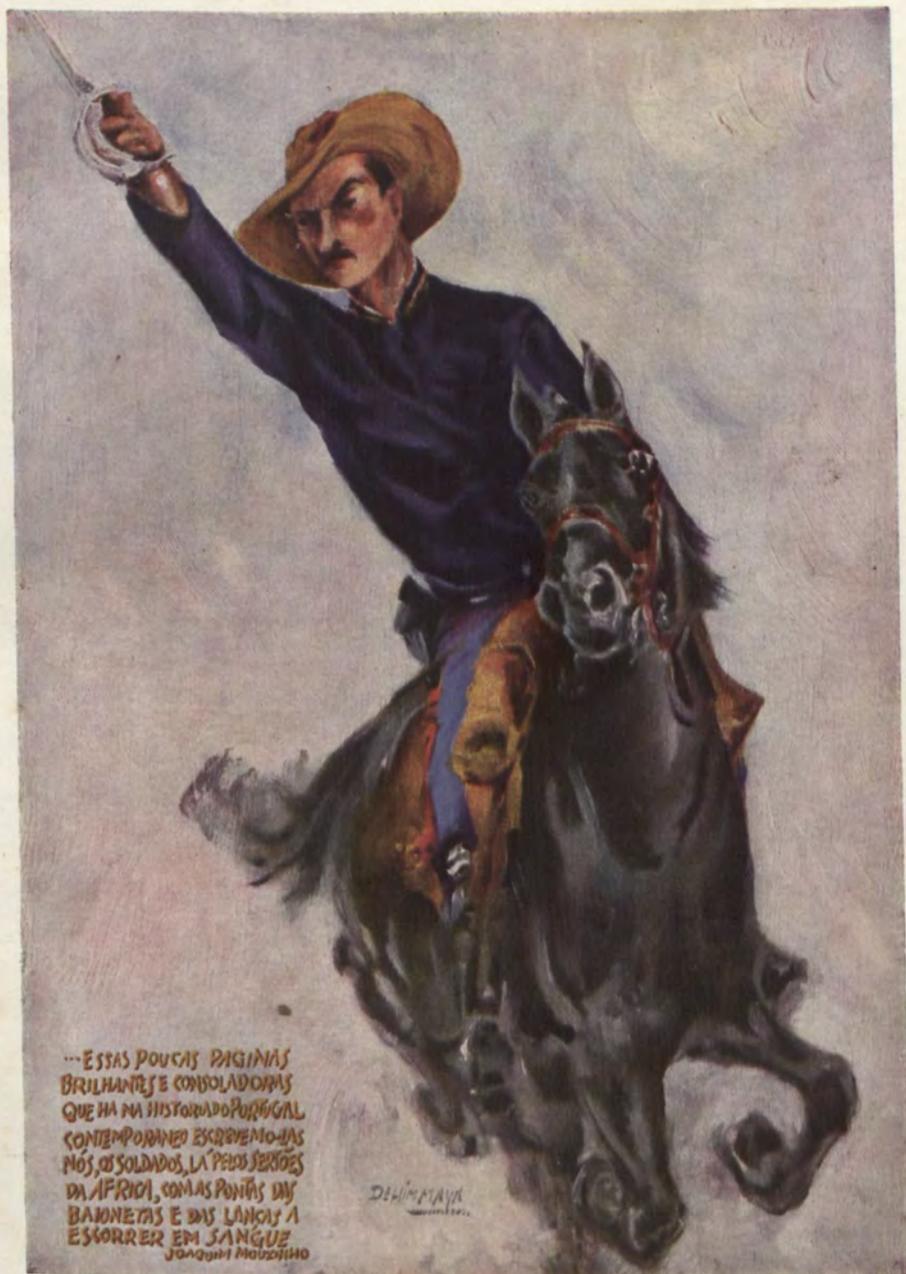


Revista da Cavalaria



janeiro- fevereiro

1956



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Aypes de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Capitão António S. Ribeiro de Spínola
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

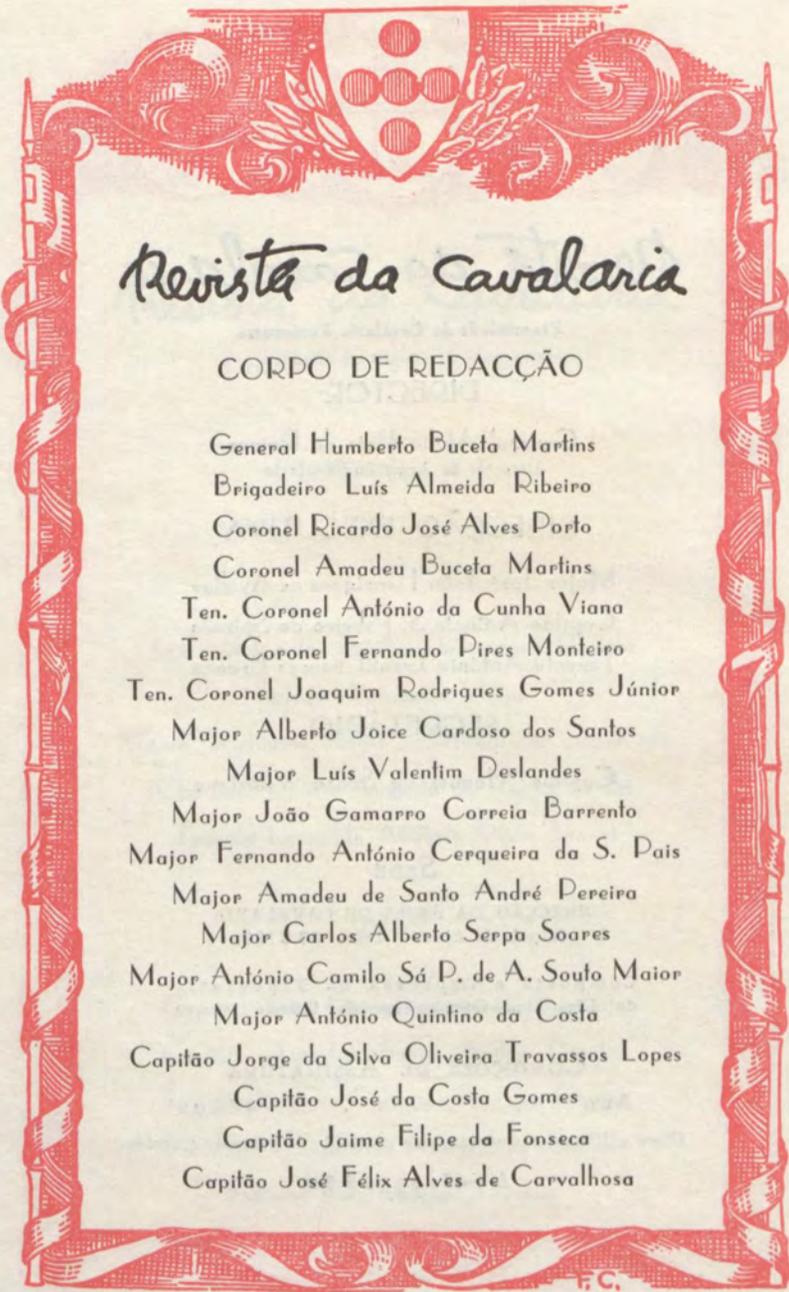
CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50

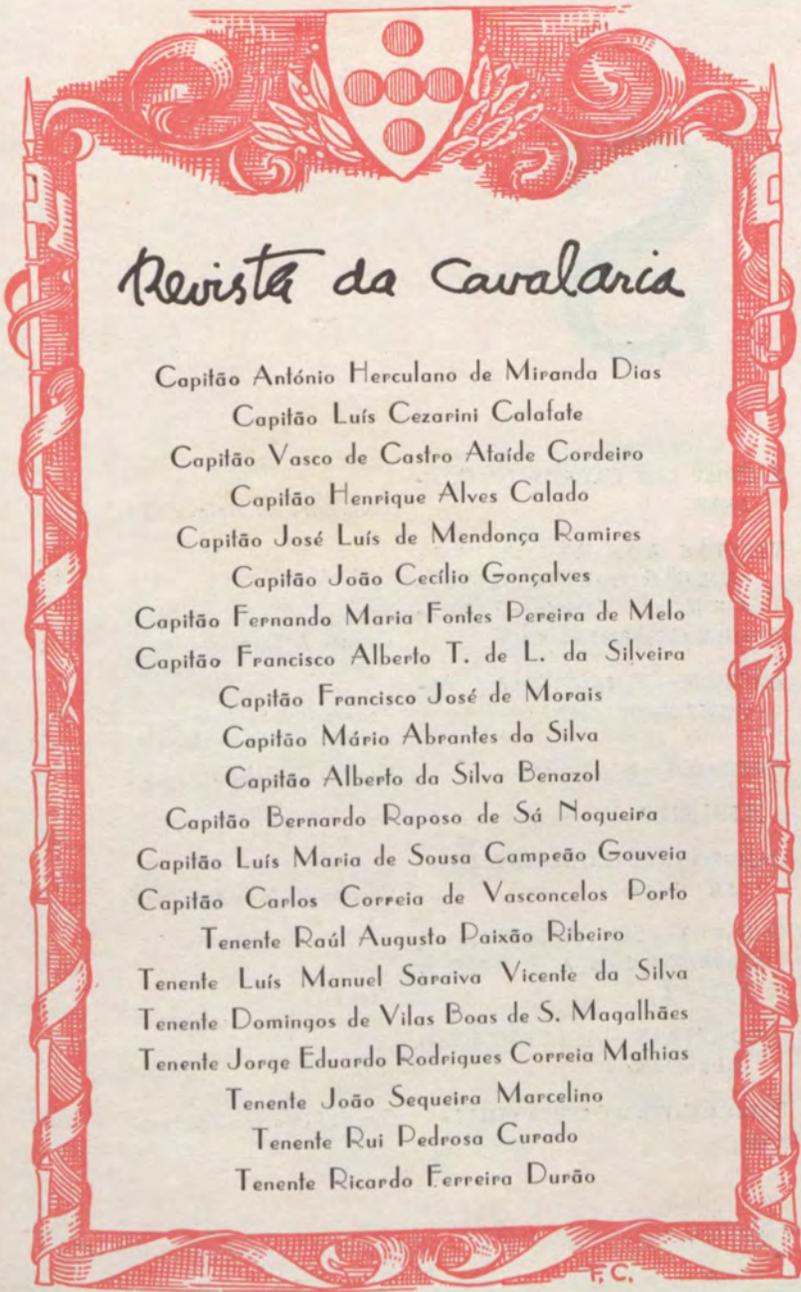
F.C.



Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins
Brigadeiro Luís Almeida Ribeiro
Coronel Ricardo José Alves Porto
Coronel Amadeu Buceta Martins
Ten. Coronel António da Cunha Viana
Ten. Coronel Fernando Pipes Monteiro
Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Major Alberto Joice Cardoso dos Santos
Major Luís Valentim Deslandes
Major João Gamarro Correia Barrento
Major Fernando António Cerqueira da S. Pais
Major Amadeu de Santo André Pereira
Major Carlos Alberto Serpa Soares
Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior
Major António Quintino da Costa
Capitão Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Capitão José da Costa Gomes
Capitão Jaime Filipe da Fonseca
Capitão José Félix Alves de Carvalhosa



Revista da Cavalaria

Capitão António Herculano de Miranda Dias

Capitão Luís Cezarini Calafate

Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro

Capitão Henrique Alves Calado

Capitão José Luís de Mendonça Ramires

Capitão João Cecílio Gonçalves

Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo

Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira

Capitão Francisco José de Moraes

Capitão Mário Abrantes da Silva

Capitão Alberto da Silva Benazol

Capitão Bernardo Raposo de Sá Noqueira

Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia

Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto

Tenente Raúl Augusto Paixão Ribeiro

Tenente Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva

Tenente Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães

Tenente Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias

Tenente João Sequeira Marcelino

Tenente Rui Pedrosa Curado

Tenente Ricardo Ferreira Durão

SUMÁRIO

A CRISE DOS CARROS DE COMBATE	<i>Brigadeiro A. Meira e Cruz</i>	7
VISITAS AOS REGIMENTOS 13/18 TH ROYAL HUSSARDS E 8 TH ROYAL TANKS — ALEMANHA OCIDENTAL 1955	<i>Capitão J. Travassos Lopes</i>	15
A OTAN — FINALIDADES E ALGUNS PROBLEMAS	<i>Tenente-Coronel do C. E. M. H. dos Santos Paiva</i>	31
OPERAÇÕES ANFÍBIAS	<i>Capitão C. Calafate</i>	37
HIPISMO:		
CAMPEONATO EQUESTRE MILITAR DE 1955	<i>Capitão Rodrigo da Silveira</i>	53
O SALTO — SEU MECANISMO E LIGAÇÃO COM A POSIÇÃO À FRENTE	<i>Xenofonte</i>	65
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
DEFESA CIVIL E DEFESA MILITAR	<i>General Charles Sillevaerts</i>	69



Revista da Cavalaria

A crise dos carros de combate



A tese geral da crise dos carros de combate vem de longa data. Logo após o fim da última conflagração mundial a arma blindada, considerada durante o conflito como o elemento mais importante da batalha terrestre, sofreu rudes críticas dos seus detractores, as quais, no entanto, não conseguiram abalar as opiniões do meio oficial e dos panegiristas dos carros.

Para os primeiros, os espectaculosos e fulgurantes êxitos dos blindados de Kleist, de Guderian, de Montgomery, de Romel, de Patton, de Lattre de Tassigny, devem ser considerados, sobretudo, como sucessos normais derivados da desproporção de forças entre os adversários, e não, pròpriamente, o resultado da capacidade e eficiência da arma blindada.

A procedência dessa conclusão é tirada do eclipse operacional dos carros de combate verificado na segunda metade da referida Guerra, quando se estabeleceu certo equilíbrio de forças

Revista da Cavalaria

e apareceram poderosas armas anticarro. Tal situação obrigou, até, a rever e a alterar os conceitos, então em vigor, do emprego tático dos carros.

Para os carristas, porém, essa crise veio confirmar a errada visão do emprego da arma blindada, por parte do Alto Comando Aliado que, em vez de aproveitar os elementos disponíveis blindados na criação de novos corpos de carros independentes, eficientes e capazes de obter só por si uma decisão rápida, preferiu fazer uma distribuição desses elementos pelas divisões, sem qualquer vantagem para a sua mobilidade.

Daí, segundo eles, a razão fundamental desse marcar passo, que só não levou à estagnação das frentes, como na Guerra de 1914, pela impossibilidade que a Alemanha tinha já em dispor de meios para manter o equilíbrio de forças necessário.

Mas a acção dos negativistas da arma blindada não se deteve.

Apoiados na teoria de Wintringham e nas declarações do Secretário do Exército americano Pace, proclamaram públicamente a impotência e o declínio dos carros de combate no futuro, os quais já nada poderiam contra os novos canhões sem recuo, as cargas ôcas, as granadas de explosivo plástico e a espoleta Prosit, as bombas de napalm, os foguetões, as armas atômicas e termonucleares.

Os mesmos detractores dos carros lembram até a forma como os carros alemães foram detidos e destruídos em frente de Moscovo. Não utilizaram os russos, para tal efeito, o moderno armamento anticarro, mas simplesmente os mesmos meios de 1918: a peça de campanha, a espingarda anticarro, o pacote de granadas, as garrafas de gasolina e de líquido incendiário.

Surge a Guerra da Coreia. A lição do emprego dos carros de combate nesta guerra, reforça a opinião dos anticarristas.

Revista da Cavalaria

De facto, os cento e cinquenta carros de Kim Il Sung, dos nordistas, que manobravam em estreita cooperação com a infantaria, são rapidamente destruídos pela aviação táctica americana, que tinha de os descobrir sob os mais variados embustes, como por exemplo, disfarçados em carros de transporte de palha, puxados aparentemente por uma junta de bois.

Além da aviação americana, também, mais tarde, as superbazookas completaram a destruição dos carros médios russos T-34.

Além disso, o emprego na Coreia dos carros Pershing e Patton não foi mais feliz, tanto mais que actuaram contra um exército que, praticamente, só dispunha de infantaria. Têm-se invocado as dificuldades do terreno da Coreia e o mau emprego que se lhes deu para explicar a verificada impotência dos carros.

Mas ripostam os anticarristas: como se compreende que em certos terrenos, próprios para os movimentos dos carros, se tivesse preferido as forças turcas e francesas para contra-atacar, em vez dos carros? E acrescentam: nunca a fraqueza da arma blindada se afirmou tão completamente como na Coreia; ali se verificou o regresso total do valor da infantaria e das suas armas ligeiras, ensinamento fundamental das operações terrestres dessa guerra.

Com as palavras que antecedem não desejamos fazer um estudo exaustivo de uma querela, que, a muitos títulos, lembra a que surgiu depois da primeira Grande Guerra a respeito da cavalaria a cavalo. Sòmente queremos chamar a atenção dos leitores para as duas correntes de opinião extremistas, ambas aliás fundamentadas, acerca da eficiência dos carros nos últimos conflitos de tipo clássico, entregando à meditação de cada leitor o estudo completo do problema e as respectivas conclusões.

De resto, o problema não estará ultrapassado pelas perspectivas de uma futura guerra total atómica?

Revista da Cavalaria

*

Perante a guerra atômica e termonuclear, qual será a eficiência e o valor do carro?

O primeiro problema que se põe não oferece discussão. Quando os blindados forem atingidos nas regiões dos pontos zeros da explosão, a destruição do material e pessoal será maciça, completa.

Sabe-se, por outro lado, que os efeitos de destruição dessas armas variam rapidamente com a distância e com a protecção oferecida pelo terreno natural, pela fortificação e pelo abrigo.

Ora o carro, pela sua blindagem, parece ser a arma terrestre menos vulnerável aos efeitos das explosões atômicas, nas regiões aonde esses efeitos ainda se fazem sentir e causam a morte a pessoal a descoberto.

Acresce que os carros sofrem pouco os efeitos da radiação instantânea que se manifesta no momento da explosão. Igualmente parecem imunes à radiação remanescente, podendo as unidades de carros, por isso, avançar imediatamente para as regiões onde se tenham produzido explosões atômicas no ar. No caso de re-bentamento no solo, os efeitos da radiação são muito mais perigosos, sendo mais benévolos os efeitos térmico e de sopro.

Fundamentalmente, por estas considerações, são os adeptos da arma blindada, levados a concluir que o emprego generalizado das armas atômicas e termonucleares aumentam muito a importância do carro de combate no campo de batalha, que terão até as suas tarefas simplificadas, visto as explosões destruir os campos de minas e os obstáculos que dificultam o seu movimento.

Revista da Cavalaria

Também, em presença dos efeitos das armas atómicas, os inimigos do carro de combate parecem agora condescender com as possibilidades que o blindado oferece na guerra atómica.

Porém, num aspecto se mostram irredutíveis: — é no que diz respeito à sua tonelagem.

Supõem que o carro de mil quilos deverá substituir, com vantagem, o de cinquenta toneladas.

Uma tal redução não é ainda julgada tècnicamente possível, mas o que parece não oferecer já dúvida é que os novos tipos de carros de combate, em obediência à evolução da guerra atómica, que de dia para dia se apresenta com maior acuidade, devem obedecer às seguintes condições: grande maneabilidade, leveza, silhueta rebaixada, poderoso armamento e pequeno consumo de carburante.

Alguns tipos de carros com estas características, de patente francesa, já foram experimentados nas manobras da NATO de 1954, fazendo parte da Brigada Javelot (autor do estudo dos novos carros). Os materiais empregados foram os carros ligeiros A M X (14,5 T em ordem de combate; peça 75^{mm} grande vel. inicial; 3 metr. de 7,5; velocidade média 45 Km/h; 15/25 Km/h em terreno variado; 60 Km vel. máxima; meios ópticos e rádio; 3 homens de tripulação) e o carro blindado de reconhecimento PBR PANHARD (2,5 m de altura; 12,6 T em ordem de combate; peça 75 com grande vel. inicial; uma metr. de 7,5 montada sobre o canhão; 60 Km/h; quatro rodas, podendo descer quatro outras rodas; inversor de marcha em dois postos de condução idênticos em cada extremidade; quatro rodas motoras; 400 Kms de autonomia; meios ópticos e rádio; quatro homens: dois na torre e dois condutores).

Por estar fora do âmbito deste artigo não daremos aos leitores a composição da referida brigada.

Revista da Cavalaria

Fizemos-lhe referência, apenas pelas características dos carros blindados que entram na sua composição.

Acrescentaremos, contudo, que a Brigada Javelot é um agrupamento tático, no qual se reuniram, com carácter permanente, elementos de todas as armas, no escalão mais baixo que foi possível considerar:—o regimento. Daí, ser conhecida também pelo «Regimento Interarmas»

Findo este parêntesis, regressemos aos carros.

*

Parece, pois, que as perspectivas da guerra atómica vieram valorizar os blindados.

Esse facto e a tendência que se verifica para diminuir o peso desses «monstros de aço», tem reduzido a intensidade dos ataques dos adversários dos carros, que há muito proclamavam a sua crise definitiva, o seu desaparecimento do campo de batalha.

Mas se isso é assim, por outro lado, admite-se que os novos armamentos devem reduzir a eficácia das forças blindadas, muito embora se possa prever certo aumento dessas forças em relação às outras armas, pela sua melhor adaptação às condições da guerra atómica.

Quer dizer, é duvidoso que os actuais materiais e a presente organização das unidades independentes blindadas, tipo Divisão Blindada, possuam características que satisfaçam às presumíveis condições da guerra atómica tática, as quais obrigarão a uma maior dispersão de forças, dessas unidades, mas cujo emprego por sua vez, exigirá uma mais rápida concentração dos elementos que as constituem.

Prevê-se que a evolução de uma G. U. desta natureza se faça no sentido de uma reorganização, baseada num carro de

Revista da Cavalaria

combate aerotransportável, que lhe confira características estratégicas de emprego independente das linhas de comunicação terrestres.

Essa G. U. é designada por «Divisão estratégica» (totalmente aerotransportável).

O estudo prático destes problemas, porém, não pode ser considerado pelos exércitos das pequenas nações, pois que raras serão aquelas em que a sua indústria e erário público possam suportar a criação e manutenção de G. U. desses tipos.

Outro tanto não se poderá dizer dos blindados orgânicos das Divisões ou dos agrupamentos, de manifesto interesse para as pequenas nações.

Neste caso vislumbra-se que a cooperação entre blindados e as outras armas, sobretudo com a infantaria e a engenharia, se estreite numa escala de importância e valor jamais atingidos.

Essa *cooperação* deve visar o emprego de armas e serviços combinados, não só em guerras ou conflitos locais de tipo clássico, como também em possíveis conflagrações totais atômicas.

A intensificação dessa cooperação deve corresponder também a um maior incremento das medidas contra os efeitos das novas armas de guerra e que são essencialmente a camuflagem, a dispersão e as operações de noite.

Será então sob o signo da *cooperação*, da *camuflagem*, ou mais propriamente da *decepção*, da *dispersão* e das *operações de noite* que se deve desenvolver a instrução actual de serviço de campanha, ficando, dessa forma, as tropas em condições de se adaptarem rapidamente a novas doutrinas táticas, promovendo a sua segurança.

E é nesse sentido que os quadros de oficiais da cavalaria blindada devem orientar e aperfeiçoar a sua preparação profis-

Revista da Cavalaria

sional, sem ideias preconcebidas, rasgando corajosamente novos horizontes no mundo das novas ideias, procurando conhecer profundamente os elementos da sua arma e daquelas com quem terão de cooperar numa guerra futura.

Constituirá também dever de todo o profissional das armas *estimular a discussão e o interesse sobre o emprego tático de novos engenhos e das armas atômicas no meio militar.*

Possa este artigo ter, pelo menos, esse mérito.

Brig. A. MEIRA E CRUZ

«Devemos empregar apenas a bomba atômica para nos defendermos, nunca como meio de agressão, e só na quantidade indispensável para restabelecer a situação.

Esta posição permite-nos, com inteira justificação, estudar a tática atômica tal como estudamos a tática do emprego das outras armas; o poder atômico sob este prisma não tem o terrível aspecto que reveste o seu emprego estratégico: a destruição em massa».

GORDON DEAN

Presidente da Comissão de Energia Atômica

VISITAS AOS REGIMENTOS

13/18th ROYAL HUSSARDS
E 8th ROYAL TANKS

ALEMANHA OCIDENTAL 1955

pelo Capitão J. TRAVASSOS LOPES

Em qualquer destas unidades que tivemos o prazer de visitar fomos recebidos com uma cordialidade e simpatia que faria inveja a qualquer das nossas unidades, e isto apesar da reputada frialdade britânica.

Dado que, na altura do ano em que visitamos as referidas unidades, já tinham terminado as instruções da época de inverno, e estavam na preparação do material para a instrução no campo, não nos foi possível observar o funcionamento dos cursos de instrução.

Nestas condições fizemos incidir a nossa observação sobre o funcionamento da vida interna regimental e dos serviços; sobre o material que equipa os regimentos; instrução do pessoal, instalações, etc.

Os ingleses, conservadores por excelência, mantêm as suas tradições onde quer que estejam.

Assim, a decorar as salas dos seus aquartelamentos, vemos grandes retratos a óleo dos seus Reis e Generais ilustres, bem como belíssimas gravuras, valiosas taças e objectos de arte, e alguns troféus conquistados pelo Regimento, nas suas campanhas.

As refeições nas suas messes são sempre à vontade, excepção feita ao jantar ao qual três vezes por semana, os oficiais são obrigados a comparecer em grande uniforme ou de smoking.

Revista da Cavalaria

As messes fornecem cinco refeições diárias: (pequeno almoço, chocolate, almoço, chá e jantar).

O render da parada que se realiza depois da 3.^a refeição, reveste-se sempre de especial cerimónia e o oficial de serviço fá-lo sempre de grande uniforme.

A vida nas messes e quartos é muito semelhante à nossa, embora em nível mais elevado. Os ingleses empregam nestes serviços algum pessoal civil, mas também têm muitos soldados impedidos em vários serviços.

Para acudir a estas necessidades, todos os esquadrões têm pelo menos um pelotão teórico cujo pessoal se destina aos diferentes impedimentos, e as viaturas correspondentes são as que estão em reparação.

A guarda de polícia é feita pela polícia militar, que durante o dia monta um único posto à porta das armas, e durante a noite monta mais outro aos paióis, isto, apesar dos quartéis serem vedados por uma série de arames farpados dispostos verticalmente; de estarem em país que foi inimigo, e de se encontrarem a meia dúzia de quilómetros da fronteira russa.

A guarda de polícia tem também a seu cargo as praças que foram castigadas com prisão. Estas, durante a pena a cumprir são sujeitas a um regime alimentar deficiente e são obrigadas a trabalhar durante todo o dia em serviços pesados e pouco higiénicos.

Dentro ou fora dos quartéis não há toques de clarim. Toda a gente comparece às formaturas à hora marcada no horário. Só em casos excepcionais, e fora do quartel, se faz uso de um apito.

No exército inglês, todos os capitães que atinjam a idade dos 34 anos são promovidos a major. Daqui em diante a promoção é por escolha. Deste sistema resulta que existe uma grande quantidade de majores no exército britânico. É por este motivo que os esquadrões são comandados por estes, mas têm no entanto como adjunto um capitão, que é quem trata de todo o serviço interno do esquadrão.

O serviço de manutenção de viaturas é notável pela sua boa organização, pois não só liberta o comandante da unidade desta preocupação, como, também, pela maneira como funciona, permite uma grande economia no custo das manutenções.

Assim, cada esquadrão dispõe dos seus mecânicos orgânicos para fazer trabalhos que não vão além de 12 horas. Por sua vez o regimento dispõe de um destacamento de engenharia pertencente ao serviço de manutenção de material chefiado por oficial mecânico. Este destacamento com um efectivo aproximado de 60 mecânicos, está adido ao

Revista da Cavalaria

regimento para efeitos disciplinares mas depende tècnicamente da unidade de manutenção de material que o destacou.

Nestas condições, quando o comandante de esquadrão verifica que o trabalho a realizar na viatura é superior às possibilidades do esquadrão, entrega a viatura ao destacamento de manutenção, o qual realiza esse trabalho ou faz evacuar a viatura para um dos dois escalões imediatamente superiores, consoante a classificação que atribui ao trabalho a realizar.



Vista das instalações do 8th Royal Tanks

É curioso o processo de identificar os diferentes PC em exercícios, ou em campanha. Quando uma unidade em movimento se detém, embora por pouco tempo, as viaturas abandonam rapidamente as vias de comunicação, e são imediatamente camufladas. Daqui resulta certa dificuldade em encontrar os diferentes PC, para quem disso tenha necessidade.

Para remediar este inconveniente uma seta com o indicativo do respectivo PC é colocada no ponto onde este abandonou o itinerário principal, e outras são, ainda, colocadas a fim de facilitar a procura do respectivo local.

Revista da Cavalaria

Durante a noite estas setas são iluminadas pela luz de uma lanterna de petróleo, cujo feixe luminoso é unicamente dirigido sobre a respectiva seta.

Em vez da lanterna e da seta, também utilizam durante a noite, uma lata quadrangular grande, em que duas das suas faces opostas foram substituídas por vidros que têm pintados os indicativos do PC. No interior da lata é colocada então, uma lanterna a petróleo.

O equipamento de campanha do pessoal do exército inglês, dispõe de um saco com asas em forma de alcofa dentro do qual é transportado o seguinte:

- Um fato de macaco com capuz em lona impermeável, forrado interiormente de tecido de lã.
- Um botas altas de borracha.
- Uma bacia de alumínio com tampa de lona presa com um elástico que permite transportar dentro deste conjunto os artigos de tolete.
- Um balde de lona.
- Uma banheira de lona.
- Uma cama desmontável, com almofada de penas, cobertores e um colchão de lona em forma de saco.
- Uma cadeira, desmontável, de lona.
- Um casaco de cabedal sem mangas.

Tivemos oportunidade de experimentar este equipamento durante três dias de exercícios a que assistimos. A temperatura era de 15° negativos e ficamos debaixo de telha mas sem qualquer aquecimento. Por falta de aclimação, não tivemos coragem de nos despir para nos metermos na cama, mas os ingleses vestiam o pijama.

Achamos o equipamento bastante bom e muito apropriado para as regiões frias em que o experimentamos. Fomos informados de que a infantaria utilizando este equipamento, costuma fazer exercícios com estas temperaturas, dormindo ao ar livre e sem barraca...

A semelhança do equipamento, a alimentação em campanha é igual para todo o pessoal. De manhã e à noite, são normalmente fornecidas

Revista da Cavalaria

as refeições quentes, quando há possibilidade de as aquecer. Durante o dia a ração é fria e consiste numa série de sanduíches de várias qualidades, doce e chá. Este pode ser bebido quente a qualquer hora do dia, ou da noite, visto que faz parte da carga de todas as viaturas um termus destinado a esse fim. As rações são précozinhas e fornecidas em pacotes para cinco indivíduos, com as 4 seguintes diferentes ementas:

Ementa A

<i>Pequeno Almoço</i>	<i>Almoço</i>	<i>Jantar</i>	<i>Diversos</i>
Flocos de aveia	Carne assada	Salmão	Chocolates
Presunto	Ervilhas	Biscoitos	Rebuçados
Salchichas	Batatas	Margarina	
Chá	Pudim de frutas	Queijo	
	Chá	Compota	
		Chá	

Ementa B

<i>Pequeno Almoço</i>	<i>Almoço</i>	<i>Jantar</i>	<i>Diversos</i>
Flocos de aveia	Bife grelhado	Carne de porco	Chocolates
Salchichas	Feijão	Biscoitos	Rebuçados
Presunto	Batatas	Margarina	
Chá	Pudim	Queijo	
	Chá	Compota	
		Chá	

Ementa C

<i>Pequeno Almoço</i>	<i>Almoço</i>	<i>Jantar</i>	<i>Diversos</i>
Flocos de aveia	Carne guisada	Enchido	Chocolates
Presunto	Batatas	Biscoitos	Rebuçados
Salchichas	Ervilhas	Margarina	
Chá	Pudim	Queijo	
	Chá	Compota	
		Chá	

Revista da Cavalaria

Ementa D

<i>Pequeno</i>	<i>Almoço</i>	<i>Almoço</i>	<i>Jantar</i>	<i>Diversos</i>
		Carne estufada		
Presunto		Pudim de frutas	Carne de porco	Chocolates
Salchichas		Chá	Biscoitos	Rebuçados
Compota de la- ranja			Margarina	
Chá			Queijo	
			Compota	
			Chá	

Cada pacote contém ainda, leite condensado, sal, água esterilizada, sabão, abrelatas e papel higiênico.

A primeira refeição, quando cozinhada, tem sempre ovos, e todas elas têm pão. Estes géneros são fornecidos à parte.

O recrutamento das praças é feito por voluntariado e serviço obrigatório. Os primeiros fazem um contrato por três anos, que pode ser renovado, ao passo que os segundos são licenciados ao fim de dois anos.

Os ingleses acham que o serviço de dois anos é insuficiente para instruir o seu pessoal, motivo pelo qual fazem grande propaganda para obter voluntários, e concedem vantajosas regalias, que vão ao ponto de pagarem a um voluntário cerca de 10 libras mensais.

O salário das praças varia ainda com a sua aptidão e os encargos de família.

Durante o período da recruta o soldado só aprende uma especialidade, e é classificado na classe 4. Posteriormente, frequenta cursos para obter mais uma especialidade e aperfeiçoar a de origem, e assim poder passar à classe 3 e em seguida à classe 2. A classe 2 é a mais elevada que uma praça pode obter numa especialidade. Um soldado que obtenha a classe 2 em duas especialidades é considerado na categoria de classe 1.

São estes soldados que vão depois frequentar a escola de cabos. Depois de cabos, se possuírem as indispensáveis habilitações literárias, e boa informação vão frequentar um curso para sargento. As instruções dos cursos são ministradas pelos sargentos ajudantes, auxiliados por outros sargentos.

A instrução nas unidades que se encontram na Alemanha têm dois períodos distintos, separados por, mais ou menos, um mês de intervalo:

- período de inverno, destinado aos cursos dentro dos quartéis e à manutenção das viaturas;
- período de verão, destinado a trabalhos praticados no campo.

Revista da Cavalaria

Os cursos são os que atrás nos referimos e têm a duração aproximada de 4 a 6 semanas. É também durante este período que os oficiais milicianos prestam perante os comandantes dos regimentos provas da sua competência.

A quase totalidade dos subalternos das unidades na Alemanha são milicianos. Praticamente só a partir do posto de tenente se encontram oficiais de carreira. Tivemos ocasião de verificar que os milicianos,



Autometralhadora Daimler

Canhão de 75, guarnição 3 homens, T. S. F. — P 19

apesar de só serem instruídos numa determinada especialidade são, praticamente, de categoria semelhante à dos nossos.

Nas unidades estão entregues ao adjunto do esquadrão para efeitos de instrução, e é este que anda sempre com eles para os instruir. Apesar de serem oficiais de unidades blindadas raros são aqueles que alguma vez conduziram um carro de combate.

É também curioso citar que só fazem serviço à unidade os oficiais solteiros e que durmam no quartel, o que é o mesmo que dizer, que são só os milicianos.

Revista da Cavalaria

O «13/18th Royal Hussards»

Este regimento resultou da fusão dos antigos regimentos de Hussards números 13 e 18, e conserva as tradições dos mesmos. Está instalado próximo da cidade de Wolfenbutel, num antigo quartel de artilharia construído em 1947. O aquartelamento ocupa uma grande área, dentro da qual se encontram casernas, parques, messes, oficinas, salas de instrução, picadeiro, cavalariças, campo de obstáculos, campos de futebol, hóquei, ténis, e rugby, além de grandes paradas e campos de instrução.

O Regimento tem a seguinte organização:

1 — Comando e Estado-Maior

2 — 3 Esquadrões de Reconhecimento, cada um com:

— Comandante — Major

— Adjunto — Capitão

— 1 viatura semiblandada Ferret

— 2 viaturas de comando tipo White com T. S. F.

— 4 Pelotões de Reconhecimento

— Comandante — Subalerno

— 1 sargento

— 2 cabos

— 6 soldados

— 2 autometralhadoras Daimler

— 2 viaturas semiblandadas Ferret

— 1 Pelotão de apoio (efectivo e armamento semelhante ao de 1 Pelotão de Inf.)

— 2 autometralhadoras Daimler (pesadas)

— 6 viaturas semiblandadas White

3 — Esquadrão de Comando e Serviços.

Revista da Cavalaria

É curioso notar a pequenês dos pelotões de reconhecimento, os quais como acabamos de ver só têm quatro viaturas, e estas mesmo sobre rodas. Os ingleses não prevêem o seu emprego fora das estradas, e reforçam os pelotões de reconhecimento com fracções do pelotão de apoio, consoante as necessidades.

O Comandante de esquadrão utiliza, normalmente, o posto de uma das viaturas de comando para a ligação com a unidade superior e o da outra para ligação com as unidades subordinadas. Desloca-se indiferentemente em qualquer delas ou no Ferret.



Viatura de Comando White Equipada com P 19

Durante a nossa estadia neste Regimento tivemos ocasião de tomar parte num Exercício de Postos de Comando Divisionário o qual teve a duração de 3 dias e 2 noites completas.

O tema do exercício consistia em admitir a hipótese de forças inimigas terem feito uma acção de surpresa na direcção Leste-Oeste passando por BUKENBURG. Após ter sido sustida esta acção por meio de 11 granadas atómicas de artilharia foi lançado um contra-ataque com o efectivo de uma divisão.

O exercício em si nada teve de especial, pois em tudo se assemelhou aos que cá realizamos. Era pura e simplesmente um exercício de transmissões.

Revista da Cavalaria

Durante os três dias de exercícios, a zona onde os mesmos se realizaram foi percorrida por vários automóveis com matrícula civil estrangeira, e transportando oficiais fardados doutras nacionalidades. Tivemos ocasião de ver dois desses carros. Esta forma de proceder é interdita, mas verificou-se.

O «8th Royal Tanks»

Este regimento está instalado nos arredores da cidade de PADERBORN num antigo quartel de uma divisão blindada alemã.

É um quartel extraordinariamente grande, compreendendo imensos edifícios de quatro andares, de dimensões aproximadas de 70 x 20^m, e dispondo de numerosos parques, oficinas, vários campos de jogos, piscina, capela, ginásio, etc.

Todas as ruas são calcetadas, e em frente de cada parque existe uma grande parada calcetada onde são lavados os carros antes de entrarem nos seus parques. Junto de cada parque existe uma fossa em ponte, para a qual sobem os carros a fim de serem inspeccionados inferiormente.

O quartel é todo aquecido, incluindo oficinas e parques de viaturas, e tem sempre água quente a toda a hora do dia e da noite. O aquecimento de todo o aquartelamento é feito a óleo, e a sua instalação ocupa um edifício especial com uma área de 1.500^m² aproximadamente.

Tem refeitórios e numerosas salas para oficiais, sargentos e praças. As cozinhas são todas a vapor, e a direcção de cada uma está a cargo de um sargento chefe de cozinheiros.

Está também instalada neste aquartelamento uma unidade de transportes gerais.

Em virtude da vastidão do aquartelamento, e embora estejam ali instaladas duas unidades, há edifícios que se encontram desocupados. É curioso citar que, apesar das desmesuradas dimensões do quartel, o seu policiamento é feito com um polícia militar à porta principal, durante o dia, e mais três durante a noite.

Como o quartel é muito grande, tem material de incêndios e sinais de alarme em toda a parte, e o pessoal todas as semanas tem instrução de luta contra incêndios.

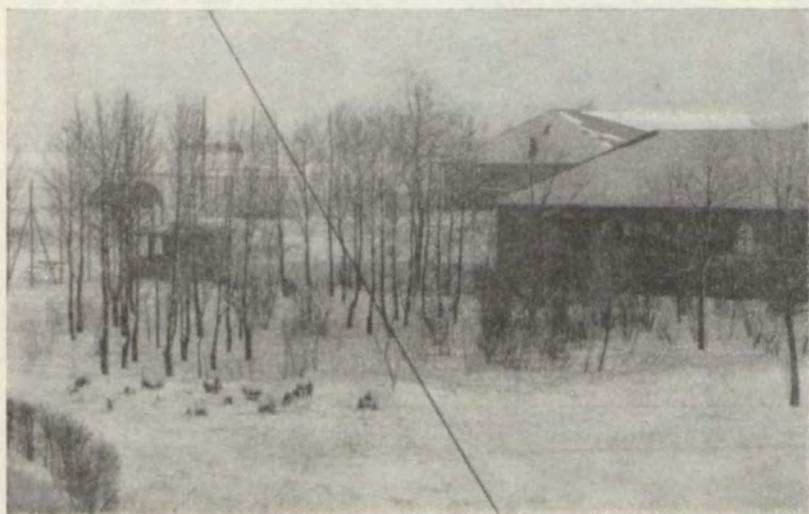
No quartel existe um grande depósito de sobressalentes onde as peças avariadas são imediatamente trocadas por outras novas. Para este fim também dispõem de grandes camiões fechados, tendo interior-

Revista da Cavalaria

mente vários cacifos, que transportam peças de reserva, e que acompanham as colunas nos seus deslocamentos a fim de as reabastecer.

Dispõe de uma carreira de tiro reduzido, instalada dentro de um grande parque onde estão montadas duas torres de «Centurion» MK III que por serem abertas dos lados, permite uma fácil e controlável instrução do pessoal da torre. Dentro da carreira de tiro podem fazer fogo, simultaneamente, três carros de combate.

O aparelho de tiro reduzido, é extremamente simples, prático e económico. Praticamente consiste num suporte aplicado por meio de uma braçadeira ao tubo do canhão, e sobre o qual está montado um cano de carabina tipo Maneliquer. Utiliza uma munição de projectil



Um aspecto do aquartelamento do 13/18th Hussards

tracejante. A carreira de tiro dispõe de alvos fixos e móveis, e estes podem mover-se em todos os sentidos.

O Regimento tem a seguinte organização:

1 — Comando e Estado-Maior

— 1 Pelotão de Reconhecimento (comandado por um subalterno)

8 viaturas de reconhecimento semiblandadas Daimler

Revista da Cavalaria

2 — 4 Esquadrões de Carros de Combate, cada com:

— Comandante — Major

— Adjunto — Capitão

— 1 viatura semiblandada Daimler

— 1 viatura Champ

— 1 carro de combate Centurion MK III

— 4 Pelotões de Carros de Combate

— Comandante — subalterno

— 2 sargentos

— 17 cabos e soldados

— 5 carros de combate Centurions MK III

3 — Esquadrão de Comando e Serviços.

O comandante de esquadrão utiliza conforme as conveniências uma das suas três viaturas para se deslocar, e por intermédio do posto de uma delas está em comunicação com o escalão superior, e com o de uma das outras com o escalão subordinado.

Esta unidade está equipada com o seguinte material:

Scout car Daimler — É uma viatura blindada, excepto na parte superior; velocidade — 60 kh/hora; T. S. F. — P 19; 5 velocidades nos dois sentidos com inversor de marcha; tracção às quatro rodas. Armamento — 1 metralhadora. Motor à retaguarda. Guarnição — 2 homens.

É uma viatura em tudo semelhante à sua sucessora Ferret, mas de modelo mais antiquado e com pouca estabilidade.

Revista da Cavalaria

Viatura Champ — É uma viatura tipo jeep, e muito semelhante a este no seu aspecto, podendo passar vaus com a altura de água de 1,80m; T. S. F. — P 19; motor — 4 cilindros Rolls Roice; 5 velocidades nos dois sentidos, com inversor de marcha; tracção às quatro rodas.

Carro de Combate Centurion MK III — Peso — 49 toneladas; velocidade máxima 21,42 km/hora; 5 velocidades para a frente e 2 para trás; guarnição — 4 homens; capacidade do depósito de gasolina — 120 galões.



Durante um alto no exercicio de postos de Comando do 8th Royal Tanks

A fim de lhe aumentar a capacidade em carburante aplicam-se-lhe depósitos suplementares. Um deles, o de 100 galões, é transportado exteriormente sobre a traseira do carro, e pode ser lançado fora por meio de um dispositivo accionado de dentro da torre. O outro depósito, o de 200 galões, constitui um reboque de uma só roda, que atrelado ao carro lhe permite completa liberdade de movimentos em todo e qualquer terreno. Pode também à semelhança do anterior ser libertado unicamente à custa de um dispositivo manobrado do interior da torrê.

Outro dispositivo curioso que possui este carro, é o estabilizador do canhão, que lhe permite fazer fogo com resultados eficazes mesmo com o carro em movimento através de todo o terreno. Tivemos ocasião de

Revista da Cavalaria

experimentar fazer a pontaria nestas condições e embora não tivéssemos feito fogo, afigurou-se-nos ser relativamente fácil executá-lo.

Impressões finais

Uma grande quantidade de oficiais portugueses, nos quais nos incluímos têm tido oportunidade de trabalhar com o exército dos Estados



Scout car (Ferret)

A última novidade inglesa que está a ser construída em série.

*Veloc. 70 Km./h.; guarnição 2 homens, 1 metralhadora
e 6 tubos lança granadas de fumos*

Unidos. Este exército dado que pertence a um País muito rico, não só paga generosamente ao seu pessoal (um cabo solteiro do exército americano ganha 120 dólares, mas se for casado ganha 250; os outros postos ganham na devida proporção), como também lhes proporciona um conjunto de facilidades, como outro País o não pode fazer. Além disto, e pela mesma razão, dispõe de uma riqueza de meios que nos espanta.

Revista da Cavalaria

Estes factos fazem-nos, por vezes, descrever nas nossas possibilidades; de, com a falta de meios que sofremos, possamos conseguir atingir um nível de instrução que classifiquemos de razoável. De facto, com o que recebemos ao fim do mês não podemos fazer uma vida que se assemelhe à dos Americanos, nem tão pouco com os meios restrictos que possuímos podemos atingir um nível tão elevado na preparação dos nossos homens mas, isto não é razão para passarmos a vida a lastimarmo-nos, entregando-nos nos braços da desmoralização, à espera que um dia nos sejam dados meios semelhantes.

O exército inglês, vive a braços com dificuldades semelhantes às nossas. À excepção dos soldados que ganham francamente mais que os nossos e dos sargentos que ganham ligeiramente mais, os seus oficiais são, praticamente, pagos de forma igual à nossa.

A sua escassez de meios, também se assemelha muito ao que se passa entre nós, e eles lá vão fazendo os possíveis para conseguirem ter um exército.

Não podem equipar as suas viaturas com os incomparáveis postos T. S. F. de cristais, mas utilizam o velho P 19; não podem equipar os seus pelotões de reconhecimento com carros de combate, mas equipam-nos com autometralhadoras.

Não podem pagar ao seu pessoal o necessário para este passear pelo mundo inteiro e instalar-se nos melhores hotéis, mas dão-lhes um mínimo de conforto nos quartéis, etc., etc.

É dentro desta realidade de país pobre que somos que nos temos de meter e, por isso, julgamos da maior utilidade estes estágios de intercâmbio com exércitos que lutam com dificuldades semelhantes às nossas. Afigura-se-nos que seria mesmo útil fazer estágios semelhantes em outros exércitos, a fim de vermos como, dentro das suas dificuldades, eles resolvem os problemas que se lhes deparam.

Os oficiais milicianos do exército inglês, não são mais competentes que os nossos, e até verificamos, como já citamos anteriormente, um facto curioso que foi o de ser raro o oficial miliciano de carros que tenha conduzido um carro de combate. Dizem eles que, por não ser essa a sua função, não vale a pena dispendir dinheiro inútilmente.

Os seus soldados no fim de uma escola de recrutas não estão melhor instruídos que os nossos. Não atribuímos este facto a deficiência dos instrutores, mas sim à facilidade que o nosso homem tem em aprender. O soldado inglês depois de instruído fica mais sólido que o nosso homem, mas em compensação o nosso aprende com muito mais facilidade visto que tem muito maior poder de adaptação.

Revista da Cavalaria

As dificuldades dos ingleses neste campo são tão grandes que eles afirmam a todo o momento que os dois anos de serviço militar obrigatório é insuficiente para instruir o seu pessoal, e estimulam o voluntariado por contratos de três anos, dando-lhes generosas, mas relativas, regalias.





A

OTAN

FINALIDADES E ALGUNS PROBLEMAS

pelo Ten.-Cor. do C. E. M. H. DOS SANTOS PAIVA

Introdução

Durante os cinco meses que durou a 6.ª sessão do Colégio de Defesa NATO, em que tomámos parte, tivemos ocasião de tomar contacto com problemas de toda a natureza — políticos, económicos, geográficos, estratégicos, orgânicos, etc. —. Desejariamos poder resumir tudo o que nos foi dado conhecer.

Não julgamos fácil, pelo menos para nós, conseguirmos esse desideratum, além de que seria estulta pretensão da nossa parte abalancar-nos a versar, com a propriedade devida, assuntos de natureza tão vasta.

Iremos apenas abordar aqueles que, para nós militares, nos parece deverão ter maior interesse. Nos artigos que se vão publicar apresentaremos os ensinamentos que colhemos baseados no que cremos ter ouvido. Ao leitor desprevenido pedimos que atenda à circunstância de não estar na presença de um especialista de cada um desses assuntos.

Desenvolveremos o nosso trabalho tratando sumariamente:

- O Colégio de Defesa NATO (finalidade e funcionamento);*
- O Pacto do Atlântico;*
- Alguns aspectos do bloco ocidental;*
- Algumas considerações sobre o bloco oriental;*
- Política Militar da NATO.*

O Colégio de Defesa NATO

I. Sua finalidade

No dia 25-9-951 o General Eisenhower, então Comandante Supremo na Europa, dirigiu ao mais alto organismo militar da NATO a seguinte mensagem:

«Os esforços por mim realizados até agora para recrutar os oficiais do Estado-Maior com a competência requerida para serem afectados aos postos-chave dos Estados-Maiores NATO no escalão superior, assim como as discussões que tenho tido com personalidades pertencendo aos organismos nacionais ou à NATO, convenceram-me da urgente necessidade de formar oficiais e funcionários civis perfeitamente ao corrente dos numerosos e complexos factores que resultam da criação de um sistema que satisfará à defesa da zona NATO.

Por um lado, a aventura na qual nos lançamos apresenta um carácter inteiramente novo para todos nós; por outro lado os problemas levantados por esta situação nova têm um alcance muito maior que o dos problemas que até agora as nações membros têm tido que resolver; por estas razões é indispensável que nós busquemos sem cessar novos métodos e que ampliemos constantemente o quadro das nossas opiniões. Isto implica que devemos procurar homens capazes de se adaptar a esta evolução, podendo rapidamente amoldar-se às exigências de nova situação e sabendo discernir o alcance deste problema difícil, a fim de suportar o peso das responsabilidades que resultam deste novo campo de acção.

Estas considerações levam-me a concluir que é altamente desejável criar num futuro próximo, um Colégio de Defesa NATO, encarregado da formação dos indivíduos que serão chamados a ocupar os postos principais nos organismos da NATO. O Colégio será colocado sob a alta autoridade do Grupo Permanente ou do Conselho dos Suplentes ou ainda destes dois organismos. As pessoas chamadas a seguirem os cursos, compreenderiam principalmente oficiais cuidadosamente escolhidos e pertencentes a todos os Serviços; estes oficiais teriam provavelmente o posto de coronel ou equivalente e as suas qualificações permitir-

Revista da Cavalaria

-lhes-iam ser mais tarde afectados aos principais postos dos organismos NATO; os cursos do Colégio também deviam ser seguidos por funcionários civis cuidadosamente seleccionados para poderem mais tarde ser investidos nos cargos da NATO.

O programa de trabalhos poderia compreender o estudo dos factores militares, políticos e económicos que afectam o esforço militar da NATO e o exame dos problemas específicos que se apresentam não só no domínio militar mas também no plano político e para os quais não foi possível ainda arranjar soluções satisfatórias.

O Imperial Defence College em Londres, o National War College em Washington e o Institut des Hautes Études de Défense Nationale em Paris, constituem exemplos do género de estabelecimento no qual eu penso».

Foi assim que nasceu o Colégio de Defesa NATO, cuja finalidade acabo de referir através das palavras proferidas há 4 anos pelo actual presidente dos Estados-Unidos.

2. Seu funcionamento

O C. D. N. tem a sua sede na majestosa capital da França, que é hoje, segundo as estatísticas, a cidade de vida mais cara no Mundo. Ocupa umas dependências do imponente edificio da Escola Militar, pano de fundo do agradável conjunto formado pelo Palácio de Chaillot, Torre Eiffel e Campos de Marte. As suas instalações que têm o carácter de provisórias, são simples mas confortáveis.

O Colégio funciona sob o regime de duas sessões anuais, cada uma com a duração aproximada de 5 meses. Tomei parte na 6.^a sessão, desde os princípios de Setembro de 1954 até aos princípios de Fevereiro de 1955.

O curso é feito sob a forma de:

- conferências;
- discussões em grupos;
- trabalhos de equipas;
- cursos de línguas;
- viagens de estudo.

Revista da Cavalaria

As *conferências* visam à divulgação de doutrinas ou de ensinamentos e são feitas por altas individualidades, estranhas ao Colégio, dos vários sectores das actividades humanas: generais e almirantes desempenhando os mais elevados cargos nacionais ou da NATO, professores universitários ou especialistas de história, geografia, finanças, etc., embaixadores e ministros versando problemas da política, todos eles apresentando as suas teses num nível muito elevado e em geral de grande interesse cultural. No fim de cada conferência há sempre um período destinado a perguntas, durante o qual o conferencista é bombardeado por uma heterogénea cortina de fogos, dos quais alguns dão por vezes origem a respostas e controvérsias de grande interesse.

As *discussões em grupos*, presididos por um dos instrutores do Colégio, destinam-se à discussão livre de um assunto previamente apresentado sob a forma de uma agenda.

A título de exemplo cito a agenda de uma discussão a propósito das forças terrestres:

- 1) — Importância das forças terrestres. Como são organizadas e mantidas as forças terrestres? Quais são as principais missões da divisão blindada e da divisão de infantaria no campo de batalha?
- 2) — O apoio logístico das forças terrestres é uma responsabilidade nacional. Que limitações impõe este sistema aos planos e às operações NATO? Será realizável um outro sistema de apoio logístico?
- 3) — Qual será o efeito de um largo emprego da arma atómica táctica sobre os efectivos e a estrutura de um exército terrestre?
- 4) — A arma atómica favorece o ataque ou a defesa?

Os *trabalhos de equipa* são constituídos pela resolução em conjunto de um problema. Para cada problema os instruendos, que em francês têm a designação de *auditeurs* e em inglês de *students*, são reunidos em equipas de 6, com um presidente, um secretário e um secretário adjunto, expressamente nomeados pelo Comando; cada auditor desempenha todas essas funções através do curso.

Revista da Cavalaria

Tivemos de resolver seis problemas que a seguir enumeramos resumidamente:

- 1) — O potencial militar do bloco soviético;
- 2) — O desenvolvimento de um espírito de corpo NATO;
- 3) — A estrutura do Comando NATO e as suas deficiências;
- 4) — A forma de melhorar a eficiência do Comando do Sector Sul-Europa;
- 5) — Breve comparação económica entre os dois blocos antagónicos;
- 6) — Estudo dos factores que determinam a política militar da NATO.

As soluções são apresentadas por escrito e depois são discutidas em conjunto, constituindo motivos de discussão os pontos de vista diferentes que cada equipa apresentar como teses ou conclusões importantes.

As *viagens de estudo* constituem para os auditores motivo de grande interesse; com efeito não é muito normal ter a possibilidade de visitar a Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, França, Itália, Grécia, Turquia, Inglaterra e dar ainda um pequeno salto à Alemanha. Para os elementos do Colégio estas viagens têm carácter essencialmente militar e como tal são orientadas; mas apresentam ainda algumas vantagens sob o ponto de vista de cultura geral. Para os Países visitados a visita do Colégio é uma embaixada da NATO que estreita e desenvolve os laços de compreensão, boa amizade e salvaguarda dos interesses comuns.

Terminarei esta parte fazendo uma ligeira referência ao *problema das línguas*. As duas línguas oficiais são o francês e o inglês. Todas as conferências, discussões, etc., são feitas numa destas línguas e traduzidas simultaneamente para a outra.

É portanto indispensável falar correntemente uma destas duas línguas; o Colégio organizou cursos de francês e de inglês sendo obrigatória a frequência de um desses cursos; simplesmente nós tínhamos o direito de escolher o curso a seguir.

É evidente que o problema da língua constitui uma dificuldade para os auditores do Colégio e até para a própria NATO; são poucas as pessoas que dominam completamente uma língua estrangeira. E den-

Revista da Cavalaria

tro da própria língua ainda há por vezes divergências; é bem conhecido que ingleses e americanos usam algumas expressões com significados muito diferentes.

Dada, assim, uma breve ideia do ambiente onde tivemos ocasião de tomar contacto com os problemas que nos propusemos dar a conhecer, iniciaremos, no próximo número, o seu estudo pela análise do Pacto do Atlântico Norte e, de alguns aspectos do bloco ocidental.

(Continua)



OPERAÇÕES

ANFÍBIAS

pelo Capitão C. CALAFATE

É possível que surja no espírito de um ou outro raro leitor a quem o título sugestione a ideia de que não parece ser muito adequado um tal assunto nas páginas desta Revista, e aduzirá com facilidade trezentas ou quatrocentas razões fundamentadas em favor da sua asserção. Nós talvez só tenhamos a de poder escolher livremente o tema que, como autor, mais nos agrada e, portanto, irmos buscar, entre todos, aqueles motivos que por circunstâncias várias, até certo ponto justificáveis, mais excitam a nossa curiosidade —

— atavismo ráxico, natural num povo de navegadores, particularmente sensível a todo o facto onde o mar figure como personagem central, com quem sempre se identificou nos grandes momentos da sua História passada e nele encontra o melhor aliado das realizações presentes que hão-de consolidar o definitivo triunfo do futuro;

— regozijo compreensível ao reconhecer que a sua querida e velha Arma de Cavalaria nada perdeu da eterna mocidade e hoje, no quadro geral de uma técnica intensamente evoluída, tem como antes um importante papel a desempenhar, mesmo no campo das operações anfíbias, fazendo parte de formações do exército de terra que, juntamente com as do mar e do ar, constituem a força mista cuja acção define as operações desta natureza, chamadas também, por isso, operações combinadas. Referimo-nos às de grande envergadura; mas há ainda as mais reduzidas, até aos simples «raids» de Comandos, e nada obsta a que, ao longo desta escala, frequentes vezes os seus elementos possam ser recrutados entre unidades de Cavalaria.

Revista da Cavalaria

Portanto, mesmo nas operações de grande envergadura a nossa participação não fica de todo excluída como à primeira vista pode supor-se ao pensar no problema dos imensos recursos necessários para reunir os meios empregados — Uma Div. de Inf. mobiliza 200.000 toneladas de embarcações diversas para o seu transporte sendo certo que o navio «Angola», por exemplo, orça pelas 9.000 ton.

É que a feição que o estado actual das coisas tomou, da colaboração estreita entre as forças armadas dos países aliados, deixa acreditar na possibilidade da incorporação de destacamentos de nacionalidades diferentes numa única força anfíbia destinada a executar uma grande ofensiva eventual. Se assim for, não é de surpreender a nossa colaboração.

De qualquer modo, o conhecimento da técnica desta modalidade de combate, tornado frequente pelo progresso da ciência que reduziu as quase insuperáveis dificuldades do passado — apesar de já Alcibiades, 400 anos a. C., e depois César na Grã-Bretanha, e outras mais vezes ao longo da história ter sido usado — o estudo da forma como a acção se desenvolve será sempre útil, quando não seja para dele se servir como atacante, pelo menos, para o empregar na posição de defensor.

E hoje, a contingência de sofrermos os seus ataques é tanto maior quanto é certo que a evolução vertiginosa da técnica coloca a praticabilidade, não só das operações anfíbias como a das aerotransportadas, trabalhando ambas em conjugação, ao alcance fácil de futuros beligerantes. É esta, depois da bomba atómica, a maior revelação da última guerra, revelação que mais directamente interessa ao elemento militar, porquanto, o progresso da ciência nuclear aplicada à guerra é do âmbito pouco permeável dos cientistas, em cujas mãos repousa agora grande parte da responsabilidade na sua condução.

O tempo em que eram apenas os militares quem detinham o exclusivo da arte da guerra, e do mérito dos seus chefes dependiam os destinos dos exércitos, parece ter sido ultrapassado pela introdução de um poderosíssimo elemento novo que se apoderou da quase totalidade de um dos mais importantes factores da decisão, genéricamente denominado por *meios*. O novo elemento é a ciência, novo na dimensão potencial, cujo imprevisível desenvolvimento veio invadir impetuosamente o domínio dos conceitos clássicos da estratégia e da táctica, absorvendo-os no princípio geral que se orienta no sentido da industrialização, em operações maciças, onde os resultados se equacionam mediante tabelas de equivalência capazes de reduzir à unidade de medida de potência bélica as mais heterogéneas grandezas que nela intervêm, incluindo o homem.

Revista da Cavalaria

Industrializada a guerra, os efeitos ficarão, sobretudo, à mercê dos aperfeiçoamentos técnicos criados nos laboratórios, isto é, na dependência do triunfo dos investigadores científicos, como aconteceu, vá lá uma comparação simples, com a indústria têxtil que, nos tempos do exclusivo artesanato vivia do talento criador do artista tecelão cuja intervenção foi pouco a pouco diminuindo até quase se submergir no progresso industrial.

Se as operações combinadas tiverem um papel a desempenhar no futuro, então, ainda nos caberá uma função de importância capital. Neste caso é de presumir que desapareçam as frentes de combate definitivas onde, apesar das alterações transitórias dos contornos, em geral se decidiam os destinos da campanha e, em seu lugar, surjam aqui e ali, nos pontos mais distantes, frentes imprevistas, escapando ao mais exaustivo esforço de vigilância.

Deixemos por agora as operações aerotransportadas para falar apenas, primeiro nas operações anfíbias de grande envergadura, capazes de executar uma ofensiva em larga escala e depois, sendo possível, nas pequenas acções de Comandos.

*

As operações anfíbias são, tanto as que se destinam a colocar em terra, em pontos ocupados pelo inimigo, forças transportadas por via marítima com a missão de criar uma nova frente ou, apenas, de realizar golpes de mão restritos, como as que têm por fim embarcar sob a pressão adversa as nossas tropas em contacto. Há entre ambos muitas características comuns, mas é do desembarque, especialmente que se vai tratar.

É fundamental para que uma operação anfíbia seja exequível, conquistar a superioridade aérea e a liberdade de comunicações marítimas na zona escolhida, assim como encarar a sua realização para a hipótese obrigatória do êxito, porquanto, um fracasso teria consequências de tal modo graves que poderiam mesmo criar uma situação irremediável dado o gigantesco volume dos meios empenhados. Em seguida à violenta ofensiva japonesa no Pacífico, parada em meados de 1942 em três batalhas aéreas ou aeronavais que enfraqueceram a aviação e a marinha do atacante, o refluxo americano só se inicia em meados de 1943, depois de um ano de contínuo desgaste do adversário até ficar assegurada a superioridade de meios.

Revista da Cavalaria

Segundo o apoio da aviação de caça pode ser dado partindo das bases terrestres — Normandia — ou sòmente dos porta-aviões — Pacífico — assim se dizem a curta distância ou a grande distância; entre estas duas categorias extremas situam-se as de média distância.

Consideram-se quatro fases, escalonadas no tempo:

I — *A Preparação:*

Fase demorada durante a qual a concepção se vai progressivamente concretizando em planos estudados pelos chefes reunidos dos três exércitos, onde há que considerar:

— a escolha da zona de desembarque sujeita às condições impostas pela manobra em terra de forças, algumas vezes aerotransportadas, com que em geral actuam em estreita ligação;

— a recolha lenta de informações, uma grande parte carecida de rigor por falta de elementos em contacto, obtidas ao longo de um extenso espaço de tempo por intermédio de reconhecimentos de aviação, eventualmente, Comandos, panorâmicas periscópicas, etc., etc., informações que além de conter os esclarecimentos de interesse às operações normais dos três exércitos visam também as questões relativas à natureza da margem, dos fundos, ao perfil, obstáculos submarinos, marés, ventos, correntes, etc. Para mais, terá de haver o cuidado de não denunciar ao In. as suas intenções, pois o segredo será mantido até o mais tarde possível para não perder o precioso trunfo da surpresa. Contudo, deverão ser suficientemente detalhadas para, por elas, se desenharem cartas e croquis, construir maquetes que reproduzam com a maior fidelidade o terreno, permitindo a realização de treinos intensivos até se chegar quase à automatização dos homens;

— a reunião dos meios necessários às forças de terra, mar e ar que não-de ser empenhadas;

— a determinação das condições da sua instalação em zona que dependerá de múltiplos factores de ordem táctica e técnica;

— o detalhe, o grau de aperfeiçoamento e objectivos exactos a conseguir na instrução do pessoal durante o período de treino esforçado.

II — *A Travessia:*

A cargo da Força Naval de Operações, de formação eventual, posto que não haja unidades de carácter permanente organizadas para este fim, o qual consiste no transporte, na segurança próxima dos comboios,

Revista da Cavalaria

na defesa próxima da zona de desembarque, na colocação em terra das forças e depois no seu apoio e reabastecimento. Articula-se em agrupamentos especiais de acordo com as funções que desempenha cada um deles relativamente à missão dos diversos elementos terrestres da Força de desembarque em proveito dos quais trabalham:

- a) — Agrupamentos Navais de Ataque — Um por Div. Inf.;
- b) — Agrupamento de Porta-aviões;
- c) — Agrup. de Escolta;
- d) — Agrup. de Dragagem;
- e) — Agrup. Naval de Comandos — eventualmente;
- f) — Comboios de Reforço — para o transporte das U.U. de reserva;
- g) — Agrup. de Diversão.

Por sua vez, o Agrup. Naval de Ataque, correspondendo à distribuição táctica das U.U. de assalto do exército é formado pelos:

- 1) — Grupos Navais de Assalto — um por Agrup. Táctico — encarregado da colocação em terra do 1.º escalão;
- 2) — Grupo de Reforço — para o transporte da reserva e resto da Div.;
- 3) — Grupo Naval de Bombardeamento — para o apoio naval pelo fogo.

Ainda, o Grupo Naval de Assalto compõe-se:

- a) — de dois Sub-Grupos Navais destinados à colocação em terra dos Sub-Agrup. terrestres do 1.º escalão;
- b) — de um Sub-Grupo para o 2.º escalão sob as ordens do Com.º do G. N. A. que mandará desembarcar conforme o desenrolar da acção terrestre do 1.º escalão;
- c) — de uma Flotilha de Apoio que fornece o apoio directo pelo fogo dos seus foguetões ao 1.º escalão.

Esquemáticamente, o que se passa nesta fase é:

- 1.º — Partida dos comboios de diversos locais;
- 2.º — Encontro num ponto de reunião no alto mar;

Revista da Cavalaria

- 3.º — Deslocação por uma rota comum até ao Ponto de Deslocação, distribuídos já em Grupos Navais de Assalto;
- 4.º — Aproximação dos G. N. A. até às respectivas zonas de transbordo, de 12 a 22 km. ao largo, cerca de duas horas antes da hora H, as quais são já marcadas em frente das praias onde cada Sub-Agrupamento será lançado na conquista da testa de praia correspondente, apoiado pelo fogo da Art. naval do Grupo a que pertence.

Este último tempo da *travessia* costuma designar-se por Aproximação marítima.

Tal como em terra, durante a Aproximação o dispositivo toma a formação adequada à rápida passagem ao Assalto, lançado desde uma linha de partida materializada no mar por barcos balizadores, 3 a 5 km. ao largo, onde a formação de assalto é definitivamente tomada.

A citação muito resumida dos elementos a considerar em cada uma das duas fases descritas nem sequer é uma relação completa dos títulos dos numerosos artigos de que se compõe o seu estudo, mas apenas a enumeração de alguns dos problemas mais importantes que se levantam no largo período da organização de um plano de desembarque. Só a Ordem de Operações do Com.^{to} IV C. E. U. S. para o desembarque na praia da Normandia, baptizada com o nome de «OHAHA», continha mais de 300 páginas e cerca de 30 cróquis. Por aqui se avalia não só das grandes dificuldades de ordem técnica que é preciso remover, pela extraordinária exigência de recursos empenhados, como também da complexidade de que se reveste empresa de tal envergadura. Ao passo que estas questões se debatem ao nível dos governos em busca da solução conciliatória do factor político, económico e militar, ao das duas últimas fases — o Assalto e o Reforço — interessam-nos mais particularmente por se situarem num plano onde com mais probabilidades seremos chamados a intervir. Por isso, o seu estudo desce a um maior detalhe.

III — O Assalto:

O assalto começa, portanto, na zona de transbordo, isto é, onde as forças terrestres são passadas às lanchas de desembarque e no momento em que cada Grupo Naval de Assalto deixa livres estas zonas, e termina quando as testas de praia são conquistadas.

Revista da Cavalaria

No trajecto entre as zonas de transbordo e a chegada à margem, designado por Assalto Naval, distinguem-se dois tempos:

— o da aproximação até à linha de partida em ordem dispersa adequada ao dispositivo do assalto;

— o da carga sobre a margem a toda a velocidade dos motores — abordagem — protegida pelo Grupo Naval de Bombardeamento, pelos destroyers e barcos-escolta que garantem a segurança da zona de ataque, por draga-minas que limpam as minas à frente e por U.U. especializadas que abrem canais, desobstruindo-os de obstáculos submersos.

A regularidade do dispositivo e a ligação dos Comandos é assegurada pelos Guias de Navegação.

Durante o Assalto Naval, fase particularmente vulnerável aos fogos da defesa costeira instalada numa sólida posição atrás de forte cortadura, desencadeia-se um poderoso fogo de protecção destinado a neutralizar o adversário levado a cabo pela Art. naval e pela Aviação, o qual cessa às H-5 minutos por se tornar perigoso para as tropas amigas, e para ser transportado para objectivos interiores, contrabutando posições de baterias de longo alcance, órgãos do comando e comunicações, assim como dificultando movimentos à retaguarda, visando o lançamento de contra-ataques.

Entre H-5 e H a rarefacção destes fogos é em parte compensada pela entrada em acção do armamento dos anfíbios, dos lança-foguetes e de outros meios das forças terrestres embarcadas que fazem fogo por cima da borda.

Esta parte, designada no *plano de fogos* por Neutralização Geral segue-se à das Destruições preliminares, começadas com maior ou menor antecedência conforme o grau de surpresa pretendido. As Destruições Preliminares seguidas da Neutralização Geral desencadeada nos últimos minutos até à hora H formam o capítulo chamado da Preparação, que precede o 2.º capítulo do Acompanhamento, também dividido em duas partes: uma respeitante aos tiros de *apoio imediato* à progressão das tropas já em terra; a outra, aos *de protecção*, visando com o mesmo fim objectivos mais para o interior.

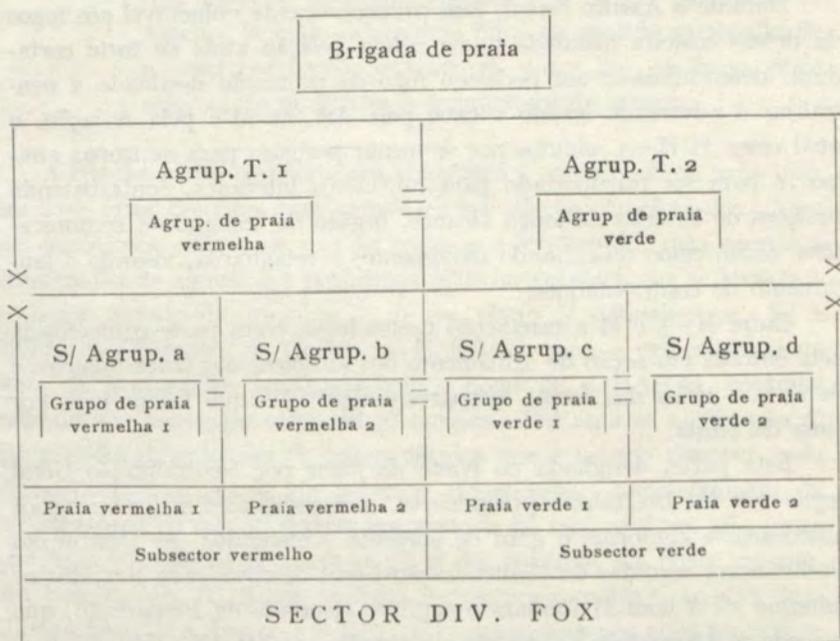
A Abordagem termina quando os homens põem pé em terra à hora H. Começa então o assalto propriamente dito, acção terrestre com o objectivo de atacar o In. e conquistar as testas de praia, isto é, uma linha de pontos com vistas directas sobre a praia.

Para cumprir a missão, são simultâneamente postas em terra *formações de assalto e unidades de praia*, estas últimas para organizar a praia e seus acessos dado que, a volumosa e rápida acumulação de meios

Revista da Cavalaria

em espaço muito restrito conduz facilmente ao engarrafamento, perigosíssimo, que é preciso evitar a todo o custo não só pelo alvo excelente que fica exposto ao tiro directo do defensor, mas também porque o mais pequeno atraso nesta fase especialmente crítica fornece ao adversário a possibilidade de lançar um contra-ataque numa altura em que a frágil capacidade defensiva oferece o risco de afogar a empresa.

Esquema da articulação táctica de uma Div. desembarcando dois Agrup. Tácticos em 1.º escalão



Vejam os esquemas como se articula a Div. para o assalto no caso de desembarcar dois Agrupamentos Tácticos em 1.º escalão.

A porção de costa atribuída à Div. chama-se sector costeiro e é baptizada com um substantivo. Conforme o número de Agrup. em 1.º escalão a extensão da frente varia, devendo contar-se com cerca de 500 m. por Subagrupamento.

O sector costeiro, por sua vez, divide-se em dois subsectores, cada um com o nome de uma cor, os quais ainda se subdividem em duas praias numeradas com a cor do subsector a que pertencem. No exem-

Revista da Cavalaria

plo citado a designação FOX-Verde-2 corresponde ao subagrup. táctico do flanco esquerdo.

A base do Agrup. T. de subsector é o R. I., ao passo que a do Subagrup. de praia é o B. I. Assim, o primeiro B. I. a desembarcar constitui a 1.^a vaga que a seu turno se divide, no sentido da frente para a retaguarda, em vagas elementares na base de C. I., estas ainda escalonadas com dois Pel. à frente e um de reforço na 2.^a vaga elementar.

O Pel. é transportado em duas lanchas, cada lancha a uma Secção.

A Secção é a unidade elementar de combate, actuando num sector perfeitamente definido com objectivos próprios.

O Subagrup. tem a missão de limpar a praia das posições avançadas do defensor que visam a margem com o tiro directo das suas armas ligeiras, e ocupar rapidamente as alturas que imediatamente a dominam, numa linha entre 1.000 a 2.000 metros para o interior chamada *testa de praia inicial*, a coberto da qual completa o seu desembarque.

Uma vez com todos os meios, cada Subagrup. vai internar-se até uma linha de 3 a 5 km. da costa, *testa de praia intermédia*, cuja profundidade assegura a continuação do desembarque, em cada subsector, dos elementos do Agrup. T. correspondente, e onde se procede a uma primeira organização defensiva do terreno com o fim de enfrentar possíveis contra-ataques enquanto não estão ainda desembarcadas as viaturas sobre rodas da Inf., da Art. rebocada de apoio directo e de reabastecimento de munições à espera de se ultimar a construção na praia de pistas próprias.

Logo que cada Agrup. T. recebe estas viaturas retoma a ofensiva até atingir uma linha entre 10 a 15 km. para o interior — *Testa de Praia* — marcada por pontos que dariam ao In. vistas sobre a zona dos desembarques.

Entretanto prossegue o desembarque dos restantes elementos da Div. cujo Com.^{te} logo que dispõe dos meios suficientes lança o ataque à conquista do novo objectivo que lhe é determinado — a *Testa de Ponte*, destinada a cobrir o desembarque e a organização do C. E. cuja acção, a partir desta linha, marca o fim da operação anfíbia para entrar na fase do combate terrestre normal.

Cronologicamente, o assalto terrestre desenrola-se do seguinte modo:

— À hora H desembarcam os primeiros elementos compostos de: Comps. de Infantaria em 1.^o escalão; Esq. de Cavalaria anfíbios (cá temos a nossa Arma empregada no quadro normal da sua missão de colaborar com a Inf.) a maior parte das vezes transitòriamente detidos na margem pelos obstáculos da defesa da praia e, apenas com as suas

Revista da Cavalaria

torres emersas, apoiando pelo fogo a progressão dos elementos a pé, equipas de Engenharia, formando os primeiros elementos das U.U. de *organização de praia*, levantamento de minas, destruição de obstáculos, abertura de brechas, etc.

— Cerca de H+15 desembarca a Comp. de Acompanhamento de cada Subagrup. T. com parte das suas armas pesadas — metralhadoras e morteiros.

— Às H+20 é o Com.^{to} e P. C. de Subagrup. com as suas transmissões, os seus órgãos de ligação com o navio destacado para o apoio pelo fogo (em geral um contratorpedeiro ou um cruzador ligeiro que de início faz tiro a horário, passando depois a fazê-lo a pedido), os seus elementos de ligação com a aviação e, finalmente, um destacamento do Grupo de 105 auto-motor, encarregado de accionar a Art. terrestre logo que esteja pronta, entre H+1 hora e H+2 horas.

— Às H+25 é a 3.^a Comp. de atiradores do 2.^o escalão da 1.^a vaga que chega à praia.

Assim, a coberto da testa de praia inicial, às H+30 o Subagrup. está em terra pronto a cumprir a sua missão de internar-se até à testa de praia intermédia, enquanto continua o desembarque dos elementos do Agrup. T.

A impossibilidade de os comandos accionarem directamente os seus homens, o apoio do fogo, ainda disperso, agindo em grande parte por iniciativa própria, a situação confusa dos primeiros momentos tornam esta fase das H às H+30 excepcionalmente delicada, mesmo mais do que todas as outras.

Portanto, o Subagrup. com os elementos essenciais de combate do B. I., incluindo um Esq. de Carros para acompanhamento directo, o apoio da aeronáutica dirigido por destacamentos especiais de ligação e o dos navios de guerra e lanchas de apoio, lança o ataque cujo desenrolar se assemelha ao de um ataque normal de batalhão e se efectua entre as H+30 até às H+90.

Mas o desembarque não sofre paragens, e são agora os reforços que chegam:

- pelas H+35, eventualmente, carros médios;
- depois, às H+50, o terceiro batalhão do 2.^o escalão do Agrup. T.;
- pelas H+60, o grupo de Art. automotora cuja entrada em acção, sobre objectivos indicados pelo destacamento de ligação desembarcado às H+20, foi preparada com a devida antecedência;

Revista da Cavalaria

- imediatamente a seguir uma Bateria de 40 A.A., que em caso de contra-ataque participa no fogo terrestre;
- até que, pelas H+80, desembarca o P.C. do Agrup. T., também com os seus órgãos de ligação com a Art. terrestre, naval e com a aeronáutica;
- pelas H+90 os Agrup. T. estão em terra. Mas, enquanto os meios mais poderosos de Art. não estão ainda desembarcados e o abastecimento de munições não principia a funcionar por falta de pistas para o desembarque e trânsito das viaturas sobre rodas, apenas praticáveis entre H+2 horas e H+3 horas, o internamento é levado até onde for possível e, na linha atingida — testa de praia intermédia — procede-se à organização defensiva do terreno a fim de fazer face aos primeiros contra-ataques.

Aqui termina a 1.^a fase do assalto, levado a cabo pròpriamente, pelo Agrup. T.

A 2.^a fase começa logo que os Agrup. dispõem dos meios trazidos pelos veículos sobre rodas agora desembarcados, e retomam a ofensiva à conquista do novo objectivo — a Testa de Praia.

O desembarque dos diversos elementos divisionários não cessa durante este tempo, simplesmente, a partir, vá lá, das H+60, o horário passou a ser mais um indicativo da sua posição no mar antes da acostagem do que uma exigência rígida que não admite alterações, pois, desde agora, eles vão chegando tanto pela ordem prevista como a pedido das diferentes vagas.

Assim, depois da Art. rebocada e dos trens de combate das tropas já em terra, desembarcarão, pela ordem que as circunstâncias aconselharem:

- A Art. ligeira;
- O Agrup. T. do 2.^o escalão;
- A Art. média;
- Unidades do comando que não tenham sido ainda desembarcadas;
- A Art. pesada;
- Os P.C. cuja instalação é progressiva.

Finalmente, desembarcada a Div. o seu general comandante, em terra também, dispondo dos meios suficientes, conduz o combate à con-

Revista da Cavalaria

quista do objectivo divisionário — a Testa de Ponte — atrás da qual o C. de Exército é posto em terra, considerando-se terminado o ataque anfíbio desde este momento, pois que, a partir dele, perde as características de uma acção combinada onde os três exércitos de terra, mar e ar intervêm em estreita interdependência, para se enquadrar nos moldes de uma acção terrestre normal em que cada um destes exércitos regressa à sua função específica: de cobertura aérea, acções longínquas de flagelação, de interdição de itinerários, de ataque às reservas In., quanto à Aviação; de fogos profundos e de flanco ao alcance das suas peças, e na protecção aos comboios de reforço, pelo que respeita à Marinha.

Durante o ataque anfíbio há, para cada escalão das tropas terrestres, a fase que termina ao pôr pé em terra, e a fase do desenvolvimento da acção a partir da praia para o interior, no decorrer da qual vão sucessivamente chegando os comandantes dos diversos escalões, quando os respectivos meios de comando estão já em condições de ser utilizados, e que, em toda a 1.^a fase, estiveram subordinados ao comandante da formação naval correspondente, e voltam na 2.^a fase a depender directamente do seu chefe hierárquico.

IV — O Reforço:

Consideramos agora, nas suas linhas gerais, o problema dos reforços, tanto das unidades tácticas como dos elementos logísticos desembarcados durante o Assalto. Estes últimos, encarregados dos abastecimentos, das evacuações, dos transportes, da organização e aproveitamento das comunicações, dos portos, dos aeródromos, das transmissões, dos depósitos, das oficinas, etc., segundo o escalão a que estão adstritos denominam-se:

- Grupo de Praia, para o Subagrup. T.;
- Agrup. de Praia, para o Agrup. T.;
- Brigada de Praia para a Div. — cujo efectivo de formação eventual chega a atingir os 5.000 homens na maior parte da Arma de Engenharia.

Cada unidade, a partir do mais pequeno escalão, determina as suas necessidades logísticas em função da missão. As previsões, depois de submetidas ao controle do escalão superior, este inclui-as no seu plano de desembarque, e esta regra aplica-se até ao escalão mais elevado. Uma vez aprovados estes planos, a sua execução é da responsabilidade

Revista da Cavalaria

da unidade a que dizem respeito, ajudada pela unidade de praia que lhe corresponde, desde o embarque até ao momento, depois do desembarque, em que é enquadrada no escalão superior.

Pela natureza extremamente delicada dos múltiplos factores que nele intervêm, e pelas graves consequências que o mais pequeno erro acarretaria ao desenvolvimento da acção, pois o ritmo desta está estreitamente ligado ao bom ou mau funcionamento destes serviços, compreende-se que o estudo logístico, pelo rigor das suas exigências, seja preparado com uma longa antecedência.

Os Reforços logísticos e táticos efectuar-se-ão progressivamente, de acordo com planos pré-estabelecidos onde, sem perda da continuidade, devem estar previstos atrasos próprios das contingências do combate, isto é, com a elasticidade suficiente para permitir que o reforço chegue quando o comandante interessado o pedir e não porque o plano ordena que ao minuto t deve estar exactamente no ponto u a apoiar a unidade y , que porventura o destino colocou em z , para nos lembrar como é vã a ideia de lhe querermos impor as nossas conveniências.

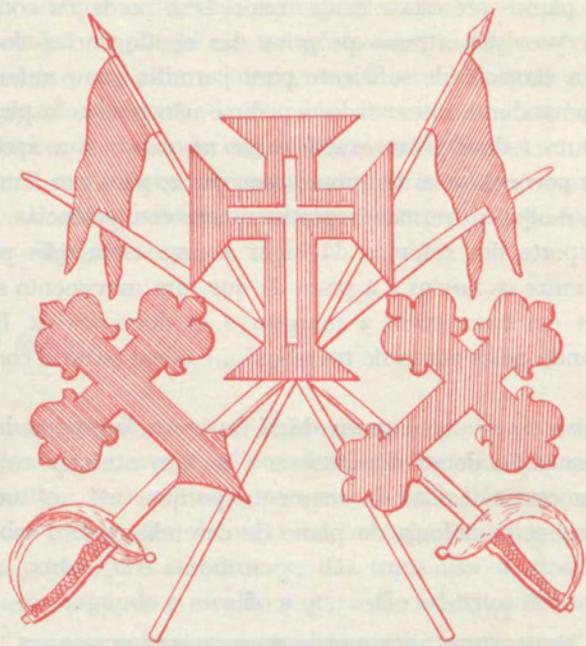
O transporte dos reforços dá lugar a uma circulação permanente de lanchas, entre os navios e a praia de que, um movimento semelhante das viaturas em terra entre a margem e os depósitos de Brigada de Praia, passando pelas zonas de transbordo, é o seu natural complemento terrestre.

Pode dizer-se que só a partir de $H+2$ horas, aproximadamente, os planos de execução do serviço passam a ter um carácter menos rígido, adaptado às circunstâncias de momento porque, até aí, tudo decorre segundo rigorosa cronologia do plano de desembarque.



Legion of Honour

The Legion of Honour is a French order of merit, instituted by Napoleon Bonaparte in 1804. It is the highest order of merit in France, and is awarded to those who have distinguished themselves by their services to the country. The order is named after the Legion of Honour, a military unit created by Napoleon in 1802. The Legion of Honour was a corps of elite soldiers, and it was the members of this corps who were awarded the Legion of Honour. The order is awarded to both French citizens and foreigners, and it is one of the most prestigious awards in the world.



The Legion of Honour is a French order of merit, instituted by Napoleon Bonaparte in 1804. It is the highest order of merit in France, and is awarded to those who have distinguished themselves by their services to the country. The order is named after the Legion of Honour, a military unit created by Napoleon in 1802. The Legion of Honour was a corps of elite soldiers, and it was the members of this corps who were awarded the Legion of Honour. The order is awarded to both French citizens and foreigners, and it is one of the most prestigious awards in the world.



HIPISMO



SUMÁRIO

Campeonato equestre militar de 1955

Capitão Rodrigo da Silveira

O Salto — Seu mecanismo e ligação
com a posição à frente

Xenofonte





CAMPEONATO EQUESTRE MILITAR DE 1955

pelo Cap. RODRIGO DA SILVEIRA

Realizou-se no mês de Outubro o Campeonato Equestre Militar de 1955. É a prova, por excelência, do verdadeiro cavaleiro. Pela dificuldade das provas que o compõem, pela extensão e violência de algumas, pela necessidade de um conhecimento perfeito das qualidades e possibilidades do cavalo assim como dos percursos a realizar, o Campeonato é a mais completa prova hípica de um cavaleiro e muito especialmente, do cavaleiro militar. Exige aptidão equestre, desembaraço, decisão, serenidade e resistência daquele que a dispute; são qualidades que não se improvisam e mesmo naqueles que as possuem, só a continuidade de trabalho permanente e consciente, só a prática das diversas modalidades equestres, lhas consegue manter e desenvolver. Isto mostra que o Campeonato para ser disputado em boas condições, não é prova que permita improvisações e é aquela em que o trabalho sério dado às montadas e as qualidades do cavaleiro mais pesam na classificação final.

Somos daqueles que consideram originadas no cavalo as qualidades que valorizaram a Arma de Cavalaria até ao ponto de ter sido a de elite entre todas. Foi na realidade o cavalo que lhe deu a possibilidade de

Revista da Cavalaria

ser incumbida das missões mais arriscadas na guerra; e foram estas por sua vez, sempre mais difíceis, que pediam aos seus quadros as mais apuradas qualidades que só a frequente prática da Equitação conseguia cultivar, manter e desenvolver.

Era sem dúvida, na Equitação que a Cavalaria adquiria o desembaraço físico e muito especialmente o moral que lhe permitia actuar; era na Equitação, na necessidade de dominar e ensinar o cavalo, que o cavaleiro ía buscar as reflexas, a decisão e a iniciativa, qualidades que precisava sempre para o bom desempenho das suas missões; era pela Equitação que naturalmente os superiores se impunham, pelo exemplo que davam, ao serem os primeiros a realizar o que pediam aos seus subordinados; era no lidar do cavalo, que nascia a «abnegação» que nos levava a cuidar primeiro dele, do soldado em seguida, para só depois pensarmos em nós!

Não foi, porventura, a «panache» originada no conhecimento do perigo que a Equitação podia trazer e na consciência do valor que representava o domínio desse conhecimento?

E esse perigo possível, igual para todos, pois todos montavam, não fazia nascer entre nós a «generosidade» como sentimento natural entre aqueles, que a todo o instante poderão precisar do auxílio alheio?

Não seria, ainda, ao cavalo que se teria de agradecer a «camaradagem», que a duração da boa condição física até idades avançadas, fácil e naturalmente faziam aparecer entre os diversos postos?

Sim, são bem da idade de ouro da cavalaria a resistência física, o desembaraço moral, a decisão, o altruísmo, a generosidade, a «panache», a camaradagem e até um pouco de irreverência, qualidades que a caracterizavam! Sim, foi ao nobre e generoso cavalo que se deveu a possibilidade de se terem cultivado tais qualidades e terá de ser ele de novo a fonte das mesmas qualidades, cuja falta tanto se faz sentir na formação moral e educação cívica das gerações presentes!

Pensar que todas essas qualidades possam persistir, abandonando-se a fonte que as gerava e mantinha, seria erro que as gerações futuras não poderiam perdoar às presentes!

Ora, sendo o Campeonato uma prova que exige uma preparação longa e cuidada, assim como uma difícil execução pela variedade e dureza dos percursos, ela é hoje, mais do que nunca, a primeira, a verdadeira prova que todo o cavaleiro deve ambicionar disputar e que, conseguir fazê-lo em boas condições, mais o poderá orgulhar.

Por circunstâncias especiais, que não interessa considerar, a concorrência a esta prova começou a diminuir; numa orientação a todos os

Revista da Cavalaria

títulos esclarecida, foi ela tornada obrigatória a determinados concorrentes, na representação das diversas unidades de Cavalaria. Posteriormente, foi esta obrigatoriedade extinta, facto de que já se começou a fazer sentir o pior dos resultados: ser quase nulo o número de concorrentes!

Consideramos muito grave a situação não só por todas as considerações atrás feitas como por a considerarmos o primeiro passo para uma rápida baixa de nível da nossa categoria de cavaleiros de exterior. É opinião afirmada e confirmada o elevado nível de cavaleiros de campo



Juri e concorrentes ao Campeonato Equestre Militar de 1955

que nós portugueses temos; e tão real deve ser que não se receia afirmar que em representação olímpica, com cavalos de certas possibilidades e a devida preparação, seremos concorrentes com a pretensão de uma vitória por equipas, além de, com facilidade, se poderem organizar duas ou três equipas com cavaleiros de idênticas possibilidades.

Mas, só se conseguirá manter este nível se não acabarmos com a Equitação de exterior, que recebia o seu primeiro e vigoroso impulso no tirocínio dos Aspirantes da Arma e a sua confirmação e aperfeiçoamento no elevado número de concorrentes aos Campeonatos. Só conseguiremos manter o nível se uma e outra destas ocorrências continuarem, uma vez que a motorização na Cavalaria liquidou de um modo geral todos os contactos, do cavaleiro actual, com o campo.

Revista da Cavalaria

Não é no campo de obstáculos que se fazem os cavaleiros de exterior. As Provas de obstáculos se não levassem tanta gente a assistir, se não mantivessem os seus prémios em dinheiro, se não justificassem um pouco o turismo que se faz, bem poucos praticantes teria com certeza!

Não nos enganemos pois, a medir o ambiente hípico de um país pelo número de concorrentes às provas de obstáculos. Mas então, sim, aquilo que não engana, é a prova de exterior, a prova no campo que nos diz do verdadeiro ambiente; o concorrente destas provas aparece sempre, mesmo sem prémios materiais, sem público, levado pelo seu entusiasmo, pela sua verdadeira dedicação ao hipismo. Não é só o número de concursos hípicos que se organizam em França, ou a grandiosidade de alguns, que nos dá a noção do seu ambiente hípico mas, fundamentalmente, a existência de três centenas de sociedades rurais onde se cultiva o hipismo e se pratica e disputa semanalmente o percurso de campo ou o «rally-papper».

É na prática do exterior que o cavaleiro pode adquirir todas as grandes e fundamentais qualidades, a partir das quais nascem os grandes cavaleiros de obstáculos; é naquela prática que se cria e atinge o tal nível equestre que nós temos, segundo dizem os estrangeiros.

Temos ou tínhamos? Esse nível foi conseguido com trabalho persistente de muitas gerações e desaparecerá bem rapidamente se não procurarmos conhecer e manter as causas que o fizeram aparecer. Não nos queiramos enganar porque, nível é dado por uma média, uma percentagem, e não por uma minoria, uma elite.

A título de curiosidade e talvez mesmo como elemento para ser ponderado por quem julgue que o deva fazer, referimos que na Suíça desde que o cavalo saíu por completo da fileira do Exército, houve como que um recrudescer de entusiasmo pela Equitação no meio civil, qual salutar reacção, onde hoje já deixou de ser o Sport de uma minoria; é o empregado, o vulgar burguês que vive diariamente do seu trabalho, que maior percentagem dá na concorrência aos picadeiros; e estes multiplicam-se e multiplicam as suas fileiras para atenderem a todos os praticantes no fim de semana!

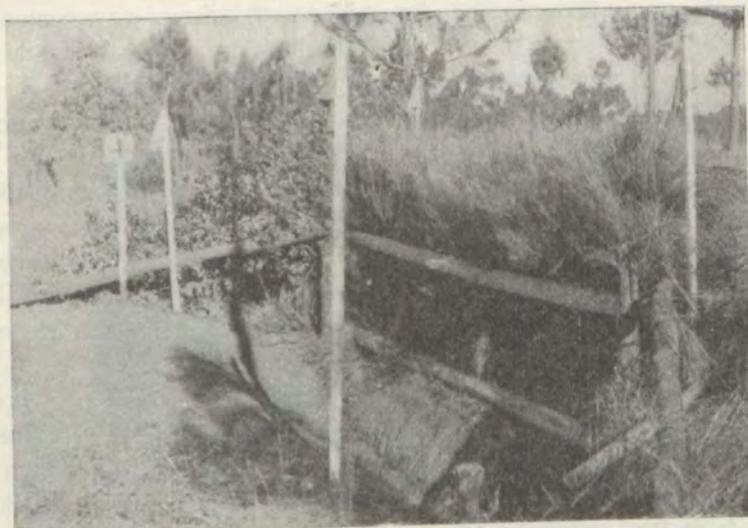
Instinto da raça? Natural reacção ao estado nevrótico que o motor cria? Superior orientação? Talvez de tudo um pouco! E entre nós, quando se fará o devido e sério trabalho de desenvolver este desporto com os olhos postos na formação da mocidade?

Quando conseguiremos ver serem levados para estas práticas, aqueles que ainda não lhes tendo rebentado a barba já frequentam assiduamente o «seu café», e só se conseguem distrair no cinema?

Revista da Cavalaria

Compete-nos falar, realçar as situações, pois vai sendo altura de vermos ser orientada com cuidado a formação da juventude no nosso País. Certamente que nada se conseguirá, enquanto medidas positivas não tornarem fácil o acesso à prática da Equitação e a mocidade não for chamada para ela de uma maneira entusiástica e convincente.

Procuramos pugnar pela ideia e na vontade de se manter uma categoria equestre conquistada; e não serão das de menor valor, as que visem valorizar o Campeonato Equestre Militar.



Fosso e sebe, que perfaziam 2,00 x 1,30 m.

Assim, parecia-nos lógico que a sua disputa se tornasse obrigatória a todos os oficiais diplomados com o Curso de Mestres ou Instrutores de Equitação, até determinada idade; igualmente seria de considerar a concorrência de cavaleiros civis a esta prova, dentro da mesma finalidade que é visada pela autorização concedida à frequência, por civis, do Curso de Instrutores e Mestres de Equitação na E. M. Eq. Ainda, a obrigatoriedade de todos os Aspirantes Tirocinantes da Arma disputarem a 2.ª Série do Campeonato, seria de grande benefício. Isto são três alvitre, viáveis, fáceis e julgamos que produtivos.

Por determinação superior, passou a realização do Campeonato da E. P. C. em Torres Novas, para a E. M. Eq., de Mafra.

Muito se receava pelo Campeonato, com esta mudança! O Campeonato em Torres Novas tinha atrás de si toda uma tradição, ambiente

Revista da Cavalaria

próprio e características especiais, nascidas de umas dezenas de Campeonatos ali disputados. Com natural receio a mudança de local e de organização previam um abaixamento de rendimento que se reflectiria em desinteresse pela prova e, portanto, escassês de concorrentes.

Felizmente para todos, foi passado vitoriosamente este transe e a nova organização, pelos percursos, ambiente e facilidades criadas, deram a certeza da sua continuidade, mostrando até umas possibilidades de organização que só o poderão valorizar para o futuro.

Embora todos saudosos do Campeonato de Torres Novas, o interesse de que a prova vingasse, fez apagar partidarismos e em comunhão de esforços se pugnou para que o primeiro Campeonato realizado em Mafra não só agradasse como garantisse a sua continuidade.

Entre todas as atitudes uma se impôs, a do Ex.^{mo} Comandante da E. P. C. Sentindo mais do que todos nós o fim do Campeonato em Torres Novas, onde sempre foi entusiástico concorrente, escondendo o seu sentir e pondo mais alto o interesse da prova, não se poupou à colaboração, à apreciação elogiosa, levando o seu altruismo ao ponto de manifestar mal regressou à sua unidade, por telegrama bem expressivo, o apreço que a organização, ambiente e valor técnico deste Campeonato lhe tinham merecido.

O Campeonato de Torres Novas tinha desde a origem, e pouco a evoluiu, como principal característica, a prova de *Cross*, essencialmente composta por obstáculos naturais, como valas (quem não se lembra da *vala das figueiras?*); valados positivos e negativos (como conseguiu o *valado do Paul* resistir a tantas gerações!); *passagens de estrada* (quem não conheceu a dureza das da *D. Aurora!*) etc.; a eles todos nos habituamos e lembrá-los é viver o que se passou, é lembrar belos momentos de camaradagem que já não voltarão! No entanto, pela necessidade de se actualizarem as características das nossas provas pelas que lá fora se realizam, principalmente nas Olimpíadas, foi o *Cross* em Mafra organizado em moldes semelhantes aos que além fronteiras são apresentados. Os obstáculos na sua grande percentagem foram artificiais, fixos e rústicos, combinados algumas vezes com fossos, colocados sobre pistas abertas através de terreno variado e acidentado.

Nas fotografias juntas apresentamos alguns tipos de obstáculos realizados neste Campeonato.

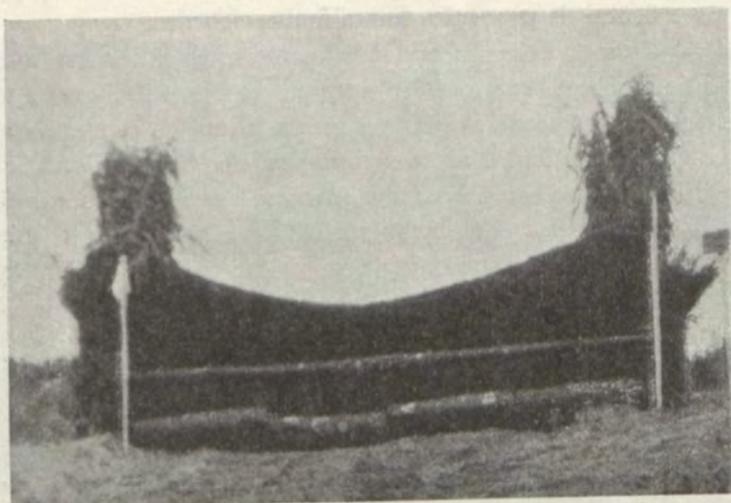
A grande diferença entre os obstáculos naturais e os artificiais, em provas de campo, é serem aqueles normalmente transpostos por qualquer cavalo desde que seja franco e generoso (o cavalo, se não tem poder para o saltar de uma só vez, põe pé aqui, mão acolá e chegará,

Revista da Cavalaria

assim, ao outro lado), enquanto que o obstáculo fixo obriga os cavalos a saltarem, pois não permite ser «passado», o que exige, num campeonato com estas características cavalos com mais qualidades de saltadores, e da parte do cavaleiro mais tacto no seu aproveitamento.

*

Sobre as provas do Campeonato deste ano apresentamos algumas observações.



Sebe em cancela curva a 1,20 m.

1.ª prova — *Ensino*:

Foi disputada em picadeiro descoberto limitado por vedação desmontável, colocada no meio do hipódromo da E. M. Eq. As provas decorreram num nível técnico não muito elevado e as classificações ficaram muito niveladas, com excepção para uma prova.

Verificou-se de utilidade nas próximas vezes, a vedação ser montada durante algum tempo noutro lugar, para lá se poderem levar os cavalos a trabalhar antes da prova, a fim de os habituar ao ambiente.

2.ª prova — *Fundo*:

a) — 1.ª marcha de estrada — Considerámo-la difícil por ter sido marcada em percurso bastante acidentado e de piso duro.

Revista da Cavalaria

b) — *Steeple* — Realizado em pista com piso regular e com sebes muito bem apresentadas e volumosas. Seria útil para os próximos Campeonatos haver na pista, enquanto esta se conservasse aberta aos concorrentes, uma ou mais sebes iguais às que são apresentadas na prova, a tempo de se poderem familiarizar as montadas com elas.

c) — 2.^a marcha de estrada — Embora difícil, foi escolhida sobre um percurso que apresentava, na melhor altura, terreno plano e bom piso para se conseguir o bom aproveitamento e economia dos recursos dos cavalos. Os três últimos quilómetros, sempre a subir, sobre piso de alcatrão e dentro da povoação, foram muito violentos.

d) — *Cross* — Percurso admiravelmente concebido sobre um piso vegetal maravilhoso, com obstáculos muito bem construídos e apresentados; traçado bastante irregular que exigia montar-se com cabeça para se ter cavalo até ao fim. Merece as melhores referências o Ex.^{mo} Comandante da E. M. Eq. pelo brilhante percurso que imaginou e realizou.

e) — Pista rasa — Foi muito violenta por apresentar a primeira metade do seu traçado a subir, o que exigia logo após o *Cross* um esforço demasiado para os cavalos.

3.^a Prova — *Obstáculos*:

Pareceu-nos o seu traçado com poucas mudanças de direcção, além dos obstáculos não terem aquela «semi-fixidez», conforme o regulamento preconiza. Os obstáculos muito bem apresentados e sobre um belíssimo piso.

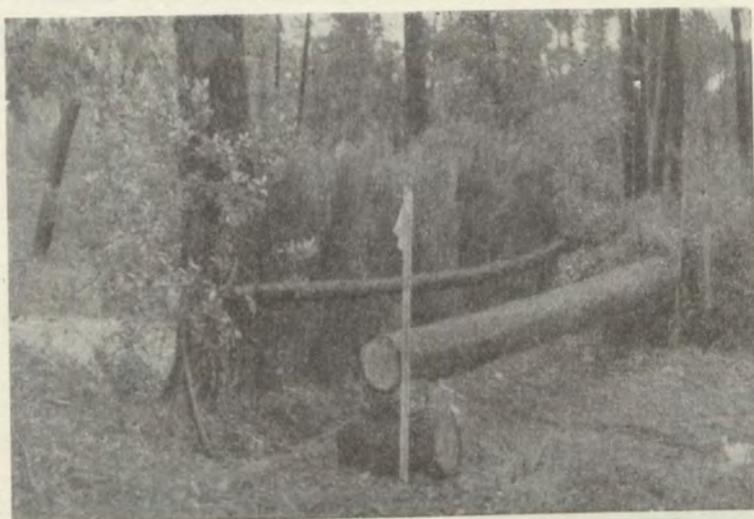
Mais uma vez faremos realçar o feliz traçado dos percursos, o bom critério e gosto na escolha e colocação dos obstáculos e o maravilhoso piso em que foi disputado este Campeonato. Será, mesmo, interessante referir que todos os cavalos que foram obrigados a desistir eram animais já tocados e que nenhum em condições normais ficou sentido após as provas.

Faremos uma elogiosa referência à maneira brilhante como os serviços de cronometragem funcionaram, conseguindo, coisa bem difícil, não deixarem a mais pequena dúvida em ninguém! Será interessante frisar que nestes serviços trabalharam 25 cronómetros e a maior diferença que entre eles todos apareceu no fim da prova foi de 5 segundos! A medição do tempo no *steeple* foi feita por cronometragem directa, com 2 cronómetros, de um ponto central que alinhava os pontos de partida e da chegada. A prova de *cross* usou igualmente cronometragem directa sobre dois crónómetros, colocados na chegada; a partida e a chegada

Revista da Cavalaria

estavam ligadas por postos de rádio e à voz de partida do fiscal da mesma, transmitida pela rádio, eram os cronómetros na chegada postos a funcionar. Sobrepuña este meio uma ligação directa telefónica entre a partida e a chegada, e ainda um terceiro sistema por diferença de tempos entre um cronómetro de partida e outro de chegada, garantindo, pela ordem que foram expostos, o rigor da contagem dos tempos.

Fazemos o nosso agradecimento à E. P. I. pela colaboração perfeita e pelo auxílio que deu nestes serviços, tanto em pessoal como em material, o que tornou possível esta perfeição; igualmente a cedência de sar-



Grosso tronco seguido de sebe com 1,60 m. de altura

gentos para fiscais dos postos remediou uma falta que a E. M. Eq. não podia preencher.

Alvitramos para os próximos anos:

- a) — mencionar os nomes dos obstáculos no *croquis* da prova de *Cross*;
- b) — melhor disciplina dos fiscais dos postos e melhor conhecimento no seu desempenho;
- c) — a classificação na prova de *Cross* passar a ser feita de forma igual à Olímpica. Se procuramos tornar semelhantes os seus traçados e as suas características, pela mesma razão não se compreende que não se utilize um procedimento igual na forma de classificar.

Revista da Cavalaria

*

O Campeonato foi disputado em duas Séries: a primeira Série, destinada aos Oficiais de Cavalaria e das outras Armas desde que possuissem o Curso de Mestres ou Instrutores de Equitação, foi dividida em dois grupos conforme a origem dos cavalos. No primeiro grupo concorreram:

Tenente Lopes Ferreira, com *Cafita* (argentina);
Capitão Duarte Silva, com *Mulungo* (nacional, ferro Couto);
Capitão Pereira de Almeida, com *Ocioso* (nacional, ferro Coude-
laria Nacional);
Capitão Rhodes Sérgio, com *Floral* (anglo-árabe);
Tenente Alvaro Sabbo, com *Iva* (anglo-árabe);
Alferes Marquilhas, com *Cruzeiro* (argentina);
Capitão R. da Silveira, com *Fanfarrão* (anglo-árabe).

No segundo grupo concorreram:

Capitão Henrique Callado, com *Hebraico*;
Tenente Engrácia Antunes, com *Oceânico*;
Tenente Santos Leite, com *Lulo*;
Tenente Pereira Coutinho, com *Jovem*;
Capitão Fernando Cavaleiro com *Nico*;
Capitão António Seródio com *Otelo*.

A 2.^a Série, para Oficiais das outras armas e serviços, teve dois concorrentes:

Os Tens. de Infantaria Lemos Pires e Óscar Lopes.

Triunfou na 1.^a Série — 1.^o grupo, o Tenente Lopes Ferreira da E. P. C., montando a égua argentina *Cafita* e ficando nós em segundo lugar à distância de 38 pontos.

Foram desclassificados neste grupo, por terem desistido, o Capitão Duarte Silva antes da prova de fundo em virtude do seu cavalo estar sentido de um tendão; Tenente Alvaro Sabbo a meio do Cross por o seu cavalo ter ficado a claudicar após má recepção de um salto: Alferes Marquilhas porque tendo caído com o cavalo numa vala funda, o auxiliou do lado oposto, apeado, a acabar de transpor este obstáculo.

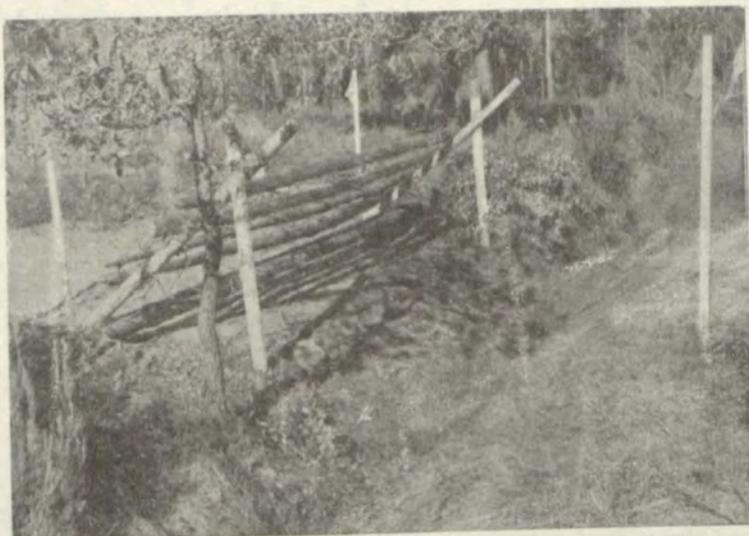
Das montadas deste grupo merece referência o cavalo *Ocioso*; ainda muito novo e pouco prático, foi o único com beneficiação máxima no

Revista da Cavalaria

steeple. Fez muito bom tempo no *cross* apesar de algumas recusas e uma queda.

No 2.º grupo, vitória do Capitão Fernando Cavaleiro, montando o cavalo nacional de ferro Alter, *Nico*; ficou em segundo lugar, à distância de 35 pontos, o Tenente Pereira Coutinho montando o cavalo nacional, de ferro J. C., *Jovem*.

Foi desclassificado neste grupo por ter desistido, em seguida à prova de *steeple*, o Capitão Henrique Callado em virtude do seu cavalo, conforme se receava, ter voltado a sentir-se da mão em que já tinha tido um acidente.



Varas seguidas de fosso de taludes inclinados

Grupo de cavalos mais homogêneo e prova mais bem disputada, faremos referência ao cavalo *Jovem* que nos pareceu de muito bons recursos.

Com entusiasmo e admiração saudamos a presença neste grupo do Capitão António Seródio lamentando a necessidade que um cavaleiro como ele tenha de utilizar uma «*píleca*» daquelas, para poder disputar a prova; cavalo, estamos certos e não é demais realçá-lo, que poucos cavaleiros por mais jovens e desembaraçados, levariam a esta prova!

Na 2.ª Série safu vencedor o Tenente Lemos Pires; numa demonstração de gosto, desembaraço e habilidade continua este Oficial a concorrer a todas as provas hípcas que se realizam na E. M. Eq. É pena

Revista da Cavalaria

não se resolver a vir tirar o Curso de Equitação, para aperfeiçoar as suas muitas qualidades equestres.

O Tenente Óscar Lopes, devido a acidente na prova de Cross, desistiu. Foi pena, pois sabíamos o seu cavalo bem preparado. Conhecemos, no entanto, o seu gosto e ficamos com a certeza de cá o ver de novo em confirmação do que é já conhecido de todos.

Merecem especial relevo estas vitórias, por indiscutíveis. O Tenente Lopes Ferreira, depois de ter já dois terceiros lugares em Campeonatos ganhou este ano a prova de forma convincente. Ao Capitão Fernando Cavaleiro aqui deixamos dobrados parabéns pela vitória valorosa alcançada e não menos pelo justo prémio que esta vitória deu a quem se tem dedicado com tanto entusiasmo a provas deste género e o triunfo de um Campeonato lhe tinha fugido até hoje.

A incerteza que houve este ano de se realizar ou não Campeonato, teve má influência na preparação dos cavalos e, estamos certos, até na escassez dos concorrentes. Podemos mesmo afirmar que os resultados técnicos conseguiram ser tão bons pelas superiores condições de piso em que se disputaram o *steeple* e o *cross*.

Com a certeza da boa organização que houve, que garante continuidade nos anos futuros, contamos e fazemos votos para que haja mais concorrentes, mais entusiasmo e até muito mais assistência, embora ela já se fizesse notar este ano. As características especiais do terreno, que facilitam locais donde se podem ver grandes traçados do percurso, tornam o espectáculo ainda mais grandioso e empolgante.

Terminamos fazendo votos para que em breve tenhamos em nossa companhia cavaleiros civis a disputar esta prova e exaltando os mais novos Oficiais da Arma a criarem o culto do Campeonato, a vaidade de o disputar e o orgulho de se prepararem convenientemente para ele; comecem logo que possam a disputá-lo e não esperem para isso que lhes chegue às mãos o tal cavalo com que hão-de ganhar o Campeonato!

E como exemplos que podem envergonhar quem, por ser indiferente ou comodista, se deixa afastar desta prova, terminamos mostrando o Capitão António Seródio que, com mais de 50 anos, disputou este ano o Campeonato num *pileco* que nem para um passeio a passo nos garantia a integridade física e o Capitão Rhodes Sérgio que andando já há uns pares de anos nestas lides, ainda há dois atrás fez o Campeonato numa *cavalinha* com que caiu seis vezes!

Aproveitem, hoje, estes exemplos e não deixem criar entre eles uma solução de continuidade; não deixem cair este testemunho que os mais velhos vão passando aos mais novos.



CAMPEONATO EQUESTRE MILITAR

1.ª SÉRIE

CONCORRENTES			CAVALOS	1.ª Prova Ensino		2.ª PROVA — FUNDO										3.ª Prova Obstáculos		Soma das penalizações	Soma das beneficiações	Pontos atribuídos a cada concorrente	Pontuação final	Classificação		
						1.ª Marcha		Steeple			2.ª Marcha		Cross										Pista rasa	
N.ºs	Postos	NOMES		Valorização	Penalização	Tempo gasto	Penalização	Tempo gasto	Penalização	Beneficiação	Tempo gasto	Penalização	Tempo gasto	Penalização	Beneficiação	Tempo gasto	Penalização						Tempo gasto	Penalização
1.º GRUPO																								
1	Tenente. .	Lopes Ferreira	<i>Cafita</i> . .	282,25	31	20' 40"	—	5' 15"	—	27	35' 54"	—	12' 43"	—	59	5' 11"	—	135 ⁴ / ₅	—	31	86	1.000	1.055	1.º
2	Capitão . .	Duarte Silva	<i>Mulungo</i> .	279,80	33	Faltou	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	D
3	Capitão . .	Rodrigo da Silveira . .	<i>Fanfarrão</i> .	286,70	29	19' 54"	—	5' 11"	—	30	36' 58"	—	14' 23"	—	21	5' 03"	—	133 ² / ₅	6	34	51	1.000	1.017	2.º
4	Capitão . .	Pereira de Almeida . .	<i>Ocioso</i> . .	287,60	29	20' 37"	—	5' 09"	—	33	40' 25"	—	15' 29"	—	3	4' 22"	—	136 ⁴ / ₅	—	29	36	1.000	1.007	3.º
5	Capitão . .	Rhodes Sérgio.	<i>Floral</i> . .	291,20	27	20' 16"	—	5' 35"	—	15	35' 53"	—	14' 25"	—	21	5' 05"	—	143 ¹ / ₅	10	37	36	1.000	999	4.º
6	Tenente. .	Álvaro Sabbo.	<i>Iva</i>	268,10	37	22' 52"	—	5' 41"	—	12	38' 51"	—	Faltou	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	D
7	Tenente. .	Marquilhas	<i>Cruzeiro</i> .	232,40	55	19' 53"	—	6' 06"	20	—	34' 40"	—	20' 29"	000	—	3' 55"	—	—	Derrub. na 2.ª Prova		—	—	—	D
2.º GRUPO																								
8	Capitão . .	Henrique Calado . . .	<i>Hebraico</i> .	325,5	15	24' 58"	—	5' 45"	—	24	Faltou	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	D
9	Tenente. .	Engrácia Antunes . . .	<i>Oceânico</i> .	243,2	49	22' 36"	—	5' 59"	—	18	40' 23"	—	15' 03"	—	24	5' 05"	—	138 ³ / ₅	—	49	42	1.000	993	4.º
10	Tenente. .	Santos Leite.	<i>Lulo</i>	257	41	24' 35"	—	6' 26"	10	—	38' 35"	—	15' 42"	—	12	4' 44"	—	143	—	61	12	1.000	961	—
11	Tenente. .	Pereira Coutinho . . .	<i>Jóvem</i> . . .	282,2	31	23' 44"	—	5' 37"	—	30	43' 28"	—	14' 33"	—	35	4' 17"	—	144 ¹ / ₅	5	36	65	1.000	1.029	2.º
12	Capitão . .	Fernando Cavaleiro . .	<i>Nico</i>	294,3	27	22' 30"	—	5' 30"	—	33	42' 25"	—	13' 18"	—	63	5' 04"	—	136 ² / ₅	5	32	96	1.000	1.064	1.º
13	Capitão . .	António Seródio. . . .	<i>Otelo</i> . . .	261,5	39	22' 24"	—	5' 51"	—	21	42' 27"	—	14' 36"	—	35	4' 18"	—	140 ¹ / ₅	—	39	56	1.000	1.017	3.º

O SALTO

SEU MECANISMO E LIGAÇÃO
COM A POSIÇÃO À FRENTE



por XENOFONTE

Conquanto os cavalos não saltem todos da mesma maneira, há um estilo que distingue os bons saltadores, o qual convém aperfeiçoar e desenvolver nos cavalos de obstáculos. Neste estilo, o cavalo aborda o obstáculo numa atitude de extensão favorável à preparação da batida, utilizando o pescoço e o rim durante o salto para passar a frente e ganhar perfuração.

À parte um maior ou menor poder, elasticidade, equilíbrio e moral, variável de cavalo para cavalo, o que mais distingue os saltadores entre si é a existência ou ausência de intuição para preparar a batida. Assim, um cavalo desequilibrado com intuição aborda normalmente um obstáculo em melhores condições do que um cavalo equilibrado sem intuição. Podemos, pois, considerar a existência ou ausência de intuição para preparar a batida como ponto de partida para a classificação dos cavalos de obstáculos, cada um dos grupos compreendendo cavalos de diferente moral, equilíbrio, poder, energia e elasticidade.

Em detalhe, o cavalo saltador de bom estilo, passa pelas seguintes fases:

- 1 — Aproxima-se do obstáculo num galope impulsionado, sobre rédeas tensas, numa atitude de extensão favorável à entrada dos posteriores.
- 2 — Executa a batida dos anteriores sucessivamente, elevando o ante-mão por projecção do pescoço para cima, sendo o anterior que define o galope o último a deixar o terreno.

Revista da Cavalaria

- 3 — Executa a batida dos posteriores no mesmo lugar em que executou a dos anteriores, flectindo-os acentuadamente.
- 4 — Distende os posteriores com energia para projectar a massa sobre o obstáculo e executa, simultâneamente, um gesto pronunciado de extensão e abaixamento para passar os anteriores, arredondando sobre essa atitude de extensão, em que participa o pescoço e o rim, para adquirir a projecção que necessita para transpor o obstáculo.
- 5 — Eleva rapidamente o balanceiro para sobrecarregar o antemão e facilitar assim a sua chegada ao solo, retomando normalmente o galope para a mão contrária àquela em que galopava ao abordar o obstáculo, depois de executar a recepção sobre os anteriores.

*

A inclinação do braço ou úmero do cavalo tem uma importância capital tanto na elevação como na recepção.

É a boa orientação do ângulo escapulo-umeral, devida à verticalidade do úmero, que permite ao cavalo encurtar ou alongar facilmente a passada de galope de maneira a colocar-se à boa distância do obstáculo. Quando o úmero se aproxima da horizontal, este raio não se podendo estender não permite senão uma acção restrita, o que faz com que a possibilidade de alongamento e encurtamento da base de sustentação seja muito limitada. É esta a razão por que muitos cavalos de origem trotadora acusam dificuldade acentuada para modificar a sua passada de galope.

Na recepção, a verticalidade do úmero permite que os anteriores toquem o solo segundo uma linha muito oblíqua que amortece o choque e evita o desequilíbrio.

Na projecção do cavalo no salto, a disposição dos músculos isquio-tibiais desempenha um papel importante na distensão dos posteriores, tanto mais favorável quanto mais vertical for a sua inserção. É a inclinação do ilium que determina o abaixamento do isquio e, consequentemente, uma inserção muscular mais vertical.

*

De uma maneira geral, durante o salto, na sua abordagem e execução, o cavaleiro adapta a sua posição à frente, mais fechada ou mais

Revista da Cavalaria

aberta, à velocidade e à reacção originada pelo salto, característica fundamental da doutrina respeitante à educação do cavaleiro, cujos princípios de flexibilidade, equilíbrio e solidez tem idêntica aplicação na posição normal e na posição à frente.

Apenas há a frisar que na adaptação da posição ao salto, o cavaleiro deverá ter a mão educada e os braços suficientemente livres, independentes e flexíveis, para permitir ao cavalo a utilização do pescoço em todos os gestos e movimentos que lhe são necessários a uma correcta execução do salto.

Em detalhe, tendo em atenção o concurso hípico, há que contar com a influência exercida no cavaleiro pela inércia, no momento da elevação, e com a necessidade de ter um domínio mais efectivo sobre o cavalo quando na presença de determinados obstáculos e percursos.

O cavalo, quando se aproxima do obstáculo e vai executar a batida, refreia o seu movimento para diante para se poder elevar, dando assim origem a que o cavaleiro, sob a influência da inércia, tenha tendência a deslocar-se para diante abrindo o ângulo do joelho.

Esta tendência deve ser compensada pelo cavaleiro por um leve endireitar do tronco e uma descida do calcanhar e joelho, quer dizer, por um esforço para avançar o assento, entrando mais no selim, o que o leva a pôr-se dentro do movimento do cavalo e lhe permite segui-lo ou empurrá-lo.

Se esta tendência se não verificasse, a inércia que depois actua a quando da distensão dos posteriores, provocaria no cavaleiro um atraso que o impediria de acompanhar o cavalo durante o salto, obrigando-o (como muitas vezes é necessário quando a velocidade é reduzida) a ter que se atirar para diante para compensar esse atraso.

Quando o cavaleiro por virtude da inércia ou ocasional deficiência da posição, atrasa o assento e o joelho deitando o rim para fora, deve descer a coxa como correcção, endireitando o corpo e atirando o *assento* para diante, com o rim para dentro, logo que o cavalo entra na fase descendente do salto.

O domínio da velocidade, equilíbrio e passada que é indispensável possuir em determinados percursos e obstáculos e se faz sentir com mais intensidade nos cavalos sem intuição, obtém-se tomando com o cavalo um contacto mais íntimo que permite ao cavaleiro aperceber-se rapidamente das suas reacções e agir em conformidade.

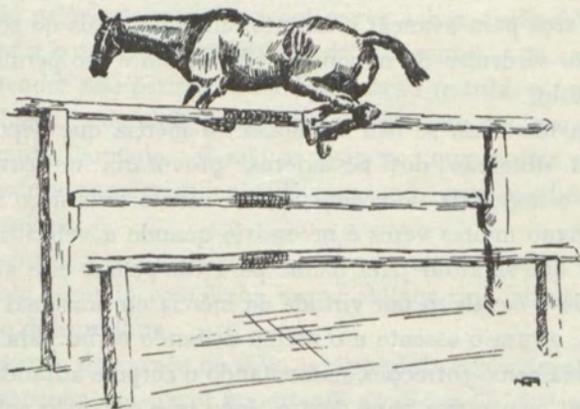
Para que essa ligação seja perfeita, é indispensável que o cavaleiro possua a flexibilidade suficiente para poder entrar no selim sem perder

Revista da Cavalaria

a posição à frente e as vantagens que lhe são inerentes, especialmente durante a execução do salto.

A posição à frente utilizada com este fim não pode, evidentemente, ser praticada no máximo do encurtamento dos estribos, mas pode, dentro da margem fixada como regra para esse encurtamento, ser utilizada por qualquer cavaleiro que tenha sido submetido à ginástica preconizada na primeira parte do Manual de Equitação para o aperfeiçoamento da posição à frente.

São ainda os princípios de flexibilidade, equilíbrio e solidez estabelecidos para a posição normal e posição à frente que aqui tem inteira aplicação.



Jornaes revistas livros

DEFESA CIVIL E DEFESA MILITAR

Pelo General Charles Sillevaerts (*)

A guerra total fez de todas as actividades um meio de resistência da nação e, em virtude dela ser a base desta actividade, a população civil é chamada a suportar o maior peso do esforço da guerra e das consequências destrutivas que daí derivam. O sábio, no seu laboratório; o engenheiro, no seu gabinete de trabalho; o empregado do banco, na sua carteira; o merceeiro, na sua loja; o operário, na fábrica metalúrgica; o mineiro, na mina de carvão; o mecânico, na sua locomotiva; o marinheiro, no seu navio; o descarregador, no porto e o camponês no seu campo, são outros tantos soldados que lutam para a defesa do país e contribuem para fornecer ao exército os enormes reabastecimentos de toda a espécie e de toda a natureza, indispensáveis para permitir a continuação da luta.

Na hora actual, as centrais eléctricas, as barragens, as fábricas de produtos alimentares e, mesmo, as centrais de distribuição de água potável, para dar sòmente alguns exemplos típicos e evidentes, tornaram-se centros de resistência e, por consequência, objectivos de ataque inimigo, porque condicionam, cada um deles no seu domínio próprio, a continuação de vida e do trabalho de toda a população. Se a sua actividade se interrompe, mesmo temporariamente, ou se diminui mesmo numa pequena proporção — no momento em que as fábricas devem ser multiplicadas ao máximo — o exército nacional será rapidamente posto fora de combate. Citaremos apenas um exemplo disso, o da greve inglesa dos transportes de há uns meses, que interrompendo parcialmente e muito provisoriamente, em tempo de paz, um único ramo da economia, é verdade que

(*) O General médico Charles Sillevaerts é o presidente do Conselho Superior de Protecção Civil belga. O presente artigo constituiu a notável conferência por ele realizada na Escola do Exército em Novembro de 1955 perante os Altos Comandos Nacionais dos três ramos das Forças Armadas.

Revista da Cavalaria

muito importante, teve uma repercussão extraordinária e paralizou completamente durante a sua duração e, mesmo por algum tempo, ainda depois do seu fim, toda a indústria e comércio britânicos, levando o país ao regresso ao racionamento dos géneros alimentares mais necessários.

A população civil constitui o reservatório geral de tudo o que intervém na defesa do país, os efectivos de exército de terra, mar e ar, o moral das tropas, o reabastecimento de toda a natureza e de toda a espécie, o esforço económico, financeiro, industrial, comercial, diplomático e científico.

As mais altas autoridades militares, não só estão convencidas da urgente e imperiosa necessidade de uma defesa eficaz da população civil mas insistem no facto de que, no momento actual, não há defesa militar possível sem uma defesa civil muito bem organizada e perfeitamente eficiente. A defesa civil do nosso grande porto nacional da Antuérpia demonstra perfeitamente este postulado. Nela nos demoraremos alguns instantes.

Antuérpia, pela sua situação, pela sua importância, pela sua maquinaria ultra-moderna, pelas suas facilidades e extensão das regiões que serve tornou-se num verdadeiro porto internacional. Os seus 42 quilómetros de cais, as suas enormes estações de mercadorias que comportam dezenas de milhares de vagões, as suas instalações hidráulicas eléctricas do último modelo, os seus inumeráveis armazéns e entrepostos, tinham ficado completamente intactos.

O inimigo, no momento da invasão, tinha evitado bombardear este utensílio maravilhoso que os seus grandes paquetes e cargueiros frequentavam assiduamente de longa data e que contava explorar ao máximo, em caso de vitória. Certamente, ele tinha aí preparadas, durante a ocupação, destruições muito importantes, mas felizmente, o ataque brusco dos aliados e, sobretudo, a intervenção rápida e particularmente feliz da resistência que agrupava entre outros todos os técnicos do porto — ainda um dos aspectos e não dos menores, das possibilidades de resistência da população civil — impediu o inimigo de destruir o que quer que fosse e as instalações portuárias deixadas intactas foram postas a trabalhar desde o dia seguinte ao da libertação da cidade, enquanto se combatia ainda a uma dezena de quilómetros.

Depois da sua partida, desde 8 de Outubro ao princípio de Março de 1945, o inimigo encarniçou-se sobre Antuérpia que recebeu mais de 5.000 bombas V1 e V2 cada uma delas provida de cargas de uma tonelada de explosivo poderoso. Em Dezembro de 1944 — Janeiro de 1945, no ponto culminante do ataque aéreo, Antuérpia recebeu, tanto de dia como de noite, uma média de 120 bombas em 24 horas, ou seja uma tonelada de explosivo poderoso de 12 em 12 minutos. Se 35 bombas caíam no rio, as instalações portuárias foram, por uma sorte extraordinária, relativamente poupadas e assim o descarregamento dos navios pôde continuar a fazer-se sem um minuto de suspensão; 30.000 descarregadores, os célebres descarregadores antuépicos, efectivo superior em 20% ao efectivo médio normal, aí foram empregados com sucesso. Infelizmente, os velhos bairros de ruas estreitas, de velhas construções, na vizinhança do porto, foram muito atingidos e como o sopro de uma só bomba deitava abaixo muitas casas contíguas, não se passava um dia em que uma ou outra comunicação do porto e, por vezes várias ao mesmo tempo, fossem obstruídas pelos escombros, cujo amontoamento se elevava, pelo menos, à altura de um 1.º andar (3,5 m a 5 m) e se estendia por 30 a 40 metros de comprimento.

Revista da Cavalaria

A actividade da Defesa Civil local dirigida por engenheiros habituados a grandes trabalhos e à necessidade de andar depressa empregando os grandes meios, foi tal que a duração média do restabelecimento da circulação, da eliminação das obstruções apesar das dificuldades de acesso ao local do sinistro, não ultrapassou nunca seis horas e foi, em média, de 5 horas.

Os nossos amigos da Defesa Civil inglesa que nos viram trabalhar, deram-nos a honra de nos dizer que era preciso ser belga para se desembaraçar dessa maneira e Churchill declarou solenemente que era graças ao trabalho pertinaz das equipas de Desobstrução da Defesa Civil de Antuérpia que se pôde desembarcar sem paragens e pôr em marcha imediatamente e rapidamente as tropas, o material de toda a espécie e as munições que permitiram transpor o Reno e submeter o inimigo.

O Marechal Montgomery, o genial vencedor de El Alamein, que estava completamente ao corrente deste trabalho de Titan, ficou profundamente impressionado com esse esforço. Foi devido à sua intervenção pessoal que foram organizadas as manobras de socorro combinadas nos grandes portos ingleses, principalmente em Portsmouth, Southampton e Londres, supostas atingidas por bombas atómicas. Uma divisão inteira do Exército e unidades muito importantes da Defesa Civil tomaram parte nesse exercício e, durante a crítica, a Autoridade militar insistiu sobretudo na necessidade dessa cooperação completa e permanente entre a Defesa Civil e o Exército assim como sobre o aumento considerável indispensável do pessoal e do material dos serviços civis de intervenção.

Há alguns meses ainda, o General Montgomery declarava numa conferência da imprensa: «Se os Chefes e o Povo não estão preparados e organizados contra um ataque nuclear, a confusão, a desordem e o pânico que daí resultariam poderiam ter bem mais graves consequências que as destruições e as perdas causadas pelo próprio ataque. É um problema que interessa ao mesmo tempo aos chefes civis e militares... O desmoronamento da frente interna pode fazer-nos perder a guerra como nos campos de batalha».

Algumas semanas mais tarde, ele visitou diversos países da OTAN para insistir de novo junto de certos governos sobre a urgente e imperiosa necessidade de mobilizar efectivos suficientes, bem equipados, da Defesa Civil, indispensáveis para assegurar o resultado feliz da luta.

As dificuldades da montagem de uma defesa civil eficaz

A organização de uma defesa civil eficaz apresenta grandes dificuldades e, no actual momento, ela não pode atingir o seu pleno desenvolvimento senão com o concurso e a cooperação do exército nacional. As dificuldades da montagem dessa protecção civil eficaz dependem, principalmente, dos factores indicados seguidamente.

1 — Vulnerabilidade

A população civil é, por definição, essencialmente imóvel, ligada aos lugares de trabalho e de produção que constituem já, por definição, pontos de ataque para o inimigo. A indústria, os grandes portos, os nós de comunicações estradais,

Revista da Cavalaria

ferroviários, marítimos e mesmo aéreos, estão na base da criação dos grandes aglomerados que é impossível camuflar. Em certos países cujo território é muito exíguo e onde a densidade da população é considerável, é impossível, por falta de espaço, descongestionar os grandes centros pela evacuação preventiva, a grande distância, para regiões pouco povoadas, dos habitantes não indispensáveis à vida e à produção industrial das cidades ameaçadas. Quando muito, pode recorrer-se à dispersão, isto é, à distribuição dos habitantes inúteis pelos arredores, nos arrabaldes das grandes cidades. Repetimos: dizemos nos arredores (20 km. da cidade, no máximo) porque se procurarmos instalá-los nas zonas afastadas, invadiriam certamente os arredores da cidade vizinha. Tomando tudo em conta, pelo menos na Bélgica, nós receamos muito que em bastantes casos, a dispersão desloque simplesmente o perigo e se venha a complicar com condições insuficientes de alojamento, de reabastecimento e de instalações sanitárias.

*

A composição da população civil é, igualmente, um factor que é preciso ter em conta. A população civil não constitui, como o Exército, uma unidade composta de indivíduos do mesmo sexo, robustos e aptos para o serviço, dispostos em grupos de idade muito próxima. Ela comporta, pelo contrário, gente de todas as idades, crianças, mulheres, velhos, doentes — de mentalidade e instrução variada — de opiniões diversas — fatalmente particularistas, independentes e indisciplinados, como foi demonstrado pelas grandes dificuldades encontradas na realização da ocultação de luzes e da evacuação de matérias inflamáveis das águas-furtadas — participando das características patológicas, psicológicas e reflectividade das multidões e, sobretudo, particularmente sujeitas ao pânico.

*

Falta de precedentes: Todos estão de acordo em reconhecer a necessidade de ter um exército nacional forte e decidido; admite-se muitas vezes, mostrando relutância e tendendo a diminuir em qualquer ocasião as obrigações que impõe a organização de um Exército; também dificilmente se aceita a organização de um segundo exército, este civil, prolongando o tempo de serviço, baseado numa táctica nova e de que é difícil estabelecer com alguma exactidão as necessidades e as despesas orçamentais. As autoridades civis administrativas, responsáveis pela segurança dos seus concidadãos e os chefes da polícia e dos bombeiros, são pouco acessíveis à criação de unidades locais de protecção civil e não favorecem o seu recrutamento, apesar da rude experiência da última guerra.

É uma fonte de conflitos de atribuições: donde a necessidade de recrutar desde o tempo de paz efectivos numerosos e especializados de auxiliares destinados à alerta — ao desentulho — ao levantamento de vítimas — à luta contra o fogo — à luta contra as armas nucleares — contra a arma biológica, contra a arma química — serviços de levantamento, de evacuações, de primeiros socorros — de hospitalização e de tratamento definitivo com todo o pessoal, material, medicamentos, utensílios de tratamento e instalações novas a criar. Todo este

Revista da Cavalaria

peçoal deve ser instruído e bastantes aquisições realizadas desde o tempo de paz. A dispersão das unidades e meios de socorro, fora dos grandes aglomerados se se pretende que não sejam aniquilados nos primeiros bombardeamentos. A concorrência ou a sobreposição da organização civil com os preparativos militares da mesma ordem, que tem tido prioridade, até aqui, visto que é razoável que o número de feridos militares atinja apenas 15% do total das vítimas. A multiplicidade das novas armas modernas que têm todas o seu máximo de eficácia sobre objectivos imóveis de que a população civil é o tipo: bombas atómicas e de hidrogénio, projecteis autodirigidos, foguetes e *rockets* de carga atómica, explosiva ou incendiária, bombardeamentos mistos maciços aéreos (explosivo e incendiário), guerra química, guerra biológica.

As necessidades da defesa civil

2 — Serviços de alerta

Quaisquer que sejam os métodos de ataque, quaisquer que sejam as armas utilizadas, a primeira necessidade da Defesa Civil é a de dispor de um bom serviço de alerta, que pode diminuir o número de vítimas de 25 a 30%. Este serviço de alerta deve ser estabelecido e deve funcionar em colaboração com o Exército.

Os serviços militares dispõem de uma rede nacional de Radar, que trabalha em ligação permanente com os radares que cobrem os territórios das nações aliadas. Na Bélgica, o pessoal especialista militar de cada radar que pertence geralmente à aviação, estabelece a carta do céu na qual são notados todos os *raids* que sobrevoem o território. Da galeria circular que rodeia superiormente a mesa em que se efectua estes trabalhos, o pessoal especializado da Defesa Civil segue facilmente todas as operações e transmite por linha telefónica especial ao centro nacional de alerta da Defesa Civil, com o qual está em ligação permanente, os *raids* assinalados à medida que eles aparecem ou desaparecem na carta. Estas informações, recebidas pelos operadores, em geral pessoal feminino, são registadas na carta luminosa do céu do Centro e o oficial encarregado de alerta põe este imediatamente em acção nas regiões ameaçadas. Toda esta operação leva, para um pessoal treinado, uma média de 50, no máximo 90 segundos. O oficial de alerta segue todas as alterações registadas na carta do céu, alerta ou termina o alerta nas cidades e regiões ameaçadas durante o desenvolvimento dos *raids*.

A nossa central de alerta pode pôr directamente em movimento 826 sirenes, o que, praticamente, cobre todo o país à excepção das localidades sem qualquer importância. De acordo com a autoridade militar, os serviços de alerta civil tomaram a seu cargo instalar um certo número de sirenes suplementares para cobrir regiões pouco interessantes, sob o ponto de vista da defesa civil, mas onde estão previstos acantonamentos para as tropas belgas ou aliadas. Está igualmente assente que, no caso das tropas se encontrarem a uma distância muito afastada da próxima sirene, a autoridade militar ligar-se-á, por uma linha telefónica de campanha, ao lugar onde está a sirene ou a um ponto em que é possível ouvi-la.

Revista da Cavalaria

Em virtude de uma convenção acordada entre a Bélgica e o Luxemburgo, os nossos serviços transmitem directamente o início e o fim do alerta ao Luxemburgo que, por sua vez, agirá da mesma maneira, automaticamente, para a sua população.

Um acordo com a Holanda prevê a presença nos radares holandeses e belgas, de um Delegado da Defesa Civil dispondo de um telefone especial directo para o caso de dificuldade de transmissão de informações.

A. A bomba atómica

Um ataque pela bomba atómica necessita a intervenção dos seguintes serviços de Socorro: equipas de reconhecimento, de detecção de radiações, de desentulhamento, de libertação das vítimas, de luta contra o fogo, de levantamento, de primeiros socorros, de evacuação, de tratamento e hospitalização dos feridos, queimados e radiados.

As equipas de detecção e de medida das radiações

Estas equipas são compostas de especialistas que dispõem dos instrumentos necessários para detectar e medir as radiações, adquiridos pelos Serviços de protecção civil. Actualmente, a instrução destas equipas faz-se na Escola Nacional de Florival, mas mais tarde, uma escala completa de instrumento *radiais* será posta à disposição dos laboratórios dos físicos das quatro Universidades da Bélgica, assim como da Escola de Minas de Mons a fim de que possam servir à instrução dos estudantes de ciências e dos candidatos a engenheiros. Os aparelhos utilizados pelo Exército não são sempre do mesmo tipo que os utilizados pelos serviços da Defesa Civil por causa das necessidades particulares de cada um destes organismos. A recepção de todos os aparelhos é assegurada pelos serviços técnicos militares conforme cadernos de encargos muito severos. Estas equipas assinalarão os pontos contaminados interditos e fornecerão todas as informações úteis aos chefes responsáveis dos serviços de intervenção.

3 — As equipas de desobstrução

Estes destacamentos são equipados com material pesado de desobstrução: pás mecânicas, bulldozers, guas transportadas, etc. Este material que existe em quantidade relativamente importante na Bélgica e quase sempre na proximidade imediata dos grandes aglomerados não será requisitado pelo Exército que, por razões de uniformidade, dispõe de um material que lhe é próprio. O pessoal civil operário encarregado do manuseamento destes aparelhos e que, na sua maioria, não está em idade de ser chamado às fileiras, na situação actual, será requisitado ao mesmo tempo que o seu material. Se, num momento dado, o Exército tivesse necessidade deste pessoal, os serviços de Defesa Civil procederiam à aquisição de um aparelho de cada espécie que serviria para a instrução do pessoal de condução que se procuraria recrutar entre os alunos das escolas de mecânicos que existem em número suficiente na Bélgica.

Revista da Cavalaria

4 — Destacamento encarregado do levantamento das vítimas

O destacamento encarregado do levantamento das vítimas compõe-se de equipas de 8 homens dispondo de um camião carregado de material que permite — a fim de evitar os accidentes que poderiam resultar do emprego do material mecânico pesado — efectuar o levantamento por meio de instrumentos que podem ser manobrados à mão. Estes caminhões foram adquiridos pelos serviços de Protecção Civil e são de um tipo facilmente manejável e susceptível de armazenar todo o material necessário: picaretas, alviões, pás, material de *tumiling*, aparelhos de levantamento, material de iluminação, etc., de composição bastante análoga à do carregamento dos caminhões ingleses utilizados nos mesmos fins. Aparte a chefia da equipa e, se possível for, alguns homens que pertencem às empresas de demolição e, que teriam sido instruídos no pequeno polígono anexo à Escola nacional, o restante pessoal é constituído por operários não especializados de construções e serventes.

5 — Os Serviços de incêndio

O recrutamento do pessoal dos serviços de luta contra o fogo, levanta um problema bastante difícil. Com efeito, se foram tomadas medidas com os serviços de recrutamento do Ministério da Defesa Nacional para não lançar mão em tempo de guerra, dos oficiais e bombeiros dos corpos permanentes assim como um certo número de polícias, não é possível proceder da mesma maneira para o numeroso pessoal bombeiro das colunas móveis da Defesa Civil.

A Comissão «fogo» do C. S. S. C. propôs escolher anualmente entre os mais jovens milicianos de classes não convocadas pelo Exército, um certo número de indivíduos que receberão nos corpos de bombeiros permanentes, a instrução necessária que levaria três meses.

No que respeita ao material de incêndios — o Exército não possui senão serviços embrionários mas suficientes nos seus aérodromos — os Serviços de Protecção da População civil adquiriram já e continuarão a adquirir um material muito importante, à medida que se vá organizando a formação de colunas móveis. Este material compõe-se de numerosas motobombas (54 por coluna móvel) e de autobombas médias e pesadas (54 por coluna móvel) cujas características, dada a extensão e importância dos incêndios, a possibilidade das «tempestades de fogo» e a necessidade de equipa para levar a água para os incêndios, são nitidamente diferentes das que existem na maior parte dos corpos de bombeiros das grandes cidades da Europa. Escadas de grande altura, tubos de todos os calibres, material diverso de socorro e compressores para a recarga das *bombonnes* dos aparelhos protectores de circuito fechado que utiliza o ar comprimido, completam este importante material. Os corpos de bombeiros das cidades e localidades conservam o seu pessoal e o seu material próprios, e continuarão a servir os aglomerados e as regiões em que asseguram o serviço em tempo de paz. Deve esclarecer-se que elementos mais ou menos importantes, até mesmo todo o destacamento de fogo de uma coluna móvel ser-lhe-ia enviado como reforço, em caso de necessidade.

No que respeita ao recrutamento dos oficiais e sargentos bombeiros da «Organização do C. S. S. C.» propôs-se a criação de uma secção «fogo» na

Revista da Cavalaria

Escola Superior de Florival e que todos os candidatos instrutores e oficiais sejam diplomados ao mesmo tempo, em assuntos de defesa civil e de luta contra o incêndio. Talvez fosse também possível obter do Departamento da Defesa Nacional que os engenheiros diplomados que pertencem às classes não convocadas fossem chamados a frequentar um curso que os seus conhecimentos técnicos anteriores permitissem reduzir ao estritamente necessário.

6 — Os Serviços médicos

Tudo o que diz respeito ao levantamento, aos primeiros socorros, às evacuações, à hospitalização, ao tratamento, tanto médico como cirúrgico, dos feridos, é do domínio exclusivo do Ministério de Saúde Pública. Da mesma forma em tudo o que se refere à escolha, compra, conservação, armazenagem, distribuição e emprego dos medicamentos — sobretudo antibióticos — dos produtos farmacêuticos e químicos, das vacinas e soros; da escolha, guarda, conservação e distribuição de sangue fresco, de plasma, assim como às análises clínicas.

No que respeita ao pessoal médico, à parte o que assegura o serviço médico do pessoal das unidades de intervenção que os acompanha permanentemente e que depende do Ministério do Interior e à excepção dos médicos ligados ao Exército ou a ele necessários, todos os outros médicos belgas são inscritos num *pool* à disposição da Saúde Pública.

Se nos lembrarmos que a explosão atómica de Hiroshima causou 48.000 queimados, com uma grande proporção de casos graves; 40.000 feridos, contusos, fracturados e chocados e 16.000 irradiados, far-se-á uma ideia exacta do pessoal, dos meios de que devemos dispor para esperar levar a termo a pesada tarefa que nos incumbe.

B. Os bombardeamentos mistos convencionais

Os bombardeamentos mistos nacionais por projecteis explosivos e por bombas incendiárias, assim como os bombardeamentos por projecteis automotores, foguetes e *rockets* de carga atómica, explosiva ou incendiária, não levantam outros problemas além daqueles já tratados a propósito da bomba atómica.

C. A guerra química

No que respeita à guerra química, o estudo dos tóxicos que seriam eventualmente utilizados, da sua detecção, da sua identificação, de tomada e exame de amostras diversas, sua symptomatologia assim como tratamento dos intoxicados, e a protecção, foi feita pela Comissão dos tóxicos de guerra do C. S. S. C., exclusivamente composta de especialistas civis e militares no assunto. A questão da máscara foi estudada pela mesma comissão e foram previstas duas espécies de máscaras de circuito aberto, conferindo ambas uma protecção sensivelmente igual contra os diversos tóxicos considerados como podendo ser utilizados, mas com uma duração de protecção muito mais extensa para os militares, que, evidentemente, são obrigados a permanecer no seu posto em caso de ataque por tóxicos.

Revista da Cavalaria

Desde 1938 que tinham sido postas à disposição da população civil máscaras de preço elevado; a Defesa Civil possui ainda cerca de 350.000 dessas máscaras que foram postas em estado de servir. Esta máscara era fabricada por firmas particulares, mas debaixo do controle dos laboratórios de protecção civil, só podendo ser vendidas as máscaras revestidas de carimbo regulamentar de fiscalização.

O Exército fabrica as suas máscaras; quando os seus aprovisionamentos tiverem atingido o nível desejado, ele cederá à Defesa Civil o número de máscaras militares de protecção de longa duração, necessárias ao equipamento do pessoal das colunas móveis e de algumas outras unidades de intervenção chamadas ao serviço em caso de ataque por tóxicos de guerra.

O Exército e o Ministério do Interior possuem cada um deles um laboratório de tóxicos de guerra que repartem as pesquisas e os estudos e trabalham em perfeita colaboração. Em consequência de um acordo com o Exército que possui uma reserva de tóxicos de guerra, a instrução e treinos das equipas civis de descontaminação serão assegurados pelo Exército.

Os Serviços da Defesa Civil disporão em tempo de guerra de laboratórios de detecção, identificação e de ensaios que funcionarão nas 4 Universidades do país e que serão servidas por doutores de química e médicos fisiologistas e toxicologistas assistidos do pessoal subalterno necessário. Eles disporão de viaturas rápidas e de caminhões, o que lhes permitirá deslocar-se aos locais ao primeiro apelo, recolhem aí amostras e procedem à descontaminação. É razoável que o Exército recorra a estes laboratórios em caso de necessidade e que o seu papel se limitará provavelmente a colher as amostras no local, a transmitir aos laboratórios e a assegurar a descontaminação só das regiões situadas na zona de combate.

D. A arma biológica

A arma biológica pode atacar os homens, os animais e as plantas. Dados os grandes perigos que o seu emprego fará correr tanto às tropas aliadas, como à população civil e ao inimigo, é de presumir que não será empregada.

A criação de epizootias entre animais dos matadouros, de capoeiras e de caça arriscar-se-ia muito, tal como o ataque de cultura de vírus, a provocar a fome e a infestar profundamente e por muito tempo, não somente a região atacada, mas também as regiões vizinhas, compreendendo os territórios inimigos. A maxymatose dos coelhos é um exemplo frisante disso.

Algumas equipas reduzidas, especializadas, encarregadas da detecção e da identificação dos microorganismos empregados contra os seres humanos serão constituídas por intermédio dos laboratórios de bacteriologia das Universidades e dos laboratórios de higiene provinciais.

Os laboratórios dos Institutos agrónomicos de Sumblorax e das Universidades, ocupar-se-ão das questões agrícolas, enquanto que os laboratórios dos Institutos Veterinários de Bruxelas e do Gand tratarão as epizootias. Os cuidados a dar aos evacuados vindos do estrangeiro, aos nossos evacuados nacionais por decisão militar, aos nossos dispersados e aos nossos sinistrados, são do domínio exclusivo do Departamento da Saúde Pública.

Revista da Cavalaria

O Exército, desejando, com razão, por um lado, que a organização sanitária civil de tempo de paz, dependendo do Ministério da Saúde Pública cubra todo o país com uma rede de vigilância muito cerrada e funcione de maneira impecável; e, por outro lado, que as equipas previstas bastem para satisfazer amplamente todas as eventualidades, limita-se a manter a sua Comissão de epidemiologia que recorrerá, sempre que necessário, aos Serviços civis.

Os Serviços Meteorológicos

Os ingleses avaliam que no decurso da 1.^a fase da guerra (2 ou 3 primeiros dias) as cidades inglesas a seguir designadas serão atacadas por bombas atómicas de grande calibre e talvez mesmo por bombas de hidrogénio libertando uma potência destrutiva de mais ou menos 1.000 X: Belfast, Birmingham, Bristol, Cardiff, Glasgow, Leeds, Liverpool, Londres, Manchester, Middlesbrough, Newcastle, Shifield e Southampton. Estes aglomerados abrangem a grande maioria da indústria britânica pesada e cerca de 1/3 da população do Reino Unido.

Quando o projectil rebenta ao nível do solo, a uma proximidade imediata deste (e os técnicos acham que há actualmente tendência a adoptar este método), a violência da explosão levanta do solo quantidades enormes de terra e detritos diversos em relação com a quantidade de energia libertada pela bomba assim como com a natureza do terreno. No decurso da explosão da bomba experimental de 1.000 X, a cratera, fámos a dizer o redemoínho que a explosão deixou atrás dela, media um diâmetro de 1.600 metros (uma milha) e 52 metros de profundidade (175 pés).

As centenas de milhares de toneladas de terra arrancada ao solo (areia e corais) tornam-se radioactivas pelos neutrões e são levados muito alto na atmosfera por formidáveis correntes ascendentes de ar quente. Esta nuvem eleva-os rapidamente às altas altitudes e espalha-se sobre centenas de metros quadrados.

A massa enorme destas partículas é então levada pelos ventos que dominam até 60 e 80.000 pés (18 e 24 km), ventos que podem variar em rapidez e direcção nas diferentes alturas. As partículas mais finas têm tendência a cair mais depressa e serão a causa mais importante da contaminação da região vizinha do ponto zero. Estas partículas serão dispersas sob uma longa elipse com a forma alongada de um charuto; uma certa quantidade dentre elas será dispersa na direcção oposta e na direcção perpendicular ao vento sobre um raio de cerca de 40 milhas (64 km); a maior parte destas poeiras radioactivas será, evidentemente, levada pelo vento dominante.

Quando da explosão experimental de Bikini, as primeiras quedas de partículas radioactivas, isto é, as primeiras manifestações da queda (*fall-out*) apareceram sob forma de uma fina poeira semelhante à neve. Sobre as ilhas habitadas, situadas a cerca de 170 milhas (272 km) do ponto da explosão, os primeiros sinais de queda manifestaram-se cerca de 8 horas depois da explosão e persistiram durante várias horas.

A explosão contaminou fortemente uma zona que se estende aproximadamente num comprimento de 160 milhas (256 km) na direcção do vento e na largura de 40 milhas (64 km).

Revista da Cavalaria

Admitindo que não haja abrigos nesta zona e que nenhuma medida de protecção tenha sido tomada, avaliou-se que, numa extensão de 140 milhas de comprimento (224 km) e 20 milhas de largura (32 km), as radiações seriam mortais para todas as pessoas que aí permanecessem.

A 190 milhas de distância (304 km) mataria ainda 5 a 10% dos indivíduos expostos; só a cerca de 220 milhas (352 km) a população não protegida não seria contaminada.

No que respeita à queda, é evidente que as partículas mais finas que são as mais radioactivas, — porque o tempo reduzido que decorre entre o momento da explosão e a queda no solo só permite uma desintegração bastante limitada — cairão muito depressa e estarão na base da contaminação local.

Pelo contrário, as partículas leves que serão levadas muito mais longe, terão tempo de perder a maioria da sua radioactividade, e mesmo que o vento não seja bastante forte no princípio, depois cai bruscamente.

E é assim que se se tiver em conta os ventos dominantes vindos do Oeste na Europa Ocidental, a queda consecutiva e certas explosões que se produzam no solo da Grã-Bretanha, podem contaminar certas regiões muito povoadas, da Holanda, da Bélgica e do Norte da França. Assinalemos imediatamente que estes ventos sendo muitas vezes condutores de chuva, as precipitações atmosféricas podem, numa medida por vezes apreciável, limitar a extensão dos desgastes, acelerando a queda das partículas radioactivas. Insistamos também que a direcção e a velocidade dos ventos pode variar segundo a altitude; é assim que no decurso de uma experiência feita recentemente na Bélgica, enquanto que o vento soprava todo Oeste no solo, era N.N. Est. a 7.000 milhas e todo Este a 11.000.

A semelhança dos serviços americanos da Defesa Civil que cobriam os Estados Unidos de uma rede importante de estações meteorológicas, é preciso que por nosso lado insistamos em criar os mesmos serviços. Os serviços meteorológicos da aeronáutica militar podem útilmente assegurar este serviço em tempo de guerra; o seu pessoal pode ser fortemente reforçado pelos meteorologistas profissionais muito experimentados dos serviços da navegação aérea e pelas observações.

No decurso das últimas experiências efectuadas nos Estados Unidos e sobretudo no terreno de Las Vegas, aviões e helicópteros do Exército foram encarregados de proceder a observações meteorológicas, de observar as nuvens, de lhes apreciar as dimensões, a direcção e a velocidade e de colher amostras.

Só o Exército é capaz de fornecer os aviões necessários a estes importantes reconhecimentos; pelo contrário, o pessoal encarregado das operações técnicas pode perfeitamente ser escolhido entre os especialistas da Defesa Civil, reforçado conforme a necessidade, por pessoal observador da aviação especialmente treinado para a Defesa Civil.

Organização da defesa civil

A. Organização local

As localidades de pequena e média importância organizam a sua defesa civil, baseada, sempre que possível, nos corpos de sapadores — bombeiros comu-

Revista da Cavalaria

nais e regionais existentes. Estes serviços serão essencialmente sedentários e as suas intervenções serão limitadas ao território da comuna e das localidades limítrofes. Ela poderá ser constituída unicamente por voluntários dos dois eixos, de certa idade, utilizando os recursos locais em material. Intervirá evidentemente na ocasião dos sinistros que atinjam as organizações militares instaladas no seu território e a título de reciprocidade da parte das instalações militares, conforme for necessário.

B. Organização regional e nacional

Os grandes aglomerados e as regiões foram sobretudo organizados para lutar contra sinistros de ordem de grandeza correspondendo aos que ocasionam os bombardeamentos maciços mistos por projecteis explosivos de grande potência e bombas incendiárias, enquanto que a defesa nacional deveria, sobretudo, opor-se aos desgastes devido às armas nucleares e a intervir em toda a parte em que as forças locais ou regionais fossem ultrapassadas ou aniquiladas.

Estas duas últimas organizações reunirão poucos voluntários, dado que todos os que estiverem em idade de se alistarem nelas e de suportar as pesadas fadigas causadas pelas penosas missões que lhes incumbirão, serão, convocados para as fileiras.

Estas unidades de composição essencialmente complexa e dispendio de um material especializado, deverão ser acantonadas no exterior dos grandes aglomerados, nos seus arrabaldes relativamente imediatos para a organização regional; a uma distância suficiente para não ser compreendida na zona coberta por um ataque atómico, mas permitindo, todavia, uma pronta chegada aos locais para a organização nacional.

O Exército que estará provávelmente em primeira linha adiante do território nacional e que no país só terá bases, depósitos, centros de fabrico e aeródromos, assim como algumas raras unidades territoriais deverá certamente confiar a sua protecção — à falta de pessoal e material especializado nos locais — às unidades de intervenção das defesas civis regionais e nacionais.

Vimos, no decurso desta exposição, que o Exército não requisitará o material pesado de desentulho que existe nas empresas civis, o qual ficará à disposição da defesa civil e que não terá o seu material de incêndio e os seus caminhões de intervenção próprios.

O Exército deve intervir no que respeita ao pessoal das unidades regionais e nacionais. É indispensável que a Defesa Nacional faça anualmente o sacrifício, quer de um certo número de milicianos que farão o seu serviço na Defesa Civil, como na Dinamarca, quer de passar para a Defesa Civil, os milicianos das classes mais antigas não chamados às fileiras, acima dos 32 anos, por exemplo.

Estes milicianos efectuariam uns treinos de base de alguns meses, no decurso do qual eles seriam educados e treinados numa ou outra especialização. Posteriormente, treinos muito mais curtos: 12 a 15 dias, permitiam completar a sua instrução, pondo-os ao corrente das novidades surgidas depois dos últimos treinos e de perfazer a sua instrução, fazendo-os participar em manobras de grande envergadura.

Desde o fim de 1953 foram submetidos ao Governo ante projectos neste sentido. Nenhuma decisão foi ainda tomada a este respeito; todavia, a lei sobre

Revista da Cavalaria

a milícia está a ser revista, o que nos leva a esperar que seja modificada no sentido desejado.

Entre os princípios fundamentais e as características que a OTAN pôs na base dos planos de organização da Defesa, figuram entre outros, os pontos seguintes:

- a) — o ataque será lançado com a máxima potência;
- b) — ele constituirá a primeira fase de uma guerra ou de uma parte desta fase;
- c) — será de duração relativamente curta;
- d) — terá para as regiões atacadas, o carácter de uma guerra de sobrevivência, por outras palavras, estas regiões acharem-se provisoriamente em estado de sítio grave.

Já se disse atrás que por «período de sobrevivência», entende-se um período crítico durante o qual a situação seria tão grave, não só nas zonas atacadas e seus arredores imediatos, mas talvez no conjunto da região se ela é de pequena extensão, que tudo deveria ser provisoriamente subordinado à salvaguarda da vida e da saúde ou, noutros termos, à satisfação das necessidades essenciais da existência humana. Durante este período, aproximar-se-iam estreitamente da do estado de sítio e o país seria constrangido a viver dos seus próprios recursos.

A única coisa que importa neste momento é viver, fazer o impossível por assegurar a vida dos outros e tentar limitar os desgastes ao mínimo.

Depois, logo a seguir, como convém defender-se o mais depressa e o melhor possível, é preciso esforçar-se por prosseguir a produção essencial à manutenção da frente interna e às necessidades das Forças Armadas. E, para isto, é absolutamente preciso que, segundo uma ordem de prioridade baseada na urgência das necessidades absolutas, as instalações de força motriz, e os organismos que intervêm na sua produção, que os estabelecimentos industriais sejam postos em estado de retomar a sua actividade, quaisquer que possam ser as condições de trabalho e que os transportes sejam postos em estado de funcionar.

Entre os objectivos que seriam atacados em primeiro lugar, figuram os meios de produção e de transporte das armas atómicas dos Aliados aos quais convém juntar os depósitos destas bombas, os reactores e as pilhas atómicas. Depois, serão atacados, por ordem de prioridade:

- as sedes dos governos aliados;
- os centros industriais e de comunicações que servem directamente o esforço da guerra;
- os grandes complexos portuários;
- os principais aglomerados cuja destruição (é bom frisar «destruição») seria de natureza a afectar mais seriamente o esforço da guerra e particularmente o moral da população.

A organização e a execução de uma Defesa Civil que esteja pronta a fazer face a estas múltiplas e terríveis situações, não se concebe se não dispõem de

Revista da Cavalaria

efectivos muito importantes constituídos por homens de idade média, bem instruídos, bem treinados e providos de todo o material necessário.

Conclusões

Os Serviços de Defesa Civil estão sempre dispostos a cumprir o seu dever e a ajudar ao máximo o Exército na defesa do país, mas entregue aos seus únicos recursos, ela não poderá, assim como o Exército, preencher esta tarefa quase sobre-humana. É preciso a todo o custo que o Exército compreenda e exija do Governo que a Defesa Civil possa libertá-lo completamente de tudo o que diz respeito à protecção da população e da indústria. A nossa sobrevivência e a nossa vitória comum são o seu preço e nós devemos estar prontos a pagá-lo.

«A união faz a força» deve, uma vez mais, ser a nossa divisa.



BIBLIOTECA DO EXERCITO

Bertrand & Irmãos, L.^{da}

*TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS*

*SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET*

E LITOGRAFIA



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
21368

LISBOA



Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS



MANUAL DE EQUITACÃO

I Parte — EQUITACÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

Preço Esc. 25\$00



DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

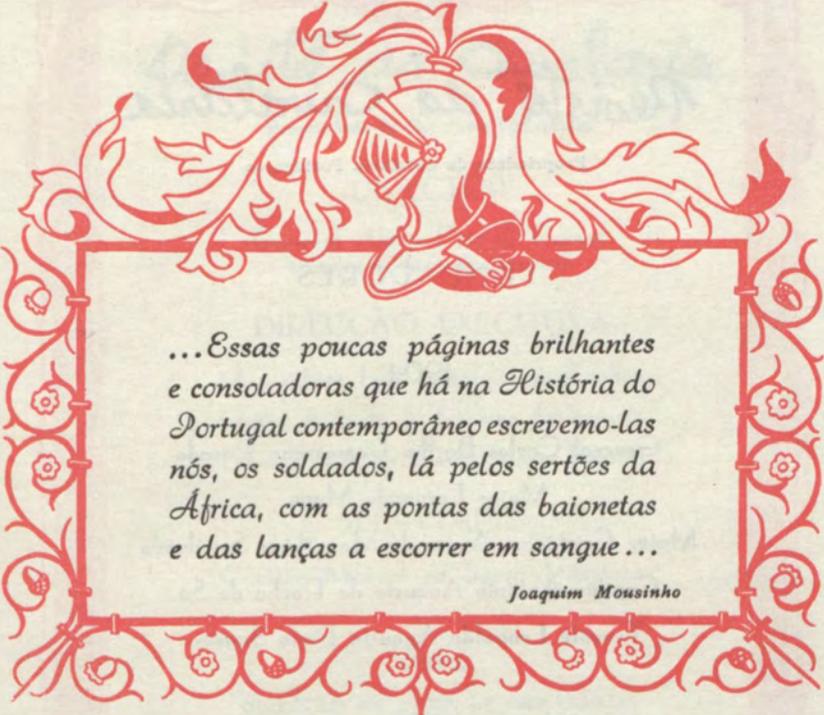
Preço Esc. 5\$00



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 2 1450

LISBOA



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Major António S. Ribeiro de Spínola
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

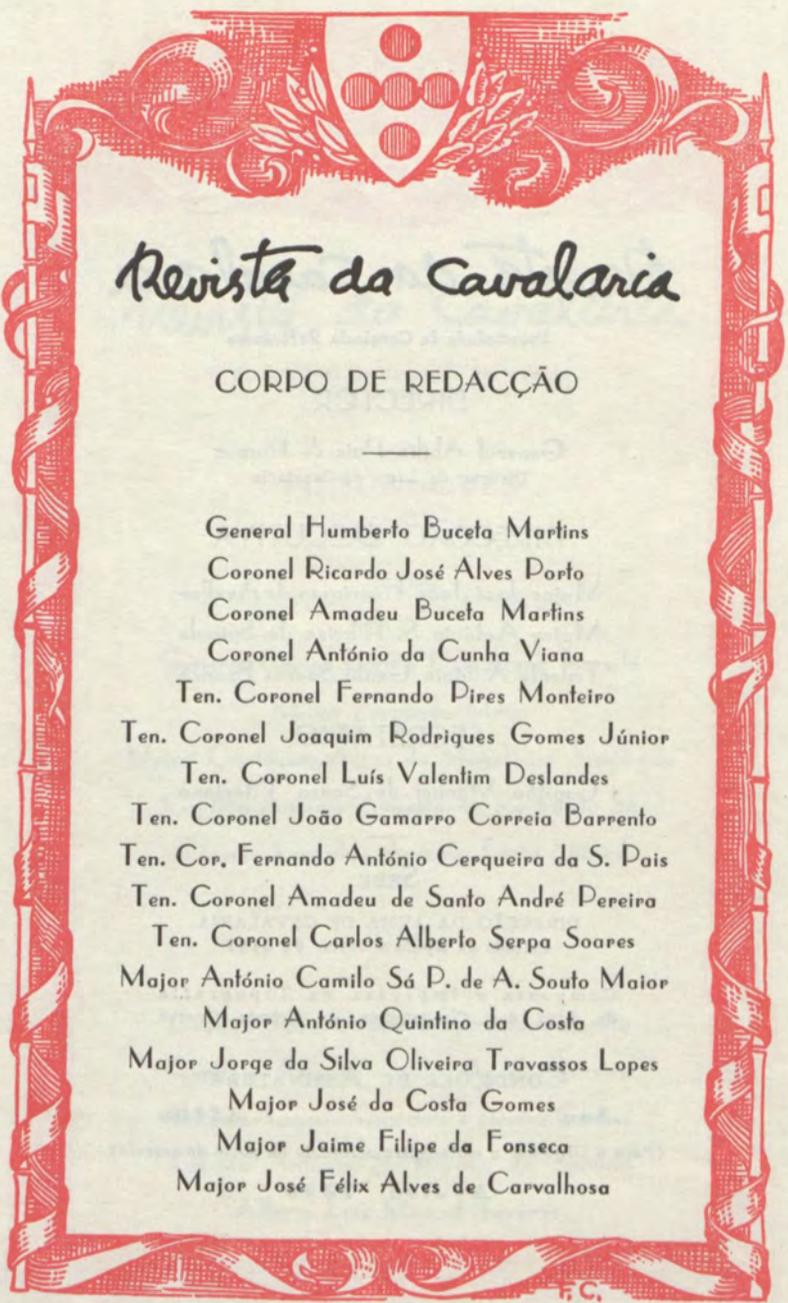
Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50



Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins
Coronel Ricardo José Alves Porto
Coronel Amadeu Buceta Martins
Coronel António da Cunha Viana
Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro
Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Ten. Coronel Luís Valentim Deslandes
Ten. Coronel João Gamarro Correia Barrento
Ten. Cor. Fernando António Cerqueira da S. Pais
Ten. Coronel Amadeu de Santo André Pereira
Ten. Coronel Carlos Alberto Serpa Soares
Major António Camilo Sá P. de A. Souto Mator
Major António Quintino da Costa
Major Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Major José da Costa Gomes
Major Jaime Filipe da Fonseca
Major José Félix Alves de Carvalhosa



Revista da Cavalaria

Capitão António Herculano de Miranda Dias

Capitão Luís Cezarini Calafate

Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro

Capitão Henrique Alves Calado

Capitão José Luís de Mendonça Ramires

Capitão João Cecílio Gonçalves

Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo

Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira

Capitão Francisco José de Moraes

Capitão Mário Abrantes da Silva

Capitão Alberto da Silva Benazol

Capitão Bernardo Raposo de Sá Nogueira

Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia

Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto

Capitão Raúl Augusto Paixão Ribeiro

Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva

Capitão Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães

Capitão Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias

Tenente João Sequeira Marcelino

Tenente Rui Pedrosa Curado

Tenente Ricardo Ferreira Durão

F.C.



SUMÁRIO

A DISCIPLINA	<i>Major António de Spínola</i>	91
A D. C. B. NO QUADRO DIVISIO- NÁRIO	<i>Brigadeiro Esteves Pereira</i>	97
A OTAN — FINALIDADES E AL- GUNS PROBLEMAS	<i>Tenente-Coronel do C. E. M. H. dos Santos Paiva</i>	105
TRANSMISSÕES NA CAVALARIA	<i>Alferes Pessoa de Amorim</i>	119
HIPISMO:		
O CONCURSO INTERNACIONAL DE LISBOA VISTO DA «PELOUSE»	<i>J. A.</i>	129
CONCURSO HÍPICO INTERNA- CIONAL DE JOHANNESBURGO *		147
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
A ÉPOCA DOS EXTREMOS	<i>General L. M. Chassin</i>	151

Revista da Cavalaria

17.º ano-n.º 2

Março - Abril

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL
BIBLIOTECA DO EXERCITO
(Antiga Bibliotéca do E. M. E.)
N.º 1.204 Custo -
Aumentado em 21-8-1956
Livro N.º 1 Aux. Pag. 35

A DISCIPLINA



ODA a colectividade necessita de estabelecer um conjunto de normas de conduta dos seus elementos constitutivos, em ordem a coordenar os esforços individuais e colectivos no sentido da consecução do fim para que foi criada.

A satisfação desta exigência permanente de ordenação de esforços num sistema normativo de exigências, obtém-se pela determinação de princípios e regras que, na sua essência, definem a *disciplina* do conjunto.

Os meios materiais garantem possibilidades de acção que a disciplina transforma em capacidade de realização.

O Exército é a colectividade que, mais do que qualquer outra, tem necessidade premente de disciplina, pois que sem ela a sua existência não é possível.

Revista da Cavalaria

Por mais bem equipado que se encontre um agrupamento armado, por mais geniais que sejam as concepções dos seus planos estratégicos e táticos, por mais perfeita que seja a sua técnica de execução, o pleno rendimento do conjunto só se obterá mediante uma permanente *ligação* que harmonize e congrege o princípio director e os órgãos executantes no sentido do objectivo comum. Sem esta unidade de pensamento e de acção, baseada no intercâmbio intelectual dos vários planos da escala hierárquica, os resultados não podem necessariamente deixar de ser precários.

A história de todas as guerras, desde a antiguidade até aos nossos dias, demonstra-nos, à evidência, que as tropas indisciplinadas têm sido sempre batidas por tropas numericamente inferiores, mas ligadas por uma superior força de coesão de que a disciplina constitui o seu mais sólido vínculo.

Mas, para que da disciplina resulte a necessária força aglutinante é mister que esta se alicerce em normas de conduta voluntária e conscientemente aceites pela grei.

Ora, sendo o agregado humano constituído por intelectualidades diferentes, é óbvio que, para se alcançar o fim em vista, o sistema a adoptar deve variar consoante o nível relativo dos planos intelectuais onde se situem chefes e subordinados.

Nos exércitos antigos, quando os chefes eram considerados geniais perante a ignorância dos subordinados, a força galvânica do comando encontrava-se circunscrita ao campo emotivo.

As três emoções básicas do homem — medo, ira e affecto — constituíam os pilares da actuação psicológica do chefe.

Revista da Cavalaria

Hoje, o panorama é sensivelmente diferente. Mudaram os valores morais, elevaram-se os índices intelectuais, transformaram-se os costumes, e, conseqüentemente, o conceito de *disciplina* teve de ajustar-se a uma nova sociedade fundamentalmente caracterizada pela ascendência das forças morais em detrimento das forças emotivas.

Em resultado desta evolução, a acção do chefe passou a desenvolver-se em novo meio ambiente.

Quando não queira limitar a sua acção ao campo burocrático, o chefe moderno terá que agir *intelectualmente* junto dos seus subordinados visando obter pela persuasão a sua voluntária e consciente integração nos princípios da disciplina do conjunto.

Os quadros dos exércitos contemporâneos não têm a mentalidade dos antigos guerreiros que obedeciam de uma maneira reflexa.

A evolução social impôs à Sociedade ideias diferentes. O homem deixou de ser um autómato sem reacções psíquicas, para só se obrigar à submissão absoluta quando compreender que esta constitui para ele um dever imposto pela própria consciência.

O velho dogma militar: «*Ordens não se discutem, cumprem-se*» que sintetizava o antigo conceito de disciplina, carece de actualização. Tal processo, rendosamente utilizado em épocas passadas, quando o homem se encontrava ainda impregnado pelo atavismo da submissão passiva, conduz presentemente a resultados francamente negativos.

Uma das mais funestas consequências inerentes a esta prática, é a supressão da iniciativa dos subordinados. A obediência

Revista da Cavalaria

obtida por coacção priva o homem da sua personalidade, conduzindo-o a aplicar estritamente o que os regulamentos prescrevem. E estes, por mais perfeitos, explícitos e claros que sejam, não podem servir para todas as circunstâncias. Aparecem sempre situações novas, perante as quais os subordinados, obedecendo às grandes linhas das directivas gerais, devem forçosamente fazer uso da iniciativa.

Porém, se as suas reacções intelectuais se encontrarem adulteradas pela força do hábito de não raciocinar, não tomarão essa iniciativa, conformando-se com o seguir estritamente a letra dos regulamentos, criando-se, assim, um ambiente de inércia mental prejudicial ao progresso do conjunto.

A disciplina militar não deve anular a inteligência dos subordinados, fazendo destes instrumentos passivos que, sem compreenderem, obedecem aos impulsos do chefe. Tal procedimento reduziria o Exército à situação de uma vulgar máquina, cujos diversos elementos não constituiriam mais que uma sucessão de cegas rodas mecânicas.

Pelo contrário, o chefe moderno não deve exigir a execução das ordens em automatismo absoluto, mas antes cultivar permanentemente o espírito de iniciativa dos subordinados, deixando-lhes sempre uma certa margem para raciocínio. Pode reprimir iniciativas exageradas, mas deve sempre estimular as colaborações inteligentes.

Focamos este aspecto negativo da disciplina imposta, porque consideramos a restrição da iniciativa o pior mal de que pode padecer um Exército moderno.

Revista da Cavalaria

Infelizmente, este mal ainda continua sendo fomentado pela actuação defeituosa de alguns chefes, que baseados num falso conceito de disciplina, propendem, com frequência, a condenar «a priori» a iniciativa dos seus subordinados, não hesitando em suprimir o concurso dos elementos mais activos, quando a sua actuação não se enquadre na aplicação burocrática dos textos regulamentares, ou na rígida execução de ordens recebidas.

Tal conduta, característica de espíritos retrógrados, gera um ambiente rotineiro e arcaizado, que teria sido magnífico nos tempos feudais, aceitável no século passado, mas obsoleto nos nossos dias.

O chefe progressivo, verdadeiramente digno da sua superior missão, deve saber admitir a iniciativa dos seus subordinados, compreendendo que a sua função é formar homens e não criar máquinas inconscientes. Em vez de combatê-la, deverá antes aproveitar todas as circunstâncias favoráveis para criar situações em que os subordinados sejam forçados a agir por iniciativa própria. É óbvio que, para se tirar pleno rendimento do sistema, se torna necessário completá-lo com crítica inteligente e construtiva.

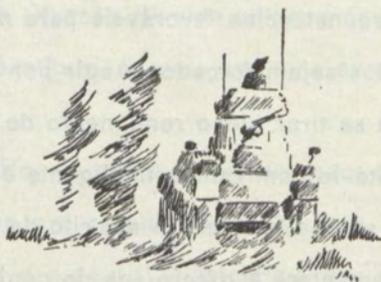
Desta forma, se desenvolverá o espírito de iniciativa dos subordinados e se fomentará a *disciplina* do conjunto.

A disciplina contemporânea surge-nos, assim, não como uma exigência de subordinação passiva, mas sim como uma natural resultante da educação, que deixando de ser exclusivamente um processo de preparação profissional, se transformou num meio de adaptação psíquica, conducente a obter dos subordinados a aceitação completa, consciente e reflexa da disciplina militar.

Revista da Cavalaria

Nesta base, a formação militar do soldado ter-se-á alicerçado nos sãos princípios da *disciplina* que outra coisa não é senão o cumprimento voluntário e consciente do dever para com a Pátria. Só assim a disciplina constituirá a principal força dos Exércitos e terá jus a ser classificada de *virtude militar*.

Major ANTÓNIO DE SPÍNOLA



A

D. C. B.

NO QUADRO DIVISIONÁRIO

pelo Brigadeiro ESTEVES PEREIRA

I — Generalidades

A Aviação e os Blindados, não considerando os meios nucleares e os projecteis teledirigidos, são as armas que, ainda actualmente, preponderam no Campo de Batalha aeroterrestre, em qualquer situação táctica.

É da Defesa contra os Blindados que nos vamos ocupar neste breve trabalho.

Estruturalmente, a D. C. B. apoia-se na *utilização do terreno — acidentes naturais* — e em *obstáculos artificiais*, criados pela *organização* do mesmo terreno, melhorando e completando os primeiros, como, de resto, é princípio assente em toda a situação táctica, e, ainda, nas *armas anticarro*, estando nestas incluído o próprio carro de combate.

Dizem as nossas «Instruções para o Emprego Táctico das G. U.» (pág. 61):

— «*A defesa anticarro constitui um dos elementos de maior importância da organização de uma Posição Defensiva. Baseia-se no obstáculo natural ou artificial, especialmente campos de minas, nas armas anticarro e nas reservas blindadas.*»

Vamos estudar, portanto, não só as medidas gerais de prevenção e de luta contra os blindados In., como os *meios activos e passivos* de que a D. C. B. pode dispor para bem cumprir a sua missão e, seguidamente, estudaremos o dispositivo da D. C. B. nas situações de *defesa* e de *ataque*, dentro do quadro divisionário.

Revista da Cavalaria

— Medidas anticarro

As medidas a tomar, numa luta contra os carros In. podem-se sintetizar nas seguintes:

- 1 — Um adequado sistema de *alerta* e de *alarme*, em todos os escalões, largamente provido de meios de transmissão-rádio;
- 2 — A execução de golpes da Aviação de combate amiga, contra os carros In., nas suas *zonas de reunião* e nas *bases de partida*;
- 3 — O aproveitamento e a valorização dos obstáculos naturais e a criação do maior número de obstáculos artificiais, sobretudo nos «*caminhos*», ou «*corredores*» de provável irrupção dos carros In.;
- 4 — O emprego judicioso e coordenado das armas anticarro, de toda a espécie, da Art. e da Av. para retardar, ou destruir, os blindados In.

— Meios anticarro

Para a execução destas medidas, a D. C. B. dispõe de meios, que se podem grupar em duas categorias:

- a) — *Meios activos*,
- b) — *Meios passivos*,

a) — Meios activos

- | | | |
|--|---|------------------------------|
| — Espingardas | } | com bala perforante (S. K.), |
| — Metralhadoras | | |
| — Bazookas | | |
| — Canhões sem recuo | | |
| — Agentes químicos | | |
| — Campos de minas anticarro | | |
| — Artilharia de campanha | | |
| — Artilharia antiaérea (em missão terrestre) | | |
| — Carros | | |
| — Aviação de combate | | |
| — Armadilhas explosivas. | | |

Revista da Cavalaria

b) — Meios passivos

- Escarpamento de margens de rios, taludes, etc.
- Cortaduras
- Destruições
- Obstruções
- Armadilhas passivas
- Campos de pilares de cimento, de carris, etc.
- Arame especial anticarro
- Organização de casas, ruínas, povoações
- Organização de bosques, pântanos, lagoas, etc.
- Defesas passivas «de fortuna» (improvisadas), que se costumam designar, abreviadamente, por *barragens* de Engenharia (B. E.), ou *barragens de obstáculos* (B. O.).

— As *espingardas* e as *metralhadoras* farão o tiro com bala perfurante (S. K.) mas, a não ser contra blindagens ligeiras, ou de muito perto, o seu efeito é bastante fraco. Os tiros feitos para as frestas de visão, ou rajadas de metralhadora contra as cadeias de locomoção, sendo de relativa pouca distância, podem ser, contudo, muito eficazes, chegando a fazer parar o carro e, é sabido que «*carro parado é votado à destruição*».

— As *bazookas*, com os seus projecteis de *carga dirigida* (vulgarmente chamada *carga oca*), são uma arma terrível contra os carros, pois o calor desenvolvido, no seu impacto com a couraça, é tal que a funde, perfura-se e vai queimar a guarnição.

— Os *canhões sem recuo*, pelo seu fácil manejo, podendo, como as *bazookas*, dissimular-se detrás de um pequeno coberto, tem também um efeito muito considerável sobre os carros.

— Os *agentes químicos* — quando usados — podem intoxicar, ou vesicar, as guarnições, entrando pelas frestas de visão e outras e pondo-as fora de combate.

— As *minas contra carros* — dispostas em *campos*, sobretudo nas zonas, ou faixas, onde é mais de prever a irrupção de blindados, são uma arma terrível. Por isso, não se pode pensar em um ataque em que colaborem carros, sem que, à frente, marchem equipas de *desminadores*, tropa da Eng., especializada na remoção destas minas e das suas congéneres *contra pessoal*;

Revista da Cavalaria

— A *Art. de Campanha*, além da sua missão específica, colabora na luta anticarro, por sobreposição, ou justaposição, dos seus tiros de apoio directo, ou de acção de conjunto. Pode ainda executar concentrações, verdadeiras interdições próximas, sobre as bases de partida (B. P.) dos carros, ou sobre as suas Zonas de concentração (Z. Conc.).

— A *Art. A-A*, sem prejuízo da sua missão específica, pode, em determinados casos, fazer tiro terrestre anticarro; é ela uma das poucas armas anticarro dos dispositivos da Art., nas suas posições, além das suas próprias peças, atirando sobre os carros às pequenas distâncias.

— Os carros são, sem dúvida, a melhor arma anticarro. Pela sua potência de fogo, velocidade, mobilidade, protecção da couraça, são, hoje em dia, o «esqueleto», a bem dizer, de todo um sistema anticarro, em qualquer situação táctica.

— A *Aviação de combate*, colabora na D. C. B. atacando os carros, nas suas Z. Conc., nas B. P. e, mesmo, quando, em colaboração com a Inf., ataquem a Pos. Def. ou, no caso de ataque da nossa parte, atacando os carros In., nas suas posições de partida para contra-ataques. Os aviões poderão atacar os carros a tiro de canhão, de metralhadora, ou com granadas-foguetes, conforme as circunstâncias.

— As *armadilhas explosivas*, consideradas meio activo, como as minas, fazem saltar os carros, que por elas passem, devido às fortes cargas explosivas.

— As *defesas passivas*, atrás mencionadas e que se podem designar genericamente, como dissemos, por B. O. são da maior utilidade, sobretudo nos «corredores» de infiltração dos carros In., e que constituem, na defesa, os pontos, ou linhas, sensíveis num plano de D. C. B.

Todos estes obstáculos artificiais e, de resto, os obstáculos naturais: rios, canais, lagoas, pântanos, bosques fechados, etc., devem, para que adquiram a sua máxima eficiência, ser batidos pelo fogo das armas anticarro.

Não nos deteremos na descrição destes vários obstáculos por serem demais conhecidos.

Todo este conjunto de meios activos e meios passivos, a implantar no terreno, faz parte do Plano de D. C. B., que é, em face da Ideia de Manobra do General, Comandante da Divisão, e sob sua direcção e fiscalização, estudado pela 3.^a Repartição do Q. G., com a assistência técnica dos Comandantes da Art., da Eng. e dos Carros, divisionários.

Assim, o C. A. D. apresentará a sua proposta de tiros de Art., a integrar na D. C. B., o C. E. D. fará o seu Plano de barragens, o

Revista da Cavalaria

Comt. dos Carros (do G. C. C. Div.) indicará a sua ideia sobre o *emprego do seu grupo de carros* e dos esquadrões de carros independentes (E. C. C. I.), o seu dispositivo e a distribuição pelas subunidades da Inf. e, feito este estudo, *em íntima colaboração*, é apresentado ao General Comt. da Div., que o aprovará, ou mandará modificar, ouvidos os técnicos responsáveis.

Então este *Plano de D. C. B.* será integrado no *Plano de Defesa*, ou no *Plano de Ataque* e fará parte, especificamente, do *Plano de Conduta da Defesa*, no primeiro caso.

— Condições básicas da D. C. B.

Para que todo este sistema trabalhe em pleno rendimento é preciso, em primeiro lugar, que as tropas tenham um *moral muito elevado*, uma *sólida instrução* e que tenham *perdido o medo ao carro*, sem o que se não pode pensar em defesa anticarro, a sério.

É necessário ensinar aos homens, e convencê-los, que basta uma estreita trincheira, um buraco, uma pequena sebe, um coberto qualquer, para dar uma protecção eficaz contra o carro e permitir que um atirador *ousado, corajoso e calmo*, ataque o carro com a sua arma e o inutilize, ou, pelo menos, o neutralize.

As partes mais vulneráveis do carro são a parte de baixo (o «*ventre*» do carro) e as cadeias locomotoras.

Além dos tiros das armas, que enunciámos, *petardos, garrafas de gasolina*, ou outros líquidos inflamáveis, *vigas ou barrotes*, lançados, de perto, contra as cadeias, podem entrar um carro, que será destruído, então, pelos tiros das outras armas, especialmente das bazookas.

É também necessário que todo o pessoal dos carros conheça a influência que o terreno exerce sobre eles, para evitar os obstáculos que o In. lhe possa opor e, por outro lado, que os saiba utilizar inteligentemente para, em conjugação com o fogo das suas armas, deles tirar o maior rendimento. Por isso, o pessoal anticarro e o dos carros deve ser altamente especializado em todos estes assuntos.

Assim, além do perfeito conhecimento do material de que faz uso, deve saber:

- a) — Que os terrenos rochosos são impraticáveis, ou causam diminuição de velocidade e de mobilidade, além de avarias nos trens de rolagem;

Revista da Cavalaria

- b) — Que os terrenos pantanosos, lamacentos e encharcados são, igualmente, ou impraticáveis, ou diminuem a velocidade e a eficiência, mesmo para os carros anfíbios;
- c) — Que as fortes cortaduras, encostas e taludes com mais de 45° de inclinação, são intransponíveis; os de declive inferior a 45° diminuem muito a velocidade dos carros e, mesmo que os transponham, estão mais tempo expostos ao fogo adverso;
- d) — Que os rios, canais, lagoas, são intransponíveis, com mais de certa profundidade, conforme o tipo de carros, excepto se estiverem gelados, com conveniente espessura, e se os carros forem anfíbios; contudo, se o rio, canal, etc., for pouco profundo, só poderá ser transposto se as margens não tiverem sido *escarpadas* pela Eng. adversa;
- e) — Que os bosques, povoações (mesmo arruinadas), montes altos e de declives ásperos, são obstáculos de grande valor, contanto que se empreguem, nos primeiros, barragens artificiais, abatizes, arame especial, pilares e campos de carris de ferro, armadilhas, fossos, etc., e, nos segundos, se faça a defesa das orlas exteriores com cortaduras, armadilhas, cortes de ruas, passagens subterrâneas, de casa para casa, ou de grupo de casas, ou bairro para outro, minas, armadilhas explosivas, etc., etc., como os Russos fizeram em Stalinegrado. Este valor é acrescido se, sobre todos estes obstáculos, incidir o fogo anticarro da defesa. Numa situação de ataque, todos estes conhecimentos são igualmente necessários para evitar, muitas vezes, esses perigos, para os carros que atacam;
- f) — Que em guerra de movimento e, de uma maneira geral, em situação de ataque, é necessário deixar *corredores*, através dos campos de minas da defesa, a fim de poder sair o escalão de ataque, do limite anterior da B. Atq. Esses *corredores* não devem poder ser denunciados ao In. e, apenas, serem conhecidos dos *guias*, pertencentes às tropas, que os implantaram, e que guiarão as fracções do escalão de ataque e os escalões que o seguem. Em campos de minas In., têm de entrar em acção as *equipes de desminadores*, da Eng., que normalmente precedem o escalão de ataque, não só para permitir a progressão deste, como a dos carros que o seguem;

Revista da Cavalaria

- g) — Que é necessário haver uma perfeita coordenação e sobreposição dos planos de fogos das armas da Inf., da Art. e das armas anticarro. Uma lacuna, deixada neste plano de fogos conjunto, pode comprometer a defesa; no ataque são de aproveitar essas lacunas para se orientar a progressão do escalão Inf.-Carros, para o interior da Pos. In.

Portanto, os Comandantes em todos os escalões, devem ter um conhecimento perfeito de todo o dispositivo, pelo menos, em detalhe, no sector em que vão actuar. Não basta saberem servir-se das suas armas e dirigirem o fogo, é necessário conhecer, tanto quanto possível, as *contra-medidas* anticarro da parte do In.

II — A D. C. B. no quadro da D. I.

Vamos considerar a D. C. B. no quadro da Divisão de Infantaria, ou Divisão Normal, nas duas principais situações tácticas: a *defesa* e o *ataque*.

Não consideraremos em especial a D. I. Motor. porque esta, uma vez fora das suas viaturas, trabalha perfeitamente da mesma forma que a D. I. normal.

A — A D. C. B. na defesa

A organização da D. C. B. numa Pos. Def., *em frente normal*, pode comportar, genéricamente, as seguintes fases:

- 1 — *Acções preventivas* da Aviação amiga, para a destruição, ou, pelo menos, lançar a perturbação, nos blindados In., nas suas Z. Conc., nas suas B. P., ou, mesmo, no início do ataque às Pos. avançadas e em zonas, onde não chegue o alcance da Art. da defesa;
- 2 — *Acções iniciais de fortes concentrações* de toda a Art. da Pos., no espaço entre as B. P. dos carros In. e a linha dos P. Av. G., com as quais pode colaborar a Aviação, em sobreposição;
- 3 — *Acções de destruição*, ou de neutralização, dos carros, às pequenas distâncias, pelos fogos anticarro, pelos obstáculos,

Revista da Cavalaria

activos e passivos, dos P. A.v. G. e, depois, do 1.º esc. da P. R.;

- 4 — *Acções de destruição e de isolamento* dos carros, que tenham penetrado na P. R., efectuada pelos obstáculos, armas anticarro dos C. R. e pelos carros distribuídos a estes, por forma a, por um lado, canalizá-los para as faixas mais perigosas para eles e, por outro, para os separar da Inf. e tirar-lhes, assim, o apoio desta;
- 5 — *Acções de contra-ataque*, efectuadas pelas reservas dos vários escalões e pela reserva divisionária, que procurarão o seu total aniquilamento, uma vez separados da Inf. e outros elementos acompanhantes. Os carros da defesa têm, nestas acções, papel de enorme relevância, como adiante veremos.

Todas estas acções, a que correspondem outras tantas séries de missões aos vários escalões, constituem *um todo* e não são mais do que a concretização do *Plano da D. C. B. Divisionário*.

Todo este conjunto de acções, pelo fogo e pelo obstáculo, deve constituir uma *rede* de malhas, o mais apertada possível, de forma a *prender* inexoravelmente os blindados In. e votá-los à destruição.

Análoga, salvo as devidas proporções, a uma rede de transmissões, de órgãos em sobreposição, ela deve poder funcionar, por assim dizer, automaticamente, em todos os escalões, em todos os sectores, aos sinais de alarme, por forma a neutralizar um dos piores inimigos de uma tropa em situação de defesa, que é o carro.

Neste conjunto, além dos obstáculos naturais e artificiais, criados pela Inf. e pela Eng., de que os *campos de minas* e as *obstruções* ocupam o lugar mais importante, esta série de acções é efectuada pelas armas anticarro, distribuídas à Inf., a que já fizemos referência, pela Art. com os seus tiros de apoio imediato e de acção de conjunto, ou normais, ou destinados à missão anticarro e pela Aviação, no seu papel de apoio directo, por tiros ao solo.

As armas anticarro distribuídas à Inf. estão espalhadas, dentro das dotações orgânicas e elementos de reforço, pelos C. R. dos vários escalões da P. R. A elas não faremos menção especial, pois a sua distribuição não tem mais do que atender ao terreno, ao obstáculo e às principais vias de comunicação, e *corredores* praticáveis aos carros In. É nosso intento, porém, demorarmo-nos um pouco mais no exame da actuação dos carros da defesa, como principal arma anticarro, que realmente é.



A

OTAN

FINALIDADES E ALGUNS PROBLEMAS

pelo Ten.-Cor. do C. E. M. H. DOS SANTOS PAIVA

II PARTE

O Pacto do Atlântico

I. A origem do Pacto

Em Junho de 1945, pouco depois da queda da Alemanha e ainda antes da capitulação do Japão, os representantes de 50 países assinaram em S. Francisco a Carta das Nações Unidas.

Uma onda de esperanças percorreu o mundo, com esta segunda tentativa, destinada a criar uma ordem mundial de que todos aproveitassem os benefícios e da qual devia resultar a eliminação da guerra.

Este magnífico sonho, tão acalentado pela própria humanidade que afinal sempre tem feito a guerra, já estava sendo perturbado logo de início pela forma como se conduziu um dos grandes vencedores da 2.^a grande guerra.

Os factos decorridos fizeram aumentar cada vez mais a desconfiança e os receios sobre os objectivos que a Rússia pretendia.

Com efeito enquanto os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e o Canadá retiravam o grosso das suas forças da velha Europa e procediam à sua desmobilização, a U. R. S. S. continuava a manter importantes efectivos em pé de guerra e fazia trabalhar as suas industrias de armamentos em pleno rendimento.

Revista da Cavalaria

A expansão territorial soviética que havia já sido iniciada durante a guerra com a anexação pura e simples da Estónia, Letónia e Lituânia, e com a encorporação de algumas regiões da Finlândia, da Polónia e da Roménia, continuava inexoravelmente após a derrota da Alemanha. A presença das forças armadas russas, conjugada com acções políticas dos dirigentes moscovitas, forçam a Albânia, a Bulgária, a Roménia, a Alemanha oriental, a Polónia, a Hungria e a Tchechoslováquia a cair sob a dominação soviética. Estes países representam cerca de 1.500.000 km² e uma população de 87 milhões de pessoas.

Rapidamente os países satélites ficam sólidamente ligados a Moscovo e entre si por uma rede de acordos políticos económicos e militares.

E a Rússia não se limitava nas suas extraordinárias tendências expansionistas; os seus tentáculos, apresentados sob variadas formas, atingiam todas as partes do mundo, com resultados mais ou menos brilhantes, mas sempre vantajosos para os seus pontos de vista.

A situação ia-se tornando cada vez mais grave e nenhum dos problemas internacionais tinha tido soluções satisfatórias. Os acordos com os russos eram praticamente impossíveis, porque estes nada cediam e só tinham exigências. Eram os povos ocidentais que até então haviam perdido terreno a olhos vistos.

Em Maio de 1947 a guerra civil que lavrava na Grécia atingia o seu ponto crucial; com efeito os comunistas gregos, fortemente apoiados pela Rússia, davam mostras de fazer pender a luta a seu favor; a Grã-Bretanha que até então tinha fornecido o seu apoio aos partidos anti-comunistas não estava em condições de poder suportar esse esforço.

É então que os Estados Unidos tomam uma atitude pronta e decidida. O Presidente Truman declara: «Julgo que os E. U. devem ter como política apoiar os povos livres que resistem às tentativas de dominação exercidas contra eles por minorias armadas ou por pressões exteriores».

É evidente que se a Grécia passasse para o domínio comunista, a Turquia e todo o médio Oriente ficariam à mercê da U. R. S. S. O Congresso Americano vota um importante crédito de 10.000.000 de contos para ajuda à Grécia e também à Turquia.

Simultaneamente a situação económica da Europa agravava-se cada vez mais e por tal forma se afigurava crítica que em Junho de 1947 o General Marshall (Secretário de Estado dos Estados Unidos) pronuncia um discurso célebre onde afirma: «a verdade é que as ne-

Revista da Cavalaria

cessidades da Europa durante os três ou quatro próximos anos em víveres e outros produtos essenciais importados do estrangeiro, nomeadamente da América, excedem por tal forma a sua capacidade actual de pagamento, que ela deverá receber uma ajuda suplementar muito importante de forma a evitar uma deslocação económica, social e política muito grave».

A nossa política — acrescentou o General Marshall — não é dirigida contra qualquer país ou doutrina, mas contra a fome, a pobreza, o desespero e o caos».

Esta oferta de assistência económica é também dirigida à Rússia e aos países para além da cortina de ferro. Staline recusa essa ajuda e impede que alguns dos seus satélites, nomeadamente a Polónia e a Tchecoslováquia, dela se aproveitem. Como resposta cria o Kominform, organização esta que deverá reunir os partidos comunistas de 9 países do continente europeu e que tem por fim a luta contra o Plano Marshall — «instrumento do imperialismo americano» —.

Além da situação económica ser grave, outros perigos ameaçavam os países ocidentais. A acção benéfica que poderia ter o Conselho de Segurança da ONU era totalmente paralisada pelo abuso russo do direito de veto; a U. R. S. S. mantinha nas fileiras um poderoso exército de 4.000.000 de homens, bem armados e equipados, e provocava a organização militar e o rearmamento de alguns dos seus satélites, como a Roménia, a Bulgária e a Hungria, violando assim os tratados de paz assinados por estes países. As indústrias de guerra soviéticas mantinham-se a trabalhar a pleno rendimento.

Do lado ocidental os países não só não estavam convenientemente unidos, como nem sequer dispunham de elementos que pudessem opôr uma resistência séria às forças soviéticas. Sòmente a América usufruía a enorme vantagem de possuir a bomba atómica e talvez este facto representasse o principal obstáculo activo com que a Rússia teria de contar no caso de tentar a invasão da Europa ocidental.

A ideia da formação de uma aliança defensiva dos países com ideias comuns dentro do quadro das Nações Unidas havia sido lançada por Sir Winston Churchill num discurso proferido em 1946.

Esta proposta foi de início mal aceite, mas não foi todavia esquecida e começou a preocupar os dirigentes políticos de vários países europeus. Em Janeiro de 1948 o Sr. Bevin sugere a formação de uma união ocidental sob a forma de uma rede de acordos bilaterais. O tratado de Dunkerque assinado em 1947 entre a França e a Grã-Bretanha é citado como uma possível fórmula de resolver o problema.

Revista da Cavalaria

O golpe de estado comunista que teve lugar em Praga, em Fevereiro de 1948, vem aumentar ainda mais as preocupações dos países ocidentais, que reconhecem como a Rússia aprendeu com mestria a técnica hitleriana de devorar uma a uma as suas vítimas.

Nos primeiros dias de Março de 1948 os representantes da Bélgica, da França, do Luxemburgo, da Holanda e da Grã-Bretanha reúnem-se em Bruxelas para discutir os termos de um tratado de assistência mútua. Nesse mesmo dia o Sr. Bidault dirige uma mensagem eloquente ao General Marshall: «é chegado o momento de reforçar no terreno político e, o mais rápido possível, no terreno militar, a colaboração do antigo e do novo mundo, tão estreitamente solidários no seu apego à única civilização que interessa». Os dirigentes americanos respondem ao Ministro francês nos mesmos termos em que já haviam respondido aos dirigentes ingleses: a América compreende e compartilha das preocupações dos países da Europa ocidental, mas antes de uma nova ajuda americana poder ser dada é necessário que esses países mostrem o que desejam fazer por si próprios e uns em relação aos outros.

O tratado de Bruxelas é assinado no dia 17 de Março de 1948 e logo a seguir os Russos resolvem o bloqueio de Berlim-Oeste que iria durar cerca de um ano.

É neste clima de desconfiança e de receio que são aceleradas as medidas para a negociação de um tratado ligando os países da União Ocidental do tratado de Bruxelas, com a América. À medida que estas negociações prosseguem começa a tornar-se evidente a conveniência de alargar o quadro do sistema defensivo, nele englobando outros países.

Assim, em Outubro de 1948, o Canadá dá a sua adesão a um tal agrupamento de Nações; outros países são convidados a aderir também: a Irlanda e a Suécia, a Islândia, a Noruega, a Dinamarca, Portugal e a Itália.

A Irlanda e a Suécia nunca chegaram a entrar porque as suas políticas de neutralidade tornavam impossíveis as suas adesões. A posição da Dinamarca e da Noruega foi incerta durante algum tempo; enquanto a Noruega deseja ver o sistema defensivo escandinavo cooperar com as potências ocidentais, a Suécia não deseja abandonar a sua política de estrita neutralidade. Os Russos oferecem então à Noruega um pacto de não agressão, mas este país resolve corajosamente fazer a sua escolha pelo lado ocidental, declarando todavia que não autorizaria o estacionamento de forças estrangeiras no seu território enquanto o país não fosse atacado ou estivesse ameaçado de o ser.

Revista da Cavalaria

O nosso País acaba também por concordar com a sua adesão desde que em tempo de paz não estacionem tropas estrangeiras nos Açores e que os laços do nosso tratado com a Espanha não sejam prejudicados.

No dia 4 de Abril de 1949 o tratado do Atlântico Norte foi assinado em Washington por 12 países: Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países-Baixos, Portugal e Reino Unido. A Grécia e a Turquia entraram oficialmente em 18 de Fevereiro de 1952.

2. A influência da geografia

No que acabamos de referir focamos muito resumidamente as origens da NATO no campo político; vejamos qual poderia ter sido a influência da geografia.

Ao analisar o globo terrestre reconhecemos que as terras que emergem dos mares são praticamente ilhas de grandes dimensões. A maior de todas estas massas terrestres é a Euro-ásia, a primeira a ser conhecida, a única que foi civilizada até ao 5.º século, berço das raças humanas, onde o homem nasceu e se desenvolveu.

Esta ilha mundial, como lhe chamam, tem uma cintura peninsular (as penínsulas da Europa, da Índia, etc.) depois uma primeira cintura de ilhas interiores (as ilhas britânicas, as ilhas japonesas, a Formosa, etc.) e finalmente uma outra cintura de ilhas exteriores (as Américas, a África, a Austrália).

Presentemente dois colossos existem neste mundo: um deles, a Rússia, ocupa o centro da ilha mundial, e o outro, os Estados Unidos, ocupa uma parte de uma das grandes ilhas exteriores.

Para a defesa dos seus interesses cada um daqueles colossos procura reunir à sua volta os parceiros que mais ajudarão o seu jogo.

A Rússia, que ocupa uma posição central, impôs já pela força a adesão de alguns países da península da Europa, conseguiu, numa hábil manobra, a aliança da China e lança os seus tentáculos para conquistar as simpatias da península da Índia e da grande ilha Africana.

Os Estados Unidos ligaram-se ao Canadá na zona do Ártico onde praticamente têm fronteiras directas com a Rússia. Com o tratado do Rio pretendem ter do seu lado o resto da Grande-ilha americana. No Índico estão lançando a sua influência e pretendem captar os povos

Revista da Cavalaria

ribeirinhos. No Pacífico ligaram-se com o Japão por meio de um tratado, e mais recentemente com a Formosa do General Chang-Kai-Chek. Finalmente no sector do Atlântico constituiu-se uma grande aliança a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) ou NATO dito à inglesa (North Atlantic Treaty Organisation), cujo nome deriva do daquele Oceano, o qual constitui um elemento de ligação moral, política, económica e estratégica entre os povos por ele banhados. Note-mos que o Báltico e o Mediterrâneo se devem considerar como duas penetrantes do Atlântico, o último dos quais dirigido ao coração do velho mundo; desta forma se justifica que a Suécia tenha sido convidada e que a Itália, a Grécia e a Turquia façam parte do Pacto do Atlântico.

São as condições da Natureza que valorizaram no presente momento da história os dois países actualmente reconhecidos como os mais poderosos. A sombra de cada um deles estão a constituir-se os dois blocos antagonistas sob a influência das condições geográficas, e assim, seja-me permitido concluir: à medida que o progresso tem permitido ao homem aproveitar cada vez mais os dons da Natureza, as actividades humanas são também e cada vez mais tributárias da Geografia.

É a situação geográfica que explica a situação política dos dois blocos mundiais que presentemente se opõem.

3. Breve notícia sobre o texto do Tratado

O Tratado do Atlântico Norte é um dos mais sintéticos documentos internacionais, onde através dos seus 14 Artigos se exprime sucintamente a determinação dos Países signatários e o ideal que os anima. É objectivo dos Estados-membros «salvaguardar a liberdade, a herança comum e a civilização dos seus povos, fundadas nos princípios da democracia, das liberdades individuais e do respeito pelo direito, favorecer na região do Atlântico Norte o bem-estar e a estabilidade e unir os seus esforços para a defesa colectiva e para a preservação da paz e da segurança».

Pelo seu espírito, conforme consta do Artigo 1.º, o tratado inscreve-se no quadro da Carta das Nações Unidas e repousa no Artigo 51 desta mesma Carta.

Pelo Artigo 2.º as altas Partes contratantes obrigam-se a contribuir para o bem-estar geral eliminando as oposições das suas políticas econó-

Revista da Cavalaria

micas e encorajando a colaboração económica entre alguns ou entre todos.

Pelo Artigo 5.º, que constitui o Artigo capital do Tratado, as «Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte, será considerado como um ataque dirigido contra todas e consequentemente concordam com que, se tal ataque se verificar, cada uma delas prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, a acção que julgar necessária, incluindo o emprego da força armada para restabelecer e garantir a segurança no Atlântico Norte».

Este artigo significa que os Estados Unidos abandonaram a sua política de isolacionismo e que alguns países europeus renunciaram também à atitude que no passado os havia conduzido a absterem-se de tomar posição declarada até ao último instante.

As garantias de assistência mútua previstas pelos artigos 5.º e 3.º, são reforçadas pelo artigo 4.º

A zona da NATO para os fins do Artigo 5.º é definida pelo Artigo 6.º e ampliada pelo Protocolo adicional resultante da participação da Grécia e da Turquia. E assim o Artigo 5.º terá aplicação em caso de ataque armado contra território de uma das Partes na Europa ou na América do Norte, contra os departamentos franceses da Argélia, contra o território da Turquia ou contra as ilhas colocadas sob a jurisdição de uma das partes na região do Atlântico Norte a norte do Trópico de Cancer. E ainda contra: as forças, navios ou aeronaves de uma das Partes encontrando-se nestes territórios assim como em qualquer outra região da Europa na qual as forças de ocupação de uma das Partes estejam estacionadas à data a partir da qual o Tratado entre em vigor, ou encontrando-se no Mediterrâneo ou no Atlântico Norte a norte do Trópico de Cancer, ou que os sobrevoem.

Pelo Artigo 13.º define-se que só após 20 anos de vigência qualquer Parte pode pôr fim ao Tratado no que lhe diz respeito.

Este Tratado não é apenas uma aliança militar defensiva. Dele resulta o estabelecimento de uma cooperação contínua entre os vários Governos nos domínios económico, social e cultural.

E a propósito cabe aqui transcrever as seguintes palavras de Lord Ismay, Secretário Geral da NATO: «Os países da NATO inauguraram há cinco anos uma experiência sem precedentes no domínio das relações internacionais em tempo de Paz. Não teremos nós o direito de afirmar que se um acordo semelhante tivesse existido em 1914 ou em 1939, a história do Século xx teria tomado um outro curso e o Mundo

Revista da Cavalaria

talvez pudesse ter escapado às carnificinas e às devastações das duas guerras mundiais?».

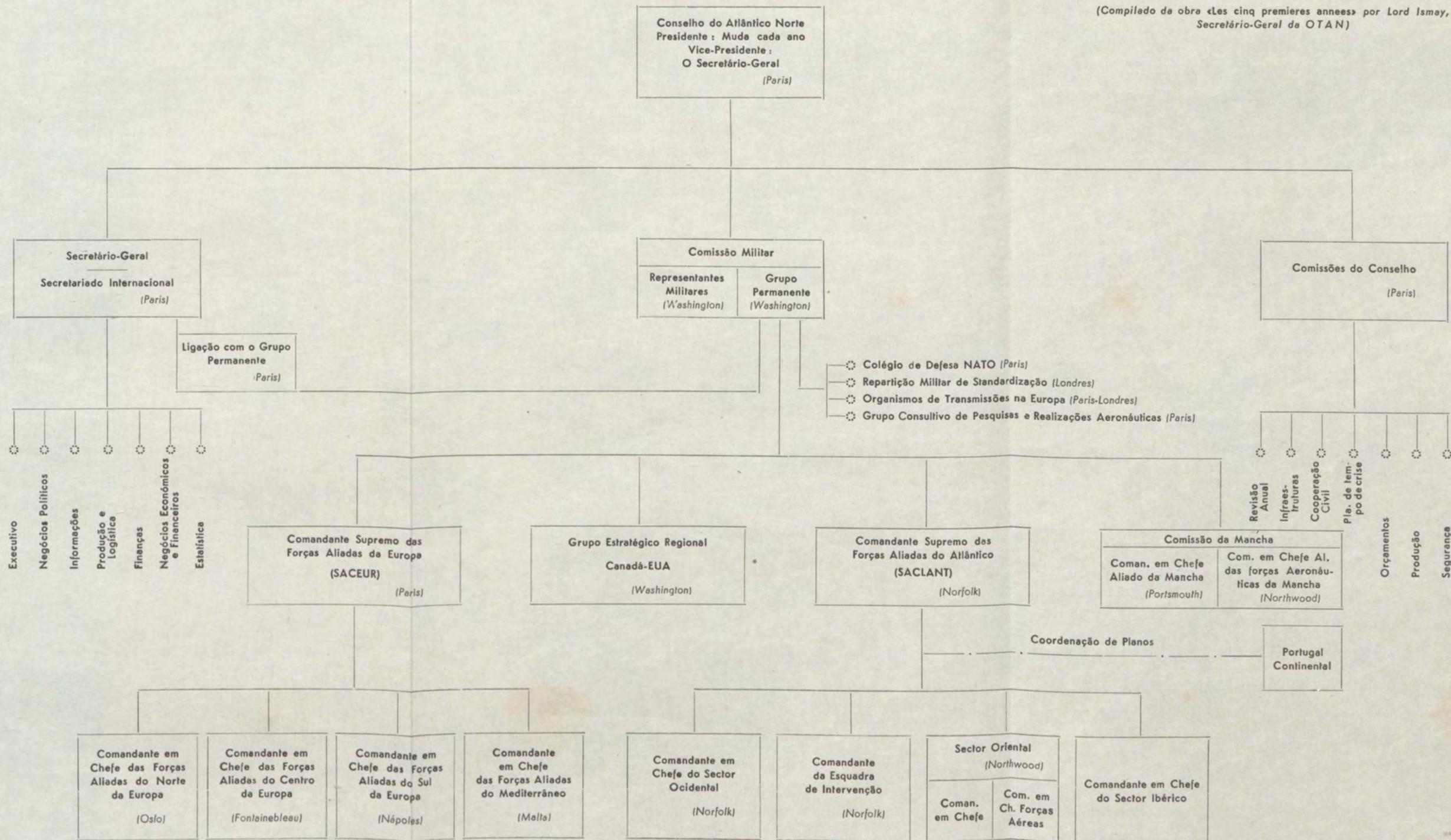
A história se encarregará de responder à dúvida do conhecido político inglês, e nós fazemos os mais ardentes votos para que as suas suposições sejam coroadas de êxito.

4. O desenvolvimento da Organização

Desde que foi fundada, em Abril de 1949, a NATO tem passado por várias fases evolutivas tendentes a melhorar e a aperfeiçoar o seu funcionamento e a sua eficiência. As três primeiras fases dessa evolução têm apenas interesse histórico e como não dispomos de tempo suficiente para as descrever, apresentaremos apenas no quadro junto a quarta fase, que resultou da Reunião de Lisboa em Fevereiro de 1952, e que corresponde à orgânica actual.

(OTAN) — Organisation du Traité de l'Atlantique Nord — North Atlantic Treaty Organisation — (NATO)

(Compilado da obra «Les cinq premières années» por Lord Ismay, Secretário-Geral da OTAN)



III PARTE

Alguns aspectos do bloco ocidental

I. O factor humano

As populações dos 14 países da OTAN são avaliadas em cerca de 210.000.000 de europeus e 180.000.000 do continente Norte-americano, ou seja um total de quase 400.000.000 de almas.

A superfície dos países da Europa é aproximadamente de 2.620.000 km² e a dos países americanos de 17.800.000 km², a que correspondem aproximadamente 80 habitantes por km² na Europa e 10 hab./km² na América do Norte.

É um conjunto heterogéneo, vivendo em climas muito variados, com hábitos e costumes bastante diferentes, mas que na generalidade tem sofrido as influências de uma mesma civilização, de que essas populações são ciosas e cuja manutenção é um dos objectivos da NATO.

A geografia mais uma vez exerce a sua influência decisiva nas características destes povos. O sol brilhante das nossas latitudes, que nos queima as terras e nos aquece as almas, está em perfeita contradição com o ambiente frio e calmo que reina nas paragens do norte. As terras privilegiadas que tudo produzem, como as do solo de quase toda a riquíssima França, opõem os terrenos pobres, salpicados de rochas, cuja exploração agrícola exige os mais porfiados esforços e as mais árduas canseiras.

Os jazigos de ferro e de carvão que durante séculos têm sido fontes de riqueza para os respectivos possuidores, encontram-se parcimoniosamente distribuídos por alguns privilegiados da sorte; daqui têm resultado grandes diferenças entre as possibilidades dos vários países ocidentais com as respectivas repercussões nas suas condições de vida.

Além da quantidade o potencial humano é ainda a consequência das características espirituais, morais, intelectuais e físicas dos indivíduos e está condicionado pelo volume dos bens relativos desses mesmos indivíduos.

Espiritualmente as populações da NATO, que na sua quase totalidade se distribuem entre católicos e protestantes, seguem as doutrinas do Cristianismo. Como referirei mais adiante ao tratar do Bloco so-

Revista da Cavalaria

viético, o aspecto espiritual do comunismo representa um valor de extrema importância que nos leva a solicitar um pouco de meditação sobre o assunto.

Há no nosso tempo dois grandes movimentos que oferecem à humanidade os princípios da sua orientação e os objectivos da sua finalidade: o cristianismo e o comunismo.

Embora o comunismo tenha surgido das doutrinas marxistas e tenha sido traduzido em termos de ordem materialista, a verdade é que tal aspecto foi largamente ultrapassado, tendo atingido o domínio do espírito em toda a sua plenitude. O comunismo apresenta-se hoje como uma força espiritual contra a qual os povos ocidentais, que navegam com rumos diferentes, poderão lançar o poder do Cristianismo. Mas sob este aspecto seja-me permitido transcrever um conceito do categorizado escritor cristão J. H. Oldham: «se o espírito cristão deseja exercer uma influência decisiva na criação do mundo novo, só deve pensar em fazê-lo desde que crie novas concepções e se antecipe sobre o futuro, fazendo, enfim, aquilo que por enquanto ainda não fez».

Sob o ponto de vista moral os países da NATO são orientados por princípios semelhantes, que dão um certo grau de homogeneidade às suas populações e que nalguns aspectos são diametralmente opostos às concepções do comunismo. Ao assinarem o Pacto do Atlântico Norte os 14 países ocidentais aceitaram implicitamente alguns princípios de ordem moral que estão contidos na essência da sua finalidade.

Não vamos abalancar-nos ao desenvolvimento dos problemas de ordem moral e limitar-nos-emos somente a abordar superficialmente um dos aspectos que interessam à unidade da Organização. Referimo-nos à necessidade de desenvolver entre as tropas um espírito de corpo NATO e de lhes fazer compreender a razão pela qual elas poderão servir quer em territórios nacionais quer em teatros exteriores.

Este assunto, designado oficialmente por «Informação das tropas» tem sido objecto de estudos realizados pelos Governantes e pelos Comandos Militares, e deu origem a uma Conferência que se realizou no Palácio de Chaillot em Outubro de 1953 sob os auspícios do Conselho do Atlântico, com o fim de melhorar a situação.

No fundo trata-se de tornar a NATO bem conhecida e de nela interessar não só os militares, como também as populações civis, explicando-lhes as razões da sua existência e das suas finalidades, o seu valor sob os pontos de vista económico, político e militar, os perigos que o comunismo representa e a forma como desenvolve as suas actividades, etc.

Revista da Cavalaria

Na sua reunião de 30 de Junho de 1954 o Conselho do Atlântico aprovou uma recomendação no sentido de serem criados cursos para preparação de oficiais encarregados da «Informação das Tropas». Não é do nosso conhecimento que esses cursos já tenham entrado em funcionamento.

Para terminar as rápidas considerações que temos estado a fazer sobre o factor humano, recordaremos que sob o ponto de vista intelectual e de cultura o nível dos países ocidentais é dos mais elevados, deles fazendo parte as populações que, segundo o nosso conceito, são consideradas das mais civilizadas.

2. Aspectos económicos

Em nossa opinião o factor económico está na base da evolução da sociedade, e sob uma forma ou outra, apresentando-se veladamente ou a descoberto, são os interesses económicos que sempre têm comandado as relações e as lutas da humanidade.

Embora atribuamos tal importância aos problemas económicos não está nas nossas intenções desenvolvê-los aqui proporcionalmente a essa importância e pelo contrário apenas iremos abordar muito ligeiramente alguns dos seus aspectos; de resto permitimo-nos recordar o que já noutro local se disse: o autor destas linhas não é um especialista de cada um dos assuntos versados.

Começamos por chamar a atenção para o facto de as economias nacionais e a economia mundial não estarem funcionando no momento actual em «estado puro», isto é, exclusivamente orientadas por parâmetros de ordem económica. Com efeito a política seguida e as necessidades militares, presentes e futuras, têm profundas repercussões no bem-estar económico da Nações.

Para nós militares esta realidade é perfeitamente compreensível, e estamos convencidos que, oscilando entre limites mais ou menos afastados, mas sempre importantes, os problemas de defesa nacional têm afectado e afectarão sempre a situação económica. «Si vis pacem, para bellum».

Presentemente o mundo acha-se numa situação em que as despesas de defesa absorvem em tempo de paz uma elevada percentagem das receitas e isto tanto se aplica ao bloco ocidental como ao bloco oriental.

Já noutro local referimos a situação em que pouco depois do fim da última guerra se encontravam muitos dos países da velha Europa

Revista da Cavalaria

e que nessa altura os Estados Unidos tinham vindo em seu auxílio sob a forma do Plano Marshall.

Apesar desta ajuda e dos esforços individuais feitos por vários países europeus, os recursos financeiros e materiais destes países eram absolutamente insuficientes para assegurar a defesa da Europa, considerada de grande interesse para todos os membros da Aliança Atlântica.

E assim, embora a ajuda americana tivesse sido mantida, a sua orientação mudou e passou a designar-se «ajuda militar para a defesa mútua». O Canadá ofereceu também a sua ajuda aos países europeus.

Estas ajudas seja qual for a forma sob que se apresentem, são fornecidas com base em acordos bilaterais negociados entre os Estados Unidos e cada país beneficiado. Desde 1948 até 1954 os créditos votados exclusivamente sob a forma de ajuda económica (mercadorias, maquinaria, assistência técnica e apoio financeiro) atingiram valores da ordem dos 320 milhões de contos.

A ajuda propriamente militar representa em dinheiro um valor ainda superior ao da ajuda económica.

A situação económica da NATO é assim fortemente influenciada pela posição americana, a qual representa uma importantíssima parcela da economia mundial.

Na impossibilidade de desenvolver o estudo do potencial económico da NATO e de fazer a sua comparação com o do bloco comunista, vamos apenas focar dois aspectos desse vastíssimo problema: o dos petróleos e o dos transportes.

A produção de petróleo bruto no mundo distribui-se aproximadamente nas seguintes percentagens: 51% no conjunto América-Canadá, 18% no Golfo Pérsico, 15% na Venezuela, 10% na U. R. S. S. e 6% no restante do Mundo. Quer isto dizer que o conjunto americano produz cerca de 350 milhões de toneladas por ano, o Golfo Pérsico cerca de 120 milhões e a Rússia 65 milhões aproximadamente.

Os Estados Unidos têm capacidade de refinar todo o petróleo bruto da sua produção e a Rússia está nas mesmas condições, simplesmente esta capacidade é em valor absoluto 1/5 da daquela. O Golfo Pérsico só tem possibilidades de refinar menos de metade da produção e a Venezuela está em condições semelhantes. Pelo contrário, os países europeus da NATO, que têm de importar todo o petróleo em bruto, têm uma capacidade de refinação da ordem dos 20% da capacidade mundial.

Revista da Cavalaria

Quanto a reservas prováveis existentes na Natureza, calcula-se que 50% existem no Golfo Pérsico, 25% na América do Norte, 10% na Rússia, outro tanto na Venezuela e 5% no resto do mundo. Estas reservas dariam para 25 anos de consumo actual.

A produção mundial de petróleo é avaliada em 1.800.000 toneladas por dia. Durante a passada guerra o consumo diário médio dos aliados foi avaliado em 1.000.000 Ton. por dia.

Na presente situação de tempo de paz a América do Norte consome mais combustíveis do que aqueles que produz e por isso tem necessidade de importações.

A Rússia pelo contrário consome só aquilo que produz ou antes, absorve tudo quanto produz, mas mercê de restrições severamente controladas e do fraco desenvolvimento relativo da mecanização, consegue ir fazendo a armazenagem de importantes reservas e a tal ponto que ultimamente se lançou numa manobra psicológica e política oferecendo os seus petróleos nos mercados mundiais.

Das cifras que acabamos de referir ressalta a importância do Médio Oriente sob o ponto de vista de combustíveis, e é de assinalar como esta região se encontra perigosamente perto das fronteiras soviéticas. Não dispomos de elementos que nos permitam estimar as necessidades de combustíveis dos dois blocos antagonistas em caso de guerra. É evidente que dada a sua posição atlântica, o bloco ocidental absorverá muito mais energia nos transportes marítimos e que portanto as suas exigências deverão ser superiores às da Rússia. No momento presente a capacidade de produção da NATO é da ordem de grandeza dos consumos da passada guerra. No 5.º plano quinquenal a Rússia pretendia aumentar, embora ligeiramente, a sua capacidade de produção; isto talvez traduza a necessidade de dispor de mais petróleo.

Quanto ao problema dos transportes a situação dos dois blocos tem de ser encarada sob prismas bem diferentes. Enquanto para a NATO os transportes marítimos se apresentam de uma importância vital, como é evidente, os soviéticos são apenas muito fracamente tributários das vias marítimas mundiais. A frota mercante da NATO é suficiente para satisfazer as suas necessidades de guerra, mas não é susceptível de sofrer grandes perdas não recuperáveis, que poderiam comprometer gravemente a sua situação.

Sob o ponto de vista de transportes terrestres não só os países da NATO dispõem de redes de caminhos de ferro e de estradas com possibilidades muito superiores às da Rússia e de alguns dos seus satélites, como ainda o valor desses transportes em relação às res-

Revista da Cavalaria

pectivas economias apresenta no território soviético uma acuidade muito superior.

Com efeito a grande maioria do tráfico industrial russo é feito em via férrea através de longas distâncias; a via fluvial ocupa o 2.º lugar como meio de transporte. A grande dispersão da indústria pesada soviética, se bem que constitua objectivos de guerra mais difíceis de bater, representa um fardo pesadíssimo para uma rede de transportes que é manifestamente insuficiente, apesar dos grandes esforços realizados e dos grandes melhoramentos já conseguidos.

Terminaremos estas rápidas considerações de ordem económica dizendo que de uma forma genérica os recursos utilizáveis pela Aliança Atlântica satisfazem perfeitamente as exigências de guerra e que sob este aspecto a posição da NATO se afigura bastante mais favorável que a do bloco comunista, pelo menos na época decorrente.

(Continua)





TRANSMISSÕES

NA CAVALARIA

pelo Alj. PESSOA DE AMORIM

O emprego das transmissões na Cavalaria assenta nos princípios gerais da *previsão, sobreposição, sucessividade e concentração de meios.*

De acordo, porém, com as características fundamentais da Arma, designadamente no que diz respeito às unidades blindadas, aqueles princípios gerais tomam uma feição especial, que resulta da necessidade de adaptar convenientemente, àquelas características, as que tènicamente são próprias dos meios de transmissão existentes.

Os principais meios de transmissão utilizados nas unidades blindadas são: a T. S. F. e a T. P. F., os estafetas e os meios ópticos. Nenhum destes meios deve ser considerado com exclusão dos outros. Se bem que a T. S. F. seja o principal dos meios apontados, ela deve ser contudo, suplementada pelos outros, sempre que possível.

Os planos de transmissões devem assegurar que, da ineficiência de qualquer dos meios, não resulte necessariamente a falha das transmissões.

O emprego da rádio. Nas unidades blindadas, a radiotelegrafia constitui o principal meio de transmissões. Os factores que influenciam o emprego da rádio são, além das possibilidades e limitações de equipamento, os requisitos de ordem táctica, o terreno e, num grau limitado, as condições atmosféricas.

Revista da Cavalaria

A actividade do serviço de informações inimiga, obriga à estrita observância das medidas de segurança.

Para prevenir contra a perda de contacto e consequente perda de controle no combate, todo o pessoal das unidades de carros que tenha de utilizar os rádios, deverá ter conhecimentos apropriados do funcionamento, ajustamento, manutenção e cuidados a ter com a aparelhagem.

O emprego da T. P. F. Dada a rapidez dos movimentos das unidades blindadas em combate, as transmissões por fio são empregadas, em geral, em pequena escala.

Por estas razões, a T. P. F., só é normalmente empregada em estações, durante os períodos de rádio silêncio, ou quando a unidade esteja em situação defensiva. Deve, além disso, empregar-se a T. P. F., com o fim de permitir a manutenção e a conservação do material rádio, sempre que for possível.

Se a situação exigir a utilização extensiva dos meios telefónicos, haverá que recorrer à companhia de transmissões da Div., para se fazer a montagem das redes previstas.

O emprego dos estafetas. A transmissão por estafetas é essencial no tráfego de cartas topográficas, documentos, transparentes e outro material análogo.

Os estafetas trabalham normalmente sob o controle do centro de mensagens. O emprego dos estafetas tem importância especial sempre que em movimento, e, por quaisquer outros motivos, não seja possível o emprego da rádio.

O emprego dos meios ópticos. Os meios ópticos a considerar nas unidades blindadas são, os sinais de mão, de braço, bandeiras, telas e artificios luminosos (pirotécnicos).

Os sinais de mão, de braço e com bandeiras, empregam-se no controle de movimentos, em especial durante as marchas. As telas são utilizadas em especial, com a finalidade de balizagem e identificação, podendo, contudo, ser empregues para transmissões terra-ar.

Os artificios pirotécnicos (sinais luminosos e fumos coloridos), empregam-se em operações especiais e em identificações de emergência.

Para ser eficaz o seu emprego, deve conformar-se com um código de sinais préestabelecidos, o qual será do conhecimento de todos a quem disser respeito.

*

Demos já uma breve e rápida vista de olhos pelos princípios de emprego dos meios de transmissão nas unidades blindadas de Cavalaria.

Revista da Cavalaria

Não deixará de ter interesse lançarmos uma mirada para as transmissões futuras, nas mesmas unidades, e quais os novos princípios a juntar aos clássicos.

Hoje em dia, a tática é muitas vezes restringida pelas possibilidades e limitações das transmissões, especialmente, quando os postos rádio não têm o alcance que seria necessário possuírem, para as grandes distâncias a que, por vezes, seria necessário lançar algumas unidades.

O emprego dos postos rádio, cada vez mais potentes, torna-se pois, para as transmissões, num problema de primeira urgência.

Mas, além do acréscimo de potência, é necessário que, no futuro, os postos rádio sejam concebidos dentro dos princípios da *normalização*, *miniaturização*, *generalização* e *integração*, que orientam já a produção rádio militar dos exércitos mais modernos.

Analisemos rapidamente cada um destes princípios.

O *princípio da normalização*, prescreve que, se usem as mesmas válvulas, órgãos de alimentação, acessórios e equipamentos de ensaio no maior número possível de tipos de aparelhos.

O *princípio da miniaturização*, prescreve que se eleve ao máximo a potência maciça e volumétrica dos aparelhos.

O *princípio da generalização* estabelece que, se as divisões de infantaria blindada e aerotransportada ou a infantaria apeada, os carros de combate e a artilharia, necessitam de um posto que tenha um alcance de 10 km, deve ser usado o mesmo posto em todas as suas unidades das diferentes Armas.

O *princípio da integração* institui que, as transmissões, por fio e sem fio, devem ser usadas conjuntamente, passando-se de fio para a rádio ou vice-versa, sem dificuldades.

Escusado será encarecer as elevadas qualidades militares que terão os postos que obedeçam a estes princípios, pois oferecem uma grande manuseabilidade, flexibilidade de emprego e fácil reabastecimento, quer em aparelhos, quer em peças de substituição.

Pode usar-se um comando à distância, que se liga a um indicador, permitindo assim, a utilização da rádio aos comandantes e oficiais do estado-maior através dos seus telefones.

Um dos problemas mais importantes a resolver com os postos rádio, é o da atribuição de frequências.

Se, hoje em dia, a distribuição de frequências pelos diversos postos existentes numa divisão de infantaria não é fácil, pois há cerca de 1.700 postos e cerca de 300 redes, essa mesma atribuição de frequências, num futuro mais ou menos próximo, quando o número de postos aumentar

Revista da Cavalaria

para o dobro ou mesmo o triplo, tornar-se-á muito mais premente, como é fácil de imaginar, se pensarmos que o menor número de frequências para cada posto é de duas: uma normal e outra de recurso.

Outro meio de transmissão, cujo emprego militar ainda não está completamente aperfeiçoado, é o da televisão: por imagens e ultrafax.

Prevê-se que, no futuro, o comandante possa seguir o desenrolar de uma batalha num ecran de televisão. Já foram realizadas experiências com câmaras de televisão montadas em aviões de ligação, em helicópteros e carros de combate.

A direcção de fogos de artilharia pela televisão foi já experimentada com sucesso, o mesmo sucedendo à observação dos rebentamentos de projecteis atómicos e rádio guiados.

Quanto ao sistema ultrafax, é um dos mais recentes desenvolvimentos no campo da electrónica. Consiste na combinação de ultra-altas frequências com a televisão, permitindo receber uma quantidade enorme de material impresso, com uma velocidade muito grande. Estão em curso estudos para a sua aplicação militar.

Quando as últimas descobertas da aeronáutica, passarem do campo experimental para o da utilização prática e emprego comum, o uso de helicópteros individuais, de reduzidíssimas dimensões, largo raio de acção e fácil condução e manuseabilidade, será de aconselhar para o serviço de estafetas, o que virá permitir uma utilização muito maior destes, por parte do comando.

Se pensarmos que todo este material, terá a sua construção sujeita aos novos princípios de construção de material de transmissões, já mencionados, poderemos fazer uma ideia, embora não muito precisa do desenvolvimento das transmissões numa futura guerra.

Necessário se torna, pois, um conhecimento profundo, quer do material, quer do seu emprego, por parte de todo o pessoal ligado com as transmissões.

*

Passemos, numa queda brusca, do futuro das transmissões para a actualidade das mesmas e, delas, no que nos diz particularmente respeito, isto é, das transmissões no nosso Regimento e, dentro dele mesmo, no que diz respeito aos esquadrões de combate.

O que temos? Um esquadrão de reconhecimento, e um esquadrão anticarro. O resto move-se em volta destes e para serviço destes.

Revista da Cavalaria

Começemos pelo esquadrão de reconhecimento que, como todas as unidades do seu tipo, se destina ao movimento.

As suas funções primordiais, em campanha, são, além do reconhecimento pròpriamente dito, o de cobertura de flancos e retaguarda das unidades em que esteja incorporado, acções estas que lhe são próprias, pela sua facilidade de deslocamento. As situações estabilizadas, não estão no seu ambiente, embora, por vezes, a isso se vejam obrigadas por força das circunstâncias.

Ora, em movimento, o meio de transmissão mais aconselhável e empregue é, sem dúvida, a rádio.

Quais os meios de que dispomos?

Deveriam estar atribuídos a este esquadrão, postos rádio em número suficiente para a distribuição seguinte, a começar nos pelotões:

Postos P 19

- 1 posto para o comandante de pelotão;
- 2 postos para a secção de exploração;
- 2 postos para a secção de carros de combate;
- 1 posto para a secção de atiradores;
- 1 posto para a secção de apoio.

Para o comandante de esquadrão, outro posto P 19, assim como mais dois para a secção de manutenção. Haveria ainda a considerar 2 postos para o comandante da formação e ainda um posto atribuído ao P. C. do esquadrão.

As redes a considerar seriam:

- *A rede do comando do esquadrão*, abrangendo os comandantes de pelotão e os postos próprios do cmd. de esquadrão.
- *As redes dos pelotões.*
- *A rede de reconhecimento n.º 1 da Div.*, abrangendo os postos que são empregues para a ligação directa entre o comandante da Div. e o seu esquadrão de rec., para trocas de notícias e informações.
- *A rede de reconhecimento n.º 2 da Div.*, por meio da qual se ligam ao PC da Div. todos os elementos de reconhecimento, aéreos e terrestres, de que a Div. dispõe.

Revista da Cavalaria

Nos esquadrões de reconhecimento que ultimamente têm trabalhado em manobras divisionárias, os postos já não são estes que nós possuímos, mas sim, outros mais modernos e, conseqüentemente, com maiores possibilidades.

As redes dos E. Rec. que possuem os postos americanos são as seguintes:

Rede do comando do esquadrão, abrangendo:

No carro do comt. E. Rec., um posto SCR-508, para ligação dos postos próprios da rede e, ainda para ligação com a Rede de Reconhecimento n.º 2 da Div. (FM).

Nesse mesmo carro, existe ainda um posto AN/VRC-3, para ligação com a Inf.

Na secção de manutenção, um posto SCR-510 e noutra viatura, um posto SCR-628.

Na viatura do comandante de formação, um posto SCR-508, que, além de ligar à rede do comd. do E. Rec., liga também à rede de Reconhecimento n.º 2 (FM) da Div.

Nas viaturas dos comandantes de pelotão, existe um SCR-508.

Rede dos pelotões:

Cada Pel. Rec. possui os seguintes postos:

Na secção de exploração, dois SCR-510.

Na secção de c. c., no c. c. do comt. sec., um posto SCR-508 e um posto AN/VRC-3; no c. c. que o segue, um posto SCR-528 e um posto AN/VRC-3.

Na sec. de atiradores, um posto SCR-510.

Na sec. de apoio, um posto SCR-510.

Rede de Rec. n.º 1 da Div.:

Tem, na viatura do comt. da formação, um SCR-506, único posto no EREC. É um posto de amplitude modelada (AM).

Revista da Cavalaria

Rede de Rec. n.º 2 da Div.:

Abrange o posto SCR-508 do comt. do E. Rec. e o posto igual do comt. da formação, além de um terceiro posto, também SCR-508, da viatura de rec. e lig. da sec. de comd. de esquadrão.

Como se pode verificar, as redes são as mesmas.

Vejamos agora o esquadrão anticarro.

As unidades deste tipo, pertencem à categoria daquelas que trabalham melhor em situações estabilizadas e, como todas elas, nestas circunstâncias, preferem utilizar a T. P. F. como principal meio de ligação. Não nos restam dúvidas de que, sendo a T. P. F. um dos meios mais seguros de transmissão, principalmente em situações que não envolvam grandes deslocamentos, ela seja preferida.

A dotação de telefones é grande, tendo se possível, cada canhão anticarro o seu telefone. Existe uma central telefónica de, pelo menos, 12 direcções, no PC do esquadrão.

Isto permitirá ao comandante de esquadrão estar em ligação não só com os comandantes de pelotão, mas também com as próprias guarnições dos c. ac.

Além dos meios T. P. F., o esquadrão anticarro também dispõe de meios rádio, que servem principalmente para a ligação com o grupo anticarro e o PC da Divisão.

Deitemos uma vista de olhos pela organização do esquadrão anticarro, para uma melhor compreensão das suas necessidades quanto a ligação.

Existe na formação do comando, uma secção de transmissões. É nela que vamos encontrar uma central telefónica com um indicador de pelo menos 12 direcções.

Analisemos cada uma das direcções:

1 para o comt. de Esquadrão	1
1 para cada comt. de pelotão	4
1 para o auxiliar	1
1 para a secção de comando	1
1 para a secção de reabastecimento	1
1 para a secção de manutenção auto	1
	<hr/>
	10

Revista da Cavalaria

As duas restantes, são para a ligação com o grupo anticarro e para a ligação com a unidade a que o E. Ac. estiver atribuído.

E então as secções? Foi dito atrás que o ideal seria que cada c. ac. tivesse o seu telefone. A questão resolve-se com telefones fonogeradores TS 10, sendo atribuído um para cada canhão e havendo em cada pelotão um indicador telefónico SB-18/GT.

Vimos portanto, as transmissões nas nossas unidades de combate.

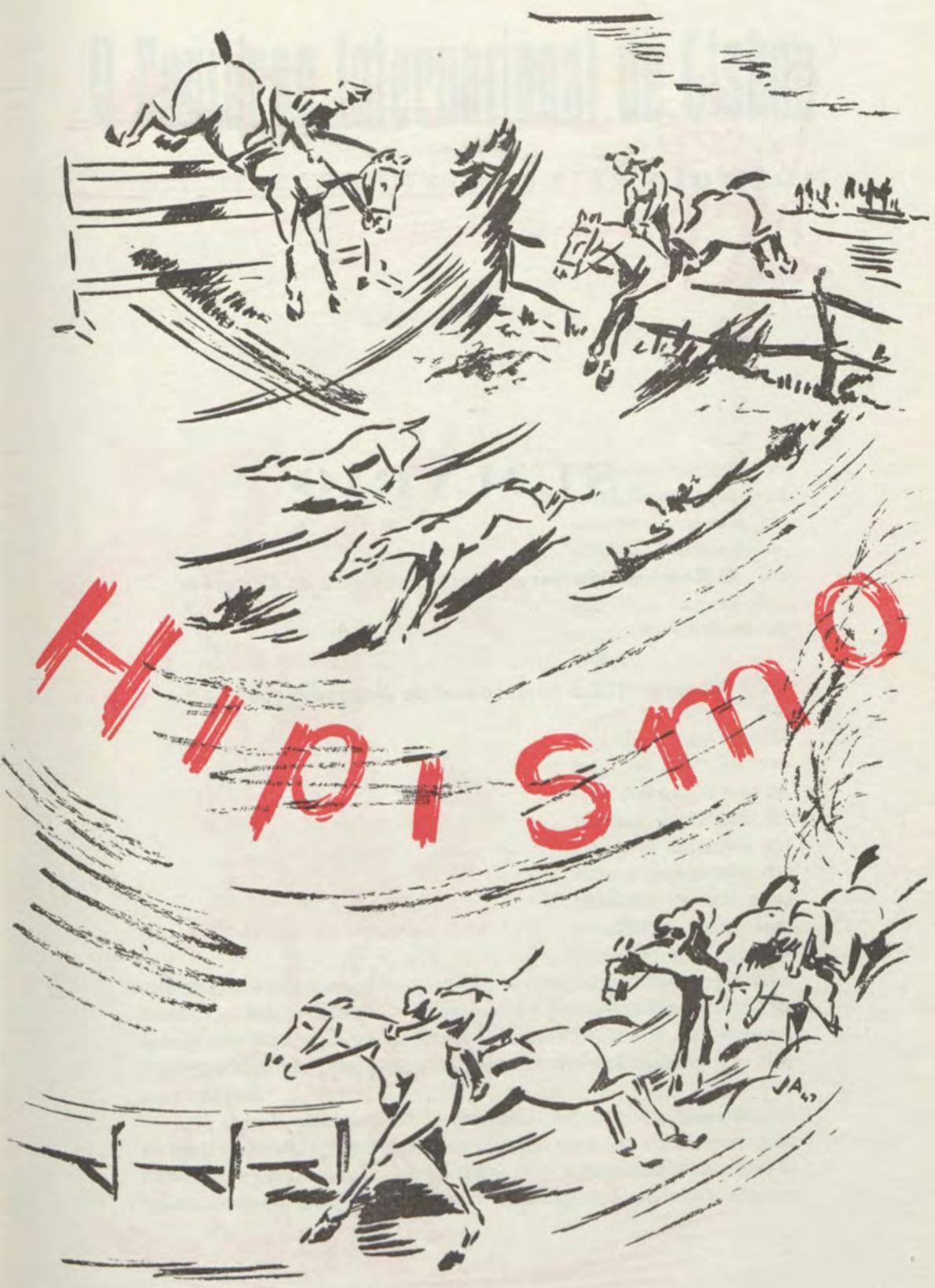
*

Mas, o que interessa verdadeiramente, é o mantermos sempre em dia os nossos conhecimentos, não descurar da manutenção do material nem da sua reparação quando se torna necessário e, sobretudo, atendermos com especial interesse à instrução do pessoal de transmissões para que, se um dia precisarmos verdadeiramente delas, nos possam servir em todas as circunstâncias, sem darmos sequer, em as transmissões existirem.

Penso que, a melhor recompensa que um oficial de transmissões pode receber, é o de chegar ao fim de um exercício, de umas manobras ou de uma campanha, sem que os comandos se lembrem, uma só vez, que durante todo esse tempo houve alguma coisa que se chamou, o serviço de transmissões.

É sinal certo, de que tudo correu bem.





Hippiamo



SUMÁRIO

O Concurso Internacional de Lisboa visto da «Pelouse»

J. A.

Concurso Hípico Internacional de Johannesburgo



O Concurso Internacional de Lisboa

visto da «Pelouse»

por J. A.



Mais uma vez nos sentamos à secretária para escrever as nossas impressões, e as que colhemos aqui e ali, e das quais nos fazemos eco, acerca do Concurso de Lisboa.

Uma imagem nos dança diante dos olhos. Enquanto, não muito longe, se recortam, com todo o peso das suas estruturas de cimento armado, as armações maciças e imponentes das bancadas de um novo «stadium», aqui, bem perto de nós, cercam-

-nos frágeis lonas que, como vedações e coberturas, servem, precariamente, de obstáculo às vistas gulosas de um possível público que queira assistir sem pagar e às arremetidas das chuvas que, com maior ou menor ímpeto, fustigaram, inclementes, os participantes e os assistentes às provas deste ano.

Até quando este contraste se manterá? Sabemos que um conjunto de boas vontades, as oficiais e as da direcção da S. H. P., lhe procuram pôr termo e isso já constitui um lenitivo para a impaciência com que se aguarda esse dia em que, solenemente, se inaugurarão as instalações que

Revista da Cavalaria

todos aqueles que praticam ou se interessam pelo hipismo, tanto ambicionam e julgam que têm direito de dispor um desporto com incontestável projecção nacional e, especialmente, internacional.

Talvez fosse a chuva e, de um modo geral, o mau tempo, tornando mais desconfortáveis, ainda, as actuais instalações, que frisassem com maior vulto o contraste indicado. Com sol, com calor, principalmente, que este ano tanto tem tardado a chegar até à nossa terra, a impressão seria, certamente, outra. Desta forma foi uma autêntica prova de resis-



Capitão Henrique Calado, no Caramulo, vencedor das provas «Ministério do Exército» e «Grande Prémio»

tência e boa vontade a que o público fiel a estas provas (julgamos ser sempre o mesmo) deu, mais uma vez, com jus a melhor prémio.

Os concursos hípicos, ainda que noutros países se realizem também em recintos fechados, são essencialmente provas de ar livre. Implicam um enquadramento, dado, ou pela própria natureza, se a sua realização se faz em campos situados em zonas já de si pitorescas, ou realizado pela mão do homem, com construções e, em especial, com a plantação propositada de massas de árvores e maciços de plantas ornamentais. Recordamos os campos da Mata, das Caldas da Rainha e esse, tão mimoso e bem disposto campo da Gandarinha, em Cascais, como exemplos, entre outros, existentes em Portugal, para já não falar das encantadoras gra-

Revista da Cavalaria

vuras através das quais nos é dado conhecer esses esplêndidos campos de Roma e de Nice.

A situação transitória em que vive o nosso velho Campo do Jockey não permite que se procure realizar qualquer coisa de semelhante. E até mesmo esses maciços de flores que há alguns anos embelezavam os cantos e outros pontos apropriados do rectângulo, vão desaparecendo, ficando só uns arbustos, mais ou menos ornamentais, a disfarçar e a quebrar a monotonia do cercado de lona. A época do ano em que o



*Capitão Semedo de Albuquerque montando Bêlico
com o qual ganhou a «Caça»*

Concurso teve lugar concorreu, também, para esta ausência de cor que as flores proporcionam.

Louvável, muito de louvar, mesmo, o esforço feito pela S. H. P. e, em especial, e julgamos que muito pessoalmente, pelo Sr. Engenheiro Moniz Galvão, na realização do material de obstáculos. O alinhamento perfeito, a simetria rigorosa, a elegância da sua concepção, aliada a cores de grande bom gosto e vivacidade conferem à organização técnica dos percursos, a par da excelência notável do piso, recursos de valor que permitem condições de muito agrado para a realização das provas.

Pena é que, como dissemos, cada vez seja menos cuidado o cenário que envolve o rectângulo, pois que este, tanto quanto nos é dado ava-

Revista da Cavalaria

liar da nossa cadeira, se mantém no alto nível atingido e podemos dizer, talvez, que se procura melhorar sempre.

Se não regateamos elogios aonde eles têm cabimento, não podemos, contudo, deixar de exprimir o nosso desgosto por não ter sido possível, até hoje, com anos mais ou menos afortunados, uma instalação técnica de som que permita informar o público e os concorrentes e, até, fornecer música agradável, nos intervalos, em boas condições.

Quando se sabe que a técnica já atingiu processos de *alta fidelidade* que levam os ouvidos humanos a confundir a audição directa com a re-



Os concorrentes espanhóis que tomaram parte no Concurso Hípico Internacional Oficial de Lisboa

produção mecânica, lamenta-se que ainda não tenha sido possível resolver este problema de forma satisfatória e de modo a ter a utilidade necessária.

Tal como foi feita a instalação sonora, este ano, tornou-se, na maioria dos casos, inoperante e constituiu um esforço inútil.

Mas foram, em especial, a chuva e o tempo agreste os dois grandes inimigos da organização. Esta também não pôde, como até certa altura se pensou que acontecesse, trazer até nós algumas equipas, em especial do Novo Mundo, que em trânsito para Estocolmo, fizessem paragem entre nós.

Revista da Cavalaria

Não foi sequer possível ver alguns dos componentes da equipa A de Espanha, nessa altura em Nice.

Só quem alguma vez organizou qualquer coisa sabe avaliar a distância que vai entre o que idealizamos e aquilo que foi possível pôr de pé.

Se alguns reparos fazemos nenhum outro pensamento nos move que não seja o desejo de termos entre nós uma organização impecável e reconhecemos perfeitamente que são restritos os meios com que é possível contar para realizar até aquilo que, por vezes, não satisfaz, nem mesmo aos próprios organizadores.



A equipa ganhadora da «Taça de Ouro da Península» chefiada pelo Ten. Coronel Fernando Pais e composta pelos Cap. C. Azevedo, H. Calado, P. de Almeida e S. Albuquerque

O Concurso deste ano, viveu sob o signo das Olimpíadas que estão à vista, digamos assim. Deste modo, muitas das provas foram estabelecidas nos moldes daquela reunião internacional, com percursos bastante fortes e em duas mãos, com desempate em *barrage*, o que tornou o concurso muito duro e deu lugar a situações de classificação pouco remuneradoras para o esforço despendido.

Logo no primeiro dia, treze concorrentes (o fatídico número nada tem com a situação criada) ficaram *ex-aequo* em 8.º lugar, todos com quatro pontos de penalização, dando a cada um dezena e meia de escudos.

Revista da Cavalaria

Na prova «Escola Militar de Equitação», juntaram-se também com quatro pontos, onze concorrentes em 5.º lugar. Aqui já a situação melhorou um pouco, mas ficou longe da devida compensação.

Não nos parece que estes prémios sejam de molde a aumentar o entusiasmo dos concorrentes.

Também, dentro de determinado critério, cuja compreensão se nos escapa, houve este ano três provas para os chamados discípulos.

Como elemento de propaganda do desporto hípico achamos muito louvável tal realização. Mas, se se fazem provas matinais, atrás da cortina de lona, porque se limitam os concorrentes às provas *internacionais* a um determinado número, será razoável que se façam tantas provas de discípulos às horas normais de concurso? Não nos parece, pelo menos, justo, pois que nem umas nem outras são internacionais e todas visam, afinal, a manter o *fogo sagrado* do desporto hípico.

A prova «Regularidade», do chamado Concurso Nacional, realizada de tarde, mostrou bem, aparte um ou outro caso, que os concorrentes «nacionais» eram capazes de realizar provas muito interessantes e de nível técnico muito assinalável, tanto que foi um deles que ganhou a prova.

No aspecto «internacional» só tivemos este ano a presença de uma representação do País vizinho, que nos trouxe a amável presença de uma amazona, a *Señorita* D. Paula Elizalde. Segundo lemos no «L'Année Hippique — Paddock — 1955», esta concursista iniciou o ano passado, em Madrid, e continuou em Aix-la-Chapelle, a sua actuação nos C. H. I. O. Diz aquela Revista que a época de 1955 foi suficiente para fazer desta franco-americano-espanhola uma «internacional» de primeiro plano no lato sentido da expressão. Entre nós, montando *Alpenjujer* e *Freischutz*, a sua actuação não foi muito feliz, não se tendo classificado, mas a sua presença foi sempre muito agradável.

Além desta cavaleira, a representação espanhola, composta por elementos já tão nossos conhecidos, compreendia os Comandantes Dominguez (com *Jawol* e *Helsinguia*), Espinosa de los Monteros (com *Frantillack* e *Mister B*), Andujar (com *Fumable* e *Division*), e o Capitão Alonso Martin (com *Eolo IV*, *Brise-Brise* e *Incierto*).

Dela também fazia parte o mais perigoso dos concorrentes em campo o cavaleiro Lopez Quesada que, somente com *Tapatio*, contribuiu para animar as provas em que entrou, pela forma brilhante como este conjunto, tão sólido e certo, actuou. Se na «Omnium» se viu atirado para a vala comum dos *ex-aequo* em 8.º lugar, vamos encontrá-lo 2.º na «Ministério do Exército», 5.º na «Direcção Geral dos Despor-

Revista da Cavalaria

tos) e 2.º no «Grande Prémio» o que documenta bem o que acima dissemos.

Com Henrique Callado (*Caramulo* — o «eterno» — e *Martingil*) e Semedo de Albuquerque (*Fébus* e *Bélico*) constitui o trio de mais marcada intervenção durante as provas, revezando-se estes dois à cabeça da classificação, pois o primeiro ganhou as «Ministério do Exército» e «Grande Prémio» — além de um 4.º ainda nesta prova e de um 4.º e um *fatal* 8.º na «Omnium», um 6.º na «Regularidade» e um 5.º na «Turf Club» — e o segundo as «Omnium» e a «Caça» (com H. Callado em 2.º), além de 3.º na «M. do Exército», 2.º na «Turf Club» e 9.º no «Grande Prémio».



Castiço, montado pelo Cap. Rhodes Sérgio, brilhante vencedor do «Concurso Completo de Equitação»

De destacar, também, a intervenção de Rhodes Sérgio nas provas deste ano. Com *Castiço*, esse animal tão difícil e de reacções imprevisitas (se fosse ser humano diríamos que tinha *excesso de personalidade...*), conseguiu uma brilhante vitória na prova «General Afonso Botelho» (Concurso completo de Equitação) em que se classificaram 2.º e 3.º, respectivamente, F. Cavaleiro com *Helminton* e A. Sabbo com *Marto*. Com *Nocivo II*, R. Sérgio veio, também, a alcançar uma expressiva vitória na «Turf Club», conseguindo, julgamos, um *record* da aposta mútua pois deu, àqueles que nele apostaram, uma quantia superior a mil escudos.

Revista da Cavalaria

A prova «General Afonso Botelho», tendo como patrono o ilustre Comandante Geral da G. N. R. — cuja figura se distinguiu, sempre, no meio militar, pelas suas altas qualidades e que marcou um lugar de relevo nos meios hípicas — compreendeu, dadas as suas características de concurso completo de equitação, uma prova de picadeiro, nos moldes da do C. C. G. e uma prova de obstáculos, e reuniu dez concorrentes, com treze montadas, que a disputaram em bom nível técnico e com manifesto interesse e ardor.

De assinalar, a presença nesta prova de dois concorrentes civis, os Srs. Rogério de Macedo e Vicente Caldeira que, dentro de uma orientação que consideramos feliz, são estagiários da E. M. Equitação, os quais mostraram que lhes foi proveitosa a permanência naquela Escola, aperfeiçoando as suas já demonstradas qualidades de homens do cavalo, de reconhecida *affection*. Vicente Caldeira, com *Onisco*, classificou-se, ainda, em 1.º lugar na «Regularidade» e em 10.º na «Fonte Boa» do C. H. N.

Sigamos, agora, mais de perto o calendário das provas, assinalando o que, digno de registo, nelas encontrámos.

O primeiro e segundo dias foram de forte chuvada que alagou o campo e se não fosse a sua esplêndida estrutura teria, largamente, prejudicado as provas.

No primeiro dia, a «Omnium» já com «barrage», forneceu uma boa vitória a *Fébus*, montado por Albuquerque, seguido muito de perto, a $\frac{2}{5}$ de segundo, por *Mister B*, com o Comt. Epiñosa de los Monteros.

No primeiro domingo de provas disputou-se a «Júniore» que, pela primeira vez, revestiu um carácter internacional com a participação de um concorrente espanhol, Paco Goyoaga, sobrinho do célebre campeão do Mundo. Foi este o vencedor, seguido de José Carvalhosa e Guilherme Reis, provando-se, assim, que não só os filhos, de peixe, mas também os sobrinhos, sabem nadar.

Seguiu-se a «Ministério do Exército» com concorrência apreciável de público e aquele ambiente de elegância que é dado pela presença das senhoras. Foi a prova caracterizada por dificuldades progressivas e regressivas — sebe e vara, duplo de barras, triplos (ria de varas, vertical, ria de varas), quádruplo (barras, duas rias de varas, barras), triplo (cancela, cancelas iguais, cancela), duplo de rias e opendiche —.

Limparam, S. Albuquerque, C. Azevedo, Pedro Dominguez, H. Callado, Lopes Quezada e Rodrigo da Silveira. A. Romeiras, nessa esplêndida *Fagulha*, viu o seu bom percurso inutilizado por um toque.

Revista da Cavalaria

Panóplia, com A. Sabbo, caiu no primeiro triplo, devido, em parte, ao estado do terreno.

A *barrage* para o primeiro lugar teve a emoção requerida, pelo *duelo* entre H. Callado e L. Quezada com vitória para o primeiro com a diferença de um segundo. Muito *anda o Caramulo!*...

A terça-feira foi o dia da tradicional «Taça de Ouro», ganha pela nossa equipa — H. Callado, Cruz Azevedo, Pereira de Almeida e S. Albuquerque — que não teve a devida réplica da parte contrária — Do-



Capitão Pereira de Almeida, montando Feitiço, 1.º classificado do «Grande Prémio de Ensino»

minguez, Monteros, Martin, Andujar —, como o demonstra a diferença de pontos — 12 para 43 — respectivamente.

Fébus esteve manifestamente infeliz na 2.ª mão. *Martingil*, com H. Callado, *limpando* as duas mãos, *demonstrou* como o percurso podia ser feito com calma, bom andamento, e uma *facilidade* toda feita da larga experiência do seu cavaleiro.

A seguir a *Brise-Brise* — lançado a *todo o pano* — foi um contraste marcante.

Licorne, conduzido por C. Azevedo teve também feliz comportamento (4,0). *Florentina*, com Pereira de Almeida não esteve tão feliz na 2.ª como o tinha sido na 1.ª mão.

Revista da Cavalaria

Antes da «Taça» disputou-se a «Direcção Geral dos Desportos» única prova em que os cavaleiros espanhóis se classificaram à cabeça, com uma boa vitória do Comt. Andujar, com *Division*.

Na quinta-feira a prova «Taça das Nações» foi substituída pela «S. H. P.» também por equipas.

As nossas duas, com base na *internacional* e o reforço de R. da Silveira (com *Limerick*) e J. Mattias (com *Granada*), classificaram-se nos dois primeiros lugares, o que esteve certo em relação à «Taça de Ouro». *Martingil*, mais uma vez, *limpou* as duas mãos e *Fébus* esteve, de novo, infeliz na segunda volta.

Antes daquela prova correu-se a «Caça» que proporcionou um bom resultado a S. Albuquerque com *Bélico*, creditando-se com a marca esplêndida de 1' 3" e $\frac{2}{5}$, a uma distância em tempo que ninguém o alcançou.

O segundo sábado é o *dia grande* do Concurso com a disputa da prova máxima — «Câmara Municipal de Lisboa» — Grande Prémio.

Nas duas voltas da prova, Henrique Callado e Lopes Quezada creditaram-se com 8 pontos cada não havendo mais nenhum concorrente que os igualasse. Deste modo foram os dois mais uma vez para a *barrage* que foi deveras emocionante, ficando Lopes Quezada a $\frac{3}{5}$ " de Callado que cometeu, assim, a proeza de ganhar esta prova pela quarta vez consecutiva, além doutra noutra ano diferente. Foi ainda H. Callado, com *Martingil*, o único concorrente que *limpou* a prova, metendo assim os seus dois cavalos dentro de prémio como já acontecera o ano passado.

Muito notável, também, a intervenção de R. da Silveira que com *Limerick* e *Vénus*, se classificou em 3.º e 4.º lugares, este último *ex-aequo* com Alonso Martin, no *Brise-Brise* e H. Callado no *Martingil*.

De lamentar o acidente sofrido por A. Romeiras ao tentar o vertical de varas, com queda desastrosa de que resultou forte traumatismo craniano, felizmente sem consequências graves, mas que o impediram de tomar parte nas restantes provas do concurso.

A manhã do último domingo de provas apresentou-se com um céu azul quase limpo e uma temperatura muito agradável. Ambiente ideal para a realização da prova de picadeiro — Grande Prémio de Ensino — da qual é patrono esse equitador por excelência que foi o Coronel Jara de Carvalho.

Foi presenciada por público restrito, e foi pena, pois merecia que tivesse tido uma maior assistência que certamente teria apreciado uma prova, que comportando ares de alta escola — *passage*, *piaffer*, *piruetas*

Revista da Cavalaria

a galope — decerto teria agradado e despertado a atenção mesmo aos menos entendidos.

Teve seis concorrentes que, de uma maneira geral, apresentaram os seus cavalos bem preparados, cumprindo com mais ou menos brilho consoante o seu sangue e configuração, factores que estão na base destas apresentações.

Destacou-se nitidamente *Feitiço*, animal em que os dois requisitos apontados concorrem em nível elevado.



*A equipa vencedora da prova «Sociedade Hípica Portuguesa»
Capitães C. Azevedo, H. Callado e R. da Silveira*

Animal já apresentado internacionalmente pelo Capitão Valadas, foi agora conduzido, por forma muito correcta e discreta, pelo Capitão Pereira de Almeida, que o montará também em Estocolmo. Foi ele, nitidamente, o ganhador da prova. *Harpão*, com o Capitão Jorge Mathias e *St. Rodney*, com o Major Reimão Nogueira fizeram também provas muito agradáveis, classificando-se, muito justamente, em 2.º e 3.º lugares. *Imponente*, com o Major Correia Barrento, também se salientou na execução das diferentes figuras da prova.

Foi uma esplêndida manhã, a todos os títulos, para quem gosta do trabalho de picadeiro, o qual está, de resto, na base de todas as outras modalidades da equitação.

Revista da Cavalaria

De tarde, na «Juventude», Guilherme Reis voltou a classificar-se com o *Janotinha*.

Na «Regularidade» além da boa prova do primeiro classificado, a que já nos referimos, tiveram comportamento de relevo, R. da Silveira, na *Vénus*, e A. Lage, que trouxe ao rectângulo esse velho *Borlista*, os quais se classificaram, muito bem, em 2.º e 3.º lugares.

A «Turf Club» deu lugar à esplêndida e inesperada vitória de R. Sérgio a que já nos referimos, também. S. Albuquerque e R. da Silveira marcaram lugar de destaque.

Terminou, assim, com certa beleza e emoção, este XLV Concurso Hípico Internacional Oficial de Lisboa no qual aquelas duas características não tiveram a frequência que seria para desejar.

E agora o próximo grande acontecimento do mundo hípico será a realização das Olimpíadas de Estocolmo em que seremos representados por aqueles que, neste momento, melhor o poderão fazer.

Pena temos de não podermos trocar a nossa incómoda e frágil cadeira de armar por outra, talvez idêntica, mas na capital da Suécia para podermos assistir e relatar qualquer coisa dessa grande pugna desportiva internacional.

Daqui endereçamos os nossos melhores votos aos camaradas que têm a responsabilidade de representar Portugal, esperando, de todo o coração, que tenham sorte, muita sorte, e, ainda, mais sorte, pois muito difícil é lutar contra o Destino. Que este lhes seja propício é o que mais lhes desejamos.

E, para fechar, uma pergunta que corresponde ao início destas mal alinhavadas impressões — será já em 1957 que o XLVI C. H. I. O. L. terá lugar no Vale do Jamor? Que assim seja...

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

(14 a 22 de Abril)

Prova «Secretariado Nacional de Informação»

(Omnium)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1.º	Ten. S. Albuquerque	<i>Febus</i>	00	0,35
2.º	Com. Esp. de los Monteros	<i>Mister B</i>	00	0,35-2
3.º	Cap. Cruz Azevedo	<i>Licorne</i>	00	0,36-4
4.º	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	00	0,37-2
5.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	04	0,39-4
6.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	04	0,40
7.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	07 1/4	0,50-4

Prova «Júniors»

1.º	Francisco Goyoaga	<i>Thora</i>	00	0,34-1
2.º	José Carlos Carvalhosa	<i>Ariane</i>	00	0,34-2
3.º	Guilherme André Reis	<i>Janotinha</i>	00	0,35-1

Prova «General Afonso Botelho»

(Concurso completo de equitação)

			Ens.		Obst.
1.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	114	0	114
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Helmino</i>	130	20 3/4	150 4/4
3.º	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Marto</i>	148,668	10	158,668

Prova «Ministério do Exército»

1.º	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	00	0,45-4
2.º	C. Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	00	0,46-2
3.º	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Febus</i>	04	0,47-1
4.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	08	0,48-1
5.º	Cap. Cruz Azevedo	<i>Licorne</i>	0 LL	1,14-1
6.º	Com. Dominguez	<i>Jawol</i>	0 D	

Revista da Cavalaria

Prova «Direcção Geral dos Desportos»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Com. Andujar	<i>Division</i>	0 1,05-3
2.º	Ten. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0 1,09-2
3.º	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Limerick</i>	0 1,10-2
4.º	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	0 1,11-1
5.º	Carlos Lopez Quesada	<i>Tapatio</i>	0 1,14-2
6.º	Com. Andujar	<i>Fumable</i>	3 1,22-1
7.º	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	3 1,29-4

Taça «Ouro da Península»

1.º Portugal	Ten. S. Albuquerque	<i>Febus</i>	4 1,15-2
	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	16 1,11-4
	Cap. Cruz Azevedo	<i>Licorne</i>	0 1,18-2 8 1,15-2
	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	4 1,18 12 0 1,20-3
	Com. Pedro Dominguez	<i>Jawol</i>	0 1,27-1 0 1,30-3
2.º Espanha	Com. Esp. de los Monteros	<i>Frantillach</i>	8 1,25-3 7 1,45
	Cap. Alonso Martin	<i>Brise-Brise</i>	8 1,17-1 12 1,14
	Com. Andujar	<i>Incierto</i>	8 1,07-2 43 12 1,04-2
			4 1,15-2 4 1,17-3

Prova «Escola Militar de Equitação» (C. H. N.)

1.º	Cap. Duarte Silva	<i>Heléboro</i>	00 0,39-1
2.º	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante</i>	00 0,42
3.º	Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	00 0,42-1
4.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	3

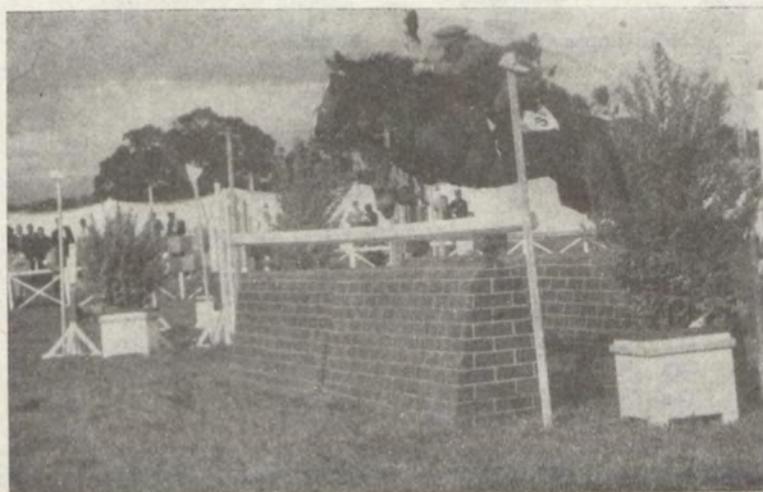
Prova «Capitão José Beltrão» (Caça)

1.º	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Bélico</i>	1,03-2
2.º	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	1,09-2
3.º	Com. Esp. de los Monteros	<i>Mister B</i>	1,12-2
4.º	Com. Andujar	<i>Division</i>	1,15-2
5.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	1,16-3
6.º	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	1,18-1

Revista da Cavalaria



*Heléboro montado pelo Capitão Duarte Silva, vencedor da prova
«Escola Militar de Equitação»*



Nocivo II, com o Cap. Rhodes Sérgio, vencedor da «Turf Club»

Revista da Cavalaria

Prova «Sociedade Hipica Portuguesa» (Equipas)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo	
1. ^a	Cap. Cruz Azevedo	<i>Licorne</i>	4 1,21 4 1,15-1 12	
	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Limerick</i>	4 1,18-3 0 1,18	
	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0 1,18-3 0 1,21-3	
	2. ^a	Ten. Semedo Albuquerque	<i>Febus</i>	1/4 1,22-4 12 1,15
		Cap. Pereira d'Almeida	<i>Florentina</i>	0 1,18-4 24 1/4 4 1,18-2
Ten. Jorge Matias		<i>Granada</i>	4 1,14-2 4 1,14-3	
3. ^a	Com. Esp. de los Monteros	<i>Frantillach</i>	8 1,16-2 8 1,13-3 40 3/4	
	Com. Pedro Dominguez	<i>Bortane</i>	4 1/2 1,23-3 8 1,20-4	
	Cap. Alonso Martin	<i>Eolo IV</i>	8 1/4 1,22-3 12 1,21	
	4. ^a	Com. Pedro Dominguez	<i>Jawol</i>	7 1/4 1,38-4 26 1,49-1 37 1/4
Cap. Alonso Martin		<i>Incierto</i>	0 1,21-4 4 1,20-3	
Carlos Lopes Quesada		<i>Tapatio</i>	0 1,18-3	

Prova «Fonte Boa» (C. H. N.)

1. ^o	Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 1,04-3
2. ^o	Ten. S. Albuquerque	<i>Hércules</i>	0 1,04-4
3. ^o	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Calin</i>	0 1,05-3
4. ^o	Ten. Ferreira Cabral	<i>Grã-Duquesa</i>	0 1,08-3
5. ^o	Ten. Ferreira da Cunha	<i>Framboesa</i>	0 1,08-4
7. ^o	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	0 1,08-4
	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	0 1,10-3
	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,10-3
9. ^o	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	0 1,14
10. ^o	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	3 1,20-3
11. ^o	Alf. Clara Pinto	<i>Lanceiro</i>	4 1,04-3

Revista da Cavalaria

Prova «Diana»

(Discipulos)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Picão Fernandes	Prusse	0 0,55
2.º	João Picão Caldeira	Janota II	0 0,56-2
3.º	Diogo Sobral	Honesto	0 0,56-4

(Amazonas)

1.º	D. Margarida R. Ferreira	Janota	0 1,00
2.º	Marina de Beck	Necessário	0 1,01-3
3.º	Margarida R. Ferreira	Dardo	0 1,03-4

Prova «Câmara Municipal de Lisboa»

(Grande Prémio)

1.º	Cap. Henrique Calado	Caramulo	4 40 0,32-2
2.º	C. Lopez Quesada	Tapatio	4 40 0,33
3.º	Cap. Rodrigo da Silveira	Limerick	II 1/4
4.º	Cap. Alonso Martin	Brise-Brise	12
5.º	Cap. Rodrigo da Silveira	Vénus	12
	Cap. Henrique Calado	Martingil	12
7.º	Com. Esp. de los Monteros	Mister B	16
8.º	Cap. Pereira de Almeida	Florentina	19 1/2
9.º	Ten. S. d'Albuquerque	Febus	20
10.º	Cap. Alonso Martin	Incierto	24

Prova «Coronel Jara de Carvalho»

(Grande Prémio de Ensino)

1.º	Cap. Pereira de Almeida	Feitiço	152,6
2.º	Cap. Jorge Matias	Harpão	139,6
3.º	Maj. Reymão Nogueira	St. Rodney	130

Prova «Juventude»

(Júniors)

1.º	Guilherme André Reis	Janotinha	0 0,53 3 0,54-2
2.º	Lousada Abrantes	Nepote	0 0,53 D
3.º	J. Picão Caldeira	Onisco	0 0,53-2

Revista da Cavalaria

Prova «Federação Equestre Portuguesa» (Regularidade)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	44 1,34-4
2.º	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vénus</i>	44 1,34-3
3.º	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	43 1,32
4.º	Cap. Alonso Martín	<i>Eolo IV</i>	41 1,25-3
5.º	Cap. Duarte Silva	<i>Marte</i>	41 1,23-3
6.º	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	40 1,34-1
8.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Marto</i>	38 1,35-4
8.º	Cap. Duarte Silva	<i>Heléboro</i>	37 1,24-1
9.º	Ten. Ferreira Cabral	<i>Grã-Duquesa</i>	37 1,26
10.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panoplia</i>	35 1,15-1

Prova «Turf Club»

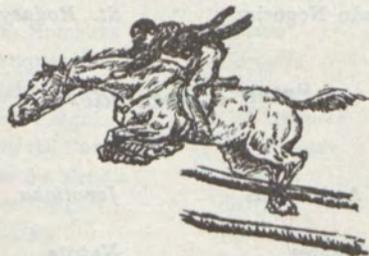
1.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,16-3
			0 0,31
2.º	Ten. S. d'Albuquerque	<i>Febus</i>	00 0,31
3.º	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Limerick</i>	00 0,33-2
4.º	Cam. Esp. de los Monteros	<i>Bister B</i>	00 0,35-3
5.º	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	04 0,32-3
6.º	Cap. Alonso Martín	<i>Incierto</i>	08 0,32-2

«Prémio de Honra»

Cap. Henrique Calado

Taça «General Vieira da Rocha»

Cap. Rodrigo Silveira





CONCURSO HÍPICO

INTERNACIONAL

DE JOHANNESBURGO

*

De 28 de Março a 7 de Abril, teve lugar, em Johannesburg, o Concurso Hípico Internacional denominado da Páscoa, por corresponder a esta época festiva.

Nele tomou parte uma equipa do Grupo de Dragões de Moçambique chefiada pelo Capitão João Cecílio Gonçalves, montando *Danga e Duma*, e os Tenentes Mário Delgado e Victor Saraiva Marques que montaram, respectivamente, *Dalila e Din*, e *Elila e Catraia*.

O Concurso teve larga comparticipação de equipas das diversas províncias da União Sul Africana e das Rodésias. Também nele tomaram parte representantes da Suécia e da Holanda, sendo, este último, internacional olímpico do seu País.

O número de concorrentes a cada prova foi bastante elevado, o que deu grande animação ao concurso. Na prova de «Caça», por exemplo, tomaram parte oitenta e seis cavalos.

A grande maioria dos concorrentes montava com assinalado nível técnico e dispunha de animais de boa categoria.

A equipa portuguesa não pôde intervir com todas as suas montadas pois que a égua *Danga* apenas pôde tomar parte nas provas do

N. da R. As informações relativas a este concurso foram fornecidas por intermédio da Direcção dos Serviços do Ultramar, o que muito agradecemos.

Revista da Cavalaria

primeiro dia e, no último dia, ainda inferiorizada. Deste modo, a equipa contou, praticamente, apenas com cinco cavalos.

Dada a categoria do concurso e o número e qualidade dos concorrentes, são de considerar os resultados obtidos pela nossa equipa, em especial na prova «Championship», a mais importante do Concurso por ser o Campeonato dos Campeões.

É de salientar que esta prova foi ganha este ano, pela segunda vez e em épocas consecutivas, por um oficial do Grupo de Dragões.

Durante o tempo em que se encontraram em Johannesburgo os cavaleiros portugueses foram alvo de provas de estima e apreço com que os distinguiram não só a organização do Concurso, como, ainda, por parte dos outros concorrentes e do público.

Os prémios obtidos pela equipa, no conjunto das provas a que concorreram, foram os que a seguir se indicam:

Prova Regularidade

Concorreram sessenta e dois cavalos.

1.º classificado — Ten. Saraiva Marques em *Catraia*.

Prova «Gentlemen Prizewinners»

Concorreram cinquenta e quatro cavalos.

1.º classificado — Ten. Delgado em *Dalila*.

5.º classificado — Ten. Delgado em *Diu*.

Prova de Potência

Concorreram vinte e nove cavalos.

4.º classificado — Ten. Delgado em *Dalila*.

5.º classificado — Ten. Saraiva Marques em *Elila*.

Prova «Lyonel Phillips»

Concorreram cinquenta e cinco cavalos.

4.º classificado — Ten. Delgado em *Dalila*.

Revista da Cavalaria

Prova de Equipas

Concorreram treze equipas.

2.º classificado — Equipa de Lourenço Marques.

Prova «Grande Prémio»

Concorreram quarenta e três cavalos.

5.º classificado, a. c. — Ten. Delgado em *Dalila*.

Prova de «Caça»

Concorreram oitenta e seis cavalos.

1.º classificado — Ten. Delgado em *Diu*.

6.º classificado — Ten. Delgado em *Dalila*.

Prova «Die Vadreland»

5.º classificado — Ten. Delgado em *Diu*.

Prova «Championship over the course»

1.º classificado — Ten. Delgado em *Dalila*.

Em resumo, foram obtidos os seguintes prémios:

4 primeiros;

1 segundo;

2 quartos;

4 quintos;

1 sexto.

O cavaleiro mais classificado da equipa portuguesa foi o Ten. Mário Delgado que com *Dalila* e *Diu* se classificou sempre em boa posição, havendo até duas provas em que meteu os seus dois cavalos dentro de

Revista da Cavalaria

prémio. Tirando um primeiro e um quinto que foram obtidos pelo Ten Saraiva Marques as restantes classificações devem-se à brilhante intervenção daquele oficial.

A actuação do conjunto português também marcou boa posição classificando-se em segundo lugar na Prova de Equipas.

Mais uma vez, como tem, felizmente, acontecido nos anos anteriores, os cavaleiros portugueses voltaram a ter posição de destaque neste concurso do qual constituem elemento de atracção, dando boa luta e proporcionando despique entre os concorrentes o que constitui elemento fundamental para agrado do público.

Ao registar nas suas páginas mais estas vitórias de cavaleiros portugueses em campos de provas estrangeiros a *Revista da Cavalaria* saúda os componentes da nossa equipa que tão brilhantes resultados alcançaram, desejando-lhes, num abraço amigo, sucessos ainda melhores em futuras actuações.



Jornaes revistas livros

A ÉPOCA DOS EXTREMOS

pelo General L. M. CHASSIN

«Não há que procurar a decisão no aumento quantitativo do material mas sim no aperfeiçoamento constante das armas e na elevação do valor do combatente».

General VON SEECKT

Eis-nos chegados à época dos extremos. Perante o desenvolvimento das forças imensas que desencadeou, o aprendiz de feiticeiro, incapaz de as controlar, interroga-se cheio de terror.

No entanto, os factos aí estão bem patentes e seria infantil seguir a política da avestruz: é preferível olhar bem de frente a realidade, por muito terrível que seja, e tentar, nesta era atómica, procurar a forma de se defender e de triunfar.

Para se defender, uma nação deve, antes de mais, adoptar um dispositivo com uma vulnerabilidade mínima. Não é deste assunto que hoje trataremos, mas não podemos deixar de dizer que é estranho que, de 1945 para cá, nenhum plano de reconstrução, nenhum plano económico ou industrial tenha tido em conta a possibilidade de uma guerra atómica, ou mesmo de uma simples guerra. O plano Monnet tinha em vista enormes concentrações industriais, mas pelo espírito dos seus redactores não passara a menor preocupação quanto à defesa nacional. E, no entanto, sem gastar mais um cêntimo, é possível realizar planos de barragens ou de fábricas menos vulneráveis do que outras. O problema da desconcentração das cidades ou da indústria é certamente um problema difícil; mas não o deveríamos ter estudado quando procedemos à reconstrução das

Revista da Cavalaria

nossas ruínas, aproveitando, por assim dizer, o desastre para realizar trabalhos que hoje parecem impossíveis?

Seja como for, a ameaça atômica pesa sobre a renovação de todo o dispositivo nacional, como sobre as questões de protecção civil. Por muito terrível que seja a bomba atômica, o princípio da protecção parcial continua a ser verdadeiro e um moderno sistema de alerta, de abrigos, de colunas de socorro e de luta contra os incêndios será capaz de diminuir sensivelmente o número de baixas. E não esqueçamos a anisotropia dos efeitos das bombas e o porco de Bikini!

*

Do ponto de vista militar, as modificações no armamento causaram sempre perturbações na estratégia, na tática e na organização das forças. Na Idade-Média e durante a Renascença, estas modificações fizeram-se rapidamente. Foram precisos menos de dez anos à França de Francisco I para modificar radicalmente a proporção entre a cavalaria e a infantaria. Assim, se em 1515, dois terços dos efectivos do exército real eram constituídos por cavalaria, em 1525, esta já não formava mais do que a undécima parte das nossas tropas. E o mesmo sucedeu em Espanha ⁽¹⁾.

Inventada em 1635, a espingarda de pederneira era empregada correntemente na França e na Inglaterra em 1648, e na batalha das Dunas, Turenne encontrava pela frente batalhões de «atiradores de escol» que lhe causavam grandes baixas. Mais perto de nós, a metralhadora fez desaparecer em menos de dois anos as formações em ordem cerrada e levou à criação da secção de atiradores.

E é motivo para nos admirarmos que, dez anos depois da aparição de uma arma tão revolucionária como a bomba atômica, ainda se não tenha verificado qualquer repercussão sensível dessa arma sobre a organização dos exércitos modernos. Já é tempo de estudar este problema capital pois a História ensina-nos que não basta ter armas novas: a vitória pertencerá, como verificámos em 1940, àquele que souber organizar o seu exército em função destas armas.

*

A primeira coisa de que um país precisa para ser uma potência de primeira categoria é possuir as armas novas. Elas são caras, e por vezes hesita-se. Mas é uma questão de vida ou de morte. Na Idade-Média, os nobres desafiavam o Rei por detrás das muralhas dos seus castelos invulneráveis aos assaltos. Mas logo que apareceu o canhão, cujo preço só o Rei tinha possibilidade de pagar, os castelos ruíram: cidadelas, que haviam resistido a cercos de meses, caíram no fim de poucas horas. As resistências cessaram quase imediatamente. E o facto de o Rei ser o único a possuir a arma decisiva transformou os seus antigos rivais em escravos obedientes.

(1) 1503 : efectivo da cavalaria : $\frac{2}{3}$ do total ; 1525 : $\frac{1}{11}$

Revista da Cavalaria

O mesmo sucede hoje. Se o nosso país quiser continuar a ter voz activa na política mundial, e conservar uma liberdade de acção sem a qual não existe verdadeira independência, terá que pertencer ao «Clube Atómico». «A conferência da paz, dizia Churchill em 1944, será um círculo muito restrito. Para fazer parte dele será necessário possuir um cartão de entrada de 3 milhões de soldados». Hoje, para se ser membro do clube das grandes nações, é preciso ter um mínimo de bombas atómicas. É uma verdade incontestável que seria inútil querer negar.

*

De resto, sabemos que a bomba atómica, fácil de fabricar e com uma potência formidável, é um engenho muito mais barato — em igualdade de rendimento — do que as bombas da última guerra. Também não ignoramos que as pesquisas atómicas, chamadas militares, longe de fazerem concorrência às pesquisas atómicas, chamadas pacíficas, comandam estas e as completam. E isto não tem nada de extraordinário. Sem a guerra, quantas técnicas pacíficas teriam deixado de se desenvolver: a das conservas, a do aço, a do avião, por exemplo. E se, sob a pressão das necessidades militares, Einstein não tivesse incitado Roosevelt a desenvolver, numa escala inadmissível em tempo de paz, as pesquisas nucleares, os nossos pacifistas de hoje não poderiam reclamar a proibição para a França de fabricar bombas atómicas e exigir que o seu potencial fosse reservado aos trabalhos «civis», porque a técnica ainda estaria na infância e nada poderia ser feito.

É fora de dúvida que um governo democrático como o nosso apenas se servirá da bomba como arma defensiva, não sendo nunca o primeiro a atacar. Mas o facto de saber que somos capazes de destruir a sua capital não será de natureza a fazer reflectir o adversário? A bomba atómica, como outrora a esquadra inglesa, pode vir a ser uma espécie de agente de polícia, perigoso sem dúvida, mas apesar de tudo capaz de assegurar a paz.

*

Supondo que possuímos a bomba atómica, o problema consiste agora em ver como organizaremos os nossos exércitos em função desta nova arma decisiva. Há, pois, que estudar a influência que o seu emprego pode ter nos combates em terra, no mar e nos ares, imaginando o que poderia ser uma futura guerra atómica.

Uma guerra atómica começará provavelmente por uma súbita ofensiva aérea que terá como objectivo quebrar a vontade de resistência do adversário, pela destruição das suas cidades mais importantes, das suas grandes indústrias, dos portos e dos meios de comunicação e, evidentemente, das suas bases atómicas de represálias. Esta ofensiva será combinada com poderosas operações aeroterrestres tendo por fim apoderar-se de posições-chave sem as destruir. Também, infelizmente, é necessário prever a possibilidade de revoltas internas, fo-

Revista da Cavalaria

mentadas pelo inimigo, que tentarão criar verdadeiras guerrilhas e neutralizar muitos dos centros nervosos do território.

Simultaneamente, na zona da frente, e logo a seguir ao início da ofensiva atómica, é possível que as forças terrestres inimigas realizem um ataque maciço contra as nossas forças terrestres.

É claro que a ofensiva atómica do adversário provocará da nossa parte uma contra-ofensiva aérea não menos poderosa.

E assim, na primeira fase, que pode ser muito curta, achar-nos-íamos perante três tipos de operações:

— uma guerra aérea de importância capital compreendendo, de cada lado, uma ofensiva estratégica e uma luta defensiva para o domínio do ar;

— uma guerra terrestre, muito provavelmente defensiva do nosso lado, dada a relação das forças em presença;

— operações internas defensivas: a) contra pára-quedistas inimigos; b) contra rebeliões preparadas e conduzidas pelo adversário.

*

Finalmente, no mar, durante esta primeira fase, os submarinos inimigos, colocados previamente em posição de espera, tentarão causar-nos o maior número de perdas. Os nossos navios mercantes dirigir-se-ão para portos tão afastados quanto possível para depois se organizarem em combóios protegidos. Os ataques atómicos aos portos farão fugir para o largo os navios de guerra. Por nossa parte, tentaremos apresar nos mares longínquos (Atlântico Sul, Oceano Índico e Pacífico) os navios de guerra, e sobretudo mercantes, que estiverem nessas paragens; entretanto, a nossa contra-ofensiva aérea seria dirigida contra as bases submarinas e os portos do adversário.

Vejamos rapidamente o desenrolar de cada uma destas batalhas particulares, e primeiramente a batalha terrestre na zona de cobertura.

Parece que a bomba atómica táctica é mais uma arma de defesa do que de ataque. Ela é muito mais terrível para as tropas que são obrigadas a concentrar-se a descoberto do que para as forças convenientemente dispersas e enterradas. E dá maior valor aos obstáculos naturais e artificiais, permitindo, sem dúvida, que uma divisão actualizada possa manter sólidamente uma frente muito maior do que antigamente. Por outro lado, sendo os bombardeamentos atómicos capazes de destruir muito rapidamente as linhas de comunicação, e portanto a enorme logística necessária às unidades actuais — qualquer que seja a sua organização — corre-se o risco de chegar muito depressa à paralisia das «frentes» e de voltar, na zona de contacto avançada, a situações semelhantes — salvo as devidas proporções — às de 1915-1917.

*

Entretanto, travar-se-á na retaguarda uma guerra do tipo «colonial» como vimos na Indochina, em que as leis da guerrilha terão de ser rigorosamente aplicadas, e não as regras da guerra clássica entre forças organizadas. Se tomarmos

Revista da Cavalaria

as precauções necessárias, tratar-se-á, segundo cremos, de operações de repressão que poderão ser rapidamente levadas a cabo. O patriotismo francês é ainda muito sólido, e é apenas pela necessidade de prever tudo que fazemos referência a este tipo de conflitos que até agora só era conhecido nos países ocupados. Haverá também que lutar contra forças inimigas de pára-quedistas. Tudo isto exige forças armadas profundamente reorganizadas.

A antiga concepção de mobilização tem de ser completamente revista. Se é certo que as forças de cobertura devem estar sempre prontas a entrar em acção, já a luta contra os pára-quedistas e contra a rebelião exige uma mobilização de base regional, quase instantânea, em que a autodefesa tem que desempenhar um papel fundamental. É pena que a deterioração do espírito nacional e a aparição de ideologias perigosas nos impeçam de adoptar um sistema do tipo suíço, em que cada cidadão-soldado tem as armas em sua casa e aparece ao primeiro sinal. Mas talvez fosse possível, em certas regiões, ou pelo menos em certos estabelecimentos, pôr em prática os métodos suíços. Em todo o caso, a instrução dos oficiais e sargentos da reserva na táctica de guerrilha e na luta de «comandos» tem uma importância primordial.

*

Mas a parte mais importante da luta verificar-se-á nos ares.

O Exército do Ar terá que sobreviver ao primeiro ataque atómico do inimigo, o qual será sem dúvida lançado inesperadamente. Trata-se, portanto, primeiro que tudo, de uma questão de defesa aérea. É inútil repetir o que todos sabem a este respeito, isto é, que o poder colossal da bomba atómica dá a um só aparelho as possibilidades das esquadras aéreas do passado. Será, pois, necessário aplicar os três princípios eternos da defesa: dispersão, afastamento e protecção (activa e passiva).

A dispersão consistirá, sobretudo, em não concentrar em torno de enormes pistas, apertadas umas contra as outras numa só zona, como sucedeu na Inglaterra em 1943-1945, formações demasiado numerosas de aviões assim como todo o seu apoio técnico e administrativo.

O afastamento consistirá em colocar a nossa força de represálias o mais longe possível das fronteiras, para que os bombardeiros inimigos que desejem destruí-las tenham que suportar durante mais tempo o ataque dos nossos caças—devendo notar-se que para desempenharem a sua função ofensiva, os nossos bombardeiros disporão de terrenos de operações situados o mais perto possível do inimigo, ou de um reabastecimento em voo apropriado.

A protecção passiva consistirá na procura da invisibilidade, isto é, no emprego de todos os meios de decepção conhecidos: camuflagem, falsos objectivos, etc., e dos meios a utilizar no próprio momento do ataque: cortinas de fumo ou balões.

Quanto à protecção activa, ela pertence à defesa aérea pura, e cria, portanto, os difíceis problemas da detecção, da identificação, da interceptação e, finalmente, do combate. Mas não trataremos deles neste estudo. Tudo o que podemos dizer é que, mesmo quando os actuais meios de interceptação e de ataque

Revista da Cavalaria

tiverem evoluído, mesmo quando a luta sobre a trajectória, actualmente travada por avião contra avião, se tiver transformado numa luta de engenho contra avião, e depois numa luta de engenho contra engenho, será sempre necessária uma defesa aérea e que será sempre verdadeira a frase de Loustaunau-Lacau: «Aquele cujo céu estiver mal protegido desaparecerá da carta, e aquele que tiver mais bem interceptado do que o outro será o senhor do futuro sobre o que restar do mundo».

*

Estamos convencidos de que o pêndulo continuará a oscilar, como sempre, entre a ofensiva e a defensiva. E se, actualmente, o ataque tem uma certa vantagem sobre a defesa, o facto de ser do lado desta que aparecerão — e estão já aparecendo — os primeiros engenhos, tenderá certamente, num prazo maior ou menos longo, a fazer-lhe retomar a vantagem. Na fase final da luta chegar-se-á à descrição profética, de sentido tão trágico e desesperado, que Fuller, em 1944, deu de uma guerra atómica na era dos engenhos teleguiados.

«Em vez das cidades cercadas por uma muralha defensiva, como no tempo dos Normandos, podemos imaginar países inteiros cercados por redes de estações de radar, de «ouvido à escuta» para os primeiros sons anunciadores da catástrofe. Na vizinhança destas estações estarão dissimuladas duas formações tácticas dispondo de foguetões com carga e propulsão atómicas: uma ofensiva e outra defensiva. A primeira terá como objectivo cada uma das grandes cidades do Universo, porque antes do início das operações (declarar a guerra seria uma pura loucura) nenhuma nação pode saber ao certo qual dentre as outras é a sua verdadeira inimiga. A segunda será dirigida pelo radar, e no momento em que este assinalar a aproximação de foguetões inimigos, os foguetões defensivos partirão automaticamente sob a acção do radar para se lançarem no espaço e explodirem na região da estratosfera onde o radar tiver estabelecido que os foguetões inimigos devem chegar num dado momento. Então, a centenas de quilómetros por cima da superfície da terra, explosão contra explosão, travar-se-ão batalhas que os humanos não ouvirão. Por vezes, algum foguetão escapará, e então Londres, Paris ou Nova-Iorque subirá para os céus sob a forma de um cogumelo de poeira e de fumo com 12 quilómetros de altura, e como ninguém saberá o que se passa por cima ou para além, e não se saberá ao certo quem se bate ou quem é atacado — e ainda menos a razão da luta — a guerra continuará numa espécie de movimento perpétuo até que o último laboratório vá pelos ares. Nesse momento, se houver sobreviventes, estes reunir-se-ão numa conferência para decidirem quem são os vencedores e os vencidos, e os primeiros liquidarão imediatamente os segundos como criminosos de guerra».

Nesta descrição, o grande escritor militar inglês não deu um relevo suficiente à guerra das ondas que se travará implacavelmente, cada um dos combatentes procurando desviar da sua trajectória os engenhos do adversário, fazê-los rebentar longe do alvo ou obrigá-los a voltar ao seu próprio território. Seja como for, é prudente ter em conta os anos próximos, tentando definir as forças armadas mais convenientes para a guerra atómica de amanhã.

Revista da Cavalaria

A primeira observação a fazer é a seguinte: dado o preço unitário dos novos materiais (em todos os exércitos) e o facto sabido de que os orçamentos de defesa nacional não são elásticos, há que admitir que, se se constrói uma nova categoria de armamento, se torna necessário suprimir uma outra. Eis uma verdade que arrelia o militar conservador; ele está de acordo em tomar o novo material, mas não pode decidir-se a abandonar o antigo. E foi por isso que, depois da batalha de Jutland, se viu todas as marinhas continuarem a gastar centenas de biliões na construção de couraçados, quando a verdade é que estes mastodontes, atacados de gigantismo, não voltaram a servir para nada de 1916 para cá. O mesmo sucedeu com o cavalo, que subsistiu durante anos depois da motorização.

Hoje, estamos em face de uma impossibilidade absoluta. É tempo de fazermos a escolha, é uma escolha grave que afecta o futuro do país. Não é possível contentarmo-nos com uma polvilhação de todas as armas. A conhecida expressão «exército equilibrado» escondia um sofisma que fez bastante mal. Tinha como fim principal permitir que as armas em declínio fechassem o caminho à arma nova que avança. Torna-se necessário, utilizando a análise provável da guerra futura, tomar a resolução de cortar largamente no vivo e de suprimir aquilo que tem poucas probabilidades de ser utilizado para dar a preferência às armas decisivas.

O exército de terra, se é verdade o que deixamos dito, ver-se-á em face de duas tarefas principais. Por um lado, na posição de resistência, terá que travar com o inimigo uma batalha atômica defensiva que terminará rapidamente pela paralisação das frentes. Sem entrar em pormenores, vê-se imediatamente que é preciso dar a preferência à protecção e à potência — e já não à mobilidade. Além de uma infantaria capaz de movimentos com pequena amplitude, chegamos, pois, a uma forte artilharia de posição tendo o maior número possível de canhões atômicos. Teríamos, portanto, que suprimir a artilharia de campanha e os blindados, tornados em grande parte inúteis.

Para a luta de superfície nas retaguardas, será necessário dispor de uma tropa extremamente móvel e dotada de um armamento ligeiro. Seria inteiramente inoportuno carregá-la com armamentos pesados, com artilharia pesada e com carros. Também a motorização actual, mais causadora de imobilidade do que de mobilidade, poderia ser consideravelmente reduzida.

A marinha também tem que acompanhar o *new look*. Não se percebe a razão de ter navios suficientemente pesados para serem alvos atômicos. Se o couraçado desapareceu, não devemos substituí-lo pelo porta-aviões de grande tonelagem. O princípio da dispersão leva-nos a considerar o submarino como o navio principal do futuro, e numa poeira naval de barcos de escolta e de draga-minas serão os navios mais apropriados à guerra de amanhã, pelo menos para a França. A substituição dos portos clássicos por bases móveis, e o desem-

Revista da Cavalaria

barque do material nas praias são problemas extremamente graves que mostram claramente como a marinha, para sobreviver, tem também de sofrer transformações profundas.

Finalmente, chegamos à aviação, cuja quádrupla missão não devemos esquecer:

- de ofensiva estratégica;
- de defesa aérea;
- de apoio das forças terrestres;
- de transporte;

a que há que juntar, em todos os casos, a missão de informação.

Se a França tiver um dia a bomba atómica, necessitará dos meios para a lançar e, portanto, enquanto espera os engenhos teleguiados solo-solo, estratégicos e táticos, de uma esquadra de bombardeamento que não precisa de ser numerosa.

No entanto, ela deverá poder ser empregada, quaisquer que sejam os resultados de um ataque atómico lançado por surpresa. Torna-se, por isso, necessário ultrapassar resolutamente a concepção ordinária de afastamento, de dispersão e de terrenos rústicos, para chegar à esquadilha de aviões atómicos abrigada debaixo de 50 metros de rocha, num túnel com suficiente comprimento e largura, do qual os aparelhos serão lançados por uma catapulta do tipo *Electropult* aperfeiçoado. O túnel será fechado por portas blindadas com pantalhas e câmaras de expansão dos gases, que ponham os aviões ao abrigo de qualquer golpe em cheio. Tendo, desta forma, a possibilidade de dispensar terreno, com a garantia de poder encaixar o ataque, uma força atómica de uns cinquenta aparelhos (ou sejam cinco abrigos), que descolariam em quaisquer condições, representaria para o país que a possuísse uma força singularmente poderosa.

E reconhecida a necessidade de uma força de bombardeamento estratégico, temos que reconhecer que será indispensável uma força de defesa aérea modernizada.

*

Para os próximos anos, e enquanto esperamos pelos engenhos, devemos, como já tínhamos previsto, dar a preferência ao conceito de mobilidade e de dispersão, baseado no emprego de aviões de intercepção tão ligeiros quanto possível e utilizando pistas de erva. Este emprego supõe uma mobilidade igual dos órgãos de detecção. Só poderão manter-se estáticos, enterrados e protegidos, os organismos de reflexão e de decisão que são os centros de operações: o seu número será reduzido ao mínimo, e, para assegurar a mobilidade estratégica, prever-se-á, como cremos que fazem os outros países, um certo número deles repartidos por todo o território. Por agora, a grande dificuldade consiste em realizar um aparelho suficientemente ligeiro e capaz de voar sem restrições meteorológicas. Vê-se, assim, que o objectivo a alcançar é finalmente o *caça monoplace* capaz de voar com todo o tempo, armado com engenhos ar-ar e susceptível de descolar de pistas rústicas rapidamente preparadas pela engenharia do ar. En-

Revista da Cavalaria

quanto esperamos esta realização, será necessário procurar o aparelho bivalente: *caça* todo o tempo — bombardeamento ligeiro. Ao mesmo tempo, os pontos sensíveis mais importantes serão defendidos estáticamente por baterias de engenhos inspirados no *Nike* americano, que devem voltar a dar à defesa próxima uma vantagem que hoje lhe falta momentaneamente.

A terceira missão, que diz respeito ao apoio das forças terrestres, que representam hoje a maior parte das nossas forças, é aquela que, em guerra atômica, se torna menos necessária, pelo menos segundo a sua concepção actual.

Se admitirmos uma batalha estabilizada nas vizinhanças de um grande obstáculo natural, convenientemente preparado e protegido, vemos que não fará falta alguma uma aviação de apoio clássica nesse compartimento da batalha. A interceptação dos bombardeiros inimigos que viessem atacar as nossas defesas seria assegurada pelos novos aparelhos da D. A. T., infelizmente incapazes de intervir como apoio de fogo. A artilharia atômica se encarregará dos tiros de detenção sobre as concentrações inimigas prestes a passar ao ataque. No entanto, é necessário prever uma pequena aviação ligeira de observação e de regulação de tiro, a qual poderia ser constituída por helicópteros ou, melhor ainda, por convertíveis.

*

Para dar combate às guerrilhas bastará empregar uma aviação que não precisa de ser muito rápida nem muito pesada. Não devemos esquecer a lição da Indochina. E como será pouco provável que os núcleos inimigos, encastados como tumores malignos no nosso território, disponham de uma artilharia antiaérea importante, poderá lançar-se mão de aparelhos tácticos ligeiros, de dois lugares, sem armamento pesado e muito pouco blindado, de que o *Fletcher FD 25* poderá ser o protótipo. Basta poder utilizar qualquer faixa de terreno com 400 m. de comprimento, poder voar lentamente se for preciso para ter uma boa observação, possuir uma boa maneabilidade e poder fazer fogo de metralhadora, ou lançar foguetões e napalm sobre qualquer viatura ou concentração que se descubra. Além disso, na guerra de guerrilhas, é necessário ser *guiado* sobre o inimigo camuflado, e, neste aspecto, o *Moustique*, tipo *Morane 500*, prestou muito bons serviços na Indochina.

A sua faculdade de descobrir o inimigo, mesmo bem escondido, a sua capacidade de falar com as tropas no solo e de conduzir os aviões de ataque propriamente ditos aos objectivos, fizeram dele um aparelho insubstituível. Garantiu 90% da eficácia dos *Bearcat* e dos *Invader*, tendo o seu desaparecimento mergulhado estes aparelhos na impotência, por ficarem sem saber «onde» deviam atacar: fizemos essa triste verificação em Dien Bien Phu. Um conjunto muito barato de aviões de aeroclubes com T. S. F. e aparelhos de combate muito ligeiros, deverá, portanto, ser suficiente para a «aviação das retaguardas».

*

Finalmente, o transporte será sempre uma subdivisão de arma. Perante a estagnação da zona de combate, será apenas utilizando a terceira dimensão que

Revista da Cavalaria

os generais conseguirão uma possibilidade de manobra. O ataque aos portos do Atlântico e aos colos do Pirenéus é tão provável no dia J como o ataque ao Creusot ou a Paris. Voando baixo para tirar o máximo partido da insuficiência das estações de radar, e com mau tempo para frustrar a defesa activa, as esquadras de transporte poderão lançar, em pára-quedas, «comandos» sobre todo o território e depois reabastecê-los pelos métodos clássicos.

É, por isso, provável que sejam necessárias duas espécies de aviões de transporte: o aparelho pesado, de grande capacidade que, ligado às pistas compridas e caras, apenas servirá poucos dias, e o avião ligeiro de transporte, rústico e barato, capaz de utilizar terrenos cobertos de erva e sumariamente preparados.

Quanto à informação, que foi durante muito tempo uma subdivisão fundamental da aviação, é caso para se pensar, se na primeira fase de uma guerra atómica, a sua função não será muito reduzida. É em tempo de paz, e por processos clássicos, que haverá que obter as informações precisas permitindo estabelecer as fichas de objectivos. Quando lançarmos sobre o inimigo os nossos bombardeiros estratégicos, estes atacarão objectivos perfeitamente conhecidos, sobre cuja identidade não haverá qualquer dúvida. Nessa altura não haverá tempo para procurar a informação destinada à preparação de uma expedição, pois correríamos risco de ser destruídos antes de descolar. No entanto, pode conceber-se a combinação aparelho de reconhecimento-aparelho de bombardeamento, indo o primeiro à frente para «verificar» a informação e transmiti-la ao segundo.

De qualquer modo, e por muito surpreendente que isto pareça, a procura da informação na zona inimiga e na zona táctica da frente não exigirá grandes meios especializados.

*

Nestas condições, e seja qual for o ângulo por que apreciemos os factos, vê-se que a guerra atómica exigirá dois tipos de armamentos muito diferentes. Por um lado, armamentos muito evoluídos, situados na parte mais avançada da técnica; por outro, armamentos ligeiros e rústicos que conduzem à concepção de um exército do tipo «bárbaro». E já não haverá lugar para «um termo médio».

A guerra atómica, sendo essencialmente uma guerra aérea, faz com que o Exército do Ar venha a ser em todos os exércitos do mundo, o ramo mais importante, e sobre cujo desenvolvimento se devem concentrar os esforços dos diferentes países. Deverá utilizar todos os recursos laboratoriais. E depois dos últimos engenhos pilotados, vemos surgir no horizonte a era dos *robots*. Trata-se de um inimigo aéreo que poderá ser o veículo da guerra bacteriológica, da guerra química e, um pouco mais tarde, da guerra meteorológica e da guerra eléctrica. Pertence, pois, à aviação o estudo e a construção dos *robots* do futuro.

Simultaneamente, vimos que, numa primeira fase da guerra atómica, a marinha e até o exército de terra perdem grande parte da sua importância porque a aviação será capaz, só por si, de impedir o desenvolvimento de uma invasão terrestre maciça.

Revista da Cavalaria

E ao lado de uma técnica levada até à última perfeição surgirá a extrema rusticidade! Nos países devastados pelos bombardeamentos, com as comunicações destruídas e os meios de subsistência reduzidos a uma penúria extrema, travar-se-ão combates, longe das linhas da frente, em que as armas principais serão talvez a faca e o boxe americano, como sucedeu em 1917 nas trincheiras cobertas de lama da Flandres. Então, o número e a coragem dos homens serão factores decisivos. Então, o povo que não quer morrer, e que deseja realmente expulsar o estrangeiro, se estiver bem organizado e comandado, poderá aniquilar os elementos patologicamente perigosos existentes no seu seio. Trata-se, portanto, de um problema de educação moral e de reorganização militar. Não tenhamos ilusões: chegámos ao momento em que as retaguardas adquiriram, do ponto de vista militar, uma importância sem dúvida maior do que a zona da frente.

E será preciso dar-lhes um chefe supremo e meios de defesa adequados.

*

A última parte destas considerações aplica-se como é claro, às «guerras locais», que podem surgir na União Francesa e que tomarão rapidamente o carácter de guerrilhas. Estas guerras locais supõem um exército adaptado a condições especiais e não um exército clássico, equipado à ocidental. E exigem também um exército rústico, capaz de se deslocar a pé pelos caminhos de mato, frugal, suportando bem o calor, o frio, a sede, os mosquitos e os tornados, em suma, um exército com capacidade para sofrer.

Pode ser que, desenvolvendo o «conforto» do exército, dando aos soldados o hábito de serem transportados em camiões, de contarem com uma alimentação abundante e regular, tenhamos diminuído a capacidade de resistência e, do mesmo passo, o valor das nossas tropas. Não ignoramos que o soldado francês é corajoso e resistente. Mas a comparação feita entre batalhões da mesma raça, uns acostumados ao conforto material ocidental e outros à ideologia e à rusticidade orientais, mostra que o nosso processo não é talvez o melhor. Trata-se, sobretudo de uma questão de moral.

*

Chegamos, assim, à época dos extremos. Por um lado, a extrema técnica dá, para os tempos vindouros, a importância máxima a uma aviação formada essencialmente por uma força estratégica atómica, por uma aviação de defesa aérea, *monoplace*, voando com todo o tempo, e por uma aviação de transporte. Ela permite diminuir a importância do apoio tático clássico e do reconhecimento estratégico.

No campo terrestre, permite economizar em forças blindadas e em artilharia de campanha, fazendo realçar o valor do obstáculo e da artilharia atómica de posição.

Finalmente, permite reduzir ao mínimo o papel da marinha de guerra.

Por outro lado, a extrema rusticidade leva-nos a um exército de guerrilhas, apoiado por uma importante aviação ligeira de apoio e de guarnição. É o

Revista da Cavalaria

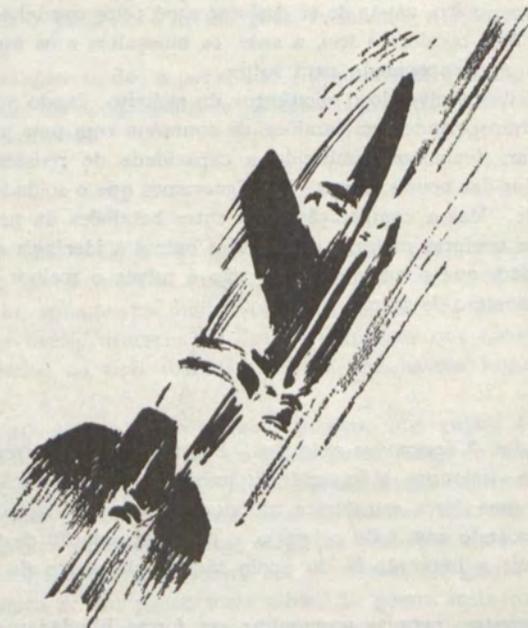
exército de terra que terá o principal papel na batalha das retaguardas (e também nas guerras locais). E neste caso, em que o transporte também tem a sua função, a marinha reassume a sua importância.

Poderão dizer-nos que esta previsão, de resto extremamente discutível, tem em conta apenas a primeira fase das operações. Confessamos que é uma objecção de peso. Mas a ela responderemos, citando ainda uma vez o general Fuller: «Quando um militar apresenta sugestões para a organização do tipo de exército que será necessário para a próxima guerra, considera, como é natural, a primeira fase dessa guerra e não as que se seguem, precisamente porque não se tiveram em conta as suas sugestões».

E, para terminar, acrescentaremos que, em caso de guerra atômica, não haverá decerto segunda fase.

Da «*Forces Aériennes Françaises*»

Janeiro de 1955



Bertrand & Irmãos, L.^{da}

*TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA*



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
21368

LISBOA



Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS



MANUAL DE EQUITACÃO

I Parte — EQUITACÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

Preço Esc. 25\$00



DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

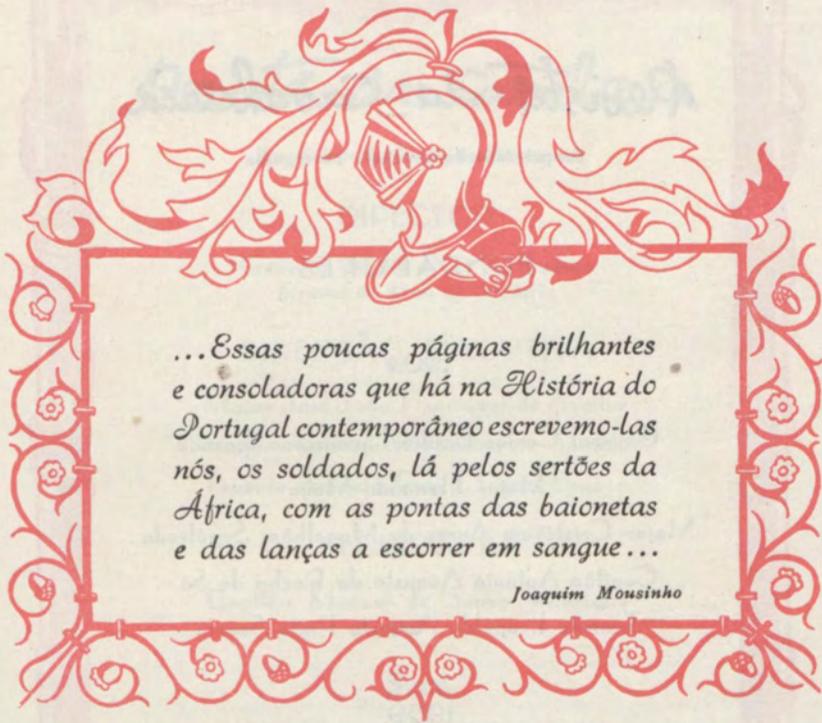
Preço Esc. 5\$00



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

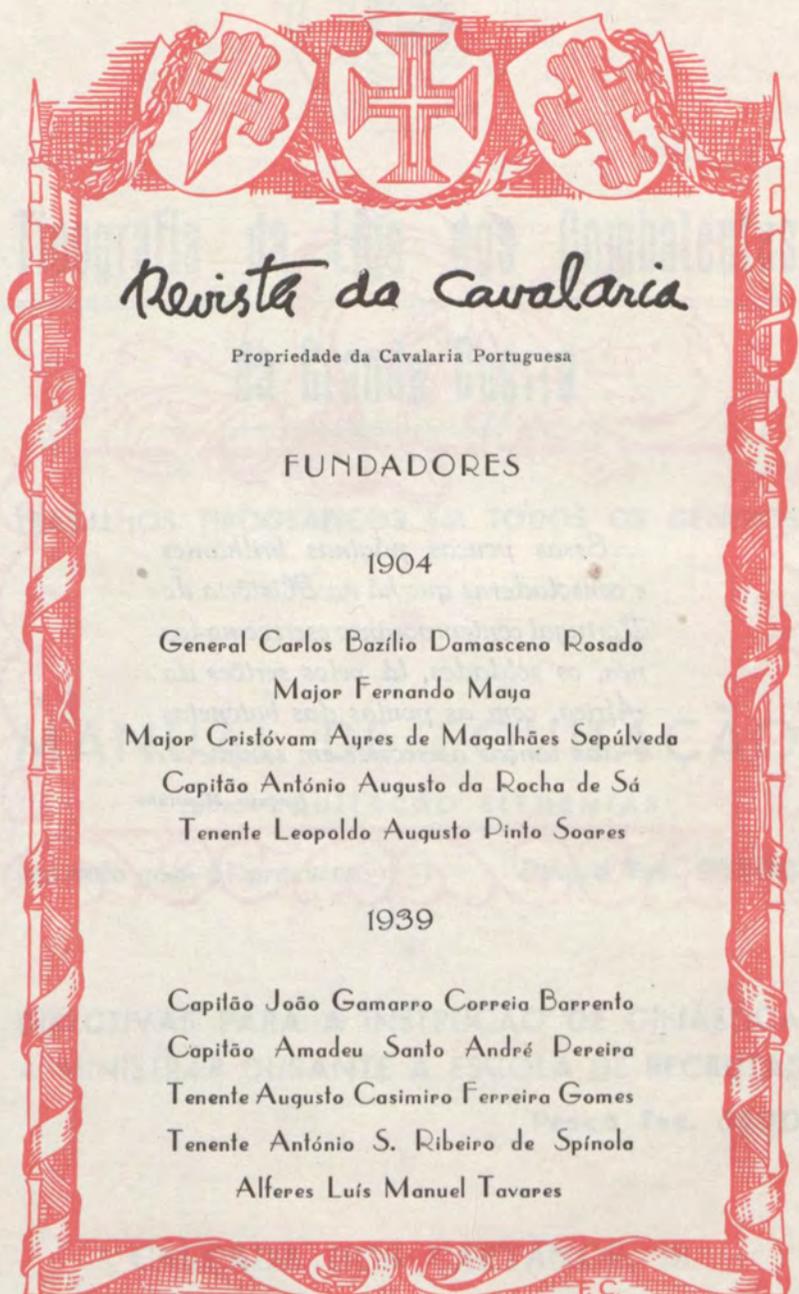
Telefone 21450

LISBOA



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazilio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Major António S. Ribeiro de Spínola
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50



Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins
Coronel Ricardo José Alves Porto
Coronel Amadeu Buceta Martins
Coronel António da Cunha Viana
Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro
Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Ten. Coronel Luís Valentim Deslandes
Ten. Coronel João Gamarro Correia Barrento
Ten. Cor. Fernando António Cerqueira da S. Pais
Ten. Coronel Amadeu de Santo André Pereira
Ten. Coronel Carlos Alberto Serpa Soares
Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior
Major António Quintino da Costa
Major Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Major José da Costa Gomes
Major Jaime Filipe da Fonseca
Major José Félix Alves de Carvalhosa



Revista da Cavalaria

Capitão António Herculano de Miranda Dias

Capitão Luís Cezarini Calafate

Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro

Capitão Henrique Alves Calado

Capitão José Luís de Mendonça Ramires

Capitão João Cecílio Gonçalves

Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo

Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira

Capitão Francisco José de Moraes

Capitão Mário Abrantes da Silva

Capitão Alberto da Silva Benazol

Capitão Bernardo Raposo de Sá Nogueira

Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia

Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto

Capitão Raúl Augusto Paixão Ribeiro

Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva

Capitão Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães

Capitão Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias

Tenente João Sequeira Marcelino

Tenente Rui Pedrosa Curado

Tenente Ricardo Ferreira Durão

SUMÁRIO

AS DETERMINANTES DA VITÓRIA	<i>Major António de Spínola</i>	171
A D. C. B. NO QUADRO DIVISIO- NÁRIO	<i>Brigadeiro Esteves Pereira</i>	175
A OTAN — FINALIDADES E AL- GUNS PROBLEMAS	<i>Tenente-Coronel do C. E. M. H. dos Santos Paiva</i>	189
OPERAÇÕES ANFÍBIAS	<i>Capitão C. Calafate</i>	201
HIPISMO:		
HIPISMO REGIMENTAL	<i>Capitão Correia de Freitas</i>	213
A DOMESTICAÇÃO DO CAVALO E AS ORIGENS DA CAVALARIA	<i>Capitão Silva Ramos</i>	216
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
O ABASTECIMENTO LOGÍSTICO BASEADO NO PEDIDO DO CONSUMIDOR	<i>Major Rexford A. Hiney</i>	225
A FORMAÇÃO DE CONDUTORES NO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE QUARTEL MESTRE E TRANSPORTE		229



Revista da Cavalaria

17.º ano - n.º 3

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Maio-Junho

AS DETERMINANTES ≡ DA VITÓRIA ≡



E nos embrenharmos no vasto campo da literatura militar, com o intuito de investigar as causas determinantes do êxito das nações vencedoras, reconheceremos a existência de três correntes de opinião.

Nas especulações sobre a guerra, tal como nas especulações sobre a filosofia, os pensadores agrupam-se segundo três tendências distintas. Uns deixam-se impressionar pelo que vêem, outros pelo que compreendem e outros, ainda, pelo que pressentem. Esta diferenciação de mentalidade origina três linhas de pensamento, que conduzem a igual número de conceitos doutrinários: — o materialista, o intelectual e o espiritualista.

Revista da Cavalaria

O primeiro conceito, o mais simplista, o que está mais ao alcance de todos, apoia-se no princípio da massa. A sua força reside fundamentalmente no número, que constitui o elemento básico do cálculo em que se alicerçam todas as conjecturas.

O materialista enumera e conta as pedras básicas do jogo da guerra, para concluir, axiomáticamente, que a vitória pertencerá ao partido que, no momento da deflagração, possuir maiores reservas materiais e mais elevada capacidade de manutenção e afluxo.

O intelectual relaciona os êxitos de guerra com o génio dos chefes e o grau de instrução da tropa. Para este, a vitória é filha da ciência e do estudo. Considera a guerra uma ciência positiva, regida por um conjunto de regras mecânicas e geométricas, de cuja sábia aplicação depende o êxito da resolução dos problemas postos pelo adversário.

Situam-se neste grupo a maioria dos escritores militares que, influenciados pelo prestígio da ciência da guerra, são normalmente conduzidos a atribuir todo o mérito do êxito ao valor das combinações tácticas e estratégicas. Dentro do espírito deste conceito, a guerra é uma luta intelectual que terminará com o triunfo dos cérebros mais privilegiados.

Nos nossos dias, a expansão do âmbito de luta nos campos científico e industrial abriu novos horizontes à corrente intelectualista, que propende a dominar o espírito da época.

Revista da Cavalaria

Finalmente, a doutrina espiritualista afirma a preponderância das forças morais na guerra e a sua influência decisiva, e quase exclusiva, sobre o triunfo. Para o espiritualista o factor anímico, traduzido na alma dos chefes e no coração dos soldados, continua ainda a ser o elemento básico da vitória.

Expressámos, com a mesma convicção, três conceitos que, não obstante se apoiarem em premissas igualmente justas, conduzem a afirmações, de certo modo, contraditórias. Esta aparente desarmonia, aliás apenas de ordem especulativa, provém do sentido acentuadamente exclusivista com que, por vezes, são analisados os diferentes ângulos do problema.

O estudo sereno e imparcial das condições em que as diferentes guerras se desenvolveram, desde a antiguidade até aos nossos dias, e o exame profundo das circunstâncias em que foram logrados os êxitos nelas contidos, demonstram-nos à evidência, que a esfera de equacionamento do magno problema ultrapassa o limitado campo de análise dos citados conceitos doutrinários.

Hoje, mais do que nunca, a verdadeira determinante da vitória reside no valor absoluto do conjunto com base no índice positivo de todos os factores. A evolução vertiginosa da ciência modificou de tal forma o quadro do nosso século, que não é fácil conceber-se uma moderna teoria de guerra sem o complemento harmónico do espírito pela matéria, quer se trate de uma nação beligerante, ou seja no âmbito da estratégia, quer se trate de

Revista da Cavalaria

uma força armada e das suas operações, ou seja, no âmbito da táctica.

A guerra continua a ser hoje — como o foi ontem e há-de ser amanhã — um choque de vontades que, mediante o concurso dos valores morais, intelectuais e materiais, podem ser aumentadas ou diminuídas em grau e sentido decisivos. Portanto, em última análise, o factor determinante do êxito será — entre todos os enunciados — aquele que, no momento crucial da luta, originar o necessário desequilíbrio do conjunto a favor do vencedor.

Major ANTÓNIO DE SPÍNOLA



A

D. C. B.

NO QUADRO DIVISIONÁRIO

pelo Brigadeiro ESTEVES PEREIRA

— Missões genéricas dos carros

Supondo os carros divisionários agrupados orgânicamente em um G. C. C. e mais três ECCI, que o Comt. Div. pode dar como reforço aos R. I., as missões genéricas podem-se estabelecer como segue:

- 1 — Protecção dos elementos dos P. Av. G. contra os carros In.;
- 2 — Alguns elementos de apoio às fracções em P. Av. C.;
- 3 — Serem incluídos no dispositivo dos B. I. em 1.º escalão, dentro ou fora dos C. R. por estes organizados;
- 4 — Darem profundidade à P. R., incluídos nas reservas de B. I. e nas de R. I. (2.º escalão);
- 5 — Executarem contra-ataques, em qualquer dos escalões, contra os blindados In., e bem assim, em colaboração com as reservas divisionárias.

Os carros actuam, não só *estaticamente*, dentro, ou na proximidade, dos C. R., mas também *dinamicamente*, por contra-ataques, ou sós, ou com acompanhamento da Inf. Estão, neste caso, alguns contra-ataques executados pelas reservas divisionárias, quando por exemplo, a P. R. tenha sido «*mordida*», formada uma pequena bolsa In. e seja necessário reduzi-la, após a *colmatagem* do seu contorno, pelas reservas dos B. I., atingidos.

N. R. — Ver o artigo publicado no número de Março-Abril.

Revista da Cavalaria

A sua versatilidade de actuação é devida às suas principais características, que podemos, assim, enunciar:

- mobilidade,
- poder de fogo,
- acção de choque,
- agressividade,
- violência,
- surpresa (pela combinação da velocidade, potência e flexibilidade de movimentos),

o que lhes dá enormes possibilidades, não só para o tiro, com o casco desenhado, atrás de uma crista, ou coberto, como mesmo de dentro dos C. R. poderem cooperar em contra-ataques imediatos, ou, em proveito dos P. Ap. da frente, ou, com a cooperação das reservas locais, em contra-ataques para restabelecer a integridade dos C. R.

Os carros affectos às reservas dos B. I. em 1.º e, mesmo, em 2.º escalão, podem ter missões de *detenção* ou de *contra-penetração* dos carros In., que se tenham infiltrado, com o dispositivo de ataque In. pelos *corredores*, para dentro da P. R. e que não tenham sido imobilizados, ou destruídos, pelas defesas passivas, ou activas, implantadas, em especial, nesses *corredores* de progressão.

A distribuição normal de 1 G. C. C. e de 3 E. C. C. I., num sector divisionário, em defesa normal, será, por exemplo (1):

- nos P. Av. G. — 1 E. C. C. I., como reforço do R. I., ou R. I. (—), que ocupe esta linha de informação e retardamento;
- nos P. Av. C. — 1 Pl., ou Secs. C. C., dados como reforço às fracções dos B. I. (1.º esc.) destinadas a esta linha de vigilância e de informação;
- na P. R. — 1 E. C. C., a cada R. I. em 1.º esc. sendo:
 - aos B. I. em 1.º esc. — 1 a 2 Pl. C. C. a cada B. I.,
 - aos B. I. em 2.º esc. — os restantes, dentro da dotação do R. I.;

(1) Vide «croquis».

Revista da Cavalaria

— nas Res. Div. — 1 E. C. C., dado ao R. I. (2.º esc.) ou de reserva, que geralmente recolhe dos P. Av. G.; o G. C. C. divisionário, principal reserva de carros da D. I.

Além deste dispositivo a que podemos chamar *normal*, numa frente normal, o Comt. da D. I. pode reforçar um dos R. I. em 1.º esc. com 1 E. C. C., tirado do seu G. C. C., quando veja necessidade, dentro do Plano da D. C. B., de exercer *maior esforço* anticarro, no sector mais ameaçado.

Também pode acontecer ser a D. I. reforçada com 1 G. C. C. suplementar e, então, o Comt. da D. I. tem amplas possibilidades para poder reforçar, com 1 E. C. C., ou um, ou os dois R. I., em 1.º esc., e, ainda, ficar com uma boa reserva de carros.

Da mesma forma, se um R. I. em 1.º esc. for reforçado com outro E. C. C., pode dar aos B. I. em 1.º esc. um reforço de carros e até à dotação de 1 E. C. C., ao B. I. mais ameaçado. Isso só é de adoptar quando esse B. I. estiver implantado a cavaleiro de uma penetrante principal e, por isso, muito ameaçado de penetrações importantes de carros In.

Em qualquer das situações, o Comt. dos Carros, em qualquer escalão, dados como reforço a uma subunidade, é sempre o *conselheiro técnico* do Comt. dessa subunidade, não só para a implantação dos seus carros, dentro ou fora dos C. R., como para a coordenação destes com as restantes armas anticarro da Inf. Já, na D. I., como vimos, o Comt. do G. C. C. era o *conselheiro técnico*, no planeamento total da D. C. B. divisionária, em coordenação com o C. A. D. e o C. E. D.

A missão principal dos carros affectos a subunidades em 2.º esc. (B. I. ou R. I.) é a de contra-ataques.

Já dissemos que estes podiam ser executados só com carros, ou com acompanhamento de fracções da Inf., dessas reservas e de outros elementos.

Assim, supondo o contra-ataque efectuado pelo *binómio Inf.-Carros*, estes podem:

- reforçar, pelo movimento e pelo fogo, o escalão de ataque,
- apoiar o ataque, das suas posições de tiro,
- executar um ataque convergente, ou separado,
- combinar estes processos.

Revista da Cavalaria

As posições de tiro, a ocupar pelos carros, quer dentro dos C. R., em *missão estática*, ou nos contra-ataques, em *missão dinâmica*, podem ser de três categorias:

- *principais* — posições-base, no dispositivo da D. C. B.,
- *de alternativa* — posições para prolongar a sua acção anticarro, para a frente das posições principais,
- *suplementares* — para fazer face a um ataque flanqueante, ou pela retaguarda.

Postas estas noções, podemos resumir, dizendo que as missões gerais dos carros, dentro de um Plano de D. C. B. são:

- *nos P. Av. G.* — Iludir o In., desorganizar o esc. de ataque e retardá-lo, além de colaborarem na Informação;
- *nos P. Av. C.* — Iludir o In., informar, apoiando os elementos de vigilância dos B. I. em 1.º esc., guarnecendo essa linha;
- *nos B. I. em 1.º esc.* — Garantirem a defesa anticarro, na frente e em profundidade, por contra-ataques de B. I.;
- *Nos B. I. em 2.º esc.* — Aumentarem a profundidade da D. C. B. e participarem em contra-ataques de R. I.;
- *Nas Res. Div.* — Darem profundidade à D. C. B. e à Pos. Def. e, em especial, conduzirem contra-ataques divisionários, de maior envergadura, do que os anteriores, mas que estejam dentro da capacidade defensiva da D. I.

Para maiores *reações ofensivas*, tendentes ao restabelecimento da continuidade da frente, *bastante «mordida»* por uma *brecha*, ou *bolsa*, In. e que saia fora das possibilidades divisionárias, terá de ser montado, pelo escalão superior (geralmente o C. E.), um *contra-ataque preparado*, na base de uma nova D. I. com apoio forte da Art. (geralmente toda a Art. do C. E.) e com forte dotação de carros do escalão superior. Sai este problema do âmbito do que nos propusemos tratar, agora.

Mas, no caso de uma *bolsa* formada e que esteja dentro das possibilidades divisionárias, a primeira coisa a fazer é *colmatar o seu contorno exterior*, *fixar bem as charneiras* e, nessa colmatagem, o dispositivo de D. C. B., rapidamente organizado com os carros e armas anticarro das reservas não empenhadas, (de B. I. ou de R. I. conforme a profundidade

Revista da Cavalaria

e localização da bolsa) terá por missão, em primeira urgência, evitar novos ataques de carros In., tendentes ao alargamento da brecha, ou ao seu aprofundamento. É claro que, por minucioso que o Plano da D. C. B. seja, não é possível tudo prever-se e, por isso, essa colmatagem e esse *esboço* de D. C. B., sobre a orla da brecha tem de, fatalmente, ser improvisado e da exclusiva iniciativa dos Comts. das reservas, não empenhadas, em colaboração com o Comt. dos carros disponíveis, junto a essas reservas. São decisões que têm de ser rápidas e enérgicas; o Comt. da D. I. sancionará, ou modificará, ulteriormente, esse rápido dispositivo criado.

O caso do contra-ataque à base de uma D. I. será mencionado, mais adiante, no capítulo do ataque.

Todas estas missões dos carros, como, de resto, de todos os órgãos activos e passivos da D. C. B., virão expressos no *Plano de D. C. B.*, parte integrante do *Plano de Defesa*, elaborado na 3.^a Rep. do Q. G. divisionário, como dissemos. Por isso, não se julga necessário, na *Decisão* do Gen. Comt. da D. I., vir expresso o capítulo «D. C. B.», com a indicação do *eixo, ou zona, de esforço anticarro*, nem a indicação do seu prolongamento para a retaguarda da P. Def., como era de uso fazer-se.

Normalmente o eixo de esforço da D. C. B. deve coincidir, mais ou menos, com o eixo de esforço da D. I., materializado pelos reforços dados aos R. I. em 1.^o esc., pela maior profundidade dada à P. R., pela colocação das reservas divisionárias, pelo reforço, em Ap. Dir., dado a esse R. I., pela orientação do eixo de actuação da Art. de Ac. Conj. Mas casos há, se bem que pouco normais, em que o eixo de esforço da D. C. B. pode não coincidir com o da D. I. e, então, o *Plano da D. C. B.* o indicará explicitamente, ou pelo próprio dispositivo e missões atribuídas às várias armas anticarro, ou pela colocação de maior, ou menor, densidade de meios activos e passivos nesses eixos, ou direcções.

Como o Plano de D. C. B. está integrado no *Plano de Conduta da Defesa* do sector divisionário, é aqui que se prevê, em face de todas as hipóteses possíveis de ataque In., as contramedidas de defesa anticarro e outras, a adoptar em cada uma dessas hipóteses.

Antigamente, era o Comt. da Inf. Div. que coordenava, com o C. E. D. e o C. A. D., o plano de actuação de todos os órgãos da D. C. B. Hoje, que deixou de existir o C. I. D., é o Comt. do G. C. C. o *coordenador técnico* da D. C. B., trabalhando em íntima colaboração com o C. E. D. e o C. A. D. É claro que se supõe que o Comt. do G. C. C. está perfeitamente integrado na *Ideia de Manobra* do Gen. e,

Revista da Cavalaria

portanto, da sua orientação do esforço, o que o vai guiar, como técnico que é, para estabelecer a zona ou eixo de esforço de todo o sistema da D. C. B., de acordo com as propostas do C. E. D. (no tocante aos obstáculos activos e passivos) e do C. A. D. (relativas ao apoio das Arts. divisionárias).

Também é de notar que o 2.º Comt. da D. I. não pode tomar a seu cargo essa coordenação (à semelhança do antigo C. I. D.), por ser o superintendente responsável pelos Serviços da D. I., o que lhe dará já muitas preocupações, além de missões especiais que o Gen. Comt. possa ter que lhe confiar, por necessidade absoluta.

Resta-nos falar da defesa anticarro na Z. Art. Esta, nas suas posições em Ap. Dir. e em Ac. de Conj., tem orgânicamente precários meios de defesa próxima, mormente contra os carros In. que cheguem a essa zona. Defender-se-á, apoiada por fracções das reservas divisionárias, que lhe estejam próximas, com as suas próprias peças, em tiro directo, às pequenas distâncias e com os canhões de Art. A-A, em protecção dos agrupamentos, esta sem prejuízo da sua missão específica, fazendo fogo terrestre anticarro, para o que é apta pelas características do seu material. A Art. tem, ainda, algumas armas anticarro, mas em pequena quantidade.

Será aos carros, mantidos em reserva divisionária (geralmente o G. C. C., ou o G. C. C. (—)), que competirá *acudir*, rapidamente, a estas situações de apuro, para livrar a Art. Div. da destruição, o que acarretaria uma quebra enorme no potencial de reacção de toda a D. I. Por isso, o emprego do G. C. C. divisionário deve merecer toda a atenção e grande cuidado.

Salvo a necessidade absoluta de se ter de dar algum reforço a um RI em 1.º esc., além do E. C. C. I. já dado, deve-se, sempre que possível, *conservar na mão o G. C. C. completo*, de forma a poder *actuar como um todo* em contra-ataques, ou das formas seguintes, como variantes:

- efectuar um contra-ataque em massa,
- aumentar a potência de um contra-ataque da Inf. (reservas divisionárias),
- aumentar estáticamente a profundidade,
- actuar, como força de cobertura, à frente da P. Def., ou todos P. Av. G., caso não haja à sua frente uma força de cobertura.

Revista da Cavalaria

Neste último caso, excepcional de resto, o G. C. C. pela sua capacidade de actuação, ajusta-se à missão de P. Av. G. fortes, que é, em síntese:

- informar o Comd.,
- desorganizar o dispositivo de ataque In.,
- iludir o In. quanto à verdadeira localização da P. R.,
- retardar este, por acções sucessivas, quebrando-lhe o ímpeto do ataque.

Mas, fora deste caso, a distribuição normal do G. C. C. será:

- ser *todo* atribuído à reserva divisionária,
- ser atribuído *em parte* a um R. I. em 1.º esc., caso seja muito necessário,
- ser atribuído à *reserva* divisionária, mesmo desfalcado,
- ser *reforçado*, com meios suplementares, e *constituir uma forte reserva divisionária*.

Neste último caso, esta forte reserva está em condições óptimas para poder tomar parte na redução de uma bolsa In., caso a que já aludimos atrás. Nesse caso, esse contra-ataque para a redução da bolsa, será apoiado por toda a Art. da D. I. com tiros, não só à frente da bolsa mas no seu interior. Esse contra-ataque terá apenas, como objectivo, restabelecer a integridade da frente pela reconquista da porção da L. P. R. perdida anteriormente.

Num «croquis» esquemático, que aqui se junta, apresentamos um dispositivo de um *Plano de D. C. B.* divisionário, em frente normal, para maior elucidação das considerações que acabamos de fazer.

*

Num caso de uma *defesa em grande frente*, o dispositivo geral divisionário é menos denso e com maior profundidade.

A D. C. B., nestes casos, apresenta-se, no seu conjunto, como *mais fluida*, mas essa *fluidéz* não deve afectar aquelas *zonas*, ou *corredores*, principais de ataque de blindados In.

Revista da Cavalaria

Deve-se estabelecer maior densidade nos sectores da frente mais ameaçados e levar o dispositivo, em profundidade, ao longo das principais penetrantes, ou desses *corredores* mais perigosos.

Fundamentalmente, o *esquema*, chamemos-lhe assim, da D. C. B. não é diferente. Apenas é de acentuar que as reservas, em carros, tanto dos R. I. em 1.º esc. como os das reservas divisionárias, devem ser mais substanciais, com o fim de, por meio de contra-ataques rápidos e, fatalmente, a maiores distâncias, poderem fazer face a uma penetração In., através do dispositivo menos denso e de maiores intervalos de uma defesa em grande frente. De resto, nos C. R., como a ocupação é normal, tudo se resume em defender bem os intervalos e distâncias entre eles.

Assim, nesta situação, é de considerar, sempre, um reforço de unidades de carros à D. I. sem o que, a sua defesa, já precária, pela frente a manter, se tornará, mais precária ainda.

A mobilidade e velocidade dos carros de reserva divisionária, dispostos em posições judiciosamente escolhidas, se deverá o êxito de contra-ataques rápidos, a fim de se restabelecer a integridade da frente.

Ainda é de considerar, nesta situação, um aumento de obstáculos e de defesas activas de toda a espécie. Um obstáculo natural — curso de água — é sempre de prever, ou de aproveitar, num caso de defesa em grande frente.

*

Na situação de *movimentos retrógrados* e na *retirada*, os carros, como o esqueleto principal da D. C. B., têm um papel de grande relevância, pois que o carro pode *romper o combate* facilmente e é iminente-mente apto para as acções retardadoras.

Quer empregados nas G. Ret., quer implantados no dispositivo dos P. R. T., eles actuarão, não só, *em detenção* dos carros In., como efectuarão *contra-penetrações*, quando colocados em reserva, ou 2.º esc.

Mas o seu principal papel, nestas situações, é formarem o *núcleo principal dos Dest. Retd.*, que, manobrando entre as linhas sucessivas de resistência, vão quebrando, material e moralmente, a capacidade ofensiva do adversário. Uma unidade de carros, elementos de Inf. Motor., fracções de Eng. e Trams., formarão um Dest. Retd. de alto valor, a que se poderá juntar, ainda, algumas fracções de reconhecimento, como o E. R. D., ou de meios suplementares, postos à disposição da D. I.

Revista da Cavalaria

*

O G. C. C. pode intervir, em qualquer destas situações, contra *acções de aerotransportados*, lançados nas retaguardas da Pos. Def., ou de qualquer das Pos., num caso de movimentos retrógrados.

Contra tropas aerotransportadas, o G. C. C., reforçado, ou não, com elementos de Inf. autotransportada, pode actuar, por ataques rápidos contra as *testas de desembarque aéreo* In., antes que este se possa organizar em todas as direcções e, daí, partir para acções contra as retaguardas amigas.

Conjuntamente, devem ser organizadas, nas retaguardas da Pos. Def., na Zona dos Serviços, por exemplo, sistemas de defesas passivas, nas áreas prováveis de desembarques aéreos — planícies, planaltos, áreas próximas de bosques, etc. — que sejam favoráveis ao seu lançamento e que, convenientemente dispostas, desorganizarão, de entrada, o seu estabelecimento e reunião, dando, assim, tempo a poderem ser lançados os contra-ataques de blindados da defesa.

Um sistema, muito perfeito, *de alerta e de alarme*, é essencial, nestes casos, para não haver perdas de tempo na transmissão das notícias de desembarques aéreos In., e na conseqüente reacção da defesa. Estas disposições farão parte, como é fácil de ver, do *Plano geral da D. C. B.*

B — A D. C. B. no ataque

Tanto num dispositivo *descentralizado*, como *centralizado*, os carros são, ainda, no ataque, o *esqueleto* da D. C. B.

Assim, no 1.º caso, os carros, pertencentes aos Ag. Tat. de 1.º esc., terão a *parte activa* da D. C. B., atacando as armas anticarro e os carros In., que se queiram opor à progressão do escalão de ataque. Quer progridam *carros à frente*, *Inf. atrás*, ou *Inf. à frente e carros atrás*, os carros apoiarão sempre a Inf. pelas suas acções ofensivas, atacando os carros e as armas anticarro In. e reduzindo as principais resistências, enquanto as armas anticarro da Inf. terão, especialmente, um papel defensivo anticarro, não só no escalão de ataque, como nas reservas.

Normalmente, um dispositivo descentralizado comporta 2 Ag. Tat., em 1.º esc. e 1 ou 2 Ag. Tat. de 2.º esc. (reservas divisionárias). Considerando a D. I. reforçada com 2 G. C. C., com uns 6 G. A. C. 10,5,

Revista da Cavalaria

1 G. A. C. 14 e 1 B. Eng. — o que é normal no ataque — podemos considerar um dos Ag. Tat. de 1.º esc. constituído por:

- 1 R. I.,
- 2 G. A. C. 10,5,
- 2 E. C. C.,
- 2 C. C. Eng.,

podendo, o que faz o esforço, ser até reforçado com 1 G. C. C. completo. Assim, os 2 E. C. C. farão a parte activa da D. C. B., enquanto as armas anticarro orgânicas do R. I. executarão a D. C. B., próxima, do escalão de ataque e das reservas regimentais.

Os carros reservados ao, ou aos, Ag. Tat. de 2.º esc. completarão a D. C. B., em profundidade e, uma vez tendo penetrado na P. R. In. o escalão de ataque divisionário, procederão, por acções de envolvimento, à redução dos C. R. In. que ainda tentem resistir.

Uma vez rota a P. R. In., segue-se uma exploração de âmbito limitado, a que poderemos chamar *exploração próxima*, em que o, ou os, Ag. Tat. de 2.º esc. terão a missão de, rapidamente, progredirem e atacarem as reservas divisionárias In., tentando destruir-lhes, ou, pelo menos, diminuir-lhes o seu potencial. Aí, todo o sistema atacante divisionário tem de se defrontar com os contra-ataques divisionários In., o que dará lugar a acções de carros contra carros, em que a sua mobilidade e poder de fogo, apoiados pela Art. de Ap. imediato dos próprios Ag. Tat., será posta à prova com o máximo de intensidade.

A Eng., dada na constituição dos Ag. Tat., terá um papel importantíssimo, primeiro, na remoção das minas, dentro dos *corredores* do ataque e que não tenham sido explodidas pela preparação da Art.; depois, pela redução de certas resistências, em que os meios da Eng. sejam chamados a intervir: *corte de arame*, *destruição de abrigos*, com petardos e cargas explosivas, *destruição de abatizes*, *cortaduras*, etc., para o que os *bengalórios* e outros meios técnicos terão largo emprego.

Portanto: os carros, em íntima cooperação com a Inf., impulsionarão o ataque e farão a parte activa da D. C. B., a Art. apoia imediatamente o escalão de ataque e as reservas e a Eng. *abre caminho*, apoia constantemente a Inf. e os carros. Pelo que se vê, a íntima cooperação, das quatro Armas — incluíamos os carros como Arma — é mais uma prova flagrante da sua interdependência no campo de batalha, sem a qual se não pode considerar, nem coesão no ataque, nem uma coesão séria na defesa.

Revista da Cavalaria

No 2.º caso, em um dispositivo centralizado, os R. I. terão o apoio e a protecção da Art., mantida na mão do Chefe. Os carros serão, normalmente, dados *como reforço* aos R. I. de 1.º esc., se o terreno o permitir e cooperarão, nas reservas divisionárias. Para o efeito da cooperação na D. C. B., o papel dos carros é idêntico ao que analisámos no caso do dispositivo descentralizado. A única diferença é a seguinte: neste caso, os carros (normalmente 1 E. C. C. por R. I. em 1.º esc.) são um reforço do R. I., como o é 1 C. C. Eng., dada igualmente, como meio suplementar, mas sem constituírem mais que 1 R. I. reforçado, apoiado e protegido pela Art. Div.; no caso precedente, Inf., Carros, Art. e Eng. formam um *bloco único*, com um Comando único, e que pode efectuar, dentro de si, as combinações de fogos e de movimento, de progressão e de manobra de resistências, com certa independência de movimentos, de acção, contanto que siga uma directriz marcada e atinja um objectivo assinalado.

Há toda a vantagem, mesmo dentro da técnica da D. C. B., empregar-se o dispositivo descentralizado, mormente quando a Z. Ac. da D. I. seja larga e seja necessário espaçar bastante as *frentes de rotura* dos Ag. Tat., que, assim, terão de estabelecer ligações interiores e exteriores, nos objectivos intermédios, para que se não perca a coesão da acção.

No caso de centralização, caso de uma Z. Ac. normal, facilidade de ligações e de observação da Art., organizações sumárias, ou pouco profundas, do In., a vantagem de ter a Art. na mão do Comando e poder concentrar a sua acção, faz adoptar este processo; então a D. C. B. terá, não só, o esforço ofensivo dos carros, mas a própria acção da Art. em perfeita coordenação.

A D. C. B. é idêntica nos dois casos, como vemos: ou os carros estejam integrados nos Ag. Tat., ou sejam um reforço dos R. I.; o modo de actuação é o mesmo; a sua acção será sempre uma D. C. B. activa pelo fogo e pela manobra, deixando às armas anticarro dos R. I. um papel de mera defesa contra os carros e as armas In. Nos dois casos, a acção da Eng. é idêntica e a cooperação da Aviação, no seu tiro ao solo, é semelhante, o mesmo se dando com as missões de interdição e de isolamento do campo de batalha. Em determinados casos, a Aviação pode reforçar a acção da Art. Div. nos ataques às reservas e às posições de Art. In.

Uma vez rota a Pos. Def. In. segue-se a *exploração*, a que poderemos chamar *afastada* e que é do quadro do C. E., ou do Ex. Nessa exploração, os carros e Inf. Motor. tem o seu mais importante papel.

Revista da Cavalaria

Ainda a exploração pode ser apoiada por acções de aerotransportados, lançados à retaguarda do In. em retirada, para evitar a sua estabilização. Os destacamentos blindados e motorizados, com a sua velocidade e mobilidade, poderão coadjuvar essas acções e contribuir para a *desarticulação* do dispositivo de retirada In.

No início do ataque, ou no seu desenvolvimento, pode haver necessidade de se transpor um curso de água.

Para esse efeito, é necessário, a maior parte das vezes, constituirem-se *testas de ponte*, para permitir que a Eng. possa lançar as suas pontes para a passagem dos grossos, da Art. e dos Carros. Nestas testas de ponte e, desde o início da sua instalação, é necessário estabelecer-se um esboço de D. C. B., com as armas anticarro dos elementos de Inf., que primeiro transpuserem o obstáculo, geralmente em meios descontínuos, ou em passadiços.

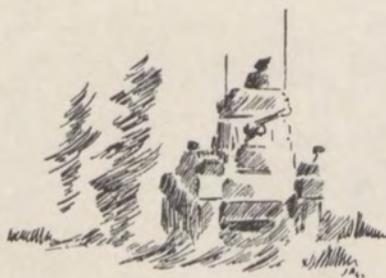
Logo que se instalem as pontes metálicas, que permitam a passagem de carros, uma fracção destes instalar-se-á, desde o mais cedo possível, na orla exterior da testa de ponte, para constituir o elemento principal da D. C. B. e, assim, opor-se a um contra-ataque de carros, que nesse momento *crítico* da transposição, poderia ser desastroso para a tropa atacante.

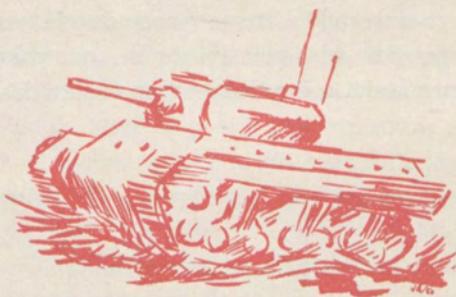
Em resumo: Como na defesa, no ataque, tem de ser montado um sistema coordenado e harmónico de D. C. B.; a diferença é que, na defesa, o sistema é *mais estático*, exceptuando, claro está, as acções de contra-ataque, em que os carros *defendem atacando*, naqueles verdadeiros «*momentos ofensivos da defensiva*», e, no ataque, o sistema é, como não podia deixar de ser, *mais dinâmico*, exceptuando o papel meramente defensivo das armas anticarro dos R. I., que trabalham em proveito das fracções de Inf. a que, orgânicamente pertencem. Na chegada aos objectivos, nessas paragens necessárias, ou para reajustar o dispositivo, ou para deslocar a Art., ou a observação, ou, ainda, para efectuar uma ultrapassagem, de uma subunidade desfalcada, ou fatigada, nesses verdadeiros «*momentos defensivos da ofensiva*», a D. C. B. instala-se sumariamente, em sobreposição, como sempre, do próprio dispositivo dos R. I., ou dos Ag. Tat. divisionários e opera como na defesa.

No caso de um contra-ataque efectuado por uma D. I., no quadro de actuação de C. E. para reduzir uma grande *bolsa*, formada no dispositivo defensivo e que não possa ser reduzida pelos meios da, ou das D. I. afectados pela penetração In., esse contra-ataque reveste a forma

Revista da Cavalaria

de um verdadeiro ataque de D. I., de objectivo limitado (restabelecimento da anterior L. P. R.) e com o apoio total, não só, da Art. do C., das Arts. das D. I. afectadas e da Art. da D. I. contra-atacante. Neste caso, a D. C. B., dentro do plano do contra-ataque, tem as mesmas características e obedece à mesma técnica que a D. C. B. num ataque vulgar, tendo, em especial atenção, primeiro, os carros In. que contra-ataquem dentro da bolsa e, depois de restabelecida a antiga frente da P. R., os contra-ataques das reservas da unidade que fez o ataque e formou a bolsa, na tentativa de não deixar efectuar esse restabelecimento, ou, ainda, novos elementos de carros que o In. lance para a frente, uma nova tentativa de manter as posições conquistadas. Por isso, é de preconizar o reforço de carros à D. I. que vai efectuar este contra-ataque, para se sentir em superioridade de penetração na bolsa e para a poder garantir, uma vez recuperado o terreno perdido. Normalmente essa D. I. ficará guarnecendo a frente reconquistada, rendendo uma, ou parte, das D. I. mais atingidas pelo ataque In., que passarão a 2.^a linha, ou irão para a retaguarda, a fim de serem reconstituídas.

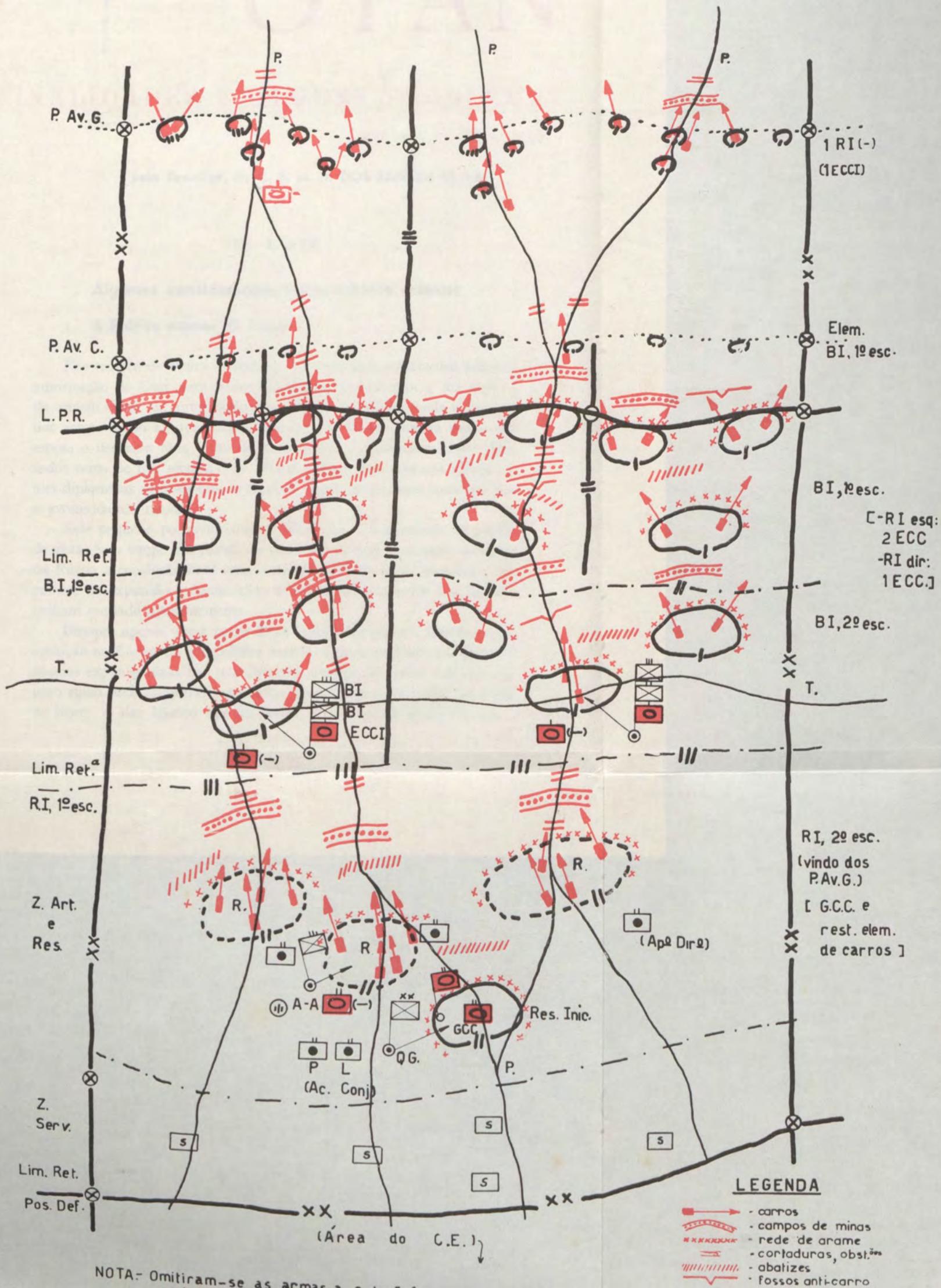




A D.C.B. NO QUADRO DA D.I.

FRENTE NORMAL
(Dispositivo esquemático)

-DI ref. com 1G.C.C.,
-Esforço na esq^{da},
-Ocupação normal,

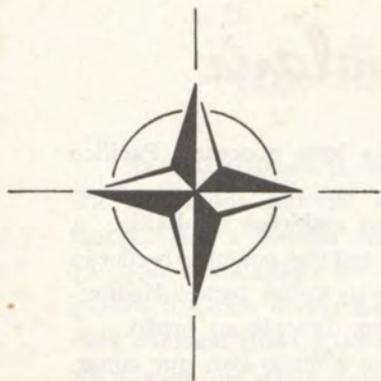


LEGENDA

- carros
- campos de minas
- rede de arame
- contaduras, obst.ºs
- abatizes
- fossos anti-carro

NOTA: Omitiram-se as armas a e da Inf. por impossibilidade de marcação

Brigada Estevão Pereira



A

OTAN

FINALIDADES E ALGUNS PROBLEMAS

pelo Ten.-Cor. do C. E. M. H. DOS SANTOS PAIVA

IV PARTE

Algumas considerações sobre o bloco oriental

1. A Política externa da Rússia

Nos tempos de Pedro o Grande, um diplomata estrangeiro solicitou autorização do Czar para poder abandonar a corte com a sua esposa, de origem russa; tal autorização não lhe foi concedida, tendo o imperador acrescentado ao apaixonado marido que se este amava muito sua esposa e desejava tê-la junto de si, se poderia naturalizar russo! Passados cerca de três séculos o Sr. Molotov dava uma resposta idêntica a uns diplomatas ingleses que se haviam ligado pelos laços matrimoniais a jovens damas russas!

Este pequeno pormenor traduz afinal uma continuidade de pontos de vista. Se o tempo nos permitisse desenvolver aqui a evolução histórica da Rússia a conclusão final seria a de que a U. R. S. S. mantém a sua política de expansão e dominação, se bem que os aspectos e a fachada tenham mudado aparentemente.

Diremos apenas que a partir do 13.º século em que a Rússia fez a sua aparição na Europa, a sua política externa tem-se caracterizado por tendências expansionistas nas três direcções através das quais o imenso espaço russo pode encontrar boas saídas para o Mar, e que são, no sector do Norte, o Mar Báltico (guerra contra a Suécia), no sector do Sul, o

Revista da Cavalaria

Mediterrâneo (guerras contra a Turquia) e a leste o oceano Pacífico (guerra contra o Japão).

Depois de ter em parte satisfeito as suas ambições no Báltico, a política de expansão russa do século XIX manifesta-se por uma oscilação periódica entre o Oeste e o Leste, ora visando as saídas para o Mediterrâneo, ora sonhando com o domínio asiático em direcção ao Japão.

Com a última grande guerra, a Rússia foi o único País que conseguiu vantagens territoriais importantes pela anexação das repúblicas bálticas e pela nova demarcação da sua fronteira com a Polónia em consequência da conferência de Yalta.

Segundo os dirigentes comunistas a Rússia deve ser considerada como o motor que acciona a história universal, a alma de todos os movimentos revolucionários e o mentor espiritual de todos os povos.

Daqui resulta a característica de intolerância absoluta do regime comunista, a qual aliada ao seu dinamismo e ao valor que atribui às forças materiais, orientam e condicionam a sua política. As previsões estão na base desta política; se há equilíbrio de forças isso impõe que se pare e se aguarde que a situação varie favoravelmente no sentido de prosseguir com os objectivos em vista.

Poderemos dizer que a política russa é universal e visa à dominação do mundo, por meio de um avanço lento mas contínuo, calculado e premeditado, balanceado entre o pacifismo e a guerra e com limitações não somente no plano exterior como no quadro interno.

A ponte de Berlim e a guerra da Coreia são dois factos que confirmam esta política de avanços e suspensões: acção de força no ponto fraco e na devida oportunidade, mas limitada de maneira a evitar complicações que pudessem provocar a eclosão da guerra mundial.

Nos primeiros tempos da revolução comunista esta política de dominação mundial teve um período inicial de experiência durante o qual foi tentado o apoio de outros países por meio da expansão ideológica; não deu porém os resultados desejados. De 1924 a 1936 os Russos tentaram fortalecer a sua posição dividindo os outros países; também não deu os resultados pretendidos e então os dirigentes russos compreenderam que para o prosseguimento dessa política a Rússia só podia contar consigo mesmo; foi assim que passaram a actuar e quando terminou a 2.^a grande guerra a sua posição estava largamente fortalecida, como já dissemos.

No que diz respeito à Europa, como a Alemanha é presentemente um elemento chave, a política russa visa, como mínimo, impedir a entrada desse grande país na esfera ocidental e, como máximo, levá-lo para o campo oriental.

Revista da Cavalaria

Na Ásia a Rússia já conseguiu incluir a China na sua órbita, dando-lhe uma ajuda material, económica e espiritual de excepcional importância. Mas a história diz-nos que a China jamais foi absorvida por qualquer dominação e isso permite-nos pôr em dúvida o que se passará quando a China deixar de ter necessidade da Rússia. Sob o ponto de vista nacional russo o desenvolvimento e a libertação da China não se nos afigura que sejam convenientes, mas sob o ponto de vista internacional do comunismo o problema situa-se em posição inversa. Estes dois aspectos, o nacional e o internacional, apresentar-se-ão algum dia face a face e poderão constituir problema grave para os dirigentes russos? A história se encarregará de responder e por nós fazemos votos para que assim aconteça.

Ainda na Ásia, a Índia constitui um dos países que mais atrai as atenções da Rússia.

Na África os russos prosseguem na conquista de simpatizantes.

2. O comunismo e os comunistas

As considerações que se seguem são baseadas numas conferências proferidas por um subdito britânico, que durante vinte anos militou no partido comunista inglês, onde atingiu posições de relevo tendo chegado a dirigente nacional e a um dos cargos mais importantes do jornal *Daily Worker*. Em 1948 abandonou o comunismo, porque compreendeu uma outra filosofia que considerou superior à filosofia comunista; presente-mente este homem é católico.

O testemunho que acabamos de citar julgo que será um dos mais valiosos para bem nos fazer compreender a forma como os próprios comunistas encaram o comunismo.

Para o comunista o comunismo é:

- o sonho de uma melhor sociedade;
- uma revolta contra as imperfeições da ordem social actual;
- um movimento revolucionário, pela força das armas se tanto for preciso, e que se destina a, à custa do sacrifício próprio, melhorar condições de vida dos descendentes;
- um movimento espiritual, que constitui uma crença, um mito ou uma verdadeira religião.

Sem entrar no desenvolvimento destes ideais, diremos que o comunismo é uma estranha mistura de bom e de mau, o qual fazendo apelo

Revista da Cavalaria

a alguns aspectos generosos da natureza humana, recorre, por outro lado, aos mais baixos sentimentos do homem.

Para um comunista a finalidade do comunismo é naturalmente a organização de um mundo exclusivamente comunista. Ele compreende que não pode durar indefinidamente senão num mundo não dividido, e, assim, é preciso destruir o capitalismo e o seu mundo. O instrumento que deverá realizar esta destruição é o partido comunista internacional.

Para a execução doutrinária desta luta o partido comunista utiliza um método baseado naquilo a que chamam «as quatro contradições do capitalismo» e que são:

- 1.º — o conflito de interesses irreconciliáveis entre o trabalhador e o utilizador, ou seja o capitalista;
- 2.º — o conflito de interesses irreconciliáveis entre os povos coloniais e as potências imperialistas que os dominam;
- 3.º — o conflito de interesses entre as próprias potências capitalistas;
- 4.º — o conflito de interesses entre o mundo comunista e o mundo não comunista.

As três primeiras contradições são devidas a Marx e a 4.ª é da autoria de Lenine.

Estas contradições são profundamente empregadas e exploradas pelos comunistas. Através da 1.ª é fomentado o ódio dos trabalhadores contra os capitalistas, convencendo-os de que entre os dois não pode haver senão luta — a luta destas classes —, que é o principal objectivo do militante comunista nos países ocidentais e da qual são numerosos os exemplos.

A exploração da 2.ª contradição está largamente desenvolvida na Ásia e na África. A guerra da Indochina é um exemplo contra o qual os povos ocidentais têm de se precaver e nós, portugueses, não nos podemos esquecer das repercussões que poderá ter em África.

A acção dos políticos russos no campo internacional e a dos pequenos militantes em cada país visa a criar obstáculos entre as potências capitalistas, que é o objectivo da 3.ª contradição.

Finalmente, para explorarem a 4.ª contradição, os países comunistas recorrem a todos os meios ao seu alcance para ajudar os comunistas dos outros países seja onde for e como for.

Além de tudo isto o partido comunista procura preparar homens fortes, enérgicos, capazes de todos os sacrificios e inteiramente devotados ao partido, cuja vida seja dominada pela crença no seu ideal.

Revista da Cavalaria

Os comunistas formam assim elites capazes de desempenharem as funções de dirigentes; será esta minoria de homens escolhidos, que aproveitará todas as oportunidades para impor as suas doutrinas, para estabelecer o seu domínio.

Encontram-se na realidade, no mundo inteiro, pequenos grupos de homens e de mulheres, inteiramente dedicados à sua causa, trabalhando sem cessar na desintegração da sociedade na qual nós vivemos; constituem uma força combatente, organizada e disciplinada.

O actual mundo comunista que reúne várias centenas de milhões de homens, dispõe de uma doutrinação económica, social e política e acima de tudo constituiu-se numa força espiritual, contra a qual os povos que desejarem viver fora da sua órbita, terão de arranjar uma resposta no campo espiritual; se para os comunistas o comunismo é uma religião, a luta contra essa doutrina deverá ter por fim a conquista do espírito do homem do século xx. Como já noutro local dissemos, o Cristianismo será o movimento espiritual que deverá tentar essa conquista.

3. Esboço sobre economia soviética

Segundo a teoria marxista o comunismo não é apenas a comunização dos bens de produção e de distribuição, mas também o desenvolvimento económico da indústria de maneira a obter mercadorias em abundância. Sob este aspecto, o esforço desenvolvido pelos dirigentes moscovitas foi extraordinário, tendo conseguido transformar um país agrícola na segunda potência industrial do mundo.

A Rússia tem uma população de 218.000.000, com um aumento anual avaliado nos últimos tempos em cerca de 3.000.000; 45.000.000 de russos trabalham nas indústrias.

Sob o ponto de vista agrícola a Rússia dispõe de todas as variedades de culturas desde as dos países nórdicos até às regiões tropicais. Embora a proporção do solo cultivável seja apenas 7% da superfície, esta percentagem corresponde a 6,5 vezes a superfície cultivada da França, que é o dos países mais ricos.

Presentemente a Rússia possui seis grandes regiões industriais altamente desenvolvidas, além de outras de menos importância. Nesta enorme máquina industrial têm os russos possibilidades de aproveitar os seus vastíssimos recursos naturais, produzindo toda a variedade de produtos industriais conhecidos.

Julga-se, porém, que a economia soviética tem deficiências, algumas delas importantes, e que não permitem satisfazer as necessidades de con-

Revista da Cavalaria

sumo normal, obrigando os russos a recorrer aos satélites e até a outros países.

A insuficiência da rede de transportes ferroviários, a escassez de alguns metais como o cobre, o níquel e o estanho, as pequenas reservas naturais de petróleo, são pontos fracos muito importantes da economia soviética, que, juntamente com outros, poderão causar sérias preocupações aos dirigentes russos em caso de guerra e em especial se esta viesse a ser de longa duração.

4. O potencial humano

O bloco comunista, presidido pela Rússia e englobando os satélites da Europa e não considerando a China, constitui actualmente uma massa de cerca de 300.000.000 de homens, cujo aumento total nos próximos 25 anos é avaliado em 20%.

As diferentes raças e populações que constituem este bloco caracterizam-se, sob o ponto de vista físico, por uma grande resistência e uma grande rusticidade. Na sua maioria habituados a suportar um clima muito duro e em condições de conforto bastante rudimentares, pode-se afirmar que o trabalhador, o operário ou o combatente, são capazes de um esforço prolongado e violento em condições que seriam insuportáveis para os indivíduos do bloco ocidental.

Sob o ponto de vista intelectual, a cultura geral e a cultura técnica são ainda nitidamente inferiores no conjunto das populações do bloco oriental. Mas é preciso reconhecer também, que dispõem de uma elite cujo nível é dos mais elevados do mundo e à qual os satélites trouxeram uma contribuição importante. Basta dizer que na União Soviética há cerca de 1.000.000 de trabalhadores científicos, cifra muito aproximada da dos Estados Unidos, e que a preparação anual russa é o dobro da americana.

O valor moral desta população é largamente influenciado pela doutrina e pela disciplina comunistas, mas os efeitos não são os mesmos em relação às populações das Repúblicas da União, soviéticas há muito mais tempo, que em relação às jovens Repúblicas populares satélites onde as doutrinas têm sido recentemente impostas. Apesar das transferências de populações efectuadas pelos dirigentes russos, certos satélites devem constituir pontos fracos na armadura comunista.

A União Soviética que compreende cerca de 60 nações ou povos, com passados históricos diferentes, falando línguas diversas, e tendo

Revista da Cavalaria

hábitos e costumes diferenciados, é um conjunto que constitui um exemplo perfeito de estado totalitário. A união de parte destes povos e o seu valor moral foram sobejamente demonstrados durante a última guerra perante a invasão alemã; a dedicação do camponês russo à terra, mesmo com o comunismo, não representa uma palavra vã e a população agrícola da Rússia é de cerca de 60%. Esse mesmo valor moral poderá sofrer uma quebra importante no caso de uma guerra ofensiva.

A organização política funciona como uma ditadura do Partido Comunista sustentada por uma polícia extremamente potente e com grandes ramificações em todos os sectores.

A autoridade parte do vértice para a base por meio de uma burocracia dócil e de má qualidade, através da qual os chefes podem exercer o seu comando. O estabelecimento de uma espécie de aristocracia moral e as vantagens concedidas aos trabalhadores qualificados, fazem com que as grandes massas populares se mantenham resignadas e apáticas.

5. O potencial militar

Marx, Lenine, e outros doutrinadores do comunismo consideravam as forças militares como a base da política a empreender. Parece-nos de interesse apresentar algumas citações do chefe comunista chinês Mao-Tsé-Toung:

- «quem controla o exército, detém o poder, porque a guerra permite resolver todos os problemas».
- «o partido comunista deve-se preocupar inteiramente com a guerra, aprender a arte militar e manter-se pronto a combater».
- «a História não conhece senão duas espécie de guerras: as guerras justas e as guerras injustas. Nós apoiamos as guerras justas e opomo-nos às guerras injustas, toda a guerra revolucionária é justa...».
- «tudo pode resultar de um tiro de espingarda. Segundo a concepção marxista é o exército que constitui o principal factor do poder político do Estado. Para se apoderar do poder e para nele se manter é preciso dispor de um potente exército... Pode-se mesmo dizer que não se poderá refazer o mundo senão a tiro de canhão

Estes conceitos traduzem o espírito que partiu de Marx, atravessou a estepe russa e atingiu os confins da Ásia onde, parece, se refinou.

Revista da Cavalaria

Por tudo isto, as forças militares soviéticas não escapam à influência que o Partido comunista tem em todos os sectores das actividades russas. No interior destas forças existe uma organização de controle e de propaganda dependente do M. V. D., com a sua hierarquia semelhante à hierarquia militar e que já deu como resultado que 86% dos oficiais são filiados no Partido.

Tratemos agora um pouco mais detalhadamente das forças terrestres, para depois nos referirmos mais resumidamente às forças navais e às forças aéreas.

Como é sabido, logo a seguir ao advento da revolução bolchevista o Exército do Czar foi destruído e em sua substituição foi criado o primeiro exército vermelho, exclusivamente de voluntários e sem distinção de postos, no qual os chefes eram eleitos pelos seus camaradas. Era no fim, uma multidão indisciplinada sem nenhum valor militar. Logo em 1918 Trotsky estabeleceu a ordem, adoptando, como não podia deixar de ser, os princípios gerais. E é assim que em 1920 o Exército russo dispunha já de cerca de 5.000.000 de homens.

Lenine dedicou uma atenção especial à organização das forças e no período que se seguiu, de 1924 a 1939 foram tomadas todas as medidas necessárias para a constituição de um grande exército, e por tal forma que nos primeiros planos quinquenais as necessidades do Exército tinham prioridade sobre tudo.

O exército da 2.^a grande guerra atingiu um efectivo de 11 milhões de homens e era constituído por uma massa de infantaria-artilharia, com algumas unidades móveis. No fim da guerra a proporção entre a infantaria e tropas mecanizadas era de 13 para 1 e algum tempo depois esta proporção deu um salto enorme passando a ser de 2:1.

Presentemente os russos dispõem dos seguintes tipos de divisão:

- Divisão de infantaria, com cerca de 18.000 homens e uma organização ternária; além doutras unidades dispõe de 1 regimento de tanques médios e de um batalhão antitanque.
- Divisão mecanizada, com 3 Regimentos mecanizados, 1 Regimento de tanques médios, 1 Regimento de tanques pesados e artilharia automotora, 1 Regimento de obuses de 122 mm, 1 Regimento de morteiros de 120 mm, 1 batalhão de launcher-rocket» com armas de 132 mm e 1 Regimento de A. A. A. de 37 mm.
- Divisão couraçada, unidade de choque constituída por 11.500 homens.

Revista da Cavalaria

- Divisões de artilharia e de artilharia A. A.
- Divisões de cavalaria, com 5.000 homens a cavalo.

Os Corpos do Exército são constituídos por 2 divisões de infantaria e uma divisão mecanizada. A G. U. Exército é formada por 2 ou mais C. E.

O C. E. é uma unidade de comando tático dispendo de um Q. G. de artilharia para poder enquadrar grandes agrupamentos de artilharia.

A G. U. Exército mecanizado é formada por duas divisões couraçadas e duas divisões mecanizadas, com os respectivos elementos de apoio, num total de 66.500 homens.

O material das forças russas é comparável ao das forças NATO no que se refere a armas convencionais que estão em constante evolução no sentido de melhoramento. A produção russa permite satisfazer as necessidades próprias e as dos países satélites.

A doutrina tática dos russos é sensivelmente a mesma da guerra passada com as alterações correspondentes às maiores possibilidades de material. E assim, sob o ponto de vista defensivo, a profundidade está consideravelmente aumentada. Sempre que possível organizam três posições; na primeira posição as reservas regimentais constituem a segunda linha e as reservas divisionárias a 3.ª; a 2.ª posição é preparada com as reservas do C. E. e a cerca de 10 km. da 1.ª; a 3.ª posição com as reservas do exército. O total das 3 posições terá uma profundidade de 100 a 120 km.

O serviço militar é obrigatório e tem a duração de 2 anos para os soldados e de 3 anos para os graduados (convém frisar que há uma grande diferença de tratamento dos soldados, em relação ao dos sargentos e dos oficiais, melhorando consideravelmente à medida que se sobe na escala hierárquica).

Os russos têm presentemente nas fileiras 2.500.000 homens constituindo cerca de 175 Divisões das quais 105 são divisões de infantaria, 40 divisões mecanizadas, 25 divisões couraçadas e 5 divisões de cavalaria; dispõem de mais de 6.000.000 de reservistas, podendo com eles aumentar grandemente o número de Divisões em caso de mobilização.

Os satélites dispõem de cerca de 1.115.000 homens, divididos em 82 divisões e 12 brigadas (59 divisões de infantaria, 13 divisões mecanizadas, 6 divisões couraçadas, 2 divisões de Cavalaria e 2 divisões de montanha).

O bloco soviético dispõe ainda de mais de 100.000 pára-quedistas bem treinados e equipados.

Revista da Cavalaria

Tratemos agora das forças navais. No passado a doutrina naval russa tinha como finalidade quase exclusiva o apoio das operações em terra, isto é, as forças navais eram subsidiárias das forças terrestres. Modernamente esta concepção sofreu uma grande modificação e em virtude da sua posição de grande potência continental não exigiu forças de superfície de grande envergadura, os russos estão dedicando uma importância extraordinária à arma submarina.

Para equiparem as forças navais dispõem de cerca de 750.000 homens.

Quanto às forças aéreas, estas estão organizadas com vista à defesa territorial, ao ataque estratégico contra os territórios aliados e ao apoio das operações terrestres.

Para estes fins os russos dispõem de cerca de 20.000 aviões e de 800.000 homens de efectivos, o que corresponde a 40 homens por avião; deve-se acrescentar, porém, que este número não compreende na verdade todo o pessoal de terra, tal como operários de fábricas, centros de estudo, etc.

O esforço russo no que diz respeito à aviação não tem sido feito no sentido de aumentar o seu valor numérico, mas sim com vista à modernização dos seus meios. Assim, em 1951 apenas 20% dos caças eram aparelhos de reacção e actualmente não dispõe senão deste tipo de material; em 1951 não dispunham de bombardeiros ligeiros de reacção nas unidades operacionais e em 1954 dois terços desses aviões eram já de material moderno. Os seus bombardeiros médios TV-4 são presentemente comparáveis aos conhecidos B-29 americanos.

Simultaneamente as forças aéreas dos satélites têm sofrido um incremento extraordinário, apresentando presentemente um valor muito importante.

Resumindo o que acabamos de referir acerca do bloco soviético poderemos dizer:

- 1.º — que dispõe do maior exército do mundo, dotado de armas convencionais de magnífica qualidade, mas com algumas deficiências de equipamentos especializados;
- 2.º — que este exército, muito bem treinado e dotado de bom moral, tem possibilidades de realizar operações simultâneas de grande envergadura na Europa, no Próximo-Oriente e no Extremo-Oriente; estas operações podem contudo ser prejudicadas pelo aparecimento e agravamento de dificuldades de carácter logístico, resultantes de insuficiência própria;

Revista da Cavalaria

- 3.º — que a marinha está principalmente organizada para lançar ataques de grande envergadura contra as comunicações marítimas da NATO por meio de submarinos;
- 4.º — que as forças aéreas são muito potentes, dispondo de bom material e bem treinadas, podendo realizar ataques estratégicos a quaisquer regiões do mundo e apoiar eficazmente as forças terrestres;
- 5.º — que não dispõe de armas atômicas ou termonucleares de maneira a poder medir as suas possibilidades com as da NATO.

6. Uma hipótese sobre a estratégia de conjunto que os Russos possam adoptar

Em consequência da sua inferioridade sob o ponto de vista de armas atômicas e da sua insuficiência quanto a alguns aspectos de ordem económica, a Rússia não desejará lançar-se na luta armada e tentará atingir o seu objectivo de dominação mundial recorrendo à propaganda política, à expansão das suas doutrinas, à revolta e à desintegração interna dos países da NATO, à obtenção de simpatizantes.

Se esta política de guerra fria não der resultado, se o russo conseguir resolver as suas dificuldades económicas, quer pelo melhoramento das suas condições próprias, quer pela anexação à sua órbita de outras economias, se conseguir ainda equilibrar a sua posição em relação ao bloco ocidental no que se refere a armas especiais, então, num futuro mais ou menos afastado, a Rússia recorrerá à guerra quente para conseguir os seus fins.

Porém, se na época em que estamos vivendo e por força de circunstâncias tenebrosas, rebentasse o conflito armado entre os dois blocos rivais, uma hipótese sobre a estratégia dos comunistas talvez possa ser a seguinte:

Primeiro, lançar-se-iam na conquista dos objectivos que representam recursos económicos, particularmente em petróleo e matérias primas para a produção de ferro, dos aços e de artigos eléctricos, e cuja perda constituiria também um golpe na economia da NATO; simultaneamente lançariam uma ofensiva aérea em grande escala de maneira a atingir profundamente o moral dos países ocidentais e a facilitar a sua conquista, e um ataque de grande envergadura contra a navegação marítima para impedir o reabastecimento feito pelos americanos.

Revista da Cavalaria

Seguidamente toda a Europa, o Próximo e o Médio Oriente e a África do Norte deveriam ser dominados de maneira a permitir o prosseguimento da luta contra a Nação Americana. Com os poderosos argumentos dos canhões, a política internacional seria orientada no sentido de forçar a China e as Índias a tomarem parte activa na luta e a criar na América do Sul uma base que facilitasse a asfixia dos Estados Unidos, isolando-os no seu Continente ou atacando-os directamente se tal fosse necessário e possível.

A invasão da Europa talvez possa ser admitida nas seguintes condições, partindo do Norte para Sul.

Na Noruega os russos precisam de se apoderar dos campos de aviação da região de Bodo, pois deles poderão partir ataques aéreos contra a navegação dos portos do norte. Esta acção russa seria empreendida por tropas pára-quadistas.

Para dominarem a saída do Mar Báltico e poderem lançar para o alto mar as suas frotas de submarinos, os russos precisam de se apoderar da Península da Jutlândia; será uma operação a realizar por tropas terrestres, convenientemente apoiadas.

Para se apoderarem dos importantes portos do Mar do Norte, os russos lançariam as suas forças através da Holanda, da Bélgica e do Norte da França; e desta forma conseguiriam ainda cercar pelo norte a importantíssima região industrial do Ruhr.

Mais a sul, completariam o cerco desta região basilar com outro ataque de grande envergadura.

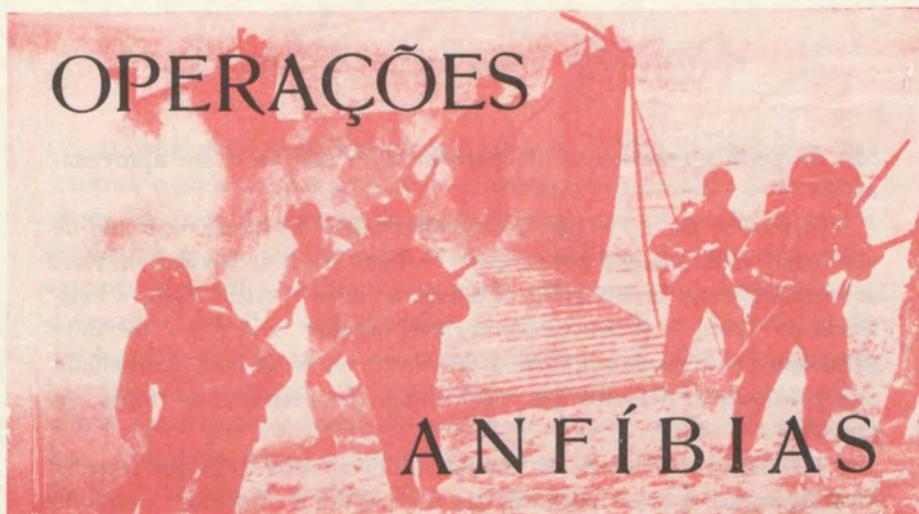
Ainda mais a Sul, na região central da Alemanha, um ataque na direcção de Frankfort e depois através do Reno, conduzi-los-ia ao centro da França, ou a importantes centros económicos.

Depois, a posse da importante região do norte da Itália lançaria as tropas comunistas vindas da planície húngara em direcção ao Vale do Pó.

Finalmente, a posse das saídas do Mar Negro de forma a permitir a saída das suas esquadras para o Mediterrâneo, levaria os comunistas a atacarem a Grécia e a Turquia.

Estes ataques, dos quais o que visa a região do Centro da Europa, se afigura como sendo o mais importante, seriam realizados sob a forma de grandes bombardeamentos aéreos, do lançamento de tropas pára-quadistas e do aproveitamento dos efeitos de 5.^{as} colunas, de modo a facilitarem o avanço rápido e profundo de massas blindadas e de artilharia, apoiadas por aviações tácticas e seguidas de numerosas unidades de infantaria e cavalaria, assegurando a ocupação dos países conquistados.

OPERAÇÕES



ANFÍBIAS

OMAHA

pelo Capitão C. CALAFATE

Foi assim baptizada a praia onde se realizou o assalto anfíbio do V Corpo de Exército americano — V C. E. U. S. — enquadrado pelo II Exército britânico a Leste e pelo VII C. E. U. S. a Oeste, na célebre operação OVERLORD da Normândia.

I — Missão — Estabelecer uma testa de ponte na região compreendida entre PORT-en-BESSIN e a rib.^a de VIRE a partir da qual se internará para Sul em direcção a CAUMONT e St. LO, ligando o seu movimento ao do II E. britânico desembarcado a Leste.

II — Terreno — Embora a extensão da costa no sector do V C. E. U. S. atinja os 20 km., o desembarque só se faz numa frente de cerca de 6 km. em virtude da natureza rochosa da restante margem recortada de falésias caindo a pique sobre o mar, bordada pela rebentação contínua da vaga de encontro à abundante penedia, tornar impraticável o acesso das embarcações.

Mas o estudo do «Terreno» imporá outras restrições e levará à escolha de soluções apropriadas. A hora do desembarque é condicionada pelas marés porque o leito, posto a descoberto no baixamar, pelo dese-

Revista da Cavalaria

nho do perfil e consistência do piso facilitará ou não o seu aproveitamento.

Conclui-se da figura que o pequeno declive do fundo, semeado de obstáculos artificiais, e a pouca altura de água põem as lanchas em risco de encalhar antes de atingirem o talude de seixos. Além disso, a existência de canais de profundidade variável entre 0^m,80 e 1^m,30, correndo paralelamente à margem, postos a descoberto no baixa-mar, aconselham esta hora para o desembarque, pelo abrigo que oferecem às tropas em progressão.

Continuando o estudo do terreno, agora no seco, pelo que respeita à configuração, à praticabilidade das deslocações de veículos, à rede de estradas penetrantes e paralelas, aos obstáculos naturais e artificiais, às ravinas e vertentes, povoações e atalhos cobrindo o assaltante dos fogos flanqueantes, ocorrem as seguintes disposições gerais:

1.º — Testa de praia inicial — Apoderar-se das alturas de onde o In. tenha vistas directas sobre as operações de desembarque para cobrir as da 2.ª vaga. É calculado, teòricamente, em 20 minutos, o tempo gasto na progressão até atingir este primeiro objectivo, descontando já as paragens necessárias para reduzir pelo fogo directo dos carros anfíbios as resistências escapadas ao potente bombardeamento da *Preparação*, desencadeado antes da hora *H*. Havemos de ver mais tarde que esta optimista estimativa teórica de 20 minutos se prolongou, na realidade, por muitas horas de agonia.

2.º — Testa de praia intermédia (de 3 a 5 quilómetros) — É o objectivo seguinte, de R. de Infantaria, condicionado ao relevo do terreno (cristas, ravinas, vertentes), à existência de cursos de água, de direcções de infiltração, de posições-chave, à segurança nos flancos.

3.º — Testa de praia (a cerca de 10 km.) — O objectivo estende-se lateralmente, ligando-se com os apoios dos flancos e penetra até à linha de alturas de onde proteja o desembarque da Div. dos fogos e observação directa do Inimigo.

4.º — Testa de ponte — Término do assalto anfíbio, realizado pela Div. para cobrir o desembarque do C. E. das concentrações de Art., linha a partir da qual se inicia o ataque terrestre normal. A penetração deve ir até onde domine, pelo aproveitamento topográfico, as direcções e pontos (povoações, estradas, pontes, vales) aproveitáveis pelas reservas In. e, por outro lado, favoráveis à progressão do atacante.

Este objectivo, previsto no plano para ser atingido às últimas horas do 1.º dia, em alguns pontos alonga-se 16 km. para o interior. Também aqui, as previsões nem de longe puderam ser executadas.

Revista da Cavalaria

O esforço dos sapadores, como de toda a Engenharia, para desobstruir e abrir acessos ao tráfego de material necessário ao desenvolvimento da Testa de ponte, tem de ser intenso, o mais rápido possível e incidir nos pontos que ofereçam melhores condições de aproveitamento, evitando obstáculos artificiais e naturais, que obriguem a extenuantes e demorados trabalhos em proveito de outros onde o rendimento da desobstrução seja maior e torne o escoamento por aí mais aconselhável.

III — O Inimigo — As informações obtidas por Reconhecimentos aéreos, submarinos, e vindos do continente durante largos meses, localizam o In. cujas posições instaladas ao longo da costa se distribuem em pontos de apoio com a densidade correspondente às facilidades de acesso à praia.

Os pontos de apoio compreendem «block-houses» de betão, casamatas de Art., plataformas a céu aberto e trincheiras de tiro, ligadas umas às outras e aos abrigos de pessoal e depósitos por trincheiras profundas ou túneis, tudo rodeado de minas e arame farpado, além de toda a espécie de obstáculos artificiais, terrestres e submarinos, desde a linha do baixa-mar até à posição, escalonados:

- 1.^a barreira de obstáculos feita de vigas de aço com minas;
- 2.^a barreira, 20^m à frente, também de vigas de aço mas fortemente enterradas e apontadas ao mar, encimadas por minas;
- 3.^a barreira, a 100^m da margem, de vigas cruzadas e aceradas para se enterrarem no fundo das lanchas.

Os obstáculos, desigualmente intervalados, figuram um quicôncio irregular que até ao dia *D* desorientou o atacante posto que, ainda na véspera, o defensor andava ocupado na sua colocação.

Depois aparece um longo talude de seixos só interrompido por dunas de areia movediça, impraticáveis ao trânsito de viaturas, acompanhado de arame farpado e minas.

Já na praia, corre em quase toda a extensão uma fiada de rede e minas do lado de terra.

Campos de minas semeados por grande parte da superfície, de todas as espécies, descobertas umas, simuladas outras, além de uma rede completa de mais campos de minas e trincheiras anticarros postadas nas saídas da praia.

O plano de fogos domina toda a praia em tiro directo, rasante e curvo e, aproveitando os acidentes do terreno ou em abrigos artificiais até o clarão denunciador fica escondido.

Existem 8 casamatas betonadas, 4 plataformas a céu aberto, cerca de 30 «block-houses» sem contar com espessos muros de betão.

Revista da Cavalaria

A posição será ainda reforçada pelo apoio da Art. de Costa com a dupla missão de atingir o transbordo e a praia.

A juntar a isto, haverá um escalonamento em profundidade ou a previsão de uma acção pronta das reservas à custa dos pontos de apoio que deverão conter o assaltante até que aqueles cheguem, posto que não é possível um dispositivo profundo e contínuo em toda a extensa costa ameaçada.

É contra esta mais que provável intervenção das reservas que o invasor tem que precaver-se, fazendo convergir nesse momento crítico a acção dos seus mais poderosos meios até obter uma superioridade tal que, teóricamente, não haja qualquer possibilidade de fracasso, permitindo a máxima rapidez na progressão para o interior de modo a proteger, pela distância, das reacções contrárias, as ultiores operações de desembarque. Para isso, no plano, foi também considerada a estima das reservas disponíveis e das unidades reservadas quanto a efectivos, tempo de entrada em acção, grau de eficiência, natureza e qualidades combativas e, igualmente, avaliada a importância das reacções da Aeronáutica e da Marinha inimigas.

*

O estudo destes dois elementos — o terreno e o inimigo — levou às conclusões seguintes:

1.º — Os obstáculos submarinos impedem o desembarque na praia-mar.

2.º — Na praia-mar haver uma longa progressão na areia — 400^m — sob os fogos directos densíssimos do defensor. Impraticável.

3.º — Necessidade de intensa acção dos fogos do assaltante a fim de esmagar as posições In., mantendo-a até o mais tarde possível para, depois da abordagem, proteger também a progressão na praia, pelas brechas abertas no sistema de fogos da defesa. Tem de ser, principalmente, atribuição da Art. naval, já que a Aviação só, deixaria grandes lacunas por a D. C. A. impedir a aproximação indispensável para um bombardeamento ajustado.

4.º — Exigência absoluta da máxima eficácia dos fogos incompatível com a má visibilidade da noite. Portanto, desembarque de dia, não havendo outro remédio senão sacrificar a «surpresa».

Revista da Cavalaria

5.º — A escolha da hora do dia terá de conciliar-se com os seguintes elementos:

a) — Ser no baixa-mar;

b) — Conceder à progressão o maior número de horas do dia, permitindo que seja atingido o primeiro objectivo — a testa de ponte — no fim do D. 1, considerando que, em alguns dos seus pontos, a distância à margem vai até 16 km. e o alcançá-los é um caso extremo de supremo esforço exigido aos homens. Infere-se daqui a conveniência de uma hora no cedo;

c) — Para retardar o mais possível o momento denunciador as operações de *transbordo* devem ser feitas a coberto da noite de modo que, ao romper do dia o assaltante esteja a lançar-se na acostagem, imediatamente seguida do assalto terrestre;

d) — Em virtude destas duas últimas condições tem de ser um dia em que o baixa-mar coincida com a alvorada.

Resumindo as conclusões:

1.º — *Transbordo* à noite.

2.º — *Abordagem* (desde a linha de partida até à margem) às primeiras horas da manhã sob a protecção de fogos maciços da Art. naval com a participação da Aeronáutica (*Preparação*).

3.º — Desembarque e assalto de dia sob a protecção da Art., continuada até ao último limite possível.

4.º — A hora H do pôr o pé em terra, fixada em função destes fogos, é à alvorada na maré baixa.

5.º — Pedido às Unidades vizinhas para neutralizar ou destruir as posições In. que, fora do sector do V C. E. U. S. possam atingir as operações de *transbordo* e *abordagem*.

6.º — Depois da *Preparação* os fogos serão transportados para os objectivos da testa de praia.

*

Do estudo do In. podemos ainda concluir:

1.º — Pela necessidade do emprego de carros anfíbios, desembarcados com a 1.ª vaga, para substituir a Art. no intervalo do transporte de tiro imediatamente a seguir à *Preparação* e subjugar as resistências subtraídas à neutralização;

Revista da Cavalaria

2.º — Pela vantagem de um ataque da 1.ª vaga a todos os pontos de apoio que batem a praia com o seu fogo directo e estendê-lo, se possível, a toda a frente do sector atribuído;

3.º — Pela rapidez na progressão e máximo internamento, ganhando todo o espaço que se puder antes da intervenção das reservas In., sobretudo, para tirar o maior partido da pouca profundidade do dispositivo da defesa, facto que, geralmente, deverá dar-se no sector de desembarque, pela razão de que, à sua escolha preside a intenção de fugir às zonas das quais as informações anunciam uma poderosa defesa escalonada em profundidade;

4.º — Pela conseqüente necessidade de reforçar a 1.ª vaga para não ficar detida por contra-ataques eventuais, cujo pronto aniquilamento será conseguido sob o impulso de forte apoio contínuo;

5.º — Pelo emprego, desde os primeiros momentos, do desembarque de elementos de Engenharia para a remoção dos obstáculos que, com a subida da maré, ficando submersos, impedem as acostagens ulteriores.

*

Embora, pela ordem natural das coisas, se seguisse agora o estudo dos «meios», o quarto factor da decisão, devido ao seu extraordinário volume, é difícil encará-lo nos limites apertados deste resumo, e dir-se-á, apenas, que eles abundam até à saturação, que os reforços das 3 Div. que formam o V C. E. U. S. não chegam a ser completamente desembarcados no 1.º dia, aguardando do Comando a ordem de intervir onde e quando a missão, o In. ou o terreno o aconselhem.

A «Ideia de Manobra», ausente nas O. Op. americanas, para este escalão, será, todavia, deduzida das previsões para:

I — O Plano de fogos:

a) — na preparação do assalto;

b) — no apoio de fogos durante o assalto.

II — A Repartição de meios.

Plano de fogos

I — Acção intensa da Aviação sobre as posições de defesa distribuídas pela costa, na zona de desembarque, mas largamente espaçadas no tempo e começadas com grande antecipação para proteger a surpresa

Revista da Cavalaria

— o primeiro grande bombardeamento a uma das mais perigosas posições da defesa contra o desembarque do V C. E. U. S. começou cerca de 3 meses antes do dia *D* e, apenas, se repetiu 2 vezes neste espaço de tempo.

2 — No próprio dia *D*, antecipando-se de pouco à hora *H* da abordagem, a Aviação desencadeia então ataques maciços às posições que, pelo fogo, ameaçam o transbordo, usando espoletas instantâneas para evitar crateras profundas prejudiciais ao trânsito futuro.

3 — Durante a abordagem, isto é, entre *H*-30 e *H*-5, a potência máxima dos seus fogos reparte-se em fortíssimas concentrações sobre as diversas baterias e pontos de apoio da defesa do sector.

4 — A Art. Naval, minutos antes da transposição da «linha de partida» marítima pelo assaltante, abre os seus potentes fogos sobre as baterias e pontos de apoio da defesa, continuando-os até o mais tarde possível.

5 — Colaboram neste bombardeamento a massa de fogo das armas de acompanhamento em lanchas dos mais diversos tipos, grande parte das quais na 1.^a vaga.

Para se fazer uma ideia do volume dos fogos basta saber que nesta operação, no intervalo de 30 minutos entre a abertura e o terminus às *H*-5, choveram 1.285 toneladas de bombas.

6 — Neutralizadas ou destruídas as defesas, o fogo do atacante é interrompido cinco minutos antes da hora *H* da acostagem, enquanto a Art. naval transporta os seus tiros para o interior sobre as posições de bateria e zonas de reagrupamento, até que, mais tarde, são os destacamentos da marinha desembarcados com os primeiros B. I. quem passa a dirigir o tiro.

Composição das forças

Exporemos aqui muito sucintamente, tirada dos planos do V C. E. U. S., como, em consequência do estudo da missão, terreno, inimigo e meios, se compunham os seus elementos.

A primeira das suas três Div., reforçada com efectivos da 2.^a Div. e com elementos de choque, constituindo a «Força O», iniciaria o assalto, cobrindo, sob um Comando único, auxiliado pelo general adjunto da Div. a que pertencem os elementos destacados, o desembarque da 2.^a Div., a qual, se coloca ao lado da 1.^a Div., depois de terminada a fase crítica e conhecida a zona de acção atribuída a cada uma para, o

Revista da Cavalaria

mais cedo possível, sob as ordens dos respectivos generais comandantes, prosseguirem o ataque.

Os efectivos da 1.^a Div. desembarcada, com os reforços de batalhão de choque de carros anfíbios, de Art. A. T. de Bat. Mort., de Bat. de Eng. e dos 24 destacamentos navais de tiro, compreendiam um total de 34.000 homens, 3.300 viaturas, das quais 100 carros, para cujo transporte os meios marítimos empregados orçaram pelas 312 embarcações de várias espécies e dimensões além do navio almirante.

Repartição dos meios

A «Força O» — 1.^a Div. reforçada — que realizará a fase inicial do assalto, suportando todo o seu período crucial, vai desembarcar numa praia com cerca de 6 km. de extensão continuada a W. e a E., até aos limites do sector, por uma costa inabordável, semeada de rochedos, altas falésias, sondas irregulares, perfis caprichosos e vertentes abruptas.

É feita a divisão em 4 praias, subdivididas em 8 praias elementares cuja frente é função da importância dos objectivos que lhe ficam fronteiras, evidentemente, mais consideráveis se são povoações, em frente das quais os subsectores terão a largura mínima que permita a máxima concentração de esforços.

A cada praia elementar é atribuída uma zona de navegação, compreendendo a faixa de mar que a contém até à «linha de partida».

Os contingentes atribuídos a cada praia dependem igualmente da importância das defesas In., e assim, ao passo que um Bat. se concentra numa só praia fronteira a uma povoação numa frente de cerca de 700^m, o Bat. contíguo distribui-se por 3 praias elementares numa extensão de 2.000^m, aproximadamente.

Compartimentada a praia de acordo com as considerações apontadas e, para simplicidade na referenciação pelas U.U. interessadas, a Força O desembarca entre DOG verde e FOX verde dois Agrupamentos em linha, em 1.^o escalão, com a frente aproximada de 2.800^m cada um, um outro Agrup. em 2.^o escalão, enquanto um 3.^o escalão ficaria à ordem do Comt. do C. E., levando cada um dos Agrup. em 1.^o escalão, dois Bat. na frente e outro em reserva.

— Ao Agrup. da direita — W —, além dos três B. I., são adstritos dois Bat. de tropas de choque que protegerão esse flanco por uma acção

Revista da Cavalaria

de *Comandos* realizada à hora *H* sobre uma posição de bateria In. que pela sua situação pode comprometer o êxito do desembarque.

— Cumprida a missão, estes Bat. de choque prosseguirão para W., participando, em ligação com o 1.º Bat. do Agrup. W. no seu avanço por GRAND-CAMP até ISIGNY.

— O 1.º B. I. do Agrup. W. desembarca em DOG verde, tendo como 1.º objectivo apoderar-se de VIERVILLE, depois do que, flectindo para W., progredirá pela estrada VIERVILLE—GRAND CAMP ligado com os dois Bat. de choque a fim de se apoderar rapidamente de ISIGNY e a sua ponte, onde procurará ligar-se com o VII C. E. U. S. depois de proceder à limpeza das defesas In. ao longo da costa até ao estuário do VIRE.

— O 2.º B. I. desembarcando desde DOG branco a DOG verde, depois de se apoderar de St. LAURENT ocupará as alturas a S.W. desta povoação.

— O 3.º B. I., em 2.º escalão, desembarcando atrás do 2.º B. I. dirigir-se-á a LONGUEVILLE e ocupará a encosta 2 km. a W. desta povoação, preparando-se para avançar sobre ISIGNY.

— Ainda no sector W. actuará o 3.º escalão da Força O — a Força B — desembarcado à ordem do Comt. V C. E. U. S., que, por LONGUEVILLE, irá instalar-se na região de LA CAMBE, vigiando os terrenos ao S. do AURE, lançando patrulhas para lá do vale depois de colaborar, se necessário na limpeza das defesas da costa.

— No sector E., o 2.º B. I. do Agrup. desembarca em EASY vermelho e, reduzidas as defesas, apodera-se de COLLEVILLE para se instalar nas alturas a S. desta vila, defendendo os desembarques ulteriores de contra-ataques vindos de TREVIÈRES ou BAYEUX.

— O 3.º B. I. do 2.º Agrup. desembarcado em FOX verde, flecte para E., tendo como 1.º objectivo St. HONORINE, ocupando depois Mt. CAUVIN (inclusive) para cobrir o flanco esquerdo no limite do sector, depois de proceder à limpeza das defesas da costa até St. HONORINE.

— O 1.º B. I. (reserva do 2.º Agrup.) ultrapassará o 2.º B. I., apoderar-se-á de FORMIGNY sobre a estrada nacional e nas linhas de altura a N. de TREVIÈRES.

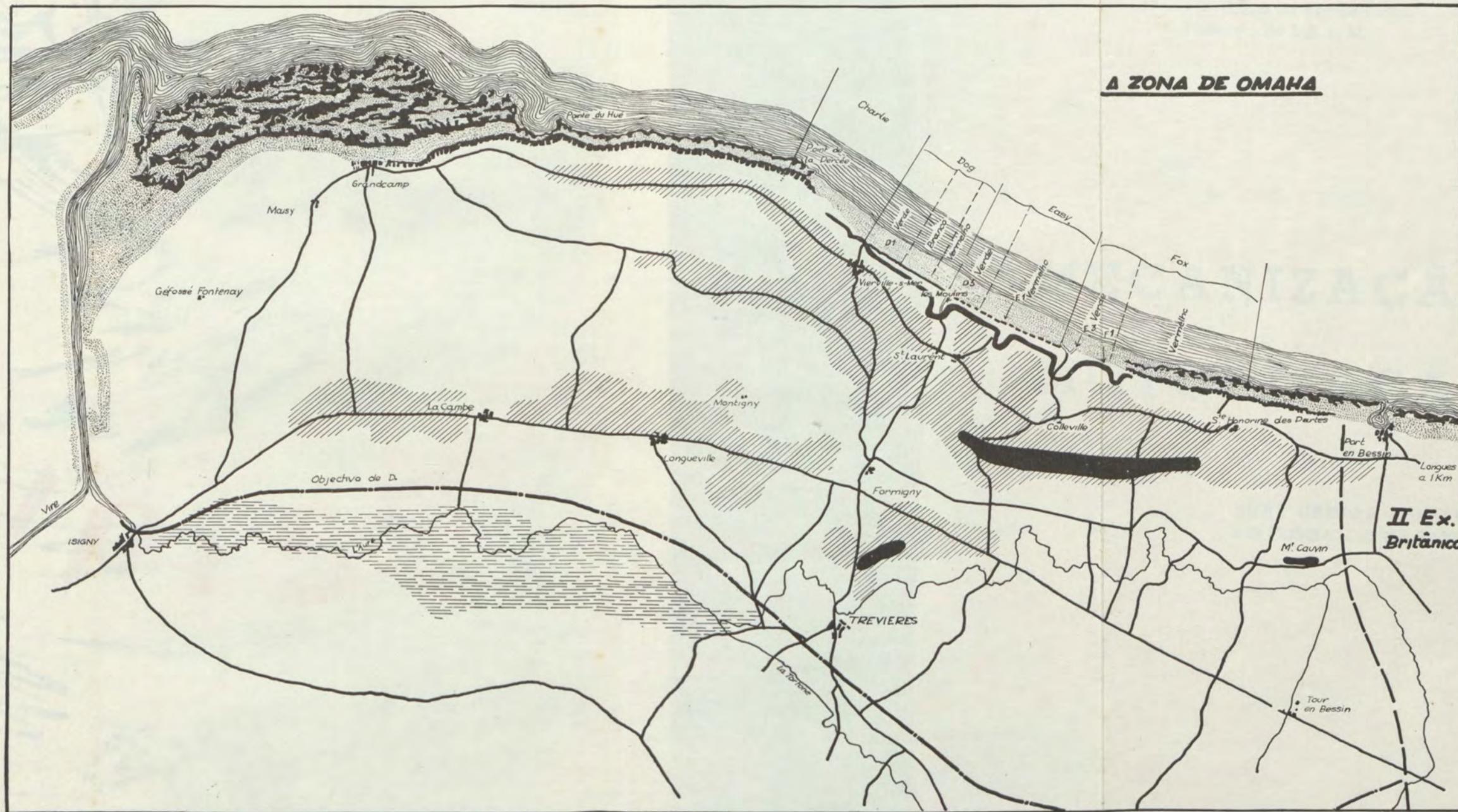
Neste sector ainda actuará seguidamente o 18.º Agrup. do 2.º escalão da Força O que, depois de reunido na região de COLLEVILLE progredirá para S., atravessando o AURE, e instalar-se-á na linha de alturas a E. de TREVIÈRES.

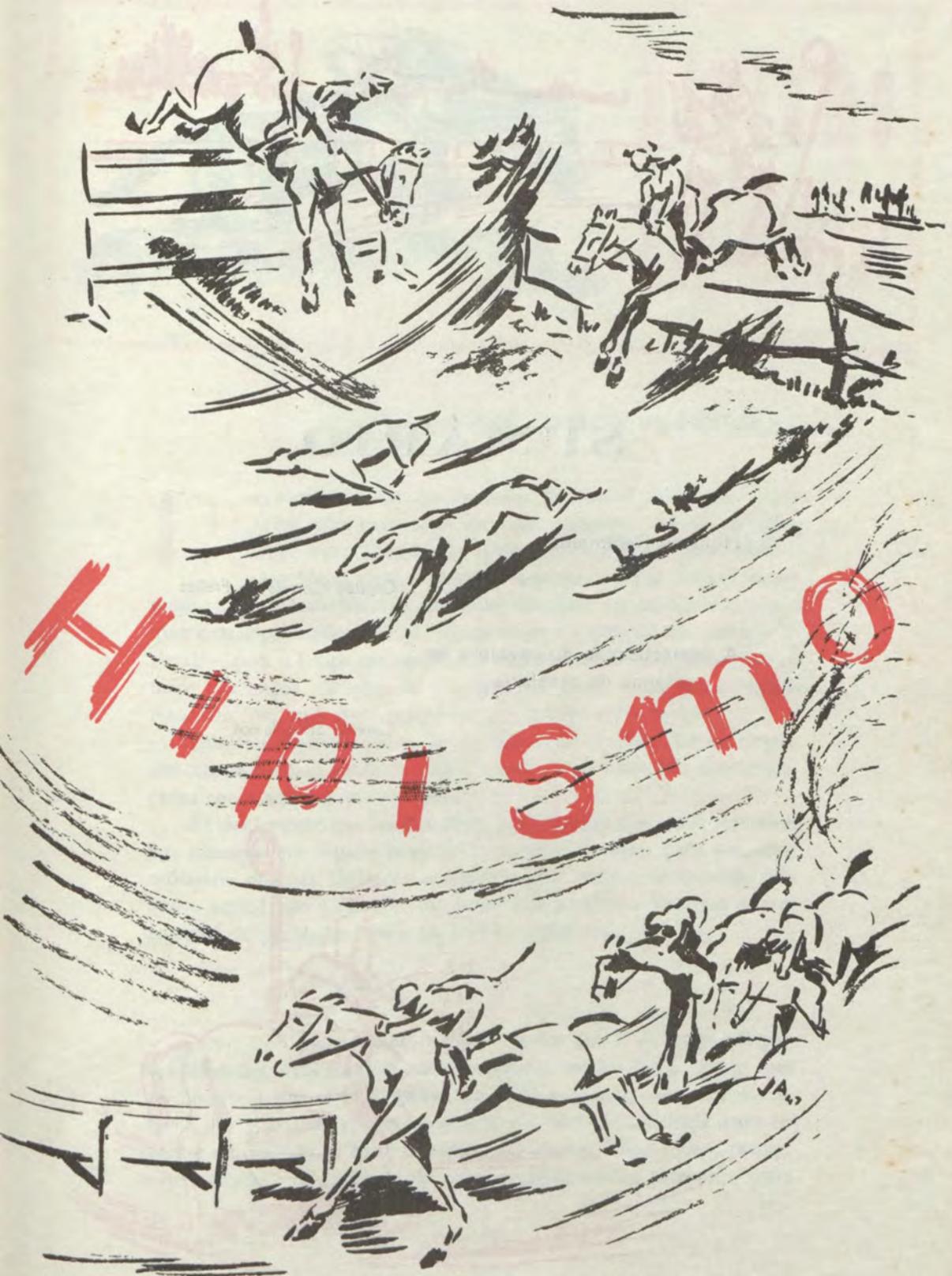
Revista da Cavalaria

*

A Força B, atrás referida, composta de dois Agrup., desembarca à ordem do Comt. V C. E. U. S., em princípio, no começo da tarde, um dos Agrup. (26.º) passa a actuar sob as ordens do Comt. 1.ª Div. e vai ocupar a região S.-S.E. de TOUR-en-BESSIN em ligação por BAYEUX com a 50.ª D. I. Britânica; o outro Agrup. desta Força B (o 175.º) fica em reserva do U. C. E., não devendo desembarcar antes do dia seguinte.









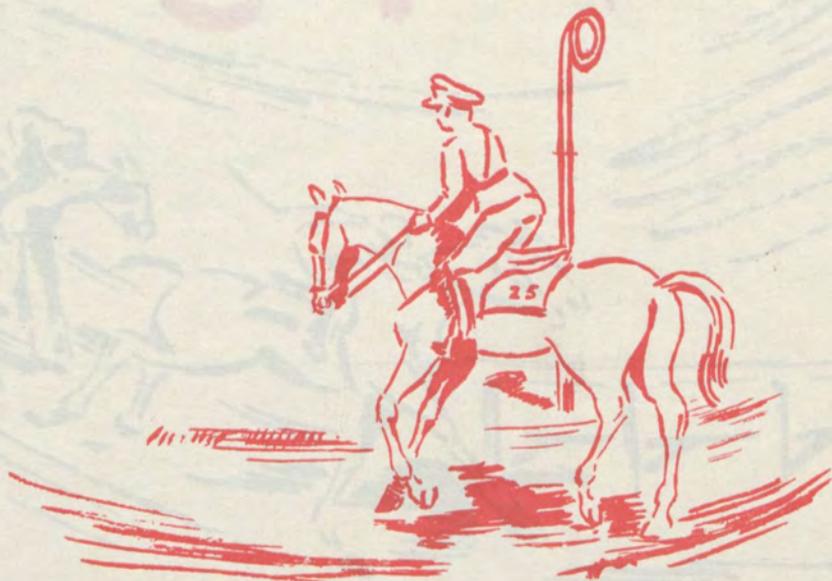
SUMÁRIO

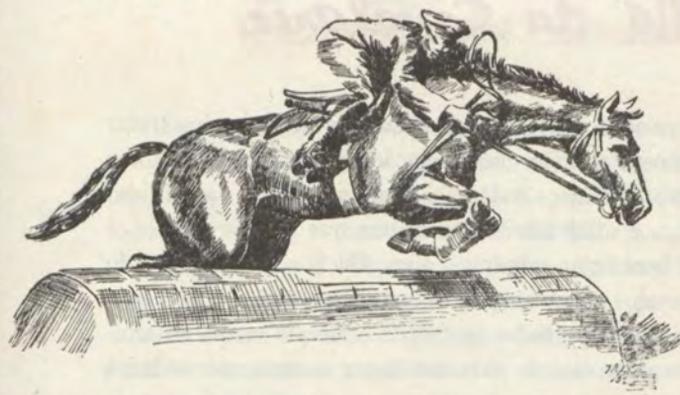
Hipismo Regimental

Capitão Correia de Freitas

A domesticação do cavalo e as
origens da cavalaria

Capitão Silva Ramos





Hipismo Regimental

pelo Cap. CORREIA DE FREITAS

Por conversas tidas no caminho do quartel para casa e vice-versa, com camaradas da «velha guarda», não só da nossa Arma como também de Artilharia, veio-nos à ideia escrever estas linhas para a Revista, sem que os seus leitores vejam nelas qualquer trabalho com pretensões literárias, ou mesmo com quaisquer outras pretensões que não sejam chamar a atenção dos «amigos do cavalo», para o tempo em que aquele exercia a influência no moral e no físico das tropas. É que, de uma maneira geral, todos sem excepção recordam com saudades o tempo em que a tropa era a cavalo.

Qual a influência que o cavalo tinha então? Não haverá tropas, que nunca tiveram contacto com o cavalo, que sejam tão desembaraçadas como aquelas que o tiveram?

Evidentemente que há. Contudo, para aquelas que ainda o possam ter, interessa que aquele contacto se mantenha. Mas, para isso seria necessário que nas Unidades se modificasse o regime de trabalho pois que o actual não julgamos que torne isso possível. Vejamos alguns aspectos do problema hípico no âmbito regimental.

*

Como é do conhecimento de todos, pelos Q. O. de tempo de paz das Unidades estas mantêm nas suas fileiras um pelotão a cavalo com um número variável de solípedes, de trinta a oitenta. Deveria, assim, haver nas Unidades praças tratadoras em número suficiente para os manter em trabalho e em bom estado de limpeza. Não é isso, porém, o que sucede e, em virtude do reduzido efectivo das Unidades, estas

Revista da Cavalaria

vêm-se obrigadas a mandar praças dos Esquadrões Motorizados tratar de cavalos, o que em nossa opinião não é solução para o problema.

Pergunta-se: nestas condições valerá a pena mantê-los nas Unidades com o fim que lhes é atribuído? Parece-nos que não.

Vêm as tropas a beneficiar, alguma coisa, física e moralmente do seu contacto com o cavalo? Também nos parece que não.

Por que não reunir, então, todas as tropas a cavalo numa só Unidade e distribuir a esta o necessário para satisfazer as suas necessidades orgânicas? Julgamos que, assim, se realizaria uma notável economia de meios e estas teriam um maior rendimento e eficiência. Os efectivos poderiam até pertencer a diversas Unidades e estar em diligência naquella que se constituísse a cavalo, para ser mais fácil o recolherem quando fosse preciso.

Ou, então, por que não organizar um Regimento a cavalo em cada Região militar, onde seria ministrada a instrução a cavalo, por períodos, a todas as tropas dos Regimentos de Cavalaria dessa Região?

Manter as coisas como estão no estado actual não nos parece bem e julgamos não se atingir o fim em vista — ter um pelotão a cavalo em caso de necessidade. Os homens andam desviados das instruções e os cavalos não estão em trabalho.

*

Como se sabe, também, tirando um ou outro que monta a cavalo, e fora a E. M. Eq. e a E. P. C., nas outras Unidades não se monta.

Qual a causa, não consigo bem encontrá-la, mas talvez os muitos afazeres com motorizados e outras instruções; a não obrigatoriedade de entrar nas provas militares e, vamos lá, as poucas regalias que hoje estas provas dão.

Evidentemente que para aqueles que montam por prazer, essas regalias são desnecessárias. Mas, para os outros? Para aqueles que queriam por força vir para a Cavalaria, fizeram tudo para o conseguir — inclusivamente montar a cavalo — e que assim que se acharam na Arma nunca mais olharam para um cavalo? Para esses, se lhes dessem regalias, talvez comesçassem e talvez criassem o gosto que perderam. Não sendo assim, estamos convencidos que, com desgosto dos primeiros, a pouco e pouco a equitação desportiva nas Unidades desaparecerá.

Por que não criar mais provas militares, principalmente no período *morto*, isto é, de Outubro a Março, quando não há instruções de recruta nem C. Hípicos e, portanto, se tem o tempo mais livre?

Revista da Cavalaria

Essas provas, implicitamente, viriam criar a obrigatoriedade de se trabalharem os cavalos e, portanto, de montar. Por outro lado, feitas, por exemplo mensalmente na E. M. E., viriam estreitar o convívio entre todos os oficiais, e mantinham-nos em trabalho permanente.

A época dos C. Hípicos em Julho, Agosto e Setembro, se coincide com a época balnear e é, portanto, a melhor para as comissões organizadoras e para o público, por outro lado, para os concorrentes militares, é má se atendermos a que coincide com a recruta e as manobras. Há, portanto, dificuldade em se trabalharem os cavalos e para as Unidades em dispensarem os seus oficiais.

Façam-se, pois, Concursos Militares que pouca despesa acarretam, e desenvolvam-se as possibilidades daqueles que gostam do cavalo.

Por agora, damos por terminadas estas linhas. Pensamos que cairão, talvez, em *saco roto*. Que nos desculpem os tais entusiastas cavaleiros a que aqui nos referimos, se nós, nesta Época toda motorizada, ainda temos a *mania* de falar em cavalos; porém, estamos convencidos que os outros, que ainda deles gostam, nunca perderão esta *mania*, quaisquer que sejam as dificuldades que apareçam e, por isso, é principalmente a esses que nos dirigimos, convencidos, como estamos, de que ainda vale a pena lutar por alguma coisa que serviu de base e cimentou aquilo que se chamou, e julgamos ainda se chama, *espírito cavaleiro*.



A red ink sketch of a prehistoric landscape. In the background, there are several trees with dense foliage. In the foreground, there are several animals: a large bull-like creature on the right, a horse in the center, and a smaller animal on the left. The drawing is done in a sketchy, expressive style with many fine lines.

A domesticação do cavalo e as origens da cavalaria

pelo Cap. SILVA RAMOS

Num momento em que, mau grado nós, cavaleiros, uma forte corrente tende a afastar dos exércitos modernos aquele que, durante séculos, foi não só o companheiro como a mais importante arma de que dispusemos, não julgamos inoportuno relembrar o pouco que se conhece sobre as origens da utilização do cavalo na antiguidade.

As primeiras relações do homem com o cavalo foram as do caçador para com a sua caça. Já no Paleolítico médio o homem de Neanderthal, esse homínido cuja ascendência do homem actual não está completamente provada, se dedicava em algumas regiões à caça do cavalo para seu sustento.

A comprovar o conhecimento que o homem do Paleolítico superior, muitos milénios mais tarde, tinha da existência do cavalo ficaram os vários exemplares pintados nas paredes rochosas de grutas da Espanha e que nos foram deixados pelos representantes da «Arte Paleolítica Hispano-Francesa». Assim, na gruta de Lá Pasiega, em Santander, entre conjuntos de figuras atribuídos aos Aurinhacense, aparecem representações de equídeos um dos quais, num singelo desenho em vermelho escuro, mostra um cavalo selvagem em toda a sua beleza.

Os exemplares pintados no período Magdalenense apresentam um maior interesse ainda, na sua maioria, pela vida transmitida às figuras.

Revista da Cavalaria

Entre outras merece menção especial a de um animal que parece ser uma égua prenha, a julgar pelo volume do ventre e que se encontra em S. Romão de Candamo, nas Astúrias.

Julga-se, presentemente, com visos de verdade, que as figuras gravadas pelos representantes desta arte eram destinadas a fins de magia que se relacionariam provavelmente com os desejos de felizes caçadas. Parecem querer comprovar esta opinião os desenhos encontrados na gruta do Pindal, nas Astúrias. Nela se conservam figuras de animais diversos, todos eles feridos mágicamente e sinais claviformes, seguramente machados encabados. Entre outros, encontra-se gravado um cavalo cujo realismo é magnífico nos seus detalhes. O animal parece estar ferido por três venábulo: um no peito, outro no flanco e o terceiro no ventre; por debaixo deste último encontram-se manchas significando talvez sangue. A tristeza característica de um animal moribundo foi conseguida com acerto e singeleza.

Terminado o último período glacial, as condições geológicas e climáticas modificaram-se, modificação essa que alterou sensivelmente a fauna e a flora das regiões habitadas. Estas alterações definitivas, com a sucessão constante das quatro estações do ano, vieram provocar também, como não podia deixar de suceder, uma notável mudança no regime de vida do homem. De caçador e pescador ele converte-se em pastor e agricultor. Inicia-se o período conhecido por Neolítico, durante o qual o homem começa a arrebanhar e domesticar as espécies animais que de tal são susceptíveis e lhe podem trazer proveito. Os povos relacionam-se entre si e o comércio aparece.

Surge, então, a necessidade de um meio que facilite o transporte das mercadorias a transacionar, aumentando o reduzido volume que o homem, ou talvez antes a mulher, poderiam com custo transportar às costas.

O animal de carga primeiro utilizado deve ter sido o burro, oriundo do Norte de África, o qual, assim como o onagro, burro selvagem do Ocidente Asiático, foram largamente utilizados na antiguidade como animais de carga e montada.

Muito antes de 3.000 anos a. C. apareceram os primeiros carros, derivados talvez da aplicação de um novo invento — a roda — aos trenós que teriam já longínqua utilização nas neves da Europa Setentrional e nas regiões desérticas ou nas estepes da Ásia interior e do Egipto. Embora se não conheça testemunho directo de trenó de bois na pré-história, nos fins do quarto milénio encontravam-se em serviço em Ur, para utilização nos funerais régios.

Revista da Cavalaria

Os veículos com rodas encontram-se já representados na arte suméria dos meados daquele milénio, sendo o seu uso talvez anterior ainda no Norte da Síria. Por volta de 2.000 anos a. C. os carros com duas rodas ou com quatro são já utilizados, como viaturas de transporte ou como carros de guerra, desde o vale do Indo até ao litoral sírio, sendo introduzido no Egito, pelos hicsos, por volta de 1.600 anos a. C.

O animal utilizado inicialmente para puxar os carros deve ter sido o boi, para o qual se encontravam adaptados os arreios. Por cerca de 3.000 anos a. C., encontra-se representada nos monumentos sumérios uma espécie de equídeos atrelados aos carros, parecendo tratar-se, não de cavalos, mas de onagro domesticado.

Encontraram-se esqueletos de cavalos no Irão (em Sialk) e no Turquestão (em Anau), datáveis do quarto milénio, mas poderá ter sido utilizado unicamente a fim de fornecer leite e carne, como aconteceu entre os mongóis e os citas. O seu habitat de origem situa-se presumivelmente nas estepes euro-centro-asiáticas, considerando-se o oásis de Merv como um centro de sua domesticação.

Na Ásia Ocidental os cavalos aparecem, com certeza, pelos princípios do segundo milénio, mas unicamente como animais de tiro, atrelados a carros de guerra de duas rodas. Os arreios que, como se disse, haviam sido inventados inicialmente para os bovídeos; quase sufocavam os cavalos que necessitavam, por conseguinte de um tratamento especial e um longo treino.

Com o emprego dos cavalos, o carro de guerra pôde e teve de ser aligeirado, ganhando uma maior velocidade e facilidade de manejo que o tornaram uma arma notável que podia deslocar-se com rapidez, penetrando e desorganizando as massas inimigas. Nos meados do primeiro milénio os persas aperfeiçoaram esse engenho de guerra adaptando-lhe, pela frente, foices que saíam por cima dos tirantes, aumentando o poder de perfuração nas hostes adversárias e colocando-lhe foices laterais, ligadas aos eixos, para varrerem os lados com os seus gumes.

Contra formações compactas foram de grande valor estes elementos, mas quando lhe apareceram pela frente forças articuladas em pequenas unidades, de grande mobilidade e fácil deslocação, o seu valor foi quase anulado.

Conta Xenofonte que, quando os gregos viram avançar para eles, voando à toa, aquelas viaturas, abriram alas e apenas um soldado foi colhido por elas, caindo no chão, sem sofrer qualquer mal.

Pouco a pouco, a utilização de carros de guerra, que já havia sido abandonada por assírios e gregos por volta do século VII a. C., foi sendo

Revista da Cavalaria

posta de parte, ainda tendo sido encontrada por Júlio César entre os bretões do Sul de Inglaterra.

Feito, assim, um ligeiro esboço da utilização do cavalo como animal de tracção dos carros de guerra, assunto esse que não podia ser deixado de encarar visto tratar-se de uma forma de combate que, pelas suas características, se encontra estreitamente ligada à Cavalaria, passemos agora à tratar das origens da domesticação do cavalo e sua utilização como montada.

Foram encontradas em Susa, no Elam, umas gravuras em osso, datáveis de cerca de 3.000 anos a. C., representando homens montados, mas não é possível determinar a espécie de animal utilizado. O emprego dos cavalos no transporte é duvidoso antes de 2.000 anos a. C. Aproximadamente desta época datam, como se viu, os mais antigos testemunhos garantidos da utilização do cavalo e, mesmo assim, como animais de tiro unicamente, pondo de parte uns modelos duvidosos de selins provenientes do vale do Indo e que datam de cerca de 2.500 anos a. C.

Quando e onde teve início a equitação é um problema de impossível resolução no estado actual dos conhecimentos arqueológicos. Não há testemunho satisfatório do emprego do cavalo como montada antes de 1.000 anos a. C., mas pouco depois desta data já os assírios empregavam largamente a cavalaria tanto na caça desportiva como na guerra.

Teria sido, talvez, domesticado pela primeira vez nas planícies russas, ou melhor, como foi dito, nas estepes euro-centro-asiáticas e daí espalhada a equitação pelos povos indo-germanos. A utilização do cavalo como montada teria assim sido, talvez, iniciada e desenvolvida por povos considerados pelas grandes civilizações da Antiguidade Oriental como bárbaros, os quais a transmitiriam aos assírios. Na maioria das restantes civilizações da antiguidade, foi com relutância e tarde que a cavalaria foi admitida nos seus exércitos.

Chega agora o momento de dizer alguma coisa sobre o aparecimento da equitação na Península Ibérica.

Como vimos no princípio, já no paleolítico o cavalo era conhecido aqui, onde provávelmente constituía uma apreciável peça de caça, segundo o testemunham várias representações que do cavalo nos foram deixadas pelos representantes da «Arte Paleolítica Hispano-Francesa». Uma outra manifestação de arte-pré-histórica nos foi deixada na Península, esta no Levante espanhol — a arte rupestre de estilo naturalista, que se prolonga num estilo esquemático.

É difícil de localizar no tempo a evolução desta arte; iniciada possivelmente antes da cultura asturiense, prolonga-se por todo o neolítico

Revista da Cavalaria

e eneolítico até às primeiras fases da Idade do Bronze, no segundo milénio a. C. Nesta arte, ao contrário da anterior, abundam as representações humanas em cenas de guerra e caçadas.

Entre outros, aparecem desenhos figurando homens ou mulheres conduzindo animais à mão, que na sua maioria e dadas as proporções entre o homem e o animal, devem representar burros. No entanto, numa pintura, em Boniches, aparece um equídeo, conduzido por um homem que lhe segura as rédeas, equídeo esse com muito mais aspecto de cavalo do que de burro. A ser assim, já nos meados do segundo milénio a. C. se encontrava domesticado na Península o burro e talvez o cavalo.

Estrabão, quando se refere aos cavalos da Península, e depois de indicar os velozes cavalos lusitanos, cita uns cavalos de menor porte, existentes entre os galaicos e astures que «não têm corrida como é frequente, mas pelo contrário o seu passo é mole e procede do movimento simultâneo das duas mãos do mesmo lado» — isto para nos cingirmos às suas palavras. Tratar-se-á do antepassado dos modernos garranos e será o animal representado nas pinturas esquemáticas de Boniches um garrano domesticado e utilizado para carga? Não temos elementos que nos possam responder a esta pergunta.

Mesmo que a domesticação do cavalo, garrano ou não, fosse conhecida na Península antes do último milénio a. C., não conhecemos qualquer elemento que nos leve a supor ter sido praticada aqui a equitação em tempos tão recuados. No entanto, quando os romanos intentaram conquistar a Península já a equitação se encontrava aqui generalizada e foi empregada com grande eficácia contra eles. Ficou-lhes de memória a grande velocidade dos cavalos lusitanos que atribuíam a serem as éguas empenhadas pelos ventos.

A quem se poderá atribuir a introdução da equitação na Península se os próprios cartagineses já aqui vieram encontrar cavaleiros consumados, quando ainda na Grécia a cavalaria era mal aceite? Só uma grande invasão de povos vindos da Europa Oriental e com completos conhecimentos de equitação poderia ter, ao estabelecer-se aqui, introduzido esses conhecimentos. A maior invasão que entrou na Península nos princípios do 1.º milénio — no século VIII, pouco mais ou menos — foi a dos Celtas, devendo ter sido, por conseguinte, eles os introdutores da equitação.

Para podermos ter uma ideia da forma como a cavalaria foi inicialmente utilizada nos combates teremos de analisar o seu emprego pelos povos considerados bárbaros, visto terem sido estes quem mais dela se serviu inicialmente. Mas por então estes povos encontravam-se ainda

Revista da Cavalaria

fora dos limites da história e só quando entraram em contacto, séculos depois, com os gregos e romanos alguma coisa sobre os seus usos e costumes foi escrita e chegou até nós. Estas obras datam dos fins daquele milénio e dos princípios da nossa Era e já nessa altura os celtas, gauleses e germanos e outros povos bárbaros melhor conhecidos então haviam, directa ou indirectamente, tido contacto com as grandes civilizações existentes e delas sofrido alguma influência. No entanto, o emprego que dão à cavalaria estes diferentes povos mais parece ter ido influir na táctica dos grandes impérios do que deles ter sofrido influência. Não julgamos, portanto, descabida uma vista de olhos sobre o que, deste assunto, nos contam Júlio César, Estrabão e outros.

Entre os germanos, segundo Júlio César, cada cavaleiro escolhia em todo o exército um peão, muito veloz e forte, para sua protecção. Lutavam os dois no combate, mas se a situação se tornava mais grave os peões socorriam os cavaleiros, rodeavam-nos se caíam do cavalo e, se tinham de avançar ou recuar mais velozmente, os peões corriam agarrados às crinas do cavalo. Algumas vezes os cavaleiros apeavam e combatiam a pé, estando os cavalos acostumados a permanecerem no mesmo lugar até à volta dos cavaleiros. Não usavam selas, considerando cobardia a sua utilização. Para atacar a cavalaria inimiga metiam-se por entre os cavalos destes procurando furar-lhes os ventres.

Entre os bretões, com os carros de guerra, era utilizada, segundo César, uma táctica idêntica. Introduziam-se com os carros entre as unidades de cavalaria inimiga, saltando para o chão e combatendo a pé, enquanto os condutores iam colocar os carros em posição de fácil retirada em caso de derrota.

Na Península Ibérica também o cavaleiro desempenhava no combate um papel muito importante. Nos celtiberos uns 20% do contingente total dos combatentes era de cavaleiros. Estes vestiam uma túnica curta, como os infantes, transportavam o escudo pendurado do lado direito e usavam uma ou duas lanças, espada e casco. Os cavalos estavam habituados a escalar montanhas e a flectir rapidamente as mãos, a uma ordem dada no momento oportuno. Combatiam juntamente com a infantaria e quando viam esta apertada pelo inimigo apeavam, deixando os cavalos postos em fila, seguros a uma estaca que levavam presas na extremidade das rédeas. Combatiam então adoptando a formação da infantaria.

Diz Estrabão que «não é costume privativo dos Iberos o montarem dois no mesmo cavalo, dos quais um, chegado o momento de combater, luta como peão». Subentende-se daqui que era um uso mais ou menos

Revista da Cavalaria

generalizado entre esses povos, pois que já os germanos, como vimos, o praticavam.

Por sua vez a cavalaria nômada tinha uma tática semelhante à celtibérica. Montavam em pelo e manejavam os cavalos mesmo sem rédeas; usavam um pequeno escudo de coiro, pequenos dardos e um punhal. Entravam a galope na peleja, lançando os dardos e perseguiram o inimigo, se fugia, ou retiravam a toda a velocidade, se encontravam resistência, voltando seguidamente a carregar. Esta cavalaria foi de grande utilidade para os cartagineses.

Vemos assim que, de uma maneira geral, todos estes povos procuravam tirar o maior partido da cavalaria na velocidade da sua manobra, servindo-se do seu ímpeto para romper as fileiras inimigas, apeando para combater, quando lhes convinha e explorando o sucesso na perseguição do inimigo vencido.

Seria alongar demasiado este pequeno trabalho o tentar o estudo do emprego da Cavalaria pelas civilizações que floresceram na Antiguidade a partir do 1.º milénio a. C. Por isso, para terminar, acrescentamos só umas poucas palavras sobre o assunto.

De uma maneira geral, se exceptuarmos o exército assírio, nota-se uma certa resistência inicial à utilização de tal arma.

Os gregos, não obstante a recordação que lhes ficou de uns primeiros contactos com cavaleiros, em tempos recuados, recordação essa definida pela lenda dos centauros, consideravam esta arma como isenta de perigo. Nos tempos primitivos, Esparta não possuía cavalaria. Os 300 cavaleiros que escoltavam os reis era um corpo escolhido que lutava a pé. Só em 424 anos a. C. foi criada a Cavalaria, que se compunha de 6 cohortes de 100 homens cada e dividida em dois esquadrões, mas só os fisicamente menos aptos eram mandados para ali, com cavalos mantidos pelos mais ricos. Por este motivo os resultados obtidos pela cavalaria espartana foram deploráveis.

Atenas orgulhava-se dos seus cavaleiros, mas mais nas grandes cavalgadas processionais do que nos combates, sendo considerado o serviço militar a cavalo como isento de perigo.

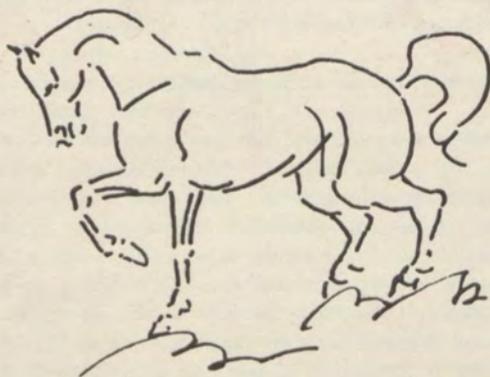
Já os romanos, nas reformas de Sérvio Túlio, aumentaram as seis antigas centúrias de cavaleiros patrícios com mais doze centúrias de origem plebeia, ficando mesmo assim só com uma percentagem de 10 a 12% de cavaleiros no total das forças.

No entanto a missão da Cavalaria ia começando a ser compreendida. Já Xenofonte põe na boca de Ciro a queixa da falta que a cavalaria lhe faz. Sem a cavalaria, diz ele, não podiam aprisionar ou exter-

Revista da Cavalaria

minar os inimigos em fuga; não podiam impedi-los de lhe cairem em cima, cientes como estavam de que os persas se encontravam como árvores presas ao chão; só com a cavalaria poderiam ter-se apropriado dos despojos que foram cair na mão dos aliados. Noutra ponta fala Xenofonte num esquadrão de cerca de mil cavaleiros que tinha a cargo cobrir a retirada do exército a que pertencia. Esta obra não pode passar de um antepassado do romance histórico, que se afasta da verdade, mas mesmo que não apresente a opinião de um rei persa do século VI a. C., mostra-nos a maneira de pensar do autor, um grego do século seguinte, e nela vemos delineado já o emprego da cavalaria como tropa de cobertura, segurança afastada e como elemento imprescindível na exploração do sucesso.

A história da Cavalaria vai continuar, pelos séculos fora, levando já, desde estes tempos remotos, as características com que seria utilizada pelos exércitos futuros, características essas que lhe foram dadas desde o início e mantidas pela velocidade e nobreza da sua mais importante arma — o CAVALO.





Jornaes revistas livros

O ABASTECIMENTO LOGÍSTICO BASEADO NO PEDIDO DO CONSUMIDOR

Pelo Major Rexford A. Hiney

Num acampamento do Exército dos E. U. A. na Coreia, o soldado Joe dirige-se à tenda do sargento encarregado do abastecimento, levando de baixo do braço uma camisa velha.

Sargento, está aqui a minha camisa velha. Podem fornecer-me uma nova?

«Bem Joe, de que medida?» pergunta o sargento do abastecimento.

«16 — 33, Sargento», responde Joe.

O sargento dirige-se à prateleira, escolhe a camisa e coloca-a sobre o balcão. Joe assina o recibo, sorri satisfeito e sai.

A parte interessante deste pequeno episódio para a maioria das pessoas doutros tempos é o facto de Joe não ficar surpreendido por obter uma camisa da medida exacta que ele usa. Nos velhos tempos da tropa, não constituia facto extraordinário receber artigos demasiado grandes ou pequenos, por não existir a medida exacta. Estes maus ajustamentos do fardamento do pessoal militar, constituíam uma boa fonte de anedotas para os velhos comediantes de outros tempos. Hoje em dia, constituem excepções à regra, pois os recentes pedidos de Joe são a parte mais vulgar do abastecimento logístico actual.

O sistema de abastecimento do Exército certamente se tem modificado desde os «velhos bons tempos». Já alguma vez pensou como recebem os combatentes em campanha, vestuário adequado, comida bem apaladada e ainda os artigos de higiene e «toilette» que lhes são tão importantes para o seu moral, nos locais, quantidades e tempo apropriados? Bem, isto não acontece por acaso!

Os problemas logísticos, de Gargantua, do abastecimento das forças armadas modernas, são meticolosa e exactamente considerados tendo em conta os

Revista da Cavalaria

factos experimentais segundo os dados relativos à procura do consumidor (caso de Joe e seus camaradas), compilados, computados, correlacionados e resumidos de modo a efectuar o cálculo real dos abastecimentos necessários; estes são armazenados numa posição intermédia em locais convenientes; e enviados para os locais e no tempo próprios.

Considere as necessidades de cerca de 3 milhões de soldados Joes espalhados pelos longínquos cantos do Mundo, quando em combate, num hospital ou numa oficina de reparações e começará a ter uma pequena concepção da tarefa que enfrentam os serviços do Exército. São dispendidos todos os anos biliões de dólares em mercadorias necessárias às forças combatentes. Centenas de milhares de artigos são armazenados intermediariamente em centenas de depósitos dos serviços do exército espalhados pelos E. U., Japão, Hawai, Europa e onde quer que forem necessários. Destes depósitos são os abastecimentos transportados para satisfazer as necessidades desses milhões de soldados em milhares de acampamentos e postos do exército espalhados por todo o mundo.

Há diversas facetas a considerar no abastecimento logístico das forças armadas. Alguns dos principais problemas a que tem de fazer face hoje em dia a organização de abastecimento das forças armadas, são os que dizem respeito a: o que adquirir, quando adquirir e onde adquirir?

Juntamente com isto há o problema sempre crescente de tentar estabelecer este largo sistema de abastecimento mundial em bases comerciais com todas as ramificações da contabilidade.

Não existe no mundo comércio comparável em magnitude ao comércio de abastecimento dos serviços das forças armadas.

Mercadorias de vários tipos são adquiridas de vários modos consoante o método mais eficiente e económico. Muitos géneros alimentícios putrescíveis, como vegetais frescos e carnes são mais eficientemente adquiridos, directamente ao distribuidor comercial pelos postos do exército. Isto é verdadeiro para este país e para a maior parte das zonas de além-mar. O fardamento é um artigo mais economicamente adquirido por um organismo central para todas as forças armadas. Não é nem económico nem eficiente adquirir num órgão central, armazenar e transportar artigos baratos tais como certos tipos de ferragens e material de expediente. Todo o artigo de abastecimento é cuidadosamente analisado e classificado num grupo específico por meio do estudo de uma série de relatórios estatísticos de utilização e de custo.

A aquisição de abastecimentos, não interessando o ponto do sistema de abastecimento em que a compra é efectuada, baseia-se em diversos factores importantes. O mais importante é o pedido do consumidor. Por pedido do consumidor queremos nós significar, o que é exigido ou pedido no escalão mais baixo de abastecimento, pelo consumidor, indiferente ao que foi realmente recebido. Isto é, o que Joe pede ao sargento de abastecimento, o que a enfermeira pede à repartição de abastecimento do hospital, ou o que é pedido pelo mecânico ao armazém de manutenção.

Somente conhecendo-se estes factos se pode estar certo do que Joe receberá o que pede, quer seja munições, uma camisa, ou uma aspirina, na altura em que pede, onde quer que esteja.

É vitalmente importante que todo o abastecimento se baseie no pedido do consumidor e não no que foi realmente remetido ou dado a Joe.

Revista da Cavalaria

Se se mantivessem somente registos de abastecimentos fornecidos às tropas, qualquer envio de um substituto de um artigo em falta, resultaria numa maior aquisição de artigos de substituição e menor daquilo que é realmente necessário.

Os consumidores fazem 2 tipos de requisições de abastecimentos, de recompletamento e especiais. A requisição de recompletamento (periódica) é uma requisição destinada a recompletar o material consumido ou gasto. A requisição especial é uma requisição destinada ao envio de material numa dada altura sem o subsequente pedido previsível de material. É também uma requisição para o envio de material em primeira instância com o subsequente pedido previsível para o recompletamento do material no caso do pedido periódico. Neste caso estão incluídas as requisições de material para equipar as unidades reconstituídas ou qualquer actividade nova.

Deve ter-se o cuidado de verificar se são seguidas as definições de requisição periódica de recompletamento e especial; de outro modo os dados compilados no escalão superior poderiam dar lugar a um gráfico de abastecimento falseado.

O pedido periódico de recompletamento além do estabelecido, pode dar origem a médias de consumo e de recompletamento demasiado grandes, que por sua vez dariam origem a programas de aquisição elevados, imobilizando grandes somas de dinheiro em existências desnecessárias. Por outro lado, o pedido especial além do estabelecido, daria origem a uma aquisição demasiado baixa, resultando numa falta de abastecimentos para as tropas talvez quando elas estivessem mais dolorosamente necessitadas.

A história do pedido é feita através de registos mantidos em todos os escalões de abastecimento. Começa no sargento de abastecimento, cujos registos são razoavelmente simples.

Este pode ainda conservá-lo de memória ou apontá-lo num folha de papel como faz o merceiro da esquina, que se lembra que tinha seis pedidos de uma certa qualidade de feijão na semana anterior e a envia na semana seguinte.

O primeiro escalão de abastecimento onde são mantidos registos de existências é o ponto de partida do registo do pedido periódico de recompletamento e extraordinário. As quantidades requisitadas devem ser registadas no registo de existência do artigo requisitado, como uma primeira operação de registo do abastecimento.

As acumulações mensais dos pedidos periódicos constituem um meio ideal para o estabelecimento de objectivos de armazenagem ou requisição de níveis nos depósitos. Devem ser feitos registos durante 6 ou mais meses a fim de se obter uma média do pedido mensal, a qual, multiplicada pelo número de meses, traduz o nível real normal.

O pedido do consumidor torna esta operação muito simples. Não há hesitações ao tentar compilar os envios ulteriores de todos os artigos possíveis de substituição, porque o pedido é sempre registado no artigo requisitado e nunca no de substituição. O pedido é registado na medida exacta da camisa e não na de substituição que podia ser maior 2 tamanhos.

O pedido real de um artigo refere-se à data em que foi requisitado e não 2 meses mais tarde quando foi realmente enviado.

O pedido periódico é não só ideal para o estabelecimento dos objectivos de requisição do depósito, como também este pode utilizar o pedido periódico de recompletamento totalizado, na sua zona de distribuição, para estabelecer

Revista da Cavalaria

os seus níveis de reserva. Os postos de fiscalização do abastecimento podem igualmente utilizar o pedido periódico total para calcular os factores e médias de consumo.

Utiliza-se o pedido extraordinário totalizado para efectuar uma mais real administração das reservas nos postos de fiscalização do abastecimento.

Que o pedido do consumidor é a solução precisa para o tremendo problema do sistema de Controle de Abastecimento do Exército, tem sido reconhecido há muitos anos.

Têm-se desenvolvido e promulgado muitas normas que se aproximam cada vez mais do objectivo de obter o pedido puro do consumidor.

Estas normas têm sido desenvolvidas quer pelo G4 do Chefe do E. M. E. quer pelos serviços técnicos.

Os abastecimentos dos Serviços de Saúde e Intendência nos Hospitais de 2.^a classe do Exército, baseiam-se inteiramente no pedido do consumidor. O Serviço de Material, depois de pôr à prova a sua actuação na Coreia está a estendê-la a todas as actividades de abastecimento do Serviço de material nos E. U. A. e deve estar completa em 1955.

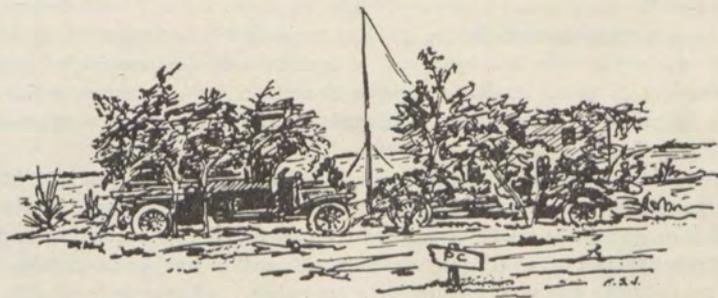
Outros serviços técnicos estão a seguir rapidamente esta orientação.

O Serviço de Intendência está agora a adoptar um vasto sistema mundial de abastecimento a fim de alcançar este objectivo.

Todas as pessoas interessadas no abastecimento reconhecem cada vez mais o valor de se conhecer aquilo que o soldado Joe e os seus camaradas necessitam para desempenhar a sua missão.

(Do «*The Quartermaster Review*»
Setembro — Outubro de 1954)

A. C.



A FORMAÇÃO DOS CONDUTORES NO CENTRO DE INSTRUÇÃO DE QUARTEL MESTRE E TRANSPORTE

O Século vinte, século do petróleo, século do motor. A motorização está muito desenvolvida no Exército. O motor é utilizado tanto pelos transportes logísticos como pelos engenhos de combate. Os progressos técnicos são consideráveis e têm feito aumentar nas mesmas proporções as necessidades do Exército em carburantes, munições, peças de reserva e materiais diversos. O transporte deste reabastecimento necessita de uma grande quantidade de camiões.

Cada arma utiliza condutores para conduzir e tratar da conservação das viaturas de que dispõe.

Onde e como se formam os condutores qualificados para guiar todas estas viaturas? O Centro de Instrução de Quartel-Mestre e Transporte (CI QMT) é actualmente o mais importante centro de formação de condutores do nosso Exército.

O CI QMT funciona no antigo quartel de S. Martin, em Louvain. Brevemente, quando se concluirem os edificios de um novo conjunto, instalar-se-á em Havelé. Mas já ali dispõe de um campo de exercícios e de numerosos locais onde diversos cursos têm lugar.

Também dentro em pouco, um novo edificio escolhido especialmente para a instrução automóvel, será posto a funcionar em Havelé.

O CI QMT (antigo CI/RASC) tem a seu cargo, por ordem de importância:

- dar a instrução elementar aos recrutas do QMT;
- formar os condutores destinados às unidades QM e transporte;
- dar uma formação de condutor a alguns milicianos ou voluntários de carreira de outras armas e serviços (Engenharia. TTr. GTA).

Como em toda a parte, a instrução elementar do miliciano desenvolve-se por um período de dois meses. A formação de um condutor necessita, em princípio, de um mês, com possibilidade de um ensino suplementar de um mês para os menos aptos.

Mas a dificuldade em formar *simultaneamente* um grande número de condutores, a falta de quadros e de uma sã política de utilização racional, tanto dos transportes como das instalações disponíveis, tem motivado a repartição dos recrutas de um mesmo período em diferentes grupos; alguns grupos começam a sua formação de condutores antes de ter terminado a instrução elementar, sendo esta concluída, ou ao mesmo tempo, ou depois.

Na ocasião da sua passagem ao Centro de Recrutamento e Selecção (C. R. S.) o miliciano é submetido a um exame físico minucioso que incide principalmente sobre a vista, ouvido e reflexos; somente o mancebo que satisfaz

Revista da Cavalaria

aos critérios e que além disso dê provas de sangue frio pode ser destinado a condutor militar.

O mancebo recebe a sua formação de condutor com muito interesse porque ele reconhece quanto ela lhe será aproveitável na vida civil. Os problemas técnicos e a condução de uma viatura são, aliás, para os rapazes, verdadeiros divertimentos.

A formação de um condutor

A formação de um condutor no CI QMT de Louvain compreende actualmente três fases:

- 1) a instrução elementar.
- 2) a instrução na estrada.
- 3) o período de exercícios de longa duração, nas Ardennes.

1) Instrução Elementar

Esta instrução é dada desde Setembro de 1953, pelo método FRAC (Formação Racional e Acelerada dos Condutores). De origem francesa este método foi estudado pelo Tenente-Coronel Decorte e, depois de diversas modificações e aperfeiçoamentos, foi introduzido no Centro de Instrução. Os resultados obtidos foram excelentes;

Em que princípios assenta o método FRAC?

- Decompor as dificuldades em elementos simples para os fazer estudar sucessivamente pelo aluno.
- Recorrer constantemente à reflexão do aluno.
- Fazer demonstrações, de preferência a dar explicações verbais — muito pouca teoria, muita prática.

Este método permite obter um resultado duradouro num período muito curto.

Organização

A organização do método FRAC baseia-se na *equipa*.

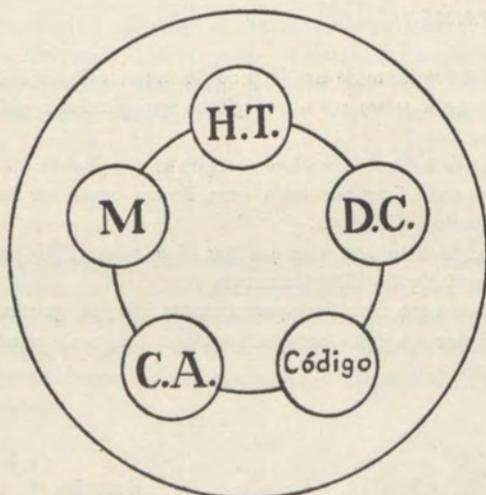
A equipa é constituída por 6 alunos chefiados por um monitor. Estes monitores são geralmente voluntários de carreira; mas às vezes, alguns milicianos com dotes especiais são mantidos no CI como monitores; depois de terem acompanhado um curso de formação de monitor FRAC este pessoal miliciano é capaz de dar a instrução. O monitor dá aos seis alunos todas as sessões previstas; passa, sucessivamente, de um local de instrução a outro, de um ramo de instrução para outro. O mesmo monitor acompanha, assim, os seus alunos durante toda a sessão de instrução e conhece-os perfeitamente.

Revista da Cavalaria

Cinco equipas formam uma Escola (*reprise*) (30 alunos+5 monitores). É necessário, para que uma escola possa ser eficiente, possuir cinco locais de instrução distintos.

- 1 local H T (*Home trainer*);
- 1 local D C (Duplo comando);
- 1 local código (Código de estrada);
- 1 local C A (Conhecimentos auto, técnica);
- 1 local M (Manutenção);

Cada uma das equipas da escola passa sucessivamente de um local ao outro.



Duas escolas formam um Grupo (*atelier*). Em cada grupo, uma escola trabalha de manhã, a outra de tarde. No CI QMT, em consequência do grande número de condutores a formar, foram constituídos dois grupos. Em período de plena actividade há constantemente, portanto, duas escolas na instrução da manhã e duas de tarde. Um centro FRAC, cuja instrução fosse contínua poderia ter um débito de 120 condutores todos os 15 dias, mas, repetimo-lo, limitar-se-ia a dar aos condutores uma formação elementar.

Programa do FRAC

O programa completo é repartido por um período de quatro semanas (vinte dias úteis) à razão de meio dia por dia, sendo o outro meio dia dedicado à continuação da instrução elementar.

Cada meio dia de instrução FRAC compreende 5 lições de cinquenta minutos.

Revista da Cavalaria

O sábado é reservado, em princípio, à arrumação do material e à revisão das matérias insuficientemente conhecidas ou às lições perdidas em consequência de dias feriados.

O programa FRAC compreende as seguintes matérias:

«HOME TRAINER»	H. T.
DUPLO COMANDO	D. C.
CÓDIGO DA ESTRADA	
CONDUÇÃO DE VIATURAS (ligeiras, tipo Jeep, e pesadas, de 3 Ton.)	C. V.
MANUTENÇÃO	M.
CONHECIMENTOS AUTO	C. A.

«HOME TRAINER»

O aluno está ao volante de um jeep ou de um camião cujas rodas de tracção (rodas de trás) assenta sobre rolos que giram sem produzir efeito. O instrutor está sentado a seu lado.

A alguns metros à frente da viatura ergue-se um grande quadro dividido em casas. O monitor pode iluminar cada uma destas casas servindo-se dos interruptores de um quadro miniatura.

Este quadro, assente nos seus joelhos, é a reprodução exacta do quadro grande com que está ligado electricamente.

A iluminação de uma casa faz aparecer uma imagem que exige uma reacção imediata do condutor ou uma ordem à qual o aluno deve obedecer como se estivesse no terreno.

Exemplos:

Sinal	Reacção do aluno
Arranque	Mise em marcha do motor Desembriar em 1. ^a
Luz vermelha	Travar — Pôr a alavanca de mudança de velocidade em ponto morto
Passagem de nível fechado	Idem
Luz verde	Arrancar
etc.	

Além disso é possível travar os rolos colocados debaixo das rodas das viaturas e actuar assim sobre estas. Isso dá ilusão de uma estrada difícil, de um terreno arenoso ou de uma encosta.

Este método obriga o aluno a executar todas as manobras olhando constantemente para o quadro e evita-lhe este defeito dos principiantes: olhar para os comandos e, por isso, deixar de observar a estrada.

Dá-lhe confiança, pois que faz, assim a sua primeira aprendizagem sem perigo para o material, para ele ou para outrém, e sob o controle permanente do instrutor.

Revista da Cavalaria

DUPLO COMANDO

Depois de algumas lições de *home trainer*, o aluno passa para uma viatura de duplo comando. O instrutor sempre a seu lado aconselha-o e rectifica eventualmente as manobras erradas.

O H. T. tem por fim, sobretudo, familiarizar o aluno no manejo dos comandos, embriagem, acelerador e travões. O D. C. permitir-lhe-á pôr em prática os conhecimentos adquiridos no H. T. mas conduzindo realmente uma viatura. Esta parte da instrução efectua-se numa pista guardada de modo a eliminar todas as apreensões do aluno.

MECÂNICA AUTO

O aluno é posto ao corrente do funcionamento geral e dos maquinismos essenciais de uma viatura. Chassis, peças desirmanadas e cortes de órgãos constituem o material didáctico principal. O aluno, em cada lição, tem a possibilidade de examinar e de manejar todas as peças que lhe são apresentadas durante a teoria.

CÓDIGO

O código da estrada, com todos os seus sinais, é ensinado de maneira essencialmente prática. Os numerosos problemas que um utilizador habitual da estrada pode encontrar são apresentados aos alunos em modelos. A solução exacta é sempre dada sob forma de demonstração. Mas os monitores esforçam-se sobretudo por inculcar nos alunos as noções fundamentais de prudência e de delicadeza na estrada.

MANUTENÇÃO

A formação de um condutor militar não tem por fim fazer dele um perito, nem mesmo um mecânico de automóvel, mas simplesmente torná-lo capaz de manter uma viatura como um condutor civil consciencioso poderia fazê-lo. Ele nunca irá além de uma lubrificação, de uma limpeza, uma mudança de velas, de uma limpeza de carburador, etc... Outros serviços e outros especialistas se encarregarão das reparações.

Por consequência, as operações de manutenção fazem-se, por sistema, depois de cada dia de escola.

Estando os camiões dispostos em arco de círculo, cada grupo de três ou quatro alunos executa no seu camião, sob a fiscalização de um monitor, as operações sucessivas da manutenção de uma viatura anunciadas ao micro pelo instrutor.

VIATURAS LIGEIRAS E PESADAS

Tendo o aluno adquirido desde a terceira semana no *home trainer* e nas viaturas de duplo comando o automatismo e a confiança necessária, pode ele passar a uma nova etapa.

Revista da Cavalaria

Sòzinho ao volante, vai rolar os seus primeiros quilómetros primeiro em jeep, depois em camião de 3 toneladas, na pista do campo de exercício de Hervelé. Os alunos treinam-se no circuito sinuoso e balizado de sinais convencionais que os obrigarão a fazer, aqui uma marcha atrás, além uma meia volta, mais longe a caminhar ao longo de uma curva ou a intercalar-se entre duas viaturas.

Os camiões circulam infatigavelmente sobre esta pista, cruzam-se, passam e ultrapassam-se. A variedade do circuito, o seu movimento e as manobras suplementares que provoca o encontro de um sinal convencional reúnem às condições de uma verdadeira circulação de estrada.

Apesar de estar sempre presente neste campo de instrução, o instrutor não intervém senão para vigiar e aconselhar.

Quadro I

	H. T.	D. C.	V. L.	P. L.	C. A.	Código	Mann- tenção	Remorq.	Totais
1. ^a semana	5	5			5	5	5		25
2. ^a semana	5	5			5	5	5		25
3. ^a semana			5	6	2	4	8		25
4. ^a semana			2	10	2	2	8	1	25
<i>Total...</i>	10	10	7	16	14	16	26	1	100

Repartição das lições

(Ver Quadro I)

Para cada lição de cada ramo, existe uma ficha de instrução. Basta que o monitor consulte esta ficha para preparar e dar a sua lição.

PLANOS DE UMA FICHA

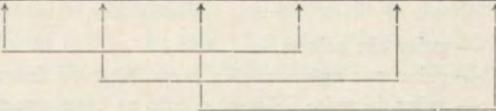
- a) Programa — Assunto a ensinar.
- b) Meios necessários.
- c) Sítio (local).
- d) Desenvolvimento: o que há a dizer, a fazer, a mostrar, a fazer mexer, a fazer executar, as perguntas a fazer, as respostas a obter.
- e) Geralmente no fim da ficha:

- conselhos,
- assuntos sobre os quais é preciso insistir,
- os erros geralmente cometidos, etc.

Revista da Cavalaria

Quadro II

	Com Instrução FRAC			Sem Instrução		
	Out. 53	Dez. 53	Fev. 54	Out. 53	Dez. 53	Fev. 54
Incorporação						
Efectivos	297	272	268	108	175	98
Prejuizos definitivos	18	12	18	12	10	12
%	6,4	4,6	7,5	11,1	5,6	13,6



Vantagens do método FRAC

- 1) Instrução progressiva do H. T. ao D. C., depois na verdadeira condução; do jeep à viatura pesada.
- 2) Uniformidade da instrução em virtude das fichas, o que permite uma fiscalização cómoda.
- 3) Economia de essência e de material.

Para toda a instrução FRAC, o consumo de essência é inferior a 50 litros por aluno.

- 4) Eliminação dos acidentes.

As primeiras lições de condução são as mais perigosas. Efectuam-se aqui sem nenhum risco.

- 5) Aperfeiçoamento da qualidade dos condutores e diminuição do número dos perdidos para a especialidade.

Isto manifesta-se claramente se se compararem os resultados obtidos em 1953 e 1954 pelos recrutas, em que uns beneficiaram da instrução FRAC e outros não (*ver quadro 2*).

No fim do período FRAC, o aluno é submetido a um exame tendo por objecto três provas.

- Código da estrada.
- Condução.
- Mecânica e manutenção.

Revista da Cavalaria

2) Formação em estrada

Pode-se dizer que depois da passagem pelo método FRAC o aluno

- conhece o código da estrada,
- sabe manter a sua viatura em bom estado,
- é capaz de guiar sozinho numa estrada pouco frequentada.

Depois da FRAC a instrução prossegue.

Este complemento de instrução tem por objectivo manter e aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos (condução, manutenção) e ensinar novas noções, principalmente:

- guiar em coluna,
- guiar nas aglomerações e em estradas frequentadas,
- guiar de noite (e mesmo com as luzes apagadas),
- dissimular e camuflar uma viatura,
- aplicar sistematicamente a manutenção,
- participar na segurança e na defesa de um bivaque ou de uma coluna automóvel em marcha ou parada.

Esta instrução, essencialmente prática, compreende o percurso de alguns circuitos nos arredores de Louvain, cuidadosamente escolhidos em consequência das dificuldades e do pouco movimento civil que elas oferecem.

3) Exercícios de grande duração nas Ardenas

Finalmente, como coroaamento da formação de condutor em estrada, o C. I. executa no fim da sessão um exercício de bivaque de grande duração, de cinco dias nas Ardenas.

Nesta ocasião, os instruendos condutores efectuem grandes etapas em coluna, tanto de dia como de noite e exercícios individuais, em pequenos circuitos em terreno variado e acidentado.

Estes exercícios relativamente duros constituem além disso uma prova de resistência física pela acumulação de dias de condução em terreno difícil tanto de dia como de noite.

Aperfeiçoamento nas unidades

É evidente que depois da sua passagem pelo C. I. os condutores não são ainda «ases do volante»; falta-lhes prática e experiência.

A instrução deu-lhes os bons reflexos e o princípio do automatismo. A prática e a experiência serão adquiridas nas unidades.

Organização do C. I.

A formação de um condutor, considerado como problema individual, não é de grande dificuldade.

Mas a formação de mais de 2.000 condutores por ano como é o caso no C. I., além de contrair grandes responsabilidades, origina dificuldades técnicas resultantes de um quadro restrito e de uma política de utilização máxima das instalações disponíveis.

Mais, só com uma organização absolutamente perfeita é que se poderão esperar bons resultados. Muitas empresas privadas, que se gabam todavia de uma administração racional encontrariam vantagem em ter uma organização tão perfeita como a que reina no C. I.

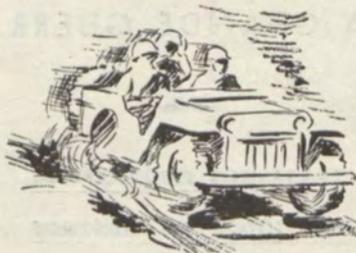
Os processos mais modernos de organização, que permitem as previsões e as fiscalizações a curto e a médio prazo, são utilizados no gabinete do director do C. I., o Tenente-Coronel Decorte e no do Director do ramo «Instrução de Condutores», o Capitão Leroy.

Um planeamento de formação dos recrutas presentes e dos que se esperam durante os meses seguintes; um planeamento de utilização dos locais, dos gráficos (do consumo de essência, do estado do transporte etc.) e outros quadros permitem uma fiscalização imediata de todos os serviços do C. I.; isto proporciona uma considerável economia de tempo e de dinheiro, uma administração racional e minuciosa do material.

Pelo espírito de iniciativa e pela competência dos seus directores, que têm sabido procurar constantemente a produtividade e a eficiência, o Centro da Instrução Q. M. T. de Louvain tornou-se um modelo do genero.

L'Armée — La Nation
Outubro de 1954

B. V.



Bertrand & Irmãos, L.^{da}

TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA

Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
21368

LISBOA



TIPOGRAFIA DA LIGA DOS COMBATENTES
DA GRANDE GUERRA



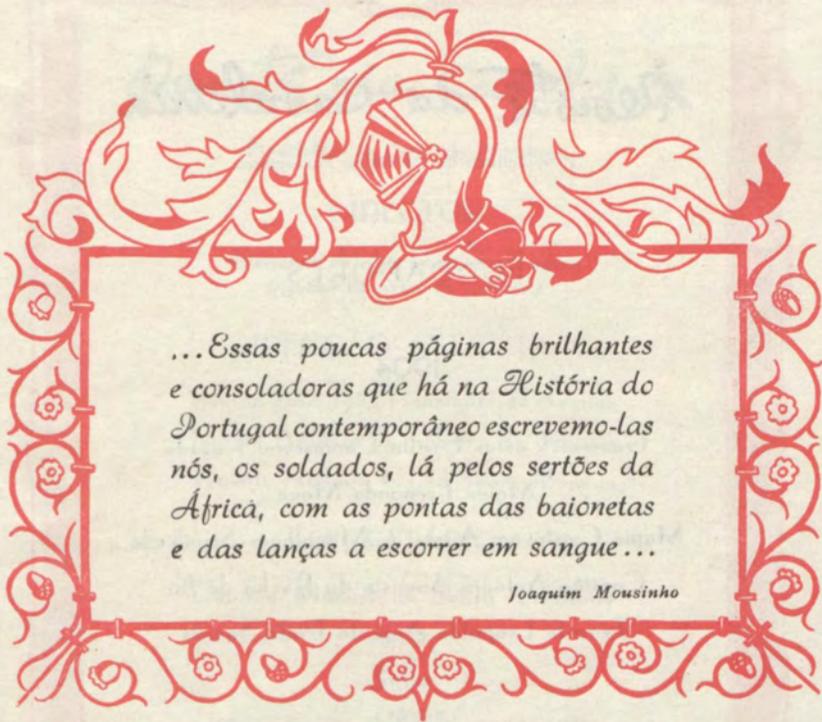
TRABALHOS TIPOGRÁFICOS
EM TODOS OS GÊNEROS



Calçada dos Caetanos, 18

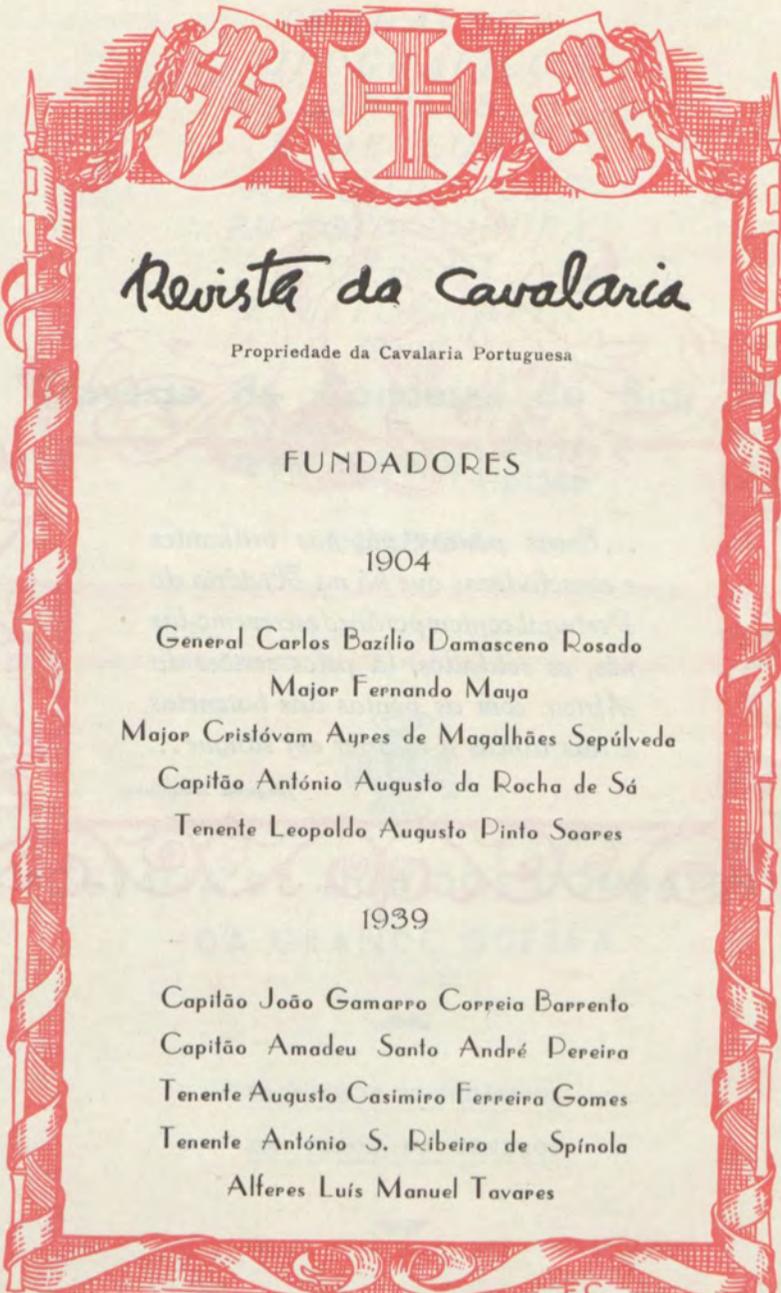
TELEFONE ——— 21450

L I S B O A



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazílio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Aypes de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Major António S. Ribeiro de Spínola
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

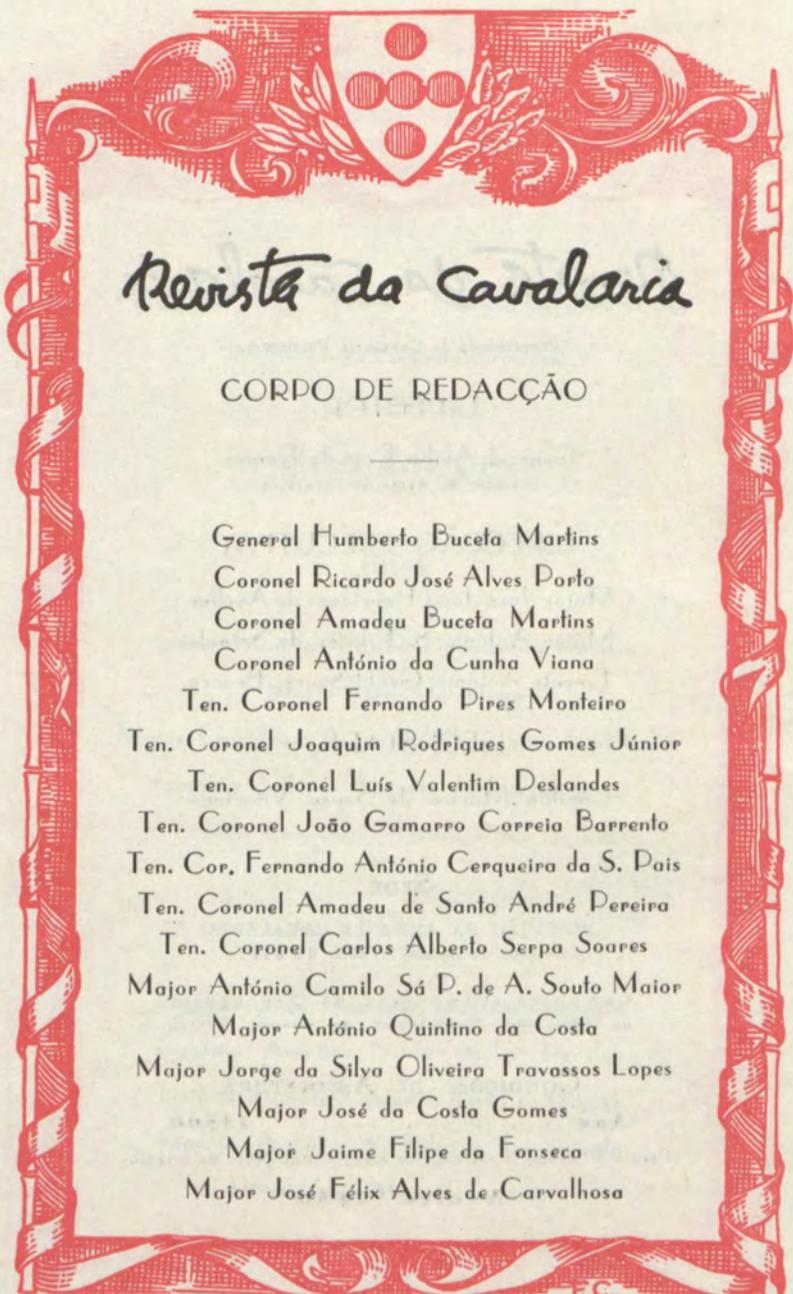
Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

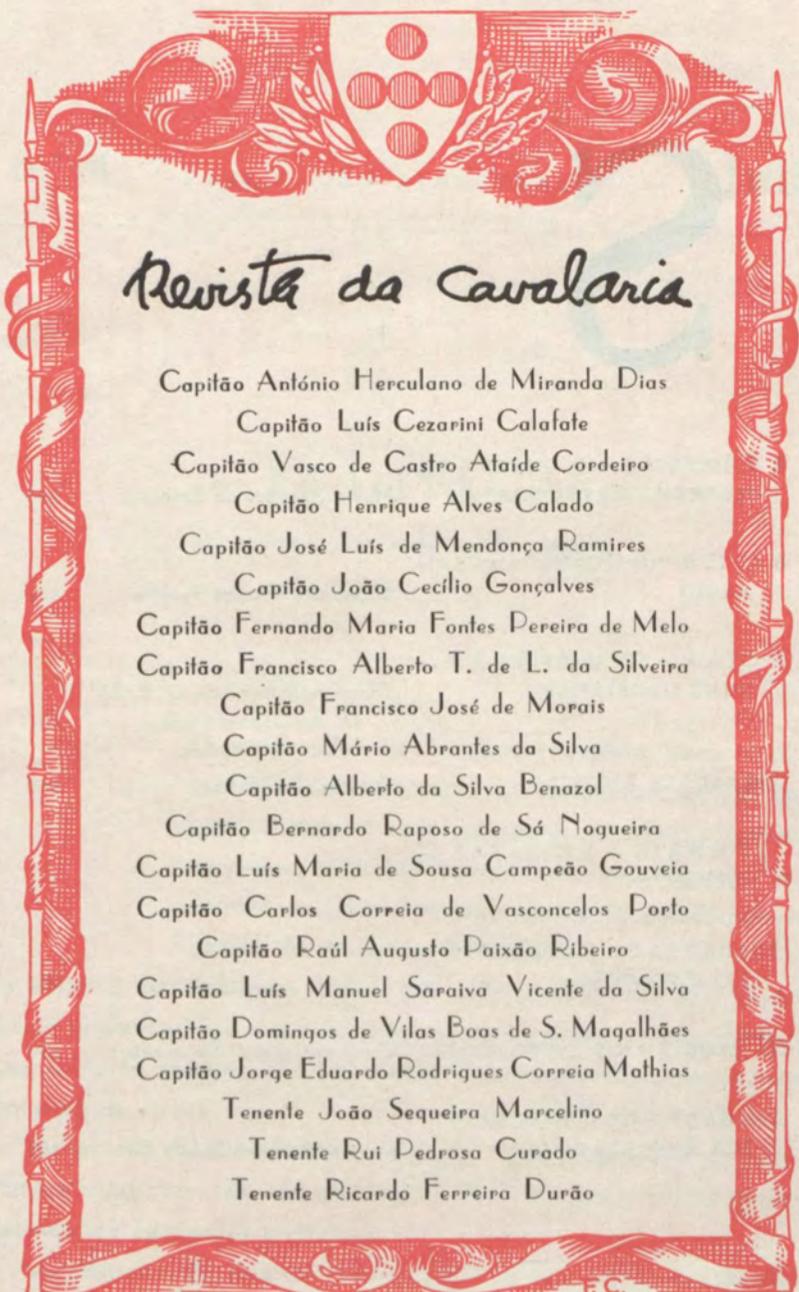
Avulso 7\$50



Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins
Coronel Ricardo José Alves Porto
Coronel Amadeu Buceta Martins
Coronel António da Cunha Viana
Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro
Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior
Ten. Coronel Luís Valentim Deslandes
Ten. Coronel João Gamarro Correia Barrento
Ten. Cor. Fernando António Cerqueira da S. Pais
Ten. Coronel Amadeu de Santo André Pereira
Ten. Coronel Carlos Alberto Serpa Soares
Major António Camilo Sá P. de A. Souto Major
Major António Quintino da Costa
Major Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes
Major José da Costa Gomes
Major Jaime Filipe da Fonseca
Major José Félix Alves de Carvalhosa



Revista da Cavalaria

Capitão António Herculano de Miranda Dias

Capitão Luís Cezarini Calafate

Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro

Capitão Henrique Alves Calado

Capitão José Luís de Mendonça Ramires

Capitão João Cecílio Gonçalves

Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo

Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira

Capitão Francisco José de Moraes

Capitão Mário Abrantes da Silva

Capitão Alberto da Silva Benazol

Capitão Bernardo Raposo de Sá Nogueira

Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia

Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto

Capitão Raúl Augusto Paixão Ribeiro

Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva

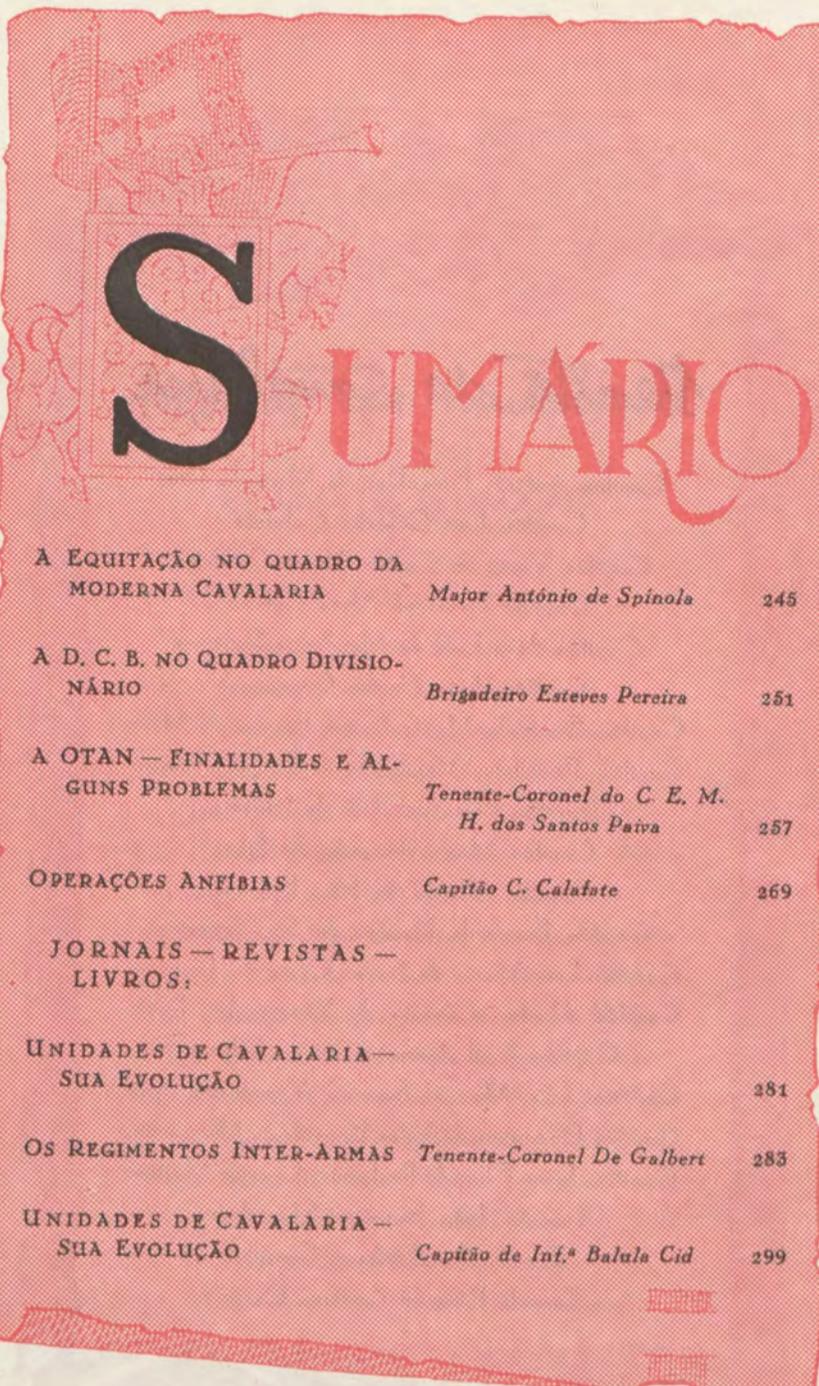
Capitão Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães

Capitão Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias

Tenente João Sequeira Marcelino

Tenente Rui Pedrosa Curado

Tenente Ricardo Ferreira Durão



SUMÁRIO

A EQUITAÇÃO NO QUADRO DA MODERNA CAVALARIA	<i>Majar António de Spínola</i>	245
A D. C. B. NO QUADRO DIVISIONÁRIO	<i>Brigadeiro Esteves Pereira</i>	251
A OTAN — FINALIDADES E ALGUNS PROBLEMAS	<i>Tenente-Coronel do C. E. M. H. dos Santos Paiva</i>	257
OPERAÇÕES ANFÍBIAS	<i>Capitão C. Calafete</i>	269
JORNAIS — REVISTAS — LIVROS:		
UNIDADES DE CAVALARIA — SUA EVOLUÇÃO		281
OS REGIMENTOS INTER-ARMAS	<i>Tenente-Coronel De Galbert</i>	283
UNIDADES DE CAVALARIA — SUA EVOLUÇÃO	<i>Capitão de Inf.º Balala Cid</i>	299



Revista da Cavalaria

17.º ano - n.º 4

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Julho - Agosto

A EQUITAÇÃO

no quadro da moderna Cavalaria



Quando todas as atenções se voltam para os novos adventos do progresso, representados por engenhos mecânicos tendentes a substituir o homem nas suas múltiplas actividades, pode parecer arcaísmo o pretender-se manter a *equitação* na esfera da moderna Cavalaria.

No entanto, verificam-se razões que aconselham uma análise serena e imparcial dos diversos ângulos do problema, com vistas a obter-se uma solução que se enquadre harmoniosamente no ciclo evolutivo da Arma.

A revisão do assunto, mórmente na ocasião em que se esboçam as directrizes de reorganização dos desportos militares, reveste-se de particular interesse.

A despeito da natural resistência dos Cavaleiros em substituir o «cavalo-aveia» pelo «cavalo-motor», reacção natural de quem temperou o carácter galopando através do campo, a velha

Revista da Cavalaria

Cavalaria evoluiu, decisivamente, no sentido da sua integral motomecanização. Assim, surgiu nas modernas unidades da Arma um novo ambiente técnico-táctico, no qual a prática da equitação deixou de ser considerada requisito fundamental da preparação profissional do oficial de Cavalaria.

Esta mudança de cenário alterou sensivelmente as premissas do problema equestre.

Ao fundamentarmos, em Maio de 1950, a evolução que conduziu à organização da actual Escola Militar de Equitação, dissemos nas páginas desta Revista:

.....
O aspecto utilitário da Equitação, no seu sentido prático de aplicação técnico-militar, cedeu lugar às exigências de manuseamento dos modernos engenhos de guerra, subsistindo apenas o aspecto educativo, no duplo sentido moral e artístico.

Muito embora desporto e arte sejam ângulos interdependentes do mesmo problema, dificuldades de análise aconselham-nos a atacar separadamente os dois aspectos.

Se reflectirmos um pouco sobre o panorama tactico-estratégico da guerra moderna, concluiremos sem esforço, que muito embora a cavalaria motomecânica mantenha no campo da relatividade o seu lugar de arma rápida, a capacidade de deslocamento e consequente velocidade de actuação dos modernos agrupamentos de combate são francamente superiores às das antigas unidades a cavalo. Este aumento de mobilidade exige comandos dotados de reflexos, cuja instantaneidade de formação se harmonize com o ritmo acelerado com que se sucedem as situações dos modernos campos de batalha.

A rapidez de decisão e destreza de execução, consubstanciados no sentimento da oportunidade, que constituíam características da psicologia cavaleira, passaram a ser os tópicos de actuação do moderno oficial. Este imperativo evidenciou a necessidade de se generalizar a todas as armas os factores educativos do cavaleiro. E, sendo a equitação desportiva na sua tríplice moda-

Revista da Cavalaria

lidade, campo, obstáculos e corridas, um dos factores básicos da formação do cavaleiro, é evidente a vantagem de alargar a sua prática aos quadros de todas as Armas. Aliás, desde o momento que a equitação passou apenas a ser encarada sob o aspecto educativo, não é razoável aceitar-se o exclusivo da sua prática por uma só arma.

Por mais paradoxal que pareça, verifica-se, assim, que o progresso técnico alargou o âmbito de utilização do cavalo; restringiu, é certo, a sua função material mas, em contrapartida, generalizou a todas as armas as qualidades psíquicas geradas pela prática do desporto hípico.

Sintetizado, nas suas linhas gerais, o quadro militar da equitação desportiva, passemos a considerar a equitação artística.

Muito embora no nosso País o culto do cavalo e a consequente prática equestre se encontrem quase restritos à arma de cavalaria, o problema da equitação artística transcende a esfera dos interesses militares. De resto, em todos os Países que se notabilizaram pelo elevado nível da arte equestre, a alta equitação foi sempre encarada no quadro do património artístico nacional.

As escolas de Saumur, Hannover e Viena de Áustria, não são apenas estabelecimentos de especialização militar, mas também escolas de arte, a que compete manter e elevar o nível da equitação dos respectivos Países.

.....
Em Portugal a especialização equestre tem sido, quase sempre, encarada no campo estritamente militar, consequentemente, à margem do campo artístico, o que tem limitado o nível da nossa alta equitação.

Não se contesta terem existido, em todos os tempos, equitadores de valor, que deram inúmeras provas de incontestável mérito. Porém, não só consideramos a sua existência como casos esporádicos sem qualquer significado doutrinário, como ainda a sua acção caracterizadamente individualista pouco contribuiu para o progresso da nossa equitação artística.

Revista da Cavalaria

Consequentemente, fácil é deduzir-se a necessidade de enfrentar o problema da equitação sob o duplo aspecto desportivo e artístico. Só a consideração em conjunto dos dois aspectos nos poderá conduzir a uma solução que satisfaça simultâneamente os designios de ordem militar e os interesses do património artístico da Nação.

Dentro deste critério, impõe-se a remodelação do Esquadrão de Equitação do Depósito de Remonta em sentido similar às escolas congêneres estrangeiras, o que pressupõe o franco alargamento da sua esfera de acção.

Reconhecida a vantagem de se generalizar a prática da equitação desportiva a todos os quadros subalternos, surge a necessidade de se transformar o actual Esquadrão de Equitação numa Escola Militar de Equitação, à qual competirá o desenvolvimento da prática equestre no exército e a preparação das equipas nacionais.

.....»

Com fundamento nas premissas da tese exposta, aventa-se presentemente a hipótese da Escola Militar de Equitação ser desmembrada da Arma de Cavalaria e integrada na orgânica de um novo estabelecimento militar: — A Escola de Educação Física, Equitação e Desportos.

Esta inesperada mutação, obriga-nos a voltar ao problema, tanto mais que a citada hipótese se baseia em argumentação aparentemente coincidente com a que aduzimos em pró da actual orgânica.

Embora não se conteste que o problema equestre possa vir a desintegrar-se da Arma de Cavalaria, em fase final da evolução do actual conceito de Armas, não nos parece aconselhável desagregar prematuramente os elementos constitutivos do património moral da Cavalaria.

Tal orientação, não conduzindo a qualquer melhoria de ordem geral, apresenta manifestos inconvenientes, no que respeita à Arma de Cavalaria e à posição intrínseca do problema equestre.

Revista da Cavalaria

Sob este último aspecto, afigura-se-nos particularmente inconveniente integrar a *equitação* num complexo de outras modalidades desportivas, que apoiadas na grande massa dos seus adeptos e praticantes, propenderão, necessariamente, a ascender em detrimento do desporto hípico.

Se a realidade dos factos vividos no quadro do Desporto Nacional, nos evidencia esta tendência, não será razoável vaticinar idêntica reacção no âmbito do futuro departamento?

É verdade que a circunstância de presidir à Comissão Superior de Educação Física do Exército, um mui distinto General oriundo da Arma de Cavalaria e seu antigo director, nos garante, acidentalmente, um elevado nível equestre. Mas, o deslumbramento do presente não nos deve ofuscar a perspectiva de um futuro, mais ou menos próximo, em que possam assumir a direcção da citada Comissão e o comando da nova Escola, chefes de outra origem, quiçá, sem nunca terem montado a cavalo, consequentemente, em precárias condições para *sentirem* os problemas equestres.

Em todos os países do mundo, designadamente, Espanha, França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Brasil, México, e outros que não mencionamos por falta de elementos de investigação, as Escolas Militares de Equitação mantêm-se na esfera da Cavalaria, embora se vislumbrem tendências evolutivas no sentido nacional.

A hipótese em discussão, manifestamente divergente do critério adoptado nos citados países, não garante a necessária continuidade do património equestre nacional, podendo conduzir a equitação a nível inferior.

No ponto de vista estritamente militar, pensa-se que para propagar ao Exército os factores educativos do Cavaleiro, se torna indispensável que a Arma de Cavalaria subsista em pleno esplendor, o que pressupõe a permanência de todos os seus elementos de valorização.

A assimilação da psicologia Cavaleira, não se realiza só através da prática equestre, mas muito especialmente no contacto com

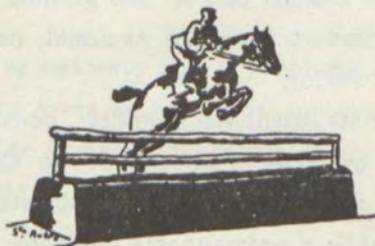
Revista da Cavalaria

um ambiente «sui generis», que tem a sua origem numa amálgama de factores de ordem psicológica, de onde não é fácil alienar o culto do cavalo e a consequente prática da equitação.

Não parece, por conseguinte, conveniente, desintegrar-se a Escola Militar de Equitação da orgânica da Arma de Cavalaria, e muito menos entregar o *facho* da equitação Nacional a um novo departamento, sem tradição, em chocante paralelismo com outras modalidades desportivas de somenos valor tradicional.

O respeito pela tradição da Arma onde a equitação sempre ocupou lugar proeminente e o respeito pelo património-equestre da Nação, aconselham a permanência da Escola Militar de Equitação na Arma de Cavalaria e a sua evolução, em tempo oportuno, no sentido nacional. Esta orientação, que está no pensamento de todos os Cavaleiros, além de se alicerçar em fortes razões de ética, apresenta-se, ainda, reforçada com o exemplo de países de reconhecido prestígio equestre, o que, quanto a nós, deve constituir duplo motivo de reflexão.

Major ANTÓNIO SPÍNOLA



A D. C. B. NO QUADRO DIVISIONÁRIO

pelo Brigadeiro ESTEVES PEREIRA

III — A D. C. B. no quadro da D. Bl.

A D. C. B. integrada num quadro de actuação de uma Divisão Blindada repousa, fundamentalmente, na enorme preponderância de carros de combate que a constitui.

Sendo uma G. U. Bl., «*um conjunto orgânico e essencialmente constituído por unidades couraçadas, apoiadas e protegidas por unidades motorizadas, com Inf., Art., Eng. e Serviços que lhe dão a faculdade de conduzir uma acção de grande envergadura, apta a actuar no tempo e no espaço*» ⁽¹⁾, ela terá de estabelecer, nas várias situações táticas, em que actue, um Plano de D. C. B., análogo ao das D. Normais.

A D. Bl. pode ser empregue, essencialmente, nas seguintes situações:

- 1 — Na *procura da Informação, na Exploração e na Cobertura* de um T. O., ou de uma Z. O., especialmente no início das operações, em que actua pelo movimento e pela manobra e operando na *Descoberta*;
- 2 — Na *guerra de movimento*, no início das hostilidades, em operações que exigem *rapidez, agressividade e flexibilidade*, esta

⁽¹⁾ Definição do Brgd. Aguiar Ferreira, no Curso de Promoção de 1947, no I. A. E. M.

Revista da Cavalaria

- G. U. é especialmente apta para manobrar o In. antes que este se possa estabilizar;
- 3 — No *retardamento de grande envergadura*, em seguimento a uma manobra de cobertura normal, dando tempo à concentração de G. U. normais;
 - 4 — Na *exploração profunda, do êxito* e na *perseguição*, exploração, que pode tomar o nome de *estratégica*, se visa a um fim estratégico e *táctica*, no caso contrário;
 - 5 — Na *rotura de frentes defensivas*, mas não de grande profundidade nem de organização completa; esta situação só em casos especiais, deve ser adaptada, dado que é uma G. U. *muito cara, muito valiosa* e de *difícil instrução e recuperação* e, por isso, o Comd. Sup. não é natural que a vá *desperdiçar*, sem absoluta necessidade, e afastá-la do seu principal fim, que é, e será sempre, a *exploração profunda*.

Para a rotura de uma Pos. Def. de média profundidade e de organização média, é *mais rendoso* o emprego de D. I. reforçadas com Carros e Eng. e com conveniente dotação de Art. (3 Arts. Div. pelo menos).

Na defensiva propriamente dita, não é de considerar o emprego da D. Bl. e só, em casos muito excepcionais, ele pode ser encarado e, mesmo assim, mais no aspecto de *defesa móvel* do que de *defesa em posição*.

Em qualquer das situações citadas a D. Bld. opera *sempre articulada* em Ag. Tat. que se denominam Ag. Bld., para o que tem, no seu Comd., 3 Comds. de Ag. e possibilidades orgânicas de constituir 3 Ag. Bld. e ainda uma *reserva*, todos com elementos de Serviços.

Assim, reportando-nos à orgânica da D. Bld., *tipo Americano* (I. E. T. G. U., pág. 212), podemos, a título de exemplo, constituir 3 Ag. Bld. do tipo seguinte:

Ag. Bld. N.º ...

- 1 Comd. Ag.,
- 1 E. Rec.,
- 1 G. C. C. Me.,
- 1 B. I. Bld.,
- 1 G. A. C. 10,5 (a. m.),
- 1 C. C. Eng.,
- Elem. de Serv.,

Revista da Cavalaria

e uma *reserva*, do tipo, por exemplo:

- 1 G. Rec. (—),
- 1 G. C. C. Pe.,
- 1 B. I. Bld.,
- 1 G. A. C. 15,5 (a. m.),
- 1 G. A. A-A. (4-12,7),
- 1 B. Eng. (—),
- 1 C. Pt.,
- 1 C. Tram.,
- Restantes elem. de Serv.,

que pode constituir, *em bloco*, a reserva da D. Bld., ou, ainda, poder dar reforços aos Ag. Bld., como, por exemplo, fracções do G. C. C. Pe., da Art. Pes., da Art. A-A, elem. de pontes e de transmissões, etc.

Cada um destes Ag. Bld. subdivide-se, normalmente em *Sub-Ag. Bld.*, no máximo, até três, conforme as necessidades da manobra e as vias de comunicação existentes, na região em que têm de operar.

Há casos em que se pode reforçar a D. Bld. com um R. I. Motor. e, então, podem-se constituir 4 Ag. Bld. e uma reserva, dando ao 4.º Ag. elementos de Carros e Art. tirados dos outros Ag. ou da reserva divisória.

Assim a D. Bl. pode trabalhar, ou numa articulação *ternária*, o que é mais normal, ou *quaternária*, o que é excepcional.

Em qualquer das situações tácticas, atrás enumeradas, a D. C. B. da D. Bl. tem uma estrutura e modo de actuação idênticas às das D. Normais.

Assim, as armas anticarro dos B. I. Bld. (bazookas e canhões sem recuo) farão a defesa anticarro imediata e próxima, protegendo os elementos de Inf. que os compõem. Mas, a principal defesa anticarro reside, fundamentalmente, na acção dos carros, meio principal, verdadeiro *núcleo* dos Ag. Bld., não só pela acção de fogo dos seus canhões, pela acção de choque e ainda pela mobilidade e flexibilidade de que são dotados.

Sobretudo na missão de *Exploração profunda*, essa D. C. B. só será, a bem dizer, exercida no caso de um retorno ofensivo In. partido de uma zona, não afectada, anteriormente, pelo ataque a que se seguiu essa exploração, dado que esta só é lançada quando, após a rotura profunda da P. Def. In., são criadas, na sua retaguarda, as condições necessárias para a sua saída e isso só verdadeiramente se dá quando não

Revista da Cavalaria

haja mais linhas de resistência, organizadas à retaguarda e se pressinta uma debandada In. o que dará lugar a uma perseguição, por se ter dado, ou estar para dar-se, a desorganização de todo o sistema das retaguardas In. — comunicações de manobra, sistema logístico, etc.

Excluindo este caso, a D. C. B. da D. Bl. só terá de se exercer contra alguns contra-ataques de reservas de C. E., ou de Ex., que tentem opor-se à sua progressão, bem para dentro do terreno In.

Em todos os casos, a D. C. B. é escalonada, dentro de cada Ag. Bld., como o é nos Ag. Tat. das D. I. normais.

Cada Ag. Bld., de formação semelhante à do exemplo atrás indicado, tem sempre:

- 1 — *Um escalão de reconhecimento*, — os elem. de Rec.,
- 2 — *Um escalão de ataque*, — os Carros,
- 3 — *Um escalão de apoio e protecção*, — a Art.,
- 4 — *Um escalão de ocupação*, — os At. Bld.

Em todos estes escalões, a D. C. B. exerce-se pelas armas privativas e pelos próprios carros. Num Sub-Ag., que pode ser metade, ou um terço, sensivelmente, as coisas passam-se da mesma maneira.

Podem-se organizar Sub-Ag. com maior ou menor percentagem de carros ou de atiradores blindados conforme as necessidades tácticas de cada caso.

Contudo, o Ag. Bld. é considerado a *unidade táctica fundamental* da D. Bld., visto ser ponto assente que esta *combate sempre fraccionada*, não só pelo seu *enorme volume*, como para aproveitar as vias de comunicação, em paralelo, numa dada direcção de actuação. De resto, ela não poderia actuar numa só coluna, de uma profundidade enorme (da ordem dos 120 km.) e o seu emprego era, assim, prejudicado na sua velocidade, na sua mobilidade e flexibilidade e no poder de manobra.

A subdivisão em Sub-Ag. também é normal, mas a sua constituição, e número, são dependentes das necessidades de actuação de cada um deles e, por isso, como dissemos, essa subdivisão é condicionada pela dosagem dos carros a atribuir a cada um deles.

Considerando o exemplo atrás de um Ag. Bld., esta subdivisão pode dar, ainda a título de exemplo, 3 Sub-Ag. do tipo seguinte:

Sub-Ag. Bld. N.º ...

- 1 Comd. Sub-Ag.,
- 1 Pl. Rec.,

Revista da Cavalaria

- 1 E. C. C.,
- 1 C. At. Bld.,
- 1 bat. Art. 10,5 (a. m.),
- 1 Pl. Eng.,
- Elem. Transm.,
- Elem. Serv.

Como por esta constituição se vê, ainda no âmbito do Sub-Ag. se pode constituir uma D. C. B., à custa das armas anticarro dos At. Bld., dos Carros e da própria Art. A Eng., entrando sempre na sua constituição, terá também possibilidades de actuar na desminagem e no ataque próximo às organizações e aos obstáculos In., em escala mais reduzida, mas idêntica à dos Ag. Bld., considerados em bloco.

*

Um dos grandes perigos para as unidades blindadas é o avião. Se bem que saia um pouco do objecto do nosso trabalho, sempre diremos que a D. Bld., pela profusão de armas antiaéreas (cerca de 400 M. A-A de 12,7) distribuídas pelos carros, pelos At. Bld. e pelos elem. de Rec., tem uma razoável defesa, não falando já do seu G. A. A-A, a 4 batarias, que é, normalmente, distribuído pelos Ag. Bld.

Além deste inimigo das U. Bld., há ainda, a considerar, especialmente:

- os campos de minas,
- os caçadores individuais de carros,
- as armas anticarro de vária espécie,
- os destruidores de carros (carros especiais, peças de assalto, automotrices, «órgãos» de lança-foguetes montados sobre carros, etc.).

É contra todos estes meios que deve ser organizada a D. C. B. que temos estado a descrever e que se estende aos vários escalões, em que se subdividem os Ag. Bld.

Mas, de uma maneira geral, a D. Bld. goza, fundamentalmente, na D. C. B., das grandes vantagens que lhes dá:

- a sua grande mobilidade,
- o potencial enorme do seu armamento de várias espécies,

Revista da Cavalaria

- a sua elasticidade em se adaptar a vários dispositivos, conforme as circunstâncias,
- a sua capacidade de choque e esmagamento para os obstáculos passivos,

vantagens que se observam em todas as situações táticas, em que seja chamada a actuar, mormente, na principal — *a exploração profunda do sucesso*.

E com estas considerações, encerramos este breve estudo sobre a actuação da D. C. B. na D. Bld. e sobre as suas possibilidades.

IV — Considerações finais

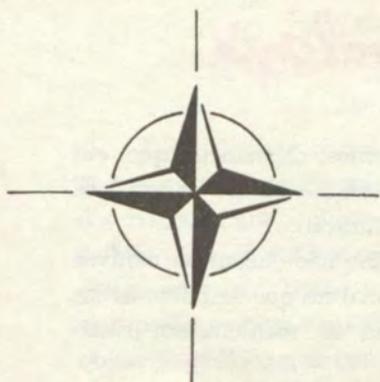
De todo este modesto e sucinto estudo, ressalta que a defesa contra blindados é uma necessidade premente dentro do quadro divisionário, quer se trate de D. I. normais (ou Motor., cuja actuação é idêntica) quer da D. Bld., hoje a G. U. da Cavalaria moderna.

E se é necessidade nesse quadro, isso não quer dizer senão que se tem de estender aos escalões inferiores constituintes e que, em todos, deve haver a preocupação constante da defesa contra o carro e contra as armas anticarro do dispositivo In., quer se trate de uma situação de defesa, de ataque, ou de exploração.

Vimos, também, que, apesar do aparecimento de armas modernas, como a bazooka, o canhão sem recuo e as cargas ocas, de terríveis efeitos sobre os carros, que, com as minas, se podem considerar os seus piores inimigos, é, ainda, o *carro* o principal elemento da D. C. B., o *elemento preponderante*, que forma, por assim dizer, o *esqueleto* de um plano coordenado dessa defesa.

Vimos, igualmente, que todo o *Plano de D. C. B.* tem de ser muito minucioso e coordenado, que a associação dos obstáculos naturais e artificiais com os meios activos deve ser perfeita e harmónica, que nenhum ponto, área, corredor de infiltração, via de comunicação, povoação, bosque, etc., deve ficar sem ser considerado e que é dessa harmonia de conjunto que deve resultar a eficiência desse Plano, um dos elementos mais importantes de um Plano de Defesa, ou de um Plano de Ataque.

E de aí se infere, o cuidado que deve merecer, aos Comandos e aos especialistas responsáveis, a coordenação das disposições tendentes à harmonia desse conjunto.



A OTAN

FINALIDADES E ALGUNS PROBLEMAS

pelo Ten.-Cor. do C. E. M. H. DOS SANTOS PAIVA

V PARTE

Política militar da NATO

I. Situação geral

As origens da Aliança Atlântica e o texto do seu tratado deixam transparecer claramente os objectivos puramente defensivos que orientam a comunidade dos seus Membros.

Criando e mantendo poderosos traços de união entre os vários países e constituindo forças armadas suficientes para desencorajar a agressão russa, a NATO conseguiu evitar até à data um ataque comunista contra os países signatários do Pacto.

Na sua reunião de Dezembro de 1953, o Conselho da OTAN, passando em revista a situação internacional, concluiu que os soviets não tinham dado nenhuma prova de modificar as suas intenções expansionistas e que um dos seus principais objectivos continuava a ser a desintegração da NATO. Como consequência foi reconhecido que a Comunidade Atlântica deveria estar em condições de — dentro dos limites de meios dos seus países membros — manter durante um certo número de anos as forças armadas necessárias para desencorajar qualquer ideia de agressão comunista, assegurando a eficiente defesa da sua zona, e, simultaneamente, reforçando a sua estrutura económica e social. Além disto o Conselho considerou imperativo elevar a qualidade das forças da

Revista da Cavalaria

OTAN e dotá-las com os materiais mais modernos, de maneira que, em caso de ataque, elas constituíssem uma barreira ao abrigo da qual os países membros pudessem realizar a sua mobilização.

Nas reuniões que se têm seguido o Conselho não encontrou motivos que fizessem modificar o panorama internacional no que se refere às intenções comunistas, cujos efectivos militares se mantêm em ritmo crescente.

2. Os fins políticos e os fins militares da guerra

Todos os autores que têm tratado este assunto afirmam a estreita dependência existente entre o fim político e o fim militar e é bem conhecido o conceito de Clausewitz segundo o qual «a guerra não é mais que o prosseguimento da acção política combinada com novos meios».

Embora estes objectivos devam ser harmónicos, é todavia o fim político que deve determinar a finalidade militar, e para atingir um e outro é necessário impor a nossa vontade ao inimigo. O fim político da guerra está confinado às seguintes hipóteses:

- exigir a derrota total do inimigo;
- ser o inimigo forçado a solicitar a paz em condições satisfatórias para o vencedor;
- ganhar a aliança doutras potências;
- incitar o inimigo a renunciar ao desejo que o havia lançado na guerra.

Cada um destes objectivos políticos determina evidentemente a *força* dos meios necessários e o *método* a empregar. Por exemplo, a derrota total do inimigo exigirá normalmente o recurso a efectivos muito superiores aos seus e a ocupação de grande parte do seu território. Pelo contrário, com efectivos relativamente pequenos pode-se conseguir que o inimigo renuncie ao seu desejo de luta. A História, que é a grande Mestra, fornece-nos numerosos exemplos que ilustram estas reflexões.

Na guerra anglo-boer de 1899 a 1902, os boers sabiam que não poderiam dominar o Império Britânico; o seu objectivo político era sustentar a luta até que os Ingleses se convencessem que esta lhes estava a sair excessivamente cara ou até que outras potências estrangeiras viessem em seu auxílio.

Na Guerra da Sucessão americana (1861-1865) o objectivo político dos Estados do Norte era impedir os Estados Confederados do Sul de abandonar a União; o objectivo político dos Sudistas era a independên-

Revista da Cavalaria

cia. Estes últimos nunca poderiam pensar em derrotar totalmente os Nordistas e as suas esperanças eram as mesmas que referimos a propósito dos boers. Para realizar esses objectivos políticos o Comando Sudista definiu como objectivos militares bater os exércitos nordistas no território destes mesmos. Tendo porém sofrido um revés importante, ruíram-se as esperanças num auxílio estrangeiro e então os sudistas mudam o seu objectivo político que passa a ser de incitar o inimigo a renunciar à luta; a partir de então o objectivo político dos Estados do Norte passou a ser a derrota total do inimigo e a ocupação do seu território.

Na última guerra, após a queda da França em 1940, a finalidade política da Grã-Bretanha não podia deixar de ser a continuação da luta para ganhar tempo até que outros aliados viessem em seu auxílio.

Se é relativamente fácil definir os fins de guerra de uma Nação contra outra, já o mesmo não sucede quando se trata de uma coligação, cujas dificuldades são tanto maiores quanto maior for o número de aliados, e então não é fácil encontrar pontos de vista que sejam aceitáveis por todos.

Todavia só o acordo dos governos sobre a política de guerra a seguir, permitirá uma cooperação e uma coordenação totais sob o ponto de vista militar. Evidentemente que esta definição terá de ser apresentada em termos muito gerais, mas que deverão ser suficientemente concretos para traduzir uma orientação clara, nítida, a partir da qual se possa determinar o objectivo militar e as respectivas medidas de planeamento.

Tal como o acabamos de considerar, a NATO não definiu ainda o objectivo político; este objectivo encontra-se apenas expresso através de expressões vagas, de sentido pouco preciso, das quais contudo se tem de partir para o estudo da estrutura militar mais conveniente.

3. Armas modernas

São já do domínio público os elementos que a seguir vamos referir, os quais se apresentam tenebrosamente para a humanidade, mas que nós militares, devemos encarar utilizando a modelar fleugma britânica.

A — *Armas atómicas:*

- bombas atómicas tácticas e estratégicas;
- canhões atómicos;
- submarinos atómicos;
- minas e cargas de fundo atómicas.

Revista da Cavalaria

B — Outras armas:

- diversos tipos de projecteis guiados com ou sem carga atómica;
- minas de pressão;
- carros modernos;
- armas anticarro;
- aviões modernos;
- submarinos funcionando a peróxido de hidrogénio.

Embora se mantenham secretas muitas informações relativas ao emprego e aos efeitos das armas atómicas sabe-se já que:

- a bomba atómica que foi empregada em Hiroshima tinha a potência explosiva equivalente à de 20.000 toneladas de trotil;
- a bomba de hidrogénio que os E. U. fizeram explodir em 1952 tinha uma força explosiva equivalente a 5.000.000 de toneladas de trotil.

Um tal engenho explodindo numa cidade moderna provocaria a destruição completa de tudo quanto se encontrasse num raio de 5 km. e os seus efeitos seriam ainda sensíveis num raio de 15 km.;

- a bomba de hidrogénio que os E. U. fizeram explodir em 1954 tinha uma força explosiva cerca de 700 vezes superior à de Hiroshima, ou seja o correspondente a 14.000.000 toneladas de trotil. Durante a sua explosão foram sentidas ondas de choque a 280 km. do ponto de rebentamento.
- Qual será o poder destruidor da bomba mais moderna em curso de execução e cuja equivalência se julga que será de 40.000.000 de toneladas de trotil?
- Embora se ignorem as reservas armazenadas e a capacidade de produção destas armas, pode-se presumir, através de um relato officioso da Imprensa, que os Estados Unidos dispõem do número de armas necessário para destruir todas as grandes cidades do mundo e que dentro em pouco estarão na posse das bombas de hidrogénio suficientes para atacar todos os alvos que mereçam... a honra desse tratamento!
- A Grã-Bretanha e os E. U. começaram já a dotar as suas forças com armas atómicas.

A NATO dispõe já de algumas baterias do canhão atómico de 280 mm. É um canhão de grandes dimensões, cujas fotografias foram publicadas nos jornais e que pode lançar granadas clássicas ou granadas atómicas com um alcance de

Revista da Cavalaria

30 km. Parece que os Russos já dispõem também de artilharia atómica.

- Segundo as concepções dos estudiosos os melhores alvos contra os quais pode ser empregada a bomba atómica estratégica são as populações civis e os grandes centros industriais.

As bombas atómicas tácticas e as granadas atómicas teriam a sua utilização contra as grandes concentrações de tropas, contra as forças anfíbias na altura do desembarque, contra os principais pontos de apoio, os grandes depósitos de aprovisionamentos e os pontos chaves das linhas de comunicações, tais como grandes centros ferroviários, portos, etc.

- O primeiro submarino atómico foi já lançado ao mar e um segundo está a ser construído. Estes submarinos que podem deslocar-se em imersão com uma velocidade de 20 nós, são dificilmente detectáveis e podem-se manter indefinidamente no mar. Entre os vários objectivos destes submarinos estão incluídos os submarinos inimigos. Podem ser dotados de um equipamento suplementar que lhes permite lançar projecteis teleguiados. Alguns técnicos pensam que dentro de 10 a 15 anos os submarinos atómicos substituirão os porta-aviões!
- Os projecteis teleguiados constituem uma arma em avançado estado de aperfeiçoamento, cuja influência no emprego das forças pode ser muito grande, em especial no que se refere às missões das forças aéreas.

Assim, o engenho teleguiado terra-terra pode substituir nalguns casos o avião em missões de bombardeamento. Os projecteis teleguiados terra-ar e ar-ar podem provocar uma modificação importante na doutrina actual de defesa aérea; considera-se que o seu emprego permite a destruição de 30% dos aviões atacantes e admite-se ainda que com o pleno desenvolvimento dos engenhos a «tête chercheuse» ou «olho mágico» a taxa de destruição dos aviões atingirá quase o máximo possível dos 100%!

O SACEUR dispõe presentemente de dois engenhos teleguiados terra-terra, para emprego táctico, os quais podem ser armados com cargas clássicas ou com cargas atómicas, e cujo lançamento não é influenciado pelo estado das condições atmosféricas.

Trata-se do MATADOR e do CORPORAL, dos quais o 1.º tem alcances da ordem de algumas centenas de quilómetros e velocidades da

Revista da Cavalaria

ordem dos 1.200 km./h. e o segundo atinge mais de uma centena de quilómetros a velocidades supersónicas.

Esperava-se que até ao fim de 1955 o SACEUR ficasse equipado com um foguete não guiado, o HONEST JOHN, destinado ao bombardeamento pesado, e dotado de uma potência explosiva enorme, de grande precisão, com um alcance de 25 km. e atingindo velocidades supersónicas.

No campo experimental sabe-se que a Grã-Bretanha já conseguiu um foguete antiaéreo, ultrapassando a extraordinária velocidade de 3.000 km./h., dotado de um cérebro electrónico que, segundo se diz, é capaz de dominar qualquer bombardeiro pilotado.

Os ingleses também concluíram um foguete atómico teleguiado de médio raio de acção, podendo ser utilizado pelas forças terrestres em operações ofensivas.

Da parte dos russos sabe-se que além de armas atómicas, dispõem do foguete V-3 que pode atingir qualquer ponto da Europa ocidental a partir de rampas situadas nas margens do Báltico e na Polónia.

Os mais modernos navios russos de superfície têm possibilidades de lançar torpedos voadores e projecteis teleguiados.

*

Sabe-se que os russos criaram um novo modelo de mina de pressão contra a qual a única parada julgada possível é a construção de navios de casco de madeira com um complicado dispositivo electrónico; parece que já está prevista a construção em série de tais navios em caso de guerra.

No que se refere a carros de combate os ingleses e americanos estão evoluindo no sentido de aumento da tonelagem e assim os ingleses criaram o «Conqueror» de 65 toneladas e os americanos o T43 de 60 ton. As blindagens, as velocidades e os poderes de perfuração das armas destes carros são consideravelmente superiores aos dos carros mais antigos.

Os Franceses criaram um carro ligeiro, o AMX-13, de 13 ton. que é extremamente manobrável e possui uma velocidade média em estrada da ordem dos 40 km., podendo atingir a velocidade máxima de cerca de 70 km.

Os ingleses fizeram já, pela primeira vez no mundo, uma demonstração com um carró de reacção.

Quatro armas anticarro apareceram ultimamente, fornecendo às forças terrestres meios eficazes de lutar com os carros:

Revista da Cavalaria

- uma viatura ligeira e rápida, podendo ser facilmente transportada por via aérea, e dotada de 2 canhões sem recuo de 105 mm., mais potentes que os actuais canhões anticarro. (ONTOS);
- uma espingarda para uso individual, de 106 mm., que permite furar blindagens de 30 cm.;
- um canhão rebocado, sem recuo, cujo alcance eficaz é de cerca de 1.000 mm.;
- um engenho teleguiado francês, o projectil SS 10.

A superioridade numérica das forças aéreas russas e o preço excessivamente elevado que custaria à NATO o equilíbrio quantitativo, têm sido um estímulo extraordinário para forçar a ciência e a técnica a caminharem a passos largos no sentido dos melhoramentos constantes.

Como aviões de caça surgiram já alguns modelos de velocidades supersónicas em voo horizontal, tais como os aparelhos americanos F100 e F9F9 (Gruman), o P-1 britânico e o Gerfant francês; um avião experimental americano atingiu a velocidade de 2.650 km./h. e uma altitude de 30.000 m.

Alguns países NATO estão interessados nos caças ligeiros a reacção de preços relativamente mais económicos, tais como os aparelhos franceses TRIDENT e BAROUDEUR, o inglês GNAT e o americano F104, todos eles com velocidades já superiores à do som e podendo operar a altitudes acima de 9 mil metros.

Os caças mais recentes têm possibilidades de lançar projecteis rádio-guiados ou de «tête chercheuse» ar-ar e ar-terra.

Os aviões propulsionados por foguetes estão também a ser desenvolvidos.

Sob o ponto de vista de aviões de bombardeamento o mundo ocidental sofreu um choque com o aparecimento de dois famosos bombardeiros russos o T37 e o T39, que rivalizam com os mais modernos aparelhos ocidentais tais como o B-47, o B-52, o VALIANT e o CANBERRA; o bombardeiro americano intercontinental B-58 HUSTLER, que está em fase experimental, excederá, talvez, esta disputa técnica que se está verificando.

Como hidroviões os americanos estão ensaiando o TRADEWIND R3Y2, para ser utilizado em operações anfíbias, podendo descarregar directamente sobre a praia de desembarque os materiais ou os 103 homens que pode transportar.

Revista da Cavalaria

O helicóptero pensa-se que desempenhará no futuro um papel muito importante não só para aumentar a mobilidade das forças terrestres, como para movimentos entre os navios e a costa, nas operações anfíbias, na guerra anti-submarina, nas operações de reabastecimento, etc. Já existem modelos transportando 44 homens ou 100 toneladas de carga e estão em construção modelos para o transporte de artilharia e carros de combate sobre distâncias relativamente curtas.

Outra inovação importante consiste no aproveitamento do B-36 para lançar e depois recolher o caça a reacção F-84; este método permitiria lançar indirectamente ataques de bomba atómica.

Para terminar diremos que existem aviões deslocando e poisando na vertical, podendo a seguir deslocar-se em voo horizontal como os aviões clássicos. Tais aparelhos podem ser utilizados a bordo de navios de guerra ou de transporte, assim como de zonas que não disponham de pistas de voo.

O submarino a peróxido de hidrogénio é um submarino no qual este produto substitui o oxigénio como elemento necessário para a combustão do carburante. Não dispõe nem de torre de direcção, nem de schnorkel e foi concebido para longas missões em imersão. Os técnicos consideram-no o submarino mais rápido do mundo, com maiores possibilidades, sob este aspecto, que o submarino atómico.

4. Tendências da guerra moderna

Na época em que estamos vivendo os elementos de destruição atingiram um desenvolvimento tremendo, que jamais fora previsto. A evolução contínua em que se encontram os meios de guerra e a dificuldade de prever com exactidão as suas consequências, tornam aleatório o estabelecimento de uma doutrina. E assim, a conhecida concepção do General Douet segundo a qual a aviação é a arma decisiva — que a última guerra não confirmou — volta a dar origem a acaloradas discussões.

A um general aviador ouvi afirmar com entusiasmo que sendo a aviação a arma mais importante do potencial militar, é preciso sacrificar-lhe as outras duas, visto que não é possível, mesmo para um país muito rico como os Estados Unidos, manter as três armas com a potência necessária.

Um outro general, agora das forças terrestres, não considerava as forças aéreas como o elemento decisivo da batalha moderna, e embora lhes atribuisse um papel muito importante, entendia que deveria ser esta-

Revista da Cavalaria

belecido um equilíbrio conveniente entre as necessidades estratégicas de conjunto e as necessidades táticas de apoio às forças terrestres.

Um almirante, focando o carácter marítimo da NATO, concluía por afirmar que a cooperação entre o Exército, a Marinha e a Aviação se torna cada vez mais necessária, visto que, à medida que se vão desenvolvendo, cada uma das três armas mais necessita a ajuda das outras duas.

Pedindo licença ao Almirante e ao General da Terra para seguir na sua companhia, arriscamos apenas a opinião de que na batalha moderna a interdependência das forças aéreas e terrestres é cada vez mais estreita e que muitas vezes se poderá admitir que as forças terrestres exploram o desequilíbrio favorável criado pelas forças do ar, sem todavia esquecer que esta exploração será possivelmente mais dura que muitas das mais sangrentas batalhas do passado.

Seja porém como for, o que é indiscutível é que uma verdadeira revolução de conceitos está em curso e nós estamos caminhando da batalha com base nas armas convencionais *apoiadas* por armas de grande poder de destruição, para a batalha com armas de grande potência, *completadas* pela acção das armas convencionais.

As conclusões que foram tiradas após a guerra de 1945 estão sendo modificadas pela introdução de vários factores dos quais os mais decisivos serão talvez os seguintes:

- os grandes aperfeiçoamentos do radar, que poderão modificar profundamente os problemas da interceptação aérea;
- a aviação que até agora tem estado ligada a bases gigantescas e extremamente vulneráveis, poderá ter a sua situação completamente transformada com a existência de novos modelos capazes de deslocar e poisar em todos os terrenos ou em todas as águas;
- os projecteis radioguiados poderão ter repercussões extraordinárias nas possibilidades de actuação e nas concepções de emprego dos três ramos das forças armadas. No que diz respeito às forças terrestres talvez se possa conceber no futuro que o avião continuará a ser o lança-bombas de grande alcance, o projectil teleguiado terra-terra passará a ser o lança-bombas de alcance médio e o canhão ficará destinado para as pequenas distâncias;
- o factor atómico intervém de tão variadas maneiras que se torna difícil fazer previsões. Encarando-o sob o ponto de vista das

Revista da Cavalaria

forças terrestres, surge logo como primeira consequência o facto de antigamente a derrota destas forças ser conseguida pela sua desorganização, ao passo que com a bomba atómica se pretende a sua destruição física, tal como para o avião ou para o navio.

Para a evitar, as forças de terra terão de:

- promover a intercepção das armas atómicas;
- procurar a destruição dos meios de lançamento;
- dispersar-se;
- abrigar-se, para o que poderão enterrar-se, poderão cobrir-se de betão, poderão manter-se sob blindagens metálicas, poderão aproximar-se muito do inimigo na moderna concepção da fuga para a frente, etc.

Naturalmente qualquer destes sistemas não será eficiente só por si, e será preciso combiná-los, do que resultarão novas concepções tácticas e estratégicas, que permitam ligar convenientemente a dispersão, o abrigo enterrado e as forças móveis blindadas.

A dispersão terá como consequência a mobilidade e estará como tal ligada às necessidades dos aerotransportes; a luta será conduzida de uma forma especial que se assemelhará à guerrilha, cujos métodos deixarão de ter o carácter de amadorismo e improvisação, para se transformarem numa forma de guerra organizada.

O abrigo enterrado poderá fazer renascer a fortificação da onda de descrédito em que foi lançada por algumas conclusões da última guerra.

As grandes possibilidades das forças blindadas resultam do incremento técnico que nesse sentido tem sido realizado com vista às possibilidades tácticas. Notemos que, em oposição, o extraordinário desenvolvimento que têm sofrido as armas anticarro e as minas, avolumarão as dificuldades das acções ofensivas.

Posto isto, quais serão as tendências da guerra moderna para as forças de terra? Os aspectos mais recentes do passado, em que a luta se desenrolava sobre grandes frentes contínuas e sólidas, cobrindo os teatros de operações na direcção do inimigo, são inteiramente incompatíveis com as possibilidades dos meios, que nos indicam o caminho da guerra sobre grandes espaços, com as tropas dispersas no terreno e ameaçadas em todas as direcções terrestres e aéreas.

Teremos assim talvez a necessidade de constituir zonas fortemente mantidas donde possam partir operações extremamente móveis, por

Revista da Cavalaria

terra ou pelo ar, separadas por grandes intervalos através dos quais o inimigo será canalizado para ser destruído. No fundo a História repete-se, com tonalidades mais ou menos carregadas — numa tenebrosa perspectiva, hoje até há quem admita que a famosa Atlanta desapareceu sob os efeitos de uma explosão atômica que os homens da época haviam provocado!

Com efeito, na Idade Média os grandes senhores defendiam as suas riquezas abrigando-as dentro de poderosos castelos, completamente independentes uns dos outros, sob o ponto de vista militar; a luta resumia-se à conquista dessas fortalezas. Nos séculos XV e XVI a valorização do poder central começa a colocar esses pontos fortes sob o poder do Rei, prevendo-se já uma actuação de conjunto. No século XVII o génio militar de Gustavo Adolfo faz ressurgir do tempo dos romanos a pálida ideia que então havia nascido de conjugar a actuação dos exércitos de campanha com a utilização de pontos fortes. Esta concepção é, porém, ofuscada pela influência que teve em França o Génio da fortificação que foi Vauban, e só mais tarde, nos meados do século XVIII, Frederico II, insurgindo-se contra a guerra de cerco, volta a aplicar a guerra de movimento, apoiando-se nas fortificações e com elas se conjugando. Depois surge Napoleão que na ofensiva recorre às praças francesas e estrangeiras constituindo testas de ponte e praças-depósitos que assegurem os reabastecimentos dos seus exércitos; as praças de momento, de fortificação passageira, surgem frequentemente com o fim de evitar surpresas e de constituírem pontos de apoio para a manobra: Napoleão talvez tenha confiado demasiadamente na sua estrela e por isso não tomou as medidas convenientes para a hipótese da defensiva.

Quer isto tudo dizer que com meios muito mais poderosos as tendências da guerra moderna talvez se encaminhem para a concepção napoleónica, vista à escala da época; a atenção que Napoleão prestava às suas linhas de comunicações talvez deva ser hoje ampliada no sentido da extraordinária importância da logística.

É este o tipo de guerra que se julga reunir as maiores possibilidades de realização futura, e convém acrescentar que nem a NATO nem os Comunistas têm para esse efeito, as suas forças convenientemente organizadas.

5. Uma hipótese sobre a estratégia de conjunto da NATO

A posição política do bloco ocidental impõe uma situação defensiva e expectante, da qual resulta a obrigação de «encaixar» os primeiros

Revista da Cavalaria

golpes lançados pelo atacante, os quais se prevê que tomem a forma de grandes bombardeamentos aéreos, acompanhados da invasão dos territórios e da saída para os mares das suas frotas. Como o inimigo terá a iniciativa do ataque, isto implica a necessidade por parte da NATO de dispor desde o tempo de paz de um serviço de informações largamente desenvolvido e de ter montado o seu sistema de alerta. Tanto quanto nos é dado saber a NATO tem estes serviços convenientemente preparados para reduzir os efeitos da surpresa estratégica e da surpresa tática, que em todo o caso será difícil de eliminar completamente dada a posição defensiva e expectante que atrás referimos.

E, assim, a guerra terá um período inicial com a duração de vários dias no qual as armas atómicas serão intensivamente empregadas e que poderá ter repercussões decisivas no prosseguimento da luta.

Durante este período, a NATO, além de procurar interceptar o ataque aéreo inimigo com todos os meios ao seu alcance, lançará uma grande ofensiva aérea visando a conquistar o mais rapidamente possível uma situação aérea favorável, pela destruição das bases aéreas inimigas e dos seus meios, e a eliminar o potencial atómico inimigo.

Simultaneamente as suas forças terrestres, fortemente apoiadas por forças aéreas, tentarão interceptar e enfraquecer o invasor o mais longe possível, realizando a batalha de cobertura de forma a permitir a mobilização doutros meios.

As forças aero-navais deverão, conjugadas com as forças terrestres, impedir a saída para o mar das forças inimigas, mantendo a posse das respectivas passagens do Báltico e do Mar Negro, e deverão ainda destruir os navios inimigos que tenham conseguido entrar nos mares, realizando a protecção das vias marítimas.

Ao período inicial seguir-se-á a fase preparatória da contra-ofensiva durante a qual continuarão os grandes ataques aéreos visando mais propriamente as instalações industriais e petrolíferas e as redes de comunicações da Rússia, ao mesmo tempo que procurará consolidar a situação terrestre e reunir os meios capazes de se lançarem na última fase da guerra, a qual poderá ser a de maior duração. As forças terrestres fortemente apoiadas pelas forças aéreas, terão a seu cargo expulsar o inimigo dos territórios invadidos e atirá-los para dentro das suas fronteiras de forma a poderem realizar o objectivo militar que o fim político da guerra vier a definir.

(Continua)

OPERAÇÕES



ANFÍBIAS

OMAHA

pelo Capitão C. CALAFATE

A ideia de manobra

Decalçada nas ordens emanadas do Comt. V C. E. e do Comt. Força O podemos agora compreender uma ideia de manobra que, embora inexistente na O. Op. americana devia resumir-se no seguinte:

— Depois de uma Preparação visando a destruição das defesas imediatas da praia, apoderar-se num 1.º lanço de VIERVILLE—St. LAURENT—COLLEVILLE e garantir uma testa de ponte limitada por POINTE de Pa PERCÉ — crista a W. e S. destas vilas e St. HONORINE. Uma operação de *Comandos*, à hora H, sobre POINTE de HOE e a estrada a S., cobre o flanco direito da força de desembarque.

N. R. — Continuação dos artigos publicados nos números 1 e 3 de 1956.

Revista da Cavalaria

— Num 2.º tempo progredir a E. até ao Mt. CAUVIN, ao centro até TREVIERES, e a W., o mais rapidamente possível até ISIGNY por GRANDCAMP procurando em ISIGNY a ligação com o VII C. E. U. S.

— Ulteriormente preparar o desenvolvimento do C. E. ocupando a linha de alturas entre o AURE e o TORTONNE e alturas a N. do AURE na região de LACAMBE.

O pé em terra

A precedência das U.U. desembarcadas obedece evidentemente a um critério de urgência de emprego e são escalonadas, também no tempo, a intervalos muito curtos, onde o minuto comanda a acção, motivo por que resulta de uma excepcional complexidade.

Assim, os carros anfíbios, manejando por seus próprios meios, lançados ao largo a mais de 5 km., tocam a terra às H-5 e, mergulhados, só com o armamento emerso, abrem fogo sobre os objectivos do sector correspondente, apoiando a primeira fase do assalto, quando os fogos da Art. naval se calam para serem transportados sobre objectivos mais para o interior, ao mesmo tempo que, limpando a praia, avançam por entre os obstáculos que, por ser baixa-mar, convém ultrapassar antes que a maré enchente os vá submergindo e tornando, por isso, menos referenciáveis. Possivelmente, a chegada a terra de todas estas formações de carros não será simultânea, prevendo-se o escalonamento de alguns minutos para permitir a intervenção mais forte nas direcções aconselháveis, depois de se ter revelado o maior número possível de posições de defesa.

— Às H+1 lança-se a 1.ª vaga de Inf., seccionada, no sentido da frente, em equipas de cerca de 30 homens cada, em L. C. V. P., ou seja, 6 equipas por Comp. que, cobertas pelos fogos dos anfíbios penetram a praia das defesas In. em benefício das vagas seguintes e, portanto, do prosseguimento do assalto.

Para se fazer uma ideia da densidade dos efectivos nesta operação inicial, numa frente de 6 km. empregou-se, mais ou menos, uma equipe por cada 100^m, com os seus objectivos taxativamente marcados, o que se aproxima das 50 equipes distribuídas ao longo da praia, apoiadas pelos 80 carros anfíbios das Comp. de carros, acostadas minutos antes.

Revista da Cavalaria

*

— Às H+3 chegam os elementos de Eng., uma parte deles pertencentes à Armada, com a missão essencial de desembaraçar e balizar os canais, por entre os obstáculos, necessários à acostagem e assalto das vagas sucessivas, de acordo com a importância dos objectivos a atingir que impõe a ordem de urgência dos trabalhos — as saídas das praias para as povoações, por exemplo.

*

— Até às H+60, deverão estar em terra não só os B. I. do 1.º escalão, como também os do 2.º escalão, enquanto mais elementos de Eng. — sapadores desembarcados ao mesmo tempo — abrem a passagem da Inf. através dos múltiplos obstáculos, devendo concluir, até às H+3 horas, também, as passagens para as viaturas, que ligam as saídas da praia, depois do que se colocam à disposição dos Agrup. onde serão empregados em trabalhos idênticos durante a progressão para o interior.

*

— Ainda mais um numeroso contingente de sapadores de Eng. desembarcado a partir de H+70, vai intensificar, ao máximo rendimento, os trabalhos de desobstrução da praia bem como o da «Organização da Praia»: pistas, trânsito, reabastecimentos, informações — trabalhos de vital importância, cujo mau funcionamento poderia levar a atrasos fatais por congestionamento.

*

— Entre H+90 e H+120 desembarca a Art., automóvel primeiro — que já participara na Preparação, ainda nas lanchas — seguida das outras U.U. transportadas, na maior parte, em camions anfíbios.

Revista da Cavalaria

— A partir das H+180 chega a terra o maior caudal de viaturas e abastecimentos, seguido, às H+4 horas de todo o material pesado.

*

— O 2.º escalão da Força O, em L. C. V. P., desembarca, precisamente, a partir das H+195 atrás do Agrup. Este.

*

— O 3.º escalão desembarca no sector W. a coberto do correspondente Agrup., à ordem do Comt. V C. E. U. S.

*

— À tarde, iniciar-se-á o desembarque da Força B.

*

Eis o resumo da planificação de uma Ordem de 326 pág. e 23 «croquis», onde tudo está previsto até ao mais ínfimo pormenor, de concepção irrepreensível, mas, exactamente por isso, com o defeito dessa qualidade, o de uma extrema rigidez, antitético da iniciativa, indispensável perante a contingência de um imprevisto, tão provável numa operação anfíbia, à mercê de factores que escapam ao arbítrio do homem — o estado do tempo e do mar, para citar os mais evidentes.

Confia-se na perfeita organização obtida em estudos longos e esforçados, na opulência de meios, nos rigorosíssimos treinos a que o pessoal foi submetido até ao último homem, obrigado a executar repetidas vezes, exclusivamente, a sua missão para, no automatismo criado, se obter a compensação da perda de acção directa do Comd. no momento

Revista da Cavalaria

crítico do contacto com a terra, imediatamente seguido do penoso instante do arranque para o assalto.

A execução do assalto

A Força O termina o embarque em 3. O momento de fazer-se ao mar, rumo à zona de desembarque, é aguardado febrilmente. Compreende-se que em cada coração palpita o desejo ardente de intervir o mais cedo possível numa acção que, pela envergadura, pelos sacrifícios exigidos, pela gigantesca mobilização de energias gastas em longo período de estudo, preparação e treino, pelo carácter secreto que excita a imaginação, pelo mistério que a atmosfera confidencial alimenta no demorado isolamento, pelo coeficiente de imprevisto que ameaça o êxito de uma operação, se não inteiramente desconhecida até agora, pelo menos, com uma larga margem de novidade na medida em que consideramos o seu imenso volume; por todas estas razões faz convergir sobre ela a opinião alvoroçada do mundo, na esperança de uma rápida e definitiva viragem nos destinos da guerra, esperança de que eles se sentem depositários e os anima também. Mas a impaciência que os agita terá de prolongar-se ainda um dia, a data de 5, fixada há cerca de um mês, é retardada por uma contra-ordem do general Eisenhower. Tal decisão exige do Chefe uma energia inabalável, só a pode tomar quem for dotado de uma ténpera de aço, sobranceira aos imperativos do legítimo entusiasmo em se lançar na alucinante aventura, calculada, segundo todas as probabilidades, para ser um estrondoso sucesso. O preço do adiamento, além do pesado sacrifício de conservar os homens a bordo, em embarcações repletas, algumas delas a abarrotar de material, mal deixando espaço para alguém se mexer é, sobretudo, o de oferecer ao In. um precioso alvo, muito vulnerável, cuja destruição, relativamente fácil, de consequências, porventura, irreparáveis, justificam a tentação de empenhar todos os meios e até correr os maiores riscos para o atingir.

Apesar de tudo, a contra-ordem foi dada. O mau tempo prejudicava a operação.

Bem bastam os imprevistos quando já não haja tempo para os evitar. A este, porém, ainda foi possível escapar, não sem concessões, evidentemente, mas o benefício é compensador.

Revista da Cavalaria

As informações meteorológicas chegam mais animadoras; prevêem ligeira melhoria para 6, com tendência a manter-se até ao dia seguinte: a cava da vaga na zona de transbordo é de cerca de 1^m,50; a altura da crista na linha de rebentação na praia é de mais de 1^m; a visibilidade, as nuvens, o «plafond», a altura da maré, a direcção e velocidade dos ventos no dia D, são elementos que se conciliam satisfatoriamente com as exigências da segurança.

E a hora H de 6 de Junho é fixada para as 06h30.

*

A dragagem na zona de transbordo e seus canais de acesso foi feita na noite da véspera até umas dez milhas da costa francesa assim como a aproximação dos comboios na noite de 5/6, protegidos pela Aviação e pela Armada, decorreram sem reacção In.

A série de operações de desembarque começa a partir do momento em que o navio almirante, trazendo a bordo o Comt. da Força O, fundeia às 02.45, 23 km. ao largo.

A umas 10 milhas começa o transbordo, entre as 02.00 e as 03.00, debaixo de um mar agitado que impossibilita o estacionamento das barcaças nos pontos previstos da linha de partida, e as obriga a circular em torno desses pontos, em grupos de 6 barcaças, correspondentes a uma Comp., aguardando que todos os elementos estejam em posição.

Faltam ainda as lanchas do Agrup. E., ao passo que as do W. partem com 25 minutos de avanço.

Tudo parece hostilizar o desenvolvimento da operação que só a indefectível compreensão pessoal, a extraordinária disciplina, a serenidade e o exacto conhecimento dos deveres adquiridos nos treinos intensivos da preparação, a consciência que cada um tem das suas atribuições, no final de contas o melhor esteio contra a desordem que arrasta a desmoralização, só a força destes atributos elevados à mais alta potência puderam triunfar do fracasso. Encharcados até aos ossos, enregelados, abatidos pelo terrível enjoo a que poucos escapavam, sacudidos no turbilhão da vaga, em barcaças inundadas, a tal ponto que as bombas não dão vasão e é preciso que os homens numa extenuante actividade as baldeiem ininterruptamente com os próprios capacetes, afundadas 5 por cento delas, estes homens estão confiantes, nada lhes abala o moral e, na verdade, a transposição da linha de partida, a 6 milhas da costa, faz-se quase sem atrasos com excepção das duas Comp. avan-

Revista da Cavalaria

çadas do sector E., cuja ausência, apesar de tudo, não influi no moral das U.U. contíguas uma vez que, de qualquer modo, já vinham do antecedente a experimentar sem prejuízo a sensação do isolamento na noite que a força do mar picado tornava mais sombria, só iluminada pelo bombardeamento da Aviação que desde a meia noite ronca sobre as suas cabeças, passando em vagas sucessivas direitos à terra, continuado às 05.00 pela Art. naval que despeja um dilúvio de fogo a transformar a costa num gigantesco incêndio, mais tarde prolongado pela art. automotora, assente já nas suas embarcações de transporte — L. C. T.

No crepúsculo da manhã tudo está coberto pelas grossas nuvens do fumo dos bombardeamentos.

Este apoio e a surpreendente inacção do defensor consolida a já boa moral do atacante. Mal são ouvidos uns tiros escassos de uma bateria de terra, logo obrigada a calar-se pelo fogo de dois «destroyers» aos quais pertence aquele sector.

O silêncio do In. prolonga-se e a confiança cresce no peito.

Alguns homens a boiar, a demora, o frio, o enjoo, a ameaça de naufrágio, o cansaço, o entorpecimento de longos períodos de imobilidade não lhes arrefece o ânimo e até os Comd. se regosijam com a pontualidade conseguida, não desdenhando do sintoma alviçareiro que a frouxa reacção do defensor alimenta.

Infelizmente os dolorosos acontecimentos ulteriores haviam de trazer um amargo desmentido a tão risonhas esperanças. Sem dúvida, a impressão esmagadora da espectacular «mis-en-scene» que os envolvia, os poderosos meios mobilizados, a Aviação, a Marinha, a Art. desde a meia noite a vomitar incessantemente fogo e ferro sobre uma estreita faixa de terreno de pouco mais de umas escassas centenas de hectares, cujo aspecto, vislumbrado através do espesso fumo que a noite e o mau cariz do tempo adensam, sugerem visões do inferno que, de repente, ali tivesse destapado as fornalhas; sem dúvida, são estas circunstâncias outros tantos factores que alimentam o sentimento de segurança que deve ser geral, do último subordinado aos chefes, principalmente, daqueles a quem a hierarquia introduziu no conhecimento da reconfortante perfeição do grandioso plano.

Na situação em que se encontram não podem verificá-lo; os próprios comandantes estão já a bordo das lanchas de abordagem, nas mesmas condições dos subordinados, isolados como eles. Mas, seguramente, o aniquilamento das defesas em terra deve ser total; nenhuma surpresa se estiver calcinada, se montões de cinzas forem os vestígios

Revista da Cavalaria

das temidas posições In. Os comandos devem pensar de igual modo: os da 1.^a vaga porque, já a bordo das lanchas, em pé de igualdade com os seus soldados estão sem ligações para cima e, pior do que tudo, desligados da própria unidade, fragmentada nas lanchas, por equipes, por consequência, sabendo tanto como os companheiros; todos, porque o mau tempo, a visibilidade, a distância, as tremendas dificuldades que a agitação do mar avolumou a dimensões assustadoras, aprisionando as atenções nos mil e um problemas que incessantemente surgem, se acham de facto impossibilitados de perder tempo a cogitar na infelicidade do In., ignorando, porém, que a realidade é inteiramente outra.

Felizmente ou infelizmente?

Os resultados da Preparação foram pouco mais que nulos. Os sonhos prodígios de destruição com o desabar de bombardeamentos maciços deixou a maior parte das trincheiras intactas, sem sequer terem sido atingidas; e os «block-hous» continuaram aptos a servir.

Dir-se-á: — Felizmente, porque a ignorância de mais este desastroso imprevisito evitou o desânimo e conservou o elevado moral que os aquecia.

Assim é, de facto, se assentarmos na ideia de que o plano tem de ser executado na íntegra, tal como foi concebido, e há-de desenrolar-se rigidamente perseguindo a minúcia em que está estruturado.

Ora, ocorre perguntar: — E no momento da acostagem, e depois no da largada para o assalto, quando o véu se rasga pondo a nu a angustiada realidade irremediavelmente crispada aos nervos alquebrados de fadiga, não serão mais funestas as consequências da tardia decepção, na altura exacta em que, mais do que nunca, todas as energias não são demais para vencer a poderosa inércia do pesadelo?

Veremos pelo decorrer dos acontecimentos que não há exagero nas cores deste quadro trágico; pelo contrário, esbatem-se, apagam-se mesmo se, apoderados do seu sentido, nos transportam à realidade que vive sob elas, nos apresentam essas horas cruciantes em que a intensidade da tragédia brilha tão cruamente que os olhos pestanejam magoados.

*

Efectivamente a situação revela-se já perto da costa, aumentando rapidamente de gravidade à medida que o avanço continua, desfalcado de uma enorme quantidade de embarcações que se tinham afundado. O atacante é agora recebido, a uns 300^m da margem, pela abertura

Revista da Cavalaria

simultânea do fogo certo de todos os pontos de apoio do In. que surpreende, dizima, desorganiza e pára os poucos sobreviventes que, por iniciativa própria, saltam dos transportes e, com água até ao pescoço, avançam a peito descoberto sob um vendaval de metralha até ao dique de seixos que constitui o primeiro obstáculo em terra.

É de crer que muitos no seu foro íntimo se tenham interrogado: — E a Preparação? Como é possível sobreviver ao bombardeamento intenso de tantas horas? ou ter-nos-emos desviado das nossas zonas de navegação sem disso nos apercebermos senão agora que não reconhecemos nenhum dos pontos referenciados durante o treino nos numerosos «croquis» do nosso subsector?

Eis a resposta:

— No plano de fogos estava de facto prevista a modalidade a empregar no caso de mau tempo, portanto, a indicada naquela emergência. Simplesmente, para a Aviação, por exemplo, a má visibilidade aconselhava o uso de processos que diminuiam a precisão e, com receio de atingir as tropas amigas, próximo da hora H, as granadas eram lançadas com atraso de segundos, aumentado até 30" no últimos lançamentos. O resultado foi a dispersão sobre uma área 15 vezes maior e, fatalmente, a rarefacção dos efeitos.

Quanto à Art. naval, ou porque a velocidade dos ventos e das correntes excedesse os cálculos previstos ou porque a derivação e o abatimento tivessem provocado deslocações que a má visibilidade das referências em terra torna imperceptível, a eficácia dos seus fogos de preparação não foi aquela que se esperava. É a poalha de espuma levantada pelo sopro rijo do vento na rebentação da vaga, é a obscuridade àquela hora, é o espesso fumo dos rebentamentos ininterruptos que saturam o ar de uma espessa bruma e que, praticamente, a todos cega.

Sobre estas razões que dificultaram a acção da Aeronáutica e da Art. naval, juntem-se as do balanço furioso a que estavam submetidos os canhões automotores, já embarcados nas lanchas, atirando por cima da borda, a 3.000^m da costa, e poderemos calcular a restrita eficácia dos fogos, sobretudo destes últimos, cuja missão era de participar na Preparação desde H-20 até encerrá-lo com uma nuvem de 9.000 foguetões, às H-5, que desabaria, como um cataclismo para reduzir as

Revista da Cavalaria

derradeiras resistências ou, se em todo o caso assim não fosse, pelo menos, havia quase a certeza de garantir a neutralização durante os 10 minutos necessários para cobrir a acostagem das primeiras Companhias de carros anfíbios que, por sua vez chegados a terra, apenas com as torres fora de água, continuariam pelo fogo a protecção do avanço das Comp. de assalto desembarcadas imediatamente a seguir.

Agora, já os débeis efeitos da Art. desembarcada nas lanchas puderam ser palpitados pelos homens dos anfíbios, os primeiros a tocar a terra e, em seguida, trágicamente confirmados por aqueles que tinham a missão de tomar de assalto os supostos pequenos pontos de apoio, os raros «block-houses» e mais obstáculos que interdiziam as imediações da margem.

Todavia, formada por numerosas peças perfeitamente ajustadas, com funções específicas definidas, articuladas em estreita ligação com o conjunto, sem movimento próprio, insusceptível de se libertar do ritmo geral, a máquina, uma vez posta em funcionamento não mais poderá parar, seguirá implacável o ciclo de operações para que foi destinada, sobrepondo-se à vontade do homem que naquela emergência se reconhece impotente para introduzir qualquer modificação, dado que, na compacta rigidez do todo não encontra onde a encaixar.

Vai suceder isto mesmo:

— Já dos 32 carros anfíbios do sector E., postos no mar aos 6 km. da costa previstos, apenas dois chegam a terra tarde de mais. São os bordos violentos do mar que, no momento de serem postos a navegar, partem os cabos, estalam as escoras, torcem as vigas, deterioram os flutuadores, rasgam as telas, inutilizam os motores e os afundam como a meros brinquedos. Naquele instante, alguns teriam sentido vivamente a fragilidade dos mais arrojados empreendimentos do engenho humano perante a grandeza soberana do mar. Com um simples arrepio do dorso desbaratou, como a um cardume, aquele monumento de potencial militar onde, por instantes, convergiu o assombro do mundo.

Dos 8 carros de $\frac{1}{2}$ Comp., transportados até final em lanchas, que devia chegar cinco minutos depois dos dois primeiros, perderam-se também 5 e só 3 atingem terra, embora muito desviados do ponto de destino.

E no sector W.? Haveria menos revezes a lamentar, teriam os acontecimentos decorrido com mais felicidade, ou melhor, de forma menos desastrosa?

Aparentemente, as circunstâncias que enquadram a acção num e noutro sector são idênticas — os objectivos parciais a atingir, o mar,

Revista da Cavalaria

os ventos, a obscuridade, o recorte da costa, a natureza do fundo, a presumível organização da defesa, os meios, repartidos, pode dizer-se, simètricamente, não considerando as Bat. de choque actuando no flanco direito com carácter de «Comandos», em relativa independência.

Não é apenas aparência. A despeito da simetria, os elementos divergem. Nem outra coisa é de esperar porque, se mais nenhuma razão houver para diferenciá-los, pesará sempre a do desigual talento dos chefes. Ora a aptidão do Comd. é essencial como factor do êxito, em todos os escalões e, para isso, terá de dispor de oportunidades; de contrário, não passará de mero elo a ligar as múltiplas cadeias em que se articula o complexo órgão de combate. Mas o Comd. estático é um absurdo à luz da sã doutrina, é-o, mesmo, à face da lógica mais elementar. Comando é acção, energia, criação, é um decidir súbito, reflexão e audácia; comandar é rodear-se de toda a segurança possível para jogá-la, se a oportunidade se lhe oferece de repente, num lance em que pode perder tudo e, apesar de ter a consciência do risco, fazê-lo sem perder a serenidade à custa de um supremo esforço de autodomínio; é ser prudente e temerário, inteligente e simples, contagiar o entusiasmo e permanecer frio, elevar o seu ascendente descendo até aos subordinados, confiar neles e desconfiar de si próprio na medida em que essa desconfiança sirva para corrigir-se dos erros fáceis do incipiente orgulho, ornamento pujante dos tolos. É, afinal, conduzir-se de modo a poder reunir, ao máximo rendimento, todos os recursos e empenhá-los no instante aconselhável, mas, sobretudo, nas oportunidades imprevistas, isto é, possuir constantemente a faculdade indeclinável de manobrar no espaço e no tempo.

A demora nestas considerações obedece ao propósito de melhor se compreender as conclusões a tirar da sorte que coube ao outro sector W.

Portanto, deve deduzir-se que a simetria material dos dois sectores não era condição que forçosamente conduzisse aos mesmos resultados, pois restava a acção dos comandos a distingui-los — a não ser que o ritmo inalterável do desenrolar das operações previstas no plano a tivesse anulado.

Ora as consequências neste sector W. foram igualmente desastrosas, cenas semelhantes se produziram ao tocar em terra. Entre as Comp. anfíbias de apoio não houve tantas perdas, é certo, porque o Comt. da flotilha de transporte dos carros se recusou a pô-los na água, na linha indicada no plano e tomou o encargo de os levar até à margem, ati-

Revista da Cavalaria

rando sobre si a responsabilidade de desrespeitar uma disposição taxativa do plano, iniciativa de que resultaram imediatos benefícios, mas que, apesar de se tornar eminentemente aconselhável só pôde ser tomada na base da desobediência, sob coacção, sujeito a futuras sanções que um possível insucesso levaria aos extremos do rigor. O papel de cada um é tão miudamente detalhado que não concede a mais pequena margem de manobra, digamos assim; não admite alternativa, salvo, como no caso presente, desobedecendo.

Os carros não se afundaram, de facto, mas foi rapidamente destruída metade de uma Comp. ao entrar no campo de tiro da defesa.

Em compensação, os restantes carros do Agrup. conseguiram aproximar-se sem perdas a coberto de espessas nuvens de fumo; simplesmente, tão espessas que, se bem os protegeram, ainda mais os cegaram, tornando inúteis os seus fogos destinados a preencher a lacuna entre o fim da Preparação e as seguintes concentrações de apoio, da Art. naval, enquanto a Inf. de assalto avançava aos seus objectivos.

Para mais, além da irregularidade da hora de chegada, quase todos estão deslocados das suas praias, ignorando por completo o que está na frente; os oficiais e sargentos em grande parte mortos. O apoio esperado destas unidades para neutralizar os fogos In. e cobrir o assalto inicial da Inf. falha também. Mas, o plano executa-se, inexorável.

(Continua)



Jornaes revistas livros

UNIDADES DE CAVALARIA ===== SUA EVOLUÇÃO =====



A «Revista da Cavalaria» publica no final desta secção um interessante e útil trabalho com o título em epígrafe, da autoria do Capitão de infantaria António José Balula Cid, e que este dedicado infante generosamente ofereceu à Arma de Cavalaria.

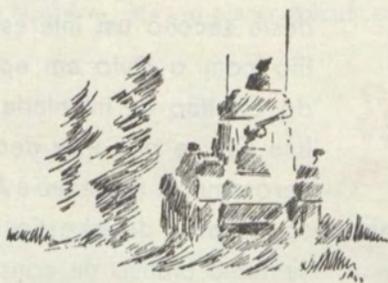
Trata-se de um laborioso trabalho de investigação, orientado no sentido de facultar um elemento prático de consulta a todos aqueles que se dediquem a estudos monográficos ou que acidentalmente necessitem conhecer a monografia de qualquer unidade da Arma.

No referido trabalho, encontram-se ordenadamente relacionadas todas as unidades da Arma, desde a sua organização em Regimentos (1708) até aos nossos dias, com a indicação das datas de organização, sucessivas transformações e extinções.

Da rápida consulta deste registo, imediatamente se conclui a ascendência das actuais unidades da Arma, bem como a daquelas de cuja tradição numérica são legítimas sucedâneas.

Revista da Cavalaria

A «Revista da Cavalaria» ao publicar nas suas páginas tão útil trabalho, produto de pacientes e demoradas buscas em Arquivos e Bibliotecas, agradece ao Capitão Balula Cid a generosidade da sua valiosa oferta, prestando justo preito de homenagem à sua extraordinária dedicação ao estudo monográfico das unidades do Exército Português, de que o presente trabalho constitui uma parcela.



OS REGIMENTOS INTER-ARMAS

pele Tenente-coronel De Galbert

A criação dos agrupamentos táticos no quadro das divisões actuais provoca uma alteração completa das formações orgânicas. Não seria preferível reunir definitivamente sob o mesmo comando a equipa destinada a travar o mesmo combate?

É o que acaba de decidir o Comando ao criar os Regimentos Inter-Armas, ou R. I. A., que constituirão valiosos elementos da Divisão Mecânica Rápida constituída depois das experiências «Javelot» de 1953 e 1954.

O Regimento Inter-Armas recebera para as manobras a composição indicada no quadro publicado adiante.

Motivos da criação dos R. I. A.

Os R. I. A. foram criados para satisfazerem às condições prováveis de um futuro conflito e para constituírem uma equipa bem sólida e unida.

A ameaça atómica obriga a realizar a organização inter-armas num escalão nitidamente inferior ao agrupamento de vários milhares de homens.

Este efectivo deverá, de futuro, ser dispersado por espaços vinte vezes maiores.

Nestas condições, a constituição «a pedido» dos agrupamentos encontrará grandes dificuldades e será sempre morosa. O apoio dado pelos diferentes regimentos de origem será realizado em distâncias maiores.

Uma explosão atómica, ainda que só destruísse uma parte do dispositivo, provocaria a paralisia do conjunto.

Vale mais realizar uma grande descentralização permitindo que os regimentos inter-armas vivam e combatam por uma forma autónoma, aceitando-se o inconveniente da sua composição a priori.

*

Quanto à cooperação entre infantes, cavaleiros, artilheiros e engenheiros, em que o quadro moral mais poderoso poderia ela ser alcançada do que no seio de um regimento

Se o agrupamento pertencer às forças de cobertura, a sua instrução em tempo de paz deve ser orientada no sentido da preparação completa para a guerra, isto é, deve compreender a instrução inter-armas que corresponde à realidade do combate.

Esta tarefa será, de resto, facilitada pelos centros de instrução que o libertarão da formação inicial dos recrutas.

Poderia objectar-se que no final da campanha de 1944-1945 as diferentes armas haviam aprendido a cooperar no interior dos agrupamentos e subagrupamentos; mas este resultado fora alcançado ao cabo de longos meses de preparação intensiva e de combates, não devendo fazer esquecer a flutuação inicial dos primeiros dias.

Revista da Cavalaria

No início de um conflito, uma cooperação inter-armas defeituosa traria consequências muito graves para as tropas de cobertura.

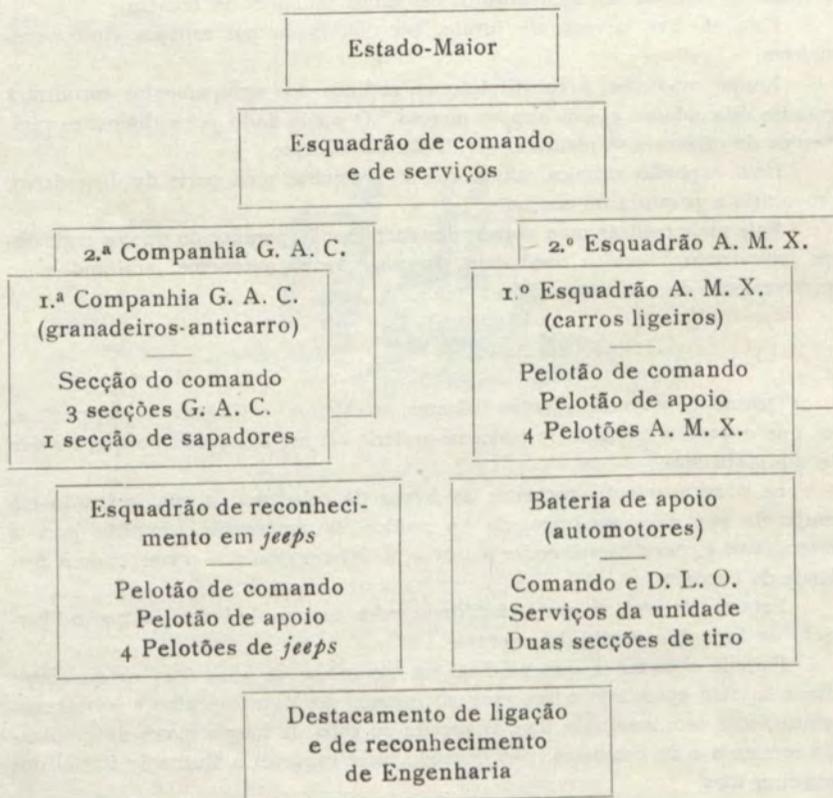
Os agrupamentos táticos têm ainda outros inconvenientes: os seus comandantes comandam certas unidades que eles não administram, e administram outras que não comandam. A experiência mostra que se o comando tático pode exigir os esforços ou os sacrifícios mais pesados, a influência determinante é conservada, em caso de dificuldade, pelo comandante orgânico. É ele quem informa dos seus quadros, quem os propõe para citações e quem representa os laços administrativos permanentes; só ele está em condições de conseguir que os seus homens ou os seus materiais vão até ao limite extremo das suas possibilidades, que ganhem o último quarto de hora de que depende o êxito.

Os R. I. A., amalgamando esta dupla hierarquia, favorecem a unidade e a eficácia do comando.

Reflexões sobre a organização dos R. I. A.

Indicamos a seguir as ideias que presidiram à constituição das unidades.

1 — A tarefa dos comandantes de secção ou de pelotão em combate é muito difícil pois têm que assegurar o comando sob o fogo de todas as armas inimigas; isto torna complicados os actos mais simples.



Revista da Cavalaria

É por isso que o volume destas pequenas unidades não ultrapassa o efectivo total de 32.

2 — Até ao mais pequeno escalão (incluindo a secção e o pelotão), o comandante é secundado por um adjunto (dispondo de uma viatura e dos mesmos postos de rádio), que é, em princípio, encarregado:

- de dirigir os elementos em reserva
- de assegurar as ligações laterais,
- de se ocupar dos reabastecimentos,
- de reconhecer as posições à retaguarda na acção retardadora,
- de informar o escalão superior.

Isto permite que o Comandante se dedique inteiramente à condução do combate.

3 — Os esquadrões, companhias e baterias só compreendem unidades do mesmo tipo com um único material de base: A. M. X., *jeep*, canhão, metralhadora e S. S. 10 (foguetes dirigidos).

Isto facilita a instrução elementar, a conservação, as reparações e o reabastecimento, permitindo conservar o espírito de arma que é um bom estimulante.

4 — Os encargos administrativos do capitão são notavelmente aligeirados. É o regimento que se ocupa do material e o distribui, que assegura a alimentação (víveres condicionados durante as operações) e que centraliza o estabelecimento dos vencimentos diários.

5 — Devido às novas dispersões, à sua motorização e ao alcance das suas armas (principalmente dos S. S. 10) e aos seus processos de combate na D. R. M., a infantaria recebe meios de transmissão idênticos ou análogos aos da arma blindada.

6 — O coronel que comanda o R. I. A. está normalmente em contacto directo com os seus capitães, o que permite uma execução mais rápida, e reflexos mais prontos do que com a existência de um escalão intermédio (demoras na transmissão, cifração e decifração, perigo de enganos); isto assegura ainda a plena utilização dos seus meios de comando.

No entanto, poderá destacar, para junto de um P. C. subordinado, um dos seus adjuntos com uma missão de comando temporária, para coordenar localmente a acção de várias unidades, o que não aumenta as demoras nem as necessidades em meios de transmissão.

7 — Os meios rádio foram previstos para que cada comandante possa ouvir qualquer rede subordinada.

Isto permite-lhe ser imediatamente informado de uma acção que se desenrola numa zona crítica e fazer avançar a sua decisão de alguns minutos que podem ser decisivos.

8 — Com o fim de simplificar por todas as formas a logística, o número de tipos de armas e de viaturas foi reduzido ao mínimo, conquanto isto apresente certos inconvenientes no plano táctico. Mas há que realizar grandes esforços neste sentido.

Revista da Cavalaria

É no seio do regimneto que se faz a mistura das unidades segundo as necessidades do momento.

Os cinco capitães comandantes de esquadrão ou de companhia devem ser instruídos na prática do comando de formações mistas, às quais a sua unidade dá a estrutura e o carácter predominante.

Um capitão de infantaria, em contacto com o inimigo, conta em geral com o reforço de um pelotão de carros A. M. X. e com o apoio dos fogos de toda ou de parte da bateria de apoio.

Reciprocamente, um capitão de blindados pode, na marcha para o inimigo, dispor de um pelotão transportado em *jeeps* e de uma secção de sapadores ou de G. A. C.

O coronel manobra, portanto, além da sua bateria, com cinco peões cujo volume, da ordem de 200 homens, se situa entre o agrupamento blindado (1 esquadrão de carros e 1 companhia de infantaria) e o destacamento misto (1 pelotão e 1 secção).

Os capitães actuam, assim, com três, quatro ou cinco elementos de combate com propriedades complementares.

Esta articulação dá, tanto ao coronel como aos seus capitães a possibilidade de arejar muito largamente o seu dispositivo e de manobrar com bastante flexibilidade.

Estas modificações na estrutura das formações de combate apenas apresentam inconvenientes mínimos, visto se verificarem no interior de um mesmo corpo, sob a autoridade táctica e orgânica de um mesmo coronel, entre homens que se conhecem perfeitamente e que já em tempo de paz se tinham preparado em conjunto para o combate.

Emprego das unidades de combate do R. I. A.

Os exemplos dados a seguir sobre o emprego das pequenas unidades referir-se-ão a uma missão de cobertura, quadro inicial da sua acção num conflito eventual.

Isto permitirá estudá-las em cada posição de espera em dispositivos que, de resto, voltarão a encontrar-se sobre cada objectivo na manobra ofensiva.

Deve notar-se que a missão do R. I. A., na cobertura sobre uma frente de 7 a 8 quilómetros não é deter um ataque inimigo. A sua missão consiste em quebrar, por meio de defesa móvel, o ritmo rápido do avanço do inimigo, levando-o à cadência de um avanço de infantaria.

Para realizar um avanço profundo, o inimigo terá que se concentrar, criando assim alvos susceptíveis de merecer a acção dos fogos clássicos ou dos nucleares.

Revista da Cavalaria

A companhia de granadeiros-anticarro

Colocada sob as ordens do seu capitão assistido por um segundo-comandante, a companhia compreende:

- uma secção de comando,
- três secções G. A. C.,
- uma secção de sapadores.

As secções G. A. C., equipadas com viaturas para todo o terreno, são formadas por várias equipas de granadeiros (metralhadoras e lança-foguetes) e por duas equipas anticarro armadas com S. S. 10. Este projectil-foguete pode ser disparado da viatura ou do solo. Vai desenrolando atrás de si dois fios que permitem ao «piloto» dirigi-lo, graças ao seu fogo tracejante, por meio de um aparelho de comando pouco volumoso.

A sua velocidade de voo é de 80 metros por segundo, ultrapassando o alcance 1.500 metros; nenhuma blindagem lhe resiste.

A sua colocação em bateria em contra-encosta ou detrás de uma máscara, impede o adversário de observar o seu disparo, e a tripulação do carro alvejado só vê o projectil no último momento.

Esta arma temível dá à infantaria o meio que lhe faltava para destruir os blindados a boa distância.

Mas há todo o interesse em combinar o emprego do S. S. 10 com o canhão do A. M. X. visto que estas duas armas, de características muito diferentes, se completam perfeitamente.

A secção de sapadores é transportada nas mesmas viaturas para todo o terreno, tendo cada uma delas uma geradora que faz funcionar picaretas, pás mecânicas, uma bomba e uma serra eléctrica. Este material permite minar rapidamente uma estrada ou uma ponte, abrir séteiras num muro, fazer buracos em terreno duro, encher jangadas ou preparar abatisses.

Cada equipa dispõe ainda de explosivos e de minas, assim como de aparelhos detectores de radioactividade.

Terminada a sua função de sapador, a secção pode cumprir uma missão de infantaria normal num terreno coberto em que o S. S. 10 não possa ser utilizado.

O papel da infantaria do R. I. A., em todas as fases ofensivas, é comparável ao dos batalhões transportados das divisões blindadas.

Por exemplo, numa guarda-avançada, a infantaria desloca-se com o pelotão blindado de testa, pronta a sair das viaturas para tomar uma barricada, atravessar uma zona arborizada, limpar uma localidade, manobrar uma resistência inacessível aos blindados, ou assegurar a sua protecção durante a noite.

São as missões clássicas de acompanhamento imediato dos carros.

A experiência de 1954 incidiu principalmente sobre as missões de cobertura ou de detenção, na ofensiva; trata-se de um emprego inteiramente novo a que,

Revista da Cavalaria

apesar de todas as dificuldades, as companhias G. A. C. corresponderam perfeitamente.

Amplamente articulada, a infantaria do R. I. A. conserva os pontos essenciais do terreno onde o coronel deseja travar o combate; ele pode, assim, colocar em reserva a maior parte dos seus A. M. X.

Isto permite assegurar, de dia, a observação contínua de toda a zona, iniciar os fogos da artilharia ou da aviação e fazer intervir as reservas blindadas da companhia ou do R. I. A.

A dispersão da secção não deve ultrapassar trezentos metros, para permitir que o seu comando seja convenientemente assegurado.

*

Como pode faltar o tempo para organizar o terreno, escolhem-se, de preferência, os pontos que oferecem abrigos naturais e acessos cobertos, tais como quintas, aldeias, acidentales de terreno e zonas arborizadas.

A fim de impedir os reconhecimentos motorizados do adversário, sem descobrir o dispositivo, as secções poderão destacar para a frente um posto ou uma patrulha como «campainha de alarme».

A companhia ocupa uma zona cuja largura pode atingir 800 a 1.500 metros, e com uma profundidade sensivelmente igual. Constitui, assim, o que os capitães chamam um «polígono de segurança», significando com isso que as reservas podem dirigir-se para ali e manobrar no meio de observatórios amigos e utilizando as suas informações.

O pelotão de carros A. M. X. é colocado no centro, como uma aranha no meio da teia, pronto a atacar em qualquer direcção (ver croquis n.º 1).

Se uma secção for atacada, há todo o interesse em que os A. M. X. não se dirijam para a sua posição, o que provocaria uma concentração vulnerável, mas sim para um dos flancos ou para a retaguarda, com o fim de favorecer a surpresa e provocar uma diversão. O essencial não é a presença dos carros ao lado dos infantes, mas a eficácia do apoio de fogo sobre os objectivos que os ameaçam.

•

Esta intervenção pode permitir a retirada da secção, cuja missão não consiste geralmente em deixar-se fixar a curta distância. A retirada não faz cessar o combate, mas permite que se constituam, à retaguarda, outras resistências que obrigarão o inimigo a renovar contactos difíceis e demorados.

A retirada é um acto de combate.

Se o dispositivo da companhia tiver podido ser reconhecido pelo inimigo durante o dia, é necessário não passar a noite nas mesmas posições e ir ocupar outras mais à retaguarda ao anoitecer.

Pode ser aplicado um processo, utilizado na Indochina, para verificar as acções nocturnas do adversário: deixam-se à retaguarda equipas de dois ou três homens, que tentam seguir a distância o avanço do inimigo, assinalando-o por meio de foguetes.

Revista da Cavalaria

Um dos ensinamentos mais construtivos da experiência foi a aptidão da mesma infantaria para esse emprego numa grande frente, e que lhe valeu a designação de «infantaria de postos-avanzados».

Este termo define exactamente as qualidades de curiosidade, de iniciativa e de tenacidade que lhe são necessárias; no entanto, ao contrário do que sucede com um posto-avanzado clássico que nada tem a esperar das forças situadas à sua retaguarda, todas as unidades do R. I. A. devem estar animadas da determinação de irem auxiliar a secção G. A. C. que se encontra em dificuldades.

Já não é o posto-avanzado que retira sistematicamente, são as forças principais que se dirigem para ele, para o combate defensivo. Todo o espirito «Javelot» reside nisto, nele se cifra o fundamento moral deste combate que assenta inteiramente na compreensão mútua, na confiança e no auxílio recíproco.

O esquadrão de carros ligeiros A. M. X.

Sob as ordens de um capitão comandante, tendo como 2.º comandante também um capitão, o esquadrão de carros ligeiros A. M. X. tem a composição seguinte:

- um pelotão de comando,
- um pelotão de apoio,
- quatro pelotões de combate.

O comandante de pelotão A. M. X. dispõe de um adjunto, de um grupo de esclarecedores e de duas secções de blindados.

Durante o avanço, são as unidades de A. M. X. que desempenham a função principal, dada a aptidão para se infiltrarem (pequeno alvo e características todo o terreno) e o seu fogo rápido e poderoso.

É, assim, que um pelotão A. M. X. marcha na testa da guarda-avanzada, precedido pelos *jeeps* que são lançados como cães de caça.

A primeira secção é sempre colocada de forma a podê-los apoiar com os seus fogos; a segunda mantém-se pronta a apoiar os elementos que a precedem, quer de uma posição dominante, quer deslocando-se lateralmente para desenvolver o máximo poder de fogo ou tentar o envolvimento de uma resistência.

Em qualquer circunstância, os elementos do pelotão não devem perder a ligação à vista a fim de poderem apoiar-se sempre reciprocamente.

Quando o R. I. A. se detém, a infantaria organiza-se e o coronel põe em reserva, o mais rapidamente possível, os elementos blindados que cobriam o avanço.

Revista da Cavalaria

Desta forma, a quase totalidade dos elementos blindados pode ser mantida à disposição do coronel para actuarem com poder, e se possível por surpresa, conforme as informações dadas pela aviação e pelos elementos em contacto (regimento de reconhecimento, esquadrão de *jeeps*, companhias G. A. C., etc.).

Para o emprego desta reserva, surge prontamente ao espírito uma expressão cómoda e frequente: «lançar os carros em contra-ataque». Mas ela necessita de ser explicada.

Se consistir em aproveitar um avanço imprudente do inimigo ou o seu esgotamento para o repelir com decisão, essa oportunidade deve ser aproveitada e explorada a fundo.

Se, pelo contrário, se tratar de uma ofensiva inimiga preparada e executada com meios poderosos de choque e de apoio, uma acção deste tipo, que ficaria colocada sob as vistas e os golpes de qualquer dispositivo de ataque, tem todas as probabilidades de fracassar, porque junta à inferioridade dos meios a vulnerabilidade de um defensor que se desmacara.

Para esta última eventualidade, preferiu-se a expressão «acção de detenção» à de contra-ataque, para se designar o movimento mascarado dos A. M. X. para posições de tiro favoráveis.

A acção de detenção consiste em ocupar com rapidez, e se possível por surpresa, posições de tiro reconhecidas, no momento em que o adversário chegou a bom alcance.

O fim em vista consiste em abrir fogo só pelo seguro, todos conjuntamente, com engenhos largamente dispersos, concentrando por uma forma maciça os seus tiros, e mudando depois de posições para multiplicar os efeitos de fogo.

Este resultado só pode ser alcançado se os quadros do esquadrão A. M. X. efectuarem numerosos reconhecimentos no terreno e junto das outras unidades para estarem prontos a fazer face a todas as possibilidades de acção inimigas.

Os itinerários de acesso são assinalados, e devidamente arranjadas as passagens difíceis. Preparam-se as diferentes posições de tiro, primeiro sumariamente (limpeza dos campos de tiro e camuflagem), e depois a fundo (posições enterradas para os carros, só deixando sobressair a torre).

Para preparar uma parada mínima o mais depressa possível, o capitão começa por fixar as intervenções de cada pelotão segundo uma direcção preferencial (ver as grandes flechas do croquis n.º 2) que será permanentemente vigiada por um posto ou uma patrulha de *jeeps*.

A seguir, estuda as acções de todo o esquadrão, as quais devem ser sempre objecto de um exame cuidadoso. Elas são depois reconhecidas pelos executantes.

*

O funcionamento deste mecanismo assenta no alerta. Além das informações fornecidas pelas unidades em contacto (esquadrão de *jeeps*, companhias G. A. C. e observadores de artilharia), é indispensável que cada uma destas acções de detenção possa ser lançada a tempo por um dos elementos em *jeeps* do esquadrão, largamente desenvolvido.

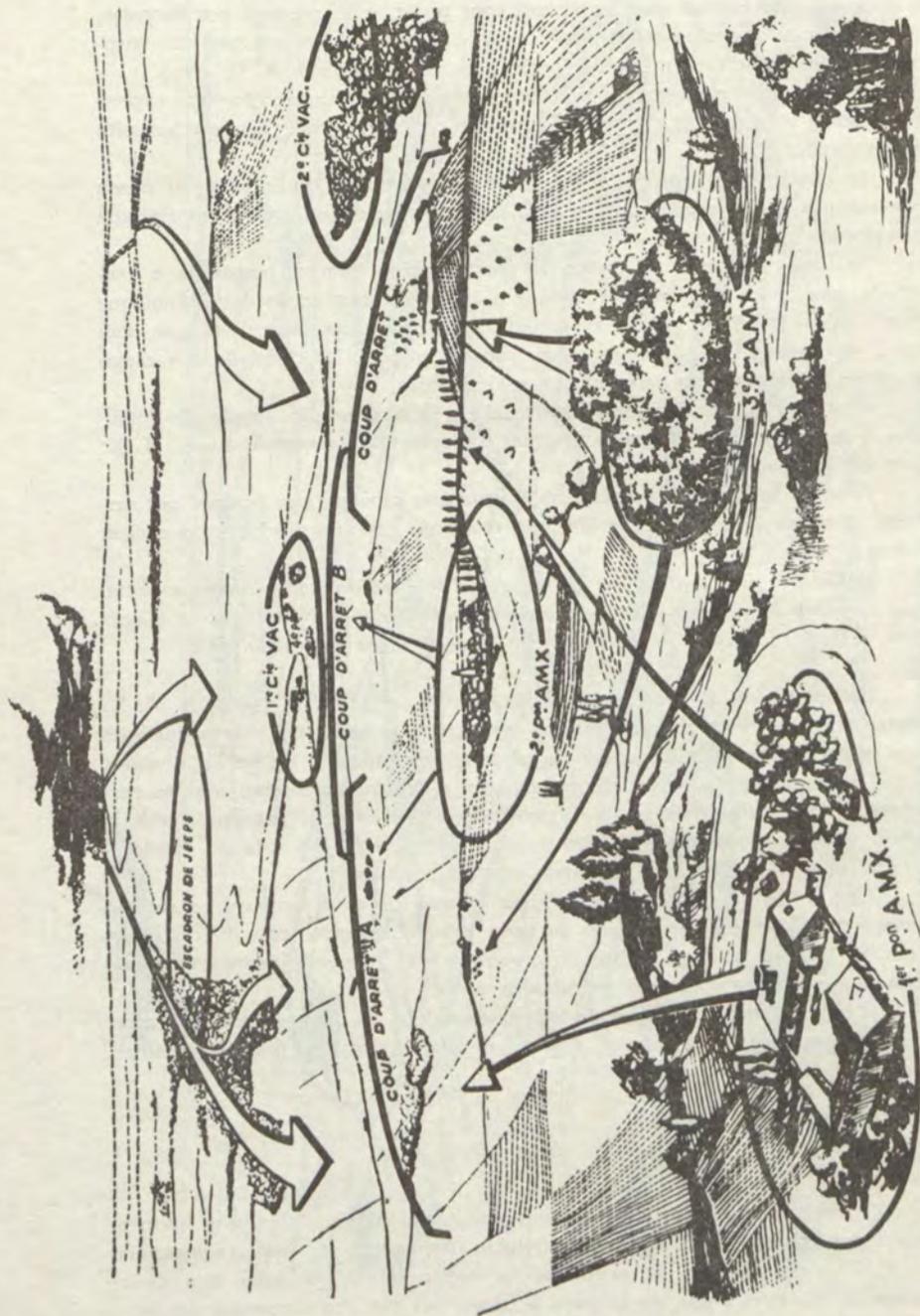


Fig. 2 — O esquadrão de carros A. M. X. em posição recuada, pronto a actuar. (As flechas grandes indicam as intervenções iniciais, as pequenas representam as que são preparadas a seguir).

Revista da Cavalaria

As acções de detenção foram indicadas no croquis n.º 2, por um só objectivo, mas é evidente que a acção dos A. M. X. deverá ser mais ou menos profunda segundo a posição do inimigo.

Por outro lado, o esquadrão não terá que se dispor segundo esta linha, devendo conservar pelo menos um pelotão à retaguarda para facilitar as rupturas de contacto ou poder intervir sobre os flancos.

A organização do esquadrão em quatro pelotões permite esta articulação em profundidade, ainda que tenha destacado um pelotão para junto de uma companhia G. A. C.

Se o avanço inimigo se realizar, por exemplo, pela direita contra a 2.ª companhia G. A. C., o 1.º esquadrão A. M. X. terá todo o interesse em intervir de flanco, actuando a partir da posição «acção de detenção C» ou mesmo da posição da 1.ª companhia G. A. C.

Bateria de apoio

A bateria de apoio compreende:

- Comando e D. L. O.,
- os Serviços da bateria,
- duas secções de três canhões automotores.

Experimentaram-se dois tipos de bateria. Um estava equipado com o obus de 105 montado sobre chassis A. M. X., o outro com o morteiro de 120 montado sobre chassis de autometralhadora.

Foi escolhido o obus automotor de 105. Ainda que o seu projectil não seja tão poderoso, o alcance de 14 quilómetros e meio, em vez de 6, permite-lhe mudar menos vezes de posição em todos os casos de guerra de movimento. Além disso, tem uma gama mais completa de munições e a sua intervenção é bastante mais rápida.

A sua presença no R. I. A. terá a vantagem de limitar o material sobre lagarta ao chassis M. A. X. e de tornar mais fáceis as operações de manutenção, de reparação e de substituição das suas peças.

Os morteiros de 81 não foram conservados no R. I. A. em virtude do seu limitado alcance, e do abastecimento com um tipo de munição suplementar.

A bateria de apoio tem, portanto, que fazer face, tanto à tarefa que pertencia a estes morteiros como à que pertence à G. C. I. ou ao pelotão de obuses dos regimentos clássicos.

Sendo a única unidade capaz de fornecer trajectórias curvas, de que o coronel comandante do R. I. A. dispõe, desempenha no seio deste regimento um papel fundamental.

As transmissões foram calculadas para permitirem aos observadores da bateria pedir e regular os tiros de reforço.

Revista da Cavalaria

O esquadrão de reconhecimento transportado em jeeps

O esquadrão de reconhecimento transportado em *jeeps* é comandado por um capitão, tendo como 2.º comandante outro capitão. A sua composição é a seguinte:

- um pelotão de comando,
- um pelotão de apoio,
- quatro pelotões de combate.

Estes últimos são formados por três patrulhas armadas com metralhadoras e lança-foguetes e por um grupo de S. S. 10 também montado em jeeps.

No final das primeiras experiências, o R. I. A. não tinha este esquadrão. Mas a sua presença revelou-se indispensável pois constitui, nas mãos do coronel, o instrumento da sua prudência e da sua audácia.

No escalão da divisão mecânica rápida, os helicópteros e o regimento de E. B. R. correspondem muito bem à necessidade de segurança, mas devem ser reservados à pesquisa das informações que interessem ao general de divisão.

Esta orientação prioritária não deve ser prejudicada pelo receio de deixar os R. I. A. descobertos, e é por isso que cada um deles recebeu este esquadrão que lhe permite deixar de andar às cegas.

Além disso, articulado na frente ou nos flancos do R. I. A., o esquadrão poderá notar as oportunidades de «golpes remuneradores», executando aqueles de que é capaz e orientando o regimento para os outros.

Desta forma, o esquadrão de jeeps é empregado nas diferentes situações em que pode encontrar-se o R. I. A. Trata-se principalmente de procurar, seguir e fustigar o inimigo de frente, de flanco e sobre a sua retaguarda, de o deter, atacar e perseguir.

— Na procura do inimigo, o esquadrão permitirá que o coronel conduza a manobra ou desenvolva o regimento no momento e no ponto desejados.

— Durante a defesa móvel, o esquadrão pode cobrir um flanco ou um intervalo, ou então, se combater numa zona favorável ou se for reforçado com A. M. X., participar na manobra de detenção.

— Se o regimento lançar uma acção de detenção, ou contra-ataque mais profundo; o esquadrão esclarece a sua marcha, cobre os seus flancos ou as linhas de comunicações.

— Se o dispositivo inimigo tiver sido flanqueado ou atravessado, o esquadrão pode receber a missão de paralisar em profundidade as retaguardas, utilizando a fundo a fluidez e a mobilidade do seu material. Trata-se de uma verdadeira acção de «comandos», a realizar de dia e de noite.

Durante as experiências, o esquadrão de *jeeps* demonstrou um notável espírito ofensivo, adaptando-se muito bem às diferentes missões.

I — Marcha para o inimigo do R. I. A.

A marcha para o inimigo tem o seu lugar não só nas operações de cobertura de carácter geral defensivo, como ainda num ambiente de ofensiva que pode ir até à exploração.

Revista da Cavalaria

Em qualquer caso, o comandante do R. I. A. não pode sujeitar-se a ser surpreendido em flagrante delito de movimento num combate de encontro, devendo estar sempre em condições de «cair em guarda».

Um empenhamento por surpresa faz com que o R. I. A. perca o benefício da sua particular aptidão para a manobra larga e rápida de um inimigo reconhecido; além disso, os seus S. S. 10 são empenhados antes de terem podido ser instalados nas posições que assegurariam o seu pleno rendimento.

A primeira preocupação do coronel será, portanto, evitar um tal empenhamento; ela traduzir-se-á:

- na utilização muito ampla que fará da informação terrestre e aérea;
- no dispositivo que fará adoptar ao regimento; este dispositivo deve permitir que cada uma das unidades assegure pela melhor forma a sua missão própria na eventualidade de um combate de encontro.

A Infantaria

A «queda em guarda» do R. I. A. no momento do encontro com o inimigo é executada pelas companhias de granadeiros anticarros.

Estas deverão estabelecer-se rapidamente no terreno para constituírem a zona de base a partir da qual os blindados manobrarão.

É, portanto, conveniente realizar, durante o avanço, um desenvolvimento em largura da infantaria fazendo frente à direcção mais perigosa.

Depois da sua instalação, será demasiado tarde para modificar a posição adoptada, a qual já não se modificará até ao empenhamento. Uma implantação sólida da infantaria, num terreno favorável à sua acção facilitará a manobra ampla e ousada das reservas e a concentração dos fogos sobre um inimigo fixado.

Torna-se, por isso, necessário que a infantaria, antes de ser abordada, disponha dos prazos necessários para escolher as melhores posições num raio de alguns quilómetros e para instalar-se nelas; se estiver muito deslocada para a frente perderá a sua liberdade de acção.

A artilharia

A bateria de canhões automotores deve poder apoiar todos os elementos, e em especial o esquadrão de *jeeps*, durante o avanço.

Quando o regimento «cai em guarda», ela dá o apoio dos seus fogos, não só à infantaria, como à manobra das reservas.

Os carros

Os carros A. M. X. recebem duas missões:

- Uns precedem as companhias de G. A. C. para permitirem, em caso de encontro, a resposta imediata pelo fogo que só os blindados podem dar; procedendo assim, dão às companhias o espaço necessário à escolha das suas posições;

Revista da Cavalaria

— os outros podem, em qualquer momento, manobrar ao abrigo das companhias; há, portanto, todo o interesse em conservar um esquadrão em reserva durante o avanço.

O dispositivo dos A. M. X. no R. I. A. em marcha de aproximação está, portanto, articulado em geral em profundidade

Para que as companhias de G. A. C. possam dispor de um apoio de carros, sem intervir uma modificação do comando no momento do encontro, poderá ser destacado para junto delas um pelotão de A. M. X. durante o avanço.

Os jeeps

O esquadrão de *jeeps* é normalmente encarregado da função de esclarecedor do R. I. A. segundo o seu eixo de marcha, ou da cobertura do avanço sobre um flanco ameaçado.

Como o grosso do R. I. A. utiliza o maior número de itinerários, pode ser tentador pedir à guarda-avançada que bata toda a zona a fim de descobrir o inimigo. Mas esta operação gastaria o esquadrão de *jeeps* antes do combate e retardaria consideravelmente o avanço.

Uma exploração inteligente de alguns pontos da zona com valor indicativo (pontes, cruzamentos de estradas, pontos fortes do terreno) daria informações de valor quase igual e muito mais rápidas do que uma busca metódica.

Quando não se procura a surpresa (inimigo em situação geral defensiva), o reconhecimento dos cobertos suspeitos pode ser vantajosamente precisado por meio de tiros sistemáticos.

Exemplos de dispositivos de marcha

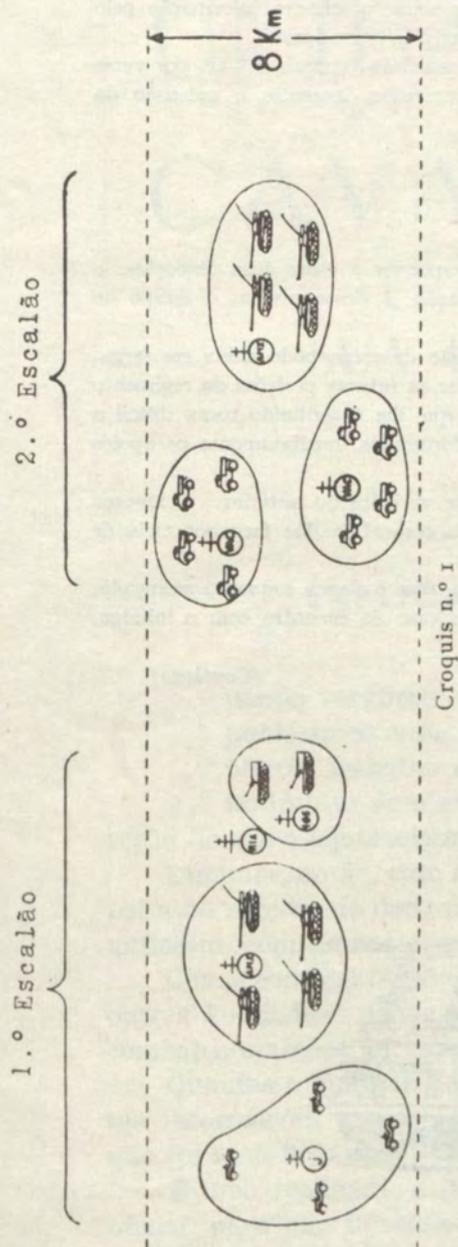
Croquis n.º 1 — As considerações anteriores levam-nos a dar, a título de exemplo, alguns esquemas do avanço do R. I. A.

É o dispositivo mais simples; esclarecendo o regimento segundo a sua direcção de marcha, o esquadrão de *jeeps* pode, no caso de encontro, provocar rapidamente os fogos anticarro do 1.º esquadrão A. M. X. e os fogos da bateria de apoio que destacou para junto dele um certo número de observadores; estas três unidades constituem o escalão avançado do R. I. A.

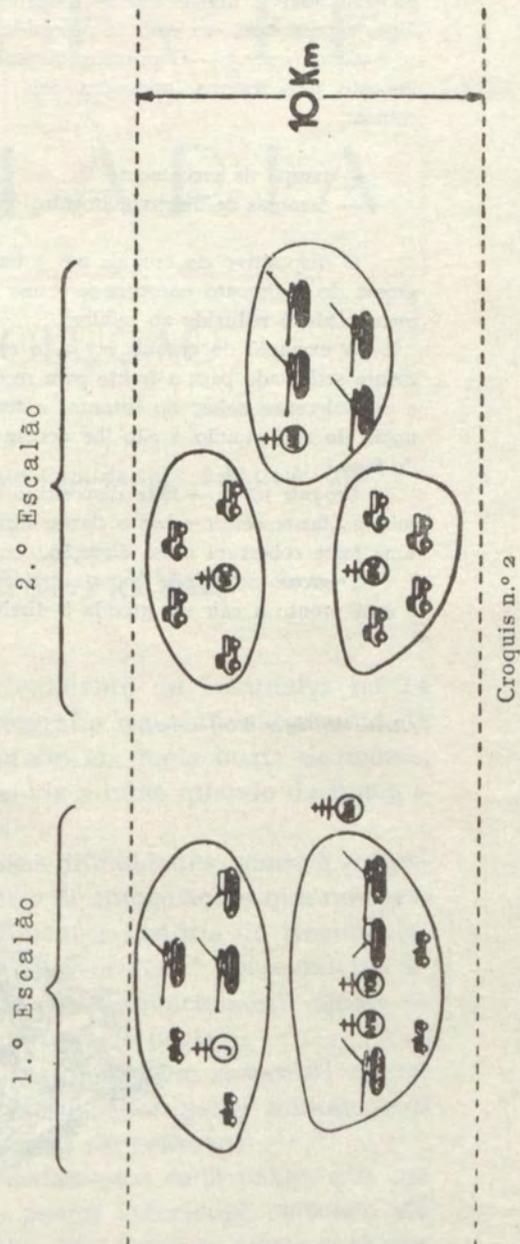
O 2.º escalão é composto pelas duas companhias G. A. C., avançando em linha pelo maior número de itinerários, prontas a colocarem-se em posição de ataque. Este dispositivo pode ser tomado rapidamente, visto não se fazer qualquer «mistura» entre as unidades. Ele dá ao regimento uma grande flexibilidade de manobra. Mas não permite o reconhecimento numa larga frente, e por isso será adoptado, sobretudo, quando a zona de avanço fácil é limitada em largura; em corredores estreitos (da ordem de 5 quilómetros), as unidades poderão mesmo seguir-se, sendo o esquadrão de carros de reserva enquadrado pelas companhias G. A. C.

Croquis n.º 2 — O terreno pode apresentar dois corredores de penetração distintos. Torna-se difícil o comando em largura de uma única guarda-avançada. A solução consiste em dividir o escalão avançado em dois elementos semelhantes,

Revista da Cavalaria



Croquis n.º 1



Croquis n.º 2

Revista da Cavalaria

às ordens dos capitães que comandam o esquadrão de *jeeps* e o 1.º esquadrão de A. M. X., sem se modificar o 2.º escalão. Os elementos do escalão avançado poderão intervir imediatamente sobre os seus eixos, precisar a informação pelo fogo, e prestar-se, em caso de necessidade, um auxílio recíproco.

Croquis n.º 3 — O primeiro dispositivo estudado (*croquis n.º 1*), por vezes imposto pelo terreno, apresenta dois inconvenientes, inerentes à extensão da coluna:

- tempo de escoamento,
- demoras de desenvolvimento.

O dispositivo do *croquis n.º 3* tenta responder a estas duas objecções: o grosso do regimento encontra-se numa formação já desenvolvida; o tempo de escoamento é reduzido ao mínimo.

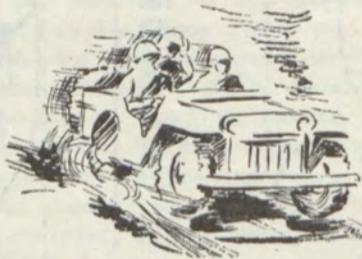
A exemplo do *croquis n.º 1*, o esquadrão de *jeeps* pode ainda ser largamente articulado para a frente para reconhecer as futuras posições do regimento e estabelecer-se nelas; no entanto, o terreno que lhe é atribuído torna difícil a acção do seu capitão e não lhe podem ser fornecidos imediatamente os apoios de fogo.

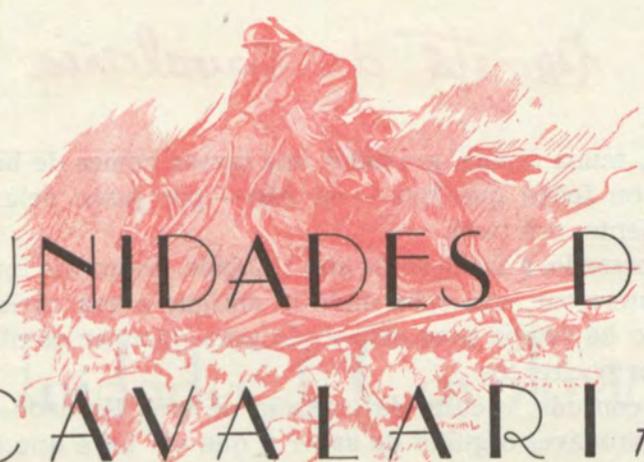
Croquis n.º 4 — Este dispositivo é uma variante do anterior. A ameaça inimiga faz-se sentir sobre o flanco direito; o coronel faz-lhe face por meio de uma forte cobertura nessa direcção.

O grosso articulado como anteriormente, tem o flanco esquerdo avançado, e está pronto a cair em guarda à direita, no caso de encontro com o inimigo.

(Continua)

(Revue Militaire d'Information)





UNIDADES DE CAVALARIA

SUA EVOLUÇÃO

pelo Cap. de Inf.^a BALULA CID

EXPLICAÇÃO PRÉVIA

Quando servimos no Regimento de Infantaria n.º 14 publicámos uma monografia da centenária unidade beiroa, trabalho elaborado em meia dúzia de meses, no intuito de o mesmo vir a lume quando da inauguração do novo aquartelamento.

Lutámos, então, com imensas dificuldades, sendo a principal a da recolha de documentos e de informações que nos permitissem, com honestidade, delinear a história do Regimento.

Como começar? Quais as suas origens? Descenderia de outras Unidades? Onde teria estado aquartelado? Quais os combates e acções em que havia tomado parte?

Quantas e quantas perguntas quase sem resposta! Quantas informações inexactas ou deturpadas pelos muitos anos que formam hoje a imensa barreira do passado!

É uma realidade, e isto verifica-se a cada passo, que um oficial, para não falarmos dos postos inferiores, colocado em determinada Unidade, nada sabe (são raras as excepções) dos factos por ela vividos.

Revista da Cavalaria

Vê, numa lápida, gravados uns tantos nomes de batalhas, acções ou feitos que fixa — ou não — por junto dela passar diàriamente, e é tudo.

O passado, a tradição da sua Unidade, pouco lhe interessa, e, se interessar, não sabe onde ir mitigar a sua curiosidade.

Não há tempo nem disposição para queimar os olhos em arquivos poeirentos.

E, contudo, o culto da tradição de uma Unidade, o legítimo e saudável orgulho de saber o que ela foi e que brasões de heroísmo pode ostentar ajudam a dar às tropas aquela força que vai além das armas e da técnica mais perfeita.

Esse culto pode dar a uma Unidade um espírito de corpo inigualável, um orgulho construtivo — força mística que nenhum chefe deve desprezar.

Compreendemos que, embora por vezes absorvido pela instrução, pelas recrutas, o militar queira saber «coisas» da sua Unidade, que é, afinal, temporariamente a sua casa.

Assim, neste trabalho, produto de pacientes e demoradas buscas em Arquivos e Bibliotecas, anotam-se todas as Unidades de Cavalaria desde a sua organização em Regimentos (1708) até aos Corpos da Arma existentes em 1956.

Por este registo é pois cómodo e fácil estabelecer a ascendência das Unidades que presentemente fazem parte do Exército Português e ao mesmo tempo encontrar aquelas de cuja tradição numérica são legítimas herdeiras.

Como primeira operação, torna-se, como é lógico, indispensável procurar a Unidade que interesse ao leitor, no índice que publicamos.

Nada dizemos quanto à sua vida em Campanha. Indicamos sim, para qualquer Unidade, a criação (quando estabelecida, o que por vezes não sucede), quartéis, transformações e extinção.

Estes dados terão certamente interesse para todos aqueles que se dediquem a estudos monográficos, aplanando e encurtando o trabalho de investigação.

A todos os Camaradas Cavaleiros, com a oferta destas páginas à sua Revista, prestamos a nossa homenagem.

Unidades de Cavalaria

SUA EVOLUÇÃO



Para utilizar o presente registo, é indispensável:

- 1.º — Procurar a unidade no Índice.
- 2.º — Consultar todas as páginas relativas à unidade em causa.

Revista da Cavalaria

ÍNDICE

UNIDADES	Págs.
Regimento de Cavalaria de Alcântara	7
» » » » Almeida	12
» » » » Bragança	9-16
» » » do Caes	10
» » » de Campo Maior	6
» » » » Castelo Branco	11
» » » » Chaves	11-13
» » » » Elvas	6-10
» » » » Évora	9
» » » do Fundão	10
» » » de Mecklembourg	8
» » » » Miranda	12
» » » » Moura	8
» » » » Olivença	5
» » » » Penamacor	6
» » » » Salvaterra	16
» » » » Santarém	11
» » » » Viana do Minho	7
» » » » Vila Viçosa	8
Regimento de Dragões de Aveiro	6
» » » » Campo Maior	7
» » » » Chaves	11
» » » » Évora	9
» » » » Olivença	5
» » » » Penamacor	6
1.º Regimento de Cavalaria de Lisboa	7
2.º » » » » » »	8
3.º » » » » » »	10
Regimento Provisório de Cavalaria	16
Corpo de Cavalaria da Ilha Terceira	13
Companhia Franca de Dragões	12
Companhia de Caçadores da 1.ª Linha, a cavalo, da Praça de Abrantes.	17

Revista da Cavalaria

UNIDADES		Págs.
Regimento de Cavalaria N.º 1	1	7-17
» » » » 2	2	8-13-14
» » » » 3	3	5-6-14
» » » » 4	4	8-9-15
» » » » 5	5	9-18-19
» » » » 6	6	9-13-17-19-21
» » » » 7	7	10-18-20
» » » » 8	8	10-18-19-21
» » » » 9	9	11-16-19
» » » » 10	10	11-14-16-20-21
» » » » 11	11	12-15-16
» » » » 12	12	12-16
» » » » 13	13	12
Regimento de Lanceiros N.º 1	1	17
» » » » 2	2	14
Escola Prática de Infantaria e Cavalaria		20
Escola Prática de Cavalaria		20-21
Escola de Equitação		20
Escola de Aplicação de Cavalaria		20
Regimento de Lanceiros da Rainha		13
Regimento de Cavalaria N.º 1, Lanceiros de Victor Manuel		17
Regimento de Cavalaria N.º 2, Lanceiros da Rainha		13
Regimento de Cavalaria N.º 2, Lanceiros de El-Rei		14
Regimento N.º 2 de Cavalaria do Príncipe D. Carlos		14
Regimento N.º 3 de Cavalaria do Rei Eduardo VII de Inglaterra		14
Regimento N.º 4 de Cavalaria do Imperador da Alemanha Guilherme II		15
Regimento N.º 8 de Cavalaria do Príncipe Real		18
Grupo Divisionário de Carros de Combate		21

UNIDADES DE CAVALARIA SUA EVOLUÇÃO

Regimento de Cavalaria de Olivença

Organizado em 1708 com «troços» (1) de cavalaria da Praça de Olivença.
Extinto em 1742.



Regimento de Dragões de Olivença

Organizado em 1742.
Em 1764 ainda existia com esta designação.
Passa (1776 ?) a

Regimento de Cavalaria de Olivença

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 3

Reorganizado em Beja — Edital de 30-9-1808.
Quartel em Elvas — 1814.
Quartel em Aveiro — Ordem de 21-10-1816.

(1) — Os «Troços» de Cavalaria que deram origem aos Regimentos, eram formados por Companhias e estas, quando mais numerosas, tinham o nome, em Cavalaria, de «Tropa».

Os «Regimentos» só aparecem decretados em 1707 e são organizados a partir de 1708.

É de notar, contudo, que a designação de «Regimento» já aparece em 1641, quando se formaram 5 «Regimentos de Cavalaria Ligeira» com soldados franceses e portugueses.

Revista da Cavalaria

Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

Regimento de Cavalaria de Elvas

Quartel em Elvas.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 3

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Dragões de Aveiro

Existia em 1719.

Pelos livros de vencimentos, datados de 1758 e existentes no Arq. H. M., temos a impressão que esta Unidade deu origem ao Regimento de Dragões de Penamacor, organizado em 1762.



Regimento de Dragões de Penamacor

Organizado — Dec. de 21-4-1762.

Passa a

Regimento de Cavalaria de Penamacor

Extinto — Desconhece-se a legislação referente. Ainda existia no ano de 1776.



Regimento de Cavalaria de Campo Maior

Organizado — (?).

Extinto — Dec. de 9-10-1742.



Revista da Cavalaria

Regimento de Dragões de Campo Maior

Organizado em 1742.
Extinto (?).
Organizado — Dec. de 21-4-1762 ⁽¹⁾.
Extinto (?) ⁽²⁾.



Regimento de Cavalaria de Alcântara

Organizado, possivelmente, em 1715.
Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 1

Reorganizado em Lisboa — Edital de 30-9-1808.
Quartel em Lisboa — 1814.
Quartel entre Vila Franca, Carregado e Azambuja — Ordem
de 21-10-1816.
Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

1.º Regimento de Cavalaria de Lisboa

Quartel em Lisboa.
Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 1

Quartel em Alcântara.
Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Cavalaria de Viana do Minho

Organizado — Dec. de 21-4-1762 ⁽³⁾.
Extinto — Desconhece-se a legislação referente, mas em 1764
já não existia.



(1) — Segundo o investigador Pe. Pereira Sales não chegou a ser organizado.

(2) — Já não existe no ano de 1764.

(3) — Segundo o investigador Pe. Pereira Sales este Regimento não chegou a ser organizado.

Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria de Moura

Organizado em 1708.
Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 2

Reorganizado em Moura — Edital de 30-9-1808.
Quartel em Évora — 1814.
Quartel em Évora — Ordem de 21-10-1816.
Extinto — Dec. de 5-8-1826.
Organizado — Ordem de 9-7-1828.
Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

Regimento de Cavalaria de Vila Viçosa

Quartel em Vila Viçosa.
Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 2

Quartel em Vila Viçosa.
Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Cavalaria de Mecklembourg (¹)

Organizado em 26-7-1762.
Quartel na Feitoria.
Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 4

Reorganizado em Lisboa — Edital de 30-9-1808.
Quartel em Lisboa — 1814.
Quartel entre Vila Franca, Carregado e Azambuja — Ordem
de 21-10-1816.
Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

2.º Regimento de Cavalaria de Lisboa

Quartel em Lisboa.

(¹) — General Duque de Mecklembourg ao serviço do Exército Português.

Revista da Cavalaria

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 4

Quartel em Belém.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).

◆ ◆ ◆

Regimento de Dragões de Évora

Existia no ano de 1754.

Passa a designar-se por:

Regimento de Cavalaria de Évora

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 5

Reorganizado em Évora — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Évora — 1814.

Quartel em Beja — Ordem de 21-10-1816.

Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

Regimento de Cavalaria de Évora

Quartel em Évora.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 5

Quartel em Évora.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).

◆ ◆ ◆

Regimento de Cavalaria de Bragança

Existia no ano de 1762.

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 6

Reorganizado em Chaves — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Chaves — 1814.

Quartel em Monção — Ordem de 21-10-1816.

Extinto — Dec. de 9-7-1829, sendo integrado no Regimento de Cavalaria de Chaves, organizado pelo mesmo Decreto.

◆ ◆ ◆

Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria do Caes

Existia em 1715.

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 7

Reorganizado em Lisboa — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Torres Novas — 1814.

Quartel em Torres Novas — Ordem de 21-10-1816.

Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

3.º Regimento de Cavalaria de Lisboa

Quartel em Lisboa.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 7

Quartel em Lisboa.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Cavalaria de Elvas

Existia em 1759.

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 8

Reorganizado em Elvas — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Niza — 1814.

Quartel em Niza — Ordem de 21-10-1816.

Passa a designar-se (Dec. de 15-4-1831) por:

Regimento de Cavalaria do Fundão

Quartel no Fundão.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 8

Quartel em Campo Maior.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Revista da Cavalaria

Regimento de Dragões de Chaves

Existia em 1762.

Passa a

Regimento de Cavalaria de Chaves

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 9

Reorganizado em Chaves — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Chaves — 1814.

Quartel em Chaves — Ordem de 21-10-1816.

Extinto — Dec. de 9-7-1829.



Regimento de Cavalaria de Castelo Branco

Organizado — Dec. de 21-4-1762.

Quartel em Torres Novas — 1766 ⁽¹⁾.

Quartel em Santarém — Aviso de 28-8-1788.

Passa a designar-se por:

Regimento de Cavalaria de Santarém

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 10

Reorganizado em Santarém — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Torres Novas — 1814.

Quartel em Santarém — Ordem de 21-10-1816.

Extinto — Dec. de 9-7-1829.



⁽¹⁾ — Quando nesta localidade o Regimento aparece por vezes com a designação de «Regimento de Cavalaria de Torres Novas».

Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria de Almeida

Existia em 1762.

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 11

Reorganizado em Almeida — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Castelo Branco — 1814.

Quartel em Castelo Branco — Ordem de 21-10-1816.

Extinto — Dec. de 9-7-1829.



Regimento de Cavalaria de Miranda

Existia em 1764.

Passa a designar-se (Dec. de 19-5-1806) por:

Regimento de Cavalaria N.º 12

Reorganizado em Bragança — Edital de 30-9-1808.

Quartel em Bragança — 1814.

Quartel em Bragança — Ordem de 21-10-1816.

Extinto — Dec. de 9-7-1829. Os seus contingentes passaram a fazer parte do Regimento de Cavalaria de Chaves, criado pelo mesmo Decreto.



Companhia Franca de Dragões ⁽¹⁾

Organizada em 1762.

Dissolvida em 1777.



Regimento de Cavalaria N.º 13

Mandado organizar — Dec. de 5-8-1826 ⁽²⁾.

Extinto — Dec. de 9-7-1829.



⁽¹⁾ — Criada para guarda do Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal.

⁽²⁾ — Nunca chegou a ter completa formação.

Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria de Chaves

Organizado — Dec. de 9-7-1829 com contingentes dos Regimentos de Cavalaria N.ºs 6 e 12.

Quartel em Chaves.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 6

Quartel em Chaves.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Corpo de Cavalaria da Ilha Terceira

Existia em 1829 e 1830.



Regimento de Lanceiros da Rainha

Organizado — Dec. de 31-1-1833 (Exército Liberal).

Passa a designar-se (Dec. de 18-7-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 2

Quartel em Lisboa — Dec. de 13-3-1835.

Quartel em Santarém — Dec. de 4-1-1837.

Quartel em Lisboa — Dec. de 26-10-1840.

Passa a designar-se (Dec. de 26-11-1844) por:

Regimento de Cavalaria N.º 2, Lanceiros da Rainha

Ordenada a sua dissolução — Dec. de 27-9-1884.

Organizado — Decs. de 27-9-1884 e de 30-9-1884 — com a designação de:

Regimento de Cavalaria N.º 2 ⁽¹⁾

Quartel em Lisboa.

(¹) — Lanceiros.

Revista da Cavalaria

Passa a designar-se (Dec. de 31-10-1888) por:

Regimento N.º 2 de Cavalaria do Príncipe D. Carlos

Passa a designar-se (Dec. de 6-3-1890) por:

Regimento de Cavalaria N.º 2, Lanceiros de El-Rei

Passa a designar-se (Dec. de 8-6-1911) por:

Regimento de Cavalaria N.º 2

Quartel a determinar; destacado em Lisboa.

Quartel em Lisboa — O. E. n.º 10 — 1.ª Série — 1926.

Passa a designar-se (O. E. n.º 5 — 1.ª Série — 1948) por:

Regimento de Lanceiros N.º 2

Quartel em Lisboa.



Regimento de Cavalaria N.º 10

Organizado — Dec. de 31-1-1833 (Exército Liberal);

Passa a designar-se (Dec. de 18-7-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 3

Quartel em Castelo Branco — Dec. de 13-3-1835.

Quartel em Elvas — Dec. de 26-10-1840.

Quartel em Vila Viçosa — Dec. de 21-12-1863.

Quartel em Elvas — (?)

Quartel em Vila Viçosa — O. E. n.º 25 de 10-9-1874.

Quartel em Estremoz — 1874.

Passa a designar-se (O. E. n.º 3 — 1.ª Série — 1901) por:

Regimento N.º 3 de Cavalaria do Rei Eduardo VII de Inglaterra

Passa a designar-se (Dec. de 8-6-1911) por:

Regimento de Cavalaria N.º 3

Absorve o Regimento de Cavalaria N.º 10; organizando com ele o seu 2.º Grupo de Esquadrões, com sede em Vila Viçosa — O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1927.

Absorve o Regimento de Cavalaria N.º 5 — O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1939.

Revista da Cavalaria

Quartel em Estremoz, provisoriamente em
Évora — Sede do 2.º Grupo em
Estremoz — O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1939.
Por disposição que não conhecemos, a sede do Regimento está
presentemente em Estremoz.

Nota: — Por Dec. de 20-12-1849, Cav. 3 era de Caçadores a cavalo.



Regimento de Cavalaria N.º 11

Organizado — Dec. de 31-1-1833 (Exército Liberal).
Passa a designar-se (Dec. de 18-7-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 4

Quartel em Lisboa — Dec. de 13-3-1835.
Quartel em Torres Novas — Dec. de 15-6-1836.
Quartel em Santarém — Dec. de 2-5-1844.
Quartel em Torres Novas — Dec. de 6-8-1846.
Quartel em Santarém — Dec. de 21-12-1863.
Quartel em Lisboa — 1872.
Passa a designar-se (Dec. de 24-10-1888) por:

Regimento N.º 4 de Cavalaria do Imperador da Alemanha, Guilherme II

Passa a designar-se (Dec. de 8-6-1911) por:

Regimento de Cavalaria N.º 4

Quartel em Alcobça — O. E. n.º 16 — 1.ª Série — 1919.
Quartel do 3.º Esquadrão em Lisboa — O. E. n.º 9 — 1.ª Série
— 1926 ⁽¹⁾.
Quartel em Santarém — O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1927.
Transitoriamente extinto — O. E. n.º 3 — 1.ª Série — 1955.
A organizar com sede em Santa Margarida — O. E. n.º 4 —
1.ª Série — 1956.

Nota: — Por Dec. de 20-12-1849, Cavalaria 4 era de Caçadores a cavalo.



(1) — Pela O. E. n.º 12 — 1.ª Série — 1926, foi integrado no Regimento de Cavalaria N.º 7.

Revista da Cavalaria

Regimento Provisório de Cavalaria

Organizado — Ordem n.º 123 de 26-7-1833 (Exército Liberal).

Extinto — Desconhe-se a legislação referente.



Regimento de Cavalaria de Salvaterra

Organizado — Dec. de 5-10-1833.

Quartel em Salvaterra.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 10

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Cavalaria de Bragança

Organizado — Dec. de 16-2-1834.

Quartel em Bragança.

Passa a designar-se (Dec. de 20-2-1834) por:

Regimento de Cavalaria N.º 12

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Cavalaria N.º 9

Organizado — Dec. de 20-2-1834.

Quartel em Miranda.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Regimento de Cavalaria N.º 11

Organizado — Dec. de 20-2-1834.

Quartel em Almeida.

Extinto — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).



Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria N.º 6

Organizado no Porto, por Dec. de 28-2-1834 (Exército Liberal).
Quartel em Chaves — Dec. de 13-3-1835.
Quartel do 3.º e 4.º Esquadrões em Bragança — Dec. de 14-9-1899.
Quartel em Chaves
Quartel do 4.º Esquadrão ⁽¹⁾ em Braga } Dec. de 24-12-1901.
Quartel em Chaves — O. E. n.º 13 — 1.ª Série — 1911.
Integrado no Regimento de Cavalaria N.º 9 — O. E. n.º 7 —
1.ª Série — 1927.

Nota: — Por Dec. de 20-12-1849, Cav. 6 era de Caçadores a cavalo.

◆ ◆ ◆

Regimento de Cavalaria N.º 1

Organizado em Lisboa — Dec. de 28-2-1834 (Exército Liberal).
Quartel em Vila Viçosa — Dec. de 13-3-1835.
Quartel em Estremoz — Dec. de 4-1-1837.
Passa a designar-se (Dec. de 20-11-1862) por:

Regimento de Cavalaria N.º 1, Lanceiros de Victor Manuel

Quartel em Elvas — O. E. n.º 25 de 10-9-1874.
Passa a designar-se (Dec. de 8-6-1911) por:

Regimento de Cavalaria N.º 1

Passa a designar-se (O. E. n.º 5 — 1.ª Série — 1948) por:

Regimento de Lanceiros N.º 1

Nota: — Por Dec. de 20-12-1849, Cav. 1 era de Lanceiros.

◆ ◆ ◆

Companhia de Caçadores da 1.ª Linha, a cavalo, da Praça de Abrantes

Organizada — Dec. de 21-4-1834.
Extinta — Convenção de Évora-Monte (26-5-1834).

(¹) — Este Esquadrão passou ao Regimento de Cavalaria N.º 11 pela O. E. n.º 14 — 1.ª Série — 1911.

Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria N.º 5

Organizado por Dec. de 21-7-1834 do
Depósito de Cavalaria estabelecido em Évora.
Quartel em Évora — Dec. de 13-3-1835.
Quartel do 4.º Esquadrão em Alcobça — Dec. de 14-9-1899.
Quartel em Évora — Dec. de 24-12-1901.
Integrado no Regimento de Cavalaria N.º 3 — O. E. n.º 7 —
1.ª Série — 1939.

Nota: — Por Dec. de 20-12-1849, Cav. 5 era de Caçadores a cavalo.



Regimento de Cavalaria N.º 7

Organizado — Dec. de 4-1-1837.
Quartel em Bragança.
Extinto — Dec. de 10-12-1868.
Reorganizado — Dec. de 4-10-1869.
Dissolvido — Dec. de 14-9-1899.

Nota: — Por Dec. de 20-12-1849, Cav. 7 era de Caçadores a cavalo.



Regimento de Cavalaria N.º 8

Organizado — Dec. de 4-1-1837.
Quartel em Almeida.
Quartel em Castelo Branco — Ordem n.º 60 de 1-12-1840.
Quartel em Almeida — Dec. de 14-12-1842.
Quartel em Castelo Branco — Dec. de 2-5-1844.
Passa a designar-se (Dec. de 2-5-1844) por:

Regimento de Cavalaria N.º 7

Passa a designar-se (Dec. de 4-10-1869) por:

Regimento de Cavalaria N.º 8

Passa a designar-se (Dec. de 10-9-1891) por:

Regimento N.º 8 de Cavalaria do Príncipe Real

Quartel em Castelo Branco
Quartel do 4.º Esquadrão em Viseu } Dec. de 14-9-1899.

Revista da Cavalaria

Passa a designar-se (Dec. de 8-6-1911) por:

Regimento de Cavalaria N.º 8 ⁽¹⁾

Quartel em Aveiro.

Absorve o 1.º, 2.º e 3.º Esquadrões do Regimento de Cavalaria N.º 7, mantendo em Nelas o 3.º Esquadrão.

Passa a designar-se (O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1939) por:

Nota. — Por Dec. de 20-12-1849, Cavalaria 8 era de Caçadores a cavalo.

Regimento de Cavalaria N.º 5

Quartel em Viseu, provisoriamente em Aveiro.

◆ ◆ ◆

Regimento de Cavalaria N.º 9

Organizado — Dec. de 30-10-1884 e Portaria da mesma data.

Quartel em Alcobça.

Dissolvido — Dec. de 14-9-1899.

Organizado — Dec. de 24-12-1901.

Quartel do 1.º e 2.º Esquadrões no Porto | Dec. de
Quartel do 3.º e 4.º Esquadrões em Bragança | 24-12-1901.

Quartel no Porto — Dec. de 8-6-1911 ⁽²⁾.

Absorve os 3 Esquadrões do Regimento de Cavalaria N.º 11, formando com eles o seu 4.º Esquadrão com sede em Braga — O. E. n.º 12 — 1.ª Série — 1926.

Absorve o Regimento de Cavalaria N.º 6, formando com ele o 3.º Grupo de Esquadrões — O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1927.

Recolhe à sede o 4.º Esquadrão — O. E. n.º 6 — 1.ª Série — 1938.

Passa a designar-se (O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1939) por:

Regimento de Cavalaria N.º 6

Quartel em Braga, provisoriamente no Porto.

Um Esquadrão em Chaves.

Quartel em Guimarães, provisoriamente no Porto — O. E. n.º 4 — 1.ª Série — 1956.

Pela mesma O. E. recolhe à sede o Esquadrão destacado em Chaves.

◆ ◆ ◆

(¹) — Esta Unidade foi constituída pelo 4.º Esquadrão do R. C. N.º 7 e pelo 1.º e 2.º Esq. do R. C. N.º 8. O seu 3.º Esq. passou ao R. C. N.º 11 e o 4.º Esq. foi dissolvido (O. E. n.º 14 — 1.ª Série — 1911).

(²) — Esta Unidade foi constituída com os seus 1.º, 2.º e 3.º Esquadrões, tendo o 4.º passado a constituir Cavalaria N.º 11 (O. E. n.º 14 — 1.ª Série — 1911).

Revista da Cavalaria

Regimento de Cavalaria N.º 10

A organizar — Dec. de 30-10-1884 e Portaria da mesma data, Quartel em Aveiro, devendo organizar-se, provisoriamente em Vendas Novas.

Passa a designar-se (Dec. de 14-9-1899) por:

Regimento de Cavalaria N.º 7

Quartel em Aveiro
Quartel do 4.º Esquadrão no Porto } Dec. de 14-9-1899.

Quartel em Almeida
Quartel do 4.º Esquadrão em Aveiro } Dec. de 24-12-1901.

Quartel em Nelas, provisoriamente em Almeida — Dec. de 8-6-1911 (¹).

Quartel em Lisboa, constituindo-se com o Comando da Unidade e pelo 3.º Esq. do Regimento de Cavalaria N.º 4, destacado nesta localidade. O 1.º, 2.º e 3.º Esquadrões foram integrados no Regimento de Cavalaria N.º 8 (O. E. n.º 12 — 1.ª Série — 1926).



Escola Prática de Infantaria e Cavalaria

Criada em Mafra — Dec. de 22-8-1887.

Desdobrada por Dec. de 17-4-1890 em Escola Prática de Infantaria e Escola Prática de Cavalaria, funcionando esta em Vila Viçosa.



Escola Prática de Cavalaria

Criada por Dec. de 17-4-1890 em Vila Viçosa.

Quartel em Torres Novas — Telegrama do M. G. de 24-1-1902.

Passa a designar-se (O. E. n.º 11 — 1.ª Série — 1911) por:

Escola de Equitação

Passa a designar-se (O. E. n.º 13 — 1.ª Série — 1925) por:

Escola de Aplicação de Cavalaria

Passa a designar-se (O. E. n.º 10 — 1.ª Série — 1926) por:

(¹) — Esta Unidade incorporou o 4.º Esq. do R. C. N.º 8. O seu 4.º Esq. passou ao R. C. N.º 8 (O. E. n.º 14 — 1.ª Série — 1911).

Revista da Cavalaria

Escola Prática de Cavalaria

Destaca um grupo de Carros de Combate para o Campo de Instrução Militar de Santa Margarida — Portaria n.º 15.218, de 19-1-1955.

Quartel em Santarém — O. E. n.º 3 — 1.ª Série — 1955.



Regimento de Cavalaria N.º 10

Organizado — Dec. de 24-12-1901.

Quartel em Vila Viçosa.

Transformado em 2.º Grupo de Esquadrões do Regimento de Cavalaria N.º 3 — O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1927.



Regimento de Cavalaria N.º 8

Organizado — Dec. de 8-6-1911 ⁽¹⁾.

Quartel em Braga.

Os seus 3 Esquadrões foram integrados no Regimento de Cavalaria N.º 9, formando o 4.º Esquadrão.

A organizar tendo por base o Comando da Unidade — O. E. n.º 12 — 1.ª Série — 1926.

Passa a designar-se (O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1927) por:

Regimento de Cavalaria N.º 6

Quartel em Castelo Branco.

Passa a designar-se por (O. E. n.º 7 — 1.ª Série — 1939) por:

Regimento de Cavalaria N.º 8



Grupo Divisionário de Carros de Combate

Organizado eventualmente, no Campo de Instrução Militar de Santa Margarida, tendo origem no Grupo de Carros de Combate da E. P. C. aqui destacado — Dec. n.º 40.394, de 23-11-1955.

Passa a fazer parte do R. C. N.º 4 — O. E. n.º 4 — 1.ª Série — 1956.



⁽¹⁾ — Constituído pelo 4.º Esq. do R. C. N.º 6, pelo 4.º Esq. do R. C. N.º 9 e pelo 3.º Esq. do R. C. N.º 8 (O. E. n.º 14 — 1.ª Série — 1911).

Revista da Cavalaria

UNIDADES DE CAVALARIA

(2.ª LINHA)

QUE EXISTIRAM NO EXÉRCITO PORTUGUÊS

Corpo de Voluntários Reais de Milícias a Cavalo

Organizado em Lisboa, por Alvará de 29-10-1807.

Regimento de Cavalaria de Voluntários Reais do Comércio

Organizado em Lisboa — Portaria de 28-8-1808.
Dissolvido — Dec. de 14-5-1828.

Companhia de Cavalaria de Voluntários Realistas de Monforte

Organizada em 31-7-1828.
Extinta em 26-5-1834.

Companhia de Cavalaria de Voluntários Realistas de Samora Correia

Organizada em 11-8-1828.
Extinta em 26-5-1834.

Voluntários Nacionais a Cavalo de Faro

Organizados em 1836?

Corpo de Cavalaria Nacional de Lamego

Organizado em Novembro de 1836.

Corpo de Voluntários Nacionais a Cavalo de Alcobaça

Organizado em 1833.

Revista da Cavalaria

Esquadrão de Voluntários Nacionais a Cavallo

Organizado em Lisboa — Portaria de 11-8-1833.
Dissolvido em 1834.

Regimento Nacional de Cavalaria de Lisboa

Organizado — Portaria de 13-12-1840.
Dissolvido — Dec. de 12-6-1841.

Corpo de Cavalaria de Segurança Pública de Lisboa

Voluntários Nacionais a Cavallo de Castro Marim

Existia em 1833.
Passa a designar-se (Portaria de 27-10-1836) por:

Companhia de Voluntários Nacionais a Cavallo de Castro Marim

Dissolvida em 1-7-1840 — Carta de Lei de 29-7-1839.

Esquadrão de Voluntários Nacionais de Cavalaria da Cidade do Porto (ou Esquadrão Fixo de Voluntários Nacionais do Porto)

Existia em 1832.

Esquadrão de Cavalaria Nacional do Porto

Dissolvido em 1-7-1840.

Companhia Nacional de Cavalaria do Porto

Organizada — Portaria de 26-12-1840.
Dissolvida — Dec. de 12-6-1841.

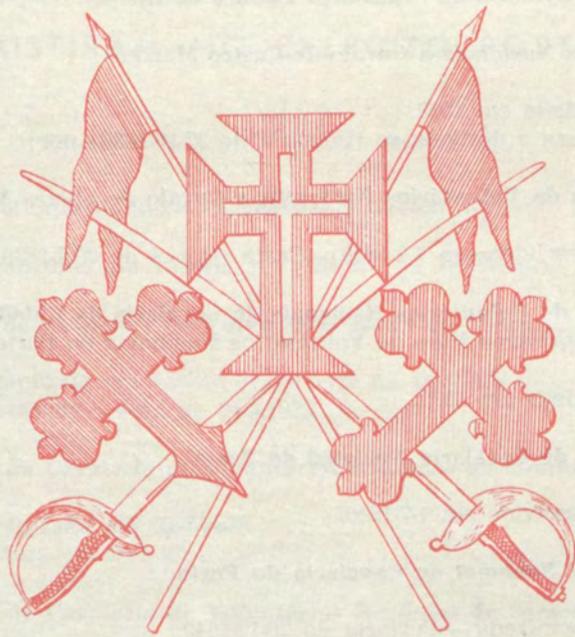
Corpo Franco de Cavalaria Volante ⁽¹⁾

Organizado — Portaria de 6-4-1847.
Dissolvido — Portaria de 28-7-1847.

Esquadrão de Cavalaria de Voluntários da Carta e Rainha

Organizado — Dec. de 18-10-1846.
Ainda existia em 1855.

⁽¹⁾ — Encarregado de percorrer as estradas de Lisboa a Leiria para repelir salteadores que as infestavam.



Bertrand & Irmãos, L.^{da}

*TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA*



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. | 21227
| 21368

LISBOA



Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS



MANUAL DE EQUITACÃO

I Parte — EQUITACÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

Preço Esc. 25\$00



DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

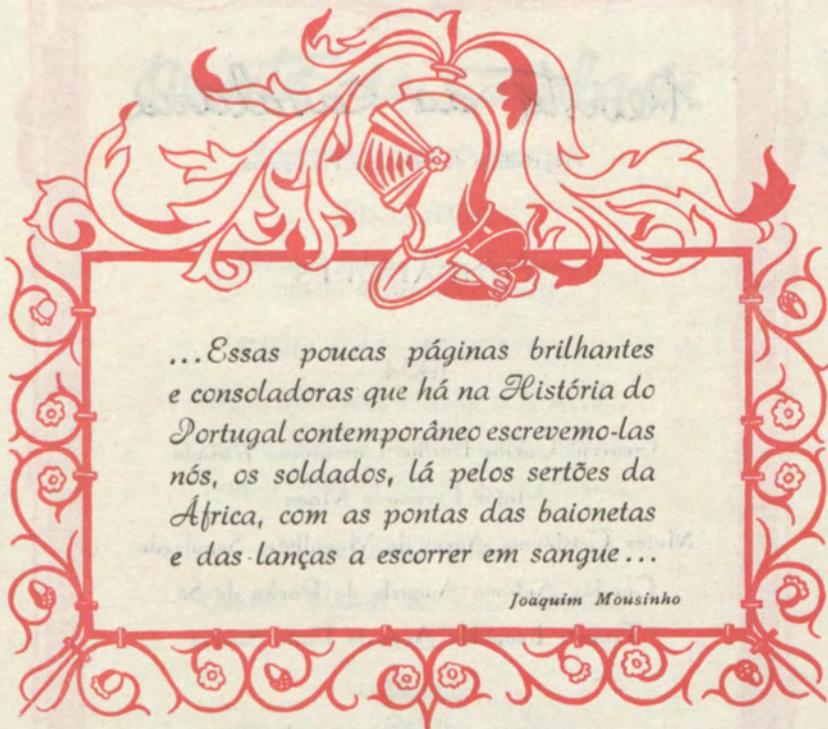
Preço Esc. 5\$00



CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

LISBOA



*...Essas poucas páginas brilhantes
e consoladoras que há na História do
Portugal contemporâneo escrevemo-las
nós, os soldados, lá pelos sertões da
África, com as pontas das baionetas
e das lanças a escorrer em sangue...*

Joaquim Mousinho



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

FUNDADORES

1904

General Carlos Bazilio Damasceno Rosado

Major Fernando Maya

Major Cristóvam Ayres de Magalhães Sepúlveda

Capitão António Augusto da Rocha de Sá

Tenente Leopoldo Augusto Pinto Soares

1939

Capitão João Gamarro Correia Barrento

Capitão Amadeu Santo André Pereira

Tenente Augusto Casimiro Ferreira Gomes

Tenente António S. Ribeiro de Spínola

Alferes Luís Manuel Tavares



Revista da Cavalaria

Propriedade da Cavalaria Portuguesa

DIRECTOR

General Abílio Pais de Ramos
Director da Arma de Cavalaria

DIRECÇÃO EXECUTIVA

Major José João Henriques de Avellar
Major António S. Ribeiro de Spínola
Tenente António Gentil Soares Branco

SECRETÁRIO

Capitão Manuel de Sousa Vitoriano

SEDE

DIRECÇÃO DA ARMA DE CAVALARIA
Calçada da Ajuda — Telef. 63 8167

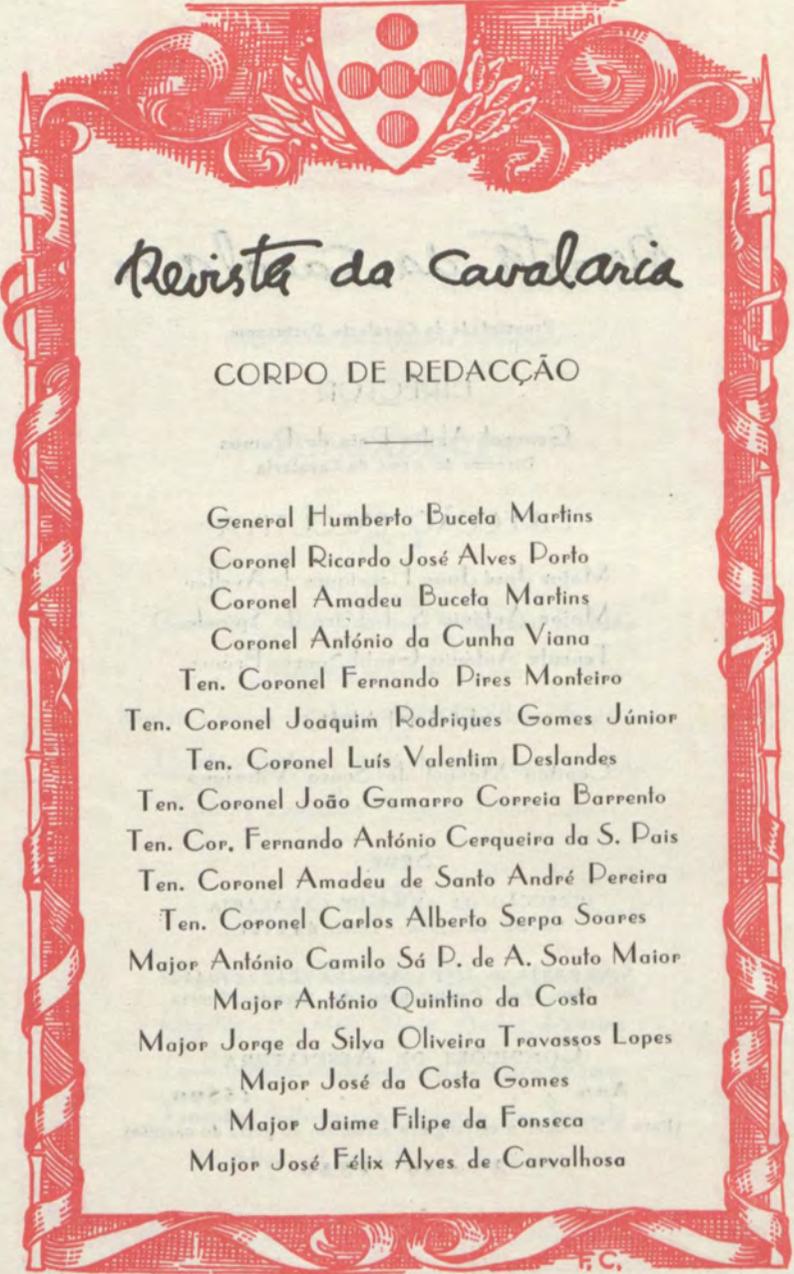
Composta e impressa na Tipografia
da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Ano 45\$00

(Para o Ultramar e estrangeiro acrescido do porte do correio)

Avulso 7\$50



Revista da Cavalaria

CORPO DE REDACÇÃO

General Humberto Buceta Martins

Coronel Ricardo José Alves Porto

Coronel Amadeu Buceta Martins

Coronel António da Cunha Viana

Ten. Coronel Fernando Pires Monteiro

Ten. Coronel Joaquim Rodrigues Gomes Júnior

Ten. Coronel Luís Valentim Deslandes

Ten. Coronel João Gamarrão Correia Barrento

Ten. Cor. Fernando António Cerqueira da S. Pais

Ten. Coronel Amadeu de Santo André Pereira

Ten. Coronel Carlos Alberto Serpa Soares

Major António Camilo Sá P. de A. Souto Maior

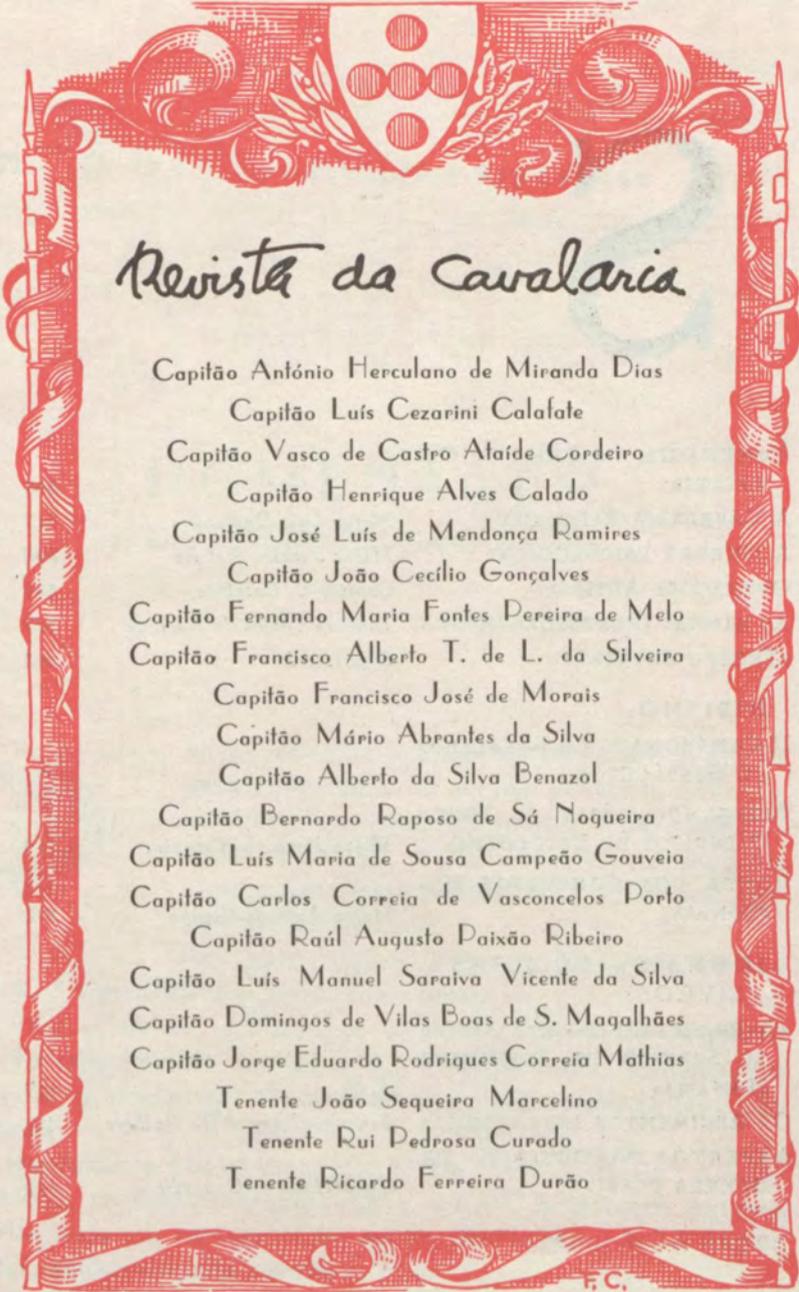
Major António Quintino da Costa

Major Jorge da Silva Oliveira Travassos Lopes

Major José da Costa Gomes

Major Jaime Filipe da Fonseca

Major José Félix Alves de Carvalho



Revista da Cavalaria

Capitão Antônio Herculano de Miranda Dias

Capitão Luís Cezarini Calafate

Capitão Vasco de Castro Ataíde Cordeiro

Capitão Henrique Alves Calado

Capitão José Luís de Mendonça Ramires

Capitão João Cecílio Gonçalves

Capitão Fernando Maria Fontes Pereira de Melo

Capitão Francisco Alberto T. de L. da Silveira

Capitão Francisco José de Moraes

Capitão Mário Abrantes da Silva

Capitão Alberto da Silva Benazol

Capitão Bernardo Raposo de Sá Noqueira

Capitão Luís Maria de Sousa Campeão Gouveia

Capitão Carlos Correia de Vasconcelos Porto

Capitão Raúl Augusto Paixão Ribeiro

Capitão Luís Manuel Saraiva Vicente da Silva

Capitão Domingos de Vilas Boas de S. Magalhães

Capitão Jorge Eduardo Rodrigues Correia Mathias

Tenente João Sequeira Marcelino

Tenente Rui Pedrosa Curado

Tenente Ricardo Ferreira Durão



SUMÁRIO

HOMENAGEM DA ARMA DE CAVALARIA		307
A CAVALARIA BLINDADA	<i>Major Luis Deslandes</i>	317
A GUERRA PSICOLÓGICA	<i>Major Pereira Rabaça</i>	335
OPERAÇÕES ANFÍBIAS	<i>Capitão C. Calafate</i>	346
AS MINHAS IMPRESSÕES DE GOA «TROFEU SALAZAR»	<i>Tenente Carlos de Azeredo</i> <i>Repórter Z</i>	355 363
HIPISMO:		
II CAMPEONATO DO CAVALEIRO DE OBSTÁCULOS		
DIVAGANDO SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS DE ESTOCOLMO	<i>Major Reymão Nogueira</i>	369
RONDA DOS CONCURSOS NACIONAIS	<i>Major António Crespo</i>	375
JORNALIS — REVISTAS — LIVROS:		
«O PROLETARIADO DAS ARMAS AO SERVIÇO DA DIGNIDADE HUMANA»	<i>A. S.</i>	417
OS REGIMENTOS INTER-ARMAS	<i>Tenente-Coronel De Galbert</i>	419
ASPECTOS PARTICULARES DA GUERRA POSSÍVEL	<i>General De la Chapelle</i>	440



Revista da Cavalaria

17.º ano - n.º 5-6

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Set. - Dez.

HOMENAGEM DA ARMA DE CAVALARIA



or ter atingido o limite de idade fixado por lei para permanecer no serviço activo do Exército, abandonou em 6 de Novembro o cargo de Director da Arma de Cavalaria e a consequente direcção da nossa Revista, o Ex.^{mo} General Abílio Pais de Ramos.

Por esse facto a Arma de Cavalaria prestou a S. Ex.^a significativa e justa homenagem.

Para o efeito, reuniram-se na Escola Prática de Cavalaria, em representação da Arma, os Ex.^{mos} Inspectores, Comandantes de todas as unidades e todos os oficiais da Escola e da Direcção da Arma.

Honraram a homenagem com a sua presença S. Ex.^a o Subsecretário de Estado do Exército e o Ex.^{mo} Brigadeiro Antunes Cabrita, este em representação do Sr. Comandante da III Região Militar, acidentalmente doente.

Festa aparentemente simples e modesta mas plena de espiritualidade. Uma formatura geral da Escola a que S. Ex.^a passou

Revista da Cavalaria

a sua última revista, um desfile em continência e uma reunião dos elementos mais representativos da Cavalaria, simbolizaram na singularidade de uma demonstração estruturalmente militar, o respeito e consideração da Arma pelo seu Chefe.

É bem expressiva a alocução que o Ex.^{mo} Brigadeiro Meira e Cruz, como porta-voz do sentir da Arma, dirigiu a S. Ex.^a, e que a *Revista da Cavalaria* em homenagem ao seu ilustre Director, transcreve na íntegra:

«Senhor General Abílio Pais de Ramos

Meu General:

Quando há poucos dias disse a V. Ex.^a da vontade da Arma, expressa através dos seus elementos mais representativos, aqui presentes, em querer manifestar numa simples festa, nesta Casa da Cavalaria, as suas homenagens ao Chefe que é V. Ex.^a e que pròximamente deixará o serviço activo, senti que a modéstia de V. Ex.^a só não era ofendida, pelo alto sentido que imediatamente quis dar a esta reunião, que a seus olhos teria o elevado e distinto significado de uma demonstração de unidade e coesão da Cavalaria.

E, assim, dispôs-se V. Ex.^a a cumprir mais uma missão, desta feita imposta pela razão e pelo sentimento dos seus subordinados e, devo acrescentar, com significativo apoio superior.

Meu General:

Quando já se percorreu um longo caminho profissional e se alcançaram os cumes de uma carreira, tenho para mim que deve ser motivo de íntima satisfação e justificado orgulho, chegar-se ao fim legal do serviço activo dessa carreira, com a consciência do dever cumprido.

Mas quando a profissão escolhida foi a nobre carreira das Armas e foi abnegada e desinteressadamente vivida, eu creio que haverá motivos para redobradas satisfações e alegrias,

Revista da Cavalaria

Aspectos da homenagem realizada na E. P. C.



A chegada de S. Ex.^a o Sr. Subsecretário de Estado do Exército



*S. Ex.^a o Sr. Subsecretário de Estado do Exército,
passando revista à Guarda de Honra*

Revista da Cavalaria

quando para mais, os ásperos pendores que levaram a esses cimos, foram trilhados exemplar, pundonorosa e heròicamente e permitem, finda a caminhada, exaurir o subtil perfume reservado aos eleitos, que, por suas mãos e guiados pela Providência, puderam e souberam servir e viver um Ideal, o Ideal mais alto da Pátria que é a Defesa da sua Integridade.

Numa época de menor materialismo do que a actual, formou V. Ex.^a o seu carácter de jovem oficial nesta nossa Casa da Cavalaria, meio de estuante entusiasmo de bem servir e de brilhante espírito de aventura, meio que tem sabido manter e continuar, através dos tempos, felizmente, as mais galhardas e nobres tradições da cavalaria, as quais constituem os seus braços de honra, Casa que tem sido orgulhoso alfofre de sucessivas gerações de distintos e esforçados oficiais, vinculados pelas mesmas honrosas tradições de que tanto nos ufanamos e que nos são tão caras.

E foi certamente com esse espírito da «Casa Mater» que V. Ex.^a se ofereceu para ir servir em África, numa época em que esse procedimento representava ainda uma corajosa aventura, e desembarcou em Lourenço Marques em Novembro de 1915 para, como subalterno, servir na Companhia Europeia de Infantaria Montada da Guarda Republicana de Lourenço Marques.

O serviço de guarnição não satisfez, porém, o coração ardente do nóvel Alferes Pais de Ramos, cavaleiro de fibra.

Consegue por isso, em Maio de 1916, ser destacado para Palma, no Niassa.

O ambiente das operações enche agora inteiramente a alma do novo Alferes, no qual encontra as primeiras oportunidades para servir a Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida. Alvorçado pelo entusiasmo entra imediatamente em operações.

Logo em Julho desse ano é louvado pela primeira vez na ordem do Sector de Namoto: «pela forma brilhante como sempre se desempenhou dos difficilimos e perigosos serviços a que as exigências da guerra obrigaram, pelo extenuante serviço de postos avançados, disciplina e desinteresse pela própria vida com que por várias vezes teve de defrontar-se com o inimigo e inexcédível coragem de que deu provas».

Este louvor conferiu a V. Ex.^a um grau da Cruz de Guerra.

Revista da Cavalaria

Aspectos da homenagem realizada na E. P. C.



S. Ex.^a o General Pais de Ramos, passando revista à formatura da Escola Prática de Cavalaria



As entidades presentes na homenagem

Revista da Cavalaria

Em Agosto, uma nova e mais brilhante acção, dá a V. Ex.^a a Cruz de Guerra de 2.^a classe com a seguinte expressiva redacção de concessão dessa medalha: «pela inteligente iniciativa com que procedeu no dia 15 de Agosto de 1916, acorrendo do posto de Namoto em socorro de um combóio de víveres que havia sido atacado pelo inimigo, comandando um pelotão de cavalaria da Guarda Republicana de Lourenço Marques, atravessando a vau o Rovuma em perseguição do inimigo que obrigou a retirar depois de renhido combate».

Mas os caprichos do destino interrompem, por motivo de doença, a valorosa acção de V. Ex.^a naquelas paragens do Rovuma, tão brilhantemente iniciada. É que nesse tempo as duras e insalubres condições das operações em África, a violência dos esforços físicos e o depauperamento causado pelo clima atingiam praticamente todos, mesmo os mais fortes.

Vencido por esse traiçoeiro inimigo — a doença, teve V. Ex.^a que se render às suas exigências e regressar por opinião médica a Lourenço Marques, onde teve de suportar estoicamente uma longa convalescença.

Em 1919 embarca V. Ex.^a para a Metrópole, após quase quatro anos de bons serviços prestados à causa da Pátria, à Nação.

Na Metrópole, distribui V. Ex.^a o seu afã diligente de oficial distinto, entre as imposições de Marte e as solicitações de Minerva, para dessa forma acentuar a generalidade da sua boa cultura.

A essa apreciável associação da pena à espada se deve a publicação da tradução «As minhas memórias da África Oriental» do célebre General alemão VON LETTOW WORBECK e em 1940 e 1943, os dicionários Técnico-Literário Português-Inglês e Inglês-Português, que bastantes serviços têm prestado às relações linguísticas entre Portugal e os países de idioma inglês.

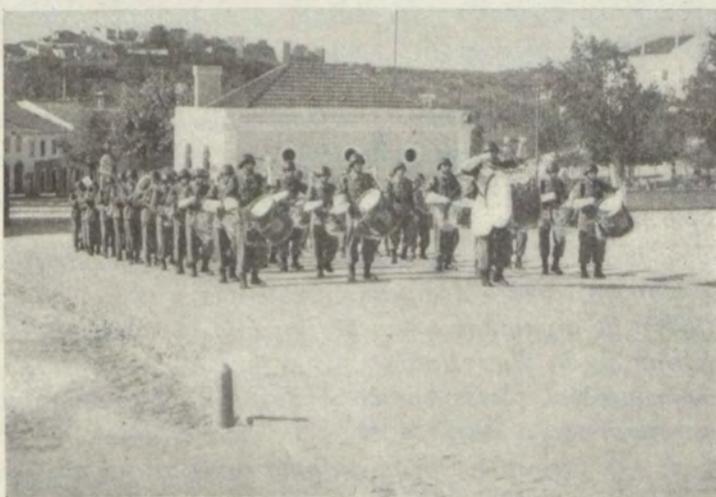
Nesse ano de 1943, o Governo da Nação conferiu a V. Ex.^a a Medalha Militar de Prata da Classe de Valor Militar com Palma Doirada, manifestação de alto apreço pelas brilhantes qualidades militares de V. Ex.^a

Desculpe, meu General, se feri a sua sensibilidade, lembrando descoloridamente aos nossos camaradas aqui presentes as principais notas da biografia militar de V. Ex.^a

Aspectos da homenagem realizada na E. P. C.



O homenageado rodeado das entidades mais representativas, antes do desfile da E. P. C.



A «charanga» da E. P. C., abrindo o desfile

Revista da Cavalaria

Tinha, porém, o dever de fazer preceder as razões actuais que determinaram esta homenagem a V. Ex.^a, com essas notas biográficas, para porventura reforçar e realçar o expoente de justiça desta sincera festa.

De facto, como esta homenagem se dirige particularmente ao Chefe e Homem amigo que é, mais do que ao subalterno heróico que foi, permito-me, sem desejar abusar da generosidade de V. Ex.^a, acrescentar mais algumas palavras necessárias.

Desde 1953 que V. Ex.^a é o Chefe da Cavalaria. Se me falha competência para falar da acção de V. Ex.^a nesse cargo, se seria inoportuno tentar fazer um perfil psicológico de V. Ex.^a nesta reunião, penso que não será descabido, sem que isso constitua traição à confiança que V. Ex.^a sempre depositou em mim, não seria descabido, dizia, desvendar alguns aspectos particulares da personalidade de V. Ex.^a, como Director da Arma.

Vi sempre em todas as decisões que conheci de V. Ex.^a afirmações de um carácter íntegro, inteiramente preocupado e dedicado aos problemas que dizem respeito ao desenvolvimento e progresso moral, técnico e material da Cavalaria.

Com as dificuldades inerentes e naturais ao seu elevado cargo, sempre encontrei V. Ex.^a, pronto a pugnar pelos legítimos e superiores interesses da Arma, tratando os assuntos com mão firme, mas com o bom humor e a educação própria das pessoas que sabem ocupar o seu lugar com segurança e com dignidade.

Dessa forma se a vida do valente subalterno tinha já conquistado o respeito dos seus subordinados, as virtudes que muito superficialmente acabo de assinalar, impôs V. Ex.^a à consideração geral da Arma.

E se me referi ao Chefe, resta muito rapidamente considerar o Homem, amigo dos seus pares e dos seus subordinados, sem quebra de dignidade e sem prejuízo do cumprimento do dever militar ou da disciplina.

A proverbial cortesia e bondade de V. Ex.^a conquistou a Arma, conquistou a amizade dos seus subordinados.

E se me perguntassem se alguma coisa vi que ao General Pais de Ramos tivesse subido à cabeça, eu responderia, afirmativamente: sim, muitas vezes, o coração!

Revista da Cavalaria

Concurso Hípico Internacional de Johannesburgo

1917



Equipa portuguesa da Província de Moçambique que tomou parte no Concurso Hípico Internacional de Johannesburgo, no «War Market», organizado no Transval a benefício dos combatentes da 1.^a Grande Guerra, no ano de 1917, em que foi vencedor o Ten. Pais de Ramos.

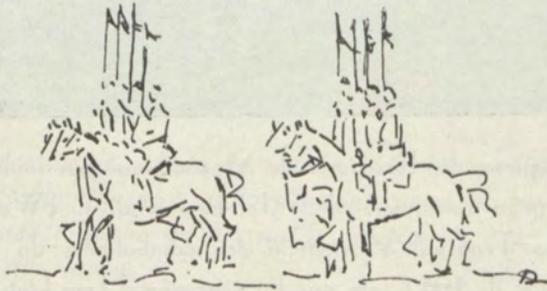
(Da esquerda para a direita: Tenente Herminio Carneiro (Picador); Capitão Vital Barbosa, Tenente Abilio Pais de Ramos e Major Perry da Câmara (Cavalaria); Capitão Pinto da Silva (Artilharia); Tenente Alberto Faria de Moraes e Capitão Manuel Simões Vas (Cavalaria); Tenente Ismael Mário Jorge (Infantaria); Tenente Castro e Silva (Cavalaria).

Revista da Cavalaria

Posso dizer a V. Ex.^a, meu General, que nessas três razões — respeito pelo valente combatente do Niassa, consideração e estima por V. Ex.^a, Chefe actual da Cavalaria — devemos procurar os fundamentos principais desta singular homenagem dos seus subordinados e amigos, da Arma que V. Ex.^a é ilustre Director».

*

Para além da homenagem da Arma, a *Revista da Cavalaria* apresenta ao seu ilustre Director o preito do seu particular reconhecimento pela forma eficiente como S. Ex.^a assegurou a continuidade da sua publicação, durante o período em que presidiu aos seus destinos.





A CAVALARIA BLINDADA

pelo Major LUÍS DESLANDES

Houve tempo em que a Arma Blindada foi a panaceia dos campos de batalha. Veio a seguir a época em que qualquer espingarda de calibre ridículo foi considerada capaz de deter um ataque de carros. E afinal ela foi sempre, menos que a panaceia que muitos consideraram, mas muito mais do que a arma frágil e vulnerável em que a grande maioria, a certa altura, quis fazer crer. Suponho que um chefe de blindados russo, o marechal Rotkossovsky, pôs as coisas nos seus devidos lugares quando disse que «a Arma Blindada tem duas espécies de inimigos: os que ignoram as suas possibilidades e os que as exageram». São, na verdade, estes os inimigos da Arma Blindada e a sua acção é tanto mais perigosa quanto é certo que dela pode resultar a criação de uma mentalidade altamente prejudicial não só para ela própria como para o emprego do conjunto.

Estudar uma Arma é, antes de mais nada, tomar conhecimento dos seus meios de acção porque é através deste conhecimento que se poderão compreender as suas possibilidades e servidões e, de uma maneira geral, as suas condições normais de emprego.

Entre os variados meios de acção da Arma Blindada encontramos nós o carro de combate que constitui o elemento base em redor do qual gravitam, subordinando-se às suas exigências, todos os outros elementos cuja função essencial consiste em facilitar, proteger e apoiar a sua acção no campo de batalha. Porque o carro de combate é na verdade o elemento base da Arma Blindada, parece que será de boa prudência estudá-lo, analisar as suas características. Se o fizermos, chegaremos facilmente às características da Arma que o utiliza e conhecidas as características desta, fácil nos será concluir, com grandes probabilidades de

Revista da Cavalaria

acerto, sobre as suas missões normais no quadro das operações de campanha, seja qual for o escalão que desejemos considerar.

Diz-se no «Curso da Arma Blindada» de Saumur, a Escola de Cavalaria de maior tradição no mundo, que «o carro de combate é um engenho blindado todo — o — terreno, apto para o combate no primeiro escalão contra as viaturas de combate e os soldados de infantaria inimigos».

Encerra esta definição, em si mesma, as características a que tem de satisfazer o carro de combate.

Analisemo-la com algum detalhe.

Diz-nos ela em primeiro lugar que o carro é um engenho Blindado todo — o — terreno. Isto significa que ele tem de dispor de meios que lhe permitam sair das vias de comunicação sempre que as circunstâncias o exijam e que esses meios têm de lhe permitir uma deslocação rápida bastante para que as armas inimigas o não destruam ou neutralizem antes que a sua acção se possa concretizar.

Aparecem-nos, portanto, as duas primeiras características específicas do carro de combate — a *rapidez* e a *mobilidade*, considerada esta como a faculdade de deslocação em todos os terrenos de natureza compatível, evidentemente, com as suas possibilidades mecânicas.

Vêm depois a obrigatoriedade para o carro de ser apto para o combate no primeiro escalão. Esta permissão significa que ele tem de pisar os terrenos mais densamente batidos pelos tiros inimigos, onde todas as armas concentram os seus fogos.

Mais do que isso, que ele constitui como que o chamariz sobre que se abatem, numa justificada ânsia de destruição, as trajectórias de todos os projecteis à disposição do inimigo. É, pois, necessário, que uma *Blindagem*, completamente fechada, proteja a guarnição, permitindo-lhe a liberdade de movimentos necessários para a utilização do armamento, a condução da viatura, o manejo dos postos de rádio para ligação com os outros carros e as tropas de apoio e protecção.

Implica também o combate em primeiro escalão, que o carro disponha de um armamento que lhe permita o tiro em todos os azimutes por forma a estar apto a responder quase instantaneamente aos ataques vindos de qualquer direcção.

O carro de combate, ainda segundo a definição que analisamos, tem de ser capaz de combater as viaturas de combate inimigas. Isto obriga-o a dispor de um armamento principal, muito potente, que, em tiro perforante, seja susceptível de destruir essas viaturas, mesmo que elas apresentem blindagens de espessura considerável. Exige-lhe também

Revista da Cavalaria

que a sua própria blindagem garanta uma protecção contra os tiros das armas inimigas compatível com a sua tonelagem, por um lado; e que, por outro lado, a sua silhueta seja tão baixa quanto possível para oferecer o menor alvo.

Este combate não se limita às viaturas blindadas inimigas e o carro tem também de estar apto a combater a infantaria adversária. Necessita, portanto, de armas de grande velocidade de tiro para este efeito. De facto, cada carro dispõe de um certo número de metralhadoras que se destinam ao tiro contra a infantaria inimiga.

Todo este armamento dá ao carro de combate a característica de uma *grande potência de fogo*. Conforme nos referimos atrás, o carro tem necessidade de utilizar um sistema de transmissões perfeito.

Ora, nas suas ligações em combate nós podemos considerar necessidades de três ordens. Em primeiro lugar a guarnição de, geralmente, cinco homens, tem um chefe de carro a quem está cometida a responsabilidade da manobra da viatura.

É portanto indispensável que este homem possua os meios de comunicar as suas ordens aos subordinados. Esta é a primeira ordem de necessidades de ligação que no carro é satisfeita por um sistema telefónico de intercomunicação.

Mas o carro não combate isolado, pelo contrário, os carros actuam, no mínimo, por pelotões ou, em condições excepcionais de terreno muito coberto, por secções. Estes conjuntos têm de ser devidamente comandados e para isso há necessidade de existirem dentro de cada carro os meios indispensáveis à materialização desta ligação. Esta constitui a segunda ordem de necessidades, satisfeita pelo equipamento dos carros compostos de rádio.

Salvo condições muito excepcionais, os carros têm necessidade de protecção por parte de atiradores cuja missão consiste na destruição ou neutralização das armas anticarro ou dos infantes inimigos encarregados da luta próxima contra eles. Inversamente, a infantaria que recebe apoio dos carros tem necessidade de comunicar com as guarnições, durante o combate, para indicação de objectivos, coordenação das acções, etc.

Aparece assim uma terceira ordem de necessidades de ligação. Para a sua satisfação os carros encontram-se equipados com um posto de rádio para serviço exclusivo da ligação com a infantaria com quem cooperam. Existe ainda um telefone colocado na parte exterior do carro, dentro de uma caixa blindada, por meio do qual os atiradores podem comunicar com a guarnição sempre que necessário.

Revista da Cavalaria

É, como se vê, uma outra característica dos carros, esta da *excelência e profusão dos meios de transmissão* de que dispõem.

Resumindo tudo quanto foi dito até aqui, teremos, portanto, que as características essenciais dos carros de combate podem ser enunciadas como segue:

- 1 — grande mobilidade;
- 2 — protecção dada pela blindagem;
- 3 — grande potência de fogo;
- 4 — meios de transmissão excelentes.

Mas estas são, por assim dizer, as características favoráveis dos carros, isto é, as que entram como factores positivos na apreciação das suas possibilidades.

Existem, contudo, circunstâncias cuja influência naquelas características é de índole fortemente restrictiva no que respeita ao emprego dos carros. Não podia, aliás, deixar de ser. Criação do génio humano, os carros não estão isentos de imperfeição que influenciam, por vezes, de maneira decisiva as condições da sua utilização. No combate, a guarnição encerrada na viatura, tem sempre uma visão imperfeita daquilo que se passa no exterior daí resultando que a defesa imediata levada a efeito pelo próprio pessoal do carro é sempre de eficiência muito precária. Além disto, a multiplicação e o aumento de eficácia das pequenas armas anticarro do tipo «bazooka» no campo de batalha, coloca o carro na situação desconcertante de ter de pedir ao infante a protecção imediata que ele, por sua vez lhe retribui com a destruição impiedosa de todas as armas que impedem ou molestam a sua manobra. Esta protecção tem de verificar-se em todas as circunstâncias e se, quando se trate de infantaria blindada o ritmo peculiar das operações dos carros não sofre redução de maior, é evidente que quando a protecção lhes é dada por infantaria normal, este ritmo sofre um abaixamento muito considerável, traduzindo uma forte influência depreciativa nos factores *rapidez e mobilidade*. Por outro lado, os carros são muito vulneráveis aos ataques aéreos e constituem sempre um alvo de primeira urgência para a aviação inimiga; daqui resulta que o seu emprego tem de ser, na medida do possível, garantido pelas Forças Aéreas amigas.

O carro está, pois, na dependência das outras armas e das forças aéreas no que respeita ao seu emprego devidamente protegido e apoiado.

Os meios de combate do carro estão fortemente concentrados e servidos apenas por uma guarnição que é, no máximo, constituída por cinco homens.

Revista da Cavalaria

Esta circunstância combinada com a cegueira relativa do carro e acrescida pela obrigação actual de uma defesa em todas as direcções, exige que nas acções defensivas as viaturas se concentrem. Daqui resulta que a ocupação do terreno leva à necessidade de uma concentração de viaturas em tal número que a torna praticamente impossível aos carros. Quer, portanto, isto dizer, que o *carro não pode só por si ocupar o terreno*. Aliás, esta é uma possibilidade da infantaria para a qual esta arma é particularmente apta, dada a faculdade de harmoniosamente adaptar as suas trajectórias ao terreno, de tal modo a isso se prestam o seu armamento e a sua organização.

O combate de noite é difícil aos carros, embora não impossível. Durante a noite os carros têm dificuldade de se deslocar em todo — o — terreno e é fora das vias de comunicação que eles combatem. Daí resulta uma nova servidão do carro de combate: a dificuldade que experimenta no combate de noite.

Os progressos da técnica, no que respeita ao equipamento infra-vermelho, de radar, etc., têm reduzido muito esta servidão e é provável que em operações futuras o problema esteja completamente resolvido. Presentemente, *o carro tem dificuldade em combater de noite*.

O terreno e as circunstâncias atmosféricas exercem uma influência decisiva sobre o emprego dos carros. As regiões cobertas ou pantanosas, as grandes aglomerações, as zonas montanhosas, as linhas de água de certa envergadura, etc., são outros tantos factores quase impeditivos da acção dos carros. Por outro lado, os nevoeiros, as neves, as geadas, etc., também influem de maneira importante nas possibilidades de emprego dos carros.

Como é evidente, a técnica tem procurado atenuar e eliminar a sensibilidade dos engenhos a estes factores mas os resultados, embora apreciáveis, não foram ainda de molde a torná-los desprezíveis na preparação das operações com carros. *Constituem, pois, servidões para os carros o terreno e as condições atmosféricas*.

Temos de considerar por fim um certo número de servidões técnicas que em muito contribuem para uma boa utilização dos carros e das quais, para não alongar demasiadamente este trabalho, mencionaremos apenas uma que, afinal, é sem dúvida a mais importante de todas — a manutenção do material. Esta manutenção tem de ser cuidadosa e regular e tanto mais cuidadosa e regular quanto mais o carro trabalha. Daqui resulta que o chefe que dirige operações da Arma Blindada terá que ter em conta esta exigência, devendo reservar ao seu pessoal, portanto, o tempo necessário para proceder aos trabalhos de manutenção do

Revista da Cavalaria

material sem os quais este deixará de poder ser empregado dentro de muito curto lapso de tempo. As necessidades de manutenção constituem, pois, uma importante circunstância a considerar no campo das servidões técnicas. Aquelas juntaremos as necessidades de reabastecimento e remuniciamento e concluiremos por considerar o seu conjunto como grupo das *servidões técnicas que influem de forma importante no emprego dos carros*.

Resumindo, portanto, o que ficou dito, teremos como principais circunstâncias a considerar como susceptíveis de restringir o emprego dos carros por corresponderem a servidões a que os mesmos estão sujeitos, as seguintes:

- 1 — o carro necessita da protecção das outras armas e das Forças Aéreas;
- 2 — o carro não pode, por si só, ocupar o terreno;
- 3 — o carro tem dificuldade em combater de noite;
- 4 — o carro é muito sensível às condições do terreno e circunstâncias atmosféricas;
- 5 — o carro exige grandes cuidados de manutenção e reabastecimento.

É da análise comparativa das características e servidões apontadas que resultará uma apreciação do carro como engenho de combate e uma avaliação das suas possibilidades. Dispensamo-nos de fazer esta análise e propomo-nos, passar em revista, embora muito sucintamente, os vários tipos de carros, para em seguida entrar pròpriamente na organização geral e emprego da Cavalaria Blindada.

*

Durante muito tempo os carros foram classificados em função do seu peso e desta maneira às designações de carros ligeiros, médios e pesados, correspondiam determinadas gamas de tonelagens entre cujos limites se situavam as várias categorias. Como é evidente, ressalta porém da definição de carro de combate, expressa no início deste trabalho, que os carros qualquer que seja a categoria em que os inscrevamos, conservam sempre as funções e as possibilidades em que aquela definição os inscreve. Daqui resulta que as três designações correspondendo, em-

Revista da Cavalaria

bora, a três grupos de toneladas diferentes, não correspondem na realidade a três funções específicas distintas. É verdade que se procurou atribuir aos carros ligeiros uma função exclusiva de reconhecimento, aos médios uma função de choque e aos pesados uma função de acompanhamento da infantaria e de destruição dos carros inimigos. Mas verificou-se que os primeiros, mesmo no reconhecimento, tinham de combater como os seus congêneres de maior tonelagem, que os segundos serviam para acompanhar a infantaria e destruir os adversários e que os carros pesados têm, de maneira geral, a função dos médios. Aliás, a classificação por toneladas era puramente arbitrária, como não podia deixar de ser, visto não obedecer a um factor determinativo definido e rígido. Assentou-se então — servimo-nos do Exército Americano para modelo — que os carros de combate deviam ser classificados pelo calibre do canhão com que estão armados.

E assim nos aparecem os carros com canhão de 90 mm M47, os carros com canhão de 76 mm M41, etc., designações que nos parecem mais lógicas que as anteriormente usadas visto que dão uma melhor ideia das possibilidades respectivas e, como tal, da sua função específica nas operações. Existe, portanto, uma categoria de carros cujo canhão tem um calibre entre os 75 e os 76 mm e a que corresponde uma tonelagem resultante do compromisso entre o peso do armamento e munições a transportar, o peso da blindagem necessária e dos órgãos de propulsão capazes de o fazer mover às velocidades elevadas que lhes são exigidas. Estes carros destinam-se a equipar as unidades de cavalaria Ligeira Blindada ou de Reconhecimento, cuja característica essencial é rapidez e a mobilidade em prejuízo da potência do fogo que, em todo caso, não é de forma alguma desprezível.

Vêm depois os carros armados com canhões cujos calibres orçam pelos 90 mm. De toneladas que se aproximam das 50 toneladas, estes monstros destinam-se à destruição das armas inimigas que permitirá a progressão da infantaria, progressão que de outra forma seria impossível. O poder perfurante das granadas lançadas pelo seu canhão, torna-os aptos à luta contra os carros inimigos. São os carros de combate por excelência. Desempenham todas as missões de combate e estão aptos, embora para o efeito sejam dispendiosos, a levar por diante o desempenho de missões especificamente atribuídas aos carros das outras categorias.

Temos, finalmente, os carros armados com canhões de calibre da ordem dos 120 mm, cuja tonelagem excede normalmente as 50 toneladas. A sua missão específica consiste na destruição dos carros inimigos.

Revista da Cavalaria

A tonelagem excessiva provoca nestas viaturas uma carência de mobilidade que acrescida à grandeza da silhueta as tornam presa fácil das trajectórias inimigas. Talvez seja esta a razão por que se hesita ainda na sua construção em série no Exército Americano e a sua presença se faz notar unicamente, ao que sabemos, nos respectivos quadros orgânicos.

Do exposto conclui-se, pois, que existem três tipos de carros de combate normais: chamemos-lhe assim, que esses três tipos são caracterizados essencialmente pelo calibre do canhão que os arma, e que a classificação em ligeiros, médios e pesados já não define uma diferenciação lógica entre os vários tipos.

Mas outros tipos de carros teremos de considerar se quisermos fazer um relato sucinto mas, quanto possível, completo acerca dos carros de combate.

Falta-nos, com efeito, tratar dos carros equipados para operações especiais que, nem por isso, deixam de ser carros de combate.

Assim, aparece-nos um carro que em substituição do canhão dispõe de um lança-chamas e se destina à redução das resistências abrigadas por detrás de paredes blindadas não susceptíveis de destruição pelo fogo das outras armas. A principal fraqueza desta viatura consiste na pequena porção de líquido inflamável que pode transportar e que obriga ao seu emprego muito parcimonioso.

Outro tipo de carro equipado com lança-chamas nos aparece. Trata-se de um lança-chamas auxiliar, colocado na proa do carro em substituição da metralhadora, normalmente ali existente. Como é evidente, este tipo de lança-chamas tem um alcance muito menor que o anterior e a porção de líquido transportado é, também, muito mais reduzida.

Temos depois o carro «dozer». O carro «dozer» é um carro de tipo normal a que foi adaptada uma lâmina dozer cujo manejo é comandado do interior do carro por meio de sistema hidráulico. Trata-se do engenho extremamente útil na preparação ou reparação de passagens obrigatórias para os carros, normalização de margens de linha de água, remoção de obstáculos, etc. etc. Normalmente existem duas lâminas dozer em cada esquadrão de carros, para colocação em dois carros preparados para o efeito.

Outro tipo de carro é aquele que resulta da transformação do carro de combate normal em que sobre o teto é colocada uma bateria de lança-foguetes que podem ser disparados eléctricamente de dentro da viatura o que permite colocar um grande volume de fogo numa zona, num lapso de tempo extremamente curto, sem preocupações de escolta de posições desafiadas.

Revista da Cavalaria

Temos também o carro equipado com projectores para o combate de noite. Destinam-se os projectores à iluminação dos alvos os quais são depois batidos em tiro directo. Estes carros, empregues tanto em operações ofensivas como defensivas, contam no seu activo um largo successo durante a campanha da Coreia. Trata-se, ao que parece, de um sistema de largo emprego no futuro, dado que cada vez mais se verifica a necessidade de combater de noite.

O carro explosor de minas é um tipo de carro com equipamento especial que se reveste da maior utilidade nas operações actuais. Equipado com umas grossas e pesadas correntes a que o motor do carro imprime movimento de rotação e faz bater fortemente o chão à medida que progride, vai por efeito deste malhar constante, fazendo explodir as minas que de outra maneira iriam inutilizar as lagartas dos outros carros que seguem na sua esteira. Enunciaremos, finalmente, os carros anfíbios cujo nome nos dispensa de mais explicações. O que foi a acção destes carros em todas as inúmeras operações deste tipo realizadas na II Grande Guerra e, em especial, na Campanha do Pacífico é um assunto sobejamente conhecido. Pela natureza especial da sua construção, os carros anfíbios têm uma vida muito menos longa do que os carros normais. Esta circunstância obriga o Comando nas operações de desembarque a fazê-los substituir pelos seus congéneres normais logo que para tal se apresente a primeira ocasião. Terminamos desta forma a primeira parte deste trabalho. Com ela desejariamos, em especial, que ficassem presentes no vosso espírito as características essenciais do carro de combate para com mais facilidade e maior à-vontade podermos discorrer sobre as características da Cavalaria Blindada, características que, como já foi dito, são um somatório das qualidades e defeitos do meio de acção que ela utiliza.

*

Como está organizada esta Arma?

Esta é naturalmente uma pergunta a que tem de ser dada resposta antes de se entrar na análise das suas propriedades.

Vejam, portanto, de maneira muito geral, qual a organização da Cavalaria Blindada.

A Cavalaria Blindada é constituída por duas espécies de unidades — as unidades de carros e as unidades de reconhecimento.

Tratemos em primeiro lugar das unidades de carros.

Revista da Cavalaria

Estas unidades estão organizadas em pelotões, esquadrões e grupos de esquadrões, sendo os pelotões constituídos por cinco carros, ou esquadrões por três ou quatro pelotões e os grupos por três ou quatro esquadrões.

Quer dizer que existem esquadrões de dezassete carros e esquadrões de vinte e dois carros, se considerarmos a existência indispensável de um comando de esquadrão com dois carros de combate, mas que os grupos de esquadrões andam todos pelos 66 e 68 carros, quer sejam constituídos a 3 quer a 4 esquadrões. Como é evidente, estes números não foram arranjados por acaso nem apareceram em consequência das disponibilidades de material. Não teremos grandes probabilidades de errar se considerarmos os 60 a 70 carros a quantidade limite destes engenhos que a prática demonstrou ser, aquela que permite uma coordenação e controle aceitáveis no desenrolar de qualquer operação blindada, por definição, sempre rápida, veloz e muito fluída.

Os grupos de esquadrões são, como se disse, porém, constituídos a 3 ou 4 esquadrões variando nestes, um número de pelotões que os constituem. Também esta orgânica tem a sua razão de ser e não é produto do acaso. Normalmente os grupos de esquadrões organizados a 4 esquadrões são aqueles que entram na constituição das grandes unidades Blindadas.

Efectivamente, se considerarmos as condições particulares do combate destas unidades verificaremos a necessidade da articulação dos seus elementos constituídos em pequenos núcleos que possam usar de toda a iniciativa e liberdade de manobra para fazerem face ao imprevisto e às quebras de ligação que a fluidez das situações por vezes originam. Desta necessidade resultou o tipo quaternário de organização que se observa na constituição das divisões blindadas pelo que respeita às unidades do escalão batalhão tanto de carros de combate como de atiradores blindados.

Nos grupos de carros que equipam as divisões de infantaria já esta organização se não verifica porque também aquelas necessidades não subsistem. Como é evidente, a Arma base da Divisão de Infantaria é a Infantaria. Todas as outras armas, incluindo a Arma Blindada, têm de se subordinar às suas necessidades e servidões visto que é para lhe facilitar a acção que elas ali existem. Ora o combate de Infantaria não tem de maneira nenhuma as características de fluidez e velocidade que, como atrás se disse, constitui a feição peculiar do combate blindado. Daí não se verificarem as permissas que conduziram à organização quaternária estudada anteriormente. Por outro lado, a simbiose carros — in-

Revista da Cavalaria

fantaria é feita geralmente com o doseamento de um esquadrão de carros para um batalhão de infantaria ou mais pròpriamente um pelotão de carros para cada companhia de atiradores. Admitindo que este doseamento se verifica ùnicamente, como é de boa regra, nos batalhões das unidades em 1.º escalão e considerando também a articulação normal da Divisão de Infantaria, por muito que pese aos diletantes da tática, com ùnicamente dois Regimentos constituindo este 1.º escalão, temos que os 6 esquadrões de que a Divisão dispõe são em número suficiente para permitirem a repartição dos carros acima indicada, ficando ainda carros de combate à disposição do R. I. em 2.º escalão. Apressamo-nos, evidentemente, a chamar a atenção para o facto da repartição de carros atrás indicada, ter sido encarada num ponto de vista puramente teórico e com o fim exclusivo de fazer realçar as diferenças de orgânicas verificadas nas unidades de carros de combate. Na realidade a repartição dos carros — empregamos este termo por analogia com o utilizado para a artilharia — obedece a permissas muito variáveis, mas não são estes nem o momento nem o local para as discutir.

E assim temos vista, muito sumàriamente embora, a organização da Cavalaria Blindada no que respeita às unidades de carros. Vejamos agora as unidades de reconhecimento.

Tal como as suas congéneres de carros de combate, as unidades de reconhecimento estão também organizadas em pelotões, esquadrões e grupos de esquadrões. O escalão regimento que nalguns exércitos é equivalente, mais ou menos, ao grupo de esquadrões de outros exércitos, constitui noutros ainda uma unidade que resulta da reunião de vários grupos (normalmente, 3) e que se destina a actuar no quadro do Corpo de Exército ou Exército. No estudo da organização das unidades de reconhecimento temos a considerar, em especial, a organização do pelotão que é diferente de país para país e corresponde a concepções de orgânica totalmente distintas. Supomos interessante gastar uns escassos minutos com este assunto.

As unidades de reconhecimento desempenham normalmente missões cuja efectivação exige uma grande dispersão de meios dadas as grandes frentes em que actuam. Além disto, o seu trabalho é, também normalmente, executado sobre as vias de comunicação dado que é sobre estas e nas suas proximidades que elas encontrarão os elementos avançados do inimigo que procuram. Nestas condições as unidades de reconhecimento necessitam de ter os seus meios articulados de maneira que sobre cada itinerário actue um «team» completo capaz de levar a cabo a tarefa de reconhecimento que lhe é exigida em caso de encontro com o inimigo.

Revista da Cavalaria

Sucedem, porém, que em certos exércitos esta articulação é feita no momento em que a missão é distribuída, enquanto que em outros exércitos os meios vêm já articulados desta forma desde o tempo de paz. Este é o caso americano que nós seguimos; o anterior é o caso francês e inglês, por exemplo.

Parece que a organização de tipo americano é mais lógica visto que, mantendo as unidades organizadas desde o tempo de paz consegue, pelo menos teoricamente, entrar em operações com elas perfeitamente instruídas e treinadas. Ainda que assim não fosse, era dela que trataríamos visto ser a que adoptamos no nosso Exército. Vejamos, pois, como é constituído o pelotão de reconhecimento. Este é uma reunião de secções heterogêneas, cada uma das quais com a sua missão particular no conjunto, capaz de executar uma curta acção de combate. Possui uma secção de exploração que, montada em «jeeps», executa a pesquisa do inimigo. Tem depois as secções de carro de combate e de atiradores. Estas duas secções constituem o elemento de manobra do pelotão, através do qual o seu comandante executa o trabalho de definição e, se possível, de redução das resistências inimigas que a missão lhe impõe. Temos, finalmente, a secção de apoio que armada com um morteiro tem a seu cargo o apoio de fogos da acção desenvolvida pelos membros de manobra do pelotão. Trata-se, portanto, como se vê, de um conjunto a que nada falta para levar por diante uma acção ligeira de combate.

Uma reunião de 3 destes pelotões sob ordens de um capitão dispondo dos necessários órgãos de comando, reabastecimento, manutenção e evacuação, constitui um esquadrão de reconhecimento, unidade que é para a Divisão de Infantaria o elemento de reconhecimento, por excelência.

Já vimos que a reunião de alguns esquadrões, 3 ou 4, reforçada ou não com carros de combate, constitui aquilo que se chama um grupo de reconhecimento e que estes grupos reunidos sob um comando podem constituir um Regimento de Reconhecimento ou de Cavalaria Ligeira Blindada.

Compete-nos aqui chamar a atenção, em breve referência embora, para o Regimento de Reconhecimento nacional e para a sua organização sumária. Este Regimento é constituído por 2 grupos de Reconhecimento e um grupo de carros de combate, todos a 3 esquadrões. Esta orgânica obedece a necessidades de aproveitamento de material e de organização de tempo de paz que não vem para o caso discutir, mas não torna o Regimento tão diferente dos outros como poderia parecer à primeira vista, dado que os seus 3 comandos de grupo permitem uma articulação

Revista da Cavalaria

em agrupamentos reconhecimento — carros que corresponde à organização dos grupos de reconhecimento americanos, embora com menos 1 esquadrão. Terminamos assim esta muito rápida descrição da orgânica da Cavalaria Blindada.

E tendo estudado os meios de acção e a organização da arma é altura de entrarmos na enumeração e apreciação das suas propriedades tácticas e condições de emprego. É isto que vamos fazer em seguida.

*

Vimos como os carros de combate possuem a faculdade de se deslocarem rapidamente em estrada e de poderem, dentro dos limites permitidos pelo desenvolvimento da técnica, mover-se em todos os terrenos. A cavalaria é, portanto, a *Arma da mobilidade* que, possuindo a faculdade de garantir a sua própria segurança sem necessitar da ajuda de qualquer das suas congéneres, está em todos os momentos em condições de satisfazer rápida e eficazmente as necessidades do Comando. A Cavalaria é, pois, também a *Arma da velocidade*.

Combinadas as qualidades de mobilidade e velocidade dos seus meios com a riqueza das transmissões com que os mesmos meios estão adoptados, a Cavalaria está apta a manobras em todos os terrenos, combinando acções de frente com acções de flancos, dispersando o seu dispositivo ao longo de frentes desmesuradamente grandes para reconhecer o inimigo e, em seguida, concentrar todos os seus meios no ponto julgado fraco para bruscamente atacar, voltando, depois, novamente à dispersão necessária ao cumprimento da missão ou em caso de insucesso, evitar a destruição furtando-se ao combate mesmo depois de fortemente nele empenhada. Esta faculdade, que mais nenhuma arma possui, de mudar rapidamente de dispositivo e de poder actuar no local e no momento que o comando decidiu, constitui uma das suas características essenciais e torna a Cavalaria a *Arma da elasticidade*.

Também vimos que uma das características fundamentais do carro é a grande potência de fogo. A Cavalaria tem a faculdade de concentrar toda a potência de fogo dos seus carros, caracterizada pela rapidez e precisão dos tiros, em qualquer ponto da zona de combate. Ela é portanto, isolada, reforçada ou em reforço das outras armas, capaz de dominar o adversário, penetrando profundamente no seu dispositivo ou obrigando-o a deslocá-lo.

A Cavalaria é, assim, a *Arma da potência*.

Revista da Cavalaria

A manobra é a resultante dos factores velocidade, elasticidade e potência, isto é, a manobra para resultar tem de ser montada tendo em vista a exploração a fundo destas três permissas. Podemos então dizer que a Cavalaria é a *Arma de manobra*.

Ainda utilizando a fundo os factores velocidade, elasticidade e potência, a Cavalaria pode, como já vimos, concentrar rapidamente os seus meios numa zona em que a sua aparição seja inesperada ou, em escala mais reduzida, ela é susceptível de modificar bruscamente a sua direcção de esforço, cobrindo instantâneamente com os seus fogos um ponto da zona de combate. Estas possibilidades fazem com que a Cavalaria seja considerada a *Arma da surpresa*, surpresa que, como vemos, pode ser estratégica ou tática. Mas a empalidecer o brilho e a exuberância das suas propriedades táticas, existem servidões que têm de ser ponderadas com o cuidado por aqueles que tiverem de actuar com unidades da Cavalaria Blindada.

Já vimos, quando tratamos do carro de combate, as consequências resultantes do aperfeiçoamento da técnica da luta anticarro. Este aperfeiçoamento exige contra-medidas da parte da Cavalaria, das quais a mais importante consiste na obrigação de se deslocar juntamente com elementos encarregados especialmente da sua protecção.

Também já vimos que o carro é muito vulnerável aos ataques da aviação, daqui resultando que as unidades carecem da protecção das Forças Aéreas amigas.

Pode considerar-se, pois, uma servidão da Cavalaria Blindada a *indispensabilidade da protecção das outras armas e das Forças Aéreas*.

Existem também um certo número de servidões de ordem técnica que têm de ser consideradas, dada a influência decisiva que podem ter no desenrolar das operações. Temos em primeiro lugar a necessidade de um perfeito funcionamento das transmissões sem o qual as unidades não podem ver coordenados os seus esforços. Vêm depois as necessidades de manutenção de que já falámos. Temos também a pequenez das dotações de munições e a rapidez dos consumos de combustível. Para que a Cavalaria esteja em condições de cumprir as missões que lhe são atribuídas, com sucesso, foi necessário dotá-la com materiais muito aperfeiçoados mas, por isso mesmo, muito delicados. Só cuidando destes materiais com uma atenção especial, procurando economizar os seus esforços com inteligência e fazendo uma oportuna previsão para as operações de reabastecimento, poderá um Comando conservar intacto o potencial de combate de Cavalaria. Nisto se cifram as *servidões técnicas e as exigências do material*. Uma arma que utiliza materiais complexos como os

Revista da Cavalaria

carros de combate, não se pode improvisar. Com efeito, os carros são difíceis de construir, difíceis de manter e difíceis de utilizar conscienciosamente. Isto pressupõe três condições fundamentais a respeitar: a criação de um importante quadro de mecânicos especializados tanto para motores, como para armamento e aparelhos de controle do tiro, como ainda para o equipamento rádio; uma instrução intensiva das guarnições, incompatível com a organização miliciana; uma preparação dos quadros que a par do conhecimento detalhado do material crie no pessoal uma aptidão manobrador e um espírito de iniciativa fortemente enraizados. Tudo isto nos leva a considerar que a *Cavalaria é uma Arma que se não improvisa*.

E parece que assim se consubstanciam as características e as servidões da Cavalaria Blindada: mobilidade, velocidade, elasticidade, potência, manobra e surpresa, influenciadas depreciativamente pela necessidade do apoio das outras armas e da aviação, pelas servidões técnicas e exigências do material e pela impossibilidade da sua improvisação.

Parece, portanto, que estamos agora aptos a entrar na última parte deste trabalho, a qual constará da enumeração muito sucinta das missões que normalmente lhe podem ser atribuídas.

Já se disse que entre as tropas blindadas, a Cavalaria constitui a arma base, aquela para quem todos trabalham, aquela a cujas necessidades todas se subordinam, por ser exactamente a arma que tem a seu cargo a parte preponderante no combate e na batalha. Constituinte da ossatura das grandes unidades blindadas, a Cavalaria impõe às operações blindadas um ritmo particular e determina a elasticidade e a potência da manobra. O papel das outras armas consistindo tão somente em fornecer-lhe o apoio indispensável, especialmente nos terrenos difíceis, permite-lhe tirar o máximo rendimento dos seus meios de acção. Desta maneira são as possibilidades da Cavalaria Blindada que condicionam o emprego das tropas Blindadas.

No quadro geral das operações aeroterrestres a Cavalaria Blindada, tal como a sua antepassada, a Cavalaria a cavalo, cumpre três espécies de deveres definidos pelos três verbos que a acompanham desde a sua criação: informar, cobrir e combater. Estas três acções leva-as ela a efeito tanto no seio das Grandes Unidades Blindadas, em que ela própria conduz a acção do princípio ao fim, como no meio das outras Grandes Unidades Terrestres a quem ela reforça a potência, acelera o ritmo e aumenta o raio de acção. Além disto pertence-lhe em todas as circunstâncias exercer uma acção de domínio sobre as forças blindadas adversárias com o concurso de todas as armas e, em especial, das Forças Aéreas.

Revista da Cavalaria

Em qualquer operação, o Comando tendo em vista a garantia da sua liberdade de acção bem como a protecção terrestre do grosso das forças, pode pedir à Cavalaria Blindada, em qualquer momento, para pesquisar a informação e para cobrir o seu dispositivo em marcha ou estacionado. Como é evidente, esta pesquisa terá de ser estreitamente coordenada com a das Forças Aéreas que a orientam, esclarecem e auxiliam.

A execução da missão geral de cobertura impõe acções que podem revestir formas diversas, tais como:

- o ataque e a destruição de destacamentos inimigos (lançados em pára-quedas ou blindados), em especial, aqueles que actuem sobre os flancos ou nas retaguardas do dispositivo;
- a ocupação rápida de pontos importantes para a condução de operações ulteriores;
- acções retardadoras, acompanhadas sempre que possível, por frequentes contra-ataques bruscamente desencadeados, procurando ganhar tempo indispensável ao Comando para retomar a ofensiva.

Durante a batalha o Comando pode, mais particularmente atribuir à Cavalaria Blindada a missão de:

- *romper* o dispositivo inimigo, em cooperação com as outras armas;
- alargar uma brecha executada pela infantaria e *explorar o sucesso*;
- executar uma *manobra de ala* sobre as retaguardas inimigas;
- cooperar com elementos de guerrilha, pára-quedistas ou tropas aerotransportadas, em operações de carácter especial.

Em todas estas missões, para que seja obtido o máximo rendimento, a Cavalaria tem de receber, qualquer que seja o escalão considerado, do Comando que a empregá, a indicação precisa do fim a atingir, necessitando de manter, mais do que qualquer outra arma, uma total iniciativa quanto à forma de atingir esse fim, isto é, quanto às modalidades de execução. É, por outras palavras, aquilo que os americanos significam quando dizem que a Cavalaria tem necessidade de receber exclusivamente «ordens tipo missão».

Revista da Cavalaria

*

Estas missões, cifram-se todas, se quisermos sintetisar tudo quanto foi dito a seu respeito, em manobrar para levar o inimigo à destruição.

Para isso a manobra comporta várias fases constituídas por acções de ofensivas e acções defensivas, as primeiras para impor-nos a nossa vontade ao inimigo no local e momento oportunos e levá-lo à destruição; as segundas para ganhar tempo ou economizar forças para o procedimento da ofensiva. Em cada escalão, os Comandos das Unidades Blindadas são levados a manobras, quer dizer, a tomar as disposições susceptíveis de conduzirem às acções ofensivas ou às acções defensivas. Em qualquer caso é necessário que eles conservem permanentemente à sua disposição *reservas* importantes para, pelo seu emprego propositado darem à acção principal o máximo de eficácia. Quer dizer que na articulação das Forças Blindadas para a execução da manobra de qualquer tipo, existem sempre dois escalões fundamentais, além da indispensável *base de fogos*: o *escalão* ou *força de manobra* e a *reserva*.

E qual a forma de que se reveste a manobra blindada quer na ofensiva quer na defensiva? É o que vamos agora ver, após o que terminaremos.

A mobilidade, a elasticidade e a potência das suas unidades permitem que as tropas blindadas sejam empregues numa zona e a seguir noutra, em lapsos de tempo correspondentes às necessidades da manobra prevista pelo Comando. E quer se trate de uma missão de segurança ou da participação numa acção de força, elas fazem os movimentos necessários para tomar o dispositivo com a articulação prevista para a acção que podem conduzir isolados ou em cooperação com as outras armas.

Quando operam isoladas as tropas blindadas empregam largamente a sua aptidão para a rotura do combate, antes de se empregarem a fundo, para determinarem o ponto fraco do inimigo. Uma vez encontrado este e variando frequentemente os seus eixos de esforço, elas combinam as acções de frente com as acções de flanco a fim de procurarem finalmente tomar o inimigo de revés.

Quando operam em cooperação com as outras armas e em seu benefício, elas podem ser levadas a actuar no quadro de um agrupamento de todas as armas, ou a conduzir uma acção isolada mas em benefício delas. Em qualquer caso todas as forças, blindadas ou não, devem prestar-se o máximo apoio mútuo, ajudando-se pelo fogo e pelo movimento. Desta forma as unidades blindadas devem pôr em acção todos os seus meios para apoiar as unidades das outras armas durante a acção e, reci-

Revista da Cavalaria

procamente, as tropas de todas as armas devem ter a preocupação constante de facilitar a intervenção dos carros. É, no primeiro caso o tipo de acção em que o terreno permite que os carros progridam rapidamente sobre o objectivo a fim de que a infantaria possa com menos perdas executar, em seguida a sua ocupação e, no segundo caso, a acção em que a infantaria cria as condições necessárias para o empenhamento dos carros na *exploração do sucesso*.

Na manobra defensiva blindada as acções não podem deixar de manter as características de rapidez, mobilidade e elasticidade das suas unidades. E assim é pela defensiva móvel e pela acção retardadora que a Cavalaria Blindada exerce a manobra defensiva. Para tanto é unicamente indispensável que o Comando lhe garanta o espaço de que ela necessita para a levar a efeito.

Em qualquer caso, a ofensiva ou defensiva, o que importa é não cometer o erro de empregar as unidades blindadas em missões estáticas, fazendo-lhes perder a sua qualidade essencial — a mobilidade. Por outro lado, elas não devem ser fraccionadas nem os seus laços orgânicos devem ser quebrados.

O princípio do emprego em massa conjugado com o da concentração de esforços formam uma das paredes mestras deste edifício que é a manobra blindada.

*

Assim terminamos este trabalho, necessariamente incompleto, necessariamente massudo e não sabemos se com algum interesse no ponto de vista de conhecimentos das armas terrestres. De qualquer maneira, o nosso esforço foi bem intencionado e a vossa atenção compensou-o.

Entretanto, como é de uso, não desejaríamos encerrar o arrazoado sem a enunciação de um conceito que consubstancie em si próprio tudo quanto foi dito. Vamos buscá-lo a um regulamento estrangeiro:

«A velocidade e raio de acção, a flexibilidade e sua mobilidade, a potência do armamento e a aptidão para se deslocar debaixo de fogo, asseguram à Cavalaria Blindada, apesar das suas servidões, uma parte preponderante na batalha».

Arma dos grandes espaços, acções rápidas e poderosas, capaz de em períodos de crise desmantelar a manobra inimiga, a Cavalaria Blindada é a Arma Terrestre da decisão».

A GUERRA PSICOLÓGICA

pelo Major PEREIRA RABAÇA

Ao escolher este tema, tivemos em mente fugir um pouco à rotina dos assuntos mais normalmente tratados, qualquer coisa que não venha nos regulamentos, e tenha, ainda, interesse actual.

Se a guerra é uma cruel realidade dos nossos dias, a Guerra Psicológica desde há algumas décadas que se mantém em actividade permanente. Guerra fria, certas actividades diplomáticas, propaganda do moderno comunismo, outra coisa não são do que actividades da Guerra Psicológica.

A Guerra Psicológica, uma das três formas de fazer a Guerra Total — de que as outras duas são a Militar e a Económica — pode definir-se, como sendo o conjunto de todas as actividades, diferentes do combate físico, tendo por finalidade transmitir idéias e informações destinadas a afectar o moral do inimigo e, portanto, a sua vontade de combater e resistir.

Todos conhecem o valor que a Guerra Psicológica desempenha na luta moderna, e ainda há poucos dias o Coronel Nasser a empregou com vantagem, utilizando camiões com alto-falantes, que propalavam entre os defensores de Port-Said a notícia, de que tinha rebentado a terceira guerra mundial, e de que os aviões russos estavam a bombardear Londres e Paris. Esta notícia, elevou sobremaneira o moral dos defensores da citada cidade, aumentando de maneira acentuada, a resistência que passaram a oferecer às forças franco-britânicas, que estavam a desembarcar.

A Guerra Psicológica não é criação dos nossos dias, como se poderia supor; pelo contrário, é bastante antiga. Já Gideão no ano de 1245 A. C. a utilizou na luta contra os medianitas, ao simular — dentro da prática estabelecida, de que a cada grupo de 100 soldados era atribuída uma

Revista da Cavalaria

trombeta e um archote — um ataque de 30.000 homens, utilizando numa noite 300 homens escolhidos, transportando cada um, uma trombeta e um archote, o que encheu de pânico os medianitas que se julgaram atacados por numeroso exército. O Imperador chinês Wanf Mang, Temistocles, Anibal e tantos outros a empregaram com maior ou menor êxito. Para terminar estas citações lembraremos a lenda de Carcassone, que cercada cinco anos pelas tropas de Carlos Magno, e estando sem víveres, lançou fora das muralhas um porco engordado com os últimos bagos de cereal que possuía, o que teve o efeito de levar Carlos Magno a levantar o cerco, por julgar os sitiados em condições de poderem resistir por muito tempo.

A sua importância acentua-se dia a dia, não sendo fácil determinar qual o valor das várias modalidades da Guerra Total; todas contribuem com a sua quota parte para a vitória final.

Desenvolveu-se e evoluiu de tal modo, que na última guerra, no Teatro de Operações da Europa, dependendo directamente do Supremo Quartel Aliado das Forças Expedicionárias Americanas, e com um efectivo de 4.600 pessoas, foi criada a *Psychological Warfare Division*.

O General Robert Mac Clure, chefe da Guerra Psicológica do Exército Americano, prevê que os meios empregados actualmente neste tipo de guerra parecerão bem mesquinhos num próximo conflito, e serão em muito ultrapassados.

Projecteis rádiodirigidos, aviões sem piloto, equipados com alto-falantes e distribuindo panfletos, granadas de aparência vulgar, mas que ao explodirem projectam discos metálicos com frases de propaganda, serão entre outros meios, por enquanto conservados secretos, utilizados num futuro conflito.

A acção desmoralizante da bomba atómica será reforçada nos seus terríficos efeitos, se for precedida e seguida de uma bem organizada propaganda.

Para se avaliar dos resultados da Guerra Psicológica citamos alguns exemplos entre tantos que poderíamos apresentar.

Os comandos alemães depois da primeira Grande Guerra, atribuíram a queda do Exército alemão à destruição do moral dos seus soldados e não à superioridade militar dos aliados.

Na Coreia, em 200.000 comunistas que se renderam num dia, cerca de um terço fê-lo, porque a propaganda aliada tinha vencido as suas convicções comunistas ou o medo aos seus superiores.

O General Eisenhower disse: «Sem dúvida a guerra psicológica conquistou o seu lugar no novo arsenal militar».

Revista de Cavalaria

A Guerra Psicológica não é o combate físico, mas substitui-o por vezes com vantagem. Por ela conseguir os seus fins sem combate físico, não roubando vidas, é considerada como uma forma mais humana de fazer a guerra.

Mas... surge a pergunta:

A Guerra Psicológica poupa vidas, mas aquela que é dirigida directamente à frente, procura destruir o moral dos combatentes, insuflando-lhes ou aumentando-lhes, o receio que eles nutrem pela segurança, pela vida, pelo bem estar, e até pela honra dos entes queridos que deixaram ao virem combater, não será mais desumana?

Poupa a vida mas tortura o espírito, já de si atormentado com a incerteza ou com a angústia pelas privações e perigos a que os seus entes queridos podem estar sujeitos e aos quais eles não podem prestar auxílio; aumenta a incerteza pelo futuro, e quando consegue os seus fins — a rendição, a deserção — cria no homem bem formado, que se deixou subjugar, um sentimento de culpa que o acompanhará durante toda a sua vida. Será portanto mais humana? É Guerra, e portanto desumana como outra qualquer.

Postas estas generalidades vejamos agora, um pouco mais detalhadamente, alguns aspectos que revestem as suas fases, os meios que emprega, isto é, as suas armas, os temas que explora, o modo de avaliar os seus efeitos e os meios de defesa.

*

A Guerra Psicológica dirige-se a toda a nação inimiga, e visa a abater o seu moral, e a sua vontade de combater, tornando-a cada vez mais vulnerável, e assim se compreende que conforme o grau do valor moral que o inimigo apresenta, assim também com menor ou maior rapidez se atingirão os fins que se pretendem, e assim também conforme o moral do inimigo for baixando, os processos ou temas empregados, deverão variar a fim de se obter um maior rendimento.

São normalmente admitidas três fases:

Na primeira procura-se desencorajar os soldados, insistindo em lhes fazer sentir as más condições de vida que eles suportam, quer morais quer materiais.

Revista da Cavalaria

Na fase seguinte, pretende-se que o desencorajamento conseguido na fase anterior, se transforme em desespero.

Na última, o objectivo é levar o soldado à situação de acreditar que o único modo de escapar à situação precária em que se encontra reside na deserção e na fuga, ou na rendição.

O soldado que atingiu esta fase, não pensa que se vai colocar numa situação ainda pior, e age como a propaganda inimiga desejava.

Os meios que a Guerra Psicológica mais normalmente ou quase exclusivamente, emprega são os meios de propaganda, que podemos considerar como sendo a sua arma, e com os quais se pretende atingir os fins anteriormente focados.

Podemos definir Propaganda, como sendo toda a acção ou movimento planeado e organizado com o qual se pretende espalhar notícias, disseminar informações verdadeiras ou falsas, que nos sejam favoráveis e desfavoráveis ao inimigo.

A propaganda pode classificar-se, quer quanto à origem donde emana quer quanto aos assuntos a que se refere.

Quanto à origem pode ser:

Branca ou descoberta, a que é produzida por uma origem conhecida e permanente. Emissões em várias línguas, de postos que se identificam.

Cinzenta, a que não sendo possível identificar, tanto pode ser amiga como inimiga.

Negra ou dissimulada, a que tem a sua origem em fontes não identificadas, e que pretendem ser, em terreno inimigo ou ocupado pelo inimigo, elementos contrários. Na 2.^a Grande Guerra uma estação aliada colocada atrás das linhas aliadas, irradiava em alemão procurando fazer crer que se tratava de uma estação alemã.

Quanto aos assuntos pode ser:

Estratégia ou política, a que foca assuntos de natureza política.

Táctica ou militar, a que se dirige especialmente às tropas.

De consolidação, a que se dirige em especial aos civis, nas áreas ocupadas para consolidar os efeitos da propaganda feita antes da ocupação.

Revista da Cavalaria

Como meios de propaganda podemos considerar:

Os falados; rádio, alto-falantes, e boatos.

Os escritos; jornais, revistas, livros, brochuras e panfletos.

Os visuais; filmes, teatros, exposições e anúncios.

Os materiais; gêneros alimentícios, higiênicos de primeira necessidade, de que a população esteja mais desprovida.

Detenhamo-nos um pouco em cada um deste meios, mais nos dois primeiros, os que se dirigem às tropas.

Rádio: Por si só, ou em conjunto com a televisão, é o meio de propaganda por excelência, pode chegar a toda a parte, e por mais restrições que se lhe queiram fazer, é quase impossível evitar que ela seja ouvida e vá produzindo os seus efeitos.

A propaganda radiofônica precederá a guerra de agressão, e prepara o clima que facilite a vitória, pela quebra do moral inimigo.

Quer sejam postos fixos e identificados (propaganda branca), quer postos não identificados (propaganda negra), quer ainda postos de menor potência instalados a bordo dos vários engenhos de guerra, as suas possibilidades são bastante importantes para que as tenhamos em consideração.

Para ilustrar estas afirmações uns casos entre tantos que se deram:

A rádio de Stuttgart utilizou um locutor, Ferdonnet, que se dirigia aos soldados franceses, pretendendo indispor-los com os soldados ingleses, com a alegação de que eles passeavam em Paris enquanto os soldados franceses se batiam.

Tokyo Rose e Axis Sally, faziam emissões na sua língua com destino aos Comandos do Pacífico e aos ratos do deserto.

A utilização de prisioneiros de guerra falando sobre as boas condições em que são tratados, e em que vive o povo inimigo, são outros tantos exemplos.

Alto-falantes: É também um meio de propaganda que se dirige em especial às tropas. De alcance reduzido, pode, no entanto, ser levado às primeiras linhas, quando montado em engenhos blindados ou em obras de fortificação, e os seus resultados são sobremaneira apreciáveis pois exploram situações que as tropas estão a viver, deturpando-as ou apresentando-as como mais convém à propaganda. Quando montados em aviões, ou em projecteis dirigidos, como se prevê, a sua utilização, pode dizer-se, não terá limites, e o seu alcance será em muito ampliado.

Pode ser utilizado para transmitir ordens como sendo dadas por comandos amigos.

Revista da Cavalaria

Boatos: Podem subdividir-se quanto à origem, e quanto à finalidade.

Quanto à origem em:

— Inventados e propalados por indivíduos, com o propósito inicial de se divertirem.

— Originados numa leitura incompleta ou numa conversa mal compreendida ou incompletamente ouvida, e que é por isso deturpada e vai originar o boato.

— Originados pela deformação de apreciação da situação de momento.

— Originariamente propalados pelo inimigo, mas que depois correm sem que se possa determinar a sua origem primitiva. São dos mais perigosos por serem criados com um objectivo determinado e em climas preparados.

Em relação ao fim a atingir em:

— Agressivos, com a finalidade de dissociar e criar a desconfiança entre grupos ou partidos aliados.

— Fantasmas, que são a expressão do temor e do sentimento de perigo de quem os cria, difunde e escuta.

— Sonho, formulando os desejos e esperanças dos que os propagam e fazem circular.

Todos conhecemos e sabemos os efeitos perniciosos dos boatos; pensemos o que será o boato bem orientado, posto a circular entre pessoas de moral combalido, de nível de instrução precário, explorando temas que lhes toquem profundamente os sentimentos, e que eles não possam verificar se são verdades ou mentiras, e fácil será de calcular o valor pernicioso do boato, e como deve ser difícil destruir as suas nefastas consequências.

Dos boatos que correram durante a guerra, o que mais êxito e mais perniciosas consequências atingiu, foi o que circulou entre os australianos no Pacífico, de que a atebрина dada aos soldados como preventivo contra a malária, produzia a impotência sexual. O não tomar este medicamento produziu aos Aliados, cerca de cinco vezes as perdas causadas pelos Japoneses, havendo unidades cujas perdas devidas à malária se cifraram em 80%.

Revista da Cavalaria

Na América, depois do ataque a Pearl-Harbour, circularam os mais deprimentes boatos, exagerando as perdas sofridas pelos Americanos que, diziam, cifravam-se na perda total da esquadra do Pacífico, e na destruição de 1.000 aviões pousados no solo. Foi preciso que Roosevelt, em 23 de Fevereiro de 1942, falando pela rádio, revelasse as perdas sofridas até onde a segurança nacional o permitiu. É este outro efeito do boato, exagerar os resultados que se poderão ter obtido com um ataque, para que o inimigo, para contrariar os efeitos do boato, revele as perdas sofridas.

Em França circulou o seguinte boato: A Inglaterra bater-se-á até ao último soldado... francês.

Entre o 8.º Exército na África do Norte correu o boato: na Inglaterra os Americanos divertem-se com as mulheres inglesas.

Para desorientar os serviços de informação Aliados, os Alemães fizeram circular entre as tropas alemãs concentradas em Hanover, e entre a população civil, que essas tropas se concentravam para fazer face a uma ofensiva Aliada, quando a verdade é que se estavam a constituir os 5.º e 6.º Exércitos Panzer, visando a rotura da frente aliada das Ardenas.

Meios escritos:

Jornais, revistas, livros e brochuras: Todos estes meios são espalhados em profusão, quer na frente quer no interior do país inimigo, em geral impressos conforme as publicações do país onde são lançados, com informações fantasistas ou por vezes verídicas, mas que não convinha que se soubessem. Outros, são espalhados como sendo os que circulam nos países aliados daquele onde são lançados, com comentários tendenciosos, com o fim de provocar a desconfiança e a discórdia entre eles.

Quando na Alemanha se fazia sentir a falta de cigarros uma manhã as ruas apareceram inundadas deles mas, ao apanhá-los, verificaram que não eram mais do que exemplares de jornais ingleses impressos em papel especial muito fino.

Todos estão de certo lembrados das publicações que durante a última guerra, as várias Nações em luta distribuíram por todos os países.

Que onda de revistas, de livros, de brochuras apareceram no nosso país fazendo a propaganda dos vários Estados em luta, uns reclamando as forças dos seus Estados, outros menosprezando as do inimigo.

Panfletos: Podem ser espalhados pela aviação ou pela artilharia, ou por espíões ou quintas colunas.

Revista da Cavalaria

A aviação e espionagem, ou quintas-colunas, podem ter uma maior expansão, mas as granadas de artilharia prestam-se melhor para se atingirem determinadas unidades, e quando as condições não permitam a utilização da aviação, ou seja urgente a sua propagação.

Os alemães logo no início da segunda Grande Guerra utilizaram os panfletos em profusão, mas rapidamente foram excedidos pelos aliados, que espalharam panfletos em números mais que astronómicos, e de tal forma que Ludendorff disse: Eles bombardearam a nossa frente, não somente por meio de barragens rolantes de artilharia, mas também com verdadeiras barragens de textos impressos. A par das bombas que matam o corpo, os seus aviões lançam panfletos destinados a matar a nossa alma.

A seguir ao desembarque na Normandia, mais de 80% das possibilidades de impressão da Inglaterra foram utilizadas na impressão de panfletos.

Os panfletos contribuíram em grande escala para apressar a derrocada da Alemanha.

Bombas transportadas por aviões podem conter até 80.000 panfletos, e a Psychological Warfare Division, dispunha de uma esquadrilha da Air Force, exclusivamente destinada a lançar panfletos.

Meios visuais:

Sendo em geral dedicados às populações civis, pelo seu próprio carácter de permanência e necessidades de montagem, podem também ser utilizados para as tropas mais à retaguarda. Integrados em espectáculos para divertimento das tropas, podem servir ao mesmo tempo os fins da propaganda.

Mostram cenas de guerra, campos de prisioneiros inimigos, resultados de bombardeamentos, etc.

Uma exposição de fotografias de campos de concentração realizada em Paris, foi visitada por cerca de 7 milhões de indivíduos.

Meios materiais:

Também são em geral utilizados para as populações civis. Constan normalmente de artigos de que a população se ache mais desprovida, os quais são lançados por aviões, acompanhados de emissões radiofónicas, panfletos, jornais, etc., tendentes a mostrar que nos países inimi-

Revista da Cavalaria

gos esses géneros abundam e que as tropas para os obterem não terão mais do que exigir a sua capitulação.

Vistos os meios de propaganda passemos agora a tratar dos *temas mais communmente utilizados na Guerra Psicológica*.

Podemos agrupá-los em duas categorias: Os que focam as dificuldades das famílias dos combatentes, e os que focam as suas próprias, qualquer deles visando dificuldades materiais ou morais.

— Perigos, quer morais quer materiais que as famílias correm e dos quais eles, estando longe, não as podem defender.

— Ameaças à segurança da mulher, filhos, famílias e amigos.

— Despertar o ciúme, insinuando que as noivas e mulheres, por necessidade ou leviandade, se tornam infiéis.

— Fotografias de lugares de baixo moral, que serão frequentados pelas noivas, mulheres e filhos e onde eles se pervertam.

— Ameaças à saúde e vida dos combatentes.

— Lembranças, exagerando-as, das privações, dores, fadigas, deficiências de alimentação, frios, calores a que os combatentes serão sujeitos.

— Futuras perdas de bens materiais, propriedades, empregos, o que se irá reflectir no bem estar futuro e no nível de vida.

— Falta de satisfação das necessidades sexuais.

— Perda da liberdade de movimento.

— Ociosidade forçada.

— Rendições muito espaçadas e poucas licenças.

— Isolamento.

— Decisões, aparentemente caprichosas, ilógicas ou prepotentes dos superiores.

— Descrição comparativa entre as privações e sacrifícios, a que o combatente está sujeito, e o bem estar e prazeres de que gozam os que ficaram na retaguarda.

— Falta de razão daqueles que o atiraram para a luta e o obrigam a combater.

— Promessas de bom tratamento e de fornecimento de artigos de que estão mais necessitados, se se renderem.

— Promessas de entrega de correspondência, real ou ficticiamente, em poder do inimigo, e de entrar em contacto com a família por vários meios.

— Fotografias despertando o desejo sexual.

Mas, para que se possa tirar todo o efeito de qualquer empreendimento, seja ele o que for, é necessário saber-se o valor dos meios em-

Revista da Cavalaria

pregados, e assim também, para se tirar o maior rendimento da Guerra Psicológica, torna-se necessário saber a eficiência dos meios empregados, e os resultados obtidos com a Guerra Psicológica, e é desta eficiência que passaremos a tratar.

Eficiência da Guerra Psicológica:

Vários meios são utilizados para se avaliar da eficiência da Guerra Psicológica, mas para se tirem conclusões de real valor, é necessário avaliar mais do que um dos meios e compará-los uns com os outros.

- Observação das contra-medidas tomadas pelo inimigo.
- Apreciação do moral do inimigo, pela dificuldade em se fazer prisioneiros e pela atitude e reacções dos mesmos.
- Concorrência entre os ataques psicológicos e o aumento de prisioneiros feitos, facilidade em os fazer e número de desertores.
- Determinação do número de prisioneiros que são portadores de artigos de propaganda.
- Interrogatório de prisioneiros, para avaliar até onde a propaganda interveio na sua captura.
- Estudos de relatórios de observadores, de agentes secretos e de pessoas que atravessam os países inimigos e as linhas.

Alguns destes meios por si só podem dar indicações erradas; são os casos de prisioneiros que guardam os artigos de propaganda como medida de segurança, como lembrança, ou para outros fins, os prisioneiros que falam demais e os que se querem tornar agradáveis louvando tudo. Os meios que dão indícios mais seguros sobre a eficiência da Guerra Psicológica, são as medidas tomadas pelo inimigo para contrariar a acção desta. Quanto mais numerosas e maiores forem as precauções tomadas pelo inimigo para contrariar a Guerra Psicológica, tanto maior está sendo o efeito que esta está tendo sobre ele.

Como medidas tomadas pelo inimigo para contrariar a acção da Guerra Psicológica temos: a proibição de ouvir as emissões; emissões e outros actos de propaganda contrariando a adversa, desmentidos das notícias propaladas pelo inimigo, etc.

Ainda para avaliar dos efeitos da Guerra Psicológica servem os relatórios de observadores que visitaram o país adverso e as tropas, sujeitos a comparações com outros estudos, pois tudo que é pessoal é sujeito a deformações de observação ou de avaliação e interpretação.

Outro meio, talvez se não o mais seguro pelo menos dos mais certos, é a avaliação das alterações do moral do inimigo desde que baseado em elementos seguros.

Revista da Cavalaria

Em certos casos de guerra, o número de prisioneiros portadores, ou tendo lido manifestos de propaganda, andava à roda de 80%.

Como nota importante a reter, devo salientar que o mais importante a obter na Guerra Psicológica, é abater o moral inimigo; quanto mais precário for o moral do inimigo tanto mais rapidamente e com maior facilidade será vencido. Por melhores que sejam as armas, por mais numeroso que seja, um exército será vencido por outro, cujo moral seja mais elevado. Todos os chefes procuram elevar o moral das suas tropas, e aí daquele cujo moral seja mau; de nada lhe valerá a superioridade numérica, a excelência de armamento, será inexoravelmente batido, será derrotado ainda antes de ter entrado em combate. A Força Moral obra prodígios.

Em tempo de paz a Guerra Psicológica é uma arma de valor inestimável, pela quebra de moral que pode produzir no inimigo, tirando-lhe a confiança em si próprio, ou exagerando o valor próprio.

Por último passemos a tratar da *Defesa contra a Guerra Psicológica*.

Do que atrás se disse, ressalta que a melhor defesa contra esta, assenta na criação de um moral elevado.

Deve dizer-se aos soldados e a todo o povo em geral, tudo o que se lhes possa dizer, sem prejuízo das condições de segurança. Todas as pessoas informadas, e crentes de que o que sabem é a verdade são mais descrentes às notícias cuja origem desconhecem, ou se sabem de origem inimiga.

Pretendendo a Guerra Psicológica destruir o moral inimigo, a melhor forma de defesa contra ela é, repetimos, a criação de um moral elevado individual e colectivo. Como manter e elevar este moral?

— Com cerimónias patrióticas e religiosas.

— Com a explanação das razões da guerra, dos motivos por que se batem, da justiça da causa que defendem, dos perigos que resultariam da derrota.

— Com o conhecimento claro e perfeito do que é, do que se pretende com a Guerra Psicológica.

— Com a instrução pormenorizada sobre os processos empregados pelo inimigo, possibilidades de propaganda inimiga e da nossa própria, conhecimento dos materiais mais usados na propaganda, tudo se podendo resumir em: instrução cuidada e elevação do moral.

Se conseguirmos manter um moral elevado, uma fé inabalável na justiça que nos assiste, na grandeza do nosso esforço, nas nossas possibilidades, teremos vencido a Guerra Psicológica, primeiro passo, indispensável contudo, para vencermos a Guerra.

OPERAÇÕES



ANFÍBIAS

OMAHA

pelo Capitão C. CALAFATE

Chegam as primeiras vagas de lanchas de assalto, desarticuladas, dispersas por praias diferentes devido a erros de navegação, perdidas em terreno que desconhecem, as equipes misturadas e desfalcadas de metade dos efectivos; até agora, consequência só do mau tempo.

É então que a reacção inimiga surge violenta, em tiro ajustado que, raramente erra o alvo, seja directo ou referenciado, flanqueante ou de frente, na altura precisa em que a Art., a 3.000^m da margem, devia neutralizá-la com o famoso dilúvio dos 9.000 foguetões mantidos durante 10 minutos, desde H-5.

A Inf. tem, pois, que avançar a peito descoberto por entre as malhas apertadas de formidáveis obstáculos batidos por intenso fogo onde, praticamente, não há uma brecha, com água até ao pescoço, extenuados da travessia e agora, assombrados pelo choque cruel da surpresa.

N. R. — Continuação dos artigos publicados nos números 1, 3 e 4 de 1956.

Revista da Cavalaria

A cena ainda não subiu a toda a altura da tragédia, ir-se-á sempre agravando até atingir momentos de incrível angústia, deixando-nos atónitos, sem poder definir o que mais nos impressiona — se o espectáculo desolador da desorganização, se o exemplo empolgante da sublime coragem dos homens que, a despeito das duras fustigadelas sofridas, sob um fogo que os dizima em massa, continuam o avanço arrancando de si próprios forças, não se sabe de que reserva inesgotável porque elas há muito ultrapassaram o que a imaginação possa conceber.

São do Coronel Comt. do Agrup. E. estas palavras, proferidas ao desembarcar às H+105: «Na praia só há duas espécies de homens — os mortos e os que vão morrer».

Ao saltar das lanchas à água, pois estas tiveram de ficar a uns 100^m da areia seca, o material ligeiro para pequenas destruições, postos de rádio, etc., está tudo molhado e inútil, ao passo que os morteiros se perdem na ressaca. E os 300^m de areia até ao celebrado dique de seixos, que está intacto e, portanto intransponível, tem de ser percorrido sem os meios mais elementares. Instintivamente, aqueles que se encontram encobertos pelo fumo, atravessam o areal o mais depressa possível e abrigam-se no dique; os outros aproveitam a maré enchente e rastejam na água. Mas o avanço é tão lento — 45 minutos a percorrer os 300^m — que apenas chega ao fim um terço do efectivo. Com pequenas diferenças sucede o mesmo a todas as Comp. da 1.^a vaga que, no final desta primeira fase se aglomeram desarticuladas, em grupos descontínuos, intervalados às vezes de 1.500^m enquanto numa pequena frente de 800^m se amontoam 14 secções misturadas atrás do obstáculo de seixos onde procuram abrigo.

Faltam ainda os grupos de assalto de Eng., totalizando mais de 400 homens, e as lanchas correspondentes — 13 L. C. M. — com cerca de $\frac{1}{3}$ de elementos da marinha.

Segundo o plano, como atrás se disse, deviam acostar às H+3 e sob a protecção da Inf., já na frente, e dos carros anfíbios, limpar e balizar 16 canais para abrir passagem às lanchas da 2.^a vaga, às H+30, e seguintes.

Têm só meia hora. As dificuldades do mar atrasam 10 minutos metade do efectivo; os erros de navegação empurram-nos também para pontos diferentes dos previstos, onde, ou os carros e a Inf. empilhada não só não protegem como até complicam os trabalhos aproveitando o abrigo que estes lhes proporcionam; ou onde a praia se encontra deserta numa enorme extensão. Dos dezasseis Tank-Dozers, só três estão utilizáveis.

Revista da Cavalaria

É esta a terrível situação. Parece que forças humanas já não a poderão dominar.

Que fazer? — Tudo, menos sucumbir. E num supremo esforço, emocionante de dedicação e sacrifício, sob a torrente de fogo que chove sem cessar, a Engenharia não interrompe a missão. Só abriu 6 canais, dos 16 previstos, e às 07.00, à chegada da 2.^a vaga, apenas um estava balizado, mas nada mais se lhes podia pedir, eles tinham atingido os últimos limites da capacidade humana.

A maré sobe, os obstáculos começam a submergir sem serem destruídos, e a situação à hora da chegada da 2.^a vaga, à hora em que a 1.^a já se teria apoderado da linha de alturas que dominam a praia, segundo o plano, resume-se neste quadro dramático:

— Nenhum ponto de apoio neutralizado.

— Os sobreviventes da 1.^a vaga encostados ao dique, incapazes de apoiar as vagas seguintes.

— A maré enchente cobre os obstáculos, na maior parte intactos.

— A muralha de seixos, intacta, continua intransponível.

Começam a chegar os elementos da 2.^a vaga. À hora marcada! às 07.30. A máquina segue no seu rolar sinistro, sem interrupção. Aliás, os comandos desconhecem a gravidade dos desaires sofridos, isolados, sem ligações, apesar dos aperfeiçoados meios de transmissões, arruinados também pelo mau tempo; e só mais tarde, quando desembarcam das suas lanchas, serão esclarecidos por observação directa — infelizmente, quando o remédio será já pouco mais que inútil; se bem que, mesmo informados há mais tempo, o plano é demasiado inflexível para se harmonizar com alterações sugeridas ao longo da execução.

Os acontecimentos repetem-se sem diferenças sensíveis; as causas permanecem inalteráveis — o mau tempo, a defesa intacta — logo, os efeitos não-de prevalecer, agravados pelo congestionamento compacto de algumas zonas da praia, pelos obstáculos da praia, agora submersos, pela claridade do dia que, todavia, atenua os erros de navegação.

O E. M. do sector W., em três embarcações, chegadas à praia prevista, à hora prevista, — H+60 — tem a mesma sorte dura dos outros; só fica ilesa, por feliz acaso, a lancha do Coronel Comt. que transportava também o general adjunto do Comd. do sector E., para aqui destacado com a missão de prestar a sua colaboração em tudo o respeitante às unidades da sua Div., enquadradas neste sector.

Como as ondas que incessantemente vêm rebentar à praia, o afluxo de lanchas continua, ininterrupto; — para se destroçar de encontro aos obstáculos, aos fogos da resistência, mas agora, também, de encontro

Revista da Cavalaria

à obstrução crescente oposta pelos carros destruídos, pelas lanchas minadas de projecteis e pelos montes de armamento inutilizado, de viaturas abandonadas, de grupos de homens abrigados, como coágulos dispersos a tornar o trânsito impraticável.

Apesar de tudo avançam sempre, por cima de tudo isto, como uma carga de cavalaria. As minas e os fogos directos fazem-nas saltar e afundam-nas; outras encaham e ficam pelo caminho, mas algumas chegam ao fim e despejam na areia a sua carga que se acumula aos montes mais heterogéneos até ao engarrafamento total.

A Art. blindada automotora, a Art. autotransportada, as baterias anticarro, que deviam desembarcar entre as H+90 e as H+120 e, instalada na praia, apoiar a progressão da Inf., essa desaparece, com excepção de uma peça, por um triz, na iminência de perder-se como as outras.

Nada indica que a situação venha a melhorar, pelo contrário, a gravidade incha minuto a minuto e atinge proporções assustadoras. É de tal forma que um oficial das forças navais de assalto avalia o rumo trágico que os acontecimentos levam e, visionando o desfecho fatal, insiste pela suspensão pura e simples daquele precipitar na voragem. Mas ele tem uma patente baixa, a sua competência foi ultrapassada pela de um general que já se encontra em terra, e o justo apelo perde-se na intrincada estrutura hierárquica. Ainda teria chegado a tempo tão preciosa informação; seria uma questão de utilizar o Agrup. em 2.º escalão, já embarcado e equipado para a fase ulterior do assalto, reconduzi-lo à missão falhada da abordagem e procurar restabelecer a coesão desfeita. E daí, porventura, esta acção, tão aconselhável como urgente, ainda uma vez mais, talvez não pudesse ser executada porque, não só o Agrup. não estava convenientemente dotado para a modalidade «abordagem» — pois fora-o apenas para a do assalto, embora aquela hipótese não tivesse sido desprezada — como também a sua missão, integrada no plano, com horários rigorosos, não permitiria ao Comd. da Força O manobrá-lo como reserva móvel à sua disposição.

Igualmente, o Agrup. em 3.º escalão da Força O só desembarca à ordem do V C. E., de resto está ainda muito menos preparado para a operação «abordagem».

Não há, portanto, que pensar em paragens; a operação tem de seguir o seu curso sem interrupções. Entretanto, na praia, a reacção dos chefes — os da 2.ª vaga, porque os da 1.ª pode dizer-se que foram totalmente dizimados — manifesta-se sob as mais surpreendentes formas onde o heroísmo, a dedicação, o espírito de sacrifício, o desejo

Revista da Cavalaria

ardente de cumprir que animava a maior parte não bastaram para suprir o peso esmagador da tremenda crise. Uns, procurando o reagrupamento impossível dos seus elementos dispersos; outros, deslocando-se cerca de 1.500 metros em perigosos movimentos paralelos à frente, na intenção de retomar a competente base de partida da qual se encontram bastamente deslocados, expõem-se de tal modo que as baixas ultrapassam a metade dos efectivos.

Mas há, em compensação, iniciativas felizes, como a de um Coronel de Art., chegado a terra com um pequeno grupo de Comd. Não sabe dos seus homens, das suas peças, do material; vê à sua volta pessoal desconhecido, de outras armas, Inf. sobretudo, desorganizado, sem quadros, encostado ao talude de seixos, paralisado pela ausência de ordens. A sua tèmpera de verdadeiro chefe é imediatamente excitada pela própria emergência, comandar é nele um fenómeno espontâneo, e grita: — «Pró diabo a nossa missão de Art.! Aqui somos todos infantes».

Reagrupa, ajusta, reconstitui, reúne carros dispersos em estado de servir, distribui missões, assinala objectivos e... tomba para sempre. Um «sniper» alveja-o de morte.

Às 09.30, as informações do subchefe do E. M. do V C. E. enviadas ao seu Comd. são desencorajantes. Apesar da má visibilidade — em algumas zonas o fumo é tão denso que obriga ao uso das máscaras — aproximando-se até cerca de 1.000 metros da costa, o que pôde observar inspirou-lhe esta frase transcrita textualmente: «Os tiros chovem sobre as flotilhas de lanchas como sobre uma manada de gado».

Todavia não devemos esquecer que os efectivos atingem 34.000 homens e 3.300 viaturas incluindo 100 carros. Se bem que na 1.^a e 2.^a vaga do 1.^o escalão as baixas sofridas orcem por metade dos efectivos e em algumas subunidades ultrapassem os dois terços, ainda se está muito longe do aniquilamento total, o luxo de meios alimenta ainda as mais legítimas esperanças.

Efectivamente, à hora em que a desalentadora frase está a ser lida no Comd. do V C. E., uma viragem alvoroçante se vislumbra no desenrolar dos acontecimentos.

É a Art. naval que começa a dar um apoio eficaz.

Informações das equipagens dos barcos de assalto regressadas aos seus navios facultam a aproximação destes até à observação directa, permitindo a referenciação de objectivos que são agora intensamente batidos; as transmissões, em vias de recuperação, começam a poder desempenhar o importantíssimo papel de ligar com os seus navios os

Revista da Cavalaria

destacamentos navais de regulação de tiro desembarcados. Sob a protecção dos fogos poderosos, agora ajustados, a Inf. reorganiza-se, os quadros, em maior número, apoderam-se das suas unidades, e a progressão principia lenta, sem atender às direcções taxativas do plano, decoradas no treino, coladas às tais ravinas que conduzem às povoações importantes da zona mas, exactamente por isso, atafalhadas de meios compactos de defesa que as tornam impraticáveis.

É preciso avançar, sair, custe o que custar daquela estagnação que os expõe mortalmente aos tiros In. Muitos assim o entendem e surgem ao longo da praia iniciativas individuais onde o heroísmo de mãos dadas com a energia e a resolução firme arrancam do marasmo grupos que levam atrás de si, ganhando terreno, por pequenos lanços, a rastejar, a direito, abrigados, quanto possível pela pequena ondulação do terreno, pelos ângulos mortos, escondidos nas altas ervas, nos intervalos dos pontos de apoio. Com mais ou menos êxito eles vão modificando a fisionomia do ataque; em alguns subsectores as cristas foram atingidas nos intervalos dos pontos de apoio que, no entanto, continuam activos na linha de que ainda não foram desalojados. Virão a sê-lo quando, num ponto do sector E., próximo de uma povoação importante fronteira ao mar, St. LAURENT, os dois pontos de apoio que a defendem a cavalo na ravina que lhe dá acesso forem destruídos num combate encarniçado, sustentado durante duas horas com o apoio dos fogos concentrados de «destroyers», carros e armas ligeiras.

É este êxito local que produz a ruptura definitiva da linha de defesa costeira. Pela brecha aberta, seguida de outra a W. vão escoar-se as forças atacantes, até aí engarrafadas na praia, e permitir o desenvolvimento do ataque.

Mas estamos muito longe de poder considerar removidas as principais dificuldades. É que, enquanto as reacções embrionárias estalam aqui e ali para mais tarde reunidas formar a base em que assentará a futura acção de conjunto, enquanto ainda tudo é confuso, aí vêm agora mais volumosas formações do R. I. que compõem o 2.º escalão da Força O, a despejarem-se em terra, continuando as perdas enormes ao mesmo tempo que os destroços engrossam. Perderam-se mais 22 L. C. V. P. — lanchas para 36 cada — 2 L. C. I. para 200 e 4 L. C. T. — grandes embarcações de capacidade para 9 carros de 30 toneladas. O mar e os obstáculos submarinos, na maior parte por remover, prosseguem as suas destruições maciças.

Como se isto não bastasse, cerca das 10 horas, quando o 1.º B. I. do R. I. do 2.º escalão não acabara ainda de desembarcar, é mais o

Revista da Cavalaria

R. I. do 3.º escalão que, com rumo errado devido ao desencontro com a embarcação de controle, desaba naquele subsector, precisamente o mais congestionado de todos, agora atestado até ao inverosímil.

Há uma única passagem para escoar esta incrível aglomeração. Só ao meio dia, depois de pertinaz limpeza ela é livremente franqueada. Outras duas a W., e uma a E., antes da noite não serão praticáveis.

A progressão, porém, não cessa, embora lenta, balbuciante, mas. Já se esboça uma manobra, a ligação principia a sentir-se — é o general adjunto, em terra, entre os comandos executores, ao contacto directo com as realidades, que dá ordens imediatas, à medida que a situação vai evoluindo. Das 11h00 às 19h00 as sucessivas decisões tomadas tiveram algumas vezes de sofrer alterações que as circunstâncias impunham, demonstrando até que ponto os imprevistos são a regra em campanha, e desacreditando o excesso de rigidez que gela a iniciativa.

E às 19h00, quando o general Comd. da Força O põe pé em terra, a fisionomia geral da situação encontra-se relativamente calma e, pelo menos, alcança certa estabilidade, sobre a qual as decisões futuras terão mais sólido fundamento; ainda que o objectivo atingido ao anoitecer do dia D estivesse, apenas, sobre a estrada VIERVILLE—St. LAURENT—COLLEVILLE—St. HONORINE, muito aquém do previsto no plano que o atirava, àquela hora, para uma linha bastante mais a Sul, alguns de cujos pontos chegam a distar 16 km. do de partida.

Uma circunstância importante a pesar na distribuição das missões ulteriores era a da extrema fadiga e carência de meios, depois da violenta jornada. As ordens dos Comd. não podiam esquecê-la, e só o contacto directo dava a sua verdadeira medida, tanto mais que, pequenas reacções locais da defesa, deslocando-se constantemente de ponto para ponto e surgindo de surpresa em zonas onde o atacante já estivera e considerava completamente limpas, mais contribuíam para enfraquecer a já frágil potência ofensiva.

Tivesse havido um contra-ataque sério, aliás, princípio fundamental da doutrina alemã — o da defesa agressiva — e os poucos elementos em terra seriam, de certo afogados no mar. Se não houve, foi porque, por ordem de Rommel — cuja opinião, antagónica da de Rundstedt, era de que a vitória decisiva devia obter-se na costa — o reforço da defesa consumiu a reserva, deixando apenas uma reserva parcial de B. I. em GRANDCAMP e outra em COLLEVILLE, insusceptíveis de fazer frente à situação; todavia, capazes de retardar para dar tempo à intervenção prevista das grandes unidades reservadas. Simplesmente, quando se reconheceu a necessidade do seu emprego, a ameaça inglesa

Revista da Cavalaria

em CAEN e o desembarque aerotransportado em CONTENTIN tinham-nas absorvido. Era já tarde! E contribuiu para o fracasso o atraso das informações confusas da frente que, depois de num relatório darem, pelas 13h30, o invasor prestes a ser definitivamente lançado ao mar, aparece um segundo relatório, noutra linguagem muito diferente a informar, às 17h00, que contingentes numerosos, apoiados por carros se teriam internado para Sul até uma linha passando por COLLEVILLE.

A deficiência das informações resultou dos fogos da Preparação que, se não destruiu as posições da defesa, pelo menos, desorganizou o serviço.

*

A esmagadora superioridade aérea, mantendo por todo o tempo o domínio do ar, cuja necessidade é claramente patenteada nesta operação, anulou por completo a reacção da força aérea alemã. Todos estes factores contribuem para que a defesa não só não possa contra-atacar como nem sequer volte a refazer-se eficazmente e, a partir desta fase, fortalecido de modo gradual pela corrente de abastecimentos que começa a entrar na regularidade, o atacante vai prosseguir a acção, cujo desenvolvimento se faz devagar até que, só em D+3 é atingido o objectivo marcado no plano para o dia D: — a testa de ponte a partir da qual o V. C. E. U. S. vai actuar nos princípios que regulam as operações terrestres.

Termina aqui o estudo da fase tipicamente anfíbia que nos propuemos estudar. Não foi por mero acaso que a escolha recaiu, precisamente, numa operação que esteve prestes a falhar; muito menos pelo apetite acanhado de especular com os desastres, mas tão somente pelo legítimo critério de acreditarmos que não é do êxito fácil que se tiram as melhores lições, as crises aguçam mais o engenho do que os ambientes amenos, a não ser quando aquelas ultrapassam os limites da resistência humana e, levando à paralisia, provocam um torpor doentio e indiferente. Mas assim mesmo, o conhecimento dos erros então cometidos deve servir, não para nos sugerir uma sentença balofa ditada, comodamente, no intervalo de duas digestões mas, prestando homenagem aos que sucumbem na tragédia e na dor, agradecer-lhes os ensinamentos legados.

Revista da Cavalaria

No decorrer desta longa exposição que por nossa falta, de certo, não pôde ser tornada menos enfadonha, foram notados momentos graves que por pouco não acarretaram o malogro. Desnecessário se torna, portanto, enumerá-los de novo. As causas principais, evidentemente — o mau tempo e o inimigo. Mas se à implacável tirania do plano se lhe substituisse uma certa fluidez, sem prejuízo do aturado e minucioso treino de preparação dos homens; se o Comt., em vez de aprisionado na lancha, pudesse dispor de uma reserva a empenhar oportunamente, escalonar os seus elementos pelos subsectores de modo a serem usados na altura em que as reacções experimentadas pela 1.^a vaga o sugerissem, evitando o perigo de que demoras consequentes pudessem inutilizar ou mesmo prejudicar a operação em conjunto; se os comandos, conhecedores da ideia de manobra, permitem uma descentralização condicionada, sem levar a um zig-zaguear alucinado das formações subalternas; se, em resumo, a manobra tem sido possível.

E, então, é legítimo concluir que os acontecimentos teriam levado outro caminho — pelo menos, as perdas não iriam tão longe e a vitória ficaria mais económica.

Ao findar este estudo cujo alcance nos parece agora muito aquém dos objectivos previstos, à semelhança da operação que o inspirou, reconhecemos que lhe assiste ao menos, se outro mérito não tiver, o de significar uma homenagem plena de sentido respeito e emocionada admiração pelos heróicos soldados americanos, cujo abnegado sacrifício esteve sempre presente aos nossos olhos fixos no cenário onde milhares de mortos, ressuscitados numa dorida evocação, reviveram as horas cruéis da tragédia de que estas palavras são apenas um eco mortiço, coado através do grande silêncio que nos separa deles, para quem só a grandeza do mar é sepultura condigna, onde o murmúrio arrastado das ondas ressoa como um «requiem» pela eternidade.





AS MINHAS IMPRESSÕES DE

GOA

pelo Tenente CARLOS DE AZEREDO

I — A terra

Encravada no dorso da península industânica e a meio da costa do Concan, situa-se a cidade Portuguesa de Goa, apertada entre a cordilheira dos Gates ocidentais e o mar, e limitada ao Norte pelo rio Tiracol e a Sul pelo maciço de Canácona. Cortada por largos rios que a atravessam no sentido Leste-Oeste, Goa tem a configuração geral de um plano inclinado descendo das montanhas até ao mar.

Os seus rios principais de Norte para Sul são, o Tiracol no qual a norte da sua Foz se situa o nosso território do mesmo nome, o Chaporá, o Mandovi, o Zuári, comunicando este último com o Mandovi e em cujo

N. R. — A «Revista da Cavalaria» ao publicar o presente trabalho — elaborado pelo autor para ser apresentado em âmbito reservado — informa os seus leitores que, por motivos facilmente compreensíveis, truncou alguns aspectos essenciais da parte *V — Sua defesa militar*.

Do facto, apresentamos as nossas desculpas ao autor, a quem felicitamos pelo interessante e oportuno trabalho que realizou.

Revista da Cavalaria

estuário comum se encontram as diversas ilhas que formaram a primitiva Goa de Albuquerque, o rio Sal e o Talpone. Largos, de margens bastante baixas e cobertas de densos palmares, por vezes contendo ilhas cheias de vegetação, os rios de Goa constituem uma admirável rede de comunicações fluviais e um motivo de rara beleza.

Imensamente aumentados pelas chuvas da monção tornam-se de navegação difícil devido à forte corrente e agitação das suas águas. São, contudo, obstáculos para as comunicações terrestres devido ao facto da sua grande largura não tornar fácil o lançamento de pontes, que conjugada com a pouca altura da margem mais difícil torna o problema. As pontes principais que existem, como Usgão, Candiapar, Banastarim e Borim, levantam-se já naquela zona onde a largura dos rios e altura das margens começam a permitir tais obras, sempre custosas, porque de grande vulto. As comunicações rodoviárias são bastante boas e desenvolvidas para o tamanho do território.

As principais estradas no sentido Norte-Sul são as de Perném — Colvale — Mapuçá — Betim — Pangim — Cortalim — Margão — Bali Canácona e Polém, seguindo junto à costa e que é cortada pelos rios Chaporá, Mandovi e Zuári em que a transposição é feita por intermédio de ferry-Boats. Mais dentro, sensivelmente a meio do território, segue a estrada que partindo do cruzamento de Arvalém vai a Usgão — Pondá — Borim — Sanverdém — a Quepém. As penetrantes no sentido Leste-Oeste mais importantes são as de Siquervale — Assonorá — Mapuçá ou Piligão, a de Valpoi — Sanquelim — Bicholim — Assonorá, a de Molém — Pondá — Banastarim — Pangim, e a de Sanguém — Corchorém — Borim. Além destas há centenas de estradas e caminhos perfeitamente permeáveis a meios auto, na região costeira.

Dada a sua localização na península indústânica, o clima de Goa é quente com poucas alterações, bastante húmido e sujeito ao regimen de monções: A da chuva, de 15 de Junho a meados de Outubro, e a seca nos restantes meses. Durante a monção do mar, dada a violência e intensidade da chuva, são praticamente impossíveis operações militares de envergadura.

Sobre o oceano Índico, Goa guarda o melhor porto de mar de toda a costa do Malabar — o estuário do Zuári. Acidente natural servido pela única via férrea que atravessa o território de Dudsagor até Murmugão, o estuário do Zuári constitui a saída natural para o mar de todo o «interland» constituído pela grande zona de Hyderabad até Lahore. Talvez neste facto se filiem as reivindicações de aspecto puramente espiritual do Pandita Nehró...

Revista da Cavalaria

Além do Porto de Murmugão existem ainda os estuários do Chaporá e Mandovi que têm possibilidades de se apetrecharem para fins de cabotagem e até militares, supondo navios de pouco calado.

As comunicações aéreas de Goa estão agora asseguradas pelo aeroporto de Dabolim na península de Murmugão, que reúne condições excelentes.

Situada a meio da costa ocidental indiana, Goa usufrui de uma posição privilegiada que a fizeram outrora desejada de Albuquerque e hoje cobiçada dos vizinhos.

II — Da população

A quem vai daqui da metrópole, habituado a ver toda a gente da mesma cor, Goa apresenta-se-lhe como qualquer coisa de alucinante: são os brancos «descendentes», são os naturais coloridos desde o negro até ao branco de olhos azuis, são as «ilhas» étnicas de influência africana, são os parsas, sabemos lá!... Mas o certo é que esta mescla de gentes, tem de comum em si o serem goezes e de tal modo, que em qualquer parte da Índia aonde se encontre um goês logo se revela por um espírito de união com os seus conterrâneos, pelas suas invulgares qualidades de trabalho, sobretudo no comércio e por um amor saudoso à sua terra. O goês é inteligente, mesmo com uma grande vivacidade de espírito, com uma média de cultura bastante elevada, com grande facilidade para o estudo, para a música e poesia. Ainda que fisicamente não sejam no geral de grande robustez, possuem, contudo, uma enorme resistência à fadiga e são admiráveis praticantes de jogos de velocidade, destreza e agilidade.

As religiões que mais se praticam em Goa são a cristã, a hindú e a mahometana, mas estas duas já influenciadas pelos costumes e moral cristãs: Nem os mahometanos admitem a poligamia, nem os hindús se lembram do «sati», acto pelo qual sacrificavam a viúva na pira ardente do defunto marido. Mas sobretudo o que se não vê em Goa são essas atracções místicas tão próprias do hinduísmo que os levam às mais estranhas práticas e nos dão esses fakires misteriosos cheios de inquietantes desequilíbrios.

No aspecto cultural, é surpreendente o desenvolvimento e o nível que de um modo geral se verifica em Goa. É vulgaríssimo encontrar, entre as mais humildes classes, indivíduos que falam o concanim, o hindi, o hurdu, o inglês e até alguns o português...

Revista da Cavalaria

Na verdade, o mais grave problema da cultura do povo goês, é a falta do ensino da língua portuguesa. Se é certo que por lei são obrigados a ter a instrução primária oficial os alunos que queiram matricular-se nas escolas secundárias, é também certo que de modo algum a instrução do 1.º grau é suficiente para que fiquem a falar português. As escolas secundárias, exceptuando os liceus, é claro, são quase todas orientadas segundo programas de Bombaim, com livros ingleses, a história da Índia feita por ingleses, etc. É na verdade tão agudo como confrangedor o problema do ensino em Goa e de difícilíssima resolução, se atendermos a que a grande corrente de emigração é a União Indiana e, sobretudo, o estado de Bombaim aonde o goês necessita de apresentar os seus atestados de habilitações em conformidade com os que aí são exigidos.

Que dizer dessas centenas de escolas maratas e mahometanas onde se desconhece quase em absoluto a língua e a cultura portuguesas?

Criticar é sempre fácil e a resolução de problemas, mórmente este, é sempre difícil. Mas queremos crer que um maior intercâmbio entre Goa e a Metrópole, a organização de viagens para estudantes que lhes permitam regressar no período de férias a Goa por preços acessíveis e muitas outras medidas, como a canalização da emigração para a nossa África, já devidamente estudadas e ponderadas por quem de direito, atenuará, se não resolverá, o problema grave do ensino em Goa.

Quanto ao valor militar, o goês é essencialmente pacífico, mesmo de costumes brandos e, portanto, avesso a tudo o que seja guerra. Ainda que fisicamente fraco e débil, é contudo dotado de grande resistência à fadiga e de invulgar agilidade e destreza. O valor moral diante do perigo, salvo algumas e notáveis excepções, é bastante mau, não incluindo aqui os descendentes que de certo modo ainda guardam parte das características europeias.

Concluindo, o goês de um modo geral, não possui aquelas condições essenciais que lhe permitam ser um bom soldado. Esta apreciação, claro está, de modo algum diminui, antes mais destaca, alguns actos de verdadeiro heroísmo pessoal que nos últimos tempos se verificaram entre elementos da P. E. I. e que merecem a admiração de todos nós.

III — Recursos naturais

Sob o ponto de vista militar o território de Goa é bastante pobre em recursos naturais. Região essencialmente agrícola em que o arroz, o côco e a manga ocupam os primeiros lugares da produção e o revestimento florestal cobre larga zona do interior, não possui, no entanto, o suficiente

Revista da Cavalaria

para manter uma tropa necessária para a sua defesa, por mais exígua que ela fosse. A batata, o feijão e o grão, bases da alimentação do nosso soldado, não se cultivam em Goa. São de notar os esforços dos serviços de fomento agrícola que já nos conseguem dar hortaliças e verdes antigamente importados de Belgão, e cuja falta bastante se fez notar no início do bloqueio económico a que aquele território está sujeito por parte da União Indiana.

A grande riqueza de Goa é, sobretudo, o minério de ferro e manganês, abundante e localizado muito próximo dos locais de embarque. Bastante procurado pelas indústrias siderúrgicas alemã, sueca e japonesa, mantém constantemente um grande movimento marítimo de Murmugão e até ao largo da barra do Mandovi. É este o principal motivo pelo qual se pode dizer que em Goa a vida é barata e nada falta nas lojas e bazares admiravelmente fornecidos, desde automóveis último modelo, até às roupas de nylon e seda.

Quem observar a vida de Goa com atenção pode concluir com verdade, que de um modo geral existe um nível médio relativamente próspero, sobretudo se o compararmos ao nível de vida oriental extremamente baixo e onde a miúde se morre de fome.

Uma das dificuldades de Goa é a electrificação. Terra em que os rios são de um modo geral velhos, entre margens baixas, e sujeitos a largas estiagens, apresenta fracas possibilidades de aproveitamento hidroeléctrico, para não dizer nenhuma.

Só o parecer técnico de engenheiros da especialidade se poderia pronunciar sobre o valor das quedas de água do Dud-sagor. De resto, parece-nos que só por meio de centrais térmicas como as já existentes em Pangim, Mapuçá, Margão e Vasco da Gama, se poderá resolver o problema.

IV — Seu valor histórico

É bem verdade que temos de ir ao Oriente e, sobretudo, à nossa Índia para de lá podermos avaliar e medir a grandeza do esforço da nossa raça, e se há terra aonde se vive da história e do passado é a de Goa, aonde cada pedra, cada ruína, fala no tom cheio e forte das velhas epopeias. Quando penetramos no silencioso recolhimento de uma das grandes igrejas da Velha Goa e ali nos quedamos a ler nas lages do pavimento os nomes daqueles que daqui partiram outrora e lá deixaram os

Revista da Cavalaria

seus corpos ao serviço da Grei, quando avaliamos as lutas, o esforço, as lágrimas que foram necessárias para que nos pudesse ser legado o orgulho de um passado grande, quando nos demoramos a meditar sobre as muralhas daquelas fortalezas ainda impregnadas da epopeia e do heroísmo de 500, e tantas vezes queimadas pela pólvora das batalhas, não podemos deixar de sentir um frémito enorme de admiração a sacudir-nos, e verga-nos a alma um profundo sentimento de gratidão e reconhecimento por tanto esforço, tanto sacrifício e tanta grandeza!

Ocupando uma posição central no polígono estratégico magistralmente estabelecido por Albuquerque para o domínio do mar e, portanto, do comércio das Índias, Goa foi desde logo o quartel general do nosso Império no Oriente; ali se concentraram os vértices das actividades religiosa, militar e económica dos portugueses naquela zona, tão importante que levou El-Rei Dom Manuel a criar para sua governação o cargo de Vice-Rei.

Goa foi durante anos a esperança de uma Europa ameaçada dos turcos, e ali, na atmosfera grandiosa «das coisas da Índia» sonhou o Terrível a razia de Meca e o desvio do Nilo!

Tendo-se tornado rapidamente o principal centro de comércio entre a Europa e a Ásia, Goa viu a sua importância decair com o tempo, acompanhando o declínio do nosso Império no Oriente: Ficaram desertas as ruas da Velha Cidade, de Ormuz não mais vieram cavalos de guerra, a peste dizimou os seus habitantes, a floresta lentamente retomou o seu lugar invadindo as praças e os jardins, as igrejas envelheceram em ruínas e as grossas muralhas das fortalezas abriram-se em fendas onde cresceu a erva das monções. Mas o grandioso espírito da Epopeia não abandonou aquelas pedras, não se desentranhou daquelas ruínas, e ainda hoje nos assalta, nos domina, nos esmaga, quando vagueamos de alma tensa e coração oprimido entre aquelas paredes solitárias, mas tão cheias de presenças!

As ruínas do Passado são actualmente a grande força de Goa. A cristandade que ali fizemos aliada aos nomes de Francisco Xavier e de João de Brito, continua a ser uma afirmação espiritual enorme, não só em Goa mas em toda a Índia. Ainda hoje em Cochim e Madrasta o nome Português é respeitado e evocado quase com temor pela gente humilde, como se as grandes batalhas de D. Francisco de Almeida, de Afonso de Albuquerque, ou as façanhas gloriosas de Diu fossem de há poucos anos.

Mas é sobretudo a nós, idos aqui da Metrópole, que Goa entrega a sua mensagem de ordem, a sua palavra de confiança, o brado de incita-

Revista da Cavalaria

mento trazido de outrora e que se transforma no presente em uma certeza e uma fé inabaláveis:

«Ganha com sangue, Goa, só a troco de sangue será perdida».

V — Sua defesa militar

A embriagante sensação de independência, mãe de tantos excessos próprios das nacionalidades jovens e pouco experientes em questões de vida interna e externa, perturbou de tal modo a gerência política da União Indiana que esta esqueceu o facto de Goa ser mais velha que as suas reivindicações para cima de quatro séculos!

Recorreu a União a processos vários: Agitação da opinião pública e internacional, declarações históricas, notas excitadas e ignorantes de todo o «savoir faire» diplomático, coligações com bandidos a fim de assaltar populações indefesas, marchas de «satyagrahys», bloqueio económico, etc. Absteve-se, no entanto, até hoje, de empregar meios militares.

Foi contudo necessário da nossa parte preparar a defesa de Goa.

Olhemos agora para o lado de lá da nossa fronteira. Como o Sr. Nehrú muito bem disse ainda há pouco, a Índia, povo de muitos milhões, encontra-se actualmente quase desarmada. O seu exército relativamente pequeno debate-se com enormes problemas, como sejam a quase inexistência de um quadro de oficiais em condições de eficiência, dado que ao tempo do Império inglês, esse quadro era preenchido por oficiais ingleses que retiraram, as diferenças étnicas e linguísticas da sua massa de recrutamento, e as baixas qualidades militares da mesma, exceptuando os «gurkas» e os «sicks» aguerridos e bons soldados, que formam alguns batalhões. Além disto o equilíbrio muito precário e amiúde perturbado, da União, não permitiria o deslocamento e a hipoteca das forças necessárias para um ataque a Goa sem graves perigos para a sua integridade.

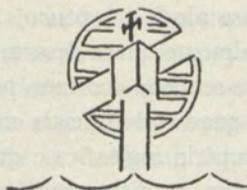
Aliem-se a estes factos o enorme atrazo de civilização em que se encontra grande parte da sua população, as rebeliões latentes do Hydrabad, do Pundjab, de Cachemira, a convivência difícil com o Paquistão, a atitude internacional assumida pela Índia como protectora e promotora da Paz, e até (difícil de acreditar a quem lá não foi nunca) esse terror atávico ao europeu e, mórmente ao português, que inexplicável-

Revista da Cavalaria

mente domina o indiano, juntem-se todos estes factos e resta-nos a nós uma maior confiança no futuro.

.....

Concluindo, queremos aqui dar parte daquela impressão que trouxemos de Goa: **É que a sua defesa pode ser possível, não apenas simbòlicamente, como o proclamam os pessimistas, mas efectivamente de maneira que não diminua a tradição daquela Terra, não envergonhe a dignidade daquelas ruínas, não desiluda a admiração dos que nos contemplam, mas antes afirme ao mundo inteiro que a nossa raça tem Fé, tem Orgulho e Sangue de Heróis!**



«Trofeu Salazar»

por REPÓRTER Z

É hoje, certamente, a prova desportiva-militar mais importante a que, em boa hora, foi criada para a disputa da magnífica obra de arte que o cidadão britânico Sir Eugen Millington Dracke ofereceu ao nosso Exército — o «Trofeu Salazar».

Talhada, assim nos parece pelas suas características, para os infantes, nela têm brilhado, com grande fulgor, os nossos cavaleiros.

Em 1955, os briosos representantes do Regimento de Cavalaria 5, ganhando a prova, levam consigo o ambicionado trofeu. Em 1956 é a Escola da Arma que, após brilhante comportamento, sai vencedora, batendo ainda, no conjunto, o máximo estabelecido. Se a vitória, em si é de apreciar e enaltecer, o facto de os esforçados cavaleiros terem batido o *record* da prova é motivo de legítimo orgulho.

A prova, como se sabe, é disputada pelas duas melhores patrulhas de cada uma das Regiões Militares e do Governo Militar de Lisboa, depois do apuramento feito nas respectivas Regiões. A fase final desenrola-se em Mafra, no campo de Tiro da E. P. I.

A competição é difícil. Na realidade, percorrer, armados e equipados, uma distância de 4,5 a 5 quilómetros, com obstáculos, findo o que terão de fazer fogo (e sabe-se quanto sossego de nervos e músculos é necessário para tal se conseguir com êxito) não está ao alcance de qualquer equipa. A equipa que o conseguir com bons resultados já comete proeza digna de nota. Mas a patrulha representativa da EPC não se contentou em conseguir «um bom resultado». Foi mais longe. Fazendo gala de magnífica preparação e de um apurado espírito de equipa, tão próprio da gente de Cavalaria, os briosos representantes da E. P. C. — nestas circunstâncias, representantes da Arma — não só venceram, como se deram ao luxo de bater o *record* da prova, façanha a todos os títulos notável, e que não é por demais enaltecer.

Glosa-se em todos os tons um golo conseguido, com mais ou menos força, num jogo de futebol; por que deixar no olvido a proeza da patrulha representativa da Escola e da sua Arma?

Revista da Cavalaria

*

Reunidas as patrulhas em Mafra, procedeu-se ao sorteio, na véspera da prova. O 1.º lugar coube à E. P. C., cabendo o último (10.º) à E. P. I, favorita sem contestação, dado que actuava no seu meio — que conhecia a palmos. Não se impressionaram os cavaleiros com o facto de terem de abrir a prova, tanto mais que era uma missão que à cavalaria competia — reconhecer o terreno...

Animados do melhor espírito de luta os rapazes iniciaram a prova



A patrulha da E. P. C. que bateu o record da prova

com decidida e clara vontade de deixar bem vincado o valor da sua Arma e da sua Escola.

As 8 horas do dia 11 de Dezembro, dão início ao *reconhecimento* que transformam em *ataque cerrado*, conseguindo vencer a *pista*, com o máximo de pontuação (39^m e 30^s).

Esta parte — 4.^a da prova — constava de um percurso sobre estrada e Corta-Mato. E que corta-mato!... Terreno de todo o tipo, de declive, lavrado, semeado, com mato alto, e capim gelado... Alguns obstáculos cortavam a pista, facto que não influíu no comportamento da equipa.

Revista da Cavalaria

A segunda parte da grande competição começou passados que foram 3 minutos, portanto, às 8,42^m e 30^s.

O percurso de 800 metros, fazendo a equipa vários tipos de tiro a distâncias variáveis, foi coberto em pouco mais de 8 minutos (tempo máximo estabelecido 15^m) o que deu à patrulha o máximo de pontuação.

No tiro de espingarda, a 300 e 200 metros, os cavaleiros obtiveram resultados excelentes, tendo abatido as silhuetas em menos 10^s quer dizer, quase ao primeiro tiro de cada atirador; não foram tão felizes no tiro de Metralhadora e de pistola metralhadora, mas mesmo assim só outra equipa conseguiu melhor; e no de pistola alcançaram a melhor pontuação deste ano!

É curioso notar que a equipa da E. P. C., apesar da sua excelente actuação, só teve a certeza da vitória quando da distribuição dos prémios, pois as equipas da 1.^a Região Militar, R. I. 6 e Metralhadoras 3, mercê das suas belas provas, mostravam-se capazes de chamar a si o triunfo. Maior merecimento, pois, tem a proeza cometida pelos componentes da patrulha da E. P. C. que bateu o *record* da prova com 919 pontos.

Eis os nomes dos brilhantes vencedores:

Sr. Alferes — Marcelo Victor Lopes César Monteiro
Furriel — José Francisco Inácio de Azevedo
1.^o Cabo 67/EP — João Teixeira Carlos
1.^o Cabo 193/55 — Luís da Silva Inácio
Soldado 111/55 — Francisco Diogo Moreira
Soldado 119/55 — Joaquim Madureira
Soldado 347/55 — José Gaspar Soares
Soldado 98/56 — António Fonseca Simões
Soldado 171/56 — José Assunção Amaral
Soldado 324/56 — Fernando Manuel Stoffel Coelho
Soldado 377/56 — Manuel Paulo Pinto
Soldado 400/56 — Fernando Oliveira e Silva

Na distribuição de prémios, vários oradores falaram, tendo Sua Ex.^a o General Pinto Ribeiro, Director da Arma de Infantaria, tido a gentileza de dirigir palavras de muito louvor aos componentes das equipas que, disse, actuaram em nível superior ao do ano transacto.

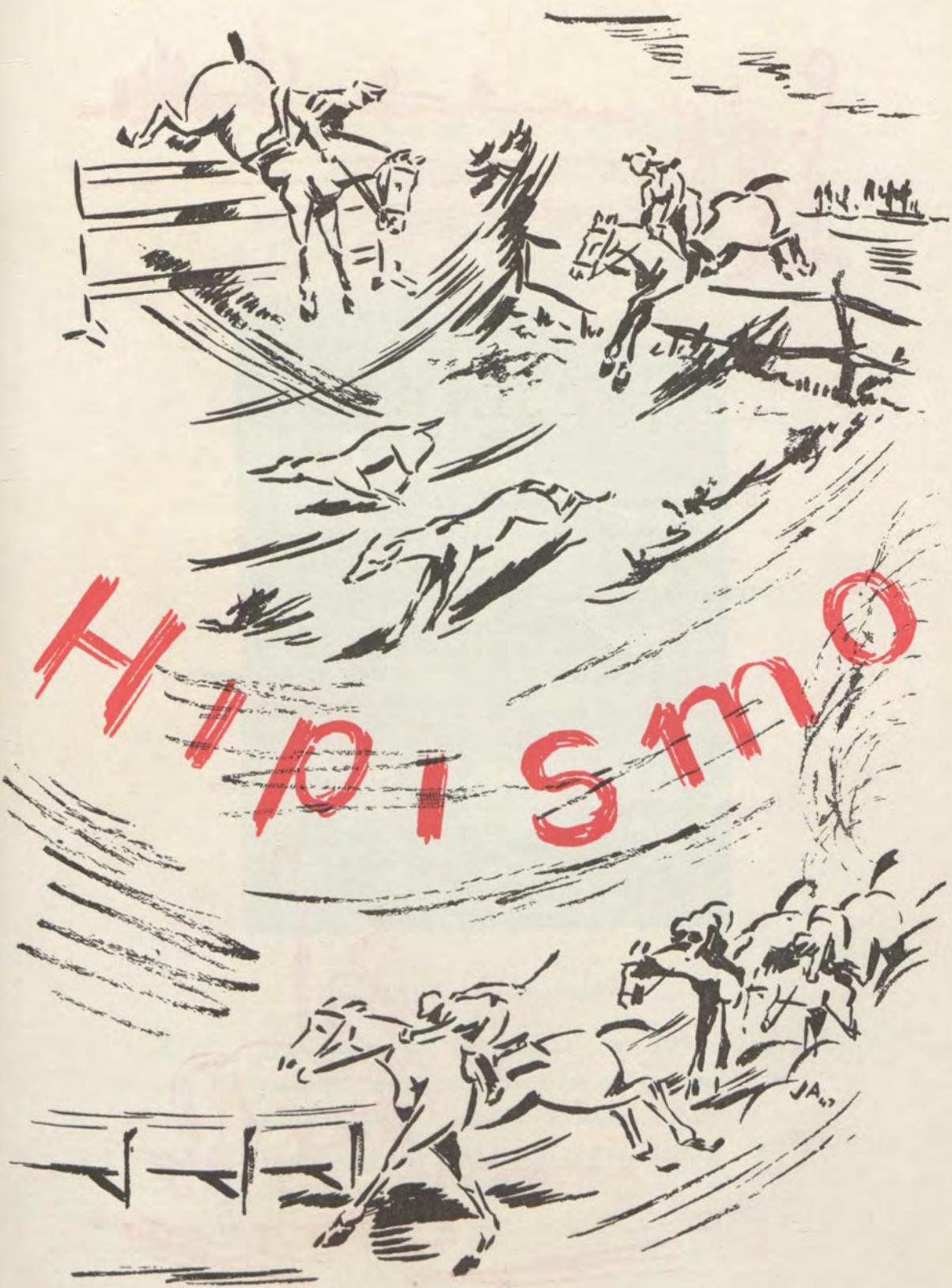
Revista da Cavalaria

Encerrou a série de discursos o Sr. Director da Arma de Cavalaria que agradeceu as referências feitas à Nossa Arma.

Publicam-se a seguir os resultados obtidos pelas equipas concorrentes:

1. ^a — Escola Prática de Cavalaria	919 pontos
2. ^a — Regimento de Infantaria n.º 6	897 »
3. ^a — Batalhão de Metralhadoras n.º 3	861 »
4. ^a — Regimento de Infantaria n.º 3	809 »
5. ^a — Escola Prática de Infantaria	769 »
6. ^a — Regimento de Cavalaria n.º 5	722 »
7. ^a — Batalhão de Engenhos	698 »
8. ^a — Batalhão de Caçadores n.º 1	695 »
9. ^a — Regimento de Infantaria n.º 12	552 »
10. ^a — Batalhão de Caçadores n.º 8	542 »





Hippismo



SUMÁRIO

II Campeonato do Cavaleiro de
Obstáculos

Divagando sobre os Jogos Olímpicos
de Estocolmo

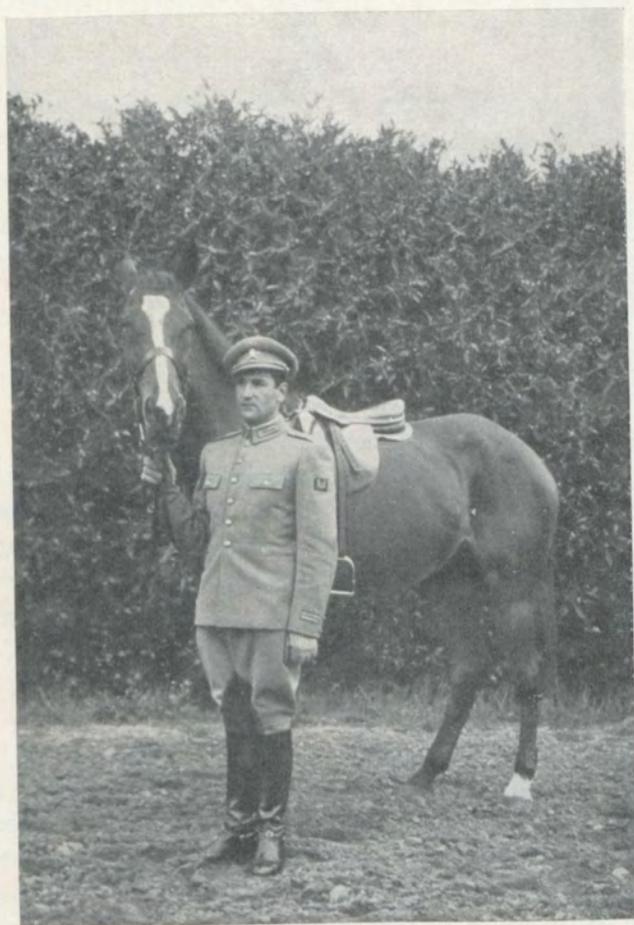
Major Reymão Nogueira

Ronda dos Concursos Nacionais

Major António Crespo



II CAMPEONATO DO CAVALEIRO
DE OBSTÁCULOS



Tenente Álvaro Sabo

*Campeão de Portugal em 1956,
junto do cavalo «Licorne» em que ganhou
brilhantemente o segundo Campeonato do
Cavaleiro de Obstáculos realizado
em Portugal*

DIVAGANDO SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS DE ESTOCOLMO

pelo Major REYMÃO NOGUEIRA

Nestes ligeiros apontamentos pretendemos apenas focar que nos jogos olímpicos de Estocolmo se assistiu mais uma vez ao triunfo do método e da organização sobre o imprevisto e a preparação deficiente.

Não envolvem estas considerações críticas pessoais ou sequer remoques de qualquer natureza e sentir-nos-íamos felizes se elas tivessem algum efeito benéfico sobre a preparação da nossa equipe para os próximos jogos olímpicos equestres.

*

Não há dúvida que o assistirmos a umas olimpíadas equestres, como simples espectadores, nos dá ângulos e perspectivas diferentes do que quando nelas participamos. Vimos coisas nesta situação, inéditas para nós, que talvez não nos fosse possível observar noutras circunstâncias e só temos pena que tão proveitosa experiência não possa, por razões económicas, ser repetida mais vezes, ao menos para assistirmos às provas internacionais da única modalidade que actualmente praticamos em público.

Não vamos aqui fazer, de novo, o comentário técnico das provas a que assistimos, porque além de nós já outros o fizeram com toda a proficiência e arte.

Queremos antes ensaiar algumas suposições sobre a maneira como foi possível a certos países obter bons resultados e, se pudermos, contribuir com o nosso fraco auxílio para ajudar a criar uma psicose olímpica no nosso País.

Revista da Cavalaria

Porque a primeira conclusão que se tira é que há uma preparação feita a longo prazo, por aqueles que se evidenciaram em Estocolmo e o ponto está em saber qual a importância do papel que nós próprios podemos desempenhar.

«A honra é participar» mas mais honra será ganhar, esta é que é a verdade por mais que os idealistas a não aceitem. Ora para ganhar nas Olimpíadas são necessárias muitas coisas e, além de todas elas, é preciso algum dia começar a preparar a nossa representação olímpica, acima e com sacrifício de qualquer outra finalidade.

Partindo do pressuposto, aceite sem relutância de que temos cavaleiros com qualidades em potência, para serem em futuro próximo vedetas de primeira grandeza em qualquer das modalidades, precisamos em primeiro lugar de os familiarizar com o ambiente internacional em qualquer dessas modalidades e ainda de os tornar conhecidos dos Juris do «Grand Prix» e dos Três dias, visto que nos obstáculos ganha quem chega primeiro e com menos faltas...

Depois, deixemo-nos de ilusões, aprende-se muito mais quando competimos com essas vedetas do que quando nos criticamos uns aos outros no acanhado meio nacional. Aprende-se mesmo muito a ver nos bastidores, que são aqui os campos de treino, a bisbilhotar por aqui e por ali e até... a seleccionar o bom do mau.

*

Que tristeza que a França com a mais rica tradição equestre que desejar se pode, se tenha apresentado abaixo das suas possibilidades, com cavalos de refugo na Alta Escola, com fracos representantes nos Três dias e até com uma equipe relativamente fraca nos Obstáculos...

Na Alta Escola só um representante estava à altura das tradições francesas e até esse montava pela terceira vez o mesmo cavalo aliás brilhantemente preparado. E que grande equitador é Joussaume!

Será consequência da inconstância política que por lá impera? Falta de possibilidades não é com certeza.

Em contrapartida outros que ainda há poucos anos eram inexistentes, por exemplo a Rússia em Alta Escola, apareceram agora em posição invejável.

Pode concluir-se que o método, e perseverança e boa orientação de uns, carecem inteiramente a outros? Pensamos que sim e para isso basta olhar para o quadro de classificações.

Revista da Cavalaria

Tomámos como exemplo número um a Alemanha: Saída há pouco da guerra, com o seu território retalhado e ocupado, cerrou os dentes e foi a grande triunfadora no conjunto das três modalidades.

Será a qualidade dos cavalos alemães superior à dos outros? Pensamos que nem por sombras, sobretudo para a Alta Escola e Três dias.

Atente-se a que foi no campo, onde o sangue mais se revela, que a equipe alemã do Campeonato mais baixou. No entanto, quer numa quer noutra a Alemanha impôs-se e não acreditamos que tenha uma melhor teoria para preparação do que qualquer outro país. O que tem é melhor preparação efectiva, mais continuidade, mais disciplina, mais vontade, e, a par disso, quase constantemente provas públicas que vão fazendo a selecção natural.

Muito gostaríamos de poder visitar com frequência a Alemanha para observar tudo isto! Estamos certos que nesta altura há dúzias de cavalos que estariam aptos a disputar uma olimpíada e a disputá-la com brilho, enquanto que outros estão já em cuidada preparação para 1960.

A Suécia com três medalhas de ouro foi outro grande exemplo com St. Cyr e a restante equipa em grande plano na G. P. de Alta Escola e Kastenman com um brilhante individual nos Três dias.

Nota-se o carinho que a Suécia dá à preparação dos seus representantes olímpicos, que são figuras populares e conhecidas por onde quer que passem.

O cavalo de St. Cyr não é bonito, mas tem alguns trabalhos particularmente brilhantes. O *piaffer* sem ser bom é nitidamente melhor do que o de *Master Ruffus*, vencedor em Helsinquia, talvez como consequência de uma melhor descontracção de cavalo e cavaleiro.

Será influência da equitação francesa e do General Ducaentry, cujo livro St. Cyr diz seguir inteiramente? Mas então, como pretendia demonstrar, não há o triunfo da equitação alemã sobre qualquer outra, mas sim o de uma melhor e mais cuidada preparação que aliás pode ser seguida por qualquer.

A equipe alemã de Alta Escola apresentou-se muito bem e seria interessante saber-se quem preparou os cavalos e por que método...

Estamos convencidos que as graciosas vedetas femininas que representaram a Alemanha nesta prova, seguindo aliás uma tradição alemã, não prepararam elas próprias os cavalos que montavam, mas que nos perdoem se levantamos falsos testemunhos.

Isso de resto não interessa grandemente e já Lis Hartel, de novo brilhante, segunda na classificação individual, tinha consigo o seu professor que será normalmente o professor também de *Jubilée*.

Revista da Cavalaria

A equipe Suíça continua a revelar-se eficaz e ganhou a medalha de cobre.

Confessamos que à parte a regularidade, não nos entusiasmos grandemente, mas esse facto mesmo demonstra a excelência da preparação.

Os russos, foram para nós subestimados nas classificações, mas o que de qualquer modo é um facto indiscutível é que apresentaram, de Helsinquia para cá progressos impressionantes.

Desde a qualidade dos cavalos, muito homogénea agora, até à sua preparação, não pareciam os mesmos de há 4 anos.

Como tudo para lá da Cortina, os seus métodos de trabalho são incógnita difícil de encontrar, mas não cremos que não haja qualquer intervenção estrangeira, alemã possivelmente, na orientação do seu trabalho.

As idades dos cavalos também são pelo menos estranhas. *Ingas* tinha 7 anos, *Repertoire* 8 e *Skatchek* 6 (!!).

Com que idade teriam começado a preparação destes cavalos, se nos lembrarmos que para se obterem bons resultados, são precisos pelo menos 4 anos de trabalho?

É pena que nada saibamos sobre os seus métodos de ensino.

Deixamos para o fim a nossa representação, reduzida a Pereira d'Almeida, com *Feitiço*, para acrescentar apenas ao que já escrevemos: Não é de mais salientar a honestidade e a regularidade da prova dos dois. Já todos sabem que o *piaffer* foi o melhor e mais regular de quantos lá apareceram e isso já é alguma coisa.

Faltou a classe e o brilho ao cavalo, no conjunto dos trabalhos e só se fica triste ao pensarmos que ele era não só o melhor, mas o único capaz, na altura, de se apresentar em bom plano.

E agora a 3 anos e meio das próximas olimpíadas que temos para esta prova?

*

A equipe inglesa quis ganhar a medalha de ouro do campeonato completo e ganhou-a, com regularidade; podia ainda fazer melhor porque individualmente teve que contentar-se com uma medalha de cobre. Tiveram penalizações no *steeple* pouco justificáveis, mas a classe dos seus cavalos na difícil prova de campo compensou o resto.

Convém sublinhar-se que partiram para as provas de campo com boa classificação tanto individual como colectiva, no picadeiro. E, con-

Revista da Cavalaria

tudo, ainda há poucos anos se dizia que os ingleses não sabiam preparar cavalos em picadeiro...

Os alemães partiram com as melhores classificações em picadeiro e dos três foi justamente o que ganhou o segundo lugar o que teve a prova mais fraca no ensino. Quer dizer: Se os dois outros cavalos aguentassem no campo a posição conquistada teríamos tido mais uma medalha de ouro colectiva para a Alemanha...

A Suécia preparou a sua equipe com cuidado para repetir a proeza de Helsinquia. Mas *Blixen-Finecke*, o vencedor de Helsinquia, teve vários acidentes no campo e *Arker* não chegou ao fim. *Kartenman* salvou a situação ganhando brilhantemente a individual.

Os cavalos deviam estar bem treinados no terreno, mas dois dias antes da prova começar ainda encontramos *Blixen-Finecke* a fazer a pé o percurso do «cross». Nada deixaram à sorte!...

O Canadá também merece os nossos elogios: Teve a medalha de cobre e para país quase estrepante nesta prova não podia ter entrado melhor.

Da nossa equipe não podíamos esperar grande coisa e não a tivemos realmente, à parte o esforço dos seus componentes, praticamente com cavalos às costas durante todo o «cross». Cavaleiro conseguiu chegar ao fim com *Marte*, cavalo sem nenhuma qualidade, nem para este nem para outro fim.

Marte desanimou depois de uma queda bastante forte e não chegou a energia de Sabbo para o fazer andar.

Finalmente Duarte Silva com *Heleboro* teve pouca sorte no campo, porque perdeu muito tempo a desvencilhar o *Estica* do célebre obstáculo 22.

Dos três era o único cavalo que tinha possibilidades de boa prova. Mas nunca pode aspirar aos primeiros lugares porque tem mau passo e pouca presença para a prova de picadeiro, que é como sabemos decisiva.

Não acreditamos em repetições a 4 anos de intervalo para o campeonato. Veja-se *Jubal* que não se mostrou sombra do que foi em Helsinquia.

Heleboro será, por agora, o único reserva para a equipe de 1960 entre os que participam em Estocolmo, mas mais que isso, não acreditamos, como não acreditamos no comum dos cavalos alemães que têm sido comprados para Portugal, para fornecerem a equipe do campeonato olímpico das próximas olimpíadas.

Revista da Cavalaria

*

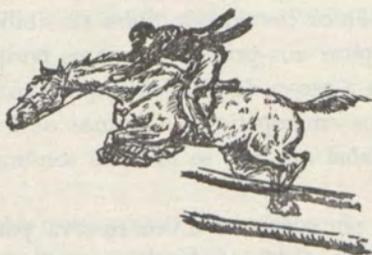
Finalmente alguns apontamentos sobre a nossa equipe de obstáculos: Não há dúvida que fomos infelizes, além do mais, porque qualquer dos cavalos tinha recursos para chegar ao fim sem grande penalização.

Mas aqui, faltou um pouco mais de «calo» de montar em provas internacionais muito frequentemente e em especial em Taças das Nações.

O conjunto tem que estar perfeitamente afinado e treinado para que não surjam surpresas e a prova de Calado demonstrou o que afirmamos, porque decorreu como decorreria uma *Omnium* de qualquer concurso da província: Mesma sensação de segurança, mesmas probabilidades de toques, mesmo à-vontade do cavaleiro, que nem esqueceu o estudo do piso... nem as costumadas «cerimónias».

Alargamo-nos demais, mas não tivemos tempo para «escrever menos»; afinal caímos na análise objectiva de algumas provas quando queríamos analisar apenas os métodos e empregar a nossa dialéctica toda, em exaltar a necessidade de cuidarmos com mais tempo e método da nossa preparação olímpica.

Mas haverá quem tenha dúvidas que para participarmos com brilho nas olimpíadas de... 1964, devemos principiar já?...





RONDA DOS CONCURSOS NACIONAIS

pelo Major ANTÓNIO CRESPO

*D*entro da orientação seguida pela nossa Revista após o aparecimento de «O Ano Hípico Português», limitamo-nos a publicar uma crónica sumária e os resultados da actividade hípica do ano de 1956 no referente a provas de obstáculos, deixando àquela publicação a apreciação de detalhe.

Nesta crónica não se inclui o Concurso Hípico Internacional de Lisboa, por a ele nos termos referido pormenorizadamente no nosso número de Março-Abril.

MAFRA

Mafra iniciou a temporada dos Concursos Nacionais. No Hipódromo da Escola Militar de Equitação, fizeram os últimos preparativos para as Olimpíadas os nossos internacionais, atentamente observados por um público competente que, nas tribunas, à sombra dos seculares e frondosos plátanos, seguia interessado os diversos percursos.

Naire, que durante o ano haveria de dar boa conta de si, pilotado por Xavier de Brito ganhou a prova de entrada.

No Grande Prémio, *Caramulo*, *Granada* e *Martingil* ocuparam os lugares de honra, proeza que, durante a temporada haveriam de repetir.

Revista da Cavalaria

A prova de preparação olímpica foi ganha por Henrique Callado no seu *Caramulo*.

A prova de ensino foi ganha por *Feitiço* montado por Pereira de Almeida que durante as Olimpíadas tão brilhante figura haveria de fazer.



O Capitão Pereira de Almeida montando o cavalo «Feitiço» em que ganhou o «Grande Prêmio de Ensino de Mafra»

RESULTADOS

Prova «Omnium»

(1.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos
1. ^o	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>
2. ^o	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>
3. ^o	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>
4. ^o	Ten. Ferrand Almeida	<i>Caricia</i>
5. ^o	Ten. Monteiro da Graça	<i>Ambeno</i>
6. ^o	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Calin</i>
7. ^o	Alf. Carlos Campos	<i>Gascogne</i>
8. ^o	Cap. Ferreira Cabral	<i>Cová</i>
9. ^o	Cap. Correia de Freitas	<i>Ousada</i>

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos
10.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Preta</i>
11.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Lirio</i>
12.º	Ten. Roberto Durão	<i>Matuto</i>
13.º	Paulo R. Teles	<i>Bhyme</i>

(2.ª Série)

1.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>
3.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Hércules</i>
4.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>
5.º	Cap. Cruz Azevedo	<i>Impecável</i>
6.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Imperatrix</i>
7.º	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>

Prova «Escola Prática de Infantaria»

1.º	Cap. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>
3.º	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>
4.º	Cap. Jorge Matias	<i>Marrafa</i>
5.º	Cap. Craveiro Lopes	<i>Brilhante II</i>

Prova «Escola Militar de Equitação»

1.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Cová</i>
2.º	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>
3.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>
4.º	Ten. Ivens Ferraz	<i>Hélia</i>
5.º	Ten. Roberto Durão	<i>Matuto</i>
6.º	Cap. Correia de Freitas	<i>Ousada</i>
7.º	Ten. Lemos Pires	<i>Moreno</i>
8.º	Luís Sobral	<i>Fubraio</i>
9.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Bacalhau</i>
10.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>
11.º	Ten. Ivens Ferraz	<i>Idria</i>
12.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>
13.º	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Martha</i>

Prova «Câmara Municipal de Mafra»

1.º	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>
2.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>
3.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>
4.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Vênus</i>
	Cap. Cruz Azevedo	<i>Licorne</i>

Revista da Cavalaria

Prova «Preparação Olímpica»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos
1.º	Cap. Henrique Callado	Caramulo

Prova «Grande Prémio de Ensino»

1.º	Cap. Pereira Almeida	Feitiço
-----	----------------------	---------

Prova «Sargentos»

1.º	Fur. Almeida	Infiel
2.º	Fur. Leote Gonçalves	Conhaque
3.º	2.º Sarg. Francisco Caetano	Candidato

SANTARÉM

No meio da Exposição-Feira do Ribatejo se armou um pequeno recinto onde se realizaram as provas do Concurso Hípico. No espaço pedido para a pista tiveram que se instalar não só a pista como também as tribunas e os lugares para o público do peão. As reduzidas dimen-



O Tenente Ivens Ferras montando o cavalo «Lanceiro» em que ganhou o «Grande Prémio de Santarém»

Revista da Cavalaria

sões do campo obrigaram os cavaleiros a dominar bem os seus cavalos e deram muitas dores de cabeça ao director de campo, para conseguir dispor os obstáculos de forma a obter percursos bem marcados.

Os cavaleiros em número avultado, entre os quais se notavam dois coronéis, apresentaram nada menos do que 117 cavalos.

Neste concurso acertaram-se as agulhas à equipe que iria disputar os concursos de Barcelona e de Burgos.

Entre os animais novos notaram-se bons percursos das éguas alemãs *Grã-Duquesa* e *Granja*.

No Grande Prémio a destacar o brilhante percurso de *Lanceiro* primorosamente montado por Ivens Ferraz que conseguiu o único percurso limpo. *Wendover* deu saltos magníficos e foi pena um pequeno desencontro no fim do percurso que não permitiu haver outro percurso limpo. *Fagulha* e *Eclairer* também fizeram boas provas.

RESULTADOS

Prova «Comissão Municipal de Turismo»

(Omnium — 1.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	0 0,46
2.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Cová</i>	0 0,47-1
3.º	Alf. Marques Pereira	<i>Heraldo</i>	0 0,48-1
4.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0 0,48-3
5.º	Alf. Carlos Campos	<i>Febe</i>	0 0,49-2
6.º	Ten. Soares Branco	<i>Adular</i>	0 0,50
7.º	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	0 0,50-1
8.º	Cap. Augusto Lage	<i>Lotus II</i>	0 0,51-1
9.º	Alf. Marques Pereira	<i>Jogal</i>	0 0,52-4
	Dr. J. Sousa Pereira	<i>Eclairer</i>	0 0,52-4
11.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Star Rose</i>	0 0,53
12.º	Alf. Mendes Paulo	<i>Urgo</i>	0 0,53-1
13.º	Ten. Santos Leite	<i>Pascal</i>	0 0,54-4
14.º	Paulo Ribeiro Teles	<i>Bhyme</i>	0 0,56-2
15.º	Ten. Gabriel Soares	<i>Ilheu</i>	3 0,58-4
16.º	Asp. Pimenta da Gama	<i>Fas Tudo</i>	3 1,02-1
17.º	Alf. Duarte Pinto	<i>Helénico</i>	3 1,04-3
18.º	Ten. Santos Leite	<i>Picanceira</i>	3 1,08

Revista da Cavalaria

Prova «Câmara Municipal de Santarém» (Omnium — 2.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	0 0,53-1
2. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	3 1,01-4
3. ^o	Cor. Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	3 ³ / ₄ 1,08-3
4. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 0,48-3
5. ^o	Ten. Ivens Ferraz	<i>Bélico</i>	4 0,49-4
6. ^o	Cap. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	4 0,51
7. ^o	Cap. Craveiro Lopes	<i>Mustard</i>	4 0,51-3
8. ^o	Ten. Ivens Ferraz	<i>Lanceiro</i>	4 0,52
9. ^o	Cap. Craveiro Lopes	<i>Panóplia</i>	4 0,54

Prova «Juventude»

1. ^o	Picão Fernandes	<i>Fusileiro</i>	0 0,54
2. ^o	D. Teresa Santa Iria	<i>Liger</i>	4 0,52-3
3. ^o	Lourenço F. Tomaz	<i>Dream</i>	4 0,52-4
4. ^o	Picão Caldeira	<i>Eclairer</i>	7 1,09-2

Prova «Junta de Provincia do Ribatejo»

1. ^o	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	0 0,45-3
2. ^o	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>	0 0,45-4
3. ^o	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0 0,47
4. ^o	Alf. Lemos Alves	<i>Fadado</i>	0 0,50-3
5. ^o	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Star Rose</i>	0 0,52-4
6. ^o	Cap. Craveiro Lopes	<i>Panóplia</i>	3 0,58-3
7. ^o	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 0,44-3
8. ^o {	Cap. Ferreira Cabral	<i>Cová</i>	4 0,46-2
	Ten. Ivens Ferraz	<i>Bélico</i>	4 0,46-2
10. ^o	Cap. Craveiro Lopes	<i>Mustard</i>	4 0,47
11. ^o	Ten. Soares Branco	<i>Adular</i>	4 0,48-3
12. ^o	Alf. Duarte Pinto	<i>Helênico</i>	4 0,49-3
13. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	4 0,50
14. ^o	Cap. António Romeiras	<i>Djinn</i>	4 0,50-2
15. ^o	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	4 0,52
16. ^o	Ten. Engrácia Antunes	<i>Bonança</i>	4 0,53
17. ^o	Ten. Santos Leite	<i>Pascal</i>	4 0,53-1

Prova «Grémio da Lavoura de Santarém»

1. ^o	Ten. Rodrigues Mano	<i>Gambosino</i>	0 0,45-2
			0 0,24-2
2. ^o	Ten. Ivens Ferraz	<i>Lanceiro</i>	0 0,45-2
			4 0,23-1

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	0 0,46-2
4.º	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Lambareiro</i>	0 0,46-3
5.º	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Nacional</i>	0 0,49-2
6.º	Alf. João Sequeira	<i>Orly</i>	0 0,51-3
7.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Oxalá</i>	0 0,51-4
8.º {	Alf. Henrique Mora	<i>Débil</i>	0 0,53-3
	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	0 0,53-3
10.º	Cap. Augusto Lage	<i>Lotus II</i>	0 0,56-2
11.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	4 0,44
12.º	Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	4 0,44-2
13.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 0,44-3
14.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	4 0,46-2
15.º	Ten. Luiz Sequeira	<i>Dracus</i>	4 0,52
16.º	Alf. Marquilhas	<i>Lictor</i>	4 0,53
17.º	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	7 1,01

Prova «Clube de Santarém»

1.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	0 0,50-1
2.º	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	0 0,53
3.º	Rogério de Macedo	<i>Dinar</i>	3 3/4 1,11-4
4.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	4 0,48-3
5.º	D. Henrique Mendia	<i>Czapska</i>	4 0,57-2
6.º	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	7 0,59-4

Prova «José Rodrigues Santo» (Caça)

1.º	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>	0,52-3
2.º	D. Henrique Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	0,53-2
3.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0,53-3
4.º	Luiz Sobral	<i>Fubraio</i>	0,55
5.º {	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	0,56-3
	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Martha</i>	0,56-3
7.º {	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	0,58-2
	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	0,58-2
9.º	Ten. Ferrand d'Almeida	<i>Jacaré</i>	1,01-4
10.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Ibéro</i>	1,02-4
11.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>	1,03
12.º	Ten. Santos Leite	<i>Pascal</i>	1,04
13.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	1,04-1
14.º	Ten. Gabriel Dores	<i>Iheu</i>	1,05
15.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Star Rose</i>	1,05-4

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
16.º	Nuno Botelho	<i>Necessário</i>	1,06
18.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	1,06
	Cap. António Seródio	<i>Que Infeliz</i>	1,06-3

Prova «Governador Civil de Santarém»

(Grande Prémio)

1.º	Ten. Ivens Ferraz	<i>Lanceiro</i>	0 0,55-3
2.º	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	5 1,03-1
3.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Eclairneur</i>	5 1/2 1,10
4.º	Cor. Mena e Silva	<i>Wendover</i>	5 1/2 1,05-2
5.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	8 0,54-3
6.º	Cap. Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	8 0,58-4

Prova «Guarnição Militar de Santarém»

1.º	Cap. Virgílio Raposo	<i>Flama</i>	0 0,49-3
2.º	Ten. Pinto de Aguiar	<i>Ali Babá</i>	0 0,54
3.º	Cap. Virgílio Raposo	<i>Invasor</i>	0 0,55-4
4.º	Ten. Lemos Pires	<i>Moreno</i>	0 0,56-2
5.º	Alf. Pimenta da Gama	<i>Fiado</i>	0 0,57-2
6.º	Ten. Brito da Cruz	<i>Censor</i>	0 0,57-4
7.º	Alf. Henrique Mora	<i>Olaia</i>	0 0,58-3
8.º	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	0 0,58-4
9.º	Ten. Helder Matias	<i>Jumardo</i>	3 0,59-4
10.º	Ten. Amadeu Duarte	<i>Lusitano</i>	3 1,02-2
11.º	Vasco L. Ramires	<i>Quintal</i>	3 1,02-3
12.º	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Caneças</i>	3 1,03-2

ÉVORA

Graças à dedicação e tenacidade do Coronel Luiz de Camões e do Tenente Coronel Arthur Mathias lá se realizou mais um concurso na Cidade-Museu. É pena que o público, e mais, o público de uma região de cavalos, não corresponda ao esforço desses grandes *carolas* e brilhe pela sua ausência.

Revista da Cavalaria

Os concorrentes não deixaram de aparecer e assim correram debaixo do sol abrazador da capital do Alentejo, 98 cavalos.

O Coronel Ribeiro de Carvalho, montou com alma de alferes conseguindo os segundos lugares da «Omnium» e do «Grande Prémio».

Borlista, o velho *Borlista*, de que Évora não pode esquecer uma célebre «Caça», ganha aqui há uns anos, agora montado por Augusto



O Major António de Spinola montando o cavalo «Achiles» em que ganhou a «Taça de Honra de Évora»

Lage, ganhou o «Grande Prémio» batendo em tempo os seus competidores.

A «Taça de Honra» foi ganha por *Achiles*, especialista neste género de provas.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Prova «Omnium»

(1.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	Alf. Carlos Campos	<i>Febe</i>	0 0,51-1
2. ^o	Cap. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	0 0,52-1
3. ^o	Ten. Helder Matias	<i>Jumarte</i>	0 0,53
4. ^o	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	0 0,53-2
5. ^o	Ten. Helder Matias	<i>Bambi</i>	0 0,54-1
6. ^o	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	0 0,55
7. ^o	Ten. Ferreira da Cunha	<i>Calin</i>	0 0,56
8. ^o	Alf. Gonçalves Ribeiro	<i>Nacional II</i>	0 0,57-3
9. ^o	Cap. F. Cavaleiro	<i>Bacalhau</i>	0 0,58-3
10. ^o	Ten. Brito da Cruz	<i>Censor</i>	0 0,59-2
11. ^o	Cap. Augusto Lage	<i>Lotus II</i>	0 1,03

(2.^a Série)

1. ^o	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0 1,01
2. ^o	Cor. Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	0 1,01-3
3. ^o	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	0 1,03-4
4. ^o	Cor. Mena e Silva	<i>Wendover</i>	0 1,07
5. ^o	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,15-1
6. ^o	Cor. Mena e Silva	<i>Marlborough</i>	0 1,15-4
7. ^o	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	3 1,16-4

Prova «Caça»

(1.^a Série)

1. ^o	Ten. Helder Matias	<i>Bambi</i>	0,57-2
2. ^o	Ten. Helder Matias	<i>Jumarte</i>	0,57-3
3. ^o	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	0,58-2
4. ^o	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Martha</i>	1,01-1
5. ^o	Ten. Santos Leite	<i>Pascal</i>	1,01-4
6. ^o	Cap. António Seródio	<i>Que Infelis</i>	1,02
7. ^o	Ten. Amadeu Duarte	<i>Lusitano</i>	1,05-1
8. ^o	Alf. Duarte Pinto	<i>Impávido</i>	1,06-1
9. ^o	Alf. Henrique Mora	<i>Olaia</i>	1,06-2
10. ^o	Alf. Carlos Campos	<i>Gascogne</i>	1,07-3

Revista da Cavalaria

(2.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	1,02-2
2. ^o	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	1,02-3
3. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	1,08
4. ^o	Cor. Mena e Silva	<i>Wendover</i>	1,10
5. ^o	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	1,11-3
6. ^o	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	1,14-1
7. ^o	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	1,14-4

Prova «Ensinio»

1. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	92 p.
2. ^o	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	144 p.
3. ^o	Lobo da Costa	<i>Albatros</i>	158,7 p.
4. ^o	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Positivo</i>	166

Prova «Forças do Ministério do Interior»

1. ^o	Alf. Lemos Alves	<i>Fadado</i>	0 0,59 — 0,26-2
2. ^o	Ten. Helder Matias	<i>Bambi</i>	0 0,59-1 — 0,30
3. ^o {	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Bambu II</i>	0 0,59-3
	Ten. Santos Leite	<i>Pascal</i>	0 0,59-3
5. ^o	Ten. Ferrand Almeida	<i>Brioso III</i>	0 0,59-4
6. ^o	Ten. Ferreira da Cunha	<i>Framboesa</i>	0 1,00-1
7. ^o	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	0 1,00-2
8. ^o	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>	0 1,02-3

Prova «Casacas Encarnadas»

1. ^o	Francisco Caldeira	<i>Bambu</i>	0 1,02-2
2. ^o	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	3 1,05-3
3. ^o	Dr. Sousa Pereira	<i>Eclairneur</i>	3 1/4 1,15
4. ^o	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	4 0,57-3

Prova «Nacional»

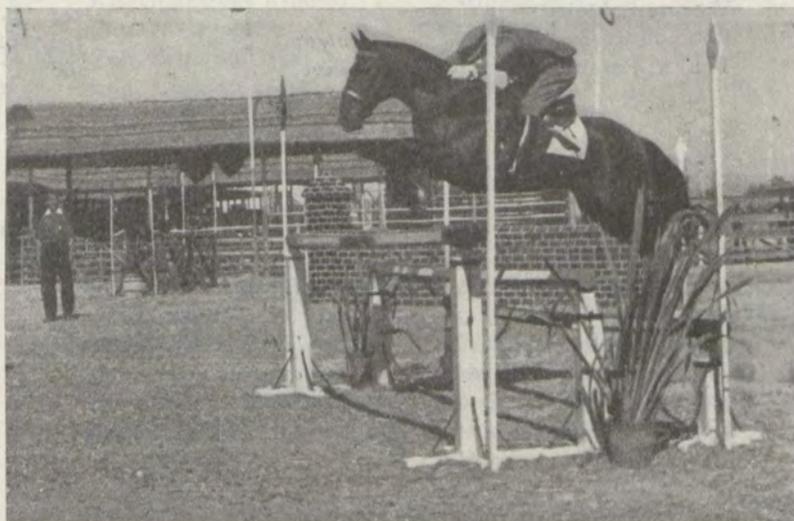
1. ^o	Ten. Helder Matias	<i>Jumarte</i>	0 1,01-3
2. ^o	Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	0 1,02
3. ^o	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	0 1,03
4. ^o	D. Caetano Lancastre	<i>Invento</i>	0 1,03-2

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	0 1,04-2
6.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>	0 1,05
7.º	Cap. António Seródio	<i>Que Infeliz</i>	0 1,06

Prova «Grande Prémio»

1.º	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	0 1,13
2.º	Cor. Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	0 1,13-2
3.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0 1,14-1
	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	0 1,14-1
5.º	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>	0 1,14-4
6.º	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	1/4 1,21-3
7.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 1,05-1



O Capitão Augusto Lage montando o cavalo «Borlista»
em que ganhou o «Grande Prémio de Évora»

Prova «Estafetas»

1.º	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Caneças</i>	}	0 1,29-4
	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>		
	Ten. Ferrand Almeida	<i>Marrafa</i>		
2.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	}	0 1,30-3
	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Ca foné</i>		
	Cap. Pereira Almeida	<i>Florentina</i>		

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	0 1,33-2
	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	
	Alf. Henrique Mora	<i>Olaia</i>	
4.º	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,40
	Cor. Mena e Silva	<i>Wendover</i>	
	Cor. Ribeiro Carvalho	<i>Farsola</i>	

Prova «Despedida»

1.º	Alf. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	0 0,56-2
2.º	Ten. Amadeu Duarte	<i>Lusitano</i>	0 0,56-4
	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>	0 0,56-4
4.º	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	4 0,53-3
5.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	4 0,54-2
6.º	Alf. João Sequeira	<i>Magriço</i>	4 0,56-3
7.º	Ten. Silva Baptista	<i>Marinheiro</i>	4 1,00
8.º	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	4 1,01
9.º	Alf. Marques Pereira	<i>Heraldo</i>	4 1,01-3
10.º	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Grândola</i>	4 1,02-2

«Taça de Honra»

1.º	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,02-4
2.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 1,06-3
3.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	4 1,11

ELVAS

O simpático grupo dos rapazes da Sociedade Hípica e Lebreira de Elvas, realizou o seu concurso ao qual compareceu um grupo de cavaleiros espanhóis que se deslocaram da cidade fronteiriça de Badajoz. Foram eles Botana Rosse, Sanchez Pareja e Perez Abascal que montaram *Vico*, *Embalage*, *Apirin*, *Hosco*, *Castillejo* e *Bayado*.

As provas reuniram 92 cavalos e todos se esforçaram por se classificar o melhor possível nas várias provas.

O «Grande Prémio» foi muito bem disputado indo à barragem os *zero pontos*; duas éguas alemãs que já se haviam feito notar em concursos anteriores e que neste concurso se tinham sempre classificado.

Revista da Cavalaria

Foram elas *Grã-Duqueza* com Ferreira Cabral e *Granja* com Rodrigues Mano. Levou a melhor na barrage a *Grã-Duqueza*. *Florentina* também fizera um bom percurso inicial, mas foi penalizada com meio ponto por excesso de tempo o que a inibiu de participar na barrage.



O Capitão Ferreira Cabral montando a égua «Grã Duquesa» em que ganhou o «Grande Prémio de Elvas»

RESULTADOS

Prova «Grémio da Lavoura de Elvas» (Omnium — 1.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	Cap. António Seródio	<i>Otelo</i>	o 0,46-4 0,28-4
2. ^o	Ten. Ferrand Almeida	<i>Brioso III</i>	o 0,46-4 4,25-3

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	0 0,47-3
4.º	Cap. António Seródio	<i>Que Infeliz</i>	0 0,48
5.º	Sanchez Pareja	<i>Apirin</i>	0 0,48-2
6.º	Asp. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	3 0,52-2
7.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Palpite</i>	3 0,55
8.º	Cap. António Romeiras	<i>Grana</i>	3 1/2 1,04
9.º	Cap. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	4 0,42-4
10.º	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	4 0,43-3
11.º	Alf. Henrique Mora	<i>Olaia</i>	4 0,47-3

Prova «Governador Civil de Portalegre»

(Omnium — 2.ª Série)

1.º	Cor. Mena e Silva	<i>Wendover</i>	0 0,54-3
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	0 0,55-1
3.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0 0,55-3
4.º	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	0 0,55-4
5.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	0 0,59
6.º	Cap. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,03
7.º	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>	3 1,02-2
8.º	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>	4 0,52

Prova «Batalhão de Caçadores 8»

(Habits Rouges)

1.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	0 0,47-3
2.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	0 0,52-2
3.º	Diogo Sobral	<i>Fubraio</i>	0 0,53
4.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Eclairneur</i>	0 1,02
5.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	4 0,48

Prova «Regimento de Lanceiros 1»

(Caça)

1.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Ibero</i>	1,09-4
2.º	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	1,10-1
3.º	Ten. Ferrand Almeida	<i>Brioso III</i>	1,10-2
4.º	Cap. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	1,11
5.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	1,11-1
6.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	1,11-2
7.º	Alf. Marques Pereira	<i>Lotus II</i>	1,11-4
8.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Florentina</i>	1,12-3
9.º	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>	1,13
10.º	Asp. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	1,14-1
11.º	Alf. Clara Pinto	<i>Idria</i>	1,14-2

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
12.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	1,14-4
	Ten. Helder Matias	<i>Jumarte</i>	1,14-4
14.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Vouga</i>	1,17
	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	1,17
	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	1,17
17.º	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Martha</i>	1,19

Prova «Hotel Alentejo»

1.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Star Rose</i>	0 0,52
2.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0 0,54
3.º	Cap. António Romeiras	<i>Grana</i>	0 0,56
4.º	Pessoa de Amorim	<i>Navio</i>	0 1,02
5.º	Alf. Marques Pereira	<i>Jogal</i>	3 1,00-4

Prova «Lavoura de Elvas»

(Nacional)

1.º	Ten. Helder Matias	<i>Jumarte</i>	4 0,49-2
2.º	Alf. Marques Pereira	<i>Heraldo</i>	4 0,52-2
3.º	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	4 0,54
4.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Pardal</i>	4 1/2 1,04
5.º	Lobo da Costa	<i>Marrafa</i>	8 1,05-2
6.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	8 0,55
7.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	8 0,56-3
8.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	10 1,13-4
9.º	Asp. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	11 1,00-4

Prova «Câmara Municipal de Elvas»

(Eliminatória)

1.º	Cap. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	
2.º	Cap. Rhodés Sérgio	<i>Castiço</i>	
3.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	
	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	
5.º	Alf. Marques Pereira	<i>Heraldo</i>	
	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	
	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	
	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>	

Prova «Linhas de Elvas»

(Despedida)

1.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	0 0,48-1
2.º	Vasco Ramires	<i>Cinderela</i>	0 0,55
3.º	Botana Rosse	<i>Embalage</i>	3 1/2 1,07-3

Revista da Cavalaria

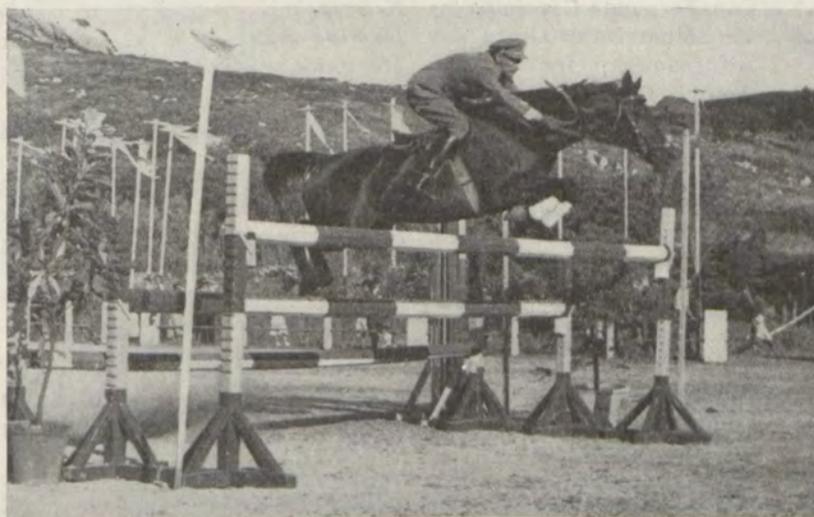
Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Caneças</i>	4 0,45-2
5.º	Cap. António Romeiras	<i>Djinn</i>	4 0,47-1
6.º	João Sequeira	<i>Martinica</i>	4 0,48
7.º	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>	4 0,48-4
8.º	Duarte Pinto	<i>Impávido</i>	4 0,49-4
9.º	Francisco Caldeira	<i>Bambu</i>	4 0,53-3

Prova «Sociedade Hipica Lebreira de Elvas» (Grande Prémio dos Vencedores)

1.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Grã Duquesa</i>	0 12
2.º	Ten. Rodrigues Mano	<i>Granja</i>	0 29 ³ / ₄
3.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	1/2
4.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	4
5.º	Cap. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	4 1/2
6.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	4 ³ / ₄

SINTRA

Depois de perdido o campo magnificamente situado no deslumbrante cenário de Seteais, que tão boas recordações deixou a tantos concorrentes que por lá saltaram, repetiu-se o Concurso de Sintra no seu novo campo muito mais adequado a pista de obstáculos.



O Capitão António Romeiras montando a égua «Fagulha» em que ganhou o «Grande Prémio de Sintra»

Revista da Cavalaria

Os juniores e os cavaleiros civis voltaram a ter um dia de provas só a eles dedicado.

A competição decorreu muito animada pois 76 cavalos apareceram a disputar as diferentes provas.

Fagulha animada com o balanço adquirido em Barcelona, no «Grande Prémio», também veio a ganhar o de Sintra batendo na barrage *Lanceiro* que neste concurso era montado por Clara Pinto.

RESULTADOS

Prova «Iniciação»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Beduino</i>	0 1,14-1
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	4 0,58-2

Prova «Omnium»

(1.ª Série)

1.º	D. Henrique de Menda	<i>Csapska</i>	0 0,57-1
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	0 0,57-3
3.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	0 0,58-1
4.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	0 0,58-4
5.º	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0 0,59
6.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	0 0,59-4
7.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Freches</i>	0 1,00
8.º	Ten. Guimarães da Costa	<i>Grou</i>	0 1,02-3
9.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Lifey Banck</i>	0 1,04-1
10.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Palpite</i>	0 1,05-4

(2.ª Série)

1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacarê</i>	0 0 0,33
2.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Florentina</i>	0 0 0,34-2
3.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	0 0 0,34-3
4.º	Maj. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	0 0 0,35
5.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 4 0,32-3
6.º	Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	0 4 0,34-1
7.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	0 7 0,44-1
8.º	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 11 0,56-2
9.º	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	0 12 0,42-2

Revista da Cavalaria

Prova «Maneabilidade»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	0,44
2.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>	0,46-2
3.º	Ten. Brito da Cruz	<i>Censor</i>	0,50-2
4.º	Alf. João Sequeira	<i>Orly</i>	0,50-4
5.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	0,52-1
6.º	{ Cap. Pereira Almeida	<i>Palpite</i>	0,52-2
	{ Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	0,52-2
8.º	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0,53-4
9.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Freches</i>	0,54-3

Prova «Caça»

1.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	1,10-4
2.º	Alf. Clara Pinto	<i>Lanceiro</i>	1,11-4
3.º	Cap. Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	1,12
4.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	1,12-3
5.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	1,15
6.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Florentina</i>	1,15-1
7.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	1,15-4
8.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	1,16-1

Prova «Parelhas Mistas»

1. ^a	{ Anne Marie Teisseire	<i>Magnate</i>	4 0,36
	{ José Carlos Carvalhosa	<i>Mustard</i>	
2. ^a	{ Tereza Santa Iria	<i>Liger</i>	6 0,39
	{ Rogério de Macedo	<i>Dinar</i>	
3. ^a	{ Anne Marie Teisseire	<i>Magnate</i>	10 1,21-1
	{ Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	

Prova «Regularidade»

1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	38 1,33-4
2.º	Cap. António Romeiras	<i>Grana</i>	36 1,35-1
3.º	Alf. Lobo da Costa	<i>Harcoti</i>	34 1,32
4.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Palpite</i>	34 1,32-4
5.º	{ Ten. Martins Rodrigues	<i>C. Palantine</i>	34
	{ Vasco L. Ramires	<i>Quintal</i>	34
	{ Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	34
8.º	Alf. Lobo da Costa	<i>Grandioso</i>	32 1,33-2
9.º	Alf. Henrique Mora	<i>Olaia</i>	32 1,35
10.º	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	29 1,30-1
11.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	27 1,10
12.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	27 1,13-4
13.º	Ten. Brito da Cruz	<i>Censor</i>	27 1,15

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
14.º	Ten. Ferrand Almeida	<i>Brioso III</i>	27 1,16
15.º	Maj. António Spínola	<i>Fabius</i>	25 1,19-4
16.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	18
17.º	Alf. Duarte Pinto	<i>Helénico</i>	7 0,33
18.º	Cap. Jorge Matias	<i>Beduino</i>	7
	D. Caetano Lanchastre	<i>Bacalhau</i>	7
	M. Espírito Santo	<i>St. Rodney</i>	7
	Luís Sobral	<i>Fubraio</i>	7

Prova «Amazonas e Discipulos»

1.ª	Anne Marie Teisseire	<i>Caneças</i>	0 0,59-4
2.ª	Marina de Beck	<i>Eros</i>	0 1,02-1
3.ª	Tereza Santa Iria	<i>Liger</i>	4 0,54-4
1.º	João L. Picão Caldeira	<i>Janota II</i>	0 0,45-1
2.º	Fernando Picão Caldeira	<i>Peão</i>	0 0,49-1
3.º	Lourenço F. Tomaz	<i>Dream</i>	0 0,59

Prova «Grande Prémio de Sintra»

1.º	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	0 1,26-3 4 1,04-3
2.º	Alf. Clara Pinto	<i>Lanceiro</i>	0 1,26-1 19 1,37
3.º	Maj. António Spínola	<i>Achiles</i>	3 ¾ 1,54-4
4.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4 1,20-4
5.º	Cap. Pereira Almeida	<i>Florentina</i>	4 1,21-1

«Gincanas»

1.º	Luís Ferrand Almeida	<i>Brioso III</i>	
1.º	Christopher de Beck	<i>Cocktail</i>	1,12-3
2.º	Manuel Malta da Costa	<i>Bambu II</i>	1,19
3.º	José Caldas Almeida	<i>Dominó</i>	1,39-1
4.º	Francisco P. Caldeira	<i>Janota II</i>	1,45-4
1.º	Filipe Malta da Costa	<i>Bambu II</i>	1,05
2.º	José C. Carvalhosa	<i>Adular</i>	1,33
3.º	Madalena Carvalhosa	<i>Mustard</i>	1,33-4

Prova «Obstáculos»

(Júniors)

1.º	Fernando P. Caldeira	<i>Que Foi</i>	0 0,40
2.º	João L. P. Caldeira	<i>Onisco</i>	0 0,40-4
3.º	Lourenço F. Tomaz	<i>Dream</i>	0 0,46

(Séniors)

1.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	0 0 0,28
2.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	0 D
3.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	4 0,51-4

Revista da Cavalaria

CALDAS DA RAINHA

No Campo da Mata, cercado de frondoso arvoredo e com o seu público fiel, desenrolaram-se as provas do Concurso Hípico, que se deve ao muito esforço e dedicação do Dr. Asdrúbal Calixto.

Os nossos internacionais fizeram a sua reaparição após os Jogos Olímpicos e os Concursos de Estocolmo e Aix-la-Chapelle.

Dos novos, *Palpite* ganhou a «Omnium» (1.^a série). Este cavalo deve dar que falar. Conseguiu a proeza de ganhar a soma de 7.150\$00 no seu primeiro ano de concurso.

Henrique Callado ganhou o «Grande Prémio» com *Martingil* seguido



O Capitão Henrique Callado montando o cavalo «Caramulo» em que ganhou o «Grande Prémio de Mafra», a «Taça de Honra das Caldas da Rainha» e a «Taça de Honra das Pedras Salgadas»

de *Granada* (únicos percursos limpos). Callado ainda fica em terceiro com *Caramulo*.

Na «Taça de Honra» é desta vez *Caramulo* que limpando as duas mãos assegura a vitória. Seguem-se *Granada* e *Martingil* cada um com o seu percurso limpo numa das mãos.

O Campeonato do Salto em Altura foi ganho por António Spínola com o seu poderoso *Achiles*.

Revista da Cavalaria

Apresentaram-se nas provas cujos percursos estavam muito bem delineados por António Spínola e Xavier de Brito o número bastante apreciável de 82 cavalos.

RESULTADOS

Prova «Regimento de Infantaria 5» (Omnium — 1.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	0 1,13
2.º	Ten. Antunes Palla	<i>Felix</i>	0 1,18-1
3.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>	4 1,08-3
4.º	Ten. Martins Rodrigues	<i>C. Palantine</i>	4 1,12-3
5.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	4 1,13-2
6.º	Ten. Engrácia Antunes	<i>Bonança</i>	4 1,15-4
7.º	D. Caetano de Lancastre	<i>Bacalhau</i>	4 1,16-4
8.º	Alf. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	8 1,09-3
9.º	Luiz Sobral	<i>Fubraio</i>	8 1,13-1
10.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	8 1,14-4

Prova «Hospital Rainha D. Leonor» (Omnium — 2.^a Série)

1.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	0 1,08-3
2.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,10-2
3.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fêbus</i>	0 1,11-3
4.º	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>	0 1,16-1
5.º	Cap. Augusto Lage	<i>Borlista</i>	0 1,21
6.º	Maj. António Spínola	<i>Achiles</i>	0 1,21-1
7.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	4 1,09-1
8.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	4 1,12
9.º	Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	4 1,12-1
10.º	Cor. Mena e Silva	<i>Wendover</i>	4 1,13-3

Prova «Mestre Jara de Carvalho» (Alta Escola)

1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Núcleo</i>	126,3
2.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Imponente</i>	120,3

Revista da Cavalaria

Prova «Escola Militar de Equitação» (Civis)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	0 1,27-1
2.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 1,27-3
3.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 1,31-1
4.º	D. Caetano Lancastre	<i>Bacalhau</i>	4 1,39

Prova «Diana»

1.ª	Marina de Beck	<i>Heros</i>	3 0,55
2.ª	Tereza Santa Iria	<i>Liger</i>	4 0,50
3.ª	Anne Marie Teisseire	<i>Necessário</i>	4 0,53-4

Prova «Juventude»

1.º	Fernando Picão Caldeira	<i>Peão</i>	0 0,51-2
2.º	Filipe Malta da Costa	<i>Bambu</i>	0 0,58-4
3.º	José Carlos Carvalhosa	<i>Ariane</i>	4 0,46-4

Prova «Direcção-Geral dos Serviços Pecuarios» (Regularidade)

1.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	50 1,32
2.º	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	48 1,32
3.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	48
4.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	46 1,31-3
5.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	46 1,32
6.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fébus</i>	46 1,33-1
7.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	46
8.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	44 1,36

Prova «Grémio do Comércio» (Eliminatórias)

1.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>
2.º	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>
3.º {	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>
	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>
5.º {	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>
	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>
	Ten.-Cor. Couto Carpinteiro	<i>Chibuto</i>
	Alf. Marques Pereira	<i>Labareda</i>

Revista da Cavalaria

Prova «Mestre Victorino Fróis» (Caça)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Maj. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	1,27
2.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	1,28
3.º	Alf. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	1,29-1
4.º	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>	1,29-4
5.º	Maj. José Carvalhosa	<i>Granadeiro</i>	1,32-1
6.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	1,33-1
7.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	1,34
8.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	1,35-2
	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	1,36
	Cap. Jorge Matias	<i>Beduino</i>	1,38-4
	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Grou</i>	1,40
	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	1,41
	Alf. Costa Gomes	<i>Capri</i>	1,41-4
	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	1,42
	Ten. Martins Rodrigues	<i>Estrela Abril</i>	1,48-1
	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	1,48-2

Prova «Comissão Municipal de Turismo» (Grande Prémio)

1.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	0 1,21-2
2.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0 1,31-4
3.º	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	4 1,28-4
4.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4 1,29-3
5.º	Maj. António Spínola	<i>Achiles</i>	4 1,37-1
6.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fébus</i>	4 1,38-1
7.º	{ Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	} 8 1,30
	{ Cap. António Romeiras	<i>Nocivo</i>	
8.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	8 1,30-4
9.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	12 1,27-2
10.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	12 1,28-3
11.º	{ Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	} 16 1/4 1,43-2
	{ Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	
12.º	{ Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	} 20 1,26-4
	{ Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	

Prova «Federação Equestre Portuguesa»

1.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,03-4
2.º	{ Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	} 0 1,04
	{ Alf. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	
4.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	0 1,04-2

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5.º	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Nacional</i>	0 1,05
6.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panòplia</i>	0 1,05-1
7.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Naire</i>	0 1,05-2
8.º	D. Henrique de Mendia	<i>Czapska</i>	0 1,07-3
	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 1,09
	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	4 1,07-3
	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	4 1,08
	Luiz Sobral	<i>Fubraio</i>	4 1,08-4
	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	4 1,09-2
	Cap. Augusto Lage	<i>Jardineira</i>	4 1,12-2

Prova «Câmara Municipal das Caldas da Rainha»

(Taça de Honra)

1.º	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	0 0 1,01-2
2.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>	4 0 1,00-1
3.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	4 0 1,08-1

Prova «Luiz Xavier da Gama»

(Salto em altura)

1.º	Maj. António Spínola	<i>Achiles</i>	} 1,70
2.º	D. Henrique de Mendia	<i>Colibri d'Or</i>	
3.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	

PEDRAS SALGADAS

No maravilhoso cenário do Campo das Romanas, no sopé da Serra de Padrela, realizou-se o Concurso Hípico das Pedras Salgadas. O número *record* de oito dias de provas tiveram este ano os concorrentes a este atraente concurso. O tempo magnífico, apenas no último dia a chuva que apareceu fez recesso o não poderem realizar-se as provas desse dia.

Durante muito tempo, e até depois de iniciadas as provas, se esperou a vinda de uma equipe brasileira de volta dos Jogos Olímpicos, mas que apesar das promessas não apareceu.

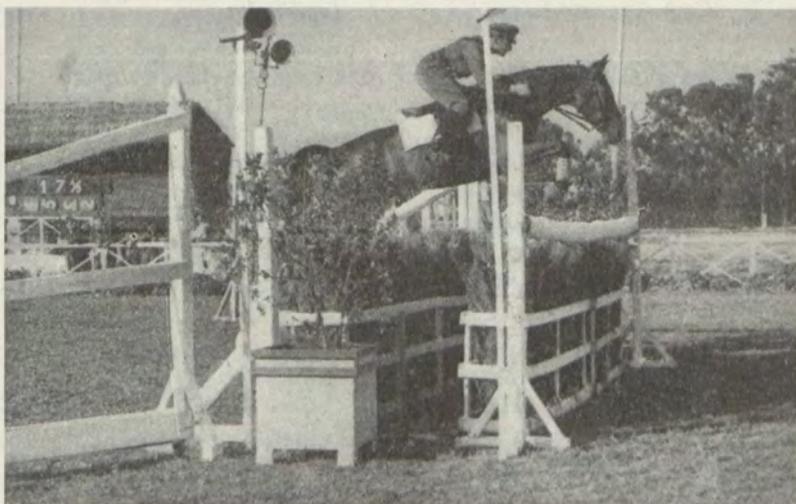
Teve a presença de uma forte equipe espanhola, e que equipe! Nada menos do que Garcia Cruz, Ordovaz, Alonso Martin e Gonzalez com os cavalos *Eolo*, *Baden*, *Bohemio*, *Cesar*, *Incierto*, *Brise Brise*, *Furia* e *Sadik*. Apesar de uma equipe desta categoria os espanhóis não estiveram felizes. Na «Omnium» apenas *Baden* se classifica em ter-

Revista da Cavalaria

ceiro lugar, na Caça *Brise Brise* e *Bohemio* ficam em quarto e quinto respectivamente. *Baden* ganha a Taça Cilinha e a equipe levou para Espanha a Taça D. Fernando Artalejo que se disputou durante o percurso da «Taça de Honra».

As provas estiveram divididas para cavalos com e sem handicap num total de 102 cavalos.

Dos novos *Martinica* que se está a revelar ganhou a «Omnium» e a «Caça» dos sem handicap, montada por João Sequeira que a está a



O Tenente Sabo montando o cavalo «Licorne» em que ganhou o «Grande Prémio das Pedras Salgadas»

aproveitar muito bem. Outro cavalo a distinguir-se é *Palpite* o novo alemão de Pereira de Almeida.

Dos consagrados, nas Seis Barras boa vitória de *Jacaré* sobre *Fébus* e *Imperatriz* à quarta volta.

Licorne ganha o «Grande Prémio» com o único percurso limpo e *Jacaré* fica em segundo. Digno de nota *Lotus* que uma recusa no fim do percurso somada ao excesso de tempo atira para o terceiro lugar. Dos espanhóis apenas *Brise Brise* em quinto. Na «Taça de Honra» *Lotus* volta a não ter qualquer derrube. Uma recusa numa das mãos e um percurso limpo na outra; o único cavalo que não tem um derrube na Taça ficando em segundo. A prova foi ganha por *Caramulo*. Dos espanhóis *Cesar* e *Brise Brise* em terceiro lugar ex-aequo com *Martingil*.

Revista da Cavalaria

Como sempre os concorrentes foram cumulados de gentilezas por Raúl de Oliveira, João Mesquita e Ribeiro de Carvalho, obreiros incansáveis deste magnífico concurso.

RESULTADOS

Prova «Ten. Manuel Candeias»

(Omnium — 1.^a Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1. ^o	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	0 1,00-1
2. ^o	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0 1,00-3
3. ^o	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	0 1,01-1
4. ^o	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	0 1,03-1
5. ^o	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Bambu II</i>	0 1,04-4
	Ten.-Cor. A. Margarido	<i>Pequenino</i>	0 1,04-4
7. ^o	Cap. Duarte Silva	<i>Paloma</i>	0 1,15-1
8. ^o	Ten. Monteiro da Graça	<i>Grou</i>	4 1,01

Prova «Juventude»

1. ^o	José Sentieiro	<i>Nacional</i>	0 0,52-1
2. ^o	Anne Marie Teisseire	<i>Caneças</i>	7 1,03-3

Prova «Eng.^o Arantes e Oliveira»

(Omnium — 2.^a Série)

1. ^o	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	0 1,04-2	0 0,38-1
2. ^o	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	0 1,04-2	4 0,35-2
3. ^o	Com. Garcia Cruz	<i>Baden</i>		0 1,06-2
4. ^o	Ten. Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>		0 1,06-3
	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>		0 1,06-3
6. ^o	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>		0 1,06-4
7. ^o	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>		0 1,07
	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fébus</i>		0 1,07
9. ^o	Cap. Henrique Calado	<i>Martingil</i>		0 1,07-4
10. ^o	Ten.-Cor. Fernando Pais	<i>Impecável</i>		0 1,08-3
11. ^o	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>		0 1,13-4
12. ^o	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	4	1,01-1
13. ^o	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	4	1,02-1
14. ^o	Cap. Alonso Martin	<i>Brise Brise</i>	4	1,03-2
15. ^o	Cap. António Romeiras	<i>Fagulha</i>	4	1,05-2

Revista da Cavalaria

Taça «Cap. Hermínio Carneiro» (Nacional)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Ibero</i>	0 0,51-2
2.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	0 0,53-4
3.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0 0,56-1
4.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Hércules</i>	0 0,56-2
5.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	0 0,56-3
6.º	Alf. Lobo da Costa	<i>Harcoli</i>	0 0,57-1
7.º	Cap. Almeida Santos	<i>Heril</i>	0 0,58

Prova «Palace Hotel de Vidago» (Caça)

1.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	1,13-2
2.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	1,14-2
3.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	1,17-1
4.º	Alf. Mourato	<i>Oceânico</i>	1,21-1
5.º	Ten. Lopes Mateus	<i>Democrata</i>	1,21-2
6.º	Alf. Lemos Alves	<i>Oboé</i>	1,22-3
7.º	Alf. Marques Pereira	<i>Labareda</i>	1,24

Prova «Governador Civil de Vila Real» (Caça)

1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	1,11-1
2.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	1,12-2
3.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	1,14-1
4.º	Cap. Alonso Martin	<i>Brise Brise</i>	1,16
5.º	Com. Ordovaz	<i>Bhoémio</i>	1,16-1
6.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	1,18-2
7.º	Com. Garcia Cruz	<i>Eolo</i>	1,20
8.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panòplia</i>	1,20-1
9.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Ibero</i>	1,20-2

Taça «Dr. Trigo de Negreiros» (6 verticais)

1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	0 0 0 4
2.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fêbus</i>	0 0 0 8
3.º	Ten.-Cor. Fernando Pais	<i>Imperatrix</i>	0 0 0 15-D
4.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 0 4
	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	0 0 4
6.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 0 8
	Cap. Alonso Martin	<i>Incierto</i>	0 0 8
	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0 0 8

Revista da Cavalaria

«Demonstração do Grande Prémio de Ensino»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Imponente</i>	
	Cap. Jorge Matias	<i>Núcleo</i>	

Taça «Conde de Lavradio» (Civis)

1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 1,06
2.º	Vicente Caldeira	<i>Satari</i>	0 1,13-4
3.º	Ruy d'Orey	<i>Lrbain</i>	0 1,14-2

Taça «H. Jennings»

1.º	Cap. Augusto Lage	<i>Lotus II</i>
2.º	Cap. António Romeiras	<i>Grana</i>
3.º	Ten. Lopes Mateus	<i>Democrata</i>
	Ten. Monteiro da Graça	<i>Grou</i>
5.º	Alf. Lobo da Costa	<i>Harcoli</i>
	Ten. Antunes Palla	<i>Feliz</i>
	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Caneças</i>
	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>

Prova «Echo» (Estafetas)

1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	} 24 1,30-3
	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	
2.º	Alf. Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	} 24 1,42
	Cap. Augusto Lage	<i>Lotus II</i>	
3.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	} 23 1,30-4
	Cap. Rhodes Sergio	<i>Castiço</i>	
4.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panòplia</i>	} 23 1,32
	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	
5.º	Ten. A. Pereira Coutinho	<i>Nacional</i>	} 23 1,37-1
	Alf. Lemos Alves	<i>Oboé</i>	
6.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	} 22 1,34
	Ten. Engrácia Antunes	<i>Bonança</i>	

Taça «Cilinha»

1.º	Com. Garcia Cruz	<i>Baden</i>	0 0 0,55
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 4 0,50
3.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0 4 0,51
4.º	Com. Ordozav	<i>Bohémio</i>	0 8 0,49-3

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
5.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	0 8 0,51
6.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 8 0,56-2
7.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fêbus</i>	0 12 0,51-2

Prova «Junta de Turismo de Pedras Salgadas» (Regularidade)

1.º	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	48 1,32
2.º	Nuno Carneiro	<i>Brilhante</i>	48 1,33-2
3.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	46 1,31
4.º	Alf. João Sequeira	<i>Imperatrix</i>	46 1,33
5.º	Cap. Freire de Andrade	<i>Ardent</i>	46
6.º	Alf. João Sequeira	<i>Impecável</i>	45 1,26-4
7.º	António Correia Barrento	<i>Pardal</i>	44 1,31-4
8.º	Cap. Ferreira Cabral	<i>Venise</i>	44 1,34-1
9.º	Ten. Lopes Mateus	<i>Satari</i>	43
	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	40 1,31-4
	Alf. Pimenta da Gama	<i>Ilheu</i>	39 1,29-4

Taça «Myriam» (Grande Prémio)

1.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 1,35-2
2.º	Cap. Jorge Matias	<i>Jacaré</i>	4 1,37-2
3.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	4,5 1,44
4.º	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	7,5 1,39-1
5.º	Cap. Alonso Martin	<i>Brise Brise</i>	8 1,33
6.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fêbus</i>	8 1,33-3

Prova «Romanas»

1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 0,48-2
2.º	Cap. Virgílio Raposo	<i>Flama</i>	0 0,51
3.º	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Prusse</i>	0 0,51-3
4.º	Cap. Virgílio Raposo	<i>Invasor</i>	0 0,53-2
5.º	Ten. Helder Matias	<i>Jumarte</i>	0 0,54
6.º	Ten.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 0,54-3
7.º	Cap. António Damião	<i>Feltherr</i>	0 0,59-2
8.º	Ten. Lopes Ferreira	<i>Folgado</i>	3 1,00-1
9.º	Com. Gonzalez	<i>Sadik</i>	4 0,46-3
10.º	Com. Gonzalez	<i>Fúria</i>	4 0,49-2
11.º	Ten. R. Pereira Coutinho	<i>Martha</i>	4 0,50-3
12.º	Ten. Helder Matias	<i>Bambi</i>	4 0,56-2
13.º	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	4 0,56-2
14.º	Cap. Vasco Ramires	<i>Cinderela</i>	7 + 1 = 8 1,14-3
15.º	Cap. Almeida Santos	<i>Melro</i>	8 0,52

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
16.º	Alf. Duarte Pinto	<i>Impávido</i>	8 0,59-1
17.º	Alf. Mendes Paulo	<i>Urgo</i>	11 1,05-2
18.º	Cap. Almeida Santos	<i>Heril</i>	12 0,55-3
19.º	Alf. Marques Pereira	<i>Labareda</i>	16 1/4 1,15-2
20.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	20 0,52-4
21.º	Cap. Caldeira Carvalho	<i>Grândola</i>	21 1,07-2

Taça «D. Fernando Artalejo»

1.ª Equipa Espanhola

Com. Gonzalez	<i>Fúria</i>	0
Cap. Alonso Martin	<i>Brise Brise</i>	4
Com. Garcia Cruz	<i>Baden</i>	8
Com. Ordovaz	<i>Bohémio</i>	8

Taça «António Ribeiro de Carvalho»

(Taça de Honra)

1.º	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	0-4
2.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	5 1/4-0
3.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	8

CASCAIS

Decorreram as provas do Concurso Internacional de Cascais num ambiente de Concurso Nacional no belo Hipódromo da Gandarinha com as suas tribunas recamadas dos multicores vestidos femininos.

A equipe espanhola que prometera concorrer não apareceu, a equipe brasileira que já falhara nas Pedras também brilhou pela sua ausência e os concorrentes individuais que se esperavam igualmente faltaram.

Foi pena, pois que o esforço do incansável Manuel Possollo bem merecia uma melhor compensação.

Concorrência boa, pois apareceram em pista 95 cavalos. Os juniores tiveram nada menos do que cinco provas.

Debutou um irlandês novo com D. Ana Ribeiro Ferreira que ganhou logo a primeira prova em que entrou. *Dancing Star* e *Count Palantine* apresentaram-se bem e têm qualidades para serem cavalos de futuro.

As Seis Barras foram ganhas à quinta volta por *Palpite* o esperançoso alemão de Pereira de Almeida, que de concurso para concurso se

Revista da Cavalaria

vem evidenciando, e não só ganhou esta prova como se classificou em terceiro no «Grande Prémio» onde limpou o percurso mas foi penalizado por excesso de tempo o que é perfeitamente admissível, pois Pereira de Almeida fez o percurso com cabeça e não puxou a velocidade a um cavalo novo.

O «Grande Prémio» foi mais uma vez para Henrique Callado que



O Capitão Henrique Callado, montando o cavalo «Martingil», em que ganhou os «Grandes Prémios de Caldas da Rainha, Cascais e Figueira da Foz» e a «Taça de Honra de Cascais»

com *Martingil* bateu *Limerick*, montado por Rodrigo da Silveira. Dois belos percursos limpos.

A «Potência» foi para os alemães. Novamente Henrique Callado no *Martingil* batendo *Panóplia* e *Martinete* à quarta volta.

RESULTADOS

Prova «Francisco José Paulo de Carvalho»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Joaquim Picão Fernandes	<i>Jumarte</i>	0 0 0,26-3
2.º	João Picão Caldeira	<i>Onisco</i>	0 4 0,28
3.º	Joaquim Picão Fernandes	<i>Prusse</i>	0 0,46-I
4.º	Fernando Picão Caldeira	<i>Que Foi</i>	0 0,51-I
5.º	Lourenço F. Tomaz	<i>Rayfish</i>	0 0,52

Revista da Cavalaria

Prova «Federação Equestre Portuguesa» (Omnium)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0 1,02-4
2.º	Cap. Rodrigo Silveira	<i>Vênus</i>	0 1,09
3.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	0 1,09-4
4.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	0 1,10
6.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fêbus</i>	0 1,10
7.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	0 1,10-3
7.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 1,11-4
9.º	Ten.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 1,11-4
9.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	0 1,12
10.º	Alf. João Sequeira	<i>Imperatriz</i>	0 1,12-1

Prova «Junta de Turismo de Cascais» (Omnium)

1.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Cooltrane</i>	0 0,57-4
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	0 0,58
2.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	0 0,58
4.º	António Correia Barrento	<i>Labareda</i>	0 1,03-2
5.º	Cap. Almeida Santos	<i>Heril</i>	0 1,04-4
6.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Grou</i>	0 1,04-4
7.º	Manuel Espirito Santo	<i>St. Rodney</i>	0 1,07-2
8.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Preta</i>	0 1,07-4

Prova «Capitão José Beltrão» (Caça)

1.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	0,54-4
2.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	0,58-4
3.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>	0,59-1
4.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	1,00
5.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	1,00-1
6.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	1,00-2
7.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Vênus</i>	1,01
9.º	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	1,01
9.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fêbus</i>	1,02-2

Prova «Cidadela de Cascais» (Sargentos)

1.º	Inácio Guerra	<i>Que Foi</i>	0 0,58
2.º	Francisco Caetano	<i>Candidato</i>	0 0,58-3
3.º	Inácio Guerra	<i>Harcoli</i>	0 1,01-3

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
4.º	José Marques	<i>Nabão</i>	o 1,05-3
5.º	José Marques	<i>Nababo</i>	o 1,10
6.º	Francisco Caetano	<i>Cinzel</i>	4 1,06-1

Prova «José Manuel dos Santos Luiz» (Caça — Júniores e Amazonas)

1.º	João Picão Caldeira	<i>Onisco</i>	0,57-3
2.º	Joaquim Picão Fernandes	<i>Prusse</i>	1,00
	Fernando Picão Caldeira	<i>Que Foi</i>	1,00
4.º	Marina de Beck	<i>Necessário</i>	1,01-1
5.º	Joaquim Picão Fernandes	<i>Jumarte</i>	1,02-2
	José Carlos Carvalhosa	<i>Candidato</i>	1,02-2

Prova «Dr. Filipe de Vilhena» (Casaca Encarnada)

1.º	Dr. Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	o 0,56-3
2.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	o 0,58-4
3.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	o 0,59
4.º	Manuel Garcia	<i>Palanco</i>	o 0,59-1
5.º	D. Henrique de Mendia	<i>Csapska</i>	o 1,00

Prova «Estoril» (Regularidade)

1.º	Cap. Jorge Matias	<i>Granada</i>	38 1,34-3
2.º	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Bélico</i>	38 1,35-1
3.º	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	38 1,36-2
4.º	Ten. Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	37 1,33
5.º	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	36 1,31-2
6.º	Cap. Augusto Lage	<i>Bortista</i>	36 1,32
7.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	36 1,34
8.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	35 1,29-4
9.º	D. Caetano de Lancastré	<i>Invento</i>	35 1,34
10.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	35 1,34-1
11.º	Ten. Lopes Mateus	<i>Satari</i>	34
12.º	Ten. Martins Rodrigues	<i>Empire</i>	34 1,33-4
13.º	Maj. António Spínola	<i>Achiles</i>	34 1,35-3
14.º	Maj. José Carvalhosa	<i>Adular</i>	31 1,27
15.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	30

Revista da Cavalaria

Prova «Câmara Municipal de Cascais» (Grande Prémio de Júniores e Amazonas)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Anne Marie Teisseire	<i>Magnate</i>	0 0,48
2.º	José Carlos Carvalhosa	<i>Notável</i>	0 0,48-2
3.º	Margarida R. Ferreira	<i>Janota</i>	0 0,49-1
4.º	Marina de Beck	<i>Necessário</i>	0 0,51
5.º	Lourenço F. Tomaz	<i>Rayfish</i>	0 0,51-4

Prova «Dr. José Barreiro» (Nacional)

1.º	Ten. Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	0 0,52
2.º	Cap. Almeida Santos	<i>Melro</i>	0 0,55-2
	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	0 0,55-2
4.º	D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	0 0,57-2
5.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 0,57-3
6.º	Cap. Correia de Freitas	<i>Notável</i>	0 0,59-3

Prova «José Florindo de Oliveira» (6 barras)

1.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	0 0 0 0 4
2.º	Alf. João Sequeira	<i>Impecável</i>	0 0 0 0 7
3.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	0 0 0 0 8
	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	0 0 0 0 8
5.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	0 0 0 4
	Cap. Semedo d'Albuquerque	<i>Fébus</i>	0 0 0 4
8.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	0 0 0 4
	Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	0 0 0 7

Prova «S. A. R. Príncipe D. Afonso de Bourbon» (Júniores e Amazonas)

1.º	Margarida Ribeiro Ferreira	<i>Janota</i>	0 0,41-4
2.º	José Carlos Carvalhosa	<i>Notável</i>	0 0,43-1
3.º	Fernando Picão Caldeira	<i>Que Foi</i>	0 0,45
4.º	Joaquim Picão Fernandes	<i>Jumarte</i>	0 0,45-1
5.º	Filipe Malta da Costa	<i>Maharajah</i>	0 0,46-1

Prova «Duque de Palmela»

1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	0 1,01-1
2.º	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	0 1,02

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
3.º	Ten. Ivens Ferraz	<i>Magnate</i>	0 1,02-4
4.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 1,04-3
5.º	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Necessário</i>	0 1,05-2
6.º	Cor. Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	0 1,06
7.º	Ten. Martins Rodrigues	<i>C. Palantine</i>	0 1,06-1
9.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	0 1,06-1
10.º	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	0 1,06-2
	Cap. Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	0 1,06-3

Prova «El-Rei D. Carlos I» (Grande Prémio)

1.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	0 1,07-1
2.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	0 1,07-3
3.º	Cap. Pereira de Almeida	<i>Palpite</i>	1 1/2 1,19-1
4.º	Cap. Henrique Calado	<i>Caramulo</i>	8 1,00-1
5.º	Ten. Xavier de Brito	<i>Ephrayne</i>	8 1,06-1
	Cap. Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	8 1,06-1
8.º	Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Vénus</i>	8 1,06-1
	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Nocivo II</i>	12 0,59

Prova «Marquês do Fayal (D. António)» (Estafetas)

1.º	Alf. João Sequeira	<i>Martinica</i>	} 24 1,43-1
	Ten. Rui Abrantes	<i>Helix</i>	
2.º	Cap. Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	} 24 1,50-4
	Cap. Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	
3.º	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Oxalá</i>	} 23 1,42-2
	Ten. Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	
4.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	} 23 1,48-2
	Luiz Sobral	<i>Fubraio</i>	
5.º	Cor. Ribeiro de Carvalho	<i>Farsola</i>	} 23 1,49-3
	Ten.-Cor. C. Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	
	António Correia Barrento	<i>Labareda</i>	
	Ten.-Cor. Correia Barrento	<i>Pardal</i>	

Prova «Maj. Eduardo Oliveira Soares» (Despedida Júniores e Amazonas)

1.º	Luiz Villar	<i>Lotus II</i>	0 0,58-2
2.º	Susan O'Keeffe	<i>Dardo</i>	5 3/4 1,16-3
3.º	Pedro Miguel da Silva	<i>Olimpo</i>	15 3/4 1,16-4
4.º	Pedro Miguel da Silva	<i>Prince d'Or</i>	16 1/2 1,12

Revista da Cavalaria

Prova «Marechal Carmona» (Potência)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Cap. Henrique Callado	<i>Martingil</i>	o o 4 o
2.º	Ten. Alvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	o o 4 4
3.º	Cap. Duarte Silva	<i>Martinete</i>	o o 4 8
4.º	{ Ten. Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	o 4
	{ Cap. Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	o 4
6.º	{ Cap. Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	4
	{ Cap. Sçmedo d'Albuquerque	<i>Fébus</i>	4

FIGUEIRA DA FOZ

Figueira não quis dormir sobre os louros do concurso do ano passado e voltou a organizar primorosamente o seu concurso e o Campeonato Português do Cavaleiro de Obstáculos. Devemos destacar a acção dinâmica do Engenheiro Munõz de Oliveira.

Teve o apoio dos concorrentes pois apareceram 76 cavalos no Concurso e 14 no Campeonato.

As provas decorreram num belo ambiente desportivo com percursos bem marcados, num bonito campo dentro de uma bela mata. É possível alargar e melhorar o campo de modo a não ficar a dever nada ao magnífico campo dos antigos concursos da Figueira que só traz gratas recordações a quem nele concursou, sobretudo se se conseguir igualar o piso do antigo campo que era o melhor de todos os campos de obstáculos portugueses.

As três provas do Campeonato foram ganhas por *Martinete*, *Caramulo* e *Martingil* e ficaram apurados para a final, Callado com *Caramulo*, Sabbo com *Licorne*, Albuquerque com *Fébus* e D. Silva com *Martinete*. Dos cavaleiros três repetiam a proeza do ano anterior e dos cavalos apenas *Martinete* voltou à final. Sabbo que era o *novato* nesta final veio a vencer limpando com *Martinete*, *Caramulo* e *Fébus*, os únicos percursos não penalizados da final e tendo um derrube com o seu próprio cavalo. Callado conseguiu os outros percursos sem derrube, uma desobediência com *Caramulo* e um quarto de ponto por excesso de tempo com *Fébus*.

Cá ficamos esperando o próximo Campeonato a ver qual o Campeão que se seguirá a Cruz Azevedo e Alvaro Sabbo.

Revista da Cavalaria

RESULTADOS

Prova «Guarnição Militar da Figueira da Foz» (Omnium — 1.ª Série)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Marques Pereira	<i>Labareda</i>	0 0,53-4
2.º	Martins Rodrigues	<i>Count Palantine</i>	0 0,55-3
3.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Cooltrane</i>	0 0,56-1
4.º	Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	0 0,57-4
5.º	José M. Andrade	<i>Orfeu</i>	0 1,01-2
6.º	Rodrigo da Silveira	<i>Preta</i>	0 1,04-3
7.º	Rogério de Macedo	<i>Dinnar</i>	3 1,06-3
8.º	R. Pereira Coutinho	<i>Caneças</i>	4 0,51-4

Prova «Companhia dos Carvões e Cimentos do Cabo Mondego» (Omnium — 2.ª Série)

1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 0,55-3
2.º	Álvaro Sabbo	<i>Cafoné</i>	0 0,55-4
3.º	Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	0 0,57-4
4.º	Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0 0,58-1
5.º	Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	0 1,00
6.º	Ivens Ferraz	<i>Magnate</i>	3 1,11-2
7.º	Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	4 0,52-3
8.º	Lopes Mateus	<i>Satari</i>	4 0,58-1
9.º	Rui Abrantes	<i>Helix</i>	4 0,58-2
10.º	Pereira Almeida	<i>Florentina</i>	4 0,59-4
11.º	D. Caetano Lancastré	<i>Invento</i>	4 1,01-2

Prova «Direcção-Geral dos Serviços Pecuários» (Nacional)

1.º	Ivens Ferraz	<i>Magnate</i>	0 0,57-2
2.º	Vicente Caldeira	<i>Lotus</i>	0 0,57-3
3.º	Ferreira Cabral	<i>Ibero</i>	0 1,00-2
4.º	Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	0 1,01-2
5.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 1,02-4
6.º	Correia Barrento	<i>Pardal</i>	0 1,06-2
7.º	Marques Pereira	<i>Borlista</i>	0 1,07-1
8.º	Helder Matias	<i>Jumarte</i>	3 1,07-2
9.º	Sousa Pereira	<i>Fellow</i>	3 1,14-1
10.º	Correia de Freitas	<i>Notável</i>	3 1,17-2
11.º	Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	4 0,59-3

Revista da Cavalaria

Prova «Estaleiros Navais do Mondego» (Caça)

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	1,02-2
2.º	Ivens Ferraz	<i>Magnate</i>	1,02-4
3.º	Jorge Matias	<i>Lanceiro</i>	1,03-1
4.º	Rhodes Sérgio	<i>Castiço</i>	1,05
5.º	Freire d'Andrade	<i>Ardent</i>	1,06-3
6.º	Martins Rodrigues	<i>Iole</i>	1,08-4
7.º	Leopoldo Severo	<i>Ariane</i>	1,09
	R. Pereira Coutinho	<i>Martha</i>	1,09-4
	Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	1,10-2
	Semedo Albuquerque	<i>Hércules</i>	1,10-4
	Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	1,11
	Pereira Almeida	<i>Palpite</i>	1,11-4
	Pimenta da Gama	<i>Cachito</i>	1,17-1
	Henrique Mora	<i>Olaia</i>	1,17-2
	Diogo Sobral	<i>Florim</i>	1,27
	Lopes Mateus	<i>Democrate</i>	1,29-3
	Martins Rodrigues	<i>Count Palantine</i>	1,32-2
	Almeida Santos	<i>Heril</i>	1,35-2

Prova «Discina Prata» (Júniors)

1.º	Filipe Malta da Costa	<i>Maharajah</i>	4 1,02-2
2.º	Fernando P. Caldeira	<i>Caneças</i>	4 1,02-3
3.º	João Picão Caldeira	<i>Necessário</i>	4 1,09-1

Prova «Ensino»

1.º	Mena e Silva	<i>Adonis</i>
2.º	Rogério de Macedo	<i>Liger</i>
3.º	Sousa Pereira	<i>Fellow</i>

Prova «Comissão Municipal de Turismo»

1.º	Pimenta da Gama	<i>Faz Tudo</i>	0 0,56-1
2.º	Xavier de Brito	<i>Naire</i>	0 0,58-4
3.º	Pimenta da Gama	<i>Cachito</i>	0 1,01-1
4.º	Freire d'Andrade	<i>Ardent</i>	0 1,02-1
5.º	Craveiro Lopes	<i>Helsinguia</i>	0 1,02-3
6.º	Semedo Albuquerque	<i>Hércules</i>	0 1,03
7.º	Couto Carpinteiro	<i>Chibuto</i>	0 1,03-1
	Rui Abrantes	<i>Helix</i>	0 1,03-3

Revista da Cavalaria

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Cooltrane</i>	0 1,03-4
	Rhodes Sergio	<i>Castiço</i>	0 1,03-4
	Cruz Azevedo	<i>Granja</i>	0 1,05-3
	Rodrigo da Silveira	<i>Preta</i>	0 1,07-2
	Almeida Santos	<i>Heril</i>	0 1,18
	Vasco L. Ramires	<i>Mimi</i>	3 1,16-1
	Pereira Almeida	<i>Florentina</i>	3 1,20-2
	Álvaro Sabbo	<i>Quipar</i>	4 1,02-1

Prova «Grande Casino Peninsular» (Habits Rouges)

1.º	Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	0 0,59-3
2.º	D. Ana Ribeiro Ferreira	<i>Gay Boy</i>	0 1,05
3.º	Lopes Mateus	<i>Democrate</i>	0 1,07
4.º	José Manuel Andrade	<i>Orfeu</i>	0 1,09-2
5.º	Vicente Caldeira	<i>Onisco</i>	4 0,58-3
6.º	Lopes Mateus	<i>Satari</i>	4 1,00-1
7.º	Diogo Sobral	<i>Neptuno</i>	4 1,02-1

Prova «Quinta da Foja» (Regularidade)

1.º	Marques Pereira	<i>Labareda</i>	38 1,32-3
2.º	Ferreira Cabral	<i>Venise</i>	34 1,32-2
3.º	Paulo R. Teles	<i>Bhyme</i>	34 1,33
4.º	Almeida Santos	<i>Heril</i>	34 1,33-1
5.º	Brito da Cruz	<i>Censor</i>	31 1,20-2
6.º	José M. Andrade	<i>Orfeu</i>	30

Prova «Governo Civil de Coimbra» (Estafetas)

1.º	{ D. Caetano de Lancastre	<i>Invento</i>	}	28 2,08
	{ Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	}	
2.º	{ Pereira de Almeida	<i>Florentina</i>	}	28 2,08-3
	{ Rhodes Sérgio	<i>Castico</i>	}	
3.º	{ Ivens Ferraz	<i>Magnate</i>	}	27 2,00-1
	{ Vasco L. Ramires	<i>Mourisco</i>	}	
4.º	{ Monteiro da Graça	<i>Hirco</i>	}	27 2,06-2
	{ Xavier de Brito	<i>Marlborough</i>	}	
5.º	{ Monteiro da Graça	<i>Dancing Star</i>	}	26 2,12
	{ Xavier de Brito	<i>Naire</i>	}	
6.º	{ Rodrigo da Silveira	<i>Vénus</i>	}	26 2,12-4
	{ Jorge Matias	<i>Granada</i>	}	

Revista da Cavalaria

Campeonato de Portugal do Cavaleiro de Obstáculos

1.ª Prova «2.ª Região Militar»

Clas.	Cavaleiros	Cavalos	Pontuação e Tempo
1.º	Duarte Silva	<i>Martinete</i>	0 1,02-1
2.º	Semedo Albuquerque	<i>Fêbus</i>	0 1,03-2
3.º	Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	0 1,04-2
4.º	Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	3 1/2 1,11
5.º	Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	4 1,01-3
6.º	Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	4 1,03-1

2.ª Prova «Ministro do Exército»

(Potência)

1.º	Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	0 4	
2.º	Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	0 8	
3.º	{	Henrique Callado	<i>Martingil</i>	4
		Jorge Matias	<i>Granada</i>	4
		Semedo Albuquerque	<i>Fêbus</i>	4
6.º	{	Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	7
		Duarte Silva	<i>Martinete</i>	7

3.ª Prova «Câmara Municipal da Figueira da Foz»

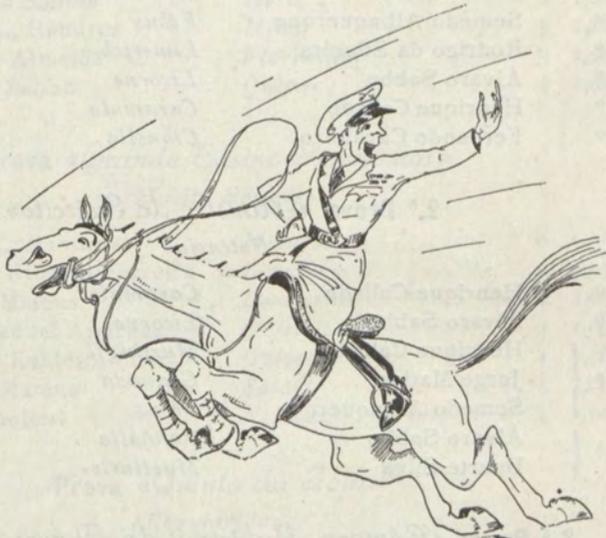
(Grande Prémio)

1.º	Henrique Callado	<i>Martingil</i>	4 1,10
2.º	Henrique Callado	<i>Caramulo</i>	8 1,04-2
3.º	Fernando Cavaleiro	<i>Clonsila</i>	8 1,09
4.º	Semedo Albuquerque	<i>Fêbus</i>	8 1,15
5.º	Rodrigo da Silveira	<i>Limerick</i>	8 1/2 1,16-4
6.º	Duarte Silva	<i>Martinete</i>	11 1/2 1,16-3
7.º	Álvaro Sabbo	<i>Licorne</i>	12 1/4 1,16
8.º	Álvaro Sabbo	<i>Panóplia</i>	13 1/2 1,24-4

Taça «Defesa Nacional»

(Final)

1.º	Álvaro Sabbo	{	<i>Martinete</i>	0	<i>Fêbus</i>	0	= 4
			<i>Caramulo</i>	0	<i>Licorne</i>	4	
2.º	H. Callado	{	<i>Martinete</i>	13 1/2	<i>Fêbus</i>	1 1/4	= 20 3/4
			<i>Caramulo</i>	3	<i>Licorne</i>	4	
3.º	S. Albuquerque	{	<i>Martinete</i>	8	<i>Fêbus</i>	4 1/4	= 21 1/2
			<i>Caramulo</i>	4 3/4	<i>Licorne</i>	4 1/2	
4.º	Duarte Silva	{	<i>Martinete</i>	8	<i>Fêbus</i>	4	= 28 1/2
			<i>Caramulo</i>	4 1/2	<i>Licorne</i>	12	



Classe !

Confiance !

A. P. en France
1943

Jornaes revistas livros

«O PROLETARIADO DAS ARMAS AO SERVIÇO DA DIGNIDADE HUMANA»

pele Tenente-coronel Armando Páschoa

Temos presente a «*Oração de Sapiência*» proferida na sessão solene da abertura do novo ano lectivo da Escola do Exército, pelo professor catedrático da mesma Escola, Coronel Armando Páschoa, e que a Revista *Infantaria* editou em separata.

O autor, que, ao longo da sua vida profissional, vem dedicando ao Exército o melhor do seu entusiasmo, tem-se evidenciado nos campos da ética e da sociologia, como valoroso propagandista da causa militar.

No trabalho em epígrafe, o Senhor Coronel Armando Páschoa aprofunda com o seu habitual critério o problema do «*Proletariado das armas ao serviço da dignidade humana*».

Começa por estruturar a sua argumentação no estudo do ciclo evolutivo da humanidade, desde a antiguidade romana. Seguidamente, passando em revista alguns proféticos conceitos de pensadores ilustres, diferencia, com acentuado espírito crítico, os falsos conceitos, daqueles que o ulterior desenvolvimento da vida dos povos consagrou como princípios básicos da história do mundo.

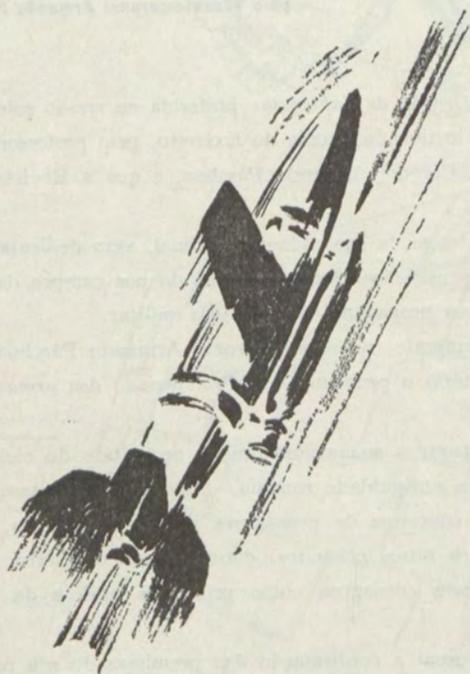
Finalmente, vai buscar a confirmação das premissas do seu raciocínio na análise serena e objectiva do ambiente em que se desenrolou uma das batalhas que mais profunda projecção teve no desenvolvimento da civilização europeia em relação à asiática: — o histórico encontro de gregos e persas — no ano de 490 A.C. — nas planuras de Maratona, cujo reflexo geo-político virou o curso da História da Europa.

Revista da Cavalaria

O autor termina o seu trabalho demonstrando-nos, à evidência, com base na análise crítica do passado, que a força das armas, desde que substancie o propósito firme de assegurar o natural desenvolvimento de uma civilização, não é uma força bruta, mas sim a *força espiritual* em que se têm alicerçado, no decurso da História, os princípios da dignidade dos povos.

A *Revista da Cavalaria* felicita o autor pelo elevado nível do seu trabalho, cuja oportunidade é flagrante na presente conjuntura da vida do Mundo.

A. S.



OS REGIMENTOS INTER-ARMAS

pelo Tenente-coronel De Galbert

II — A manobra defensiva do R. I. A.

Vamos servir-nos de um exemplo inspirado pela experiência de 1954:

A. Tema.

Durante as operações de cobertura face a oeste, o comandante da Divisão Mecânica Rápida é informado pela aviação e pelo regimento E. B. R. do avanço de uma divisão blindada inimiga em direcção a Pfullendorf e Messkirsh.

Na tarde de 1 de Agosto, ele encarrega o 1.º R. I. A. do esforço principal, com a missão de impedir a ocupação de Pfullendorf antes do dia 3 de Agosto às 20 horas.

O 2.º R. I. A., que opera na região de Messkirch, fornecerá a cobertura ao norte.

Ao sul, ela será assegurada por uma parte do regimento do E. B. R. depois da sua retirada.

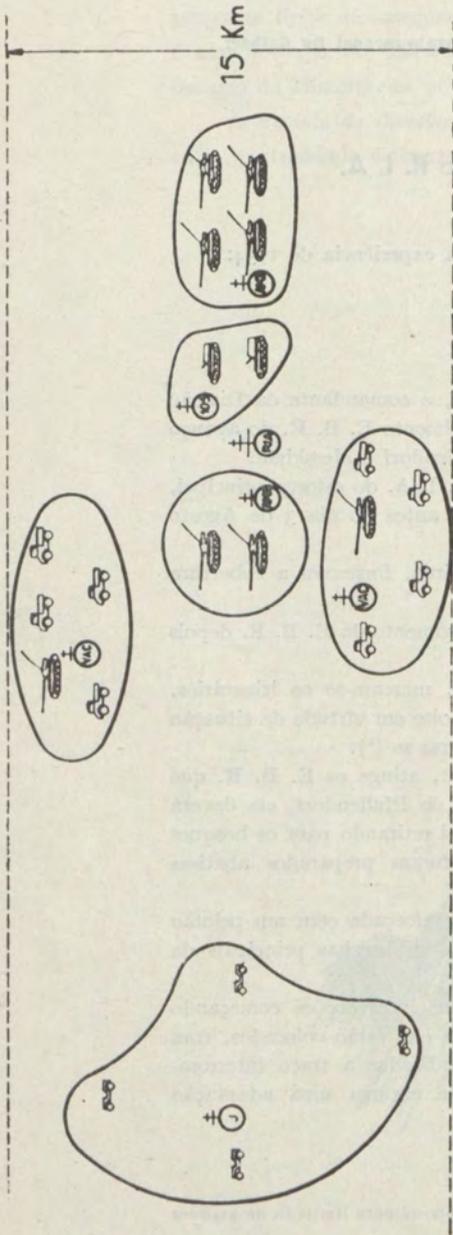
Realizam-se imediatamente os reconhecimentos, marcam-se os itinerários, mas os movimentos dos R. I. A. só se executam de noite em virtude da situação aérea ainda ser desfavorável, conquanto tenda equilibrar-se (¹).

O esquadrão de *jeeps*, na testa do 1.º R. I. A., atinge os E. B. R. que estão em contacto a uns trinta quilómetros a oeste de Pfullendorf; ele deverá marcar o avanço do inimigo, ao mesmo tempo que vai retirando para os bosques a oeste de Sentenhardt, onde nos dias anteriores foram preparados abatisses minados.

As duas companhias G. A. C., cada uma delas reforçada com um pelotão A. M. X., são dispostas de forma a actuarem nas duas brechas principais da zona de acção do R. I. A.

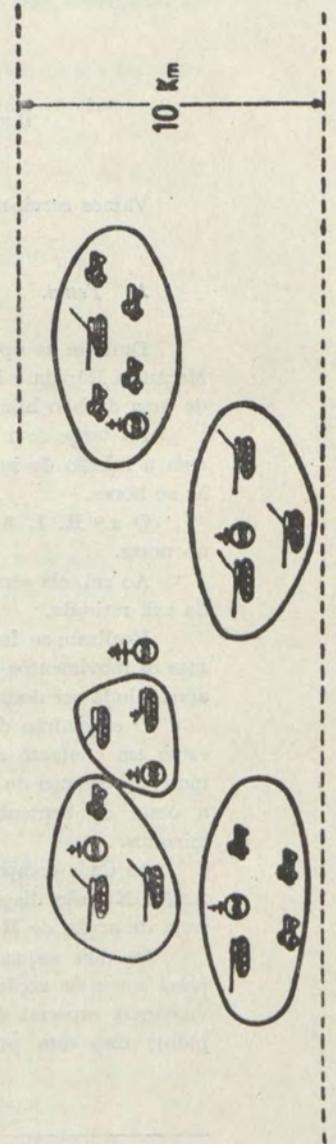
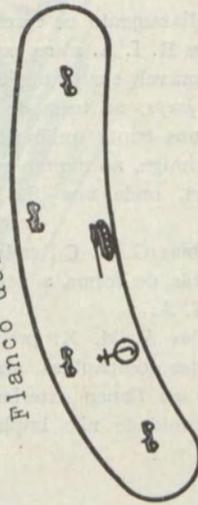
Os dois esquadrões A. M. X. preparam as suas intervenções começando pelas zonas de acção das companhias, atrás das quais eles estão colocados, com vigilância especial do seu flanco exterior (flechas indicadas a traço interrompido); mas esta proximidade não implica de forma alguma uma adaptação

(¹) Durante a operação, o R. I. A. apenas sofrerá um número limitado de ataques ao solo.



Croquis n.º 3

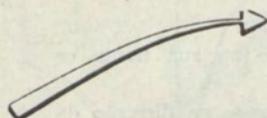
Flanco descoberto



Croquis n.º 4

Revista da Cavalaria

REGIMENTO
de E. B. R.
em
CONTACTO

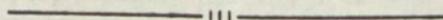
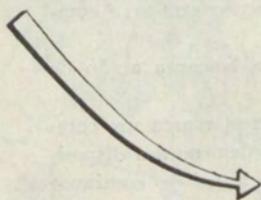


 MESSKIRCH 2º RIA.



1º RIA

PFULLENDORF 



Regimento E. B. R. depois da retirada
SITUAÇÃO ÀS 6 H. do dia 2 de Agosto

Croquis n.º 5

Revista da Cavalaria

exclusiva capaz de impedir o coronel de actuar em força com todas as suas reservas na mesma acção.

É assim que o 1.º esquadrão A. M. X. reconhece um empenhamento entre Sentenhardt e Liggersdorf em benefício do esquadrão de *jeeps* ou da 1.ª companhia, ao passo que o 2.º esquadrão estuda o seu emprego na região de Sentenhardt, face a oeste ou a noroeste, para apoiar a 2.ª companhia.

A bateria está em condições de, sem mudar de posição, apoiar a acção do esquadrão de *jeeps* e o combate nas zonas de acção das companhias. Cada uma destas três unidades dispõe de um observador.

Croquis n.º 7 — Acções de detenção do R. I. A. sobre a ameaça principal.

O R. I. A. beneficia em prioridade dos fogos do grupo de artilharia divisionário.

B. Desenrolar da acção.

8 horas — O adversário retoma o avanço, repelindo na sua frente os E. B. R. e os *jeeps* cujos S. S. 10 destroem dois blindados.

O seu esforço principal, feito à base de carros, exerce-se na direcção da brecha sul para Mindersdorf e Liggersdorf.

Mais ao norte, a acção secundária visa Sauldorf.

Entre as duas verificam-se ligeiras infiltrações de infantaria.

A dificuldade principal é devida ao terreno que chuvas recentes tornaram muito esponjoso. A acção secundária, sobretudo, não sai facilmente, a oeste de Sauldorf, das orlas, e do fundo pantanoso da brecha que são batidos pelas metralhadoras e pelos S. S. 10 da 2.ª companhia G. A. C.

O avanço principal progride com mais facilidade, apesar dos tiros de enfiada dos pelotões de *jeeps* que combatem nas orlas norte e sul da larga brecha onde o inimigo penetrou.

10 horas — Mindersdorf é atingido, o que precisa a ameaça contra a 1.ª companhia G. A. C.

O coronel dá ordem ao 2.º esquadrão A. M. X. para lançar a acção de detenção preparada em benefício desta companhia.

10 horas 30 — Ao sul, o atacante, que perdeu seis carros, marca um compasso de espera nas alturas de Mindersdorf para pôr certa ordem no seu dispositivo e para destruir os obstáculos estabelecidos na aldeia, antes de continuar o avanço.

Intensifica-se a acção da sua artilharia.

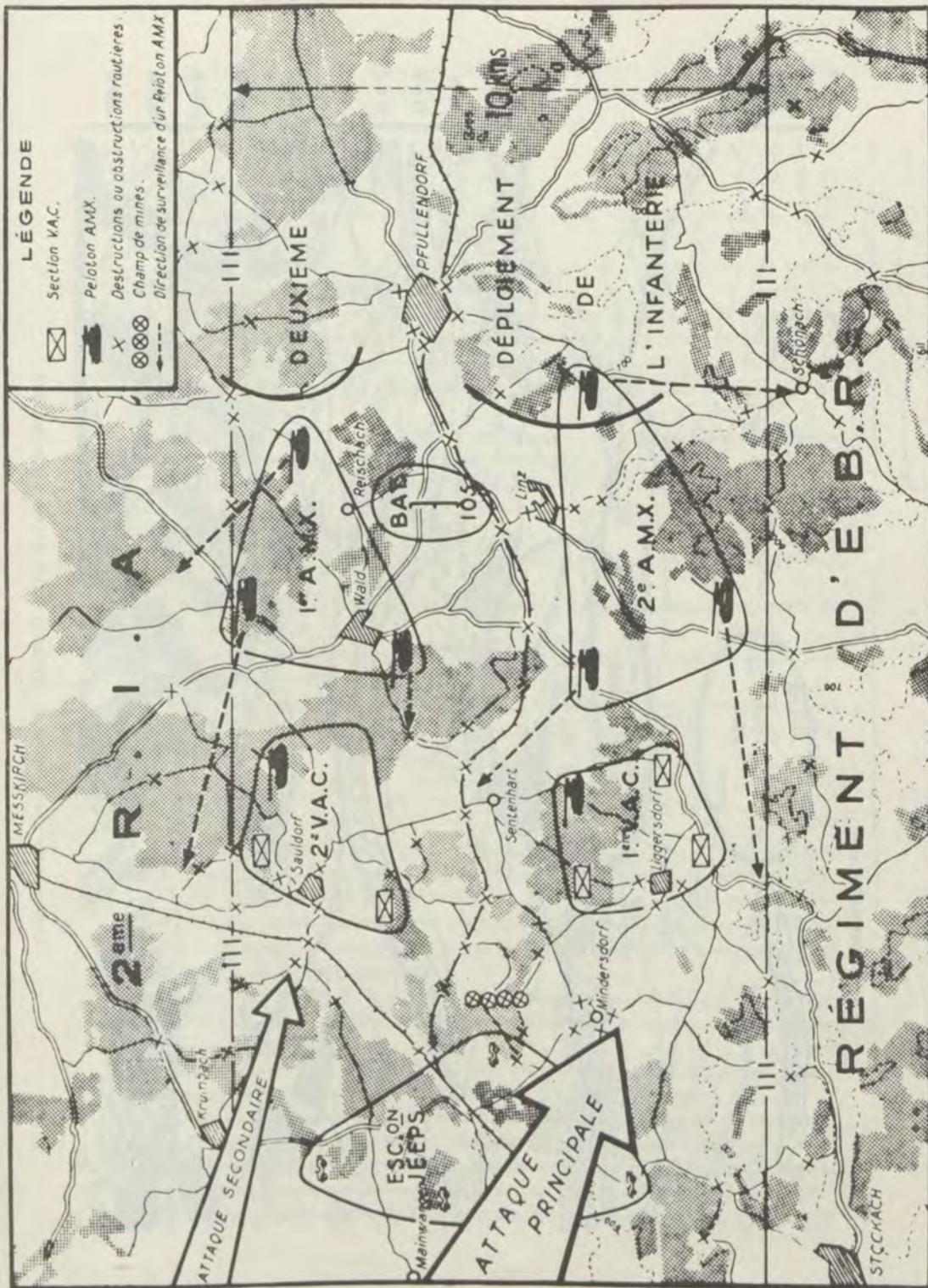
No centro, a infantaria foi detida nos bosques situados ao norte de Mindersdorf por abatisses com armadilhas, defendidos por dois pelotões em *jeeps*.

Ao norte, alguns elementos alcançaram Sauldorf, mas não podem lançar-se sobre a povoação.

10 horas 40 — O inimigo desemboca de Mindersdorf em direcção a Liggersdorf.

Nesta altura, o coronel decide actuar com a totalidade das suas reservas contra a ameaça principal.

Pede à aviação para intensificar o seu ataque e lança a acção de detenção do 1.º esquadrão A. M. X. contra o flanco norte do ataque inimigo.



Revista da Cavalaria

Já há mais de uma hora que havia sido assinalada a probabilidade desta intervenção ao seu capitão, o qual se deslocara até junto do capitão do esquadrão de *jeeps* em Sentenhardt.

*

O movimento executa-se rapidamente por três itinerários diferentes aproveitando os cobertos.

Um pelotão apoia a acção dos *jeeps* face a oeste, enquanto que os outros dois se dirigem para as orlas a leste de Mindersdorf.

O ataque inimigo penetra, sob os tiros de flanco, numa rede cujo fundo está solidamente defendido. Se dispuser de um número superior de carros mais pesados (40 contra 30), estes avançam a descoberto, enquanto que os do R. I. A. estão camuflados nas orlas dos bosques ou atrás de uma crista ficando apenas com torre desenfiaada.

A defesa beneficia ainda dos fogos de uma companhia G. A. C., assim como do conhecimento e da organização do terreno.

A ofensiva exige uma superioridade de meios que está longe de ser atinida neste caso, e esta concentração torná-la-ia terrivelmente vulnerável a um bombardeamento atómico.

O ataque deveria ser continuado depois da conquista da região arborizada de Sentenhardt.

Este resultado é alcançado graças a uma manobra combinada de todas as reservas do R. I. A.

Uma vez obtido o efeito dos seus tiros, o 1.º esquadrão A. M. X. reforma-se à retaguarda, pronto a novas intervenções.

A 1.ª companhia G. A. C., fatigada com este combate, aproveita a presença do 2.º esquadrão A. M. X. para lhe entregar a responsabilidade do combate e para romper o contacto.

C. Ruptura de contacto e restabelecimento.

Na fase que vai da tomada de contacto ao ataque em força, o atacante tem inicialmente desvantagem; sobretudo, os carros têm a obsessão de serem apanhados em terreno descoberto sob os tiros vindos de orlas ou de cristas não reconhecidas. Depois, os trunfos da defesa (surpresa, protecção, conhecimento e organização do terreno) vão-se esbatendo em benefício dos do ataque (iniciativa, superioridade de meios e moral).

O comandante do R. I. A. deve pressentir esse instante em que as probabilidades vão mudar de campo, para evitar prolongar um combate sem rendimento e deixar-se empenhar.

Vale mais resistir menos tempo em cada posição e estabelecer-se noutra perto para obrigar o atacante a multiplicar as tomadas de contacto.

Uma vantagem destes empenhamentos renovados consiste em só ter repercussões limitadas sobre as unidades vizinhas, ao passo que uma ruptura de contacto profunda descobre largamente o seu flanco e provoca uma retirada geral.

Esta táctica que aproveita todas as cristas, todas as orlas favoráveis, para gastar o inimigo é bastante fácil de executar pelos blindados, mas a infantaria

Revista da Cavalaria

exige certos prazos antes de poder defender-se. É por isso que, durante os exercícios de 1954, o efectivo de cada companhia tinha sido elevado a quatro pelotões G. A. C. (sem pelotão de sapadores). Contava-se, assim, que os pelotões de testa poderiam retirar para trás dos dois pelotões em 2.º escalão e assim sucessivamente.

*

Esta manobra é sem dúvida possível em terrenos difíceis; mas parece ilusório quando o inimigo é constituído por carros avançados em terreno de fácil percurso.

Torna-se então necessário que a companhia beneficie da acção dos A. M. X. para romper o contacto e organizar uma nova resistência. Os infantess não serão incomodados durante o seu movimento e terão tempo para se organizarem em novas posições.

Neste caso, um esquadrão A. M. X. (ou pelo menos o pelotão A. M. X. da companhia, «ocupa-se» do inimigo até que a infantaria esteja de novo em condições de o receber; elementos em jeep podem cooperar com os A. M. X. para «enganar» o adversário.

D. Dispositivo e conduta de noite do R. I. A.

O R. I. A. não dispõe nesta larga zona dos efectivos suficientes para impedir que o inimigo penetre durante a noite no seu dispositivo.

O avanço da infantaria inimiga, eventualmente seguida por carros, pode visar a:

- atacar as unidades durante a noite;
- tomar posição para atacar à alvorada;
- fechar as comunicações atrás dos pontos ocupados para impedir a sua retirada ou a chegada de reforços.

Croquis n.º 8 — Dispositivo de noite.

*

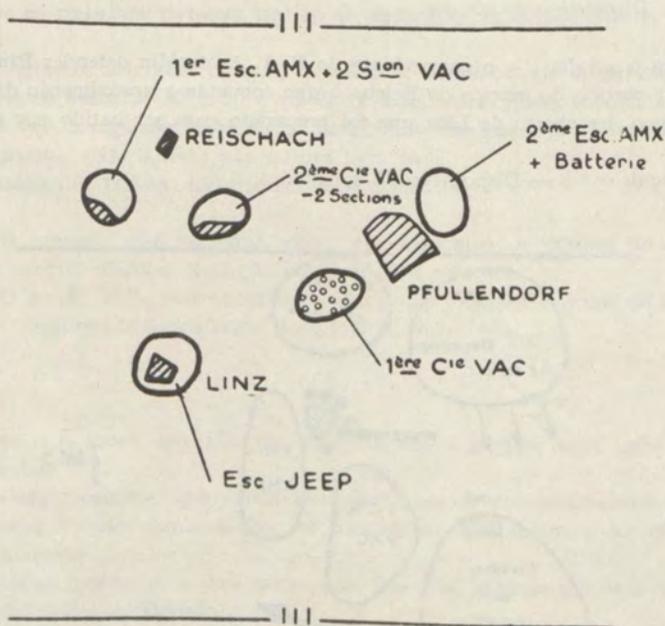
Na impossibilidade de impedir o avanço inimigo, o comandante do R. I. A. propõe-se, por um lado, evitar que os seus elementos sejam tomados durante a noite e, por outro, dispor na manhã seguinte das suas possibilidades de fogo e de movimento segundo a sua direcção essencial.

Nestas condições, determina as seguintes medidas (ver croquis n.º 8):

- Os elementos em contacto com o inimigo retiram ao cair da noite para não estacionarem em posições reconhecidas pelo inimigo;
- As companhias e esquadrões contraem o seu dispositivo de forma a constituírem pontos de apoio. Os esquadrões A. M. X. são reforçados com infantaria ou com elementos em jeeps. A bateria e os P. C. estão incluídos nos pontos de apoio.

Revista da Cavalaria

- As viaturas abandonam as estradas, caminhos e terrenos descobertos, sendo camufladas em cobertos e em pátios de quintas, no interior dos pontos de apoio. Não deve verificar-se qualquer movimento de viaturas. O armamento dos carros é colocado em tiro referenciado.
- O dispositivo dos pontos de apoio do R. I. A. é escolhido tendo em vista a manobra do dia seguinte, para continuar a missão e permitir eventualmente a libertação de uma ou várias unidades fixadas pelo inimigo. Se houver um ponto de passagem obrigatório, este será defendido por um ponto de apoio.



Croquis n.º 8 — *Dispositivo de noite*

- Durante a noite os pontos de apoio evitarão disparar, salvo o caso de abordagem em força, para não orientarem o inimigo e beneficiarem da surpresa quando romper o dia.
- Pelo contrário, as patrulhas devem disparar para deterem o inimigo e fazerem diversão. A sua missão é seguir os avanços inimigos e lançar foguetes para os assinalar.
- Colocam-se minas nas estradas e caminhos para dificultar o avanço dos carros.
- Devem desenvolver mal começa a clarear o dia.

Revista da Cavalaria

No caso particular estudado neste artigo, o adversário não dispunha de uma infantaria numerosa; este facto teria permitido ao R. I. A. não se limitar a medidas defensivas e retomar momentâneamente o ascendente sobre ele durante a noite.

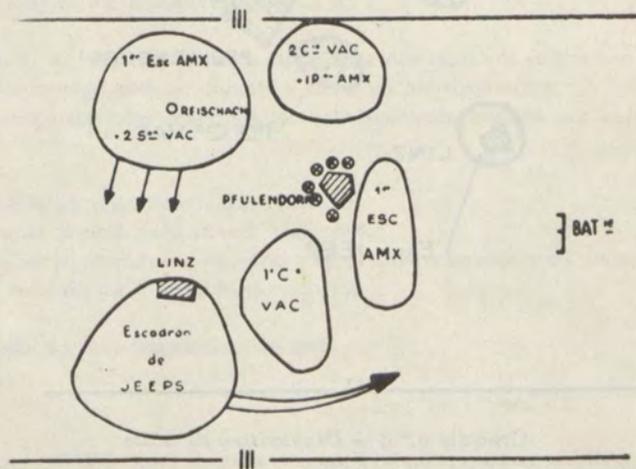
Estas acções sob a forma de flagelação ou de ataque às pontas blindadas do inimigo beneficiam do conhecimento do terreno; elas podem ser guiadas por observadores deixados nas retaguardas inimigas.

Esta atitude agressiva é, sem dúvida, a melhor defesa; levanta o moral das unidades que corre o risco de ser atacado pela acção retardadora.

E. Dispositivo do 2.º dia.

Para o 2.º dia (1), o comandante do R. I. A. decidiu defender Pfullendorf para tirar partido do maciço de Reisbach que comanda a aproximação da cidade pelo terreno descoberto de Linz que foi preparado para ser batido por um fogo poderoso.

Croquis n.º 9 — Dispositivo do 2.º dia.



Croquis n.º 9 — Dispositivo do 2.º dia

O seu flanco esquerdo apoia-se nas alturas ao sul de Pfullendorf, que constituem a chave da posição.

Ao contrário do que se passou no 1.º dia, este dispositivo é assimétrico em virtude do terreno e da tática inimiga. Ele contém em germe a ameaça lateral que irá pesar fortemente sobre o inimigo.

(1) Durante as manobras, estas duas fases foram estudadas num só dia.

Revista da Cavalaria

Sem fazer a análise deste dia, diremos apenas que o comandante inimigo não caiu na ratoeira armada pelo R. I. A., e que tratou primeiro que tudo de se assegurar da posse do maciço de Reisbach antes de avançar para o sul.

Um dia não teria sido demais para levar a cabo esta operação num terreno muito favorável à defesa.

A missão do R. I. A. foi, portanto, cumprida.

F. *A organização do terreno* (ver croquis n.º 6).

A zona de combate do R. I. A. nesta operação não compreende qualquer corte. Poder-se-ia estabelecer diante das companhias G. A. C. ou diante da posição à retaguarda uma linha de obstáculos progressivamente melhorada, admitindo que os trabalhos tivessem podido ser realizados antecipadamente, o que é verosímil.

No entanto, a largura da zona obrigaria a trabalhos que ultrapassam completamente os meios do R. I. A. e até da divisão. Além disso, esta linha apenas corresponderia a algumas horas de combate; uma vez que seja atravessada num ou dois pontos, todo o resto não servirá para nada.

Finalmente, podem dar-se duas eventualidades:

- O inimigo, sem respeitar, como nas manobras, os limites de zona de acção, ataca o R. I. A. pelo norte ou pelo sul.
- O 2.º R. I. A. sofre o ataque principal e recua; a ruptura de contacto descobre o flanco norte do 1.º R. I. A.

Nestes dois casos, que não são excepcionais, é ineficaz uma linha frontal de obstáculos.

Haveria, portanto, que completá-la por meio de compartimentos laterais. Mas se estes tiverem também que ser contínuos, a importância dos trabalhos será ainda maior.

Chega-se, portanto, a uma concepção diferente, mais adaptada à manobra e às possibilidades da Divisão.

São as seguintes as ideias directrizes aplicadas ao R. I. A.:

1.º *A organização do terreno assenta na criação de obstáculos e de destruições activas, especialmente aplicada à rede rodoviária, e na preparação de posições para as armas e para os carros.*

O R. I. A. apenas pode executar trabalhos descontínuos, mesmo que seja reforçado com elementos de engenharia. O seu valor intrínseco é variável, mas o inimigo encontrará grandes dificuldades para os anular ou contornar, se forem batidos pelo fogo. Uma granada bem apontada, que chega sem se fazer anunciar, vale frequentemente por um bombardeamento prolongado; algumas rajadas de metralhadora dificultarão durante muito tempo a destruição de um abatis com armadilhas.

A escolha das posições das companhias G. A. C. condiciona a manobra das reservas, e esta manobra implica numerosos reconhecimentos.

Revista da Cavalaria

A prioridade dos trabalhos será, portanto, dada à instalação das companhias; as pequenas organizações que servem de apoio às manobras do R. I. A., e especialmente às acções de detenção das suas reservas, serão realizadas, em segundo lugar e não serão utilizadas com carácter permanente.

*

2.º *A organização do terreno é realizada em toda a profundidade da zona do R. I. A., começando-se pelos trabalhos de maior rendimento.*

A preparação de toda a superfície de combate do R. I. A. só é adaptada à sua defesa móvel e especialmente ao estabelecimento das unidades em todos os pontos que permitam emboscadas ou resistências.

A preocupação de adaptar os trabalhos ao terreno tem como consequência aumentar a densidade dos obstáculos nas regiões mais difíceis e a das posições de armas ou de carros nas zonas de percurso fácil.

O esforço é primeiro aplicado nos pontos mais rapidamente organizados, sendo portanto respeitada a noção de rendimento.

A da progressividade também é tomada em conta porque não se trata de esperar pelo fim de realizações importantes, mas apenas de aumentar a densidade de pequenas organizações.

Se elas acabarem por formar conjuntos, tanto melhor. Mas não é necessário chegar a tal para que o sistema tenha valor.

Esta organização em profundidade tem a vantagem essencial de ser facilmente utilizável seguindo direcções muito diferentes; ela não assenta sobre uma concepção *à priori* da defesa.

*

3.º *Se a zona do R. I. A. é atravessada por um curso de água (o que não é o caso do tema), o esforço realizado para a sua preparação como obstáculo não deve prejudicar os trabalhos em profundidade.*

Isto não passa de um corolário do princípio anterior.

Se o inimigo fizer um esforço para passar, acabará por consegui-lo nalguns pontos.

O problema consiste em manter a resistência mais perto do corte para evitar a extensão da testa de ponte e provocar nela uma concentração do inimigo vulnerável aos nossos fogos.

Desta forma, as organizações situadas detrás do rio valorizam indirectamente este obstáculo principal, visto permitirem que o R. I. A. se fixe ainda de um lado e doutro da testa de ponte.

Se, apesar de tudo, o corte tiver que ser abandonado, a continuação da acção de travamento permitirá à aviação actuar mais eficazmente sobre um inimigo que ainda não conseguiu conquistar um espaço suficiente para se desenvolver.

*

4.º *A realização de compartimentos em profundidade é fundamental para a defesa móvel.*

Revista da Cavalaria

O R. I. A. não ficará nunca apertadamente enquadrado.

Se o inimigo o manobrar de flanco, terá que fazer face rapidamente a esta ameaça.

Se for atacado de frente, deverá ser libertado, na medida do possível, da preocupação acerca dos seus flancos .

A medida que for recuando, o R. I. A. continuará a beneficiar das linhas sobre que poderá apoiar-se.

No caso concreto estudado, estes compartimentos formados por obstruções das estradas e caminhos seguem sensivelmente os limites norte e sul do R. I. A.; podem ser defendidos pelos regimentos vizinhos se o 1.º R. I. A. se vir forçado a retirar antes deles.

A via férrea no centro da zona está defendida com obstáculos que servem para o mesmo fim na manobra interna do regimento.

Estes compartimentos têm a vantagem de aproveitar os cortes ou as linhas de obstáculos naturais.

Com o fim de isolar certos corredores de penetração difíceis de obstruir, esses compartimentos seguem muitas vezes os caminhos que penetram no dispositivo.

*

A função do destacamento de ligação da engenharia é assegurar a coordenação dos trabalhos e da manobra. O seu comandante serve de conselheiro técnico do comandante do R. I. A., avalia os trabalhos, passa a encomenda ao batalhão de engenharia da divisão, controla a sua execução e corrige-a no caso da situação se modificar. A presença deste destacamento permite que a engenharia inicie os trabalhos logo que esteja assente a ideia de manobra do comandante do R. I. A.

A presença em cada companhia de uma secção de sapadores equipada com quatro geradoras e ferramentas mecânicas fornece meios novos e poderosos para criar rapidamente uma série de obstáculos em vários itinerários e para completar, depois da instalação da companhia, os trabalhos iniciados pela engenharia.

III — A manobra ofensiva do R. I. A.

A simples existência de projecteis atómicos tácticos, mesmo que não sejam utilizados, como é de esperar para bem da Humanidade, impede de futuro as concentrações exigidas pela defensiva firme e pela ofensiva em força.

— Na defensiva, a importância das posições fortemente guarnecidas esbate-se em benefício de reservas muito dispersas em profundidade detrás de uma rede de alerta. Em virtude da extensão dos teatros de operações, estes dispositivos não são uniformes, apresentando grandes intervalos, grandes espaços vazios apenas vigiados, cuja defesa assenta nos bombardeamentos e nos contra-ataques.

Assim, o esforço principal do atacante corresponde menos à ruptura de uma linha defensiva do que à luta contra as reservas num ambiente de guerra de movimento.

Revista da Cavalaria

— Na ofensiva, os grandes ataques e os desembarques costeiros de grande estilo são coisas do passado.

Para evitar constituir objectivos vulneráveis, serão substituídos por acções menos densas, partindo de longe e explorando sem demora os efeitos do fogo, adaptados ao combate de movimento contra as reservas e prontos para aproveitar qualquer ocasião de atacar as retaguardas inimigas.

É com esse fim que foram concebidos a Divisão Mecânica Rápida e os regimentos que a constituem.

As principais missões ofensivas do R. I. A. são as seguintes:

- A — Deslocamento estratégico.
- B — Travessia de uma cortina defensiva.
- C — Combate contra as reservas inimigas.
- D — Exploração das retaguardas.

A — *Deslocamento estratégico.*

Esta missão não é especificamente ofensiva visto que permite também ao comando fazer rapidamente face a uma irrupção do inimigo nas suas linhas.

Foi o que se passou nos exercícios de 1953, em que a meia-brigada *Javelot* conseguiu em 24 horas um deslocamento de 400 quilómetros e pôde desenvolver-se diante de um agrupamento blindado.

Num período ofensivo, as suas possibilidades dão à D. M. R. o meio de realizar a surpresa estratégica numa zona indicada pela aviação como pouco defendida, antes que o inimigo possa reforçá-la.

B — *Travessia de uma cortina defensiva.*

A ruptura de uma posição, a não ser que tenha sido preparada, não pertence à D. M. R.; mas em compensação, esta Grande Unidade não poderia ser detida por uma simples cortina defensiva.

Um R. I. A., convenientemente reforçado com infantaria (por exemplo, um batalhão) pode ser encarregado de a atravessar e de assegurar para além dela o espaço necessário para o desenvolvimento da divisão.

Esta missão é iniciada por um reconhecimento dos pontos fracos e transforma-se progressivamente em infiltração ofensiva.

— *O reconhecimento dos pontos fracos.*

As informações da aviação têm que ser precisadas em pormenor para se descobrirem as falhas da defesa.

Trata-se de fazer, sem qualquer ideia de manobra pré-concebida, uma pesquisa sistemática e cuidadosa das lacunas do dispositivo inimigo e dos respectivos itinerários. Os helicópteros têm neste caso um papel fundamental.

A frase do Imperador: «Meter-se por toda a parte e ver» aplica-se bem neste caso.



Croquis n.º 10 — *Travessia de uma cortina defensiva*

- A. — Reservas atacadas pela aviação
- B. — Resistência inimiga localizada
- C. — Dois pelotões de A. M. X. em apoio
- D. — Bateria de automotores

Revista da Cavalaria

Uma mensagem enviada por uma patrulha de dois *jeeps*, que conseguiram avançar por um caminho mau sem encontrar resistência, pode orientar toda a acção de um R. I. A.

A ocasião de êxitos frequentes durante as últimas campanhas foi dada pela utilização de um itinerário ou de uma zona difícil, nos quais o defensor criara um «beco». A dispersão, a que de futuro ele será obrigado, multiplicará as probabilidades de penetrar no seu dispositivo.

Como sempre, a surpresa obtém-se quando o atacante vai além das estimativas do defensor (o caso das Ardenas, em 1940). Esta noção já havia encontrado a sua aplicação nas marchas forçadas de outrora, assim como no «último quarto de hora» da resistência correspondendo aos limites extremos das forças humanas.

O. R. I. A. deve igualmente jogar e ganhar «sobre os limites», utilizando a fundo a leveza, o pequeno volume e o consumo reduzido dos seus materiais para avançar o mais rapidamente possível em regiões difíceis, apesar das passagens estreitas ou para pequena tonelagem.

Desta forma, abrir-se-ão na sua frente, além dos terrenos mais fáceis, os corredores de «percurso limite», em que os materiais amigos ou adversos, mais largos e mais pesados, não poderiam penetrar.

A utilização das falhas da defesa pode permitir ao R. I. A. penetrar para lá da cortina defensiva, e executar assim a sua missão.

Se, pelo contrário, o inimigo tiver conseguido realizar um dispositivo contínuo, o R. I. A. terá que abrir à força a passagem para a infiltração ofensiva.

— A infiltração ofensiva.

É o prolongamento natural do reconhecimento que a precedeu. Não existe descontinuidade, mas intensificação dos tiros de apoio e da pressão nos corredores favoráveis.

O esforço ofensivo materializa-se menos pelo aumento do volume do escalão avançado do que pela concentração de tiros precisos em seu proveito.

A superioridade do fogo adquire-se por uma estreita cooperação com a aviação e a artilharia, pelo desenvolvimento das unidades de apoio atirando à vista, e pela ocupação, à medida que se vai realizando o avanço, de novas posições de tiro cada vez mais ameaçadoras para o inimigo.

Os elementos da testa podem, segundo as circunstâncias, ser constituídos por infantaria utilizando ou não as suas viaturas, ou por pelotões de *jeeps*; sempre que o terreno permita, serão imediatamente seguidos por carros A. M. X. destinados a levar, cada vez mais à frente o seu apoio de fogo.

Diante de uma cortina mais sólida, torna-se necessário combinar o fogo com o movimento da infantaria a pé e dos blindados.

A manobra toma, por exemplo, a seguinte forma:

A infantaria de reforço (ou, na sua falta, as companhias de G. A. C.) infiltra-se nos terrenos cobertos ou acidentados, enquanto os blindados e os G. A. C., em dois escalões, avançam por saltos nas zonas mais descobertas.

Estes dois movimentos paralelos e vizinhos asseguram um apoio recíproco a um e outro lado da linha que separa os dois tipos de terreno.

Revista da Cavalaria

Desta forma, poderá a infantaria ou os carros, com os seus tiros de flanco, auxiliar os vizinhos que se encontrem em dificuldade.

Isto mostra bem a importância das orlas que penetram no interior do dispositivo inimigo.

*

Quando a operação tem que ser realizada no dia seguinte com um R. I. A. em reserva, poderá a mesma desenrolar-se pela forma seguinte:

- O R. I. A. é desenvolvido a uns dez quilómetros à retaguarda da frente;
- os reconhecimentos são feitos antes da noite com a maior discrição; assinalam-se por uma forma bem visível, e em caso de necessidade arranjam-se vários itinerários de acesso;
- na segunda metade da noite, uma parte da infantaria atravessa em pequenas colunas as resistências inimigas, evitando disparar, e estabelece-se em pontos na sua retaguarda donde possa dificultar o seu reforço e a sua retirada. A engenharia prepara a passagem dos obstáculos eventuais;
- o movimento do R. I. A. inicia-se, com as unidades de apoio na testa, logo que comece a romper o dia. As formações empenham-se no combate, sem preocupação de alinhamentos, a fim de só estacionarem alguns instantes à retaguarda da linha de ataque.

C — *Combate contra as reservas inimigas.*

A aviação tem neste caso um papel preponderante na descoberta e no ataque das reservas inimigas antes da sua intervenção.

Os elementos terrestres têm a preocupação essencial de as bater em velocidade para as encontrar o mais longe possível.

Esta tática aumenta as possibilidades de surpreender o inimigo enquanto se está deslocando e dá à divisão o máximo espaço para desenvolver.

Impõe ao inimigo um combate de movimento que é o único que permite a manobra e a acção em profundidade.

É por isso que não é de recomendar deter o R. I. A. que atravessou a cortina defensiva, fazendo-o ultrapassar por outros regimentos.

Esta solução teria dois inconvenientes graves: o de duplicar, num momento crítico, a concentração numa mesma superfície, e o de fazer perder um tempo precioso, quando se torna necessário, a todo o preço, estabelecer o mais depressa possível a testa de ponte.

*

Conforme a força e a natureza das reservas inimigas, assim a atitude do R. I. A., no momento do encontro, poderá variar entre dois extremos.

Perante um inimigo, dispondo sobretudo de elementos transportados em viaturas, surpreendido ou tendo sofrido os ataques da aviação, o comandante do R. I. A. decide explorar a vantagem e aproveitar todas as ocasiões para

Revista da Cavalaria

«carregar», deixando que apenas pequenos destacamentos blindados se empenhem no combate pelo fogo contra qualquer inimigo que encontrem.

Mas pode, em frente de um inimigo tendo como base carros de combate, determinar que as companhias de G. A. C. fiquem «em guarda» e manter em reserva os seus esquadrões A. M. X. para bater o inimigo em função do seu avanço.

Esta atitude é a mais normal porque limita os riscos e conserva intactas as possibilidades de manobra ofensiva.

No combate contra os carros, a vantagem pertence aos blindados e aos S. S. 10 que, largamente desenvolvidos em largura numa linha favorável, abrirem simultaneamente fogo sobre o inimigo surpreendido num terreno descoberto.

O esquadrão de *jeeps* partilha com os helicópteros a tarefa essencial de descobrir o inimigo. Durante o empenhamento, procurarão sobretudo, evitar que o R. I. A. seja envolvido.

D — Exploração sobre as retaguardas.

A exploração tendo em vista a paralisia das retaguardas inimigas (ver croquis n.º 11) constitui a forma típica da manobra ofensiva da Divisão Mecânica Rápida.

Ela pode consistir num *raid* de vaivém; mas então o seu alcance é limitado, a perturbação causada ao inimigo de duração muito curta e o regresso às linhas bastante aleatório.

A sua forma mais rendosa, num ambiente ofensivo consiste em avançar sobre as retaguardas inimigas onde reside a vida do adversário; a divisão controla ali uma larga zona, mantendo-se nela com o apoio da aviação até se integrar no quadro das operações ofensivas de conjunto.

Só a paralisia prolongada das retaguardas, que provoca a asfixia do conjunto, é capaz de dar resultados eficazes em face do risco consentido; ela alivia a tarefa das unidades amigas em contacto, ao mesmo tempo que a D. M. R. se encontra bem colocada para entrar a retirada dos meios de combate privados de apoio.

*

A ocasião da exploração pode resultar de uma ofensiva efectuada por outras grandes unidades ou de uma manobra própria da Divisão Mecânica Rápida sobre um flanco ou num intervalo do dispositivo inimigo.

A exploração inicia-se por uma progressão rápida que conduz a Divisão às retaguardas inimigas.

— Progressão rápida.

É a parte mais característica da exploração. Consiste em prevenir as paradas do inimigo levando-lhe a melhor em velocidade.

O avanço efectua-se em larga zona, utilizando vários itinerários.

Evitam-se sistematicamente os encontros com o inimigo. Certas estradas secundárias, menos vigiadas, podem por vezes permitir um avanço mais rápido.

Revista da Cavalaria

A aviação e os helicópteros guiam o avanço.

Pequenos elementos aeroterrestres podem com vantagem entregar intactos certos pontos de passagem obrigatória se o seu lançamento não comprometer a surpresa da operação.

— *Ocupação e defesa de uma larga zona das retaguardas pela D. M. R.*

A principal fraqueza das operações aeroterrestres das últimas campanhas foi o carácter pontual dos seus objectivos.

O inimigo tinha a possibilidade de definir mais rapidamente a resistência, de a investir e de a atacar.

Nem poderia ser de outra forma, porque as tropas lançadas em pára-quedas com um pesado equipamento só podem combater sem espírito de recuo; só as tropas motorizadas, e de preferência blindadas, são capazes de praticar uma defesa móvel numa larga zona.

A conquista por parte da D. M. R. de uma parte extensa das retaguardas logisticas e da infraestrutura aérea paralisa gravemente o adversário, e permite o apoio ou a extensão da manobra pela utilização do aerotransporte.

Beneficiando da surpresa, a Divisão dirige inicialmente o seu esforço para a sabotagem da infraestrutura e depois cria progressivamente uma larga zona de segurança donde serão lançadas pontas ofensivas.

Nesta fase, os R. I. A. podem receber sucessivamente missões diferentes: sabotagem com a ajuda eventual da população, acções ofensivas, vigilância e defesa móvel no quadro de conjunto da manobra da Divisão.

Conclusão

A ameaça atómica dá aos carros uma maior importância. A sua mobilidade, o alcance e o poder dos seus fogos, e a protecção, ainda que não completa, contra os efeitos nucleares fazem deles elementos essenciais do combate de movimento. As bruscas mudanças de direcção ofensiva, e as concentrações eficazes e transitórias, que desaparecem num ponto para aparecerem noutra, não são possíveis sem eles.

Contudo, as blindagens espessas não resistem aos projecteis de carga oca que hoje se empregam correntemente, o que dá origem a toneladas elevadas que impedem a utilização de muitas pontes e obrigam a sobrecargas logisticas inadmissíveis.

Por todos estes motivos, foi escolhido o carro A. M. X. para equipar os R. I. A.; a proporção média de um carro para dez atiradores não poderá ser reduzida sem prejuízo do valor manobrador do conjunto.

Até agora, as diferentes Armas têm preparado tipos de combate com características bem particulares que correspondem a ritmos absolutamente diferentes.

A justaposição destas tácticas de Armas dava às operações um aspecto descontinuo, alternando as fases mais ou menos estáticas das operações tipo «Infantaria» com as fases de movimento em que os blindados actuavam sôzinhos.

Revista da Cavalaria

Motorizadas e dotadas de engenhos anticarro de longo alcance, as companhias de G. A. C. adquirem grandes possibilidades. Os Regimentos Inter-Armas podem assim dar maior flexibilidade aos seus esquemas e definir uma tática mais contínua, na qual a combinação dos processos próprios a cada Arma favorece em qualquer momento o seu apoio mútuo.

Este apoio tem a sua forma principal na manobra sobre a informação, cujo emprego generalizado em todos os escalões é uma das características da D. M. R. A organização das unidades e o seu emprego são essencialmente previstos para permitirem pôr em reserva o máximo de meios e orientar a sua acção graças a um sistema contínuo de observação.

Os R. I. A., no quadro da Divisão Mecânica Rápida, encontram o seu verdadeiro significado numa cooperação estreita com a aviação.

Só ela pode fornecer as informações distantes para orientar a sua manobra, o apoio de fogo para compensar a sua dispersão, e o reabastecimento aéreo para os fazer viver depois de uma manobra audaciosa.

Reciprocamente, eles constituem as unidades mais aptas para tirarem o máximo partido deste apoio. Reagem prontamente à informação da aviação e exploram os seus fogos nos prazos mínimos. Ligeiros e sóbrios, apenas exigem, para exercerem a sua acção sobre o dispositivo inimigo, quatro vezes menos carburante do que um regimento clássico.

Última criação do nosso Exército, os R. I. A. permitem no mais alto grau a manobra sobre informações e a exploração dos fogos aéreos.

Unidades táticas completas, têm como objectivo fazer manobrar as diferentes Armas em conjunto, no mesmo combate.

(Revue Militaire d'Information)



ASPECTOS PARTICULARES DA GUERRA POSSÍVEL

Pelo General De la Chapelle

É corrente dizer-se que a ciência e a arte da guerra — como de resto sucede com todas as ciências e todas as artes — assentam em noções básicas, que são universais e imutáveis. Esta afirmação corresponde, sem dúvida, a uma verdade, de modo que as constantes de que se trata representam, no mundo sempre vário que é o das coisas da guerra, os únicos pontos fixos que nele podemos encontrar, os próprios fundamentos do conhecimento militar, sobre os quais tudo assenta e com os quais é necessário contar sempre para se construir por forma segura o futuro. Pode, assim, afirmar-se que a guerra futura será dominada pelas leis, pelos princípios e pelas regras que presidiram aos conflitos anteriores.

No entanto, por muito preciosas que sejam tais noções para o homem de guerra, o seu alcance é naturalmente de ordem muito geral; e não dão uma resposta suficientemente precisa aos problemas criados por cada conflito num momento determinado e contra um inimigo nomeadamente designado. De facto, cada conflito tem os seus problemas próprios e exige consequentemente soluções sem precedentes.

Ora, verifica-se que a guerra em que a França poderia ver-se envolvida, aquela que oporia o conjunto das nações comunistas e dos seus satélites à aliança dos países atlânticos, revestiria sem dúvida aspectos de uma originalidade sem igual, que dão desde já à sua preparação uma excepcional complexidade.

Esta originalidade deriva a um tempo:

- a) das consequências do último conflito, dos armamentos, das táticas e das estratégias que ele fez nascer ou que renovou, da situação política e militar que criou;
- b) do poder material e demográfico, assim como da posição geográfica das nações do bloco oriental;
- c) do fenómeno comunista e das consequências que ele provoca no espírito e na forma dos conflitos internacionais, na psicologia dos dirigentes soviéticos e chineses e na relação das forças em presença.

A influência destes diferentes factores exerce-se simultaneamente no campo das operações e no das suas relações com os outros aspectos da guerra.

Examinemos, primeiro, qual é a influência no campo operacional.

Revista da Cavalaria

I — O progresso científico. Armamentos e materiais novos

Quando se trata de fazer uma ideia do que poderia ser uma nova guerra mundial, a imaginação dos homens do nosso tempo é, sobretudo, atraída pela aparição, no arsenal dos exércitos modernos, de engenhos de destruição com um poder desconcertante, e ainda pelas novas possibilidades que o progresso científico põe à disposição dos exércitos. As explosões de Hiroshima e Nagasaki, e as experiências espectaculares que se lhes seguiram, a preparação da arma termo-nuclear, a entrada em serviço do projectil autopropulsionado e guiado, do avião de reacção assim como do motor atómico, a exploração militar da radioactividade, da química e da bacteriologia impressionaram profundamente a imaginação pública. E seria fácil prolongar esta lista acrescentando-lhe uma aparelhagem menos publicitária, como a da visão nocturna, da couraça de *nylon* ou das escavadoras de grande potência, que oferece aos exércitos novos recursos. A opinião pública nos diferentes países é assim levada a acreditar que a ciência e a arte da guerra serão profundamente modificadas e que o progresso técnico representa para os exércitos de hoje o elemento mais revolucionário.

*

De facto, é seguro que se darão modificações profundas no campo operacional e que estas inovações exigem de nós um grande esforço de adaptação: quer se trate da táctica, da estratégia, da logística ou da própria organização dos exércitos, torna-se urgente *que renunciemos a concepções que são manifestamente antiquadas, e construamos uma doutrina e um sistema novos.*

Também não há dúvida de que as adaptações necessárias são difíceis porque elas se complicam devido ao facto de nenhuma nação ter ainda experiência directa dos efeitos que realmente se obteriam com estes engenhos no campo de batalha, das possibilidades exactas que eles criariam, e das suas limitações. Elas ainda se complicam mais por estarmos imperfeitamente informados sobre a natureza e número dos engenhos que poderiam ser empregados contra nós.

E, finalmente, parece que para lá de certos números, o emprego maciço, generalizado e instantâneo dos engenhos atómicos — para só falar destes — seria capaz de ter consequência de que quase não podemos fazer ideia, de tal modo elas excedem tudo que conhecemos.

*

Sem pretender avaliar as perdas humanas e as ruínas que poderia causar, não será absurdo pensar que, nessa hipótese, a relação das forças em presença poderia modificar-se instantaneamente numa proporção tal que as operações militares poderiam, por assim dizer, tornar-se inúteis ou pelo menos reduzir-se a um simples avanço do agressor e à ocupação sem resistência concebível do país vencido. Em compensação, também não é absurdo pensar que, se esta tentativa falhasse por falta de se tomar uma iniciativa concebida em tal escala, a guerra poderia tornar-se a tal ponto aleatória no seu desfecho, e a tal ponto

Revista da Cavalaria

perigosa para qualquer dos partidos, que, a não ser num caso de cegueira roçando pela demência, nenhum dos contendores aceitaria correr o risco da sua generalização.

Devido ao simples facto da existência de tais engenhos, verifica-se uma provável revolução na arte da guerra; de modo que a sua ameaça exige uma atenção vigilante e contínua no campo político, bem como estudos conjugados do alto-comando militar e dos organismos de investigação científica.

*

Mas o esforço desenvolvido por todos os exércitos das nações directamente ameaçadas, na ordem do seu rearmamento convencional e na utilização puramente táctica das armas nucleares pode fazer pensar que eles acreditam ainda na possibilidade e na eficácia de operações militares, quer estas compreendam apenas um emprego limitado de certos armamentos modernos, quer utilizem exclusivamente os mesmos.

É, em todo o caso, na perspectiva de uma tal limitação que se estudam com frequência em França e no estrangeiro as consequências da introdução das armas atómicas no campo de batalha.

Nesta hipótese limitada, as alterações que é possível esperar destas armas são certas, mas provavelmente mais reduzidas. E pode chegar-se até ao ponto de pensar que, assim, elas não serão talvez o elemento mais revolucionário do possível conflito. Porque se os problemas que se nos apresentam nos obrigam a abandonar hábitos de pensamento sólidamente enraizados e mesmo dogmas que consideravamos intangíveis, eles não são, no fim de contas, de uma natureza muito diferente daqueles com que se debateram os nossos antecessores quando, por exemplo, com a aparição do avião e do submarino, a guerra tomou bruscamente uma terceira dimensão.

*

Pretendemos afirmar que os militares se mantêm no quadro do seu officio e das exigências que ele sempre comportou. Parece, então, que com um conhecimento bastante amplo e bastante profundo deste seu próprio mister, com uma imaginação suficientemente rica e bastante senhora de si, com uma disciplina de pensamento suficientemente estrita, com equipas de investigadores em número suficiente, desinteressadas e objectivas, com o contrôlo de experiências bastante repetidas, variadas e imparciais, deverá ser possível dominar, e por fim resolver convenientemente os problemas assim apresentados.

II — O «reino da quantidade»

Os recursos de toda a natureza de que dispõem as nações comunistas parecem provocar uma dificuldade ainda maior. Porque estas riquezas — ainda que só estejam parcialmente exploradas — complicam qualquer tentativa de destruição generalizada do seu potencial de guerra, ou qualquer tentativa de bloqueio económico que se poderia pensar em realizar contra elas. Sobretudo, o

Revista da Cavalaria

seu potencial demográfico atinge proporções tais que lhes permitiriam pôr em linha efectivos por assim dizer ilimitados. Basta dizer que, pondo de parte as necessidades correspondentes em armamento e material e atribuindo à China possibilidades proporcionalmente comparáveis às da União Soviética em 1943, os recursos humanos destas duas grandes potências lhes permitiriam pôr em pé de guerra cerca de 2.400 divisões (1).

Daqui resulta que a destruição dos seus exércitos excederia decerto o limite realizável, e que mesmo o seu desgaste pelo simples jogo das operações militares poderia não ser suficiente para que a relação das forças se modificasse sensivelmente. E seria ainda caso para perguntar se deste ponto de vista, e supondo as restantes condições idênticas, o tempo trabalharia necessariamente a favor do Ocidente.

*

Em todo o caso — trata-se apenas de uma opinião pessoal — parece certo que os nossos adversários eventuais poderiam sentir a tentação de realizar *uma estratégia de submersão*, ou, se quiserem, uma inundação pelo número. As considerações que expomos a seguir, fazem pelo menos reear isso.

1.º — Notemos primeiramente que a análise das operações do último conflito na frente germano-russa e o estudo das formas que estas operações revestiram fazem com que as consideremos uma espécie de simples *variações sobre o duplo tema do número e da potência*. E é também este carácter que se observa, tanto na campanha da Coreia como, em plano mais restrito, na batalha de Dien-Bien-Phu.

2.º — Em segundo lugar, o que podemos saber da doutrina militar soviética do após-guerra, como aquilo que nos permite imaginar o extraordinário desprezo pela vida humana que caracteriza a autoridade para lá da «Cortina de Ferro», podem explicar o facto de Estaline ter negado «a esse factor de contingência que é a surpresa» uma função permanente nas operações, para pôr em relevo *o número de divisões e o armamento*.

3.º — Além disso, deve notar-se que a estratégia de inundação está perfeitamente indicada para permitir explorar a notável capacidade para a infiltração do soldado russo e do soldado chinês, como também a eficácia desta táctica especial que foi uma obsessão para os combatentes da *Wehrmacht*.

4.º — Pode igualmente notar-se que uma tal estratégia seria de natureza a criar finalmente a força generalizada e a convergência dos seus efeitos, sem exigir nunca a sua concentração, isto é, que com uma suficiente instrução dos chefes e da tropa, *esta força poderia ser poderosa em toda a parte sem ser muito vulnerável em nenhum ponto*: E isto parece satisfazer plenamente as necessidades e as imposições da guerra atómica.

5.º — Finalmente, ela teria para os nossos eventuais adversários a vantagem de não exigir do Comando operacional *nem uma iniciativa demasiadamente*

(1) A China passa por ter o triplo da população da Rússia, e em 10 de Junho de 1943, a *Wehrmacht* calculava que o exército soviético compreendia 410 D. I., 234 brigadas de infantaria, 173 brigadas e 87 regimentos de carros de reserva geral, ou seja o equivalente a cerca de 600 divisões.

Revista da Cavalaria

ampla, nem uma ciência manobradora absolutamente consumada, de modo que ela parece corresponder muito exactamente às aptidões que o Kremlin considera suficientes, por motivos evidentes de segurança, para a maioria dos quadros superiores dos seus exércitos.

De resto, René Guénon tinha razão quando há anos fazia da nossa época a do «reino da quantidade». Isto ainda é mais verdadeiro nos países de ditadura, em que as estatísticas eleitorais ou económicas aparecem facilmente como boletins de vitória e onde o colossal e o inumerável são sempre expressões de superioridade.

Parece ser em função desta dominante, em todos os campos em que hoje se desenvolvem os conflitos internacionais, que se deve reflectir sobre o problema da guerra futura. Ela obriga a tirar esta lição fundamental das últimas campanhas, em que participou o exército francês, e, sobretudo, da campanha da Indochina, *de que hoje já não se faz a guerra sem um excedente de potência* — ou pelo menos de que não há nenhuma probabilidade de a ganhar sem esta condição fundamental. E esta é a primeira razão que aconselha as nações ocidentais a não desprezarem o número, na sua preparação para a guerra, tanto nos efectivos como nos materiais (1).

III — A guerra dos espaços

Esta razão não é a única que impõe um tal dever à aliança atlântica. Porque é preciso também ter em conta os espaços enormes em que poderiam desenrolar-se as operações e os meios que consequentemente seriam necessários para os proteger ou para os conquistar.

É certo que os dois últimos conflitos abrangeram o mundo inteiro. Contudo, a guerra de 1914-1918 só tomou essa extensão pelo facto de a Alemanha e a Turquia terem possessões excêntricas, por assim dizer indefensáveis, de que os Aliados podiam facilmente apoderar-se, ou ainda porque os corsários de superfície ou submarinos do *Reich* levaram a devastação a todos os mares, onde era, portanto, necessário dar-lhes caça. Mas nessas terras ou nesses mares distantes, os Impérios Centrais achavam-se no limite das suas possibilidades e era possível vencer a sua resistência ou terminar com as suas acções sem grande custo.

Em 1939-1945, por muito pesada que fosse a tarefa dos Aliados, estes tinham a seu favor o número e a potência, com os Estados-Unidos, a Rússia, a China e o Commonwealth; e os seus adversários, tendo-se aventurado imprudentemente em espaços demasiadamente vastos para os seus meios, achavam-se separados um do outro por distâncias que os impediam de realizar acções realmente combinadas.

(1) Digamos de passagem que o poder demográfico da Rússia e da China e a sua mística do número têm ainda outra consequência no plano operacional: contrariamente às opiniões que vemos formular com frequência, custa a crer que o dispositivo dos nossos adversários eventuais possa apresentar intervalos susceptíveis de criar às forças inferiores dos Ocidentais verdadeiras possibilidades de manobra.

Revista da Cavalaria

Hoje, sucede precisamente o contrário. As nações comunistas estão em posição central ocupando territórios de uma extensão tão grande que não se vê a forma de os conquistar exclusivamente por meios militares. Estes territórios prolongam-se sem descontinuidade do Elba ao Pacífico e do Ártico ao Mar Negro e ao Golfo de Tonquim, de modo que permitem a manobra por linhas interiores, extremamente vantajosa em tal escala, apesar da insuficiência das vias de comunicações. Por outro lado, este bloco maciço tem a toda a sua volta — como veremos adiante — as presas estratégicas mais tentadoras e, em certa medida, as mais vulneráveis: riquezas industriais da Europa, petróleos do Médio-Oriente, recursos demográficos na Índia, matérias primas no Sudeste asiático, bases navais e aéreas no Japão, nas Filipinas e nos mares do Sul, e essa linha de menor resistência do mundo ocidental que, de Singapura e de Tóquio à Austrália e à Nova Zelândia, poderia, uma vez cortada, dividir em duas a potência dos países livres.

Portanto, nas linhas exteriores de um perímetro imenso, estes países teriam de defender-se com forças suficientes para que a sua resistência à agressão pudesse durar até chegarem os reforços.

Observaremos ainda que o desenvolvimento das forças aéreas e da arma aeroterrestre, conjugado com o aumento do alcance dos engenhos de destruição, devem pressagiar uma generalização da insegurança em todos os espaços cuja amplitude acabamos de ver, e, portanto, tornar necessária uma defesa verdadeiramente gigantesca.

Tais eventualidades são tanto mais verosímeis quanto é certo que a história da *Wehrmacht* no último conflito, assim como as experiências da Indochina, da Malásia e do Quênia, depois dos ensinamentos que podemos tirar da tática e da estratégia de Mau-Tse-Tung contra os Japoneses e contra Tchang-Kai-Chek mostram a tremenda eficácia da guerrilha desde que tome um carácter generalizado; contra ela é necessário acumular os meios necessários, sob pena de a mesma acabar por paralisar toda a acção dos exércitos. E temos de reconhecer que não é fácil encontrar uma parada eficaz, se não desejarmos fazer uso, de resto aleatório, do terror. Isto significa que é preciso preparar os meios para nos defendermos dela, mas que convém prever a sua utilização em nosso proveito, apesar do gasto de efectivos que ela pode provocar.

Desta forma, poderiam abrir-se de um lado e outro grandes possibilidades de manobra nas retaguardas inimigas, de forma que os limites da zona de combate seriam os próprios limites dos teatros de operações.

Simultaneamente, a unidade e a coesão dos corpos de batalha, obrigados a fazer face às mais variadas ameaças vindas das direcções mais divergentes, poderiam ficar gravemente comprometidas, se eles não estivessem largamente equipados com meios de toda a natureza. Deverá mesmo contar-se com uma *interpenetração dos dispositivos amigos e inimigos*, favorecida pelos processos

Revista da Cavalaria

modernos de infiltração, que poderia reduzir o emprego dos engenhos de destruição em massa por parte das nações tradicionalmente preocupadas em poupar vidas humanas.

IV — O «muro do dinheiro»

Ora, as exigências que resultam para as nações ocidentais do «reino da quantidade» e da guerra dos espaços fazem ressaltar para elas, e principalmente para a França, a gravidade das consequências económicas e financeiras, em face dos preços exorbitantes que atingem hoje os armamentos, a manutenção das forças armadas e os meios de instrução necessários para o combatente actual. De facto, já não é suficiente imaginar os engenhos de guerra, os efectivos e a organização que satisfariam melhor às necessidades das operações, tais como as podemos conceber hoje; já não basta precisar a natureza da instrução que conviria dar aos quadros e aos homens para que eles sejam capazes, em tempo de guerra, de aplicar eficazmente os processos táticos e estratégicos que somos levados a aconselhar.

É ainda necessário que estes engenhos, que estes efectivos, esta organização e estas necessidades de instrução *sejam compatíveis com as possibilidades financeiras e económicas* de que não somos juizes, mas que reconhecemos serem perigosamente reduzidas em relação com estas enormes exigências. Isto significa que temos que conceber, forjar e manter um instrumento de guerra que seja inteiramente eficaz contra um adversário incontestavelmente temível, e que ao mesmo tempo se situe e se mantenha do lado de cá deste «muro do dinheiro», que nos dizem ser mais difícil de transpor do que o muro do som.

Estamos, assim, muito longe das condições em que se encontrava o Exército francês antes de 1914, ou mesmo antes de 1939, numa época em que a arte militar era infinitamente mais simples do que hoje. E poderíamos ser levados a pensar que a nossa tarefa é um pouco análoga à da quadratura do círculo, porque a guerra é hoje mais do que nunca uma terrível esbanjadora de meios e *a arte de ser forte não admite limitações*; e ainda porque os nossos adversários eventuais estão longe de pensar em impor-se semelhantes restrições.

V — A guerra da coligação

A consideração dos diferentes factores que acabamos de examinar constitui um dos motivos que levaram a França e outras nações livres a só considerarem a sua defesa *no quadro de uma guerra de coligação*. É incontestável que, sob vários aspectos, a sua aliança e a organização multiforme que as levou a mobilizar já em tempo de paz permitem-lhes, se não a resolução de todos os problemas que enumerámos, pelo menos uma solução aceitável para muitos deles.

A guerra de coligação implica também muitas limitações, que só irão sendo eliminadas à medida que a sua técnica se for aperfeiçoando, que a compreensão

Revista da Cavalaria

mútua dos Aliados for aumentando por um longo hábito de trabalho em comum, e, sobretudo, quando uma consciência mais profunda e mais exacta do perigo eliminar os choques e as divergências que ainda os separam.

No entanto, parece evidente que estas limitações nunca desaparecerão por completo, a não ser que se dê uma evolução psicológica e política de que prè-sentemente não podemos prever o momento, tão fortes são ainda as tradições, o amor-próprio e os egoísmos nacionais. De resto, é possível que elas sejam, de certo modo, o preço da qualidade e da solidez da nossa aliança, assim como do grande ideal de liberdade que é a justiça. Mas a verdade é que constituem uma certa fraqueza em face da autoridade ditatorial, da unidade de comando e da disciplina individual e colectiva que caracterizam as nações comunistas.

*

Acabamos de passar em revista os aspectos particulares que parece dever revestir o conflito futuro na ordem puramente operacional. É evidente que estes aspectos são essenciais para nós. Contudo, são insuficientes para fazermos uma ideia exacta da tarefa que incumbiria ao comando militar e aos seus colaboradores numa tal hipótese.

A guerra da Indochina mostrou-nos bem que as operações militares poderiam atingir os seus objectivos sem nada resolver; que à margem dos combates, um «apodrecimento» metódico do país poderia acabar pouco a pouco com a informação, facilitar todas as infiltrações e o recrutamento do adversário, multiplicar os encargos da segurança; e levar por fim à paralisia dos meios e à perda da iniciativa, aniquilando, assim, praticamente todos os benefícios do êxito.

VI — A guerra total integrada

A guerra de hoje não só abrange todas as actividades humanas e as faz intervir no conflito, como as conjuga e combina para aumentar a sua eficiência. As operações das forças armadas, que, até há pouco, constituíam a esfera autónoma e própria do soldado, e sob muitos aspectos o campo privilegiado da força, vão-se implantando cada vez mais intimamente num sistema que as ultrapassa e tende a subordiná-las.

É certo que há já muito a política pretende com razão dominá-las, e, que a economia as determina em larga medida. Também é sabido que a psicologia nacional, os sentimentos das populações e a resistência moral ou o desânimo de que elas dão prova perante as ruínas e os sacrifícios originados pela guerra, contribuem para facilitar ou prejudicar o favorável desenvolvimento das operações.

Mas o que parece ser novo é essas influências tenderem a tornar-se preponderantes perante um facto que data de há uns quarenta anos e que constitui, segundo parece, *na arte da guerra, a maior revolução da história*: referimo-nos ao fenómeno do comunismo, sobre o qual julgamos conveniente fazer algumas considerações.

Revista da Cavalaria

VII — O fenómeno comunista e o carácter ideológico da guerra

É difícil falar objectivamente do comunismo, como é difícil obter sobre este assunto a perfeita objectividade de um auditório. É que ele constitui para muitos dos nossos contemporâneos, como diz Thierry-Maulnier, «uma sedução» ou então um objecto de aversão ou de medo. E, nestas condições, cria inevitavelmente, um estado passional que obscurece a visão das realidades. E como corolário, ao tentar analisá-lo, é-se sempre acusado mais ou menos claramente de preconceitos ou de ideias reservadas num ou noutro sentido. De resto, os países comunistas são os únicos no mundo sobre os quais qualquer informação, testemunho ou juízo é *a priori* considerado suspeito.

É devido ao mistério de que se cerca e às variações de actividade por meio das quais ele se manifesta, que os nossos contemporâneos estão em desacordo quanto ao perigo que ele representa, ou pelo menos quanto à data em que esse perigo se fará sentir.

Para um oficial, será talvez ainda mais difícil falar do comunismo, porque, apesar da experiência da Indochina, não parece que não estamos no nosso campo profissional e que penetramos no domínio reservado da política ou ainda noutro, para nós demasiado distante, da filosofia, porque uma grande parte da nossa experiência e da nossa tradição secular apenas nos apresentam a guerra sob a forma simples de uma luta entre duas nações, agrupando uma e outra, e uma contra a outra, a totalidade dos seus habitantes unidos pelos mesmos sentimentos, e ainda mais sob a forma exclusiva do choque brutal dos seus exércitos. E é tão difícil fazer a revisão de uma experiência como levar a evoluir uma tradição.

*

Não temos a pretensão de explicar neste artigo o que é o comunismo. Todos conhecem a espécie de religião que ele representa, a sua concepção do mundo, abarcando todas as coisas terrenas, as dedicações e os sacrifícios que suscita, o homem inteiramente novo que faz dos seus adeptos, tão novo que perece chegar a transformar a psicologia dos povos. É sabido que com este homem, que não conseguimos compreender em muitos aspectos, não é possível qualquer livre troca de impressões, tão absoluto é o seu repúdio sistemático daquilo que constitui os fundamentos da mentalidade do Ocidente, tão diferente do nosso é o mecanismo do seu pensamento, tão profunda a disciplina interior e exterior que ele se impõe e tão impermeável se mostra a tudo que não se ajusta à sua crença.

Todos conhecem a missão permanente de apostolado e de luta de que se julga investido e que ele se esforça por cumprir com uma perseverança e uma habilidade que devemos admirar, a conquista da terra que apregoa claramente como objectivo, a sua convicção profunda de que essa conquista é fatal dentro de um prazo maior ou menor, e a expansão lenta, marcada por avanços e recuos, mas finalmente contínua, da sua fé pelo mundo. Este homem, aparente-

Revista da Cavalaria

mente tão desumano pela sua uniformidade, de que basta conhecer um exemplar para se saber o que ele vai pensar, o que vai dizer e o que vai fazer, e que, no entanto, não cessa de nos surpreender e se afirma tão manifestamente eficaz.

*

Conhecem-se os dois Estados que encarnam presentemente esta fé, que a inspiram, que dirigem a sua expansão pelo mundo, apoiando-a com os enormes meios de acção de que dispõem hoje as grandes potências desta estatura, mas que, simultaneamente, por um terrível equívoco, a põem ao serviço da sua política nacional, da sua irredutível oposição ao Ocidente e do seu desejo de conquista, do mesmo modo que os seus habitantes e os adeptos da sua fé tendem a confundi-la com o seu patriotismo e os seus próprios interesses.

É o «Islame do século xx», disse-se do materialismo dialéctico. Esta comparação é discutível e inexacta nas suas próprias bases religiosas, mas ela mostra bem a união do poder material com o fanatismo que o caracteriza, a sua aliança do proselitismo com a força, o aspecto multiforme da luta que vai travando sem descanso, os benefícios que dele retiram constantemente, numa luta de todos os dias, a U. R. S. S. e a China por um lado, e a religião de Marx, de Lenine e de Estaline por outro.

VIII — A influência do comunismo sobre a psicologia militar dos seus adeptos

Parece essencial começar por uma observação, que é estranho nunca ter sido feita, pelo menos que nós saibamos, e que se refere à fisionomia militar deste homem novo formado pelo comunismo, ou antes, à psicologia e à mentalidade do chefe de guerra, tais como resultam da disciplina de pensamento que lhe é imposta pelo materialismo dialéctico, na fase a que ele chegou.

De facto, deve notar-se que todas as actividades deste homem novo, sejam quais forem, antes mesmo dele ascender ao comando militar, e mesmo que não chegou nunca até lá, são *actividades de luta, constantemente guiadas por noções de táctica e de estratégia*. Os comentários de Lenine sobre Clausewitz, e a aplicação feita por Estaline do vocabulário e do formulário do soldado à política e à economia não são mais do que a expressão desta disposição fundamental de espírito do militante e do chefe comunista, podendo dizer-se, sem exagero, que eles são essencialmente combatentes cuja ciência da guerra é a regra de conduta (¹).

Esta ciência da guerra tomou, assim, na União Soviética e na China uma extensão que lhe permitiu invadir tudo, e que, em troca, a enriqueceu e consolidou prodigiosamente; porque esta extensão deu-lhe a oportunidade de se controlar perante factos que anteriormente escapavam à sua análise, ao mesmo

(¹) «A militarização dos membros do partido comunista passa a ser um símbolo de luta». (As seis regras de vida do membro do partido comunista chinês).

Revista da Cavalaria

tempo que pôs à sua disposição novos meios de luta, que antes não pensava em utilizar. Simultaneamente, a ciência e a arte das operações deixaram de ser uma ciência e uma arte autónomas. Com isto pretendemos significar não só que elas participam da ciência e da arte da guerra, ou mais simplesmente da ciência e da arte da acção, mas ainda que elas já não se distinguem na opinião do próprio chefe militar, o qual escolhe indiferentemente a solução operacional, a solução psicológica ou a solução política, conforme os casos, ou antes, que combina todas estas soluções segundo um doseamento apropriado à situação do momento.

*

É conveniente notar ainda que o trabalho intelectual é extremamente encorajado e aconselhado no corpo dos oficiais soviéticos e chineses e que os melhores deles devem ter estudado e lido muito. Há quem pretenda que tais estudos e leituras são superficiais e rudimentares sob muitos aspectos, mas o facto é que parecem ser conscienciosos. Também se afirma que eles nem sempre conduzem a uma ciência simultaneamente profunda e extensa. Mas parece certo que, praticando-a todos os dias, eles conhecem a sua profissão e têm um sentido inegável da eficácia.

É, portanto, fácil calcular o que valem os melhores dentre eles, e explicar como foi que Mao-Tsé-Tung, fortalecido pela velha tradição militar do seu país, conseguiu fazer a conquista da China em condições que causaram a admiração do mundo, ao mesmo tempo que escrevia a obra de estratégia mais notável do nosso tempo.

Estes oficiais, como de resto sucede com todas as élites dos seus países, além da sua preparação contínua no que se refere ao exercício e à teoria da guerra, têm, com efeito, no seu campo profissional capacidades de renovação e de criação que, não sendo ilimitadas, são no entanto bem reais.

*

O seu desdém pelo passado e, portanto, o espírito crítico com que apreciam o que se convencionou chamar as formas clássicas da guerra, assim como a sobrevivência que vêem nelas das influências capitalistas e burguesas, orientá-los-iam já resolutamente para o futuro e para a inovação. Mas a isto há a acrescentar o seu culto pelo progresso e pela evolução, essa convicção digna de Prometeu de que o homem pode e deve pôr ao seu serviço todas as forças da Natureza, e ainda a disciplina de autocrítica, incontestavelmente fecunda para a acção, à qual se sujeitam e que é muitas vezes tão diferente da atitude dos Ocidentais perante os seus insucessos. Nela encontram a possibilidade de variar, corrigir, adaptar e melhorar continuamente os seus processos de acção. Há que procurar nestas tendências as razões profundas dos êxitos soviéticos durante o último conflito.

Depois desta observação preliminar, consideremos agora a luta que é travada por estes homens.

IX — O «vácuo estratégico», à margem dos blocos hostis

O que surpreende em primeiro lugar é que, relativamente a uma tal luta, o mundo não se divide apenas em dois blocos hostis. É certo que existem, de um lado, as nações comunistas e, do outro, as nações agrupadas na aliança atlântica, conquanto na realidade as coisas não se passem por uma forma tão simples. Existem, à margem destas federações, outros países que parecem também ameaçados pelo imperialismo soviético, e que são tão diferentes como a Finlândia e a Índia, por exemplo. E não é fácil classificar estas nações, tão variados são os seus sentimentos relativamente a um e outro campo, a sua apreciação da situação actual e a sua eventual capacidade de resistência. O Ocidente conta com simpatias entre elas, mas encontra aí também uma outra ideologia do nosso tempo, a que Lothrop Stoddard chamava há trinta anos «a maré crescente dos povos de cor contra a dominação do Ocidente», isto é, o nacionalismo antieuropeu e antiamericano, que sabe perfeitamente poder contar com o apoio da Rússia soviética e da China, e que por vezes tem a tendência para só considerar as suas relações com elas sob esse aspecto. Como as possibilidades de acção dos Ocidentais nessas regiões estão assim muito limitadas, e eles evitam qualquer recurso à força, os dois blocos têm à margem do seu próprio terreno de luta *uma espécie de vácuo estratégico*, menos aberto à aliança atlântica do que ao comunismo, cuja invasão lenta ou brutal poderia um dia modificar singularmente a relação das forças em presença.

X — Cada um dos blocos conta com partidários no campo adverso

Em segundo lugar, há que recordar que o comunismo não é uma doutrina só seguida pelos Russos e pelos Chineses, mas que tem adeptos fervorosos não só no interior das nações a que há pouco nos referíamos, como no interior de todas as nações ocidentais. Devemos mesmo acrescentar que, se para outros homens destas nações, o comunismo não representa, como dizíamos, «uma sedução», também não é considerado como uma ameaça real, sendo antes uma simples solução, no fim de contas admissível, de que se poderia lançar mão, mediante certas modificações, para resolver os problemas da nossa época. Também é quase certo existir no império sino-soviético, e ainda mais nos seus satélites, um número, que não podemos avaliar, de descontentes que esperam qualquer atitude do Ocidente.

Já não pode, portanto, dizer-se que sejam nações inteiras e indissolúvelmente unidas que se defrontariam, mas provavelmente também *almas espalhadas pelos dois blocos*, tornadas, aberta ou secretamente, solidárias por uma crença, por uma esperança, por ódios e, algumas vezes, por uma disciplina e por organizações comuns.

Nestas condições, cada um dos beligerantes poderia ter amanhã, nas fileiras dos seus adversários, partidários mais ou menos activos, capazes de combinar as suas empresas com as operações militares, e aumentando ainda os perigos da guerra em superfície.

Revista da Cavalaria

E assim, como que constituindo o vácuo estratégico que observávamos através do mundo, existe, ao lado destes convictos, *uma orla de almas indecisas e vulneráveis, oferecidas a uma e outra destas influências.*

XI — As consequências do carácter ideológico da guerra

A missão permanente de apostolado e de expansão de que se investiram os dirigentes comunistas e os seus discípulos, e a existência deste vácuo estratégico e da orla de almas mal defendidas, têm consequências que merece a pena pôr em relevo.

Primeiro que tudo, a luta do mundo comunista contra o mundo ocidental toma um aspecto que dá à conquista das almas, à sua neutralização ou à sua confusão, a prioridade sobre a conquista do terreno, podendo dizer-se com mais exactidão que *ela tem em vista a conquista do terreno pela via da persuasão das almas*, da sua violação ou da sua sujeição. Disto resulta que os seus meios de acção combinam hábilmente a técnica missionária, os múltiplos aspectos da propaganda e a exploração do terror, que ela revela como um dos instrumentos de pressão mais perigosamente decisivos.

Esta luta vem sendo travada desde há muito, de modo que já não é apenas nos campos de batalha de um conflito passageiro que se conseguem as vitórias, mas *também durante a paz das armas e em cada dia que passa* nos resultados de um proselitismo infatigável e de um extraordinário trabalho de subversão.

Ela prossegue simultaneamente, quer pela actividade directa dos governos comunistas, quer pelos esforços públicos ou clandestinos dos seus agentes, *em todos os campos onde pode fazer-se a preparação de uma guerra aberta*, e especialmente nos domínios psicológico, político, económico e militar.

XII — As lições do último conflito e da guerra da Indochina

A campanha da Indochina mostrou-nos todos os aspectos da guerra, tal como a concebem e conduzem os comunistas. É certo que nem todos os ensinamentos colhidos podem ser úteis no caso de um novo conflito mundial, sendo necessário ter em conta as condições locais. Mas é possível compará-los com certas dificuldades experimentadas pela *Wehrmacht entre 1941 e 1945*.

Uns e outros fazem-nos lembrar três princípios, velhos como o mundo, mas cuja verdade parece hoje ainda mais evidente:

a) *Um exército luta tanto com o seu moral como com os engenhos de guerra.* É verdade que a força do seu ânimo depende do número e da potência destes engenhos, mas também é função de muitas outras influências que se torna necessário vigiar porque esse moral é, no fim de contas, mais vulnerável do que os engenhos de guerra;

b) *A chave destas influências reside muitas vezes nas retaguardas*, de modo que um exército não se bate com êxito durante muito tempo se não for apoiado material e moralmente por uma nação capaz de fazer sua a causa pela qual ele luta. E a retaguarda é mais vulnerável do que a frente.

Revista da Cavalaria

E, como corolário, podemos dizer que um exército não se bate durante muito tempo com êxito contra uma nação, ou mesmo no meio de uma nação que o odeia e que está resolvida a todos os sacrifícios para salvar a sua liberdade;

c) Finalmente, na guerra, *a alma de um exército e a alma de uma nação são função da sua convicção profunda de que os seus membros se batem por qualquer coisa que vale a pena*. E dependem ainda da confiança que tenham nos seus chefes, da obediência que lhes prestam, e dos laços materiais e morais que os ligam com eles. Isto significa que, para vencer um exército e uma nação, quer se empregue só a força ou se lhe adicionem outros meios, é necessário abalar essa convicção e essa confiança, destruir a obediência e quebrar esses laços. Na sua ordem do dia ao Exército soviético, de 23 de Fevereiro de 1942, Estaline indicava que o desfecho da guerra seria determinado principalmente pela «solidez das retaguardas e pelo moral do exército».

Isto significa que, hoje, a guerra psicológica, a guerra política e a guerra económica são o complemento indispensável das operações militares.

*

O centro de gravidade dos estudos militares situa-se, sobretudo, no conhecimento da ciência e da arte das operações; as actividades profissionais do oficial incidem principalmente sobre a estratégia, a táctica interarmas, a logística e o trabalho próprio do estado-maior.

Mas a guerra não se compartimenta, sobretudo para o chefe que comanda e para os seus colaboradores. E até por motivos pedagógicos, não é possível isolar um dos aspectos simulando ignorar todos os outros, porque então se daria apenas uma ideia incompleta deste problema. Mao-Tsé-Tung fá-lo notar muito bem: «se não se compreendem as condições e características de uma guerra e as suas ligações com as coisas que lhe são estranhas, será absolutamente impossível conhecer as leis da guerra, assim como os meios de a dirigir, e a vitória será impossível». E acrescenta: «uma guerra revolucionária, uma guerra de classe revolucionária ou uma guerra revolucionária nacional tem condições e características próprias, além das condições e das características da guerra em geral. Assim, além das leis da guerra em geral, ela é governada pelas suas próprias leis particulares. Se não se compreenderem estas condições específicas, estas características e estas leis, não há forma de dirigir uma guerra revolucionária nem de se conseguir a vitória».

*

Nestas condições, julgou-se conveniente que o leitor aprecie, uma vez pelo menos, em todo o seu valor a guerra possível, a fim de não perder a perspectiva até ao último plano das suas actividades militares.

Julgou-se que esta apreciação da guerra possível podia ser apresentada sob a forma dos caracteres particulares que deveriam distingui-la dos conflitos anteriores, ou, mais exactamente, das suas características mais salientes, porque se poderia facilmente encontrar outras. E assinalou-se que a mais revolucionária delas, aquela que poderá ter consequências mais vastas e que tende a marcar

Revista da Cavalaria

com o selo mais original o conflito eventual é, sem dúvida, a forma ideológica e missionária que lhe é dada pelo comunismo.

Deste carácter particular resultam dois factos novos, que nenhum conflito armado conhecera desde o tempo das guerras religiosas, e estes dois factos devem merecer toda a nossa atenção na obra de preparação para a guerra, que constitui, em tempo de paz, a missão principal do oficial.

XIII — A preparação para a guerra e a situação actual

O primeiro facto é constituído pela *interpretação que se deve dar à situação actual* e pela natureza exacta das tarefas que ela exige. O último conflito mostrou que a preparação para a guerra tinha quase tanta importância como a própria condução das operações, assim como revelou que a preparação da batalha é quase tão importante como a batalha propriamente dita; de modo que *é já hoje que se ganha ou se perde a terceira guerra mundial*, se ela um dia tiver lugar. Mas a coisa angustiosa é a dificuldade de se poder afirmar com certeza se a situação actual é ainda uma situação de paz ou se é já uma situação de guerra, e em que medida ela é uma ou outra, ou em que medida é simultaneamente uma e outra, e, portanto, se é preciso empenhar desde já todas as forças ou se, pelo contrário, convém tê-las apenas prontas. Ainda é mais difícil dizer como a considera o nosso eventual adversário, e aquilo que ele espera dela, e para que extremos, para que erros ou ilusões ele desejaria levar-nos. Perante as tentativas de aproximação a que hoje assistimos, não devemos esquecer que a União Soviética continua a aumentar constantemente o seu poderio militar. Também não devemos esquecer a ordem de Estaline para que «se retarde o momento em que os países capitalistas compreenderão o que na realidade se passa». E não podemos deixar de ter presente a reflexão tão profunda de Jules Monnerot, que hoje tantas vezes é citada: «As nações morrem quando aquilo que é necessário se torna impossível».

Estes problemas são dos mais importantes que hoje se põem à responsabilidade dos militares. Os acontecimentos da Coreia, da Indochina, da Malásia, do Quénia e até da África do Norte, e ainda outros que sentimos estarem-se preparando surdamente aqui e além, obrigam-nos a perguntar se as possibilidades terríveis da arma atómica e termonuclear e as contingências do seu emprego não estão orientando — pelo menos momentaneamente e enquanto tirarem proveito disso — as actividades de luta das nações comunistas mais para o tipo de «guerra limitada» em que vivemos há dez anos, do que para uma guerra generalizada; guerra limitada em que se conjugam acções outrora secundárias, mas actualmente preponderantes, com um emprego cuidadosamente estudado da força armada, das quais são encarregados intermediários serviços e obedientes. Porque desta maneira se consegue fixar e desgastar as forças do Ocidente, poupando-se as forças próprias, e adquirindo-se bases de partida estratégicas para novos avanços.

Revista da Cavalaria

E mesmo sem recorrer às armas, sabemos desde o *Anschluss*, da anexação pacífica da Checoslováquia e do pacto germano-russo, como, por meio de processos aparentemente pacíficos, se torna militarmente indefensável uma Polónia previamente cercada.

XIV — A disparidade fundamental e generalizada entre os dois adversários

O segundo facto para que desejamos chamar a atenção reside na *disparidade fundamental e generalizada que separa os dois blocos* de nações, destinados talvez a defrontar-se amanhã nos campos de batalha. Antes de 1939, como antes de 1914 e de 1870, o país que assumia o papel de agressor podia, seguramente, ganhar um certo avanço e uma certa superioridade na preparação da guerra, garantindo-se determinadas vantagens que lhe davam grandes probabilidades de êxito nos primeiros combates. Mas este avanço e superioridade não eram tão grandes que não pudessem ser compensados por um esforço tardio e penoso, mas finalmente paralelo, das nações que ele ia atacar. Estas vantagens não eram tão numerosas e consideráveis que criassem um verdadeiro desequilíbrio entre as forças em presença. O que significa que entre as potências adversárias não existiam diferenças de natureza, mas apenas diferenças de grau.

Hoje, parece-nos fundamental observar que a situação descrita é *quase unilateral*, apesar das aparências. Na luta que opõe o Oriente ao Ocidente, os dois antagonistas não procuram objectivos análogos, não têm o mesmo grau de iniciativa, não dispõem de meios de ataque e de defesa igualmente numerosos e potentes, nem são detidos pelos mesmos escrúpulos, e, na forma que hoje reveste a sua oposição, não dão a um observador imparcial a impressão de terem iguais probabilidades de êxito. Qual seria o chefe do Ocidente capaz de proclamar abertamente, ou mesmo de pensar de si para si, o que Tukhachevsky dizia às suas tropas, ao penetrar na Polónia: «O caminho para incendiar o mundo passa pelas ruínas de Varsóvia»? Esta impressão talvez seja errónea ou apenas momentânea, mas, no entanto, há que confessar que a acção das nações orientais regista mais êxitos do que a dos países livres.

E é inegável que, em face dos adeptos do comunismo e do seu ardor, não existe qualquer outro bloco de crentes, igualmente convictos, unidos e decididos, capazes de consagrar também toda a sua vida à conquista dos outros e de a levar a cabo; mas supondo que existem tais crentes (e decerto existem), eles lutam com indiferenças, ilusões e reticências que não conseguem geralmente vencer.

•

Ao terminar este exame, não é nosso propósito concluir que as nações atlânticas não dispõem de importantes elementos de força como os não têm as nações comunistas, e que encontram pela frente uma tarefa invencível. Existe mesmo a convicção oposta, havendo razões para pensar que a actual mudança de atitude da U. R. S. S. é, em parte, uma confirmação do facto. Mas é neces-

Revista da Cavalaria

sário que a coligação ocidental tome consciência destes elementos de força, que os aumente e tire partido deles.

1.º — A desumanidade do materialismo dialéctico, a sua «doutrina intrinsecamente perversa», para citar as palavras da mais alta autoridade espiritual deste mundo, e os vícios inerentes a todo o regime ditatorial, criam na Rússia Soviética e na China comunista, assim como entre os seus satélites, *fraquezas que irão aumentando e que um dia poderão revelar-se profundas*. E é natural que os dirigentes destes países vejam o facto com inquietação.

2.º — Deve afirmar-se, porque é a verdade, que a defesa da Europa e da França cria actualmente um *problema solúvel*, por um preço compatível com as necessidades políticas, sociais, económicas e financeiras da hora actual. Também devemos afirmar *que não existe qualquer deus da guerra, nem um povo invencível*; a história mostra apenas que há inteligências que não querem ver as realidades, vontades que esmorecem, entusiasmos que são deixados estiolar, nações e exércitos que não sabem fazer a tempo as reformas e os sacrifícios indispensáveis.

3.º — A ideologia comunista só tem poder de sedução *porque não se opõe eficazmente a ela, qualquer fé activa*: «Neste mundo só existem duas forças, dizia Napoleão a Fontanes, reitor da Universidade: a espada e o espírito; e é o espírito que tem sempre a última palavra», contanto que ele queira tomar nos factos a iniciativa sobre a espada, que assegure os meios necessários para tal, e, animando os corações apaixonados pela liberdade, não se traia a si próprio. Os governos ocidentais devem, por meio de actos, convencer disto as suas opiniões públicas.

4.º — *A aliança atlântica regista em cada ano que passa novos progressos*, e não vem longe o dia em que as nações que a constituem tenham forjado um instrumento de defesa eficaz.

*

Mas a experiência dos dois conflitos mundiais mostrou *que é o agressor quem escolhe primeiro os seus terrenos de luta e as suas formas de guerra*, e que não é possível deixar de o seguir nesses terrenos e de aceitar essas formas. Ora, o nosso adversário eventual escolheu deliberadamente, como terrenos privilegiados, os campos moral e político. É, portanto, nestes dois campos que a guerra deve ser preparada com afinco, já desde o tempo de paz, porque eles excluem toda a improvisação no drama e no desencadeamento passional de um conflito.

Ela mostrou ainda que na França, como em geral nos países ocidentais, *se menosprezam com demasiada frequência, em tempo de paz, as possibilidades deste agressor*, limitando as mesmas às proporções daquelas de que se dispõe do lado próprio. A *Wehrmacht* pagou bem caro as ilusões que formou quanto à União Soviética. Hoje, as possibilidades da Rússia, sendo grandes sob o aspecto moral e político, são também consideráveis do ponto de vista militar.

Dissemos há pouco que, no entanto, elas não constituem um obstáculo que a estratégia atlântica não seja capaz de vencer. Mas é preciso que as possibilidades actuais desta última sejam convenientemente aumentadas neste campo: de facto, *a guerra é essencialmente uma prova de força*.

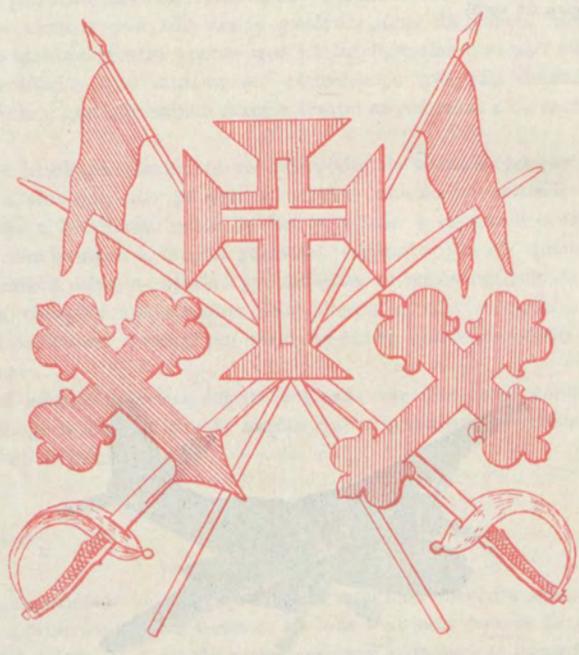
Revista da Cavalaria

Desta forma, na atmosfera perturbada em que vivemos, nada parece mais importante do que a *objectividade e a lucidez*, tanto mais que a muralha de segredo de que se cercam as nações comunistas obriga a introduzir um coeficiente de segurança nas apreciações que se fazem sobre o seu poder, assim como nas paradas que se preparam para lhes fazer face.

A guerra não tem qualquer espécie de indulgência para com o sonho ou para com a mentira. E, portanto, o nosso primeiro dever é adquirir e conservar em nós o sentido do possível e do impossível, o sentido do necessário e a vontade indomável de sermos eficazes na acção.

(De «*Revue de Défense Nationale*»
Fevereiro de 1956)





Bertrand & Irmãos, L.^{da}

*TRABALHOS
TIPOGRÁFICOS
SIMPLES,
E DE LUXO,
REPRODUÇÕES
EM FOTOGRAVURA,
OFFSET
E LITOGRAFIA*



Travessa da Condessa do Rio, 27

Telefones P. B. X. { 21227
 { 21368

LISBOA



Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra

TRABALHOS TIPOGRÁFICOS EM TODOS OS GÉNEROS

MANUAL DE EQUITAÇÃO

I Parte — EQUITAÇÃO ELEMENTAR

Ilustrado com 61 gravuras

Preço Esc. 25\$00

DIRECTIVAS PARA A INSTRUÇÃO DE GINÁSTICA
A MINISTRAR DURANTE A ESCOLA DE RECRUTAS

Preço Esc. 5\$00

Regulamento para a Instrução de Ordem Unida

Preço Esc. 12\$50

CALÇADA DOS CAETANOS, 18

Telefone 21450

LISBOA

